

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- Universidade Nova de Lisboa -

***Às armas:
o republicanismo na literatura portuguesa
entre o 31 de Janeiro e o 5 de Outubro***



António Martins Gomes

2006

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- Universidade Nova de Lisboa -

***Às armas:
o republicanismo na literatura portuguesa
entre o 31 de Janeiro e o 5 de Outubro***

Dissertação apresentada
para a obtenção do grau de Doutor
em Estudos Anglo-Portugueses

Professor orientador: Prof. Dr.^a Maria Fernanda de Abreu

2006

Este trabalho é dedicado à memória da
Prof. Dr.^a Maria Leonor Carvalhão Buescu,
por quem mantenho o mais elevado apreço
e uma profunda gratidão.

Desejo expressar os meus sinceros agradecimentos

- À Professora Doutora Maria Fernanda de Abreu, orientadora da presente dissertação, pelo seu envolvimento e por todas as suas arguciosas e importantes observações, transmitidas à medida que este trabalho ia sendo redigido.
- Ao Professor Guilherme de Oliveira Martins, pela sua extrema simpatia, por toda a sua disponibilidade, e pelas prestáveis sugestões durante a nossa troca de ideias sobre *Os Teles de Albergaria*, de Carlos Malheiro Dias.
- À minha grande amiga Maria do Céu Pontes, por ter sido uma fantástica e paciente cicerone de um turista virtual pelos locais da cidade do Porto “percorridos” neste trabalho.
- A todo os funcionários da Biblioteca Nacional, em geral, e ao Dr. José Luís Narciso, em particular, pelo seu dedicado empenho e elevado profissionalismo.
- A todos os colegas, sem exceção, do Serviço de Informação e Documentação – Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pela preciosa colaboração na pesquisa bibliográfica e na requisição de obras.
- À Professora Doutora Palmira Morais de Almeida, pela sua firme amizade e pelo apoio incondicional ao meu trabalho.
- À Dr.^a Sandra Lobo, do Centro De História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, por todo o auxílio prestado na pesquisa bibliográfica.
- À D. Maria José Pereira, do Círculo de Leitores, por me ter facultado uma cópia da edição esgotada do romance *Ambrósio das Mercês*, de Aníbal Soares.
- À minha família e amigos, por terem conseguido aturar-me nos momentos menos positivos do meu trabalho.

ÍNDICE

Introdução	1
I – A evolução do republicanismo na literatura portuguesa	
1 – Contextualização histórica e social	12
2 – A sua presença na literatura oitocentista	15
3 – A sua manifestação no período finissecular	27
4 – A ficção monárquica de Aníbal Soares	36
5 – António de Albuquerque: do anarquismo ao republicanismo moderado	41
II – O republicanismo na lírica portuguesa	
1 – Formas de evolução	52
2 – Os <i>topoi</i> republicanos	
2.1 – A revolução de 1891	58
2.2 – O apelo à revolução	75
3 – A república brumosa de Guerra Junqueiro	82
III – Os Teles de Albergaria, de Carlos Malheiro Dias: entre o cesarismo monárquico e o republicanismo	
1 – Considerações iniciais	98
2 – Os primórdios do republicanismo em Portugal	102
3 – Uma homenagem romanesca a Oliveira Martins	
3.1 – Teles de Albergaria, avatar de Oliveira Martins	106
3.2 – A teoria de um <i>espectador</i> vencido	118
3.3 – O sonho cesarista	124
3.4 – O republicanismo “clássico”	131
4 – O 31 de Janeiro, segundo Malheiro Dias	
4.1 – Os factos históricos	138
4.2 – Sonho e profecia	140
4.3 – Drama e destino	145
4.4 – A “revolução de baixo”	149
4.5 – A “revolução de cima”	153
5 – A sombra do “Mestre”	
5.1 – Malheiro Dias, epígono de Eça	167
5.2 – O maneirismo de Malheiro Dias	169
5.3 – Os <i>Maias</i> como modelo literário	173

6 – A ambiguidade final	
6.1 – Uma dialéctica político-ideológica	179
6.2 – A morte de Teles e da monarquia	184
6.3 – A decadência à luz do positivismo	191
6.4 – “A Portuguesa” como hino republicano	198
7 – Considerações finais	207
 IV – <i>Próspero Fortuna</i>, de Abel Botelho: um romance de tese republicana	
1 – Proêmio sobre um romance político	
1.1 – A abordagem política em Abel Botelho	212
1.2 – A recepção da “Patologia Social”	219
1.3 – A recepção de <i>Próspero Fortuna</i>	228
1.4 – A tese republicana de <i>Próspero Fortuna</i>	235
2 – O género panfletário	
2.1 – A força crítica do panfleto	244
2.2 – O panfletarismo de Aires Pinto	245
2.3 – O maniqueísmo anticlericalista	255
2.4 – O maniqueísmo antibrigantino	265
3 – As estratégias retóricas do discurso	
3.1 – A sofística e a dialéctica	270
3.2 – A argumentação e a maiêutica	277
3.3 – Dois silogismos sobre Camões	285
3.4 – A indução num <i>exemplum</i> epistolar	298
4 – A monossemia das personagens	
4.1 – <i>Próspero Fortuna</i> , o anti-herói	311
4.2 – Aires Pinto, o herói encoberto	318
5 – O género autoritário	325
6 – A redundância temática	336
7 – Epílogo	348
 Conclusões gerais	351
 Anexo	
Breve cronologia	355
 Bibliografia	363

Introdução

As obras literárias não estão divorciadas dos tempos e dos homens que as viram nascer, mas, se são reflexo e imagem da época são também instrumentos intervenientes no devir da história e fatores desta.

Maria de Lourdes Belchior ¹

Em 1973, Óscar Lopes aborda, na sua *História da Literatura Portuguesa*, algumas das obras publicadas no período principal a que esta dissertação diz respeito, e propõe uma distinção das mesmas com base num critério histórico e político: a “geração de 1890”, com a duração de duas décadas, e a “geração da República”, que lhe sucede. Pela divisão estabelecida, conseguimos compreender a necessidade deste autor de circunscrever o período de vinte anos que antecede a mudança de regime ocorrida em Portugal a 5 de Outubro de 1910, um episódio que parece ser – nesta sua válida perspectiva – ainda mais vinculativo para a produção literária portuguesa do que a incontornável viragem de século.

Durante o Colóquio “Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siècle”, realizado em 1979, José Carlos Seabra Pereira analisa, por sua vez, a temática política num conjunto de obras literárias concebidas entre o Ultimato e o regicídio, e subdivide a “geração de 1890” em dois momentos: a última década do século XIX, cujo conteúdo tem a influência do decadentismo e do simbolismo, bem como do neo-romantismo lusitanista, de teor mais historicizante; e a primeira década do século XX, marcada pela continuidade das características neo-românticas e pela sobrevivência epigonal do romance naturalista².

Publicada posteriormente em artigo sob o título “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la Littérature Portugaise. De l’Ultimatum au Régicide”, esta extensa e abrangente abordagem de um período tão complexo da sociedade portuguesa é a principal fonte de inspiração para a génese e desenvolvimento deste trabalho, de cujo *corpus*

¹ Maria de Lourdes Belchior, “A literatura portuguesa expressão de uma cultura nacional? Tradicionalismo e renovação na viragem do século XIX para o século XX – 1890-1915”, in *Os homens e os livros*, II – Séculos XIX e XX, 1980, 102.

² Cf. José Carlos Seabra Pereira, “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la Littérature Portugaise. De l’Ultimatum au Régicide”, in AA. VV., *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, 1982, 3-4.

principal retiramos o ano de 1890. Um dos fundamentos para tal decisão prende-se com o facto de a produção literária deste ano, fortemente condicionada pelo Ultimato inglês e suas consequências político-sociais, já ter sido investigada de forma exaustiva e nas mais diversas vertentes por Maria Teresa Pinto Coelho; em *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, a autora incide sobre um *corpus* heterogêneo de pequenos textos líricos publicados em órgãos de imprensa da época, sobre o messianismo político no poema panfletário *Pátria*, de Guerra Junqueiro, e, principalmente, sobre a questão colonial em *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queiroz.

Um outro motivo, não menos importante, para a exclusão dos textos redigidos e publicados na sequência do Ultimato inglês deve-se à orientação deste trabalho para uma investigação mais aprofundada das manifestações de republicanismo “activo” e violento. A última fase histórico-literária do século XIX tem, com efeito, a sua origem a partir do Ultimato, episódio determinante para algumas transformações políticas e sociais em Portugal. Contudo, entendemos dar o maior relevo ao período posterior a 31 de Janeiro de 1891, um marco histórico do primeiro confronto entre forças militares de tendências políticas opostas, e a partir de cuja data se inicia a fase mais violenta do Partido Republicano Português, e durante a qual os seus elementos renunciam à moderada estratégia panfletária para se envolverem numa acção mais radical.

Deste modo, os textos literários propostos para análise neste trabalho pertencem a um período de redacção e publicação compreendido entre 1891 e 1910; quanto ao grau da sua abordagem, tanto se regista a referência mais insignificante a personagens ou episódios relacionados com a presença do republicanismo em Portugal, como se dissecam ao pormenor o seu conteúdo ideológico, colocado em confronto com os valores do regime vigente.

Não existindo, à excepção do artigo já referido de Seabra Pereira, um tratamento exaustivo do tema desta dissertação, tornou-se necessário, como o demonstra a sua extensa bibliografia, recorrer a textos provenientes de outras áreas disciplinares, tais como a ciência política, a

retórica, a filosofia, a sociologia, a comunicação social, e sobretudo a História. Indiquemos alguns contributos capitais para o desenvolvimento da nossa investigação: *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, obra onde Amadeu Carvalho Homem comenta a transição da geração doutrinária para a activa; *O Cinco de Outubro*, onde Jacinto Baptista dá relevo ao processo conducente à implantação da República Portuguesa, recorrendo ao exemplo de alguns textos históricos e literários produzidos nas duas décadas anteriores; *Da “Regeneração” à República*, em cuja obra Joel Serrão procede a um estudo da sociedade portuguesa entre o início do século XIX e 1910, bem como do sentimento de religiosidade presente na ideologia republicana a partir da revolta militar de 31 de Janeiro de 1891; e *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, onde Fernando Catroga aborda as origens e as características principais deste movimento, a sua base social de apoio, bem como a adopção da via violenta pela sua última geração para conquistar o poder.

A utilização da História nunca foi rejeitada no acto de criação literária, pertença este ao domínio da prosa, da lírica, ou do drama. Na verdade, um escritor pode atribuir a um determinado acontecimento do passado uma simples função de enquadramento cenográfico, apenas com a finalidade estética de adornar o espaço e a acção das personagens; porém, o enriquecimento da obra literária ocorre sobretudo quando esse mesmo evento contribui para esta se tornar também um veículo de propaganda ideológica, ou seja, um exemplo moralizador e apelativo à consciência social e política dos seus leitores.

Como refere Maria de Lourdes Belchior na epígrafe inicial da nossa introdução, as obras literárias podem ser meios eficazes de intervenção social, para além de meras representações do real: veja-se, por exemplo, o caso de *Os Teles de Albergaria*, onde Malheiro Dias descreve guerras civis e revoluções oitocentistas para comprovar a inutilidade da violência, a derradeira escolha dos ideólogos republicanos como solução para a crise nacional; em sentido contrário, Abel Botelho representa em *Próspero Fortuna* os momentos históricos adequados, tais como a proclamação da

República Brasileira ou a malograda sublevação de 1891, para incutir a necessidade da revolta popular, conducente ao regime republicano.

Ao reconhecermos a importância da relação dialógica estabelecida entre o discurso literário e o histórico, caracterizamos também a obra de ficção como um produto dependente do momento da sua concepção e pelo qual foi condicionado. A propósito das diferenciadas formas discursivas da palavra “história”, refere Manuel Gusmão o seguinte:

[...] há, por exemplo, a história que se faz, a história que se escreve – a historiografia; e a história, narrativa oral ou escrita, que se conta, e que pode ser assumida quer como relato quer como ficção ou como mito.³

Se uma obra literária se apresenta, de facto, como memória social e o domínio ficcional se entrecruza com os factos históricos, devemos então procurar entender, fazendo uso das palavras de Manuel Gusmão, a história “que se conta” à luz da história “que se escreve”.

Maria de Lourdes Belchior descreve o conjunto das obras pertencentes ao *corpus* principal da presente dissertação como “[...] uma literatura de crise nesta época de crise.”⁴ A confirmar este momento difícil na História de Portugal, leia-se a opinião de Mário Soares, onde, num texto a propósito do desempenho político de Oliveira Martins, se refere à existência de uma crise tríplice no início da década de 90:

[...] *crise colonial*, revelada pelo ultimato inglês; *crise financeira*, com o país à beira da bancarrota; e, finalmente, *crise de regime*, posta a nũ [sic] com a primeira tentativa de revolução republicana, em 31 de Janeiro de 1891.⁵

Duas décadas mais tarde, num artigo consagrado ao oitocentismo finissecular em Portugal, o autor francês Albert-Alain Bourdon começa por aludir a uma especificidade singular da crise existente, situando-a em três níveis, semelhantes aos apontados na transcrição anterior:

³ Manuel Gusmão, “Da literatura enquanto construção histórica”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão (org.), *Floresta encantada: novos caminhos da literatura comparada*, 2001, 182.

⁴ Maria de Lourdes Belchior, “A literatura e a cultura portuguesa na viragem do séc. XIX para o séc. XX”, *Revista da Faculdade de Letras, Série de Filologia*, I, Porto, 1973, 21.

⁵ Mário Soares, “Oliveira Martins e a questão do regime”, *O Tempo e o Modo*, 1, Janeiro de 1963, 26. Sublinhados do autor.

Nul pays en Europe n'est aussi brutalement ni aussi soudainement frappé par *une triple crise*, politique, économique et financière, social et culturelle que le Portugal vers 1890.⁶

Sendo o conhecimento do contexto histórico-social uma condição obrigatória para uma interpretação mais abrangente da obra literária, entendemos igualmente ser útil recorrer, sempre que necessário, a notas de rodapé no intuito de contribuir para uma melhor compreensão do seu conteúdo, e incluir ainda, em anexo, uma breve cronologia histórica entre a Revolução Francesa e 1910.

Esta investigação é constituída por quatro capítulos, sendo os dois primeiros de carácter geral. O capítulo I trata da evolução gradual do republicanismo na produção literária do período final da monarquia, estruturada em duas gerações: a doutrinária, de cariz propagandístico e eleitoralista, e a activa, proponente da violência insurreccional. Para exemplificação prática, são referenciadas as obras de alguns escritores como Eça de Queiroz, Alfredo Gallis, Aníbal Soares e António de Albuquerque.

No capítulo II, são analisadas algumas composições líricas de autores menos conhecidos ou – até mesmo – ignorados nas histórias e enciclopédias de literatura portuguesa: destaquemos Correia Taranta, Nun' Allen, João de Menezes, Oscar Latourrette, J. J. d'Araujo, ou Angelina Vidal, cuja temática geral se distingue especialmente pela crítica panfletária da monarquia, pela defesa acérrima da ideologia republicana, e pela sugestão do uso da violência no combate revolucionário.

A partir de dois poemas de António Nobre, procuraremos ainda compreender o grau de envolvimento deste autor em torno do projecto republicano, bem como o processo de construção destes textos literários com base numa realidade concreta: a revolta de 31 de Janeiro de 1891, comentada por si próprio em duas cartas.

Na última parte deste capítulo, será prestada uma atenção especial ao poema dramático *Pátria*, de Guerra Junqueiro. Apesar da identificação do conteúdo desta obra com algumas das principais linhas matrizes da

⁶ Albert-Alain Bourdon, “La crise du Libéralisme au Portugal à la fin du XIXe siècle”, in AA. VV., *Le XIXe siècle au Portugal*, 1988, 11. Sublinhado nosso.

ideologia republicana, tais como o patriotismo ou o laicismo, a sua mensagem final desvia-se acentuadamente da estratégia proposta pelos responsáveis republicanos a partir de 1891: o sujeito lírico não dirige um apelo claro à revolta dos cidadãos, e sugere antes, de forma simbólica, uma espera passiva pelo milagre redentor da sociedade portuguesa.

Os dois últimos capítulos, sequenciados por ordem cronológica, ao nível do enredo e data de publicação, contêm uma abordagem específica de dois romances políticos: *Os Teles de Albergaria*, de Carlos Malheiro Dias, e *Próspero Fortuna*, de Abel Botelho.

Segundo Irving Howe, o romance político caracteriza-se por uma presença constante das ideias políticas no seu conteúdo e pelo enquadramento de um *milieu* político ao longo da sua acção⁷. Para este crítico norte-americano, o modelo supremo deste género romanesco é *Os Possessos* (1872), de Fyodor Dostoyevsky; para além desta obra, ainda cita e analisa *Le Rouge et le Noir* (1830) e *La Chartreuse de Parme* (1839), de Stendhal, *The Princess Casamassima* (1886), de Henry James, bem como *Nostromo* (1904), *The Secret Agent* (1907), e *Under Western Eyes* (1911), de Joseph Conrad. Como se pode verificar, todos estes romances pertencem ao mesmo período do nosso *corpus* literário, e demonstram o enorme interesse dos seus autores pela temática política.

De acordo com a definição genológica deste ensaísta, as respectivas obras de Carlos Malheiro Dias e de Abel Botelho utilizam ainda um “cenário predominantemente político”: em *Os Teles de Albergaria*, são narrados os primeiros momentos da monarquia constitucional, os vários combates civis, o Ultimato inglês, o fracasso do liberalismo, as linhas centrais dos “Vencidos da Vida”, e a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891; em *Próspero Fortuna*, o tempo de acção está situado entre os finais de 1889 e o início de 1893, um período histórico de crise nacional, agravada pela proclamação da República Brasileira e pelo Ultimato inglês, e reflectida emblematicamente na revolução de 1891.

Ainda segundo Irving Howe, um dos grandes problemas, e um desafio em simultâneo, para o autor do romance político reside em

⁷ Cf. Irving Howe, “A Concepção do Romance Político”, in *A política e o romance*, 1998, 5.

[...] fazer com que idéias ou ideologias ganhem vida, *dotá-las da capacidade de instigar personagens a gestos e sacrifícios apaixonados*, e mais ainda, criar a ilusão de que têm uma espécie de movimento independente, de forma que elas próprias – aqueles pesos abstractos de idéia ou ideologia – pareçam transformar-se em personagens ativas no romance político.⁸

À semelhança destas linhas teóricas, a ideologia é igualmente dominante nos dois romances em questão, sendo por uma causa política que a acção das suas personagens principais é enriquecida com alguns “sacrifícios apaixonados”: o protagonista de *Os Teles de Albergaria* combate, durante toda a sua vida, em nome da viabilidade do liberalismo, e a sua morte no desfecho da intriga literária simboliza a impossibilidade de regeneração deste regime; Aires Pinto, o verdadeiro herói de *Próspero Fortuna*, sofre perseguições e injúrias por defender os valores republicanos e se envolver no combate extremo à monarquia constitucional.

Nos dois últimos capítulos do nosso trabalho, teremos ainda oportunidade de dissecar, num grau mais aprofundado, as formas de utilização da História como um *exemplum* a seguir ou a evitar. A referir, como caso concreto, a dupla perspectiva colocada na narração do pronunciamento republicano de 1891: para João Teles de Albergaria, protagonista do romance de Malheiro Dias, este acto militar é uma prova evidente de que a violência não é o método ideal para ultrapassar uma crise nacional; contudo, para Aires Pinto, o herói da obra de Abel Botelho, esta sublevação é a única via possível para acabar de vez com a condução negligente dos destinos de Portugal, levada a cabo pelos partidos políticos afectos ao constitucionalismo monárquico.

Neste sentido, o capítulo III é dedicado em particular ao romance *Os Teles de Albergaria*, de Carlos Malheiro Dias, cuja análise, feita a partir do texto revisto pelo seu autor em 1910, procura identificar e classificar as várias formas de expressão da ideologia republicana ao longo do período oitocentista: na década de 20, a sua forma embrionária, de cariz romântico, é representada pelo patriarca da família; na década de 50, a sua configuração “clássica” manifesta-se no pensamento do protagonista;

⁸ Irving Howe, “A Concepção do Romance Político”, in *A política e o romance*, 1998, 8. Sublinhado nosso.

na década de 90, ocorre o confronto final entre a renovação social dentro do regime instituído, feita numa base pacífica e pedagógica, e a mudança política radical, com a implantação violenta do regime republicano.

A obra-prima de Malheiro Dias parece apresentar-se como um romance de tese monárquica, cujo protagonista rejeita a violência radical, preconizada pelos ideólogos republicanos, e deseja antes a concretização de uma revolução pacífica, liderada por uma personalidade forte e consensual dentro da sociedade. Contudo, a sua parte final contém uma complexa ambiguidade, consubstanciada no confronto ideológico entre a passividade finissecular e a acção positivista; com efeito, a morte dramatizada de Teles de Albergaria, ocorrida no início do episódio militar de 31 de Janeiro de 1891, simboliza a derrota do regime monárquico e a supremacia vitoriosa das ideias republicanas.

No IV e último capítulo, é feita a análise do romance *Próspero Fortuna*, de Abel Botelho, publicado no ano da implantação da República. A sua acção acompanha o percurso anti-heróico de um arrivista político até à sua nomeação final como ministro, e o seu tempo localiza-se entre o final da segunda geração republicana, de carácter propagandístico e doutrinário, e o início da seguinte, de tendência mais activa e violenta.

Nesta obra, Abel Botelho utiliza algumas estruturas retóricas do discurso narrativo, através das quais estabelece uma divisão nítida entre o processo falacioso da sofística, utilizado pelos elementos do regime monárquico, e a arte honesta da dialéctica, dominada pela personagem representativa da ideologia republicana. Deste modo, o autor procura transmitir a sua mensagem ideológica ao leitor e persuadi-lo a adoptar a sua perspectiva do mundo político, assente numa demonstração da falência da política constitucional e da possibilidade de regeneração da pátria pela via republicana.

Perante as características atrás apontadas, analisamos ainda *Próspero Fortuna* à luz de uma tese republicana, no que respeita à sua função doutrinária, revelada em alguns episódios exemplares e no seu desenlace bem vincado, às intrusões do narrador, de cariz autoritário e

judicativo, e às formas de discurso panfletário, de conteúdo agressivo em relação ao poder monárquico.

No decorrer de uma análise histórica das duas últimas décadas de poder monárquico em Portugal, diz Joaquim Veríssimo Serrão o seguinte:

O pessimismo crítico impregnou a literatura nacional na última fase da Monarquia, *enchendo o País de revolta vibrante ou deacentos de desespero* pela tragédia que muitos espíritos consideravam iminente.⁹

Neste curto parágrafo, o autor alude à presença de dois sentimentos divergentes, inscritos em simultâneo na nossa literatura finissecular. Esta contradição encontra-se presente nos dois principais textos do nosso trabalho: em *Os Teles de Albergaria*, assistimos ao “desespero” passivo de um aristocrata decadente, plenamente convencido da incapacidade de regeneração da monarquia e da inevitabilidade da vitória republicana; em *Próspero Fortuna*, observamos a insatisfação político-social de um jornalista republicano, conducente à sua “revolta vibrante”.

⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, X: A queda da monarquia (1890-1910), 2ª. ed. rev., 1990, 429. Sublinhado nosso.

I

A evolução do republicanismo na literatura portuguesa

1 – Contextualização histórica e social

O republicanismo começa a despontar em Portugal, numa forma bastante embrionária e com um intenso nível de idealismo, durante a primeira metade do século XIX, graças à sua divulgação por parte de alguns autores e jornalistas isolados. Contudo, com a implantação da II República Francesa em 1848, esta ideologia política ganha um impulso determinante até à primeira década do século XX, tanto ao nível da sua ascendência em vários sectores sócio-profissionais, como na capacidade de mobilização popular e militar em torno do seu projecto revolucionário.

Em termos cronológicos, podemos distribuir o crescimento uniforme da ideologia republicana ao longo das últimas décadas do período monárquico por três fases históricas distintas¹. A primeira fase situa-se entre os meados do século XIX e o final da década de 60. Nasce por influência da II República Francesa, através da chamada “Geração dos patriarcas”, da qual o doutrinador José Félix Henriques Nogueira merece um destaque especial pelo seu estatuto emblemático de fundador do republicanismo em Portugal; com efeito, nos seus *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, de 1851, obra considerada por Oliveira Marques como “[...] uma espécie de evangelho do Republicanismo português, [...]”², o autor alia esta doutrina à ideia de progresso económico e social num discurso carregado de idealismo religioso e quase platónico.

A segunda fase, que acompanha as décadas de 70 e de 80, é uma consequência directa da III República Francesa, proclamada em 1870, e, em menor grau, da República Espanhola, cuja experiência efémera é levada a efeito em 1873. Durante a primeira década, na qual tem início um período eleitoralista e de propaganda doutrinária, decorrem as desinquietantes Conferências Democráticas do Casino Lisbonense³, é fundado o Centro Eleitoral Republicano Democrático – antecessor do

¹ Cf. Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, 1990, 5.

² A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História da 1ª. República Portuguesa. As estruturas de base*, 1978, 535.

³ Dada a proibição das Conferências, por decreto governamental, Antero de Quental não chegou a ter oportunidade de apresentar a sua segunda palestra, justamente intitulada “A República”.

Partido Republicano Português – e é eleito o primeiro deputado republicano ao Parlamento⁴.

Por sua vez, a década de 80 é marcada no seu começo pelas comemorações do tricentenário da morte de Luís de Camões, em cuja organização o autor e dirigente republicano Teófilo Braga ocupa um lugar cimeiro⁵. De destacar ainda, neste período, o aperfeiçoamento da “máquina” de propaganda eleitoralista, reflectido no consequente aumento para três deputados na representação parlamentar⁶, bem como a fundação do Partido Republicano Português⁷.

A terceira fase situa-se entre 1890 e 1910, tendo surgido a partir de uma onda ascendente de protestos contra as consequências negativas da independência do Brasil e do Ultimato inglês. Das actividades mais radicais levadas a cabo pela nova “geração activa”, constituída pelos membros defensores da via insurreccional, salientam-se a sublevação militar de 31 de Janeiro de 1891, a criação da Carbonária Portuguesa⁸ em 1896, e o assassinato do rei D. Carlos em 1908.

Portugal, enfraquecido após as invasões napoleónicas e as diversas guerras civis já no seu período liberal, vive numa grave situação económica e numa grande instabilidade, tanto ao nível político como social, ao longo de praticamente todo o século XIX. Contudo, é sobretudo durante a última década que esta situação negativa se agudiza, ao constatar-se que o longo período político da “Regeneração”⁹, instaurado a partir de 1851, tinha servido apenas para enriquecer uma pequena percentagem da população portuguesa.

⁴ Rodrigues de Freitas, pelo círculo eleitoral do Porto.

⁵ Na *História das ideias republicanas*, publicada em 1880, Teófilo Braga recupera a obra de Henriques Nogueira, relembrando a importância do seu trabalho teórico.

⁶ Em 1881, o Parlamento passa a contar com três deputados republicanos: Alves da Veiga e Emídio Guerra, pelo círculo do Porto, e Elias Garcia, pelo círculo de Lisboa.

⁷ A data oficial de fundação do Partido Republicano Português é 1883.

⁸ A Carbonária Portuguesa é, de acordo com o próprio título da obra de José Brandão, o “*Exército secreto da República*”.

⁹ “[...] as decisões governamentais durante a Regeneração tiveram amplas consequências, produzindo uma tripla distorção: do ponto de vista financeiro, a construção de caminhos de ferro com capital estrangeiro, obtido a crédito, provocou uma elevação do juro e uma carestia do dinheiro, [...]; do ponto de vista político, impôs a anarquia e a lassidão do poder.” (J. A. da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos moraes*, 1896, 41-42.).

A decadência, sentimento de pessimismo urbano já vivido anteriormente em alguns momentos da História de Portugal, como ocorre na temática melancólica do maneirismo quinhentista, ou, já mesmo no século XIX, através do pensamento de alguns autores da primeira geração romântica ou da geração de 70, acentua-se a partir do momento em que a independência do Brasil obriga o Governo a reavaliar a importância estratégica dos territórios da África austral; seria nesse espaço geográfico, simbolizado no plano cartográfico pela cor dos mais desejados sonhos, que a regeneração se cumpriria, se o Ultimato inglês não tivesse obrigado Portugal a interromper a sua expansão imperial.

Subsequente a este episódio, o clima antibritânico é transformado pelos ideólogos republicanos numa verdadeira guerra antimonárquica, cuja batalha inicial será travada no Porto a 31 de Janeiro de 1891.

Para o fim do século XIX, à medida que a comunidade portuguesa vai decaindo, distanciando-se cada vez mais dos índices económicos e sócio-culturais dos restantes países europeus, assistimos a uma similar degradação da instituição monárquica, considerada culpada por esta situação negativa por grande parte dos sectores sociais e políticos. Perante esta conjuntura finissecular, os membros republicanos não perdem a oportunidade para fazer propaganda da sua ideologia junto da opinião pública e para aumentar as suas fileiras, constituídas em grande parte por uma burguesia urbana com desejo de ascensão social.

2 – A sua presença na literatura oitocentista

Ao efectuarmos uma correspondência entre a evolução histórica do republicanismo e a produção literária que assinala a sua presença em Portugal, verificamos a sua concentração nos dois últimos períodos anteriormente enumerados, uma vez que esta recente ideologia política torna-se mais recorrente no conteúdo de algumas obras apenas a partir da segunda metade da década de 70.

Neste sentido, é-nos possível identificar numa burleta publicada em 1827, intitulada *O bota fora do catavento ou A Cabeça de Bacalhau Fresco*¹⁰, o momento embrionário da presença do republicanismo na literatura portuguesa, cujo conteúdo regista uma visão algo negativa e ridicularizadora desta ideologia e dos seus primeiros adeptos.

Os dois principais interlocutores desta curta peça concebida *à clef*, na qual se “[...] pretende caricaturar certa emigração portuguesa em Inglaterra.”¹¹, são Joze Casca, também alcunhado de “Petrus in cunctis”¹², e Antonio Careca, descrito como “a fábrica descoberta da estupidez”, sendo estas duas personagens identificadas respectivamente com Rocha Loureiro¹³ e Ferreira Borges¹⁴. Observe-se um breve excerto de uma cena passada em Londres, em casa de Mrs. Plum-pudding, no momento em que Careca, “estigmatizado” pelo seu sotaque minhoto, se dirige ao seu amigo

¹⁰ Esta “burletta em dous actos offerecida aos originaes que ella representa por hum dos seus admiradores” é anónima, embora se admita que a sua autoria pode ser atribuída a José Joaquim Ferreira de Moura, deputado das Cortes Constituintes de 1821 (cf. Maria Helena Carvalho dos Santos, “As ideias republicanas em Portugal e o jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIX, 1983, 200.).

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Esta expressão é a primeira metade da máxima latina “Petrus in cunctis, nihil in omnibus”, cuja tradução é equivalente a “Pedro em todos os assuntos, nada em todas as coisas”. Esta frase é utilizada para ridicularizar um determinado indivíduo que aparenta saber muitas coisas, sem ter conhecimentos sólidos de nada. Na segunda edição, publicada no ano seguinte, Casca já tem por alcunha “O Catavento”, termo mais objectivo para caracterizar a sua “maleabilidade” política.

¹³ O jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro é precursor isolado da ideologia republicana em Portugal, tendo publicado um avultado conjunto de artigos na década de 20 contra o regime monárquico, a dinastia de Bragança e a Igreja Católica. Para uma informação mais detalhada sobre este jornalista, consultar o artigo de Maria Helena Carvalho dos Santos, *op. cit.*, 169-206.

Casca e lhe confessa o seu fiel apego ao regime republicano; Casca, pelo contrário, não parece muito disposto a abraçar qualquer espécie de ideologia política, manifestando antes o seu arrivismo, tanto na grande determinação de alcançar o poder como na capacidade de adaptação “camaleónica” às diversas formas de governo, independentemente do regime em vigor no momento:

Careca – Agradeço-te o primor; mas eu nada quero de governos Monarchicos, sejam constitucionaes, ou não. Sou repuvilicano, e hei de morrer repuvilicanamente.

Casca – E quem te diz que não ha de haver republica? O que ha de succeder, não posso eu adivinhar; mas o que sei com certeza he, que hei de ser Ministro, seja qual for a forma de governo, pois me acomodo a todos, e tenho arranjado as minhas baterias de maneira, que venha a dar no que der sou do partido dominante, e não sou dos ultimos a mudar.¹⁵

Em 1836, vem a lume a obra poética *Palavras de um crente*, do Padre Lamennais, traduzida por António Feliciano de Castilho¹⁶. No seu longo prefácio, este escritor português aproveita o ensejo para enaltecer, pela primeira vez na nossa literatura, as grandes virtudes do regime republicano, considerando-o o maior objectivo político a ser concretizado no futuro. No entanto, Castilho demarca-se do modelo francês em vigor, por este se encontrar ainda identificado com um certo despotismo¹⁷, e privilegia antes o republicanismo de enquadramento clássico, conducente ao desejado aperfeiçoamento da humanidade.

Para além desta distinção, o autor português sublinha que o natural destino dos povos é virem a ser governados em absoluta liberdade sob a forma republicana, não obstante o seu pensamento ser sentido nesta altura como algo ainda utópico e apenas viável no tempo vindouro:

¹⁴ José Ferreira Borges (1786-1838) foi um dos políticos fundadores do Sinédrio, a estrutura organizadora da revolução liberal de 1820, e foi eleito deputado às primeiras Constituintes em 1821.

¹⁵ José Joaquim Ferreira de Moura, *O bota fora do catavento ou A Cabeça de Bacalhau Fresco*, 1827, 66-67.

¹⁶ A obra original, de seu título *Paroles d'un croyant*, é publicada em 1833.

¹⁷ A implantação da II República Francesa, recordemo-nos, ocorrerá apenas em 1848.

[...] a forma republicana, e se mais de uma imaginardes, d'entre essas todas a liberrima, he a mais digna do homem, e que para ella foi a humana especie predestinada.¹⁸

Castilho entende ainda que a existência tem uma origem divina, e que a razão e a fé são dois conceitos inseparáveis, através dos quais se ascende até Deus. De acordo com este raciocínio imbuído de pensamento platónico e agostiniano, o caminho para a república deverá ser percorrido de uma forma idêntica, ou seja, mediante a tradicional experiência fideísta do povo e o devido suporte racional, através de cujos fundamentos se contempla Deus, o alfa e o ómega de todo o universo:

A idéa de republica tão inteira vai contudo na de sabedoria popular, como a de soberania popular na da rasão, e a da rasão na de Deus, o qual só de todas as cousas he primeiro começo e ultimo remate.¹⁹

Como já foi atrás mencionado, é sobretudo a partir da segunda metade da década de 70 que aumenta o número de obras literárias com referências, tanto encomiásticas como depreciativas, ao republicanismo. Em 1876, Manuel Pinheiro Chagas publica a obra teatral *O drama do Povo*, cuja acção histórica remonta à primeira invasão francesa, conduzida por Junot no início do século XIX. No prefácio, o autor acusa os críticos desta peça – previamente estreada em palco – de enquadrarem o tom oratório do protagonista Paulo na doutrina republicana, quando, no fundo, as suas ideias são um reflexo directo do pensamento liberal²⁰. Mais à frente, volta a aludir às acusações injustas de o seu drama ser demagógico e “vermelho”, enumerando os três motivos principais:

- 1º Porque insultava a realeza;
- 2º Porque cuspiu a affronta nas faces da nossa aristocracia;
- 3º Porque o seu heroe defendia ideias republicanas.²¹

Com efeito, algumas das intervenções do “apóstolo” Paulo podem ser associadas não só ao pensamento primordial da ideologia republicana, por tudo o que contêm de romântico e de religiosidade messiânica, mas também ao espírito do liberalismo vintista, pelo seu alinhamento

¹⁸ António Feliciano de Castilho, “Proemio do traductor”, in Lamennais, *Palavras de um crente*, 1836, 17.

¹⁹ Idem, 18.

²⁰ Cf. Manuel Pinheiro Chagas, *O drama do Povo*, 1876, VI.

²¹ Idem, IX. Sublinhado nosso.

anticlerical e desejo de liberdade; podemos reconhecer estas mesmas características quando o protagonista dialoga respectivamente com o Marquês e a Condessa, altos representantes da aristocracia tradicional:

Paulo: “Ah! não fallo em nome da revolução, fallo em nome do Evangelho, fallo em nome da cruz! [...] V. ex^a é christão, e o que é o christianismo senão o código da igualdade e do amor? O que veio Jesus fazer á terra, senão foi resgatar os escravos, levantar os humildes, consolar os que choram, saciar os que teem fome e sede de justiça!

[...]

Condessa (voltando-se para Paulo com ironia): “Felicito-o pela sua habilidade. Fez de meu tio um jacobino! A conversão não era fácil! Se todos os missionários fossem assim, não haveria dentro em pouco senão uma só fé no mundo! [...] Só me falta agora ouvi-lo cantar a *Marselheza*! Não lh’a ensinou também?”²²

No mesmo ano, Camilo Castelo Branco publica “O cego de Landim”, uma novela redigida já no período de maturidade deste autor da segunda geração romântica. O seu enredo gira em torno da personagem António José Pinto Monteiro, e o excerto a seguir transcrito situa-se na década de 20, quando o protagonista se encontra no Rio de Janeiro e é despedido do seu emprego por perfilhar a ideologia republicana:

A sua especialidade litteraria era a eloquencia tribunica. Estudara francez para ler Mirabeau e Danton. Encherá-se d’elles, e ensaiava republicas federalistas com os caixeiros, pedindo cabeças de reis a uns pobres parvajolas que suspiravam apenas por cabeças de gorazes.

Os patrões não farejavam um acabado Robespierre no caixeiro; mas, como desconhecessem a vantagem da apothese dos girondinos em uma loja de molhados, *expulsaram-no como republicano*.²³

Ainda na década de 70, o republicanismo começa a ser motivo temático em algumas obras literárias e artigos de imprensa de Eça de Queiroz, tendo o mesmo sido já assinalado por autores como António José Saraiva²⁴, João Medina²⁵ ou Luiz Fagundes Duarte²⁶. Com efeito, existe

²² Manuel Pinheiro Chagas, *O drama do Povo*, 1876, 177 e 181.

²³ Camilo Castelo Branco, “O cego de Landim”, in *Novellas do Minho*, 1921, 132. Sublinhado nosso.

²⁴ Cf. António José Saraiva, *As ideias de Eça de Queiroz*, 1946.

²⁵ Cf. João Medina, *Eça político (Ensaio sobre aspectos político-ideológicos da obra de Eça de Queiroz)*, 1974; e “Eça e os republicanos”, in *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, 1984, 297-302.

²⁶ Cf. Luiz Fagundes Duarte, “Os republicanos da Rua do Príncipe”. Consultado pela Internet em <http://www.lettras.puc-rio.br/catedra/revista/1Sem_08.html>.

um considerável conjunto de textos produzidos ao longo de três décadas por Eça de Queiroz – tanto do universo ficcional, como do cronístico ou epistolar – com referências a diversos aspectos e episódios da política nacional e internacional. Para isso, terá contribuído, seguramente, o facto de Eça de Queiroz se encontrar ausente de Portugal durante quase três décadas para se dedicar à carreira diplomática em Havana (a partir de 1872), em Newcastle (a partir de 1874), em Bristol (a partir de 1878), e em Paris (a partir de 1888)²⁷.

Na usual marca irónica da sua escrita, Eça revela quase sempre pouca estima pelos políticos e governantes pertencentes ao movimento da "Regeneração", como se observa, essencialmente, nos romances *O Conde de Abranhos*, *Os Maias*, e *A ilustre casa de Ramires*; contudo, a crítica satírica deste autor realista também não esquece os políticos e partidários republicanos, aos quais associa, de uma forma geral, um vazio ideológico e um oportunismo consentâneos com as suas fortes raízes burguesas.

Ao longo da segunda metade da década de 70, Eça publica as três versões de *O crime do Padre Amaro*²⁸. Neste romance, Gustavo, tipógrafo do jornal *Voz do Distrito*, é caracterizado como um revolucionário cheio de grandes ideais e um adepto fervoroso da ideologia republicana, do federalismo ibérico, da Associação Internacional dos Trabalhadores e da Revolução espanhola. No entanto, Eça não nutre uma especial simpatia por esta sua personagem, cujo enquadramento romanesco foi já objecto de análise pormenorizada por parte de Maria Luísa Nunes²⁹ e João Medina³⁰:

²⁷ Anote-se ainda o pormenor curioso de Eça ter sido preterido na primeira vez que concorreu a esta carreira, em 1869, por ser considerado pelos representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como o próprio comenta por carta de Novembro de 1871, “[...] o chefe do partido republicano em Portugal.” (Apud João Gaspar Simões, *Eça de Queirós: a obra e o homem*, 1981, 43).

²⁸ A primeira versão é editada em 1875, na *Revista Ocidental*, seguindo-se-lhe as duas restantes em 1876 e 1880.

²⁹ Segundo Maria Luísa Nunes, Gustavo, como personagem, é [...] um contributo valioso para o meio político visto que a sua presença reflecte a corrente radical que prevalecia na Europa ao tempo em que o romance foi escrito. (Maria Luísa Nunes, *As técnicas e a função do desenho de personagem nas três versões de O crime do Padre Amaro*, 1976, 412).

Para um desenvolvimento mais aprofundado das características de Gustavo, ler esta obra entre as páginas 411 e 417.

³⁰ João Medina dedica também algumas páginas a caracterizar a intervenção de Gustavo neste romance queiroziano, referindo que esta personagem é uma “[...] sombra vazia na

nas duas primeiras versões, Gustavo é um tipógrafo ainda sem nome, com um desempenho irrelevante, amante de uma mulher a troco de dinheiro, sem quaisquer princípios morais e desleixado na sua profissão; na última versão, é já um mero oportunista, sempre à espreita de um lugar no poder, e subserviente para com a aristocracia. Beatriz Berrini dá-nos uma definição bastante clara do desempenho ambíguo desta personagem:

Que pode contra os dominadores um pobre tipógrafo como o Gustavo que, se alude à Internacional, a levantes operários e coisas que tais, *recua timidamente para o seu lugar e baixa o tom de voz quando vê o barão de Via-Clara conversando com o taberneiro?*³¹

Apesar de tudo, é de assinalar também o traço irónico nesta obra em torno das personagens associadas à instituição monárquica; é o caso, por exemplo, dos momentos finais em que o Conde de Ribamar, a propósito das agradáveis notícias recebidas sobre o desfecho das agitações revolucionárias da Comuna de Paris, ocorridas em Maio de 1871, faz as seguintes observações aos dois sacerdotes que o acompanham:

A imperatriz no trono de França, Pio Nono no trono de Roma, aí temos a democracia esmagada entre estas duas forças sublimes, e creiam Vossas Senhorias um homem que conhece a sua Europa e os elementos de que se compõe a sociedade moderna, creiam que *depois deste exemplo da Comuna não se torna a ouvir falar de república, nem de questão social, nem de povo, nestes cem anos mais chegados!*...³²

A *Capital*, por sua vez, é o romance queiroziano onde a abordagem da ideologia republicana se torna mais evidente. Apesar de ter sido publicado um quarto de século após a sua morte, Eça terá iniciado a sua redacção em finais da década de 70³³, fazendo do jovem poeta e dramaturgo Artur Corvelo o seu (anti-)herói, e do seu arrivismo político-

versão de 75 e figura de belo recorte e densidade humana na redacção definitiva [...].” (João Medina, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, 1980, 33.).

Para um estudo mais aprofundado do enquadramento político de Gustavo, ler esta mesma obra, entre as páginas 33 e 42.

³¹ Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, 1984, 271. Sublinhado nosso.

³² Eça de Queiroz, *O Crime do Padre Amaro*, 1975, 455. Sublinhado nosso.

³³ A maioria dos historiadores e analistas deste romance queiroziano concorda que a sua redacção teria sido iniciada entre 1877 e 1879, sendo interrompida para escrever *Os Maias*, e terminada apenas em meados da década de 80. No próprio texto romanesco, cujo enredo se situa durante a segunda metade do século XIX, parece encontrar-se um indício deste faseamento, quando Artur Corvelo faz, no capítulo VI, uma alusão

social o *leitmotif* principal. Tentemos resumir, em curtas linhas, as formas de presença do republicanismo neste argumento: na vila aveirense de Oliveira de Azeméis, o protagonista conhece Rabecaz, um republicano radical que se insurge contra barões e sotainas e lhe desperta a vontade de viver em Lisboa, onde encontrará certamente maior reconhecimento social e literário. Já na capital, trava conhecimento com Jácome Nazareno, que o apresenta no Clube Republicano³⁴, onde Artur acredita poder encontrar uma forma de ultrapassar os seus desaires e desamores e de se vingar de todos os que, até àquele momento, o tinham humilhado. Contudo, após dedicar o seu drama *Amores de Poeta* a um “Augusto Personagem”, acaba por ser expulso do Clube, por traição aos seus princípios.

A animosidade queiroziana faz-se sentir desde logo em relação aos seus adversários políticos: os republicanos representados, ou, melhor dito, caricaturados no Clube Democrático da Rua do Príncipe³⁵ são indivíduos em geral sem escrúpulos, agindo sobretudo em função dos seus interesses particulares, e nunca hesitando em atribuir à monarquia toda as culpas pela situação débil do país ou pelos seus próprios fracassos. Um exemplo

antecipada ao Partido Republicano, fundado *apenas* em 1883; antes desta data, existia o Centro Eleitoral Republicano Democrático, antecessor do P. R. P..

³⁴ Nos finais da década de 70, começam a formar-se alguns clubes republicanos na capital, sendo predominantemente constituídos por indivíduos ligados à actividade comercial e por intelectuais, como escritores, professores, jornalistas e altos funcionários do Estado. Em *A Capital*, Eça regista essa nova fase quando descreve o momento em que Jácome Nazareno revela a Artur Corvelo, não obstante a dispersão das várias facções republicanas, a recente proliferação de clubes no centro e no norte de Portugal: “- Em Coimbra forma-se um Clube, no Porto outro, em Viseu outro...” (Eça de Queiroz, *A Capital*, 1999, 230.).

³⁵ Segundo Eça de Queiroz, teria existido realmente um clube republicano localizado nesta rua da Baixa lisboeta, actualmente denominada Rua Primeiro de Dezembro. Num artigo denominado “Novos Factores da Política Portuguesa”, publicado em 1890, e do qual será dado um maior destaque num capítulo deste trabalho relativo a Carlos Malheiro Dias, Eça analisa quer a forma como a ideologia republicana se desenvolve de forma exponencial em finais do século XIX, quer como terá surgido na capital, em finais da década de 60:

O primeiro ensaio de republicanismo, com visos de organização, foi devido, ahí por 1867 ou 68, a um guarda-livros da antiga casa Bertrand, moço excelente, mas fanático, que consumiu o seu pecúlio e a sua saúde no empenho de fundar um club, menos como núcleo d’acção que como núcleo de propaganda. *Esse club (se não nos falha a memória) chegou a funcionar n’uma casa da rua do Príncipe*, e a elle pertenceram alguns homens hoje illustres nas letras, e mesmo famosos pelas suas idéas auctoritarias. (Eça de Queiroz, “Novos Factores da Política Portuguesa”, *Revista de Portugal*, II, 1890, 528. Sublinhado nosso.).

desta ideia algo primária pode ser encontrado numa grande parte do capítulo VI, interpretado por António José Saraiva do seguinte modo:

Lendo esse capítulo, *que é uma verdadeira farsa*, imaginamos um republicano como alguém desmazelado, inculto e tonto, fértil em rosários de frases feitas: [...].³⁶

Na verdade, este capítulo descreve uma reunião do Clube onde cada membro, apesar de não possuir qualquer espécie de consciência social ou política, exalta as virtudes da república na esperança de que a sua rápida instauração possa contribuir para vingar os seus próprios ressentimentos. Tal como refere João Medina,

[...], o republicanismo dos personagens de Eça parece consistir sobretudo num azedume feito de frustrações humanas, demasiado humanas: a falta dum emprego, uma afronta recebida, um amor infeliz, um lugar subalterno.³⁷

Invariavelmente, Eça destaca todos os membros do Clube pelos seus aspectos negativos e egóticos - são republicanos, grande parte das vezes, por oportunismo, por inveja, por ódios pessoais ou meros devaneios idílicos, mas quase nunca por uma nobreza de sentimentos ou por uma motivação verdadeiramente ideológica:

Ninguém parecia ter uma noção exacta de reformas definidas: mas todos, vagamente, confiavam que da República escorreria a felicidade pública, penetrando todas as classes, até os mais obscuros casebres, com a fecunda universalidade da luz que cai de um astro.³⁸

Segundo António José Saraiva, Eça não nutria grande simpatia pela pequena burguesia, considerando-a

[...] medíocre, de alma pequena e compreensão curta, incapaz de emoções delicadas ou violentas, fechada à arte, e tendo por doutrina ou um progressismo materialista e conformista, ou um jacobinismo simplista e irracional. Em suma, uma classe de subalternos – submissos ou revoltados, transformando em doutrina os seus pequenos ódios ou as suas pequeninas ambições.³⁹

³⁶ António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental – estudos sobre Antero de Quental*, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros, 2ª ed., 1995, 69. Sublinhado nosso.

³⁷ João Medina, “Eça e os republicanos”, in *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, 1984, 299.

³⁸ Eça de Queiroz, *A Capital*, 1999, 255.

³⁹ António José Saraiva, *As ideias de Eça de Queiroz*, 1946, 100.

Este desprezo sentido por Eça em torno da classe burguesa, um aspecto particular também comungado pelo grupo dos “Vencidos da Vida”, torna-se notório no momento em que o Sr. Abílio Pimenta, lojista de panos, é caracterizado com a mais subtil das ironias:

Devendo ser, por profissão, por interesse, por fisionomia, um conservador, a sua presença era para os republicanos uma satisfação permanente, muito saboreada; com o seu ventre, o seu grilhão, a sua face nédia, o vago cheiro de armazém que saía dele, o amigo Abílio introduzia no Clube aquele tom de respeitabilidade, de estabilidade, de ordem, que a Propriedade confere às Ideias que apoia; a cooperação daquele proprietário era a evidência gloriosa da praticabilidade da República: ele representava a adesão da burguesia, e a sua pessoa trazia aos republicanos da plebe aquele orgulho que dava aos deputados do Terceiro Estado, em 89, a presença, nos seus bancos, dos fidalgos das casas de Noailles ou de Montmorency.⁴⁰

Mesmo fora do Clube da Rua do Príncipe, o narrador continua a dar alguns outros exemplos da falta de escrúpulos e da incoerência dos republicanos, cuja volubilidade é aplicada consoante o lado de onde sopra o vento político mais favorável. É, por exemplo, o caso de Carvalhosa, um antigo colega de Artur Corvelo, considerado nos tempos universitários o maior republicano de Coimbra; contudo, através da influência de um familiar, consegue um lugar de deputado pelo partido governamental, passando a ter, a partir desse momento, a mais elevada estima pela monarquia e por todas as instituições com ela relacionadas.

Para além de uma caracterização muito pouco abonatória de todas as personagens identificadas com o republicanismo, *A Capital* alude também a esta ideologia suspeita e subversiva como uma forte ameaça para a sociedade e para o regime estabelecido. Tal pode ser observado quando Artur entrega ao desconfiado Melchior, jornalista do *Século*, um artigo do Matias:

Melchior remexeu as tiras de papel azul quase com medo. Vinha do Matias, dos republicanos, e parecia-lhe que sob aquela letrinha miúda se devia tramar alguma coisa de funesto para o *Século*, para a Monarquia, para os prazeres tranquilos da Baixa.⁴¹

⁴⁰ Eça de Queiroz, *A Capital*, 1999, 241.

⁴¹ Idem, 267-268.

Para o final da obra, o republicanismo é ainda associado à sordidez e à depravação, quando Artur se encontra com uma bailarina do Casino:

A bacante, que misturava conhaque no champanhe, tinha uma loquacidade doida: cantou canções obscenas, *declarou-se republicana*, deblaterou contra a religião. De resto, dizia, em Paris tinha carruagens e os seus amantes eram príncipes. Mas o que ela queria agora, declarou, era a orgia, o vício, o crime!⁴²

Segundo João Medina, Eça não tinha uma grande consideração pelos republicanos portugueses⁴³; nós arriscar-nos-íamos a retirar uma conclusão mais ousada, ao defender a presença neste autor de um nítido desdém pelos seus adversários políticos, não apenas pela uniformidade negativa no seu critério de construção ficcional das personagens que partilham e veiculam esta ideologia, mas também pela leitura de alguns dos seus textos de imprensa ou da sua correspondência. Veja-se, como exemplo, o seguinte excerto de uma carta sua, escrita em Newcastle a 25 de Fevereiro de 1878, e dirigida a Joaquim de Araújo:

A república, em verdade, feita primeiro pelos partidos constitucionais dessidentes, e refeita depois pelos partidos jacobinos, que, tendo vivido fóra do poder e do seu maquinismo, a tomam como carreira, seria em Portugal uma balbúrdia sanguinolenta.⁴⁴

Na década de 80, diminuem as referências ao republicanismo na literatura portuguesa, numa curiosa e estranha proporção inversa ao seu crescimento político-social. Das que merecem o nosso maior destaque, assinalemos uma manutenção da tendência utópica das personagens defensoras desta ideologia, correspondente à sua fase propagandística e eleitoralista. Em 1880, é publicado o romance *Vida atribulada – Scenas da vida contemporanea*, de Julio Lourenço Pinto, composto sob o signo epigráfico de Émile Zola. No princípio do capítulo V, deparamos com uma cena situada em meados da década de 70, onde o narrador descreve os sentimentos românticos nutridos por Carlos em relação a uma república, o regime político idealizado por si mesmo num futuro próximo:

⁴² Eça de Queiroz, *A Capital*, 1999, 353. Sublinhado nosso.

⁴³ Cf. João Medina, “Eça e os republicanos”, in *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, 1984, 297.

⁴⁴ Eça de Queiroz, “Ramalho Ortigão”, in *Notas Contemporâneas*, 2ª ed., 1913, 43.

Aquele rapaz inhalado do espirito de Proudhon, vibrante de revoltas demagógicas, fitava na immensidade offuscante de luar estivo, como um oceano a transbordar de luz, um olhar sinistro de protesto contra o destino, contra a injustiça dos homens, que o amesquinhavam, e, voltando-se para a janella em attitude olympica, *cerrava o punho ameaçador que fulminava vinganças contra reis e burgueses anafados.*

[...]

- Ah! quando chegaria o reinado da ideia nova, quando estaria a humanidade toda sob o imperio do direito e da justiça, as velhas instituições derrocadas, os prejuizos garrotados, o povo desopprimido, o proletario com o estômago farto, os espinhaes da vida desbravados!...

*E punha-se a sonhar a terra como uma vasta ilha afortunada em que elle edificava a sua republica ideal.*⁴⁵

Em 1884, o ideólogo e doutrinador José Falcão publica a *Cartilha do Povo*, cuja obra é, na sua totalidade, composta por um imaginário diálogo em estilo socrático entre a personagem republicana João Portugal e José Povinho, representante do povo. No primeiro ano, são vendidos trinta mil exemplares, números reveladores da sua grande difusão pela classe popular e rural, os seus destinatários principais.

A transparência da sua mensagem panfletária e a simplicidade da estrutura dialógica entre os seus dois protagonistas são algumas das mais importantes características desta obra; de assinalar ainda a sua divisão temática, a incidir sobre a importância e os valores da pátria, a crítica ao funcionamento das eleições e do sistema parlamentar, ou a comparação entre a enorme disparidade das despesas feitas pela família real e as dos representantes do regime republicano.

Por sua vez, Eça de Queiroz, à semelhança da década anterior, continua a mostrar a sua animosidade em relação aos seus adversários republicanos, como se observa através da caracterização de algumas personagens identificadas com esta ideologia no romance *Os Maias*, publicado em 1888. Não há dúvida de que Afonso da Maia, apesar de ter sido “o mais feroz jacobino de Portugal” na sua juventude, durante a qual soltou vivas a Mirabeau e à República voltairiana, é uma personagem respeitável, tanto na qualidade de patriarca da família como na sua

⁴⁵ Julio Lourenço Pinto, *Vida atribulada – Scenas da vida contemporanea*, 1880, 119. Sublinhados nossos.

nobreza e bondade naturais; é ainda verdade que o desejo do poeta romântico Alencar de instaurar, nas palavras de João da Eça, uma “República meiga e loura, vestida de branco como Ofélia,”⁴⁶ corresponde a uma singela e utópica visão de igualdade e fraternidade no mundo.

No entanto, Vicente, o mestre-de-obras que tem a seu cargo a construção do laboratório de Carlos, revela já uma linguagem algo primária e um modelo de discurso estereotipado. A partir desta personagem, Eça aproveita uma nova oportunidade para ridicularizar a vertente mais radical da ideologia republicana; para isso, concebe este representante da classe popular a desejar uma revolução semelhante à francesa, e que em seguida o rei e a família real fossem colocados num navio fretado e atirados pela borda fora.

⁴⁶ Cf. Eça de Queiroz, *Os Maias*, 1975, 422.

3 – A sua manifestação no período finissecular

Em 1892, Teófilo Braga publica *As modernas ideias na literatura portuguesa*, o único trabalho de teoria literária a merecer algum destaque nesta dissertação, pelas suas alusões enérgicas e vincadas à ideologia republicana. Dividida em dois volumes, esta obra aglutina uma análise à produção literária em Portugal ao longo do período oitocentista, percorrendo os autores românticos, ultra-românticos, e os da denominada “geração moderna”, representada por Eça de Queiroz e Oliveira Martins.

Na extensa introdução a esta abordagem da literatura oitocentista, o teorizador e historiador da literatura começa por fazer uma espécie de resumo da evolução política em Portugal ao longo do seu período constitucional; em seguida, aproveita o ensejo para criticar a “nefasta dinastia brigantina”⁴⁷ e invocar a necessidade de implantação da república, encarada como única via para a redenção nacional e como uma consequência positivista da evolução dos tempos e das mentalidades. Neste mesmo sentido, Teófilo Braga faz eco do pensamento primordial do ideólogo republicano Henriques Nogueira, retomando a pertinência da *questão política*, ou seja, a necessidade de solucionar os problemas da sociedade portuguesa através de uma profunda mudança de regime⁴⁸:

Sómente a proclamação da Republica trará a condição de se manifestarem os fortes caracteres movidos pelo sentimento de patria. A Republica, no meio d’estes desastres publicos, está na consciência de todos como o recurso definitivo da nossa estabilidade nacional.⁴⁹

Nas últimas obras de Eça de Queiroz, não podemos deixar de assinalar o facto curioso de diminuírem as suas referências acintosas ao

⁴⁷ Cf. Teófilo Braga, *As modernas ideias na literatura portuguesa*, I, 1892, 29.

⁴⁸ No fundo, Teófilo Braga reitera as ideias defendidas já em 1879 na sua obra *Soluções Positivas da Política Portuguesa*; após culpar a instituição monárquica pelo estado de mediocridade em que se encontram a ciência e a literatura, defende a implantação do regime republicano como a melhor solução para resolver a crise nacional:

Em geral, a república é o governo mais racional, moral e economico que existe, porque é uma magistratura exercida pelo mais competente, é a que demanda maior honestidade e civismo, e a que põe em acção todas as forças productivas de um povo, opondo ao esgotamento militar a actividade industrial; *em particular, para o nosso paiz é o unico governo que nos pode salvar da anarchia económica*, [...]. (Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, 1879, 61. Sublinhado nosso.).

republicanismo em Portugal. Uma justificação para este facto poderá ser encontrada, por certo, na sua observação mais distanciada das batalhas políticas nacionais, em virtude de se encontrar em serviço diplomático, ao longo de toda esta década e até à data da sua morte, em Paris.

Uma outra explicação residirá, possivelmente, no “pacto de não agressão” à República Brasileira, feito pelo próprio autor em meados de 1891. Em carta dirigida a Teófilo Braga, com data de 7 de Agosto de 1891, Eça informa o ideólogo republicano que a *Revista de Portugal* deixou de divulgar críticas negativas ao Governo brasileiro, pedindo-lhe, em seguida, para esquecer o seu ressentimento em relação a esta publicação, a fim de que a mesma possa voltar a contar com a sua dignificante colaboração:

O Governo Provisório passou: o Brasil tem uma República constituída: - e a *Revista* não tornou a publicar uma linha hostil ao Governo que o Brasil, em Congresso, a si mesmo se deu.⁵⁰

Como exemplo literário onde a temática do republicanismo é aflorada muito superficialmente, mencionemos o romance *A ilustre casa de Ramires*, saído em 1900⁵¹. Durante o jantar oferecido por José Barrolo a André Cavaleiro, Governador Civil de Oliveira, o protagonista Gonçalo Mendes Ramires, que tinha sido um republicano durante a sua juventude, alude ao crescimento evidente da ideologia republicana ao longo da última década do século XIX, inclusive na sua própria terra de infância:

O espanto de Gonçalo era como o Republicanismo alastrara em Portugal – até na velhota, na devota Oliveira...

- Quando eu andava em Preparatórios existiam simplesmente dois republicanos em Oliveira, o velho Salema, lente de Retórica, e eu. Agora há partido, há comité, há dois jornais...⁵²

José Mendonça afasta, contudo, a possibilidade de ascensão dos republicanos ao poder nos tempos mais próximos, com um aparte irónico:

- Ainda vem longe, muito longe... Ainda nos dá tempo de comermos estes belos ovos queimados.⁵³

⁴⁹ Teófilo Braga, *As modernas ideias na literatura portuguesa*, I, 1892, 116.

⁵⁰ Eça de Queiroz, *Cartas de Eça de Queiroz*, 1945, 293.

⁵¹ Para uma interpretação mais aprofundada deste romance eciano, consulte-se o capítulo “*A ilustre casa de Ramires* e a questão africana. Entre a História e o mito”, in Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, 1996, 193-264.

⁵² Eça de Queiroz, *A ilustre casa de Ramires*, 2000, 199.

⁵³ Idem, 200.

O Governador Civil lembra-se, entretanto, de uma ideia bem mais radical para atenuar o alastramento das ideias republicanas; salientando a fidelidade inabalável do mundo rural português à tradição monárquica, sugere a aplicação da violência no combate à nova ideologia, infiltrada apenas no espaço burguês e no sistema educativo:

Enquanto aos nossos republicanos, esses, ... Meu Deus! mera questão de Guarda Municipal! Portugal, nas suas massas profundas, permanecia monárquico, de raiz. Apenas ao de cima, na burguesia e nas escolas, flutuava uma espuma ligeira, e bastante suja, que se limpava facilmente com um sabre...

- Vossa Excelência, sr^a D. Graça, que é uma dona de casa perfeita, conhece esta operação que se faz à panela do caldo... Escumar a panela. Ê com uma colher. Aqui é com um sabre. Pois assim, com toda a simplicidade, se clarifica Portugal.⁵⁴

Se nos debruçarmos também sobre *A cidade e as serras*, obra concebida no mesmo período do romance antecedente, é possível extrapolar, numa relação simbólica, uma crítica velada à república. Aparentemente, não existe qualquer alusão *de carácter político*; todavia, a melancolia e o enfado existencial de Jacinto, personagem submersa nos seus prazeres artificiais, obtidos a partir de uma panóplia de objectos técnicos e científicos, são da inteira responsabilidade da civilização parisiense, já sob o confuso domínio da III República Francesa⁵⁵.

Neste sentido, o protagonista de *A Cidade e as Serras* pode ser interpretado como um símbolo da decadência do homem oitocentista, provocada pelo excesso de civilização. Contudo, a culpa principal é

⁵⁴ Eça de Queiroz, *A ilustre casa de Ramires*, 2000, 200.

⁵⁵ Numa crónica publicada no nº 6 da *Revista Moderna*, a 20 de Setembro de 1897, Eça de Queiroz deixa bem vincado o seu carácter mordaz e sarcástico nas duras críticas à República Francesa, a propósito da visita de Estado feita pelo príncipe russo Paulo:

As classes elevadas (e na Rússia só elas existem, todo o resto é paisagem e gado) apreciam essencialmente a França pelo seu brilho militar – que é obra do Império, e pela sua elegância alta – que é obra da Monarquia. A essa sociedade, que ainda há pouco falava mais gramaticalmente o Francês que o Russo, a França aparece como o harmonioso conjunto de uma Civilização perfeita, já acabada quando a Monarquia acabou – e a que a República não juntou nem traço, nem retoque, nem camada de novo e superior verniz.

[...]

Depois começou para o Tzarevitch Paulo o programa de festas que a República, por não possuir outras magnificências além das que criou a Monarquia, e em obediência ao espírito clássico, repetiu dócilmente na recepção do Tzar Nicolau. (Eça de Queiroz, “Antigas visitas”, in *Notas contemporâneas*, 2ª ed., 1913 (1ª ed., 1909), 454-455 e 461.).

atribuída à França republicana e positivista, uma vez que a contaminação de Jacinto por esse *mal de vivre* finisse secular ocorre na Cidade-luz; é então na anábase às origens histórico-sociais mais profundas da sua pátria monárquica que o protagonista irá procurar a sua regeneração psicológica, através da construção de uma família tradicional e na projecção de uma *aurea mediocritas* socialista. Tal como o título nos indica, este romance divide-se numa bipolarização espacial, a partir da qual se estabelece um confronto maniqueísta entre “Babel”, lugar rasteiro de frenético *negotium* e do positivismo republicano, e “Sião”, espaço elevado de *otium* bucólico e ascetismo monárquico.

Em 1902, Alfredo Gallis⁵⁶ publica *Os políticos*, o sexto dos doze volumes que formam a série romanesca “Tuberculose Social”. No seu longo Proêmio, o autor começa por se referir à situação gravosa da política portuguesa no dealbar do novo século, cujas culpas faz recair no sistema constitucional. Contudo, as últimas páginas são já dedicadas à crítica do republicanismo: por um lado, o autor sugere a impossibilidade de esta ideologia, ainda em estado tão pueril e romântico, ser posta em prática sem a necessária mentalização do povo português para uma mudança tão radical de regime político; por outro lado, há uma profunda desconfiança da qualidade dos seus dirigentes, exemplificada na sua actuação em 1891:

Cheguei finalmente ao ponto mais importante d’este prologo – a idéa republicana.

Considero-a a mais dôce ingenuidade, a mais casta innocencia, e a maias terna poesia que o nosso temperamento de meridionaes idealistas e phantasiosos poderia ter gerado, para magoa e tristeza das almas que vêm de alto todas estas miserias doentias da sociedade.

Fazer uma revolução, depôr um rei, enforcar meia duzia de homens que de ha muito são apontados á vindicta popular, para depois se eleger (á facada) um presidente, e reeditar-se o velho systema das eleições para factura dos deputados que deveriam compôr a maioria republicana, acho simplesmente tolo, como tola considerei sempre a revolta do 31 de janeiro, feita com um

⁵⁶ O escritor Joaquim Alfredo Gallis nasceu em Lisboa em 1859, e faleceu a 24 de Novembro de 1910. Para além do cargo exercido como escrivão da corporação dos pilotos da Barra de Lisboa, publicou algumas obras de carácter político-social, como *A burla do constitucionalismo*, tendo sido ainda jornalista durante várias décadas em diversos órgãos de imprensa, como o *Jornal do Comércio*, *Diário Popular*, *Universal*, *Tempo*, ou *Liberal*.

mediocre actor dramático, o Verdial, e um desvalorizado pamphletário intrujola, o Santos Cardoso.

*Por acaso a república mudaria rapidamente as qualidades atávicas dos homens, os seus vícios e deseducados princípios morais e sociais, e lhes daria a educação e ilustração que eles não possuem e de que tanto necessitam?*⁵⁷

A falta de solidariedade e de harmonia no seio da família republicana é ainda outro dos motivos apontados pelo autor para questionar a implantação deste regime em Portugal; para além deste facto, Gallis levanta ainda algumas dúvidas a propósito do sistema eleitoral por sufrágio universal, reivindicado nesta altura pelos ideólogos republicanos, dada a considerável percentagem de analfabetismo do povo, de cuja classe muitos elementos entendem a república como um sistema político onde prevalece apenas a anarquia estatal e a lassidão social:

Porque ha milhares de bipedes que creem firmemente que a fôrma republicana não contém justiça, nem tribunaes, nem agentes de segurança, nem cadeias, nem quem mande e governe, podendo cada qual praticar impunemente tudo quanto lhe appetença!⁵⁸

Num ensaio crítico do regime constitucionalista, publicado nesta mesma altura, Alfredo Gallis utiliza também argumentos similares para justificar a sua desconfiança na implantação da República em Portugal, não por os dirigentes do Partido Republicano serem

[...] pessoas deshonestas ou malvadas, mas porque o povo entende a república como synonimo de cada um fazer o que quer até atirar-se impunemente á fazenda ou ás ventas do seu semelhante.⁵⁹

O romance *Os políticos* situa-se temporalmente em 1901 e acompanha a acção determinada de Bartholomeu Trovoadas, “[...] administrador do *Globo*⁶⁰ e o mais esturrado e valente republicano da freguezia de Santa Isabel.”⁶¹ Este protagonista, já considerado no Proêmio

⁵⁷ Alfredo Gallis, *Os políticos*, 1902, 34. Sublinhado nosso.

⁵⁸ Idem, 37.

⁵⁹ Alfredo Gallis, *A burla do constitucionalismo*, 1905, 36. Sublinhado nosso.

⁶⁰ O *Globo*, o órgão de imprensa dos republicanos radicais, parece-nos ser uma alusão óbvia – a começar pelo próprio título – ao jornal *O Mundo*, a mais importante publicação periódica de propaganda republicana e anticlerical. Fundado por António França Borges, este jornal é publicado ao longo de quase três décadas (entre 1900 e 1927), tendo tido Afonso Costa e Bernardino Machado como colaboradores.

⁶¹ Alfredo Gallis, *Os políticos*, 1902, 49.

do autor “um crente e um sincero”⁶², caracteriza-se pela sua grande consequência, ao ter sido sempre um admirador convicto do republicanismo; perseguido em tempos idos pelas suas ideias políticas e pelas suas intervenções em clubes republicanos, acredita que só com a implantação da república a curto prazo pode ser obtida uma solução viável para solucionar a crise em Portugal:

O povo está descontente, a vida cada vez mais difficil, e os monarchicos roídos de intrigas, de invejas e de ambições, não teem força moral. Ninguém os acredita e todos concordam em que tão bons são uns como os outros. A questão dos crédores externos agrava-se, temos crise em Angola, [...]. Falta o credito lá fóra e cá dentro. Augmentou-se o sêllo e o paiz não pôde com mais impostos. [...] O governo não tem dinheiro, nem energia, nem talento para salvar a situação. *É uma fallencia certa, que faz com que a gente se volte para a republica como a unica táboa que nos pôde salvar.*⁶³

Contudo, não é apenas Trovoadas a denunciar o período estéril da “Pax Regeneratoria”, pois o narrador também se identifica com esta personagem, fazendo alguns comentários judicativos e assumindo, por vezes, o papel de porta-voz das suas duras críticas à política rotativista, aplicada ao longo da segunda metade do século XIX:

Succedem-se os ministerios aos ministerios, os parlamentos aos parlamentos, passam annos, e não surge uma unica questão de capital interesse social que traduza um salto importante de civilização e evolucionismo nos casos de accorder o paiz d’esse marasmo achi-estupido em que elle jaz mergulhado ha tantos annos.⁶⁴

Não obstante os severos reparos ao constitucionalismo, verificamos serem em muito maior número as falhas apontadas aos republicanos. Fazendo eco das características negativas anteriormente apontadas por Eça a todos os membros do Clube da Rua do Príncipe, o narrador faz também a sua intrusão valorativa, criticando-os essencialmente pela sua incapacidade de organização, pelo seu pensamento mesquinho, e pela forma como se movem em função dos seus interesses pessoais:

Restam os republicanos, mas esses, desorientados, irritantes, ameaçadores, e roídos intimamente por ferozes

⁶² Cf. Alfredo Gallis, 1902, *Os políticos*, 38.

⁶³ Idem, 75-76. Sublinhado nosso.

⁶⁴ Idem, 80-81.

discordancias intestinas, que de vez em vez suppuram em publico com justo gaudio dos monarchicos, não offerecem garantias nem condições de fé, atrabiliarios como são, cheios de odios e obsecados até á injustiça e á miseria de pequeninas vinganças reles, [...].⁶⁵

Mais à frente, o narrador procura confirmar as críticas anteriores, ao descrever as fortes discussões havidas durante uma reunião entre os republicanos radicais, apostados numa acção mais agressiva e na introdução de uma retórica mais incisiva nos artigos de imprensa, e os republicanos evolucionistas, de tendência mais moderada e interessados em fazer um acordo político com os dirigentes monárquicos. Sem hipótese de se obter um consenso, esta reunião atinge um estado caótico:

Os accordos eram proprios só dos covardes e d'aquelles que pescavam nas aguas turvas.

Appoiado! apoiado! berraram os radicaes a uma voz.

A luta que então se estabeleceu na assembléa foi indescritivel.

Invectivaram-se uns aos outros, dirigiam-se injurias e accusações mutuas, houve ameaças e principios de pugilato.

O presidente agitava a campainha e os secretarios pediam ordem. Os animos estavam demasiadamente excitados para obedecerem.⁶⁶

A referência feita na parte final do romance aos três deputados republicanos presentes no Parlamento também não é a mais elogiosa, pois parte do pressuposto de estes políticos não terem sido eleitos por mérito próprio, mas apenas como consequência de um acto vingativo da população, bastante revoltada contra algumas medidas governamentais impostas à cidade do Porto por motivos sanitários:

Esta idéa enchia-o de esperança e de confiança de que o seu partido ia finalmente exhibir-se na grande scena politica da nação, não á custa de um despeito local como succedera no Porto, elegendo três representantes republicanos como signal de *revanche* contra as medidas governamentaes quando a peste bubonica invadiu aquella cidade isolando-a do resto do paiz, mas como uma affirmação nacional do modo de ser e de querer politico contra os processos e tendencias dos partidos monarchicos.⁶⁷

Esta opinião, expressa a propósito de a eleição dos deputados republicanos se dever sobretudo a factores externos à sua qualidade ou ao

⁶⁵ Alfredo Gallis, *Os políticos*, 1902, 81.

⁶⁶ Idem, 105-106.

⁶⁷ Idem, 179-180.

mérito pela vitória alcançada, é também similar à explicação de Eça de Queiroz, dada uma década atrás, sobre o crescimento anormal do Partido Republicano Português no início da década de 90; a mesma encontra-se em dois parágrafos do artigo “Novos Factores da Politica Portuguesa”, ao qual daremos maior destaque no capítulo sobre Carlos Malheiro Dias:

Um deputado republicano por Lisboa ha quinze annos não reuniria *cem votos*. Nas ultimas eleições os republicanos tiveram *alguns milhares de votos*. E estes milhares de votos têm uma significação grave, não tanto por virem do apoio progressista (ainda que este apoio é também significativo e symptomatico), mas por virem d’uma forte massa de eleitores independentes, pertencendo pela maior parte ás classes liberaes e á classe commercial, que até aqui se abstinham de votar.

*Um tal desenvolvimento de republicanismo é obra recente d’estes ultimos annos. E a sua causa tem sido simples e unicamente o descontentamento: isto é, o partido republicano tem-se alastrado, não porque aos espiritos democratisados apparecesse a necessidade de implantar entre nós as instituições republicanas, como as unicas capazes de realisar certos progressos sociaes – mas porque esses espiritos sentem todos os dias uma aversão maior pela politica parlamentar, tal como ella se tem manifestado, com o seu cortejo de males, n’estes derradeiros tempos.*⁶⁸

No final do romance, Trovoadas morre subitamente ao tomar conhecimento do completo fracasso de uma acção revolucionária, preparada pelos republicanos para ter lugar a 14 de Julho de 1901, dia do regresso da família real de uma viagem aos Açores, em virtude de, à última hora, alguns dos membros mais radicais terem renunciado à luta activa e transitado para o lado da facção evolucionista.

Pelo meio deste enredo político, encontramos ainda uma complexa relação entre Clorinda, a filha do protagonista, e Mário, “[...] um servidor ajuramentado do Rei e um defensor nato dos governos da monarchia.”⁶⁹, cuja história amorosa, de aparente intertextualidade shakespeariana com *Romeo and Juliet*, pretende representar a acentuada clivagem política e social verificada em Portugal na transição de século.

No geral, *Os Políticos* revela-se um romance fraco, cuja tese principal reside na ideia da inutilidade da violência, demonstrada pela

⁶⁸ Eça de Queiroz, “Novos Factores da Politica Portuguesa”, *Revista de Portugal*, II, 1890, 529. Sublinhado nosso.

⁶⁹ Alfredo Gallis, *Os políticos*, 1902, 67.

acção empenhada de Trovoadas – um nome simbólico, que nos remete para um dos estados mais revoltosos da natureza – nas suas iniciativas em prol do republicanismo e pela implantação violenta deste regime.

Creada politica, de Raphael Ferreira, é um curto monólogo em verso para uma personagem feminina, sendo a única peça teatral produzida nestas duas décadas com uma referência explícita ao republicanismo. No início desta obra satírica, uma serviçal começa por invocar a necessidade de ter um descanso semanal de três dias, a fim de poder namorar o soldado ao domingo, o padeiro à segunda, e o caixeiro à quinta; em seguida, dá a conhecer o rol de partidos políticos a que esteve ligada. Numa sucessão completa do espectro partidário pelas estrofes, revela já ter pertencido ao Partido Progressista, ao Partido Progressista Dissidente, ao Partido Regenerador, ao Centro Regenerador-Liberal, e, por fim, ao Partido Republicano⁷⁰:

Mas, como sou leviana!
Quem confessa tem perdão.
Puz de parte o meu patrão
E fiz-me republicana.⁷¹

Contudo, esta criada – Therezinha Guiomar, de seu nome – não pensa ficar por aqui; na última quadra, ameaça continuar a mudar a sua filiação partidária para um alinhamento ainda mais radical, se não vir a sua reivindicação satisfeita pelos principais responsáveis políticos:

‘Stou aqui, estou socialista
E se o que quero não consigo,
Se apertam muito commigo,
Inda me faço anarchista.⁷²

⁷⁰ Esta peça teatral foi posta em cena pela primeira vez em Abril de 1907 no Teatro Príncipe Real, representada pela actriz Sophia Santos Gomes. Desta representação deu notícia o jornal republicano *O Mundo*, na sua edição de 24 de Abril de 1907:

É uma bella “charge” politica, o monologo escripto propositadamente para esta recita pelo sr. Raphael Ferreira, e a que deu o sugestivo titulo de “Creada politica”. N’elle são envolvidos todos os partidos politicos, e a plateia não poude abster-se de irromper n’uma ovação delirante, quando a illustre artista chegou, – dizendo o monologo – a filiar-se no partido republicano.

⁷¹ Raphael Ferreira, *Creada politica*, 1907, 6.

⁷² Idem, 6.

4 – A ficção monárquica de Aníbal Soares

No período finissecular, encontramos alguns textos de autores ligados aos valores mais tradicionais e monárquicos, a criticarem uma série de situações e figuras políticas, seja de forma aberta, através de uma linguagem objectiva e violenta, como de forma mais subtil, através do traço irónico. Cite-se o caso de algumas obras ecianas já aqui aludidas, ou de *Os Teles de Albergaria*, de Carlos Malheiro Dias, cujo romance será motivo de atenção especial no capítulo III desta dissertação.

Com efeito, estes autores criticam o liberalismo ou fazem diversas sugestões pontuais com vista à reforma de base das instituições monárquicas. Contudo, a sua complacência em relação ao papel político desempenhado pelos ideólogos e simpatizantes republicanos na sociedade portuguesa é já bastante menor; refira-se, por exemplo, *Ambrósio das Mercês*, o único romance do escritor monárquico e conservador⁷³ Aníbal Soares, publicado em 1903, com prefácio de Carlos Malheiro Dias.

Relatada na primeira pessoa e em predominante estrutura diarística, a acção desta obra decorre numa vila, sem especificação clara da sua área geográfica; contudo, e apesar de não existir qualquer menção temporal, podemos localizá-la algures na última década do século XIX, conclusão dedutível pelas referências à implantação aparentemente recente da República Brasileira, à conseqüente ameaça do republicanismo em Portugal, ou à enorme passividade do corpo dirigente do Partido Republicano Português:

Pois que se acautelem! – ameaçava o Afonsinho. – Sim, que se precatem eles! Porque no Brasil, o que está, está. Que olhem cá para dentro; e que se ponham no seguro. Porque eles andam por arames. Esta é a verdade: por arames.

[...]

O que eu vejo é muita frouxidão no Directório. Grande frouxidão no Directório, isso sim.⁷⁴

⁷³ Cf. João Gaspar Simões, “Aníbal Soares: ‘Ambrósio das Mercês’, um Romance Fantasista?”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., 1987, 684; e José Carlos Seabra Pereira, “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la Littérature Portugaise. De l’Ultimatum au Régicide”, in AA. VV., *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, 1982, 2-nota 2.

⁷⁴ Aníbal Soares, *O Ambrósio das Mercês*, 1992, 51 e 52.

Ambrósio das Mercês é apresentado no início como sendo um modesto escriturário de uma Repartição de Finanças da vila onde reside. Por um certo ressentimento e vingança profissional, decide aderir a um clube republicano, mas sem se comprometer em público para não pôr em risco a sua vida ou vir a ser despedido do seu emprego. A república passa, então, a ser a sua “sacrossanta causa”⁷⁵; contudo, só se atreve a confessar as suas opções políticas durante os momentos mais eufóricos despertados pelo álcool, como sucede quando se encontra à porta de casa e declara que será ele próprio a enforcar o padre Gabriel e o rei, ao que Baptista lhe responde:

- Você está bêbedo! Veja que é preciso cautela...
- É preciso cautela? Ai, é preciso cautela? Pois olhe, lá vai:
Viva a Repú...

Mas o Baptista tapou-me rapidamente a boca, atarantado, e enfiando-me para o pátio, balbuciou:

- Não, Ambrósio, lá isso, também, nem tanto ao mar, nem tanto à terra...⁷⁶

Reflexo de um tempo finissecular conturbado, Ambrósio é um indivíduo titubeante, de contornos físicos e psicológicos pouco definidos. Muito cedo, apresenta mais dúvidas do que certezas, mais ambiguidade do que determinação, um comportamento contraditório já detectado anteriormente por João Gaspar Simões:

Sendo supersticioso e temente a Deus, perante a sociedade, filia-se no Grémio dos Livres-Pensadores; sendo monárquico, adere ao grupo dos republicanos; e, sendo republicano, aceita a candidatura para a presidência da Câmara monárquica da sua vila.⁷⁷

Continuando a dar provas da sua frouxidão de carácter, Ambrósio sugere o desvio ilícito de dinheiros públicos para a causa republicana, casa-se por interesse, deixando para trás o seu amor verdadeiro por outra mulher, e autoriza ainda ser benzido por uma mulher para que a sua saúde melhore, apesar de se considerar um ateu.

⁷⁵ Cf. Aníbal Soares, *O Ambrósio das Mercês*, 1992, 64.

⁷⁶ Idem, 56-57.

⁷⁷ João Gaspar Simões, “Aníbal Soares: ‘Ambrósio das Mercês’, um Romance Fantasia?”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., 1987, 685.

Ao analisarmos o Grémio dos Livres-Pensadores, o clube subversivo ao qual Ambrósio pertence, vemos que a sua meia-dúzia de membros é caracterizada de maneira bastante satírica e primária. Veja-se o caso de Baptista, que, não concordando com a participação do padre Gabriel nas reuniões da Assembleia Geral, não se senta nas suas cadeiras para não ficar a dever-lhe este favor. Com efeito, numa agremiação laica como esta, é, no mínimo, irónico ser um padre a guardar a chave da porta, a estar incumbido da limpeza das instalações e a emprestar as cadeiras para as reuniões.

Além disso, não existe nenhum debate ideológico ou discussão de estratégias políticas, sendo a maior parte do tempo ocupado de forma fútil com jogos às cartas a dinheiro, em petiscos com muito vinho, e a tocar-se guitarra. Numas das reuniões, em vésperas de eleições, a crença na vitória de Ambrósio provoca uma série de considerações dos restantes membros do Grémio, cujo conteúdo pouco abona a favor da sua causa política:

- Isto é nosso! – bradava o Monteiro, aos murros numa das mesas. – Estamos por cima? Qualquer dia, é chegar ao palácio e pôr el-rei na rua...

- E a coroa no Baptista, não lhe parece? Vai o Baptista para o trono?⁷⁸

Este diálogo entre o Monteiro e o Galvão mostra uma enorme falta de seriedade, pouca compostura, e um baixo nível intelectual destes indivíduos, como se o trabalho clubístico dos responsáveis republicanos fosse uma grande “pândega” e estivessem lá apenas por pura diversão ou mero interesse pessoal. De observar ainda a inexistência de uma única ideia positiva durante esta reunião, destacando-se apenas os comentários soezes trocados entre Ambrósio e os restantes membros:

- Que vocês verão: eu vou fazer uma política honesta, direitinha... e cá na nossa orientação, perceberam? Sim, com o olho fito cá na coisa...

[...]

Baixei mais a voz, revelei:

- Eu até a cá tenho fígada... Então é que era real... Queria eu mesmo arranjar um subsídio do Governo, para cá, a pretexto de qualquer coisa... Hein? E que tal?⁷⁹

⁷⁸ Aníbal Soares, *O Ambrósio das Mercês*, 1992, 62.

⁷⁹ Idem, 63.

No final do capítulo VI, os membros do Grémio envolvem-se num inverosímil combate corpo-a-corpo, após uma caricata disputa pelas maçãs colhidas na Árvore da Felicidade, que se encontrava no saguão.

Aníbal Soares é considerado, por alguns autores, um herdeiro directo do estilo de Eça. João Gaspar Simões, por exemplo, associa o seu romance a *O Mandarin*, pelo seu estilo “fantasioso e fantástico”:

Ambrósio das Mercês situa-se nessa espécie de marginalidade novelística a que pertencem os romances morais ou filosóficos, caso ousemos aproximar *Ambrósio das Mercês* de certos romances de Voltaire, do *Candide* ou do *Ingénue*. Inútil, porém, ir tão longe. Temos ao pé da porta *O Mandarin*. Eis o mais próximo parente do romance de Aníbal Soares.⁸⁰

Por sua vez, José Carlos Seabra Pereira faz uma associação entre *Ambrósio das Mercês* e *O Conde de Abranhos*, pela transposição da crítica do liberalismo para a satirização da ideologia republicana:

Les procédés de démystification du libéralisme lisbonin mis en oeuvre par Eça dans *O Conde de Abranhos*, Aníbal Soares les transforme dans *O Ambrósio das Mercês* pour la satire du républicanisme provincial, maçonnique et prétendument socialisant.⁸¹

Do ponto de vista da presente dissertação, acrescentaríamos que a forma de caracterização negativa dos membros republicanos e a descrição irónica do ambiente habitual das suas reuniões, estabelece ainda uma intertextualidade muito próxima com algumas cenas de *A Capital*, já aqui sublinhadas. Contudo, pensamos que este romance de Aníbal Soares fica, de um modo geral, bastante aquém de grande parte da obra eciana.

Ambrósio das Mercês começa e termina com os sonhos do protagonista, cujo estudo mais aprofundado – apesar da sua extrema importância no âmbito da crítica psicanalítica – é marginal ao conteúdo deste trabalho. Salientemos, no entanto, o sonho inaugural, a preencher todo o primeiro capítulo: num imaginário espaço paradisíaco, o protagonista tenta civilizar um indivíduo pré-histórico, um ignorante que

⁸⁰ João Gaspar Simões, “Aníbal Soares: ‘Ambrósio das Mercês’, um Romance Fantasista?”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., 1987, 684.

⁸¹ José Carlos Seabra Pereira, “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la Littérature Portugaise. De l’Ultimatum au Régicide”, in AA. VV., *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, 1982, 2-nota 2.

não sabe explicar a formação das trovoadas, mas sabe caçar e acender uma fogueira para as suas necessidades básicas. Assim, este momento onírico pode ser interpretado como o anseio colectivo dos ideólogos republicanos de educar a classe mais baixa; por outro lado, revela-se premonitório em relação à incapacidade de conquistar a classe popular e operária pela via eleitoralista.

No fim de *Ambrósio das Mercês*, romance considerado também por João Gaspar Simões “[...] o mais representativo documento da crise do realismo português.”⁸², o protagonista, cansado da política e da sua vida melancólica e vazia, decide suicidar-se por não conseguir encontrar as melhores ideias para aperfeiçoar a humanidade. Perante este desfecho, podemos considerar a obra de Aníbal Soares o símbolo da derrota de uma utopia política, ao representar o fracasso da propaganda republicana.

⁸² João Gaspar Simões, “Aníbal Soares: ‘Ambrósio das Mercês’, um Romance Fantasista?”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., 1987, 686.

5 – António de Albuquerque: do anarquismo ao republicanismo moderado

Neste trabalho, entendemos incluir também as obras de autores que veiculam, pelas digressões do narrador ou pela intervenção das suas personagens, o pensamento anarquista em duas vertentes: na sua conduta libertária mais radical, propõe a extinção completa do Estado; na sua perspectiva mais moderada, admite com bastantes reservas o regime republicano, perspectivando-o como uma rudimentar antecâmara política para o anarquismo.

António de Albuquerque, apesar de ser considerado um autor menor na História da Literatura Portuguesa, é um dos exemplos que nos propomos analisar⁸³, cuja curiosidade residirá na forma como o conteúdo ideológico das suas três obras principais vai derivando gradualmente de um posicionamento anarquista mais radical para um reconhecimento moderado da ideologia republicana.

Marquez da Bacalhôa é um *roman à clef*, cujas personagens correspondem, ao todo, a cerca de quatro dezenas de figuras da corte e da sociedade portuguesas da altura. Nesta obra publicada em Janeiro de 1908⁸⁴, o seu autor tece uma crítica contundente às mais diversas instituições político-sociais e aos seus respectivos representantes, como a Igreja Católica, a Monarquia, os partidos políticos, a República burguesa, ou os órgãos de imprensa. As insinuações feitas nesta obra, considerada pelo próprio autor na sua 5ª edição, em 1912, “um terrível pedregulho anarquista”, são de tal maneira ofensivas para com estas entidades, e escandalosas para alguns sectores da sociedade⁸⁵, que a sua

⁸³ Ao romance *Amanhã*, de Abel Botelho, cujo enredo gira também em torno das primeiras manifestações de anarquismo em Portugal, será dado o devido destaque no início do capítulo IV desta dissertação.

⁸⁴ “O mês de Janeiro de 1908 tornou-se um pesadelo para o ânimo da população, que ansiava por quietude social e política. Saiu o livro de António de Albuquerque, *O Marquês da Bacalhôa*, com insinuações graves sobre a conduta de D. Amélia.” (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, IX: O terceiro liberalismo (1851-1890), 1986, 128.).

⁸⁵ “Grande escândalo com o livro do Albuquerque – *O Marquês da Bacalhôa*. Êste Albuquerque, conhecido pelo *Lêndea*, é o último descendente, pelo pai, do grande Afonso de Albuquerque, e, pela mãe, do grave, do douto João de Barros. [...] Agora é jornalista, escritor, poeta, e publica êste livro de escândalo, em que a rainha, senhora

comercialização se torna proibida por decreto governamental, e mesmo já em pleno regime republicano, durante o período do Estado Novo, a sua leitura é interdita na Biblioteca Nacional⁸⁶.

A acção deste romance decorre em Lisboa em 1907, o ano em que o Presidente do Conselho João Franco dá início a uma rigorosa ditadura, que culmina imediatamente a seguir ao regicídio. João Nunes, no papel deste estadista autoritário e defensor do fortalecimento do poder régio, é destacado pelas características que o ajudam a chegar à liderança do Governo: imbecil, perverso, hipócrita, desleal, medíocre, e intriguista.

O rei D. Carlos é, contudo, a figura de maior relevo neste romance, cuja caracterização corresponde ao próprio Marquez da Bacalhôa⁸⁷. Desde logo, os seus traços físicos e idiossincrásicos são pouco abonatórios: tem banhas sebáceas, um olhar cansado de devassidão incorrigível, e é ainda um desleixado para com os seus deveres políticos, preferindo passar o tempo em caçadas, a jogar ténis, a andar de iate ou a marcar presença em festas frívolas. Esta caricatura anarquista assemelha-se, de acordo com Maria Filomena Mónica, à propaganda republicana concebida para denegrir o regime monárquico e o seu principal representante:

A propaganda republicana tinha conseguido transformar D. Carlos num ser fanfarrão, insensível, preguiçoso, cujas preocupações eram os prazeres da mesa e da cama. O *roman-à-clef* que então fez furor, *O Marquês da Bacalhoa*, constitui um excelente resumo da mitologia que rodeava os costumes do Paço.⁸⁸

As características negativas do rei D. Carlos não andarão longe da verdade, se aceitarmos a legitimidade científica das seguintes palavras retiradas de um manual de História, coordenado por Oliveira Marques:

Um rei popular e político hábil, como outrora o haviam sido D. Luís e D. Pedro V, poderia ter arredado ou, pelo menos, minorado, o perigo republicano. Mas, à excepção da rainha-mãe Maria Pia, a família real portuguesa, na primeira década do século

na mais alta acepção da palavra, é posta de rasto... Mas faça-se-lhe justiça: tudo aquilo – e pior – anda por aí de boca em boca há muito tempo. E não vem de baixo – vem de cima...” (Raúl Brandão, “Pó da estrada”, in *Memórias*, I, 6ª ed., 1925, 160.).

⁸⁶ Cf. José-Augusto França, “Introdução à leitura”, in António de Albuquerque, *Marquês da Bacalhoa*, 2002, 9.

⁸⁷ Esta designação é proveniente de uma propriedade que D. Carlos possuía perto de Azeitão.

⁸⁸ Maria Filomena Mónica, “Introdução”, in *A Queda da Monarquia. Portugal na Viragem do Século*, 1987, 20-21.

XX, era tudo menos popular. *O rei D. Carlos, inteligente e culto, artista e homem de ciência, orgulhoso, desprezava os seus conterrâneos, viajava muito, ausentando-se tempo de mais no estrangeiro, onde se divertia e gastava o que a opinião pública julgava excessivo.*⁸⁹

A dada altura, o narrador recorre à teoria positivista para colocar em causa a genealogia do Marquês e aludir às histórias de devassidão da família aristocrática, perpetuada até à sua degenerescência actual. Com efeito, o positivismo começa a questionar, nas últimas décadas do século XIX, o regime monárquico, em cujo processo hereditário não é escolhido o descendente mais habilitado para o desempenho do cargo, mas sempre o príncipe varão. No início do século XX, surgem em Portugal algumas obras a desenvolverem esta mesma matéria; em 1906, Alfrêdo Pimenta publica *O Fim da Monarchia*, tecendo os seguintes comentários:

Ora, segundo o mesmo Haeckel conta, *é precisamente nas famílias reinantes que as doenças mentais são hereditárias numa medida excepcional. O celebre alienista Esquirol demonstrou já que nessas famílias as doenças mentais são sessenta vezes mais numerosas que na massa da população.*

[...]

É por isso que Augusto Comte é d'uma verdade incontroversa quando afirma que a abolição da realeza é politicamente irrevocável, quando ele constitue o simbolo da retrogradação.⁹⁰

Dois anos mais tarde, Antão de Mello analisa, na sua obra, significativamente intitulada *A imbecilidade e a degenerescencia nas famílias reaes*, o processo de degradação dos representantes monárquicos desde o rei D. Dinis, chegando à seguinte conclusão:

Sobre todos os pontos de vista, os reis são, pois, um anachronismo. São um atentado às leis naturaes e sociaes.

A prophylaxia, a sciencia, condemna-os.

No entanto, persistem em manter-se, quando tudo e todos contra elles conspiram.⁹¹

Para além do rei D. Carlos, da família real, dos conselheiros de Estado e das primeiras figuras do Governo, também os republicanos são

⁸⁹ A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal*, XI – Portugal da Monarquia para a República, 1991, 679. Sublinhado nosso.

⁹⁰ Alfrêdo Pimenta, *O Fim da Monarchia*, 1906, 17. Sublinhado nosso.

⁹¹ Antão de Mello, *A imbecilidade e a degenerescencia nas famílias reaes*, 1908, 101. Sublinhado nosso.

motivo de crítica neste romance. Quando Álvaro de Luna inquire o seu primo José Gusman – o alter-ego do próprio autor – se é republicano, este responde negativamente e nomeia os grandes defeitos deste regime, considerando-o apenas um grau de transição política para o anarquismo:

- Qual republicano! envergonhar-me-ia de o ser. Um pouco mais de ideal meu caro Alvaro; para mim a república é apenas um passo para a frente, pois possui quase os mesmos defeitos que a monarquia... tem ministros... militares... padres... etc... etc.⁹²

Por sua vez, é transmitida a ideia de que mesmo alguns dirigentes republicanos desejam também o regime anarquista, como o Dr. Fabrício de Mattos, identificado na “chave” do romance com o deputado Alexandre Braga; segundo este líder político, é preferível iniciar a transformação social por uma via moderada, em vez de passar de forma directa para o anarquismo, pois tem a consciência de que o povo português ainda não está suficientemente preparado para uma transição tão complexa:

[...] por enquanto não é possível para o nosso povo, cretino, fanático e indolente; é preciso, pois, transigir, ir por etapas, educar-o e reformar-o pouco a pouco, e olha que a república é o primeiro lance da estrada.⁹³

A 26 de Abril de 1894, Manuel Emídio Garcia publica um artigo intitulado “Missão actual dos Governos”, onde refere, na continuidade da tradição positivista e evolucionista, que

[...] na Monarquia representativa, os governos deviam ter preparado, como lhes cumpria, o advento das instituições e formas progressivamente democráticas ao grau imediato – a República, primeiro *unitária* talvez, logo depois *federalista*, mais tarde *socialista*, até à eliminação de todo o poder e autoridade, fora ou acima da *cooperação* para ser definitivamente *anarquia*.⁹⁴

À semelhança do pensamento deste professor coimbrão, Fabrício de Mattos está plenamente convicto da incapacidade de implantar a ideologia anarquista no actual panorama da sociedade portuguesa; este deputado sugere então a José Gusman a adopção transitória do modelo republicano, antes da passagem definitiva para esse estado comunitário mais desenvolvido:

⁹² António de Albuquerque, *Marquez da Bacalhôa*, 1908, 103.

⁹³ Idem, 120.

⁹⁴ *Apud* Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., 2000, 61. Sublinhados do autor.

E queres tu prégar anarchismo, individualismo, falar da internacional, do amor livre, da supressão de família e da herança, a todas estas bestas! Estás louco, meu pobre amigo. Trabalha por uma republicasinha hediondamente burguesa, transige com o capital, com o logista, e o financeiro; se queres viver; d'outra fôrma és um homem perdido.⁹⁵

Fabrício de Mattos defende ainda o método propagandístico, de inspiração kropotkiniana, como o meio mais apropriado para o combate pela evolução social, uma missão que deve ser assumida por todos os intelectuais nos seus diferentes ramos profissionais, a fim de dar a conhecer ao povo o “[...] caminho mais curto que conduz á nossa bella utopia ou superior religião.”⁹⁶. Como faz questão de salientar no final da sua intervenção, a via moderada é, sem dúvida, a opção mais lógica e mais racional com vista à obtenção da vitória sobre o regime monárquico:

Livros e poemas são armas de combate mil vezes mais energicas que a dynamite e o punhal, acreditem.⁹⁷

O deputado republicano António José de Almeida⁹⁸ surge também representado nesta obra, no papel do Dr. António Miguéis. No entanto, apesar de admirado pelo seu nobre carácter, José Gusman e Fabrício de Mattos descrevem-no como um visionário romântico e inofensivo do ponto de vista político, como se depreende pelo seguinte excerto:

O Dr. Miguéis, com a sua physionomia aberta de apostolo, o seu ar bondoso de iluminado convicto, era o melhor homem do mundo, mas por isso mesmo o menos perigoso⁹⁹ para os do governo.¹⁰⁰

⁹⁵ António de Albuquerque, *Marquez da Bacalhôa*, 1908, 123.

⁹⁶ Idem, 253.

⁹⁷ Idem, 253.

⁹⁸ António José de Almeida começa por se destacar em 1890, quando na edição de 23 de Março do periódico académico *O Ultimatum* publica um artigo intitulado “Bragança, o último”, por cujo conteúdo é acusado de insulto a D. Carlos e sentenciado a prisão correccional por abuso de liberdade de imprensa pelo periodo de três meses.

Em 1906, é eleito deputado pelo círculo oriental de Lisboa, sendo um dos elementos que, no Parlamento, mais contribui para a queda do regime republicano. Assinale-se, a este propósito, o episódio ocorrido a 20 de Novembro deste ano, em que é expulso da Câmara dos Deputados, na sequência de um discurso onde propõe aos militares a implantação violenta da república em Portugal.

Em 1919, é eleito Presidente da República Portuguesa.

⁹⁹ Esta opinião parece não ser consensual. Segundo o historiador Vasco Pulido Valente, Teixeira de Sousa, chefe do Partido Regenerador, comunica numa dada altura a D. Carlos que, de todos os republicanos actuaes, “[...] o que é verdadeiramente perigoso é o António José de Almeida, que é um anarquista; [...]” (Vasco Pulido Valente, *As duas tácticas da monarquia perante a revolução*, 1974, 38.).

¹⁰⁰ António de Albuquerque, *op. cit.*, 158.

Apesar da filosofia edificante a presidir ao comportamento desta personagem, alguns actos por si praticados acabam por lhe retirar um pouco do seu prestígio e ofuscar algumas das suas qualidades morais, uma vez que este deputado republicano também não dispensa, à semelhança dos restantes colegas, as visitas nocturnas ao prostíbulo.

Na mais recente edição de *Marquez da Bacalhôa*, José-Augusto França defende, no seu prefácio, a presença ocasional de uma certa qualidade na estrutura e no estilo desta obra:

O romance, que as histórias da literatura ignoram, por profissionais pudores ou receios do que possa dizer-se ou supor-se, não ignorando, porém, muitos outros de menor qualidade, é obra secundária, decerto, entre muito poucas de primeira ordem então produzidas, mas a sua estrutura ficcional é, sem dúvida, de considerar, e o seu estilo brilha sensivelmente aqui e além, é claro que nem sempre.¹⁰¹

Não obstante este elogio moderado, podemos concluir tratar-se de um romance acentuadamente panfletário com um enredo fraco: ao longo de páginas inundadas de erros ortográficos e de pontuação descuidada, cujas emendas e actualizações de texto feitas por José-Augusto França não são suficientes para o tornar mais interessante do ponto de vista estritamente literário, *Marquez da Bacalhôa* limita-se a representar o jogo maquiavélico das intrigas palacianas no início do século XX.

Com efeito, são muitas as características negativas apontadas ao nível estilístico e literário de *Marquez da Bacalhôa*, como chegou já a ser observado¹⁰², levando inclusive o historiador Rui Ramos a considerá-lo errónea e abusivamente, na nossa opinião, um “romance pornográfico”¹⁰³. No entanto, parece não haver dúvida sobre o seu inegável valor como documento do período histórico-político retratado, aglutinador de uma sucessão de graves acontecimentos conducentes ao regicídio e à decadência do regime monárquico: o início da ditadura franquista, o

¹⁰¹ José-Augusto França, “Introdução à leitura”, in António de Albuquerque, *Marquês da Bacalhôa*, 2002, 16-17.

¹⁰² “Quase sempre desinteressante do ponto de vista estilístico, imperfeita no plano técnico-compositivo (a acção submergindo em digressões polémicas e dissertações doutrinárias), [...]” (Eugénio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, III, 1994, 503.).

¹⁰³ Cf. Rui Ramos, “D. Amélia, a grande”, *Análise Social*, XXXVI (160), 2001, 921.

escândalo dos adiantamentos financeiros ao monarca, a expulsão dos deputados republicanos do Parlamento, e a sua consequente dissolução.

Em 1909, António de Albuquerque edita *A execução do Rei Carlos – monarchicos e republicanos*. Iniciado sob o signo epigráfico de Bakunine, ideólogo anarquista de alinhamento radical, este romance acompanha o percurso do regicida Manuel Buíça¹⁰⁴, a partir do momento em que decide condenar à morte os principais representantes brigantinos, aos quais atribui a maior responsabilidade pela decadência nacional.

Buíça desempenha nesta obra o papel de um herói inteligente e racional, que sacrifica a sua vida e a honra da sua família, através da luta pela redenção dos oprimidos da sociedade e em nome dos nobres valores da justiça e da liberdade. Após a sua morte, é mistificado pela personagem Fabrício, quando o descreve como uma verdadeira figura exemplar e de culto, sublinhada na sua derradeira imagem apostólica:

O rosto do Buíça era um assombro!... Parecia um d'esses iluminados que morrem a sorrir pelo ideal para que caminham; o olhar cravado n'um ponto invisível, mysterioso e vago, causava calafrios. E comtudo, os seus labios descorados e entreabertos sorriam e toda a sua physionomia bondosa de apostolo, era fielmente reproduzida pela morte que a aureolava de serenidade triumphal.¹⁰⁵

Do lado oposto a Buíça, surge a figura do rei D. Carlos, cuja personalidade é caracterizada de forma bastante negativa, mesmo após a sua morte trágica:

Herdára porém intactos todos os vícios abundantes dos Braganças: absoluto desprezo pela família, egoísmo requintado, descrença, septicismo, e uma especial esperteza – a vulgarmente chamada esperteza saloia – e que n'elle passou sempre indevidamente por intelligencia. Caso curioso; não herdou este monarcha nenhuma das qualidades que marcam a altiva raça dos Saboyas.¹⁰⁶

Para além de demonstrar, em diversas passagens, um forte anticlericalismo, através do ataque às principais instituições religiosas, é

¹⁰⁴ Recordemos que foi Alfredo Costa quem matou o rei D. Carlos. Contudo, é Manuel Buíça, o responsável pela morte do príncipe D. Luís Filipe, quem surge, normalmente, nas páginas da História com o título de regicida.

¹⁰⁵ António de Albuquerque, *A execução do Rei Carlos – monarchicos e republicanos*, 1909, 35.

ainda visível a animosidade de António de Albuquerque para com o republicanismo, quer quando critica os dirigentes pela sua fraqueza inqualificável e pela pouca confiança que lhe inspiram, quer quando, bastante ressentido, acusa os órgãos de imprensa republicana pela sua cobardia ao não apoiarem nem divulgarem o seu romance anterior.

A maior controvérsia de *A execução do Rei Carlos* residirá porventura na sua apologia anarquista, ao colocar o polémico protagonista a desempenhar o papel de um cidadão libertário que se torna o grande mentor do regicídio, quando, nesta altura, os dirigentes republicanos reivindicam este mesmo herói para a sua causa, ao promoverem algumas iniciativas a seu favor. Com efeito, como refere Maria Filomena Mónica,

Longe de se distanciarem do regicídio, os republicanos reclamaram os assassinos para o seu *Pantheon*: perante a indignação dos monárquicos, organizaram romarias ao túmulo do Buíça e fizeram peditórios para o sustento da família enlutada.¹⁰⁷

Segundo José-Augusto França, *A execução do Rei Carlos* é um “[...] meio-romance, meio-texto de memórias, [...], com título aliciante de pouco acerto, e leitura incerta também.”¹⁰⁸. Na verdade, esta obra algo caótica tem um relativo interesse narrativo, e o seu título acaba por ficar bastante desenquadrado da acção, pois o enredo em torno dos eventos relativos ao regicídio ocupa apenas uma ínfima porção do romance.

Para além deste importante facto, parece-nos de muito mau gosto o facto de António de Albuquerque fazer pelo meio das suas digressões alguns elogios rasgados a si próprio e à sua obra, chegando a comparar-se a um cronista como Fernão Lopes, a historiadores como Alexandre Herculano ou Jules Michelet, ou ainda a romancistas históricos como Walter Scott e Alexandre Dumas.

O Solar das Fontainhas – scenas do Porto é último romance de António de Albuquerque. Publicado em 1910, o seu enredo prende-se com a preparação de uma visita de D. Manuel II ao Porto, a fim de tentar

¹⁰⁶ António de Albuquerque, *A execução do Rei Carlos – monarchicos e republicanos*, 1909, 66-67.

¹⁰⁷ Maria Filomena Mónica, “Introdução”, in *A Queda da Monarquia. Portugal na Viragem do Século*, 1987, 21.

¹⁰⁸ José-Augusto França, “Introdução à leitura”, in António de Albuquerque, *Marquês da Bacalhoa*, 2002, 13. Sublinhado nosso.

mudar a imagem de uma cidade que tinha sido, ao longo do século XIX, a grande mentora de revoluções político-sociais violentas, cujo ciclo culmina na revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891¹⁰⁹.

Não obstante as tendências libertárias já aludidas nas obras anteriores de António de Albuquerque, assinala-se a curiosa ausência de críticas ao republicanismo neste romance, chegando mesmo a conter algumas referências elogiosas a esta ideologia. Indique-se, como exemplo, o momento em que o narrador aborda as futilidades da aristocracia e insiste na crítica ao fanatismo jesuítico¹¹⁰, cujos representantes nesta obra lutavam por

(...) annular o partido republicano, cujos esforços e dedicada propaganda os inquietava, angariando cada dia novos adeptos no proprio norte do paiz.¹¹¹

O autor alinha ainda pelo pensamento positivista dos ideólogos republicanos, ao procurar desmistificar a tese do direito divino; após uma visita oficial ao Porto do jovem monarca, também tratado com menosprezo por “reisinho”, um transmontano pergunta a um transeunte se o tinha visto, ao que se segue este diálogo:

- Vi, sim, senhor...

- E então?

- Então é um rapazola como outro qualquer, e se não fôra o fardamento todo bordado e cheio de penduricalhos no peito, iria jurar que era o Justino, o filho do sineiro lá da freguezia. Lá de rei é que elle não tem nada e até parece incrível que uma pessoa seja governada assim por uma creançola!

- Ó homem, mas tu enganaste-te com certeza?... Isso é lá possivel!?... – retorquiu o maloio com espanto respeitoso... – Lá na igreja, o senhor cura quando fala do rei, é como se falasse de Deus, d’uma pessoa diferente de nós... e tu dizes para ahi que elle se parece com o parvo do Justino?¹¹²

No capítulo XVI, a ocorrência do rapto de uma jovem parece-nos uma manifesta alusão ao caso histórico “Rosa Calmon”, ocorrido no Porto

¹⁰⁹ A este propósito, consultar a nota 129 do capítulo sobre Carlos Malheiro Dias.

¹¹⁰ Desta obra, faz José-Augusto França o seguinte comentário:

Desenrola-se sofrivelmente a intriga, com uma *acentuada vertente crítica anticlerical*, e com isso também tem lugar o livro na literatura secundária do seu mau tempo pós-queirosiano. (José-Augusto França, “Introdução à leitura”, in António de Albuquerque, *Marquês da Bacalhoa*, 2002, 13. Sublinhado nosso.).

¹¹¹ António de Albuquerque, *O solar das Fontainhas – scenas do Porto*, 1910, 33.

¹¹² Idem, 167-168.

também no início do século XX¹¹³. Este acontecimento é motivo para algumas considerações do narrador em abono dos republicanos, tanto em relação aos seus dois deputados parlamentares, como em relação ao jornal *O Mundo*¹¹⁴, o único órgão de imprensa com a coragem suficiente para noticiar este episódio polêmico:

Os republicanos e anti-clericaes rejubilavam, falando até de aproveitarem esse momento propicio para um ataque energico aos carolas e jesuitas. Seria uma occasião unica a aproveitar para se manifestarem abertamente contra o reaccionarismo latente, n'um *meeting* monstro, onde pudésse brilhar mais uma vez a eloquencia dos grandes oradores republicanos, Alexandre Braga e Affonso Costa.¹¹⁵

Por último, no final do romance, Luiza, uma personagem que procura escapar às malhas apertadas da retrógrada Igreja Católica, foge para a França republicana, espaço simbólico do progresso e da liberdade:

O velho e tristonho Solar das Fontainhas, e a sua lugubre vivenda de Braga, appareciam-lhe agora como visões espantosas de mentira e corrupção, antros onde tudo estiolava n'uma immobildade affectiva, inviolavel á luz e ao progresso.¹¹⁶

¹¹³ Rosa Calmon, por influências católicas externas, desejava ingressar no Instituto das Doroteias contra a vontade do seu pai, cônsul brasileiro no Porto. A 17 de Fevereiro de 1901, ao sair da Igreja da Trindade após a missa, gerou-se um grande burburinho ao pensar-se que Rosa iria ser raptada por alguns membros congregacionais. Como consequência, ocorrem algumas manifestações anticlericais em diversas cidades, e o governo de Hintze Ribeiro aplica algumas medidas severas contra a Igreja Católica e ordena o encerramento de dezassete instituições religiosas.

¹¹⁴ “De 1903 a 1908, a imprensa republicana constantemente cresceu em brutalidade e intolerância. Em 1907, por exemplo, *O Mundo* fez vários apelos explícitos à revolução, lançou uma campanha contra o pagamento de impostos e chegou mesmo a incitar ao assassinato político. Depois da morte de D. Carlos, tratou os regicidas como mártires e abriu – com propositado aparato – uma subscrição a favor dos filhos de Buíça.” (Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, 1976, 72.).

¹¹⁵ António de Albuquerque, *O solar das Fontainhas – scenas do Porto*, 1910, 229.

¹¹⁶ Idem, 288.

II

O republicanismo na lírica portuguesa

1 – Formas de evolução

De uma certa forma, este novo capítulo pode ser considerado um prolongamento do anterior, uma vez que o seu conteúdo continua a efectuar a abordagem diacrónica da temática republicana na literatura portuguesa. Contudo, entendemos haver necessidade de destacar a presença e a evolução do republicanismo na sua especificidade lírica: por um lado, é-nos possível identificar um acentuado maniqueísmo político e uma violência inaudita no conjunto dos textos aqui abordados, na sua maior parte relacionados com a sedição republicana de 1891; por outro lado, há uma clara consciência da marca de originalidade na identificação e na análise crítica da grande parte deste *corpus* lírico.

Numa espécie de síntese histórica dos vestígios da ideologia republicana na lírica portuguesa, assinalemos o ano de 1865, data em que Antero de Quental publica a obra *Odes modernas*, considerada por Óscar Lopes o “[...] ponto de partida para uma escola de poesia anticlerical, antimonárquica e antiplutocrática [...]”¹. Na sua nota final, posteriormente denominada “Sobre a missão revolucionária da poesia”, o poeta apelida a poesia moderna de “voz da Revolução”², e, apesar de não a associar à ideologia republicana, alude à sua importante função justiceira como fautora de transformação social e como adjuvante no combate contra a monarquia, tal como já tinha exemplificado na terceira parte do seu poema “Carmen legis...”, escrito em 1863:

É a Revolução! a mão que parte
A C’roa e a thiara!
É a Luz! a Razão! é a Justiça!
E o olho da Verdade!³

Baseado nos seus grandes mestres, como Proudhon, Quinet, Michelet, Feuerbach ou Littré, que orientam, neste período, o seu pensamento republicano e anticlerical, Antero atribui à produção lírica uma grandiosa missão social, através da qual serão derrubados todos os

¹ Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, Lisboa, 1973, 23.

² Cf. Antero de Quental, *Odes Modernas*, 1865, 151.

³ Idem, 108.

governos monárquicos, devido ao seu carácter despótico, e todas as práticas religiosas, em virtude da sua natureza inepta:

Reconstrução do mundo humano sobre as bases eternas da Justiça, da Razão e da Verdade, *com exclusão dos Reis e dos Governos tyrannicos, dos Deoses e das Religiões inuteis e illusorias* – é este o mais alto desejo, a aspiração mais sancta d'esta sociedade tumultuosa que uma força irresistivel vae arrastando, ainda contra vontade, em demanda do mysterio do seu futuro.⁴

Em 1868, na sequência da Revolução de Espanha, que provoca a destituição de Isabel II, Antero de Quental publica o opúsculo “Portugal perante a revolução de Hespanha”, onde refere, a determinado passo:

Quem diz *democracia* diz naturalmente *republica*. Se a democracia é uma ideia, a republica é a sua palavra; se é uma vontade, a republica é a sua acção; se é um sentimento, a republica é o seu poema.⁵

Contudo, a partir do início da década de 70, Antero verá já com um olhar diferente o regime republicano. A comprovar esta sua mudança ideológica, transcrevemos os excertos de duas cartas enviadas ao seu amigo Joaquim Pedro de Oliveira Martins, datadas respectivamente de 13 de Abril de 1873 e de 2 de Julho de 1873:

Os republicanos, cujos centros tenho ultimamente visitado, representam este lado das ilusões senis: tem muitas braças de profundidade o poço de frases estagnadas em que eles mergulham, cuidando de muito boa fé que navegam pelo alto e livre mar.

[...]

O pior que nos pode acontecer é sermos amanhã república. Seria um 48, mas sem o talento, o entusiasmo, o idealismo do outro: um 48 chato. Portugal, por ora, não é republicano, e *não serão os declamadores e os pulhas que actualmente constituem a quase totalidade do grupo republicano quem logre converter o velho desconfiado que se chama o povo português*.⁶

Em 1870, Guerra Junqueiro publica o poema “Vitória da França”, em cujas quadras – dedicadas a Victor Hugo – o poeta transmite todo o seu enorme entusiasmo pela recente proclamação da terceira República Francesa, considerando-a um grande benefício para toda a humanidade.

⁴ Antero de Quental, *Odes Modernas*, 1865, 159-160. Sublinhado nosso.

⁵ Antero de Quental, “Portugal perante a revolução de Hespanha”, in *Prosas*, II, 1926, 59. Sublinhados do autor.

⁶ Antero de Quental, *Cartas I [1852] – 1881*, 1989, 189 e 196. Sublinhado nosso.

Passados três anos, compõe ainda “À Espanha Livre”, um poema onde saúda a implantação da República em Espanha.

Em 1878, dois anos antes de editar a *Cartilha do Povo*, de autoria partilhada com Carrilho Videira, o autor positivista Teixeira Bastos publica *Rumores Vulcanicos*, uma obra poética cujo título nos remete, desde logo, para uma exaltação latente da ideologia republicana. Em termos gerais, este conjunto de poemas destaca-se pela sua índole panfletária e maniqueísta, apresentando, por vezes, uma linguagem mais violenta e agressiva no confronto directo com a autoridade monárquica; é o caso, por exemplo, do soneto “Aos reis”, dedicado a Teófilo Braga, do qual transcrevemos a segunda estrofe:

Vosso tempo findou, ó lubricas serpentes
Dos povos, das nações, ó viboras esguias,
Que ha muito habitaes as arvores frondentes
Do mundo velho, ó reis, ó velhas tyrannias!⁷

Contudo, o destaque especial desta obra vai para o soneto “O tempo já chegou, em que o Messias”; num evidente estilo apocalíptico, o poeta coloca-se no papel de um profeta que comunica a boa nova da chegada do dia do juízo final, o desejado momento em que Cristo regressa à Terra e estabelece definitivamente o seu reino harmonioso. A linguagem religiosa e messiânica deste soneto é reveladora do carácter sacrossanto de uma nova divindade denominada República, a qual espalhará a sua autoridade íntegra e harmoniosa por toda a face da Terra:

O tempo já chegou, em que o Messias
Do seculo brilhante, que passamos,
Deve á terra descer, em que habitamos,
E n’ella inaugurar os novos dias!

O tempo já chegou! e as harmonias
Dos córos divinaes, que tanto amamos,
- Esses córos de leis, que nós buscamos
No céu, na terra e mar, nas penedias, -

Os corações nos enchem de ventura,
Anunciando o Messias, - a luz pura
Da Sciencia immortal, Bem e Verdade!

É esse um novo Deus, que a praça publica
Um dia elevava, - é a Republica,

⁷ Teixeira Bastos, *Rumores Vulcanicos*, 1878, 123.

- A serena visão da Humanidade!⁸

No início da década de 80, Gomes Leal revela-se um poeta bastante dinâmico na concepção de uma poesia panfletária caracterizada pela introdução de fortes ataques pessoais, e onde, numa visão apocalíptica e catastrófica, alia a sua tendência republicana a um manifesto repúdio pela monarquia e pela clerezia. Destaquemos, na sua obra, os poemas *A Traição*⁹, onde o rei D. Luís é acusado pela venda ilícita de Lourenço Marques, *O Hereje*, dedicado à rainha D. Maria Pia a propósito da queda dos tronos e dos altares, e *O Renegado*, no qual critica com firmeza Rodrigues Sampaio por ter abandonado a luta pelo republicanismo para se juntar à causa monárquica.

Em 1885, Alexandre da Conceição compõe o “Hymno do Club Henriques Nogueira”¹⁰, em cuja temática é contraposto o ignóbil e tirânico regime monárquico ao ideal resplandecente e libertador do novo arquétipo republicano, como se pode observar nas duas quadras finais deste poema musicado, impresso apenas em 1891:

Partamos n'um esforço a grilheta infamante,
Que nos prende ás galés da velha monarchia,
Reponte para a patria a aurora deslumbrante
D'um novo e grande ideal, d'um novo e grande dia.

A Republica avança, inunda todo o espaço,
Como um rio de luz, que sae fóra do leito,
Que ella encontre um soldado aqui, em cada braço,
Que ella encontre um sacrario aqui, em cada peito.¹¹

A partir de 1891, ao entrarmos na fase activa do republicanismo, regista-se uma radicalização notória na linguagem de diversos poetas, empenhados em dar o seu contributo directo para a nova e crescente ideologia política. Apesar de a ideia republicana continuar a ser encarada

⁸ Teixeira Bastos, *Rumores Vulcanicos*, 1878, 181-182.

⁹ A enumeração sequente dos cinco monarcas brigantinos, desde D. Afonso VI a D. João VI, considerados responsáveis pela decadência acentuada na nação portuguesa, é uma das principais influências para a estrutura da Cena XIII do poema *Pátria*, que Guerra Junqueiro comporá na década seguinte.

¹⁰ Este Clube republicano tinha sido formado em 1881, por altura do 23º aniversário da morte de José Félix Henriques Nogueira. Segundo Joel Serrão, este doutrinador de meados do século XIX é “[...] o mais antigo alicerce ideológico do republicanismo, [...]” (Joel Serrão, “Para um inquérito à burguesia portuguesa oitocentista”, in *Temas oitocentistas*, II, 1978, 232.).

¹¹ Alexandre da Conceição, “Hymno do Club Henriques Nogueira”, in *Outomnaes*, 1891, 75-76.

muitas vezes como uma solução salvífica e messiânica, começa a prevalecer uma consciência generalizada de que, através da mobilização popular e do apelo determinante à revolta e ao emprego necessário da violência e das armas, é possível concretizar-se, a muito curto prazo, a ansiada implantação do regime republicano.

Uma das publicações que melhor testemunha a transição da actividade doutrinária do republicanismo para a sua via insurreccional é *A Victoria da Republica*. Editado entre 1885 e 1894, este “almanaque anual de propaganda democrática” inclui, para além de uma série de notícias e artigos de ordem diversa, um conjunto significativo de poemas panfletários, composta por autores como Arnaldo Nobre, Mariano Antonio, Guerra Junqueiro, Luiz Silveira, J. J. d’Araujo, e Esculapio, pseudónimo de Eduardo Fernandes.

No ordenamento metodológico dos textos líricos escolhidos para integrarem este capítulo, optámos por privilegiar uma estrutura temática, sequenciada segundo o grau de importância atribuído aos *topoi* neles desenvolvidos. Deste modo, o nosso destaque analítico principal incide, com uma grande margem, sobre os registos da revolta republicana de 31 de Janeiro de 1981, quer se trate da evocação da heróica iniciativa militar em si, quer da alusão às suas consequências trágicas.

Em primeiro plano, referenciaremos a poesia de António Nobre, onde as quadras “Bebia, a rir num ‘cabaret’” e o soneto “Não repararam nunca? Pela aldeia,” revelam, de uma forma singular, os mais fortes sentimentos nutridos pelo autor portuense em torno deste acontecimento histórico. Para além destes dois poemas, serão ainda objecto de análise os textos poéticos “Revolução Portuense, I – O desfilar das tropas”, de Correia Taranta, “A calhandra”, de Nun’ Allen, “Oração pelos vencidos”, de João de Menezes, “Visão”, de Oscar Latourrette, e o poema extenso *Justiça aos Vencidos*, de Angelina Vidal.

De menor importância temática, salientemos ainda o apelo à revolução, veiculado através dos sonetos “Chamando á vida” e “Á tyrannia (Commemorando o 18º anniversario da Revolta de Janeiro)”, de M. Marques Ferreira, e “Pela Republica”, de J. J. d’Araujo. Quanto aos dois

restantes temas a tratar – mais precisamente o discurso ofensivo à figura régia (no caso específico, a D. Carlos, através da obra *O fusilado do Porto: verberações d'um revoltado*, de Astrigildo Chaves) e a reivindicação do laicismo (através do poema “A agonia d'um monarchophobo”, de Heliodoro Salgado) – serão integrados no discurso analítico sobre o texto finissecular *Pátria*, de Guerra Junqueiro.

O destaque especial dado ao poema dramático *Pátria* provém de duas séries de factores distintas: por um lado, há uma manifesta identificação com as grandes linhas de força do pensamento republicano, como é o caso do seu entranhado patriotismo, da referência elogiosa à épica camoniana, da crítica acerada a toda a dinastia de Bragança, ou até mesmo das suas “anotações finais”, um extenso conjunto de reflexões teóricas feitas pelo autor empírico; por outro lado, a obra acaba por se distanciar das características temáticas tipificadas nos poemas incluídos neste capítulo, como sucede com as duas propostas “passivas” apresentadas no seu epílogo – a descida do fogo divino para reduzir a cinzas todo o regime monárquico e a espera messiânica de uma república romântica, instituída sob a égide do *bellator* católico Nuno Álvares Pereira.

2 – Os *topoi* republicanos

2.1 – A revolução de 1891

Pertence a António Nobre a primeira referência encontrada na literatura portuguesa acerca da revolução republicana de 1891, um importante momento histórico que representa, na sequência evolutiva da ideologia republicana em Portugal, o gradual desalinhamento da sua orientação doutrinária e o literal “tiro de partida” da tendência violenta e ameaçadora das armas. Num poema composto por três quadras, elaborado nas primeiras horas do dia 1 de Fevereiro de 1891¹², o seu autor dá-nos a conhecer a maneira deveras peculiar como recebe a notícia deste acontecimento, ocorrido precisamente na madrugada anterior:

Bebia, a rir num ‘cabaret’
Subito, leio um telegrama
‘Pronunciamento Portugal’ – só duas
palavras, arr, e tantas no vocabulário.

Saio. Nervoso, vou por essas ruas
O Pariz doido passa a rir. Abjecto!
Volto-me para o Ceu, mas nada: as ruas
Olham-me brancas, no seu ar correcto!

Vento que sopras do sud-oeste, falla!
Que é isso que ha n’um paiz ao pé do mar,
Que irá a esta hora pela minha terra?
Que é do meu Pae? Horrível! Vou resar...¹³

No primeiro verso, o sujeito do poema assinala o seu estado inicial de grande euforia, descontraindo-se nessa noite num estabelecimento de diversão da capital francesa. No entanto, a sua conjuntura psicológica altera-se de repente a partir do segundo verso, ao tomar conhecimento, através do conteúdo minimalista de um simples telegrama, da ocorrência inesperada de um levantamento militar no seu país. Assim, os momentos

¹² No final deste poema, é indicado expressamente pelo autor ter sido redigido em Paris, às três horas da manhã de 1 de Fevereiro de 1891.

¹³ In Guilherme de Castilho, “Poesias inéditas de António Nobre”, *Presença – Revista de arte e crítica*, nº 1, Série II, Ano III, Novembro de 1939, 5-6.

de prazer registados no início do poema desvanecem-se e dão lugar a um estado de tensão e de raiva, devido à escassa informação que chega até si.

Na segunda estrofe, o poeta sai para a rua, a fim de procurar, por algum modo, obter mais informações acerca do sucedido. Nesta quadra intermédia, verifica-se agora um contraste acentuado entre a situação angustiada em que o poeta se encontra, bastante diferente dos momentos de prazer descritos inicialmente, e a manutenção do ambiente eufórico e alucinado da cidade¹⁴, já considerado aviltante.

Na sua ânsia por novidades acerca da revolta ocorrida, o poeta procura recorrer aos elementos espirituais, ao dirigir o seu olhar para o alto, e às forças da matéria, ao contemplar as ruas parisienses. Contudo, o firmamento não lhe envia nenhum sinal, e as ruas – “brancas”, como se de páginas por escrever se tratassem – também nada lhe transmitem.

Na terceira estrofe, o poeta invoca então o vento, pedindo-lhe que lhe faça chegar algumas notícias do seu país, situado à beira do Atlântico. Nessa tentativa de estabelecimento de contacto com um elemento da natureza¹⁵, designadamente o símbolo do influxo espiritual de origem celeste¹⁶, é estabelecida uma dupla relação de afectividade, cujo aspecto mais curioso reside no jogo hierárquico de palavras entre “país” (verso 10) e “Pai” (verso 12): o primeiro laço afectivo situa-se numa esfera da pluralidade patriótica, encontrando-se o segundo já enquadrado numa singularidade filial.

Ao longo da última quadra, o estado de desespero existencial do poeta vai aumentando gradualmente até ao derradeiro verso, que, em absoluto contraste com o primeiro, é portador de elevados índices de

¹⁴ Segundo Mário Cláudio, na poesia nobriana a cidade parisiense representa, em regra geral, o “pesadelo luciferiano”. (Cf. Mário Cláudio, “António Nobre, a Aldeia e o Mundo”, in *Páginas Nobrianas*, 2004, 53.).

¹⁵ Encontramos, desde a Idade Média, a invocação lírica a forças elementares da natureza, sobretudo a água e o ar, através de cujas entidades de filiação pagã o sujeito do poema procura obter, de um modo geral, alguma informação sobre determinada pessoa ausente. É o caso, por exemplo, da barcarola de Martin Codax, em que vemos a donzela a indagar as ondas do mar de Vigo sobre o regresso do seu amigo; do soneto “O céu, a terra, o vento sossegado”, de Luís de Camões, onde o pescador Aónio invoca as ondas para lhe devolverem a sua amada infortunada; ou até mesmo, já na segunda metade do século XX, quando o “trovador”, num poema conhecido de Manuel Alegre, se dirige ao vento que passa e lhe pede notícias do seu país.

¹⁶ Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles*, 2ª ed., 1982, 997.

ansiedade, reforçados pela própria sequência de pontuação. Perante a completa indiferença do vento às suas angústias e hesitações, o último recurso, qual tábua de salvação recorrente no maneirismo quinhentista, acaba por ser a deposição resignada do destino colectivo de Portugal nas mãos piedosas do Deus cristão, a quem o poeta se dirige no final, intermediado por um “Pai-nosso” esperançoso.

Em 1892, António Nobre publica o livro *Só*, onde está incluído o soneto “Não repararam nunca? Pela aldeia,”¹⁷, associado à temática do texto lírico anterior. Escrito passado pouco tempo após a sedição republicana, este poema permite-nos, por um lado, assistir a uma reacção dicotómica de “Anto” em torno deste acontecimento; por outro lado, ao confrontarmos o texto poético com alguns fragmentos de duas cartas suas, é-nos possível sustentar uma ideia a propósito do seu processo de criação. Passemos de seguida à sua leitura e análise, antes de verificarmos o modo como a recepção de um momento concreto da realidade histórica se transforma num notável trabalho literário:

Não repararam nunca? Pela aldeia,
Nos fios telegraphicos da estrada,
Cantam as aves, desde que o Sol nada,
E, á noite, se faz sol a Lua cheia.

No entanto, pelo arame que as tenteia,
Quanta tortura vae, n’uma ancia alada!
O Ministro que joga uma cartada,
Alma que, ás vezes, d’Além-Mar anceia:

- Revolução! – Inutil. – Cem feridos,
Setenta mortos. – Beijo-te! – Perdidos!
- Enfim, feliz! –? –! – Desesperado. Vem

E as boas aves, bem se importam ellas!
Continuam cantando, tagarellas:
Assim, Antonio! debes ser tambem.¹⁸

Na primeira parte, constituída pela estrofe inicial, o sujeito do poema começa por dirigir-se aos seus leitores, chamando a sua atenção para a imagem singular das aves a cantarem ininterruptamente, poisadas

¹⁷ Na primeira edição de *Só*, este poema está classificado como soneto XII e intitula-se “Sê de pedral!”. Na edição de 1898, corrigida e aumentada, o seu título é retirado.

¹⁸ António Nobre, “Não repararam nunca? Pela aldeia,” in *Só*, 1898, 128.

nos extensos fios do telégrafo que acompanha as estradas calmas, ao longo de uma paisagem rural.

Na segunda parte, formada pela quadra seguinte, a conjunção adversativa que figura no início provoca uma mudança inesperada no registo discursivo, e instala-se um estado de grande inquietação quando o poeta toma consciência de que o local de poiso dessas aves canoras é, em simultâneo, um meio de comunicação das notícias mais recentes, propagadas “numa ânsia alada” (verso 6), a uma velocidade ainda maior do que o voo das próprias aves.

Apesar da sua parcimónia informativa, essas notícias telegráficas despertam sentimentos intensos e são, em regra geral, motivadoras de desespero e sofrimento. É o caso específico do telegrama incluído neste texto poético, reproduzido sintética e tautologicamente¹⁹ ao longo do primeiro terceto, onde se substancia o episódio da frustrada sedição do Porto e as suas consequências negativas. Veja-se como a junção, no último verso, do binómio antitético “feliz-desesperado” denuncia a grande instabilidade de um sujeito perante dois estados psicológicos dissemelhantes, num paralelismo formal estabelecido pela conflituosidade lacónica existente entre a asserção exclamativa de felicidade e os dois sinais de pontuação, a seguir introduzidos.

A última estrofe regressa, de novo, ao registo bucólico inicial, concentrando-se na forma de vida singela e rotineira das aves, numa indiferença bucólica pelos acontecimentos mundanos. Se, no primeiro verso deste soneto de estrutura circular, o sujeito do poema parece estar a dirigir-se aos seus leitores, no último verso é já o autor – invocando-se a si mesmo pelo nome próprio – que se repreende pela forma exacerbada como se preocupa com as questões sociais, e aponta a atitude desprendida e egocêntrica das aves como o verdadeiro exemplo a seguir²⁰; daí o seu

¹⁹ A ausência do ponto final no fim deste terceto é justificável, se tivermos em conta que o valor monetário cobrado por um telegrama é calculado em função do número de caracteres inseridos no seu texto, incluindo mesmo os sinais de pontuação mais elementares.

²⁰ Em 1889, António Nobre compõe o soneto “Em certo Reino, à esquina do Planeta,” inicialmente intitulado “Natal d’um poeta”. Para além de se notar uma certa animosidade em relação a D. Carlos I, o monarca recém-empossado, cuja pessoa é vulgarizada quando o seu nome é colocado ao lado de uma mera figura popular,

desejo final de “insular” a sua alma sensível de um mundo estranho e agressivo, o seu anelo de “outrar-se” em seres inconscientes, tal como o teve outrora Percy Shelley²¹ ao comparar o poeta a um rouxinol que se senta no escuro e canta com sonoridades melódicas para dar alento ao seu próprio estado de solidão²², ou como o terá mais tarde Fernando Pessoa em relação à pobre ceifeira que canta.

Quando Maria Alzira Seixo se refere, num dado passo do seu prefácio à obra *Páginas Nobrianas*, da autoria de Mário Cláudio, a uma confluência característica entre a província e o cosmopolitismo na lírica de António Nobre²³, não podemos deixar de pensar neste mesmo soneto, igualmente arquitectado numa oscilação contrastiva entre o bucolismo familiar da Aldeia e o estranho frenesim da Cidade.

Por sua vez, José Carlos Seabra Pereira, num ensaio sobre o carácter dualista da obra *Só*, também alude a uma “[...] insólita e modelar coabitação de decadentismo e neogarretismo [...]”²⁴, desenvolvendo de seguida este mesmo pensamento:

Decadentista e neogarretiano, o *Só* dava por ambas as vertentes expressão paradigmática ao crepúsculo irracionalista do Positivismo, ao desencanto com a ideologia cientista e progressista,

observa-se ainda uma forte atitude de alheamento a tudo aquilo que o rodeia, como se conclui a partir da declaração pessimista da sua última estrofe:

Nada me importas, Paiz! seja meu Amo

O Carlos ou o Zé da Th'reza... Amigos,

Que desgraça nascer em Portugal! (António Nobre, “Em certo Reino, à esquina do Planeta,” in *Só*, ed. corrigida e aumentada, 1898, 118.).

²¹ Uma parte da obra de Percy Bysshe Shelley, poeta inglês da primeira geração romântica, é um reflexo de algumas ideias políticas radicais do início do século XIX, como o comprova, por exemplo, o seu ensaio *The Necessity of Atheism* e o poema “Feelings of a Republican on the fall of Bonaparte”.

²² Percy Shelley, na sua obra teórica *Defense of poetry*, publicada pela primeira vez em 1821, em resposta à obra *Four Ages of Poetry*, de Thomas Love Peacock, sublinha a importância da imaginação na literatura romântica, e descreve o poeta do seguinte modo:

A poet is a nightingale who sits in darkness and sings to cheer its own solitude with sweet sounds; [...]” (Percy Byshe Shelley, *Defense of poetry*. Consultado pela Internet em 20 de Dezembro de 2005, em <http://www.fordham.edu/halsall/mod/shelley-poetry.html>).

²³ Cf. Maria Alzira Seixo, “O olhar do autor”, in Mário Cláudio, *Páginas Nobrianas*, 2004, 9.

²⁴ José Carlos Seabra Pereira, “A dúplice exemplaridade do ‘Só’”, *Colóquio-Letras*, 127/128, Janeiro – Junho de 1993, 36.

ao desajuste e ao desconforto perante a modernidade técnica e socioeconómica oriunda do mesmo impulso iluminista.²⁵

Na sequência desta ideia, o soneto nobriano é um exemplo perfeito dessa *coincidentia oppositorum*, dessa antinomia insolúvel em que tanto palpita a mais popular e revitalizante tradição de um Portugal profundo, como se faz sentir uma depressiva e extenuante modernidade urbana.

Em termos teóricos, a forma de construção do poema de Nobre adapta-se ainda a uma estrutura paradigmática enunciada originalmente por William Wordsworth: de acordo com este autor inglês da primeira geração romântica, a poesia é formada, por retrospecção, a partir de poderosas emoções sentidas em momentos calmos; porém, através de uma reacção inesperada, a tranquilidade desaparece e dá lugar a um período de agitação violenta. Ao transpormos esta teoria para o poema nobriano, encontramos, com efeito, essa mesma sequência temporal, da qual deriva uma forte oscilação entre dois estados de alma distintos, como se o poeta, fragmentado, se dilacerasse na fronteira entre dois universos inconciliáveis. O ponto de equilíbrio encontrar-se-á, por certo, no fio telegráfico, o elemento de convergência simbólica entre a pacatez inocente do mundo bucólico, radicada na primeira e última estrofes, e a violência perversa da cidade, espalhada nas estrofes intermédias.

Como foi atrás referido, a forma embrionária deste soneto reside, muito possivelmente, em duas cartas de António Nobre, endereçadas de Paris ao seu amigo Alberto de Oliveira, no início de 1891. Em termos de crítica psicanalítica, este acareamento entre a composição poética e esses dois textos epistolares permite reconstituir, de algum modo, o processo de transição entre *a verdade do fantasma*, ou seja, a realidade psíquica do autor, e a *verosimilhança do respectivo texto literário*, produzido – e devendo ser, por conseguinte, interpretado – como um reflexo do real.

Na primeira carta, com data de 2 de Fevereiro de 1891, António Nobre dá a conhecer um pouco a sua predisposição política a favor da ideologia republicana, numa passagem em que se pronuncia acerca do acto militar, ocorrido dois dias antes no Porto:

²⁵ José Carlos Seabra Pereira, “A dúplice exemplaridade do ‘Só’”, *Colóquio-Letras*, 127/128, Janeiro – Junho de 1993, 36.

*A revolução! Ah! como isto me parece mito, tão longe da minha terra! Oporto saiu-se. Saiu-se? Não digas tal, António; sê justo: considera que ela foi um fiasco, como tão ironicamente o notava uma gazeta de Paris. E foi, sim. Que mal conduzida!*²⁶

Nesta passagem, o autor começa por revelar todo o seu entusiasmo e envolvimento sentimental perante a notícia do “pronunciamento” militar. Contudo, em diálogo consigo mesmo, admite logo de seguida, já numa atitude algo resignada, ter-se tratado de um rotundo fracasso – ou de uma “inutilidade”, se fizermos a devida correspondência lexical com o conteúdo do telegrama inscrito no verso 9 do soneto – motivado, segundo o próprio, pela sua organização deficiente.

Numa comunicação escrita, o emissor endereça uma mensagem a uma determinada entidade. Contudo, António Nobre subverte, por vezes, a característica *unidireccional* das suas palavras ao reverter esse sentido para si próprio, como se exemplifica na transcrição anterior: após o estabelecimento de relação inicial com Alberto de Oliveira, o destinatário da sua carta, o autor recolhe-se sobre si mesmo, converte-se numa personagem narcísica em auto-contemplação, e dramatiza – em forma de solilóquio – o que vai na sua alma angustiada²⁷.

No excerto seguinte, relativo à parte final da carta, encontramos os indícios mais fortes em relação à génese dos dois poemas nobrianos:

Ó Alberto! manda-me notícias! Jornais aos montes, recheados de tipo normando, crivados de pormenores, com a cópia de quantos telegramas têm nestes dias atravessado os fios de arame que eu vejo além, meu Deus! sob um lindo céu cheio de sol, atacadinhos de pardais de todo alheados do “pronunciamento”, nem por isso lhe oscilando as patas sobre as palavras – Revolução! 30 mortos! 100 feridos!... – que passam.

Oh, manda-me notícias, sim? Ou nem tu? Foras mais simples... Adeus.

Abraços muitos do

António²⁸

²⁶ António Nobre, *Correspondência*, 1982, 137. Sublinhado nosso.

²⁷ “Se quisermos, a oratória da angústia é sempre o diálogo de Mim para *mim*, feito Outro, [...]” (Carlos Ceia, “A oratória da angústia no *Só* de António Nobre”, in *De punho cerrado – Ensaios de hermenêutica dialéctica da literatura portuguesa contemporânea*, 1997, 29. Sublinhado do autor.).

²⁸ António Nobre, *op. cit.*, 138.

Com efeito, se o início e o fim deste excerto nos remetem para a ânsia de notícias presente ao longo das quadras, o texto remanescente é, por assim dizer, o *punctum temporis*, ou seja, o instante genesiaco da estrutura estrófica do soneto: a imagem dos fios telegráficos a servirem de poiso aos bandos de aves, a descrição sintetizada do rescaldo do “pronunciamento” republicano, e a percepção do alheamento inconsciente dos pássaros em relação aos seus problemas políticos ou existenciais.

Todavia, na carta seguinte enviada a Alberto de Oliveira, com data de 7 de Fevereiro, António Nobre pondera refrear, em pouco menos de uma semana, o seu entusiasmo em relação à revolta militar do Porto. Ao dar início à sua redacção, o autor confessa o seu estado de tensão e ansiedade em torno desse episódio e das suas consequências marcantes:

Incomodadíssimo. O “pronunciamento” de Oporto teve (nunca o julguei) uma decisiva influência em meu espírito e tanto assim que o meu plano de Futuro, a minha vida vai ser *aliviada* singularmente.²⁹

A conclusão do soneto parece começar a ser delineada, na sua fase mental, a partir do momento em que a atitude empenhada de António Nobre em torno das questões sociais e políticas lhe provoca uma forte acédia e mal-estar. Logo, a sua decisão de “alívio”, sublinhada pelo seu próprio punho, pode ser interpretada – em termos psicanalíticos – como um recalçamento imposto pelo Super-ego em consequência do seu desencanto pelo sucessivo adiamento do seu sonho romântico de ver implantado o regime político que o seduz. A este propósito, seria talvez interessante verificar de que forma, e em que aspectos, este “alívio” é *sublimado* na produção lírica de António Nobre após esta sua decisão, tanto em *Só*, como em *Despedidas*³⁰.

Tendo ainda como temática principal o pronunciamento republicano de 1891, o próximo poema, da autoria de Correia Taranta,

²⁹ António Nobre, *Correspondência*, 1982, 139. Sublinhado do autor.

³⁰ Ao procurar definir o período literário aqui tratado, Fidelino de Figueiredo refere que:
Esses dez anos, que vão do fim do século XIX à proclamação da República, são o período sereno dessa desintoxicação política da literatura.” (Fidelino de Figueiredo, *História Literária de Portugal (Sécs XII-XX)*, 2ª ed., 1960, 493. Sublinhado nosso.).

Como exemplo dessa “desintoxicação política”, este autor dá o exemplo de autores como António Lopes Vieira, Eugénio de Castro, Silva Gaio, e António Nobre.

tem o título sugestivo de “Revolução Portuense, I – O desfilar das tropas”. Servindo de introdução à obra *Caridade e perdão*, encontra-se estruturado em forma de soneto, a seguir transcrito:

D’entre brumas cinzentas vinha o dia
No extremo do oriente despontando.
Era medonha, enorme a vozeria,
Morras erguendo e vivas levantando.
Formado á frente, o 10 d’infanteria,
N’um hymno marcial rompeu tocando.
E, ao som da Portuguesa, que se ouvia,
Começaram as forças desfilando.
Á frouxa luz da aurora purpureada,
Lá marchavam, de frente alevantada,
Em atitude bellica, imponente.
Que fizeram, porém, taes regimentos?
Deram vida, vigor, deram alentos
Ao throno que *tombava decadente!*³¹

A primeira estrofe deste poema pode ser dividida em duas partes: os dois primeiros versos concentram-se no dinamismo cíclico da natureza, a anunciar a alvorada por entre o nevoeiro cerrado desse dia invernos; os dois últimos versos privilegiam a densidade humana, pressentida através do enorme ruído de fundo proveniente de uma multidão anónima que vinha proferindo palavras de ordem contra a monarquia, soltando gritos de ânimo às forças revoltosas, e dando vivas à república.

A segunda estrofe descreve a disposição em campo das forças revoltosas, alinhando à sua frente o regimento de infantaria 10, cujos elementos iam interpretando a marcha marcial *A Portuguesa* para marcar o compasso da coluna militar em progressão pelas artérias do Porto.

A terceira estrofe destaca, por seu turno, o andamento imponente e aprumado dos militares nessa madrugada histórica. Tal como a aurora, que, com a passagem do tempo, iria sair vitoriosa sobre as forças nocturnas, assim este herói colectivo estava a preparar-se, gradualmente, para enfrentar com galhardia os elementos affectos ao regime monárquico e proclamar em seguida a república.

³¹ Correia Taranta, “Revolução Portuense I – O desfilar das tropas”, in *Caridade e perdão – Epístola poética a Sua Magestade a Rainha Senhora D. Maria Pia em prol dos revoltosos de 31 de Janeiro, 1891*, 11. Sublinhado do autor.

A introdução de uma conjunção coordenativa adversativa no início do último terceto vem indicar, entretanto, uma inversão no rumo dos acontecimentos. Omitindo a descrição do confronto entre as forças militares antagónicas, do qual a História regista a morte de dezenas de revoltosos, o sujeito do poema constata, com uma aparente ironia, que, ao contrário da deposição desejada do regime instituído, o acto insurrecto deu-lhe ainda mais força, como se toda a energia desses heróis derrotados tivesse sido transferida para o corpo agonizante da monarquia³².

O poema seguinte, da autoria de Nun' Allen, denomina-se "A calhandra". Dada a sua constituição por seis quintilhas e um remate em oitava, destacaremos apenas os versos considerados mais pertinentes para a matéria em apreço, correspondentes às três primeiras estrofes:

Raiou a Alvorada, uma certa alvorada
vincada de sangue, com manchas de horror;
deu luz a uma luta de heroes, desesp'rada,
d'uns homens levados da Fé mais sagrada
surprezos, trahidos, por outros, sem dôr...

O sangue jorrou de mil f'ridas dos peitos,
beijaram a lama a ralé e os soldados,
os mortos rolaram no sólo, desfeitos,
carne sangrenta e em odio. E nos leitos
d'hospitaes gemeu muito corpo varado.

Foi a vil Traição, assassina, assassina,
que deu a Batalha mais fêra, mais bruta...
Alli encostada e álferta, na esquina
co'uma kropatchek muito heroe fulmina,
e a bêsta, a covarde, ella vence na luta.³³

Neste texto lírico, o acto revolucionário é descrito de uma forma bastante diferente do soneto anterior. Desde o seu início, o raiar desse dia fatídico encontra-se já simbolicamente contaminado pelo sangue derramado dos heróis que procuram modificar a situação política existente em Portugal. Ao longo destas estrofes, existe uma repetição contínua de imagens chocantes, inseridas com o intuito de provocar um efeito catártico no leitor, causando-lhe um forte sentimento de piedade,

³² Com efeito, a partir desta data histórica, é dado início a um período de maior repressão governamental, através do reforço da vigilância policial, bem como da promulgação de legislação com vista à proibição de ajuntamentos em locais públicos.

³³ Nun' Allen, "A Calhandra", in AA. VV., *O monumento dos vencidos (commemorando a data gloriosa de 31 de Janeiro)*, 1897, 12-13.

tanto pelos que perderam a vida, como pelos que ficaram feridos e a fazer em sofrimento nas camas dos hospitais.

Concentremo-nos ainda na terceira estrofe, reveladora de um menosprezo profundo pelos militares da Guarda Municipal do Porto, cujos membros ao serviço da monarquia são severamente acusados pelo poeta de criminosos e traidores, por não terem hesitado em descarregar as suas armas sobre os heróis do povo e os redentores da pátria portuguesa.

O poema seguinte, também de 1892, intitula-se “Oração pelos vencidos”³⁴. Da autoria de João de Menezes, esta composição em seis sextilhas³⁵, com metro octossilábico e com o esquema rimático ABCBCA, aborda o drama particular vivido pelos familiares dos organizadores e das vítimas resultantes da revolução de 31 de Janeiro, e insinua a importante missão deixada como herança à nova geração.

Dada a extensão deste poema, tomamos a opção de o comentar no intercalamento da sua estrutura tripartida. Começemos por transcrever a primeira parte, correspondente às duas estrofes iniciais:

Oh! pobres mães que estaes chorando
Constantemente as vossas maguas!
Oh corações despedaçados
Que viste ir por sobre as águas
Do mar, os filhos condenados
Sempre na pátria e em vós pensando.

Oh! corações despedaçados,
Brancas, suavíssimas irmãs
Enamoradas desditosas,
Inda mais tristes que as manhãs,
Em que o inverno esfolha as rosas
E as andorinhas vão fugidas.

Nestas duas sextilhas, iniciadas anaforicamente pela mesma interjeição, o sujeito do poema invoca, numa disposição hierárquica do grau de parentesco, os familiares femininos das vítimas da sublevação republicana. Todas estas mulheres – mães na primeira estrofe; irmãs e

³⁴ João de Menezes, “Oração pelos vencidos”, in AA. VV., *Um ano depois (aos vencidos)*, 1892, 15.

³⁵ Este poema não pode ser denominado uma sextina, pois não se apresenta em verso decassilábico, não é rematado por um terceto, e não contém o jogo de palavras-rima, cuja disposição sequencial corresponde a um processo de disseminação e recolha, técnica recorrente na poesia quinhentista e barroca.

namoradas na segunda – são o centro das atenções do poema, face ao extremo sofrimento que, um ano apenas decorrido sobre a revolta militar, persiste nos seus corações, sendo este sentimento negativo reforçado através de uma comparação metonímica com as melancólicas e frias manhãs de Inverno, das quais as aves migratórias fogem e às quais a “flor das flores” não resiste.

Em termos intertextuais, pela maneira como é transmitida a tristeza destas mulheres por assistirem à partida dos seus familiares para uma deportação longínqua, por via marítima, parece estar subjacente no pensamento do autor o mesmo estilo dramático empregue por Luís de Camões no seu texto épico quando descreve, entre as estâncias 89 e 91 do Canto IV, o embarque e a partida da armada de Vasco da Gama para terras estranhas e distantes³⁶. Em *Os Lusíadas*, verificamos que, para além de o discurso das mães e esposas dos marinheiros se iniciar com a mesma interjeição invocativa – “Ó filho”, na estrofe 90, e “Ó doce e amado esposo”, na estrofe 91 –, existe ainda uma idêntica componente trágica na dor lancinante daquele conjunto de mulheres, perante a consternação sentida no momento da despedida dos seus entes queridos.

Passemos à segunda parte do poema, constituído pelas duas estrofes intermédias:

Eu compreendo o vosso amor
E sei ouvir vossos gemidos
E as vossas resas soluçantes,
Resai, resai pelos vencidos
Irmãs e mães, pobres amantes!
Bendicta seja a vossa dor!

Bendicta seja a oração
Pelos que estão no cemitério,
Pelos que soffrem ignorados
No carcere humido funereo
E por aquelles que exilados,
Quem sabe lá se voltarão;

Nestas duas sextilhas, o autor continua a direccionar as suas palavras de consolação para o grupo feminino atrás referenciado, na

³⁶ “Mães, Esposas, Irmãs, que o temeroso / Amor mais desconfia, acrecentavam / A desesperação e frio medo / De já não tornar a ver tão cedo.” (Luís de Camões, *Os Lusíadas*, IV, 89.).

tentativa tenaz de aliviar um pouco o seu padecimento. Sendo alguém que conhece com bastante pormenor a história dos acontecimentos³⁷, compreende, melhor do que ninguém, tanto a sua situação dolorosa como todas as razões das suas súplicas pelos militares derrotados nessa trágica madrugada; neste sentido, o sujeito lírico demonstra, na quarta estrofe, a sua compaixão ao testemunhar essas mulheres em prece pelos que pereceram no combate, pelos que foram julgados pelos seus actos e condenados a cumprir uma pena de prisão, ou ainda pelos que tiveram a felicidade de conseguir escapar a uma punição severa, mas que sofrem de forma similar durante o período prolongado do seu exílio, longe da pátria.

Passemos em seguida à terceira parte do poema, formado pelas duas últimas estrofes:

Mas, se ao cahir da noite escura,
Ao vosso lado, as creancinhas
Que já começam a fallar,
Tambem erguendo as mãosinhas
À Virgem Santa, que do altar,
As olha cheia de amargura,

Que seja então uma heresia
Que lhes ensineis, e não um santo
Rezar de magua como o vosso,
Que brilhe o sangue e não o pranto,
Que seja o Odio o Padre-Nosso
Seja a Vingança a Ave-Maria!

A conjunção adversativa que surge no início da última parte deste texto poético vem modificar, de forma radical, o discurso existente até aqui. A atitude cristã de resignação e de súplica pelas vítimas é interrompida de súbito, quando vêm à lembrança do sujeito lírico os pequenos descendentes desses heróis caídos em combate; por conseguinte, é chegado o momento exacto de estas mães inocularem nessas crianças as sementes do ódio e a necessidade de prosseguirem, também de forma violenta, a importante batalha que os seus pais foram tragicamente obrigados a interromper.

Deste modo, a última estrofe revela-se bastante surpreendente, ao fazer esquecer por inteiro as características cristãs do perdão, do

³⁷ O poeta João de Menezes foi um dos elementos civis que participou activamente na organização da revolta portuense.

sofrimento e da oração, enunciadas nos versos anteriores; numa reacção blasfema, se não mesmo iconoclasta, o poeta apela com veemência para que a enorme tristeza de todas estas mulheres se converta numa força activa e para que as suas rezas a Deus e à Virgem Maria, afinal de uma completa inutilidade, se transformem numa vontade ardente de redenção da pátria, pelas mãos vingadoras desses homens de amanhã.

Composto em 1898, o poema “Visão”³⁸, de Oscar Latourrette, está também relacionado com a revolta militar ocorrida a 31 de Janeiro de 1891, embora se concentre mais nas suas consequências e não tanto no episódio em si mesmo. Analisemos a primeira das três partes em que este texto lírico pode ser dividido:

Triste, silencioso e cheio de mysterio
Estava n’esse dia o vasto cemiterio!
Ali jaz honra, gloria e nobreza
Repouza a miseria e descança a riqueza.
Centenas de louzas modestas e escuras,
Marcam, lúgubres, o logar das sepulturas
Onde crescem livremente flores agrestes
À sombra dos tristes e sepulchraes cyprestes.

No início, o sujeito deste poema vagueia pelo cemitério. Nesse espaço privilegiado da literatura ultra-romântica, vai simultaneamente contemplando a paisagem funérea, tornada reflexo do seu presente estado de alma, e celebrando, através de um vocabulário selecto e melancólico, a morte dos que ali repousam para sempre.

Passemos à segunda parte do poema, relativa à segunda estrofe:

Eu passeava vagarosamente
Lendo os epitaphios philosophicamente,
Mas eis que vejo em caracteres esculpidos
Uma data celebre e *Gloria aos vencidos*,
Parei. E como o sacerdote deanto da cruz,
Que instinctivamente ajoelha aos pés de Jesus,
Tambem ajoelhei. Enquanto eu orava contrito
Vi, com grande espanto, mecher-se o granito
E surgir do tumulto um vulto colossal,
Ostentando no peito uma chaga mortal.
Pátria – disse o gigante oh pátria querida
Por quem me aventurei lutar e perdi a vida!

³⁸ Oscar Latourrette, “Visão”, in AA. VV., *A’Monarchia – Commemoração dos mortos 31-1-91*, 1898.

No mesmo cenário gótico, e numa contínua toada elegíaca, o sujeito do poema percorre, ensimesmado e num passo lento, os sepulcros dos mortos. Há um, no entanto, que desperta mais a sua atenção quando se apercebe da *data célebre* e do epitáfio inscritos na pedra tumular (verso 4), numa identificação óbvia com o acontecimento histórico de 1891³⁹. Qual apaniguado cristão, este “sacerdote” prostra-se então diante dessa espécie de santuário republicano e entrega os seus pensamentos à evocação daquele episódio trágico. Por um lado, esta imagem equipara a ideologia republicana a um profundo sentimento religioso, chegando mesmo a perspectivá-la como uma religião revolucionária e imanente; por outro lado, apresenta-se como uma marca historicista, também recorrente no Ultra-Romantismo, na medida em que o canto poético deste período literário continua a glorificar os heróis perseguidos ou no exílio, e a evocar figuras representativas da luta pela liberdade e pela pátria.

De repente, a laje do sepulcro desloca-se e, em seguida, o poeta vê, com autêntica surpresa, erguer-se do seu interior um espectro colossal que começa por invocar a sua pátria amada, pela qual combateu e sacrificou a sua própria vida.

Passemos à terceira estrofe, que constitui a última parte do poema:

Eis-me, ha já 7 annos, na eternidade
Para onde me atirou a cruel fatalidade,
E venho hoje oh! patria, pedir-te vingança
Em nome do heroico pó que aqui descança
E de quem a impaciencia já se apodera,
Por ver quão tardia e longa vae sendo a espera!
Sim! os mortos perguntam muito surprehendidos
Por que não vingastes ainda os pobres vencidos
Que desprezando a vida e affrontando o p'rigo,
Quizeram libertar-te do teu inimigo
E tirar-lhe o poder, esmagar-lhe o sceptro.
E com voz retumbante terminou o espectro:
- Olha o inimigo! Olha o Bragança!
Não te esqueças! adeus! Vingança! Vingança!

³⁹ É no cemitério do Prado do Repouso, perto da entrada pelo Largo do Padre Baltasar Guedes, que se encontra o mausoléu erigido aos revoltosos republicanos de 1891. Inaugurado em 1897, um ano antes da publicação do poema de Oscar Latourrette, tem inscrito na sua base a data de 31 de Janeiro de 1891 e o epitáfio “Paz aos vencidos”, ligeiramente diferente do que consta deste poema. Após a implantação da república, foi colocada uma nova inscrição, com a legenda “Aos mártires do ideal republicano”.

Estes últimos versos, imbuídos de uma forte carga sentimental e retórica, são preenchidos na sua totalidade com a intervenção oral da personagem fantasmagórica, feita em discurso directo. A presença ou a mediação do elemento sobrenatural no espaço humano é uma característica comum em muitas narrativas de terror “grosso”, em cujo enredo espectros angustiados assombram um determinado local em busca de uma vingança de algo que não puderam ver concretizada durante a sua anterior “forma humana”. Nesta derradeira estrofe, o espectro justifica a sua assombração exactamente com um pedido de vingança, feito num estilo declamatório e melodramático: discursando em nome de todos os combatentes que morreram há sete anos, continua a questionar a sua pátria sobre o motivo por que a justa vingança tarda em chegar e a indagar a razão pela qual os mortos permanecem esquecidos, sem poder alcançar o seu descanso merecido, enquanto não for consumada a regeneração da pátria através da destruição do “ceptro” monárquico e da consequente implantação da república.

Sem se registar qualquer espécie de diálogo com o sujeito do poema, a figura espectral termina o seu solilóquio com as declarações exclamativas registadas nos dois últimos versos, reforçando a situação de mistério e de terror e enfatizando a necessidade de retaliação, após ter lembrado à pátria amada o seu principal inimigo, numa alusão directa a D. Carlos, o monarca brigantino.

Após a leitura e análise deste texto, parece não restarem dúvidas em relação à presença intertextual do poema ultra-romântico mais divulgado em Portugal no início da segunda metade do século XIX: “O noivado do sepulcro”⁴⁰, de Soares de Passos. Esta balada gótica representa a história de um fantasma que, numa noite cerrada, se ergue do seu jazigo para se torturar em pensamentos por ter sido abandonado tão injustamente pela sua amada. A principal diferença entre estes dois poemas tumulares reside nos respectivos desfechos: na balada original,

⁴⁰ Segundo Maria Leonor Machado de Sousa, este texto, datado de 1853, [...] além de enriquecer o repertório dos cantores de serenatas do Porto, deu um novo modelo métrico ao Ultra-Romantismo, a quadra decassilábica. (Maria Leonor Machado de Sousa, *O “horror” na literatura portuguesa*, 1979, 30.).

concretiza-se o reencontro dos antigos amantes, cujos esqueletos são descobertos na manhã seguinte em comunhão amorosa; no texto de Oscar Latourrette, o reencontro entre o fantasma e a sua pátria amada irá permanecer adiado até ao momento da reclamada vingança.

A nossa última referência ao tema da revolução republicana é retirada da obra *Justiça aos Vencidos*, de Angelina Vidal, publicada em 1891. Neste poema extenso, dedicado à “heróica cidade do Porto” e a alguns heróis do 31 de Janeiro, como o Capitão Leitão, o Dr. Paes Pinto, e João Chagas, a autora republicana⁴¹ questiona a forma imparcial com que o julgamento dos revoltosos foi realizado, e recorre a diversos exemplos retirados da História para sublinhar a importância da luta pela justiça e pela liberdade.

Num poema de forte índole retórica e enriquecido com várias invocações e exclamações, Angelina Vidal utiliza ainda uma série de conceitos associados ao positivismo e à ideologia republicana, tais como a Razão, o Progresso, a Pátria, a Consciência, a Fé, a Justiça, o Povo, e a Liberdade. Eis um excerto do mesmo, composto pela autora que Fialho d’Almeida apelida, nesta mesma altura, de “pitonisa vermelha”⁴²:

Que importa a força e as leis? Aos codigos humanos
Revoga-os outra lei, mais forte que os tyrannos,
E que um dia levanta os thronos ao fastigio,
E em outro, por divisa, adopta o gorro phrygio
Não logra a tyrannia, em seu labor feroz,
Forçar a Liberdade a emmudecer a voz.
Póde bramir o odio ou esfuziar o insulto,
Mas a Razão que é livre, hade offertar um culto
À mater do Progresso!⁴³

⁴¹ Angelina Vidal (1853-1917) foi desde muito cedo uma fervorosa apaixonada da ideologia republicana. A 17 de Março de 1881, Ramalho Ortigão faz uma referência a esta professora do ensino secundário:

Na relação das pessoas que caíram no desabamento do estrado destinado aos oradores do *meeting* republicano da Rua de S. Bento, vemos com surpresa o nome da senhora D. Angelina Vidal. (Ramalho Ortigão, *Farpas Esquecidas*, I, s. d., 77.).

⁴² Cf. Fialho d’Almeida, *Os gatos*, 50, 16 de Dezembro de 1892, 8.

⁴³ Angelina Vidal, *Justiça aos Vencidos*, 1891, 8.

2.2 – O apelo à revolução

Em 1909, M. Marques Ferreira publica *Grito de Revolta – Propaganda Republicana*, um pequeno trabalho onde, numa panorâmica evolutiva pelos séculos mais recentes, declara o regime monárquico o responsável principal pela grave crise económica existente em Portugal, e advoga a implantação da república pela força das armas como solução drástica para ultrapassar essa situação negativa. A reforçar a sua tese política, compõe dois sonetos e coloca-os no princípio e no fim da obra, balizando desta forma o seu texto teórico-panfletário em prosa; o primeiro deles intitula-se “Chamando á vida”:

Ó povo miserando humilde e desgraçado,
que vives qual grilheta em negra escuridão;
accorda para a Vida, frement’encorajado
e quebra essas algemas de torpe escravidão.

Desperta para a Luz; desperta e revoltado
empunha o bacamarte, segura o alvião,
e vai p’ras barricadas. Ardente e denodado,
conquista a Liberdade, a Vida, a Redempção:

Não vês ó povo martyr a Patria n’agonia?!...
E tu passivo, inerte, aos pés da tyrannya,
que tanto opprime e vexa a Terra Portuguesa!...

Às armas pela Patria á beira da ruina!
Às armas contra o jugo da casa brigantina!
- Luctar pela republica ao som da Marselheza.⁴⁴

Neste soneto, o poeta começa por invocar o povo, dando-lhe a conhecer a sua desonrada condição de escravatura laboral e de submissa dormência política. Perante este quadro social aviltante, chama a atenção para a única forma efectiva de o povo, entendido aqui como uma entidade una e indivisível, conquistar a liberdade: insurgir-se contra o férreo despotismo, pegar em armas – servindo para esse efeito até mesmo uma rude alfaia agrícola, exemplificada na segunda quadra com a imagem do alvião – e ser dono exclusivo do seu próprio destino.

No primeiro terceto, a alusão à decadência da pátria é outra das grandes linhas de força utilizada por este ideólogo republicano para fazer

⁴⁴ M. Marques Ferreira, *Grito de Revolta – Propaganda Republicana*, 1909, 5.

um apelo tão enérgico e oratorial à rebelião popular, a fim de que Portugal possa ser salvo, em tempo útil, da sua declarada e crescente decadência.

Os versos da última estrofe funcionam como palavras de ordem, nos quais se repete a necessidade de utilizar a violência no confronto directo com a dinastia de Bragança e no combate pela implantação do regime republicano, a única forma de regeneração da pátria portuguesa. Note-se que o cruzamento do hino *A Portuguesa* com o hino francês (a sua principal fonte de inspiração formal e temática) reforça a persuasão lírica no apelo à revolta pela força anafórica da expressão “Às armas”, mantendo a pátria como o primeiro valor a defender, e alterando apenas o significado dos “canhões” inimigos e externos, aqui transformados – a nível simbólico – nos representantes internos da dinastia de Bragança.

Após este soneto preambular, Marques Ferreira inicia o seu texto teórico e, numa espécie de desenvolvimento do poema, dirige-se ao povo português para tentar explicar que a manutenção da crise generalizada irá conduzir Portugal uma vez mais a uma enorme bancarrota económica, apenas evitável através de uma revolução messiânica:

Perante a agudíssima crise económica, política e financeira que a Patria Portuguesa atravessa actualmente e em vespas de uma nova e tremenda bancarrota – segundo a opinião dos proprios monarchichos -, que acabaria por subverter-nos e arruinar-nos se antes não vier redimir-nos a Revolução redemptora; [...].⁴⁵

A dada altura, o autor questiona os dirigentes do Partido Republicano Português sobre os motivos de uma espera tão prolongada pela sua intervenção corajosa e determinante. Em seguida, alude aos exemplos negativos da história mais recente da monarquia portuguesa e, na continuidade das posições defendidas anteriormente por Antero de Quental e Oliveira Martins, localiza, em pleno reinado quinhentista de D. João III, os primórdios da decadência nacional a partir do momento em que se consolida a aliança retrógrada estabelecida entre a dinastia de Avis, a Companhia de Jesus e o Tribunal do Santo Ofício:

A nossa decadencia, começou – póde dizer-se –, desde qu[e] o sceptro cahiu n[as] mãos grotescas e *beatificas* de D. João III – o rei jesuita, inquisidor e cynico. E pode tambem affirmar-se que

⁴⁵ M. Marques Ferreira, *Grito de Revolta – Propaganda Republicana*, 1909, 7.

partiu d'esse reinado maldito com o estabelecimento da Inquisição e da Companhia de Jesus em Portugal, a união entre padres e reis: - throno e altar conluiados para a mesma obra retrograda, nefanda e despotica.⁴⁶

À medida que o seu discurso se desenrola, a sua linguagem vai-se tornando mais contundente e dogmática. Passando ao insulto directo, refere-se então a uma monarquia composta de “bandalhos”, por defender apenas os seus interesses individuais, e classifica os governos emanados do rotativismo constitucional como “verdadeiras quadrilhas de ladrões”, devido à sua forte imoralidade e corrupção. A acrescentar, denuncia ainda a situação desorganizada das forças militares, a deplorável administração das colónias, o escasso aproveitamento da actividade industrial e comercial, ou ainda a péssima qualidade de ensino, face ao registo de uma elevada percentagem de analfabetismo.

Perante este “[...] longo estendal de decadencia e de miseria que envergonha e indigna e revolta.”⁴⁷, Marques Ferreira prossegue o seu texto propagandístico, estabelecendo um contraste maniqueísta entre o povo, a principal classe social a sofrer mais directamente as consequências da crise e sobre a qual recai todo o género de privações, e os representantes monárquicos, que exploram – na mais escandalosa impunidade – os recursos já escassos da nação portuguesa⁴⁸:

E o povo continua amarrado ao negro calvario de expiação e miseria, mourejando sol a sol o duro pão de escravo, enquanto a

⁴⁶ M. Marques Ferreira, *Grito de Revolta – Propaganda Republicana*, 1909, 9. Sublinhado do autor.

⁴⁷ Idem, 10.

⁴⁸ O conteúdo deste discurso está, de certa forma, intimamente ligado ao grande desnível social denunciado no ano anterior por José Augusto de Castro, na sua obra *Cartas á Rainha Sr.^a D. Amelia de Orleães*. Na sua sétima e última carta, o autor dirige-se à rainha, acusando-a de desinteresse e passividade perante a miséria grassante à sua volta:

Que vos importa que por debaixo do vosso throno, dos vossos palacios magnificos vegetem, inuteis para o progresso, para a civilização, quatro milhões d'analphabetos?

Que vos importa que vinte, trinta ou quarenta mil creanças morram anualmente, victimadas pela fome, pelo desconforto, pela falta absoluta de hygiene?

Que vos importa que milhares de mulheres nas fabricas, nos campos, nas pocilgas, nas viellas immundas e deleterias, na promiscuidade de habitações abominandas se estiolem, se inutilisem para a procreação, e, mais que inuteis se tornem nocivas, pela degenerescencia physica e pela depravação moral, á procreação? (José Augusto de Castro, *Cartas á Rainha Sr.^a D. Amelia de Orleães*, 1908, 110.).

realeza e os seus lacaios se banqueteiavam com o que ainda resta d'este esqueleto d'uma Patria...⁴⁹

É então que, nos momentos finais do seu texto, Marques Ferreira rememora a passagem de mais um aniversário da revolução portuense de 1891, aproveitando para explicar as razões da sua ocorrência, o que desejavam para Portugal os seus organizadores e participantes, e como muitos desses heróis pagaram com a sua vida na defesa dos valores patrióticos mais elevados em que acreditavam piamente:

Cidadãos! Faz agora annos, que por uma d'estas frias madrugadas de Janeiro o sangue rubro de um punhado d'heroes, regou o solo adorado da Patria.

Alentava-os uma Ideia bella e generosa: um sonho sublime, doirado, encantador; um vehemente e inflexivel anseio de Liberdade e Justiça...

Queriam a Republica porque, hontem como hoje, ella se nos apresenta como unico e insubstituivel remedio para os males da Patria.

Patriotas ardentes e devotados, morreram cumprindo o mais sagrado dos deveres. Pagaram á Patria o tributo que nós devemos ainda, sem que o seu sangue generoso e tão heroicamente vertido, conseguisse redimir-nos... Impediu-o essa tyrannia hydrophoba, odienta e despotica que nos estrangula e avilta...

- Clamam vingança os mortos de Janeiro!...⁵⁰

Os últimos parágrafos são destinados a persuadir os leitores para a necessidade de coordenar todos os esforços com vista à concretização da desejada revolta com a maior brevidade possível. Usando uma linguagem imagética de índole naturalista ao serviço do seu panfletarismo político, o autor procura instilar a coragem suficiente para que cada elemento do povo possa empenhar uma arma, juntar-se à marcha revolucionária e não ter medo de se sacrificar, mesmo com a própria vida, pela vitória do mais elevado e nobre ideal que dá pelo nome de República:

E vale mais morrer nas barricadas, luctando por um sublime Ideal de Redempção e Justiça do que deixar-nos atascar, como poltrões e renegados, n'este infamissimo charco de lama, vermina e pus.⁵¹

Como já tinha sido referido, a obra de Marques Ferreira é concluída de maneira idêntica à do seu início – com um soneto. Intitulado

⁴⁹ M. Marques Ferreira, *Grito de Revolta – Propaganda Republicana*, 1909, 10-11.

⁵⁰ Idem, 11.

⁵¹ Idem, 13.

“À tyrannia (Commemorando o 18º aniversário da Revolta de Janeiro)”, o conteúdo deste poema torna-se, no fundo, uma breve recapitulação de toda a conjuntura exposta ao longo das páginas anteriores:

Tremei despotas, tyrannos – vil canalha!
Tremei bandidos que breve vai soar,
A hora em que o povo ha-de vingar,
Vossas affrontas a golpes de metralha!

Não se zomba d’um povo impunemente:
D’um Povo bom e rude e generoso,
Mas bem altivo, honrado, mui cioso,
Do seu poder e força onnipotente.

No Povo reside a Força soberana,
E o povo ha-de vencer e triumphar,
- Edificar – A Nação Republicana.

Tremei sicarios!... o povo vai fallar
E já surge nova Bandeira a tre[m]ular,
Nos hor’sontes da Patria Lusitana.⁵²

O início deste poema é, desde logo, marcado por uma linguagem bastante agressiva para com a classe monárquica e por um destaque notório dado à classe popular, mencionada por seis vezes ao longo das suas estrofes. De realçar ainda a forma como este soneto é revelador de uma hábil perspicácia por parte do seu autor de que a desejada instauração da República Portuguesa, para além de não tardar muito, iria ser marcada por “golpes de metralha”, ou seja, pela imposição da força e pela violência das armas⁵³.

Em 1892, é publicado no almanaque *A Victoria da Republica* o poema “Pela Republica”, de J. J. d’Araujo, cuja temática principal é também o apelo à revolução popular:

⁵² M. Marques Ferreira, *Grito de Revolta – Propaganda Republicana*, 1909, 15.

⁵³ Note-se como esta teoria de tendência insurreccional tem já muito poucas semelhanças com a serena doutrinação da geração republicana precedente. Em 1884, o dirigente e ideólogo republicano José Falcão publica a *Cartilha do Povo*, uma obra composta, na sua totalidade, por um diálogo imaginário entre o republicano João Portugal e José Povinho. Numa linguagem acessível à classe popular, o seu texto transmite a ideia de que a implantação do regime republicano será feito por via eleitoral, sem qualquer derramamento de sangue:

Os nossos inimigos havemos de exterminal-os com balas de papel.
Vem ahi as eleições. Quando as auctoridades, os ricos, os mandões vierem pedir o nosso voto, digamos todos: - o nosso voto é para a Republica.
(José Falcão, *Cartilha do Povo*, 1906, 15. Sublinhado nosso.).

Monarchicos, teimosos como *pêrros*,
 Que o sangue nos esgotam 'té às *bôrras*,
 Aos nossos ideiaes vão dando *môrras*
 P'ra galardão eterno de seus *erros*.

Preparam-nos grilhões de negros *ferros*,
 Abafam-nos em horridas *masmorras*...
 Querem todos comer a tripas *fôrras*...
 Zombando da razão, que se ergue em *berros*!

Mas, ao longe, o Futuro se *descerra*...
 Para assombrar Cyrillos e *Navarros*,
 Para trazer justiça a toda a *terra*.

Esta caminhará sem ver *esbarros*...
 Será a *Portuguesa* o hymno de *guerra*.
 Tremei, grandes lambões! Tremei, *galfarros*!⁵⁴

À partida, o próprio título parece não oferecer a mínima dúvida em relação à intenção panfletária deste soneto. Com efeito, logo na sua estrofe introdutória, são colocados dois agrupamentos políticos em confronto: os monárquicos, comparados a cães obstinados, e o sujeito pronominal colectivo “nós”, em cujo grupo idealista o autor do poema se insere.

Na segunda estrofe, prosseguem as referências à forma como os representantes monárquicos oprimem a classe popular e como conduzem, a seu bel-prazer e em seu próprio proveito, os destinos da nação.

Contudo, no primeiro terceto o sujeito do poema manifesta a sua grande esperança de que o futuro trará uma maior justiça para toda a humanidade e deitará por terra os governos iníquos, aqui simbolizados por dois dos seus ministros⁵⁵.

⁵⁴ J. J. d'Araujo, “Pela Republica”, *A Victoria da Republica – Almanach de Propaganda Democratica para 1893*, 1892, 80. Sublinhados do autor.

⁵⁵ J. J. d'Araujo refere-se, respectivamente, aos ministros Mariano Cirilo de Carvalho, detentor da pasta da Fazenda, e Emídio Navarro, na tutela das Obras Públicas e do Ensino, sendo ainda o redactor da famosa “lei das rolhas”.

A propósito da grande responsabilidade deste último político pelas consequências decorrentes do episódio de Janeiro de 1891, Fialho d'Almeida tece, no ano anterior à elaboração deste soneto, os seguintes comentários:

O snr. Navarro, borrado de susto (porque é de saber que na bambocha monarchica este valentão é o primeiro medroso) embalde, logo apoz dos acontecimentos de 31 de Janeiro, intimou o governo a ser severo com a revolta, fuzilando a torto e a direito, e degredando os rebeldes somenos para a Africa, immediatamente e sem processo. (Fialho d'Almeida, *Os gatos*, 26, 18 de Abril de 1891, 29.).

Em Dezembro de 1904, Raúl Brandão refere-se ainda a estes dois estadistas de uma forma depreciativa nas suas memórias:

A conclusão do soneto reforça a estrofe anterior, ao salientar que nada deterá o caminho determinado da justiça e que a revolução será executada ao som da marcha marcial *A Portuguesa*, já plenamente identificada, nesta mesma data, com a ideologia republicana.

As questões prendem-se, e agora com o contrato dos tabacos só se fala em escândalos. Tudo come! tudo come! *Come o Navarro, come o Mariano*, [...]. (Raúl Brandão, “Pó da estrada”, in *Memórias*, I, 6ª ed., 1925, 149. Sublinhado nosso.).

3 – A república brumosa de Guerra Junqueiro

Após a identificação e análise de um conjunto específico de poemas alusivos à sua perfilhação da ideologia republicana, sobretudo na *praxis* mais radical do combate activo ao regime monárquico, passemos a uma dissecação orientada do poema dramático *Pátria*, de Guerra Junqueiro.

A presença de uma matriz republicana nesta obra junqueiriana, publicada em 1896, é consensual entre os mais diversos críticos e autores que sobre ela já se pronunciaram, quer em trabalhos mais aprofundados, como o de Maria Teresa Pinto Coelho⁵⁶, quer numa análise mais superficial, como é o caso de Mayer Garção⁵⁷, de Amorim de Carvalho⁵⁸, de António Machado Pires⁵⁹, de Helder Macedo⁶⁰, ou de João Medina⁶¹.

Apesar de toda esta sequência de comentários produzidos em torno da presença de uma propaganda republicana no poema *Pátria*, consideramos, no entanto, existirem poucos indícios *óbvios* e *explícitos* desta ideologia, em comparação com algumas outras obras literárias produzidas neste mesmo período, tanto sob a forma lírica como em prosa, como já tivemos oportunidade de observar nos pontos anteriores. Com efeito, não obstante este poema ter sido publicado na segunda metade da última década oitocentista, a forma de solução republicana nela declarada

⁵⁶ Cf. Maria Teresa Pinto Coelho “Do panfletário ao místico: a *Pátria* e o messianismo político de Guerra Junqueiro”, in *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, 1996, 191; e “A República ‘romântica’ de Junqueiro: uma breve (re)leitura da *Pátria*”, *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 6 (1), Janeiro – Junho de 1991, 43.

⁵⁷ Cf. Mayer Garção, “Junqueiro republicano”, in Guerra Junqueiro, *Horas de combate*, 1924, XLVI.

⁵⁸ Cf. Amorim de Carvalho, *Guerra Junqueiro e a sua obra poética (análise crítica)*, 1945, 234.

⁵⁹ “[...] o poema *Pátria*, de Junqueiro (1896), revela uma concepção decadentista, passionalmente carregada, atacando o governo, o Rei e a dinastia de Bragança. É, de resto, com o *Finis Patriae* (1891), um grito de revolta exaltado após o Ultimatum, um grito panfletário de apologia da República, [...]” (António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 208. Sublinhado nosso.).

⁶⁰ “Ao seu nível mais superficial, a *Pátria* é uma obra panfletária de propaganda republicana, [...]”. (Helder Macedo, “A Mensagem e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro”, *Colóquio – Letras*, 103, Maio - Junho 1988, 34.).

⁶¹ “[...] um poema messiânico em que, com concebida retórica e evidente intuito republicano, Junqueiro apontava para uma espécie de Messias vermelho, de D. Sebastião de barrete frígido que viesse deitar fogo ao castelo dos Bragança [...]” (João Medina, “O republicanismo português da propaganda à revolução ou o ódio santo”, in *História de Portugal*, XII – A monarquia constitucional, 2004, 187-188. Sublinhado nosso.).

é ainda semelhante à da precedente geração doutrinária, ou seja, portadora de uma acentuada mensagem messiânica e transmissora da possibilidade de concretização desse ideal político, embora ainda muito distante no tempo.

Em nosso entendimento, o poema junqueiriano espelha, acima de tudo, uma profunda aversão do seu autor à monarquia e à dinastia de Bragança, simbolizada na figura régia de D. Carlos, nunca chegando a apelar *directamente* à opção republicana ou a enaltecer, de uma forma objectiva, as grandes potencialidades desse regime político. Neste sentido, a apologia do republicanismo acaba por ser apenas *depreendida* pelo seu paratexto, bem como pelo enquadramento de algumas das suas linhas de orientação em determinadas passagens do seu texto, cujo conteúdo se relaciona com a crítica acintosa à dinastia brigantina, as referências insultuosas a D. Carlos, a alusão à epopeia camoniana, ou a denúncia subtil da relação perniciosa entre o poder temporal e o poder espiritual.

Por último, o “Balanço patriótico”⁶², uma espécie de posfácio desta obra lírico-dramática onde o autor exprime o seu pensamento em torno das grandes questões políticas e sociais desse momento finissecular, é, sem dúvida, um texto *mais objectivo*, no qual é feita, por mais de uma vez, a defesa *explícita* do regime republicano; no entanto, pelos fundamentos também aqui já apontados ao poema que antecede este texto, Guerra Junqueiro não parece acreditar na brevidade da tão desejada instauração da república em Portugal.

Ao iniciarmos a análise do poema *Pátria* pelos seus elementos paratextuais, deparamos com os mais declarados indícios de republicanismo: é o caso do título, que se destaca, desde logo, como um dos valores mais nobres, fortemente defendido e divulgado pelos partidários da nova ideologia política; por sua vez, a dupla dedicatória anteposta ao texto lírico é feita à memória do recém-falecido dirigente

⁶² A primeira parte do “Balanço patriótico”, colocado no final do poema, tinha sido redigida em 1894, servindo de introdução a um conjunto de artigos elaborados em memória de José Falcão, o dirigente republicano falecido nesse ano (cf. Guerra Junqueiro, “Em vez de prefácio (fragmento d’um estudo)”, in AA. VV., *Memória a José Falcão*, 1894, VII-XXIV.). A segunda parte, iniciada sensivelmente a meio deste texto doutrinário, foi acrescentada já no próprio ano da publicação de *Pátria*.

republicano José Falcão, um dos elementos mais determinantes da geração doutrinária, e aos seus amigos Basílio Teles e Sampaio Bruno, ambos envolvidos na organização civil do pronunciamento militar de 1891.

Em termos temáticos e cronológicos, *Pátria* acompanha os momentos antecedentes à assinatura do Tratado entre Portugal e a Inglaterra, ocorrida a 20 de Agosto de 1890, na sequência do Ultimato inglês⁶³, um acontecimento que foi, segundo uma apropriada expressão metafórica de Nuno Severiano Teixeira, “[...] o Outono da Monarquia e a Primavera da República.”⁶⁴. Ao optar pela utilização deste episódio político como enredo dramático da *Pátria*, Guerra Junqueiro faz eco das mais veementes acusações dos ideólogos republicanos a D. Carlos e aos governos por si nomeados por não terem sabido gerir este conflito, tendo servido antes os interesses da monarquia britânica.

Em termos episódicos, a presença simbólica do maior poeta quinhentista nesta obra, superiormente representado pela sua epopeia, corresponde à identificação dos partidários republicanos tanto com o conteúdo “sacrossanto” dessa nova bíblia, como com o seu autor, por cuja pátria tanto se empenhou: cantor de um passado glorioso de Portugal e, em simultâneo, crítico dos erros irremediáveis dos governantes e dos valores menos positivos da sociedade portuguesa, Camões torna-se um autor “republicano” a partir de 1880, durante as comemorações históricas do terceiro centenário da sua morte.

Na cena VI, o Doido chega à presença de D. Carlos, trazendo consigo um velho livro, que deposita nas mãos de Ciganus, Marquês de Saltamontes. Este nobre cortesão, ao abri-lo, lê de forma aparentemente aleatória alguns dos seus versos:

“Esta é a ditosa pátria minha amada...

.....

“Alguns traidores houve algumas vezes...

.....

⁶³ Com efeito, este episódio histórico, ocorrido apenas dois meses após a subida ao trono de D. Carlos, provoca o acréscimo de um descontentamento social em torno da monarquia, um despertar maior do sentimento patriótico e a adesão de um grande número de cidadãos à ideologia republicana.

⁶⁴ Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês - Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, 1990, 157.

“Porque essas honras vãs, esse oiro puro
“Verdadeiro valor não dão...

.....

“A que novos desastres determinas
“De levar estes reinos, esta gente?

.....

..... apagada e vil tristeza...⁶⁵

Os cinco excertos da epopeia camonianiana, interpretáveis como autênticos sinais de aviso lançados por um coro de tragédia clássica, pertencem, na sua sequência, ao início da descrição de Portugal e da sua História feita por Vasco da Gama ao rei de Melinde (III, 21), à alusão a algumas traições cometidas por inimigos da pátria (IV, 33), à revolta do poeta contra a cobiça e a ambição desmesuradas (X, 93), à crítica humanista do Velho do Restelo quando invoca a Fama, o símbolo da vã glória de mandar (IV, 97), e ao momento – de índole maneirista – em que o poeta se despede da musa Calíope, cansado de assistir ao crescimento da ganância e dos maus costumes por toda a sua pátria (X, 145).

Após a leitura destes versos soltos, que poderíamos considerar uma *paródia intertextual* da tão discutida e polémica declamação de Camões na presença do rei D. Sebastião, nem o monarca nem Ciganus conseguem identificar este livro, demonstrando assim a ignorância intelectual da nobreza cortesã. O Cronista-mor Astrologus, concebido à imagem do pensador Oliveira Martins, é a única personagem a reconhecer a obra e a ter a perfeita consciência do seu verdadeiro significado⁶⁶.

Se o Doido, representante simbólico de um Portugal decadente, fosse retirado da acção deste poema dramático, possivelmente nada de significativo se alteraria; no entanto, esta personagem é utilizada como um importante elo de ligação entre as restantes personagens, acumulando

⁶⁵ Guerra Junqueiro, *Pátria*, 3ª ed., 1915, 49-50.

⁶⁶ Astrologus é uma representação simbólica de Oliveira Martins, cuja personagem histórica Junqueiro não quis deixar de censurar por se ter afastado dos seus princípios político-ideológicos e se ter unido – já na qualidade de “vencedorista” – à causa do cesarismo régio. Contudo, não podemos deixar de registar o facto de o autor lhe prestar o reconhecimento merecido, ao permitir que seja a única das personagens a identificar essa “epopeia de outrora, essa bíblia do passado” (Cena VIII), talvez devido à importância inegável do seu contributo para o enriquecimento dos estudos camonianos: em 1872, publica a obra *“Os Lusíadas”, ensaio sobre Camões e a sua obra em relação à sociedade portuguesa e o movimento da Renascença*; mais tarde, reformula uma grande parte desta obra, sendo editada em 1891 sob o título *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*.

ainda com esta função dramática o enriquecimento dos diálogos em termos ideológicos e moralizantes.

Com efeito, a intervenção do Doido, “[...] a personagem que melhor revela todo o poder imaginativo de Junqueiro.”⁶⁷, tanto se assemelha ao Velho do Restelo, pela descrição física e psicológica que dele faz o próprio Junqueiro quando evoca o momento da sua concepção⁶⁸, como se adapta a um molde discursivo idêntico ao do *Elogio da Loucura*, de Erasmo de Roterdão⁶⁹; tanto contém algumas reminiscências de Manuel de Sousa Coutinho, um elemento cênico igualmente perturbador e indesejado pelas demais personagens do drama garrettiano, como é também identificável com o príncipe Hamlet⁷⁰, quando, à semelhança do herdeiro do trono dinamarquês, inicia, num excerto da Cena XXII, um solilóquio marcado pelos temas clássicos da demência e da morte.

A reforçar a intertextualidade deste poema com a tragédia de Shakespeare, observe-se ainda uma passagem da Cena XXI, onde o Doido

⁶⁷ Maria Teresa Pinto Coelho, “Do panfletário ao místico: a *Pátria* e o messianismo político de Guerra Junqueiro”, in *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, 1996, 164.

⁶⁸ Lopes d’Oliveira refere que Guerra Junqueiro, em 1914, lhe contou a história da concepção do Doido:

Certo dia encontrei, numa multidão de feira, *um doido extraordinário, arrimado a um bordão; alto, esquelético, coberto de andrajos, as barbas venerandas cobrindo-lhe o peito, um grande ar de nobreza, e, no semblante severo e rugoso, uns olhos cheios de espanto e dor – um gigante sonâmbulo, fantasma de guerreiro, de sonhador e de vagabundo...*

Esse doido figurou-se-me Portugal, faminto, miserando, na trágica perdição da consciência do seu destino, a vista presa na distante e incerta recordação quimérica do seu passado, a quem o crime atraçoara, envilecera, envenenara – degradado herói sem nome, sem arnez [sic] nem lança, arrastado à última abjeção, mas no qual vislumbravam, de quando em quando, sublimes estros de grandeza moral, fogos fátuos de alucinação gloriosa.

Assim encontrei a chave da ideação da *Pátria*; assim se realizou o seu desenvolvimento e dramatização – porque, ao mesmo tempo encontrei Nun’Álvares... (Lopes d’Oliveira, *Guerra Junqueiro – A sua vida e a sua obra*, II (1880-1923), s. d., 431-432. Sublinhado nosso.).

⁶⁹ A fim de poder condenar os grandes vícios da humanidade, este autor holandês coloca *Moria*, a deusa da loucura, como figura principal do seu texto quinhentista.

⁷⁰ Cf. Amorim de Carvalho, *Guerra Junqueiro e a sua obra poética (análise crítica)*, 1945, 232-233; Carlos Ceia, “A (des)construção da tese messiânica de Guerra Junqueiro em *Pátria*”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 9, 1996, 339-340; e João Medina, “O republicanismo português da propaganda à revolução ou o ódio santo”, in *História de Portugal*, XII – A monarquia constitucional, 2004, 187.

comenta, numa clarividência analítica similar à de Marcellus, membro da guarda real⁷¹, que “O reino é podre... o rei é podre...”⁷².

O Doido do poema junqueiriano enquadra-se ainda naquilo a que a tradição inglesa designa de “wise fool”⁷³. Durante a Idade Média e o Renascimento, o “louco sensato” é um profissional ao serviço de um palácio ou de uma casa senhorial, com o estatuto específico de entreter e divertir, sendo-lhe, com frequência, dada autorização para se dirigir, com toda a liberdade, ao seu rei ou senhor. É exactamente este o procedimento do Doido quando, na Cena XIX, se dirige de forma directa a D. Carlos, utilizando, para o efeito, uma linguagem violenta e bastante ofensiva; valendo-se da ideia tradicional de os loucos serem os únicos com o elevado e exclusivo privilégio de dizer a verdade nua e crua sobre alguém sem que isso lhe traga consequências negativas, Junqueiro permite que esta personagem humilhe o principal representante da nação portuguesa, fazendo dele uma figura porcina⁷⁴:

E o rei!... olhem o rei!... que rei de entrudo!...
Um porco em pé, com manto de veludo
E c’roa na cabeça, a andar, a andar!
Mas reparem... tem cornos! é cornudo!
Dois chavelhos de boi no seu lugar!
Um rei, que é porco e tem chavelhos!
Um rei, que é porco e tem chavelhos!
Que fantasia! enlouqueci... ando a sonhar!...
Mas bem no vejo! eu bem no vejo,
C’roa de rei, tromba de porco e chifres no ar!...
.....
Cai de rastros, chorando, o povo inteiro,
Beija-lhe a côrte as patas e o trazeiro...
E êle a grunhir! e êle a roncar!...⁷⁵

Após a publicação da *Pátria*, o poeta e romancista Luís de Magalhães escreve a Guerra Junqueiro, criticando-o pela utilização irreflectida de alguns termos menos próprios e francamente insultuosos

⁷¹ “Something is rotten in the state of Denmark.” (William Shakespeare, *Hamlet*, I.4.90.).

⁷² Guerra Junqueiro, *Pátria*, 3ª ed., 1915, 138.

⁷³ Também denominado, por vezes, de “allowed fool” ou “jester”. Veja-se o exemplo de Feste na peça shakespeariana *Twelfth Night*, cuja personagem – apesar da sua intervenção secundária – é um símbolo do universo tragicómico do ser humano e um factor de equilíbrio do enredo desta comédia de enganos.

⁷⁴ Simbolicamente, o porco representa a voracidade, a luxúria, o egoísmo e a ignorância.

⁷⁵ Guerra Junqueiro, *op. cit.*, 133.

em determinadas passagens deste poema panfletário, como se pode observar no seguinte excerto da sua carta:

Prefiro ver na mão da sua musa o lírio místico, de cujo cálice transbordam os aromas divinos dos *Simples*, a vê-la empunhar o vasculho áspero do panfletário político.⁷⁶

Em 1925, na edição especial desta obra, publicado a título póstumo sob a direcção do seu amigo Luís de Magalhães, toda a sequência de versos atrás transcrita é suprimida por Guerra Junqueiro, como se este género de linguagem, de carácter arrebatado e ofensivo, já não fizesse qualquer sentido com o seu principal inimigo político já morto e após quinze anos de consolidação do regime republicano em Portugal. Assim, após a reformulação do poema, o discurso do Doido acaba por ficar circunscrito a três versos inócuos, um facto a levar em consideração se pensarmos na forma como esta auto-censura junqueiriana atenua a forte componente panfletária e empenhada do texto original:

E o rei!... olhem o rei!... que rei de entrudo!...
A obesidade em manto de veludo
A fugir, a tremer, a cambalear...⁷⁷

Arrependido pela forma exageradamente abusiva e injusta como caracterizou o monarca e os seus cortesãos, Guerra Junqueiro, em nota esclarecedora à quarta edição do seu poema, por si mesmo expurgado de todas as passagens de conteúdo mais violento, procura justificar-se com a *mimesis*, ou seja, o carácter de “fingimento” das suas personagens⁷⁸, e assevera serem uma pura coincidência algumas semelhanças com a realidade. Como se de um verdadeiro acto de contrição se tratasse, o autor confessa os seus “pecados” com o pensamento em Deus:

Devo também declarar que os cães do Rei⁷⁹: Iago, Judas, Veneno e Ciganus, Magnus e o Príncipe d’Oiro Alegre, não são retratos, cópias de indivíduos. São criações sintéticas, símbolos, nada mais.

⁷⁶ Apud Lopes d’Oliveira, *Guerra Junqueiro – A sua vida e a sua obra*, II (1880-1923), s. d., 250.

⁷⁷ Guerra Junqueiro, *Pátria*, ed. especial, 1925, 87.

⁷⁸ Tal como Frei Bartolomeu Ferreira o tinha feito na licença inquisitorial de impressão da epopeia camonianiana, para justificar a presença “escandalosa” e herética dos deuses pagãos da Antiguidade clássica.

⁷⁹ Recordemos que este termo é também a alcunha pela qual Camões designa não só os infieis muçulmanos, mas também os aduladores do Paço real quando alude, de uma forma subtil, aos cortesãos de D. Sebastião (IX, 26).

Meditando hoje o meu poema, de olhos em Deus, serenamente, continuo a julgar D. Carlos um rei nefasto, *mas que eu ataquei bastantes vezes com imerecida, com hiperbólica dureza. Sonhara um rei magnânimo, heroico, predestinado, lembrando Nunalvares, e entre Nunalvares e D. Carlos existia um abismo. Daí, em certos momentos, a fúria desorbitada da minha cólera.* As passagens mais crueis eliminei-as já, e outras remodelarei ainda, se Deus me dê saude. A ideia fundamental do poema, que o domina todo, do primeiro ao último verso, está ilesa: é o ressurgimento orgânico da Nação no espírito de Nunalvares e de Camões.⁸⁰

Ao assinar esta confissão pública já na sua fase de redenção mística, Guerra Junqueiro estaria por certo a retractar-se não só pelas faltas cometidas na presente obra, mas também a aliviar os seus remorsos pelo conteúdo do poema “O caçador Simão”, publicado na revista *Pontos nos ii*, a 17 de Abril de 1890. Em carta datada de 1 de Novembro de 1908, Manuel Laranjeira estabelece pela primeira vez uma associação directa entre o poeta e o principal mentor do regicídio⁸¹:

Em Portugal existia como reacção contra todas as nossas desgraças um ódio, profundo como as raízes dum cancro, à realza e sobretudo ao rei dom Carlos. *Esse ódio, saído do mais íntimo da alma colectiva, teve uma boca para o gritar, – foi Guerra Junqueiro, e teve um braço para a converter em acção – foi Manuel Buíça.*⁸²

Marcado negativamente por este acontecimento que antecede a queda da monarquia, Carlos Malheiro Dias decide homenagear D. Carlos na obra biográfica *Quem é o rei de Portugal*, e regista numa descrição peculiar o momento da sua morte:

Subitamente, ao passar a carruagem em frente do ministerio da Fazenda, ouve-se um pequeno estampido, como de

⁸⁰ Guerra Junqueiro, “Anotações”, in *Pátria*, ed. especial, 1925, 173. Sublinhado nosso.

⁸¹ A primeira referência a um regicídio é feita por Fialho d’Almeida a D. Luís. Em Agosto de 1889, este autor inaugura *Os gatos* com um texto onde sugere ao monarca – numa interpelação directa e com a ironia característica da sua “publicação mensal de inquérito à vida portuguesa” – que, dado o seu pobre currículo em feitos históricos e actos de bravura, se deixe matar num atentado, a fim de ficar com algo de assinalável no seu reinado:

Recapitulo: V. M. tem tudo a ganhar em ser assassinado. Mecha os pausinhos p’ra isso, despache-se! Digne-se verter o seu sangue, antes que a Historia, julgando-o, solicite a posteridade a verter aguas. (Fialho d’Almeida, *Os gatos*, 1, Agosto de 1889, 108-109.).

A terminar o seu texto, Fialho d’Almeida pede ao monarca “Lúlúsinho” que o contrate, pois ele encenará atingi-lo, mas sem o matar, para não se dar a hipótese de subir ao trono um sucessor ainda pior.

⁸² Apud Bernard Martocq, “Le pessimisme au Portugal (1830-1910)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, V, 1972, 456. Sublinhado nosso.

um tiro que falhou. El-Rei volta-se, *com essa vigilante acuidade do caçador, que lhe assignala a caça a um quasi imperceptivel frémito na folhagem...* Mas a emboscada agora é contra elle! Uma saraivada de balas cae sobre essa familia incauta *como sobre uma alcatea de lobos*, n'uma revindicta impiedosa, feroz, inexoravel... N'um passo instantaneo de segundos, uma bala termina, subito, um reinado. Attingido na nuca, El-Rei, já morto, *como um leão fulminado*, pende a cabeça sobre o peito.⁸³

Através de um conjunto de imagens simbólicas da arte cinegética, assistimos, com efeito, à mimese da acção sugerida dezoito anos atrás na última estrofe⁸⁴ de “O caçador Simão”: o caçador a tornar-se presa⁸⁵.

Ao retractar-se perante Deus nas suas “Anotações”, o poeta estaria talvez a mostrar-se também arrependido daquela passagem em que, na sua obra *Finis Patriae*, de 1891, manda os porcos da vara de Bragança grunhir nos seus túmulos; ou até mesmo a renegar um pequeno artigo político, redigido uma década após a publicação da *Pátria* e num teor novamente ofensivo para o rei D. Carlos. Publicado em destaque na primeira página do jornal portuense *Voz Publica*, na sua edição de 2 de Dezembro de 1906, o autor continua a dar provas evidentes de todo o seu profundo ódio e desprezo pelo monarca, ao designá-lo de porco:

Todas as tiranias são ferocidades, e accusam portanto, na mascara do homem, a descendencia do monstro.

Ha tiranias dominadoras e fulgurantes, d'olhos de aguia, e tiranias lividas, obliquas, de olhar de hiena. Ambas tragicas: um Bonaparte ou um Filipe II.

A tirania do snr. D. Carlos procede de feras mais obesas: do porco. Sim, nós somos os escravos d'um tirano de engorda e de vista baixa.

Que o porco esmague o lôdo, é natural. O que é inaudito é que o ventre d'um porco esmague uma nação, e dez arrobas de cêbo achatem quatro milhões d'almas!

Que ignominia!

Basta. Viva a republica, viva Portugal!⁸⁶

⁸³ Carlos Malheiro Dias, *Quem é o rei de Portugal*, 1908, 82. Sublinhados nossos.

⁸⁴ Os dois primeiros versos desta estrofe, utilizados como refrão do poema, remontam ao século XVI, onde uma cantilena popular destacava já nesta ave exótica, originária do Brasil, a sua capacidade de “dialogar”.

⁸⁵ Registemos ainda uma quadra anónima, cujos versos estabelecem uma clara relação de intertextualidade com o poema junqueiriano: “Jaz aqui nesta igreja / grão senhor embalsamado. / Foi um grande caçador, / mas um dia foi caçado!...”. (Apud Júlio de Sousa e Costa, *O Rei D. Carlos I (1863-1908): factos inéditos do seu tempo*, 1943, 25.).

⁸⁶ Guerra Junqueiro, *Horas de combate*, 1924, 39-40. Sublinhado nosso.

Pela publicação deste artigo, Guerra Junqueiro foi julgado em tribunal, sendo Afonso Costa o seu advogado de defesa. Não obstante a sua condenação a cinquenta dias de multa, o autor reitera, na edição de 11 de Abril de 1907 do jornal *Voz Publica*, o seu grande ódio ao monarca:

Amarga-me na boca a palavra odio, mas articulo-a aqui, deante dos homens e de Deus, sem contrição e sem temor. *Eu odeio o snr. D. Carlos, não com odio sangrento, com odio de orgulho e de vingança. O meu odio é bom, conforta-me e consola-me. Odeio o rei, porque amo a verdade e a minha Patria.*⁸⁷

A comparação animalesca entre D. Carlos e o porco – possibilitada naturalmente pelo aspecto anafado deste monarca – prosseguirá ainda no princípio do século XX, tanto sob o formato de desenho, através de uma caricatura da autoria de Eduardo Torres⁸⁸, como em forma lírica num texto pertencente à obra *O fusilado do Porto: verberações d'um revoltado*, de Astrigildo Chaves. Numa linguagem acintosa, este autor não só insulta o rei brigantino como enumera também alguns dos seus vícios e malfetorias, aproveitando o ensejo para referenciar os mártires caídos em combate por altura do pronunciamento militar de 31 de Janeiro de 1891, como se verifica no seguinte excerto:

Fuma charutos caros, pede *adiantamentos*,
Cria *Bastilhas* novas, funda mais conventos
E manda assassinar bons cidadãos do Porto!
Ó pulha realengo, abandalhado aborto!
Chafurda bem na lama, Carlos de Bragança,
Que só ella não mancha os crimes brigantinos!
Throno de sangue e pós! de raivas, de assassinios,
De crimes, viptuperios, de odios, de vingança...⁸⁹

De regresso a *Pátria*, outra das marcas associáveis à presença da ideologia republicana neste poema dramático é a defesa do laicismo nas mais diversas manifestações sociais. Na Cena X, Magnus produz uma pequena declaração, cujo propósito essencial é, através de uma acentuada dose de ironia, fazer a crítica implícita à ancestral relação existente entre o poder temporal e a Igreja Católica:

⁸⁷ Guerra Junqueiro, *Horas de combate*, 1924, 51. Sublinhado nosso.

⁸⁸ Neste desenho, composto em Paris em 1903, pode ler-se a seguinte legenda em língua francesa: “Race portugaise 1ere qualité”.

⁸⁹ Astrigildo Chaves, *O fusilado do Porto: verberações d'um revoltado*, 1907, 3. Sublinhados do autor.

[...] Como estadista,
Eu considero a Igreja uma pedra angular
Da ordem! Quero o trono achegado ao altar!
A Igreja tem prestígio! a Igreja é um sustentáculo!
Convém ao sceptro ainda a amizade do báculo!⁹⁰

Em 1893, o escritor republicano Heliodoro Salgado compõe um soneto que, pela sua íntima relação com a apologia do laicismo, proposta pela recente ideologia política para a sociedade portuguesa, entendemos ser de todo o interesse fazer a sua transcrição e tentar extrair do seu conteúdo uma conclusão ideológica. O poema denomina-se “A agonia d’um monarchophobo”, um título que retira, à partida, qualquer espécie de ambiguidade semântica que pudesse existir nos seus versos:

Meus amigos, o corpo me arrefece
e já minha alma é prestes a deixar-me
Porque vos vejo tristes, a chorar-me,
a um falso deus erguendo inutil prece?...

Não é o terror lethal que me ensandece,
pois não temo que o inferno vá tragar-me
Nem sei o que mais possa torturar-me,
que a visão que inda agora me aparece.

Tenho os olhos em lagrimas banhados...
Não que me pezem na alma os meus pecados,
ou que me custe, emfim, deixar a vida...

Mas é que vejo ainda triunphante
a Santa-Egreja, a rúbida bachante,
auxiliando o throno, esse homicida.⁹¹

No início do poema, o sujeito lírico pede a todos os seus amigos para não ficarem a lamentar-se por se encontrar perto da hora da sua morte nem para desperdiçarem as suas orações infrutíferas a encomendar a sua alma a uma divindade ilusória.

Na segunda estrofe, prosseguindo o mesmo modelo de discurso carregado de heresia, o poeta sente-se angustiado, não por estar à espera da queda da sua alma nas malhas profundas do inferno, cuja existência rejeita em absoluto, mas por uma imagem marcante que não consegue afastar do seu pensamento.

⁹⁰ Guerra Junqueiro, *Pátria*, 3ª ed., 1915, 89.

⁹¹ Heliodoro Salgado, “A agonia d’um monarchophobo”, in AA. VV., *Pátria e exílio*, 1893, 3.

Na terceira estrofe, o seu estado deprimido continua a manter-se, sem que isso possa ser verdadeiramente atribuído a um grande receio de morrer ou, então, de estar a chegar o momento de prestar contas pelo rol de pecados cometidos ao longo da sua vida.

A explicação para a tamanha incomodidade sentida é apresentada, *como factor-surpresa*, na última estrofe: o poeta morreria descansado se já tivesse assistido à conversão do Estado português ao laicismo ou se a monarquia tivesse quebrado a “sagrada” aliança com a Igreja Católica.

Numa das suas intervenções políticas⁹², Guerra Junqueiro redige um Manifesto eleitoral dirigido aos cidadãos do Porto e de Vila Nova de Gaia, por altura das eleições de deputados em 1899⁹³. No *Post scriptum* deste texto panfletário, o autor recorre a uma estratégia de persuasão ao voto popular na lista republicana, fazendo crer aos potenciais eleitores que o próprio Cristo, se regressasse novamente à Terra, rejeitaria a Igreja Católica, simbolizada pela perfídia e falsidade do apóstolo Judas, e abraçaria sem hesitar a ideologia republicana, reconhecendo-a como a verdadeira e a mais justa religião:

Quereis a minha opinião sobre a batalha eleitoral? É simples:

Na lista do governo votaria Judas.

Na lista dos “protestantes” votaria Pilatos.

Na lista republicana votaria Jesus.

A primeira é o crime; a segunda, hipocrisia; a terceira, a verdade. Votae pela verdade.⁹⁴

⁹² São várias as intervenções políticas de Guerra Junqueiro. Destaquemos algumas das mais importantes:

- discurso em 1893 para um comício republicano na cidade espanhola de Badajoz, ao qual não pôde comparecer por motivos de saúde;
- discurso em 1897, durante um comício organizado pelo Grupo Republicano de Estudos Sociais;
- manifesto eleitoral, publicado na primeira página da *Voz Publica*, de 26 de Novembro de 1899, com vista às eleições de deputados;
- publicação de um texto ofensivo à figura de D. Carlos, na edição de 2 de Dezembro de 1906 da *Voz Publica*, pelo qual veio a ser julgado, tendo tido Afonso Costa – futuro Presidente do Conselho da República Portuguesa – como seu advogado de defesa.

⁹³ Nestas eleições para deputados no Porto, o Partido Republicano Português obtém a sua primeira vitória eleitoral, elegendo, a 26 de Novembro, três representantes: Afonso Costa, Paulo Falcão e Francisco Xavier Esteves.

⁹⁴ Guerra Junqueiro, *Horas de combate*, 1924, 25.

Quando nos aproximamos, por fim, do desenlace deste poema apocalíptico, na Cena XXIII, verificamos que o castigo de toda a estrutura monárquica, envolvendo o palácio, o rei e os cortesãos, é aplicado através de um incêndio. Deste modo, a destruição fatalista da monarquia portuguesa pelo fogo, resultante de uma trovoadas súbita, fica distante da natural mensagem presente nas obras republicanas publicadas nessa mesma década; esta cólera vingativa proveniente das alturas para impor a merecida punição dos elementos monárquicos, correspondente à descida – tão inesperada como providencial – de um deus *ex-machina* da tragédia grega⁹⁵, afasta do poema a ideia de que, pela intervenção heróica dos cidadãos e pelo combate revolucionário de todos os patriotas, será possível derrubar a dinastia de Bragança e instaurar a república em Portugal.

Por sua vez, a futura regeneração da pátria, alicerçada na espera messiânica de um herói criado sob a égide de Nuno Álvares Pereira, não é, no nosso ponto de vista, a solução que melhor se enquadre na causa republicana, por três aspectos fundamentais: em primeiro lugar, este herói nacional, simbolizado pela espada que a criança empunha⁹⁶, é um *bellator*, guerreiro nobre e representante por excelência da aristocracia tradicional; em segundo lugar, é o fundador legítimo da Casa Real de Bragança⁹⁷, o ramo nobiliárquico que dá o nome à última dinastia da monarquia portuguesa, tão vilipendiada ao longo do poema junqueiriano; em terceiro lugar, demonstra uma extrema devoção à religião católica,

⁹⁵ Em 1896, José Veríssimo publica um artigo na Revista Brasileira, onde critica a solução proposta no final do poema:

O poema *Pátria* do sr. Guerra Junqueiro é mais um produto, mau no fundo e na forma, desse messianismo, desse sebastianismo característico da sua raça. O D. Sebastião agora chama-se República, não como uma resultante da evolução histórica, uma necessidade social, mas *como um remédio mágico, uma fórmula mística*. (Apud Lopes d'Oliveira, *Guerra Junqueiro – A sua vida e a sua obra*, II (1880-1923), s. d., 463. Sublinhado nosso.).

⁹⁶ Esta cena é uma referência intertextual ao momento em que o protagonista da *Demanda do Graal* ergue a espada, previamente enfeitiçada por Merlin, o mago da corte arturiana. No final desta novela de cavalaria mística, Cristo reconhece a grandeza e superioridade de Galaaz em relação aos seus companheiros de armas e elege-o como herói perfeito.

Galaaz – cujo nome deriva do termo bíblico “Gal’ad”, que significa “o puro dos puros” – é a personagem que o Santo Condestável tenta emular ao longo da sua vida.

⁹⁷ Por via do casamento da sua filha única, D. Beatriz Pereira, com D. Afonso I, filho de D. João I.

como o comprova o voto de castidade feito nos últimos anos da sua vida e o seu recolhimento final ao Convento do Carmo, por si mesmo instituído.

Por fim, quando vinculamos o poema *Pátria* às suas anotações, podemos vislumbrar um apelo sincero à mudança de regime político, uma apologia mais perceptível da doutrina republicana e a difusão clara dos seus valores; porém, após criticar o povo, o clero, a burguesia, o exército, o poder legislativo, o sistema de justiça, e os dois partidos do rotativismo monárquico, o autor prossegue o seu “balanço patriótico” e comenta, nos seguintes termos, a situação presente do Partido Republicano Português:

Um partido republicano, quási circunscrito a Lisboa, avolumando ou diminuindo segundo os erros da monarquia, hoje aparentemente forte e numeroso, amanhã exaurido e letárgico, - água de póça inerte, transbordando se há chuva, tumultuando se há vento, furiosa um instante, imóvel em seguida, e evaporada logo, em lhe batendo dois dias a fio o sol ardente; um partido composto sobretudo de pequenos burgueses da capital, adstritos ao sedentarismo crónico do metro e da balança, gente de balcão, não de barricada, com um estado maior pacífico e desconexo de velhos doutrinários, moços positivistas, românticos, jacobinos e declamadores, homens de boa-fé, alguns de valia, mas nenhum *a valer*; um partido, emfim, de índole estreita, acanhadamente político-eleitoral, mais negativo que afirmativo, mais de demolição que de reconstrução, [...].⁹⁸

Neste parágrafo, Junqueiro deixa bem claro que a sua esperança na implantação da república em Portugal a curto prazo é acalentada apenas de uma forma residual, dada a sua desconfiança em relação ao Partido Republicano, tanto pela passividade predominantemente burguesa dos seus membros⁹⁹, como pelo fraco valor dos seus líderes. Por conseguinte, esta obra finissecular assume sobretudo um posicionamento decadentista, onde o seu autor não parece ter a certeza da melhor solução para Portugal, mas apenas uma vaga expectativa de que uma nova ordem política possa imperar e regenerar a sua pátria.

⁹⁸ Guerra Junqueiro, *Pátria*, ed. especial, 1925, 131

⁹⁹ Em 1891, Antero de Quental já tinha alertado os operários para as limitações sociais do Partido Republicano Português:

[...] o que é preciso é evitarmos toda a confusão com os republicanos que alegam ser o partido do povo e que só são o partido da burguesia. (apud José Bruno Carreiro, *Antero de Quental – subsídios para a sua biografia*, 1948, 349-nota.).

É à luz desta ideia que se compreende a referência feita por Sampaio Bruno ao poema *Pátria* como *Os Lusíadas* da decadência¹⁰⁰: mais do que a defesa da necessidade de implantação do regime republicano, Guerra Junqueiro procura demonstrar essencialmente a degradação da monarquia, acentuada pelos graves erros cometidos por D. Carlos e pelos seus conselheiros, deixando a ideia de que a república chegará de uma forma passiva e por via determinista. Assim sendo, mais do que introduzir neste “drama de expiação”¹⁰¹ algumas referências temáticas identificáveis com a ideologia republicana ou de engendrar no final o flamejante castigo da monarquia, faltou, para que o seu panfletarismo político surtisse maior efeito, fazer a defesa *explícita* da necessidade de implantação da república como a melhor solução para os graves problemas do país.

Por sua vez, a intelectualização desmesurada deste poema, em consonância com a sua forte conotação simbólica, não permite uma interpretação monossêmica do seu conteúdo nem uma mensagem ideológica inteiramente persuasiva, como se Guerra Junqueiro não conseguisse esquecer de todo o seu considerável percurso monárquico¹⁰², ou como se desejasse que a república, em cujo sistema político acredita, aplicasse na prática os melhores valores do passado heróico e exemplar, que admira e respeita.

¹⁰⁰ Cf. Sampaio Bruno, *O Brasil mental*, 1898, 61.

¹⁰¹ Cf. Maria Teresa Pinto Coelho, “Do panfletário ao místico: a *Pátria* e o messianismo político de Guerra Junqueiro”, in *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, 1996, 188.

¹⁰² Guerra Junqueiro pertenceu inicialmente ao Partido Regenerador, tendo transitado para o Partido Progressista, através do qual foi eleito deputado por duas vezes, respectivamente de 1879 a 1881 e de 1886 a 1889. Na sequência do Ultimato inglês, o autor adere ao republicanismo.

Destas mudanças políticas, tece António Cabral os seguintes comentários:

Primeiramente, foi monárquico. Depois, desertou e veio a ser republicano. [...] Não foi, porém, bom monárquico, nem bom republicano. A favor da Monarquia, nada fez, nada trabalhou, e à república levantou obstáculos e criou estorvos. (António Cabral, “O político”, in *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, 1942, 157.).

III

***Os Teles de Albergaria*, de Carlos Malheiro Dias:
entre o cesarismo monárquico e o republicanismo**

1 – Considerações iniciais

Em 1901, o romancista Carlos Malheiro Dias publica *Os Teles de Albergaria*, uma obra literária de abundante conteúdo político-ideológico que, no contexto do presente trabalho, merece o nosso inteiro destaque e uma análise minuciosa neste capítulo: em termos globais, a incidir sobre o pensamento do seu protagonista; em termos específicos, a reflectir sobre alguns episódios históricos relacionados com a evolução da ideologia republicana em Portugal e com a forma como se estabelece a confrontação directa entre os partidários desta recente e inovadora tendência política e o poder instituído, de orientação tradicionalmente monárquica.

No decurso das suas três partes, subdivididas em onze capítulos, esta narrativa acompanha, ao longo de todo o século XIX, especialmente as primeiras seis décadas do constitucionalismo português, a sucessão de três gerações dos Teles de Albergaria, uma família aristocrática já com pergaminhos na História, desde o tempo em que outros Albergarias “[...] tinham ido ao Oriente, sob D. Manuel.”¹:

- a primeira geração – pertencente ao tempo passado – é representada pelo “patriarca” Joaquim Teles Lobo, nascido em 1802, e pai de João Teles Lobo de Albergaria;
- a segunda geração – vinculada ao tempo presente – é representada pelo protagonista João Teles de Albergaria, que nasce em 1826, por D. Margarida, a sua mulher, e ainda pelo seu irmão Manuel;
- a terceira geração – orientada para o tempo futuro – é representada por Joaquim e Luís, os dois descendentes de João Teles de Albergaria, nascidos respectivamente em 1856 e 1875.

A acção principal deste romance – que podemos qualificar como uma obra-prima da literatura finissecular portuguesa – está concentrada na década de 80 do século XIX, e prolonga-se exactamente até às primeiras horas da madrugada do dia 31 de Janeiro de 1891, o momento

¹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 31.

histórico que regista o início do primeiro confronto violento entre as forças monárquicas e os seus opositores republicanos, ocorrido na cidade do Porto. Antecipando todas as conclusões que possamos vir a retirar da análise deste texto literário, não podemos deixar de pensar, desde já, na existência de uma estratégia diegética através da introdução deste episódio histórico no seu derradeiro capítulo, e a cuja deliberada intenção autoritária será dado o devido relevo mais adiante².

Pelo tratamento factual existente ao longo deste romance de família, pela forma peculiar como todo o seu discurso é atravessado pelos numerosos episódios da História de Portugal, sentir-nos-íamos tentados, numa primeira impressão, a incluir *Os Teles de Albergaria* na categoria do romance histórico. Com efeito, o discurso histórico e o ficcional encontram-se bastante entrelaçados um no outro, e a própria estratégia narrativa consegue iludir o leitor, ao fazê-lo acreditar, por vezes, na realidade “física” de algumas *personagens-referenciais*³, quando, ao conceder uma dimensão realista à narrativa, as coloca no epicentro de determinados momentos fulcrais da sociedade portuguesa oitocentista, cruzando-se furtivamente com algumas personalidades da História.

A propósito da pequena relevância atribuída às personagens históricas na obra literária do romancista francês Honoré de Balzac, característica que confere às mesmas uma sensação autêntica de realidade, comenta Roland Barthes o seguinte:

C'est précisément ce peu d'importance qui confère au personnage historique son poids *exact* de réalité: ce *peu* est la mesure de l'authenticité: Diderot, Mme de Pompadour, plus tard Sophie Arnould, Rousseau, d'Holbach, sont introduits dans la fiction latéralement, obliquement, *en passant*, peints sur le décor, non détachés sur la scène; car si le personnage historique prenait son importance *réelle*, le discours serait obligé de le doter d'une contingence qui, paradoxalement, le déréaliserait [...].⁴

² Ver, especialmente, os pontos 4.4 e 4.5 deste capítulo.

³ Philippe Hamon atribui esta designação às personagens históricas, mitológicas ou alegóricas inseridas no texto literário, como forma de melhor assegurar aquilo a que Roland Barthes denomina de “efeito de real” (cf. Philippe Hamon, “Para um estatuto semiológico da personagem”, in AA. VV., *Categorias da narrativa*, 1976, 96.).

⁴ Roland Barthes, *S/Z*, 1970, 108. Sublinhados do autor.

No romance de Malheiro Dias, esta mesma situação ocorre durante a acção do patriarca da família, Joaquim Teles Lobo, quando o vemos a contemplar Passos Manuel⁵, a travar conhecimento com Fernandes Tomás⁶, e a combater, durante a guerra civil de 1828, ao lado dos seus colegas universitários José Estêvão⁷ e Luz Soriano⁸; ou até mesmo do protagonista, quando, já nos derradeiros momentos da obra, acompanha com especial interesse as consequências nefastas do Ultimato inglês ou se torna uma testemunha privilegiada da revolta republicana de 1891.

No entanto, constatamos que este texto narrativo não preenche dois requisitos fundamentais na caracterização de um romance histórico: por um lado, em termos temáticos, e fazendo uso das palavras de Maria de Fátima Marinho, a obra limita-se “[...] a contar as vicissitudes de uma família ao longo do século XIX, com as suas diferenças de opinião (liberais e realistas) [...]”⁹; por outro lado, ao ter sido redigida entre Setembro de

⁵ Figura histórica com um notável papel interventivo no combate pela consolidação do liberalismo até à fase da Regeneração, e posteriormente, como estadista, no desenvolvimento do ensino superior. Nascido em 1801, Passos Manuel pertence à mesma geração de Joaquim Teles Lobo.

⁶ Pela sua relevância na História, parece ser feita alusão a Manuel Fernandes Tomás, figura histórica que forma o *Sinédrio* em 1818, juntamente com José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho e João Ferreira Viana, e com os quais prepara a revolução liberal de 1820. Posteriormente, veio a pertencer à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, e, já como deputado das Cortes Constituintes, redigiu as bases da primeira Constituição portuguesa, promulgada em 1822, precisamente o ano em que falece.

Contudo, situando-se a ocorrência do convívio de Teles Lobo com esta personagem em 1826, ou seja, quatro anos após a sua morte, leva-nos a fazer duas interpretações possíveis: ou Malheiro Dias terá cometido um pequeno lapso cronológico, ou então a sua “distracção” terá sido propositada para poder efectuar a aproximação entre o “patriarca” do seu romance e esta grande figura do liberalismo vintista.

Não se tratando de nenhuma das hipóteses avançadas, fica ainda a possibilidade de se tratar do seu filho Roque Joaquim Fernandes Tomás (1807-1871), lente de Filosofia da Universidade de Coimbra e deputado às cortes constituintes a partir de 1837.

⁷ José Estêvão Coelho de Magalhães (1809-1862), de seu nome completo, frequentava o Curso de Direito da Universidade de Coimbra quando, em Maio de 1828, ainda com 18 anos, se alistou no batalhão académico, formado por estudantes universitários, para combater as tropas miguelistas nas batalhas de Morouços e do Vouga.

⁸ Nascido em 1802, precisamente no mesmo ano de Joaquim Teles Lobo, o político e historiador Simão José da Luz Soriano, autor de obras sobre as primeiras décadas do liberalismo português, estava matriculado em 1828 no terceiro ano do Curso de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra, e, tal como José Estêvão, combate integrado no batalhão académico. Curiosamente, vem a falecer em 1891, o ano com que finda a narrativa de Malheiro Dias.

⁹ Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, 1999, 113.

1900 e Fevereiro de 1901¹⁰, não se verifica, no seu aspecto temporal, a existência “[...] de pelo menos duas gerações entre a escrita do livro e o momento cronológico do enredo, [...]”¹¹.

Na década de 70, João Gaspar Simões, não deixando de recusar a classificação desta obra como romance histórico, acaba por fugir – de uma forma muito subtil e, talvez, demasiado “cómoda” – à delicada tentativa da sua definição, com as seguintes palavras:

Se *Os Teles de Albergaria* não são, de facto, um romance histórico, são pelo menos o romance da agonia de uma ideia histórica: a agonia do constitucionalismo monárquico.¹²

Neste sentido, não sendo adequado integrarmos esta obra de Malheiro Dias na categoria específica da narrativa histórica, podemos porventura concordar com a sua designação como romance de *carácter histórico*¹³, ou então de *evocação histórica*, à semelhança de uma classificação anteriormente registada tanto num texto de Joaquim Paço d'Arcos¹⁴ como num outro, já bem mais recente, de autoria colectiva¹⁵.

¹⁰ A duração de cinco meses na elaboração desta obra é uma indicação expressa pelo seu autor no final da primeira edição, voltando a mesma constar na segunda edição, publicada no Rio de Janeiro, mas desta vez no cólofon.

¹¹ Maria de Fátima Marinho, *O Romance Histórico em Portugal*, 1999, 11.

¹² João Gaspar Simões, “Sobrevivência do realismo como discurso retórico – Carlos Malheiro Dias (1875-1941)”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 1987, 665.

¹³ Cf. João Gaspar Simões, “Aníbal Soares: ‘Ambrósio das Mercês’, um Romance Fantasia?”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., 1987, 683.

¹⁴ Cf. Joaquim Paço d'Arcos, *Carlos Malheiro Dias – Escritor luso-brasileiro*, 1961, 22.

¹⁵ Cf. AA. VV., “Os epígonos”, in Carlos Reis (dir.), *História da Literatura Portuguesa*, 5 – O Realismo e o Naturalismo, 2001, 291.

2 – Os primórdios do republicanismo em Portugal

O alcance da deslocação analéptica desta obra, cujo início se dá no capítulo II da Primeira Parte e se prolonga até ao fim da mesma, remonta à década de 1820, justamente aos momentos em que acompanhamos mais de perto Joaquim Teles Lobo, pai do protagonista. Os pequenos e quase insignificantes episódios que assinalam a sua vida são suficientes para nos transmitirem alguns dos primeiros indícios do republicanismo em Portugal na terceira década do século XIX, precedentes à denominada “geração dos patriarcas”¹⁶, formada no espírito da II República Francesa.

Este “patriarca” da família Teles de Albergaria, cujo nome é idêntico ao de uma personagem¹⁷ do romance *Paixão de Maria do Céu*, publicado por Malheiro Dias em 1902, assume uma elevada importância para este trabalho, pois é por seu intermédio que é introduzida na obra a primeira referência ao republicanismo, mais precisamente no momento em que o narrador, ao empregar os termos “pedreiro-livre” “jacobino”¹⁸ para o caracterizar, o identifica com esta ideologia:

Oscilante como chamas ao vento, Joaquim Teles fora sucessivamente pedreiro-livre¹⁹ e *jacobino* em 20, liberal em 26, cartista em 32, expulsara Beresford e aclamara Stuart, [...].²⁰

¹⁶ Cf. Amadeu Carvalho Homem, *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, 1990, 5.

¹⁷ Joaquim Teles Lobo, personagem destacada de *Paixão de Maria do Céu*, é um fidalgo que ingressa na carreira militar como oficial de cavalaria, e apaixona-se loucamente pela protagonista, que o troca pelo coronel francês De Marmont, pertencente às tropas invasoras de Junot. Cedo chegamos à conclusão de que não pode ser o mesmo Teles Lobo de *Os Teles de Albergaria*, uma vez que este teria apenas sete anos à data da segunda invasão francesa. Será só já perto do final da obra que Malheiro Dias dará a chave para a solução do mistério, como se tivesse estado a fazer um jogo com o leitor, no momento em que o capitão Teles Lobo pede a Maria do Céu que entregue uma corrente de ouro a um primo seu, com o mesmo nome, que vive na cidade do Porto. Para que esta coincidência de nomes se verificasse, Carlos Malheiro Dias foi obrigado, na segunda edição de *Os Teles de Albergaria*, a fazer uma alteração no seu texto (cf. *Os Telles d'Albergaria*, 1901, 41-42, e *Os Teles de Albergaria*, 1999, 40.).

¹⁸ Pedreiro-livre é a designação atribuída aos republicanos radicais pertencentes ao Clube Jacobino, liderado a partir de 1791 por Maximilien de Robespierre, que apoiou a destituição do monarca francês e participou na Comuna de Paris. Em Portugal, os estrangeirados costumavam ser também assim denominados.

¹⁹ Existiu sempre, desde muito cedo, e como este excerto do romance comprova, uma aproximação mais ou menos íntima entre a Maçonaria e o republicanismo no início do século XIX. A Maçonaria do Porto, por exemplo, comemora a data de 31 de Janeiro de

Segundo vários autores e historiadores, o primeiro incentivo ao republicanismo em Portugal ocorre em 1820, em plena revolução liberal²¹. Esta mesma ideia, presente no romance, está exemplificada em Joaquim Teles Lobo, um presumível apoiante da ala esquerdista das Cortes Gerais de 1820 e aliado da Maçonaria.

Nascido em 1802, Joaquim Lobo pertence à geração dos primeiros românticos portugueses²², possuindo naturalmente as suas mais nobres características, relacionadas com a defesa dos grandes ideais em prol da humanidade. Fervilhando em torno da justiça e da liberdade, apegando-se de uma forma permanente a estes valores, facto aliás confirmado pelas várias personagens que a ele se vão referindo ao longo do tempo, e através das quais é retratado de forma diversa. Citemos alguns exemplos: a sua mulher, D. Teresa, considera-o um “jacobino”²³; o Padre Abílio acusa-o de “mação”²⁴; o narrador caracteriza-o como “liberal”²⁵; e o seu filho João classifica-o complacentemente de “romântico”²⁶.

Em 1826, no período de regência da infanta D. Isabel Maria, logo após a morte de D. João VI, Joaquim “[...] é francamente pela República

1891, e o líder republicano Magalhães Lima foi eleito, em 1907, Grão-Mestre da Maçonaria.

²⁰ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 35. Sublinhado nosso.

²¹ Segundo Trigueiros de Martel, “[...] se 1820 não levantou uma república, deu começo ao espírito republicano que desde então não deixou mais de animar os espíritos portugueses, abertos às ideias de Democracia, de Progresso.” (Trigueiros de Martel, *A República em Portugal*, 1886, 121. Sublinhado nosso.); Oliveira Martins, num conjunto de artigos publicados em 1870 para o jornal *A República*, diz taxativamente: “[...] nós os republicanos, os continuadores dos jacobinos de 1820, [...]” (J. P. de Oliveira Martins, “Os 50 anos da monarquia constitucional”, in *Temas e questões – antologia de textos*, 1981, 156. Sublinhado do autor.); segundo Teófilo Braga, “O partido republicano vem dos homens do Sinédrio, apareceu com Borges Carneiro na revolução de 1820;” (apud Amadeu Carvalho Homem, “Republicanismo e demo-liberalismo”, in *Teófilo Braga. Filosofia e pensamento político-social*, 1988, 233. Sublinhado nosso.); e, segundo Eça de Queiroz, “O partido republicano não é certamente de criação recente. Desde 34, desde 20, sempre em Portugal existiram republicanos e jacobinos.” (Eça de Queiroz, “Novos Factores da Política Portuguesa”, in *Revista de Portugal*, II, 1890, 527. Sublinhado nosso.).

²² Recordemos que Almeida Garrett e Alexandre Herculano nascem, respectivamente, nos anos de 1799 e 1810.

²³ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 40.

²⁴ Idem, 27.

²⁵ Idem, 37.

²⁶ Idem, 41.

[...]”²⁷, e, dois anos mais tarde, com o regresso de D. Miguel, continua a dar provas convincentes do seu republicanismo matricial, à mistura com todos os seus ideais românticos. Perante os factos expostos, poderíamos arriscar-nos a dizer que Malheiro Dias *parodia* a História, ao antecipar, através desta personagem secundária, a primeira referência oficial à ideologia republicana em Portugal²⁸:

[...] prega e exorta à revolução com uma eloquência de jovem tribuno republicano. [...] Em Coimbra tinham nascido as suas aspirações; e o sonho de uma República idealista acenou de novo ao coração do patriota com a sua verde esperança.²⁹

Joaquim Teles, bacharelado em Coimbra aos 21 anos, é um verdadeiro exemplo do republicano romântico (ou talvez, numa definição mais rigorosa, do romântico republicano, dado não devermos aplicar aqui a arbitrariedade na ordem dos factores lexicais), tanto pelos exemplos já apontados, como pela decisão de se alistar, em 1828, nas fileiras do batalhão académico, do qual, como foi assinalado no ponto anterior, faziam também parte José Estêvão e Luz Soriano. E é na companhia dos seus colegas que este patriarca da família Teles combate as tropas miguelistas e luta com denodo pelo ideal que defende, como se de uma verdadeira religião se tratasse:

Joaquim Teles deixava-se ir na onda revolucionária, como um soldado entre o arrebatamento de uma carga, sem a consciência do rumo que ela seguia.³⁰

Já em 1831, no intervalo dos combates travados ao lado dos seus companheiros de armas, idealiza também “[...] uma República governada por um Mouzinho da Silveira.”³¹

Joaquim Teles Lobo foi, ao longo da sua vida, um extraordinário defensor da doutrina liberal, tendo-se empenhado numa participação

²⁷ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 36.

²⁸ A primeira referência ao republicanismo em Portugal pertence oficialmente ao general Joaquim Pereira Marinho, quando, em 1829, em pleno período de domínio miguelista, sugeriu, na Ilha Terceira, que se constituísse, com os territórios portugueses no mundo, a República dos Estados Unidos Portugueses Ultramarinos.

²⁹ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 38.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ Idem, 40.

activa na Guerra Civil, na luta contra a política absolutista patrocinada por D. Miguel e pela consolidação definitiva da liberdade e da Carta Constitucional. À semelhança de um verdadeiro romântico, acaba por morrer tragicamente em combate a 16 de Setembro de 1832, após ter sido atingido por duas balas disparadas pelo exército miguelista.

Apesar de não possuir um desenvolvimento físico ou psicológico, esta personagem não tem uma caracterização negativa no romance. No fundo, o narrador parece nutrir uma terna simpatia por este patriarca, forte adepto de um republicanismo matricial e romântico, fervoroso idealista inocentemente levado ao sabor do vento das mudanças sociais e políticas ocorridas nas primeiras décadas do século XIX, e detentor dos verdadeiros sentimentos de solidariedade e de altruísmo.

Em suma, podemos concluir que o republicanismo primígeno de Joaquim Teles Lobo, vivido intensamente em muitos momentos da sua vida e durante mais de uma década, é, do ponto de vista narrativo, bastante embrionário e imaturo, sem qualquer ideologia sólida subjacente, como se o simples facto de ser republicano fosse uma condição *sine qua non* para o seu espírito romântico, defensor da liberdade e crítico do poder instituído, neste caso concreto, monárquico.

3 – Uma homenagem romanesca a Oliveira Martins

3.1 –Teles de Albergaria, avatar de Oliveira Martins

João Teles Lobo de Albergaria, de seu nome completo, é o protagonista deste romance. Nascido a 31 de Junho³² de 1826³³, ingressa com 18 anos na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde acaba por trilhar os mesmos passos ideológicos e rebeldes do seu pai, Joaquim Teles Lobo, no combate em simultâneo à doutrina jesuítica e ao constitucionalismo monárquico:

Às noites, pelas ruas do Bairro Alto, o seu bando desmantelava à moca costelas ultramontanas. Aos domingos, no Choupal, davam-se vivas à república.³⁴

Se, tal como efectuámos em relação a Joaquim Teles Lobo, nos detivermos na forma diversificada como João Teles é caracterizado por outras personagens, verificamos que um determinado percurso da sua vida e alguns aspectos do seu pensamento são similares aos do pai, uma conjuntura correspondente, no fundo, à teoria positivista da influência hereditária: “liberal”³⁵ e “herético”³⁶, segundo o parecer do padre Abílio; “pedreiro-livre confesso”³⁷, como o caracteriza o narrador; “republicano”³⁸, na perspectiva da opinião pública e de um conjunto de intelectuais lisboetas; e “ímpio”³⁹, de acordo com a acusação impiedosa que a sua mulher lhe faz.

³² Tanto na primeira edição, datada de 1901, como na utilizada para análise desta obra, encontra-se a mesma data de nascimento do protagonista, facto que muito se estranha, dado que o mês de Junho tem apenas trinta dias. Deduzimos tratar-se de um lapso que, apesar da sua irrelevância, terá passado despercebido ao autor nas revisões efectuadas para a segunda edição, em 1910.

³³ Em termos históricos, trata-se, com efeito, de uma data importante, pois é precisamente o ano em que D. Pedro IV outorga a Carta Constitucional.

³⁴ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 41.

³⁵ Idem, 27.

³⁶ Idem, 28.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Idem, 43.

³⁹ Idem, 48.

O facto de João Teles ocupar, a partir do início da década de 60, trinta anos da sua vida na preparação de um vastíssimo conjunto de estudos especulativos de ordem jurídica, pedagógica e agrária, tendo em mente uma profunda reforma da política nacional, leva o historiador Rui Ramos a associar esta personagem a “[...] um novo Mousinho da Silveira ou um novo Passos Manuel.”⁴⁰ Contudo, e apesar de o protagonista ser um devoto confesso de Mouzinho da Silveira⁴¹, proporíamos antes a sua associação ao historiador e economista Joaquim Pedro de Oliveira Martins, a cujo nome Rui Ramos se refere alguns parágrafos mais à frente, embora numa abordagem já descontextualizada não só em relação à personagem em apreço, mas também à própria obra literária⁴².

Com efeito, após uma observação mais atenta do retrato feito pelo narrador ao seu protagonista através de um acompanhamento cronológico dos episódios mais marcantes da sua vida, verificamos com relativa naturalidade que este pode ser visto como um *avatar*, ou seja, uma “reincarnação” ficcional, de Oliveira Martins, na medida em que muitos pormenores registados ao longo do romance correspondem, de certa forma, tanto a uma biografia romanceada como a uma sólida estrutura de pensamento daquele que tem sido considerado um dos maiores intelectuais europeus do século XIX.

Feliciano Ramos terá sido, eventualmente, o primeiro crítico literário a sugerir, em meados do século XX, o enraizamento ideológico do romance *Os Teles de Albergaria* no programa da “Vida Nova”, movimento político liderado por Oliveira Martins⁴³; no ano seguinte, em 1959, Joaquim Paço d'Arcos, numa comunicação apresentada no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, compara João Teles de Albergaria com este pensador português na forma como ambos se

⁴⁰ Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, 2001, 186.

⁴¹ Cf. Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 153.

⁴² Cf. Rui Ramos, *op. cit.*, 187.

⁴³ Cf. Feliciano Ramos, “A experiência literária de Malheiro Dias como romancista”, in *Estudos de História Literária do Século XX*, 1958, 83.

sacrificaram – ou foram sacrificados – a defender com abnegação, e até à morte, um ideal não concretizado⁴⁴.

Em 1973, Óscar Lopes recupera a ideia embrionária de Feliciano Ramos⁴⁵, e volta a destacá-la para o final da década de 80:

O culto e pusilânime João Telles de Albergaria, “filósofo” recolhido, por incompreensão dos dirigentes políticos, ao seu retiro provinciano, onde inutilmente acumula estudos e projectos de reformas, encarna o ideário da *Vida Nova*⁴⁶ de Oliveira Martins, cuja crítica ao constitucionalismo monárquico perpassa, deste modo, por todo o romance, [...].⁴⁷

Por sua vez, João Bigotte Chorão, num estudo mais recente sobre o romancista Carlos Malheiro Dias, estabelece igualmente duas associações paralelas entre *Os Teles de Albergaria* e Oliveira Martins: na primeira, defende esclarecidamente a presença de uma intertextualidade nesta obra, ao considerá-la uma “[...] réplica romanesca do *Portugal Contemporâneo* [...]”⁴⁸; na segunda, admite que o seu autor tem a “[...] mesma concepção dramática da História, [...]”⁴⁹.

Por entendermos que as sugestões expressas por Feliciano Ramos, Óscar Lopes e Bigotte Chorão, apesar de todo o seu rigor e objectividade, são merecedoras de provas mais fundamentadas, a par, obviamente, da necessária dissecação minuciosa do texto narrativo de Malheiro Dias, assinalamos, em seguida, as “coincidências” mais evidentes que aproximam este romance a Oliveira Martins e à sua vasta obra, as quais virão a ser devidamente desenvolvidas – e de forma mais pormenorizada, sempre que for considerado necessário – neste mesmo capítulo:

⁴⁴ Cf. Joaquim Paço d'Arcos, *Carlos Malheiro Dias – Escritor luso-brasileiro*, 1961, 20.

⁴⁵ Cf. Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, 1973, 317.

⁴⁶ Este termo foi proposto por António Cândido, durante a apresentação do programa político de Oliveira Martins na Câmara dos Deputados das Cortes em Fevereiro de 1880, o qual surgiu como alternativa à “velha” fórmula política da Regeneração.

⁴⁷ Óscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, I, 1987, 199.

⁴⁸ João Bigotte Chorão, “Da História à Ficção”, in *Carlos Malheiro Dias na ficção e na história*, 1992, 41.

⁴⁹ Idem, *ibidem*.

- o autor deste romance *pinta* uma série de “quadros vivos” da História do Portugal oitocentista, imprimindo uma forte dramatização em diversas passagens⁵⁰, tal como Oliveira Martins o faz nas suas obras;
- a força inelutável do destino como agente condicionante da acção do protagonista, uma das principais características da tragédia clássica, é uma das grandes marcas desta obra, tal como sucede em muitas das interpretações feitas por Oliveira Martins⁵¹, igualmente concebidas à luz de uma visão trágica e determinista da História⁵²;

⁵⁰ Oliveira Martins é, de facto, um dramaturgo da História, pela forma como interpreta e apresenta de uma forma vívida os factos e as personagens que tomam parte em muitas das suas obras. Na segunda edição de *Portugal Contemporâneo*, publicada em 1883, explicará este mesmo autor:

[...] *Portugal Contemporâneo* não é um livro de partido, nem de polémica, nem de revolução: é um livro de História, *conforme eu entendo que a História se deve escrever, como quem escreve um drama*. (J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 1976, 21. Sublinhado nosso.).

A reforçar a ideia de uma escrita dramática em Oliveira Martins, leia-se o seguinte excerto de uma carta que Eça de Queiroz lhe endereça de Paris, datada de 5 de Fevereiro de 1891, na qual lhe solicita a elaboração de um artigo para a *Revista de Portugal*, a propósito da recentíssima revolta republicana de 31 de Janeiro no Porto:

É necessário que a crítica do drama seja feita por um actor – quero dizer, por *alguém que habite o palco e conheça de perto os truques*. (Eça de Queiroz, *Correspondência. Páginas da vida íntima e literária*, s. d., 177. Sublinhado nosso.).

⁵¹ Veja-se como na *História de Portugal*, publicada em 1879, Oliveira Martins atribui um peso importante ao acaso. Como exemplo, é apresentada a morte accidental do príncipe Afonso, filho de D. João II, futuro herdeiro da Coroa espanhola:

O funesto acaso da queda de um cavalo, matando o príncipe Afonso (1491), foi para D. João II como o tiro do caçador, quando num instante precipita, às voltas, o pássaro que de asas pandas vogava, inebriado, no oceano do ar e da luz.

[...]

Este incidente imprevisto da morte do príncipe é um dos que obrigam a meditar sobre o *valor do acaso na história*. Tivesse-se consumado a união dinástica de Portugal ao resto da Espanha já unificada, e a história da Península, a história da Europa, seriam diversas. (J. P. de Oliveira Martins, *História de Portugal*, 1951, 244. Sublinhado nosso.).

Ainda a propósito da presença do destino na obra martiniana, tema teorizado na obra *O Helenismo e a Civilização Cristã*, publicada em 1878, refere-se deste modo Albert Silbert:

L'histoire se caractérise par le fortuit, l'accidentel. Est historique, ce qui est le résultat du hasard. C'est pourquoi l'histoire est narrative. L'histoire est un récit avant tout dramatique. (Albert Silbert, “Oliveira Martins et l'histoire”, in AA. VV., *Regards sur la Génération portugaise de 1870*, 1971, 86. Sublinhado nosso.).

⁵² Para um estudo mais aprofundado deste tema, consulte-se a tese de doutoramento de Carmo Salazar Ponte intitulada *Oliveira Martins – a História como Tragédia*.

- o romance encontra-se estruturado, na sua globalidade, numa dialéctica hegeliana que envolve personagens e acção, e, neste sentido, a forma antinómica como o mesmo se desenrola, na procura incessante de uma síntese que transponha as duas premissas dicotómicas, enquadra-se harmoniosamente no pensamento martiniano⁵³;
- a integração das personagens femininas no universo diegético deste texto romanesco adapta-se à perspectiva de Oliveira Martins em relação à mulher, representada, de uma maneira geral, como um ser frágil e dominado pelo sentimento, ou seja, nitidamente inferior ao homem;
- a obra pode ser interpretada, no seu conjunto, como uma crítica acérrima ao sistema monárquico constitucional, cuja estrutura política nunca permitiu que Portugal acompanhasse a evolução dos grandes países europeus; é exactamente neste sentido que compreendemos a relação intertextual, estabelecida por Bigotte Chorão, entre esta narrativa literária e a narrativa histórica *Portugal Contemporâneo*, a grande obra de referência de Oliveira Martins, onde a “[...] chaga ascorosa [...]”⁵⁴ da monarquia constitucional é escalpelizada em profundidade;
- é notória a presença estratégica de uma temática de decadência no romance, acentuada no último capítulo com a representação da intentona republicana de 31 de Janeiro, o que se adequa ao forte sentimento de pessimismo presente ao longo dos textos históricos de Oliveira Martins⁵⁵, sobretudo quando as suas análises incidem sobre factos ocorridos a partir da implantação do regime liberal.

Contudo, esta análise intertextual não ficaria devidamente concluída se não efectuássemos também uma outra comparação, desta

⁵³ O pensamento de Oliveira Martins é influenciado não só pela dialéctica hegeliana, mas também pela visão herculaniana do mundo, cuja acção se dividia, dicotómica e maniqueisticamente, em “virtude” (expressa através do patriotismo e da devoção cívica) e “corrupção” (assente no materialismo e no egoísmo).

⁵⁴ J. P. de Oliveira Martins, “Os 50 anos da monarquia constitucional”, in *Temas e questões – antologia de textos*, 1981, 137.

⁵⁵ “O 31 de Janeiro, tornado mito e sinal libertador por Sampaio Bruno, Basílio Teles e Rodrigues de Freitas era, afinal, uma confirmação do pessimismo de Oliveira Martins.” (Guilherme d’Oliveira Martins, *Oliveira Martins – uma biografia*, 1986, 178.).

vez no aspecto biográfico, entre Teles de Albergaria e Oliveira Martins. Assinalemos, por conseguinte, o elevado número de “coincidências” que podem ser estabelecidas entre ambos:

- o protagonista deste romance nasce em 1826, o ano em que a infanta D. Isabel Maria inicia a regência da Coroa portuguesa e D. Pedro IV outorga a Carta Constitucional; é igualmente a partir desta mesma data que Oliveira Martins principia a análise histórica e política desenvolvida ao longo da obra *Portugal Contemporâneo*⁵⁶;
- desde os seus primeiros tempos de estudante universitário, em Coimbra, até pouco tempo antes de vir a ser eleito deputado, nos primórdios da década de 50, Teles de Albergaria nutriu uma considerável simpatia pelo republicanismo; por seu turno, Oliveira Martins, entre os 25 e os 27 anos, tinha sido também um apologista confesso da ideologia republicana⁵⁷, embora esta identificação política tenha começado a notar-se logo a partir de 1866, quando, com apenas 21 anos, publica o romance histórico *Febo Moniz*⁵⁸;

⁵⁶ Para além do facto de já ter sido mencionada a presença de uma intertextualidade entre este romance e *Portugal Contemporâneo*, defendida inicialmente por Bigotte Chorão, acrescente-se que esta obra de referência de Oliveira Martins, apesar de ter sido editada pela primeira vez em 1881, teve uma terceira edição em 1895, não sendo despidendo de todo admitir a forte probabilidade de Carlos Malheiro Dias a ter lido muito pouco tempo antes de iniciar a redacção do seu romance.

⁵⁷ Entre 1870 e 1873, Oliveira Martins é redactor de *A República – Jornal da Democracia Portuguesa*, publicação periódica da qual foi fundador, juntamente com Eça de Queiroz e Teófilo Braga. Da redacção deste jornal, cujo primeiro número é publicado a 11 de Maio de 1870, fizeram ainda parte Antero de Quental, Jaime Batalha Reis e António Enes.

A partir de 1874, data coincidente com o fracasso da breve República Espanhola, a sua ideologia política evolui a partir de um republicanismo social e federativo para o chamado “socialismo catedrático” (tal como já o tinham feito Antero de Quental e Eça de Queiroz, e um pouco mais tarde Ramalho Ortigão), cujo modelo é de inspiração proudhoniana.

Contudo, ainda em 1878 é candidato a deputado pelo Centro Eleitoral Republicano Democrático do Porto, e em finais de 1883 está incluído numa lista republicana concorrente às eleições municipais do Porto.

Esta evolução do seu pensamento político valeu-lhe, como se pode calcular, a acusação de traição por alguns críticos, tanto republicanos como monárquicos.

⁵⁸ De notar que, pertencendo Teles de Albergaria a uma geração anterior à de Oliveira Martins, o republicanismo do primeiro revela-se mais jacobinista, dado encontrar-se ligado aos acontecimentos de 1848, na sequência da proclamação da II República Francesa, enquanto que o do segundo se manifesta mais socializante, por influência da insurreição popular da Comuna de Paris, ocorrida em 1871.

- tal como o primeiro nome próprio de Oliveira Martins, também o do filho predilecto do protagonista, bem como o do seu pai, é Joaquim;
- ambos comungam de uma extrema admiração pela Antiguidade clássica e pela cultura pagã, em detrimento dos valores conservadores e fortemente repressivos da doutrina católica;
- como deputado, eleito no início da “Regeneração”, Teles de Albergaria apresentou na câmara um projecto político que foi rejeitado⁵⁹; também Oliveira Martins tinha apresentado à Câmara dos Deputados, na sessão de 27 de Abril de 1887, o *Projecto de Lei sobre o Fomento Rural e Emigração*, ao qual nunca foi dada a oportunidade de ser discutido;
- os *Relatórios sobre o Problema Agrário*, elaborados pelo protagonista, apresentam ideias semelhantes às contidas no *Projecto* referido no parágrafo anterior, da autoria de Oliveira Martins: enquanto Teles de Albergaria propõe o fomento da agricultura em Portugal através da criação de uma linha de crédito financeiro, este tinha proposto a nomeação de comissões para o estudo da criação de apoios agrícolas;
- quanto à indústria portuguesa, o pensamento de ambos é igualmente similar, coincidindo na defesa do seu desenvolvimento através da elaboração de uma pauta geral aduaneira, tendo como objectivo principal uma política proteccionista para a economia nacional⁶⁰;
- em 1856, João Teles decide terminar a sua carreira política, sob a acusação injusta de republicano feita por adversários políticos, passando a dedicar-se em exclusivo à elaboração de um grande projecto, através do qual sonhava poder regenerar Portugal em termos económicos, financeiros e sociais, sendo também este o mesmo modelo “utópico” com que tinha sonhado Oliveira Martins; neste sentido, a actividade intelectual acaba por se tornar uma espécie de compensação

⁵⁹ Cf. Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 43.

⁶⁰ Note-se, só por curiosidade, como esta solução aduaneira, defendida desde a segunda metade do século XIX, já se encontra completamente desajustada da presente realidade económica e política, a partir do momento em que Portugal passou a fazer parte da União Europeia, com a consequente abolição de fronteiras e a livre circulação de pessoas, de mercadorias e de serviços.

para o desencanto sentido por ambos em relação ao estado de degradação na política e na sociedade portuguesas;

- tal como a biblioteca do seu solar das Amoreiras, nos arredores de Guimarães, serve a Teles de Albergaria, nas décadas seguintes, de abrigo do “caos” exterior e do obscurantismo político reinante, foi também na biblioteca da casa das Águas Férreas, no Porto, que Oliveira Martins se manteve refugiado durante catorze anos, mais precisamente entre 1874 e 1888, para elaborar uma grande parte da sua obra⁶¹;
- circularam alguns rumores pela capital de que o “republicano” João Teles se encontrava a escrever uma “[...] História do Liberalismo que o levaria ao degredo.”⁶²; com efeito, este trabalho de investigação, hipoteticamente⁶³ redigido pelo protagonista em consequência do seu ressentimento pelo rumo da política nacional, pode ser visto como uma evocação de *Portugal Contemporâneo*, a obra histórica onde Oliveira Martins analisa os períodos de implantação e estabelecimento do constitucionalismo, e no qual sublinha a ideia de que o sentimento de decadência nacional nasce no decurso da experiência liberal⁶⁴;

⁶¹ Leia-se o seguinte texto de Eça de Queiroz, alusivo à casa habitada por Oliveira Martins na Rua das Águas Férreas, na cidade do Porto, em particular a passagem referente ao espaço da biblioteca:

Oliveira Martins vivia então na sua linda e recolhida casa das Aguas-Ferreas. Se já houve em Portugal um delicado e grave retiro de estudo e de trabalho, sereno, hospitaleiro, superiormente polido e culto, forte em afeições, fecundo em obras, bello pela consciencia e pela sciencia, e como espiritualizado pelas correntes de pensamento que n'elle tão livremente circulavam, foi esse da saudosa casa das Aguas-Ferreas [...]. *A bibliotheca ficava em baixo, abrigada no silencio propicio de viellas desertas: ahi viveu Oliveira Martins os seus dias mais doces, e escreveu os seus livros mais fortes, n'uma regra e concentração de Beneditino*, cortada às vezes por tumultuosas inspirações d'artista, como quando ao reviver a *Historia da Republica Romana*, [...]. (Eça de Queiroz, “Um genio que era um santo”, in AA. VV., *Anthero de Quental – in Memoriam*, 1896, 508. Sublinhado nosso.).

⁶² Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 43.

⁶³ À excepção dos ditos “rumores”, não se encontra, ao longo de toda a obra, mais nenhuma referência, tanto da parte do narrador como do discurso directo das personagens, à existência concreta deste texto.

⁶⁴ É António Machado Pires quem refere que as obras de Oliveira Martins, sobretudo *Portugal Contemporâneo*, tentam [...] agarrar as linhas de evolução da sociedade e as peripécias da vida política, mostrando as oportunidades perdidas, as loucuras cometidas, os conflitos existentes. (António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 301.).

- uma das figuras históricas mais admiradas pelo protagonista é Mouzinho da Silveira; por sua vez, também Oliveira Martins, em *Portugal Contemporâneo*, atribui um grande destaque a este político, pela acção exercida durante o período liberal em análise;
- a obra *Estudos Gerais de uma Reforma do Constitucionalismo em Portugal*, composta por João Teles, “[...] seria lançada em Lisboa pela casa editora da biblioteca dos *Estudos Sociais* [...]”⁶⁵, colecção cujo título parece corresponder a uma reminiscência da afamada “Biblioteca de Ciências Sociais”, a qual abrange uma série de obras de carácter geral produzidas por Oliveira Martins⁶⁶, com o intuito de lançar uma grande campanha pedagógica junto do público em geral;
- o carácter multidisciplinar da obra elaborada por Teles de Albergaria, tendo em mente o seu grande sonho de regeneração nacional, abrange assuntos tão vastos como o direito civil, a agricultura ou a pedagogia; no que diz respeito a Oliveira Martins, a sua produção intelectual, disseminada pelas áreas da economia, da doutrinação política, da historiografia, do direito, da sociologia, da antropologia, da psicologia social, da metafísica da História, da filosofia e da literatura, é também uma prova considerável da sua erudição multifacetada;
- o narrador trata, em diversas situações, o protagonista por *filósofo*⁶⁷, designação pela qual Oliveira Martins era também nomeado pelos amigos mais íntimos, em especial no grupo dos “Vencidos da Vida”⁶⁸;
- a lucidez intelectual de Teles de Albergaria leva-o, após a análise ponderada de um conjunto de acontecimentos ocorridos à entrada na década de 90 na política e na sociedade portuguesas, a prever uma revolução republicana a curto prazo; quanto a Oliveira Martins, tido por

⁶⁵ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 168.

⁶⁶ A “Biblioteca de Ciências Sociais”, publicada pela Casa Bertrand, principiou em 1879, com os volumes da *História da Civilização Ibérica* e da *História de Portugal*, e terminou em 1885, com a *História da República Romana*.

⁶⁷ É mais de uma dezena de vezes que este epíteto é aplicado pelo narrador, ao longo do romance, ao seu protagonista, conforme constatamos na distribuição feita pelas páginas 46, 61, 89, 92, 98, 148, 152, 158, 200, 211 e 212.

⁶⁸ Cf. F. A. Oliveira Martins, *D. Carlos I e os “Vencidos da Vida”*, 1942, 69.

muitos autores como o arauto do pessimismo político nacional, por influência de Arthur Schopenhauer, de Karl Edward von Hartmann e de Friedrich Nietzsche, procurou algumas vezes alertar as consciências para esta mesma eventualidade⁶⁹;

- apesar da sua elevada posição social e de todos os actos relevantes brilhantemente desempenhados ao longo da sua vida, Teles de Albergaria torna-se um indivíduo extremamente inconformado, em virtude de não ter conseguido ver implementado o sistema político e social que idealizava para Portugal e pelo qual batalhou durante muitas décadas; neste sentido, a sua frustração final por ter ficado aquém dos seus propósitos é semelhante àquela que Oliveira Martins tinha também sentido e transmitido em muitas das suas obras, juntamente com os restantes membros dos “Vencidos da Vida”⁷⁰;

⁶⁹ Em resposta a uma carta de Eça de Queiroz, na qual lhe encomendava um artigo sobre a revolta de 31 de Janeiro para a *Revista de Portugal*, eis uma breve passagem do texto que Oliveira Martins lhe envia, onde alude às diversas “profecias” feitas a propósito da queda da monarquia pela mão do liberalismo:

Fartei-me de escrever enquanto era tempo, mas ninguém me deu ouvidos. Lancei-me na política e enquanto cada qual achava que devia ter procedido à maneira que lhe indicava a própria fantasia, todos se retraíam, ninguém me ajudava.

[...]

Agora, é tarde. A anarquia geral já arrebentou, sangrenta. (F. A. Oliveira Martins, *Correspondência de J. P. de Oliveira Martins*, 1926, 140-141.).

⁷⁰ A 28 de Março de 1889, aproximadamente dois anos antes de suceder o facto histórico que é narrado no último capítulo deste romance, o escritor Manuel Pinheiro Chagas publica anonimamente um artigo no periódico *Correio da Manhã*, do qual era director, onde manifesta, com alguma ironia, uma certa estranheza em relação à designação de “Vencidos da Vida”, escolhida por um grupo constituído por onze individualidades proeminentes, oriundas de várias áreas sociais. Apesar de esta expressão, proveniente da expressão francesa “battus de la vie”, ser atribuída a Oliveira Martins, é Fradique Mendes, personagem heteronímica de Eça, quem responde a Pinheiro Chagas, com quem aliás já tinha estado envolvido em algumas outras polémicas (cf. Maria Filomena Mónica, “Os fiéis inimigos: Eça de Queirós e Pinheiro Chagas”, *Análise Social*, XXXVI (160), 2001, 711-733.). Transcrevemos, seguidamente, um excerto dessa resposta, publicada a 29 de Março, no jornal *O Tempo*, dirigido por Carlos Lobo de Ávila:

O amável *Correio da Manhã*, fazendo hoje o retrato social dos *Vencidos da Vida*, um por um, para lhes contestar este título acabrunhante, continua e engrossa o ruído de publicidade que a imprensa tem erguido ultimamente em torno deste grupo jantante, com considerável desgosto dos homens simples que o compõem.

[...]

- a disforia do protagonista do romance, intensificada no seu epílogo, encontra-se também numa forma gradualmente evolutiva ao longo do pensamento de Oliveira Martins⁷¹;
- perante a ameaça crescente do republicanismo, potenciada pelo Ultimato inglês, Teles acredita na via cesarista como solução para evitar a anarquia social e o descalabro económico em que o país se afunda com o findar do século; quanto a Oliveira Martins, alguns textos seus, redigidos a partir da década de 80, propõem esta mesma hipótese, cuja consistência é reforçada após a ascensão ao trono de D. Carlos I e o pronunciamento republicano de 1891;
- à data da edição deste romance de Malheiro Dias, e até meados da década de 50, era opinião geral que o texto jornalístico “Novos Factores

O que de resto parece irritar o nosso caro *Correio da Manhã* é que se chamem *Vencidos* aqueles que para todos os efeitos públicos parecem ser realmente *vencedores*.

Mas que o querido órgão, nosso colega, reflita que, para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou, – mas do ideal íntimo a que aspirava. (*apud* Manuel da Silva Gaio, *Os vencidos da Vida*, 1931, 57, 59-60.).

Esta resposta terá tido, por certo, a influência de um diálogo presente nos últimos instantes do romance *Os Maias*, travado entre Ega e Carlos da Maia a propósito do balanço pessimista feito às suas vidas e à sociedade portuguesa:

Ega ergueu-se, atirou um gesto desolado:

– Falhámos a vida, menino!

Creio que sim... Mas todo o Mundo mais ou menos a falha. Isto é, falha-se sempre na realidade aquela vida que se planeou com a imaginação. (Eça de Queiroz, *Os Maias*, 1975, 465.).

Precisamente três anos após a resposta dada por Eça a Pinheiro Chagas, ocorre um novo ataque a este grupo, desta vez em forma de peça teatral pela mão de Abel Botelho, autor estudado num outro capítulo deste trabalho. A sua sátira *Vencidos da Vida*, estreada a 22 de Março de 1892, esteve em cena muito pouco tempo, devido, por um lado, a uma recepção negativa por parte da imprensa lisboeta (cf., por exemplo, *O Dia*, de 22 de Março de 1892, e *O Reporter*, de 24 de Março de 1892), e, por outro, ao impedimento da sua representação por parte da Comissão de Censura, com base nas críticas directas feitas a Oliveira Martins, na altura titular da pasta da Fazenda.

⁷¹ Segundo António Machado Pires, Oliveira Martins é “[...] o maior representante do pensamento da decadência na geração de 70 [...]” (António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 323.). Com efeito, já em 1883, este filósofo, nas “Explicações” incluídas na segunda edição de *Portugal Contemporâneo*, refere-se desta forma à decadência de Portugal:

Ora eu desafio quem quer que seja a provar-me o nosso progresso intelectual e moral. Eu vejo – não vêem todos? – uma decadência no carácter e uma desnacionalização na cultura. Dos costumes políticos não falemos. (J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 1976, 20.).

da Política Portuguesa”⁷², laconicamente assinado por “Um espectador” e publicado em Abril de 1890 nas páginas da *Revista de Portugal*, tinha sido redigido por Oliveira Martins⁷³; é também neste sentido que entendemos ser possível estabelecer um paralelo intertextual entre a designação do autor deste artigo e o papel passivo desempenhado por João Teles de Albergaria durante os acontecimentos que ocorrem ao longo de uma rua do Porto, na madrugada de 31 de Janeiro – tal como o mero “espectador” que, após analisar o momento de crise em que o país se encontra no início da década de 90, não consegue descortinar uma solução viável para o seu descalabro político-económico, também Teles de Albergaria assiste impassível a uma das páginas dramáticas da História de Portugal⁷⁴, deixando que esses acontecimentos negativos o ultrapassem e por via dos quais vem a sucumbir;

- no final da obra, o protagonista rejeita a via republicanizante, fruto da anarquia popular e apenas concretizável através da “revolução de baixo”⁷⁵, optando antes pela manutenção da monarquia, cesarista de

⁷² A este texto, que dissecava com alguma profundidade a crise económica e social no início da década de 90, e cuja autoria será atribuída definitivamente a Eça de Queiroz umas décadas mais tarde, será dado o devido relevo no ponto seguinte.

⁷³ O facto de este artigo se encontrar assinado desta forma singular garantia quase em absoluto a atribuição da sua autoria a Oliveira Martins, pois era comum este fazê-lo em alguns textos publicados na *Revista de Portugal*, como comprova Eça de Queiroz em carta que lhe escreve de Paris a 5 de Fevereiro de 1891, para lhe pedir um comentário acerca, precisamente, da intentona republicana de 31 de Janeiro (cf. Eça de Queiroz, *Correspondência*, 2º vol., 1983, 153.).

⁷⁴ Joaquim Paço d'Arcos, numa comunicação apresentada no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, em 1959, efectua a seguinte comparação entre a figura histórica e o protagonista:

Como Oliveira Martins, sacrificado pelo sistema, João Teles de Albergaria assiste ao desmoronar definitivo do seu grande sonho na hora em que nas calçadas do Porto se ergue o grito de revolta contra o regime. (Joaquim Paço d'Arcos, *Carlos Malheiro Dias – Escritor luso-brasileiro*, 1961, 20.).

⁷⁵ Os termos “revolução de baixo” e “revolução de cima”, que irão surgir por várias vezes ao longo deste capítulo, são comumente utilizados por diversos historiadores para distinguir as duas formas de renovação social: enquanto a primeira é protagonizada pela classe popular e pelos militares, através de uma solução violenta, a segunda tem origem na classe dirigente numa base pacífica e pela via pedagógica. Como exemplo, leiam-se as seguintes palavras de Rodrigues de Freitas, que, para além desta distinção, dá as suas razões para a ocorrência do acto revoltoso de 31 de Janeiro:

Não preciso lembrar-lhe que jornaes insuspeitos á monarchia haviam sinceramente escripto que marchavamos para a revolução; um d'elles escreveu que fatalmente a teríamos, e que, *se não viesse de cima*,

preferência, sendo igualmente esta a grande linha ideológica martiniana⁷⁶.

3.2 – A teoria de um *espectador vencido*

Por todos os pontos coincidentes atrás referenciados, podemos considerar que o romance *Os Teles de Albergaria* é, para além de uma sincera homenagem, um monumento literário architectado por Malheiro Dias em honra e à memória de Oliveira Martins. Contudo, entendemos ainda que a abordagem anterior não fica devidamente completa sem a referência a um importante texto de índole política que, pela forma como todo o seu conteúdo aborda a grave situação político-económica em Portugal no início da década de 90 e pondera acerca das duas grandes soluções equacionáveis com vista à saída da crise, apresenta grandes similitudes com toda a situação narrada e vivida no derradeiro capítulo do romance de Malheiro Dias: referimo-nos ao artigo “Novos Factores da Politica Portuguesa”, publicado anonimamente em Abril de 1890 na *Revista de Portugal*, periódico anual dirigido por Eça de Queiroz.

viria de baixo. Ora de cima tinha vindo nos ultimos tempos a politica internacional que inconscientemente conduzira ao *ultimatum* de 11 de janeiro; tinha vindo a politica financeira que nos trouxe a estas miserandas condições em que nos abysmamos; tinha vindo a *moral*, que todos conhecemos; tinha vindo a dissolução dos partidos, o abatimento perante a Inglaterra, e o mais que o meu amigo conhece; entre estes mais conta-se o ministerio que veio á luz do dia em outubro de 1890; ministerio que martyrisou a paciencia dos portuguezes, que prometeu muito e quasi nada fez durante os primeiros mezes, [...]. (Rodrigues de Freitas, “Carta a um monarchico”, in AA. VV., *A alvorada de 31 de Janeiro*, 1891, IX. Sublinhado nosso.).

⁷⁶ “Oliveira Martins não confiava na plebe como motor da revolução. A plebe urbana parecia-lhe movediça e caprichosa. [...] A plebe não podia servir como base de governo, e portanto representava apenas a anarquia, e não a democracia.” (Rui Ramos, “Oliveira Martins e a ética republicana”, *Penélope*, 18, 1998, 181.).

Este texto jornalístico de conteúdo exclusivamente político, como o próprio título indica, terá tido a sua origem a partir de uma carta endereçada por Eça, também outro “vencidista”, a Oliveira Martins, com data de 28 de Janeiro de 1890, onde, ainda com o Ultimato inglês na ordem do dia e com o pretexto da austera crise que Portugal estava a atravessar naquele momento, propunha a alguém dotado de um espírito lúcido e superior a elaboração de um conjunto de artigos para aquela revista que mostrassem uma solução válida para a retoma económica nacional⁷⁷. Por razões desconhecidas, Oliveira Martins nunca chega a satisfazer este pedido⁷⁸, sendo então o próprio director da *Revista de Portugal*, a coberto da assinatura (tão anónima quanto modesta) de “Um espectador”⁷⁹, que tomará para si a incumbência de dissecar – com uma extraordinária lucidez, diga-se em abono da verdade – o grave estado da nação no início da última década do século XIX.

Durante várias décadas, foi sendo consensualmente admitida a atribuição da autoria deste texto a Oliveira Martins, devido não só ao facto de este autor “vencidista” ter assinado alguns artigos dessa forma tão singular, mas também porque tanto a escolha do tema abordado como as características das conclusões apresentadas correspondem ao seu estilo de pensamento; contudo, a sua verdadeira autoria vem a ser atribuída em definitivo a Eça de Queiroz⁸⁰ pelo crítico espanhol Ernesto Guerra da Cal, graças à descoberta e investigação do manuscrito original em 1975⁸¹.

⁷⁷ Cf. Eça de Queiroz, *Correspondência*, 2º vol., 1983, 35-36.

⁷⁸ A única colaboração de Oliveira Martins para o segundo volume da *Revista de Portugal*, com data de 1890, é a segunda parte do texto “Os filhos de D. João I”.

⁷⁹ O anonimato neste artigo poderá dever-se, em parte, à carreira diplomática que Eça vinha mantendo desde 1872, ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros. À data da publicação deste artigo, o autor era cônsul em Paris, e o seu comprometimento com o regime deveria passar, muito naturalmente, pela ausência de críticas directas à política nacional.

⁸⁰ Veja-se, apesar de tudo, o caso de António José Saraiva, que, ao analisar este texto numa obra publicada já em 1990 (três anos antes da sua morte), não atribui a autoria a nenhum destes escritores, não avançando sequer com o nome de um autor alternativo que o pudesse ter assinado (cf. António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental – estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, 1995, 144.).

⁸¹ “Sin embargo, recientemente se ha revelado la existencia de un original autógrafo compuesto de una serie de hojas de papel de 31x30 cms., escritas por un sólo lado, con un amplio margen a la izquierda, e inequívocamente salidas de la pluma de Eça.”

Neste sentido, dada a propensão de Malheiro Dias para investigar os factos históricos com vista a um enriquecimento do pano de fundo da sua criação literária, e sendo este autor um grande admirador de Oliveira Martins e um leitor atento de grande parte da sua obra, parece-nos ser inteiramente legítimo e bastante plausível concluirmos que o romancista tinha conhecimento do artigo, e o considerava, decorrida apenas uma década sobre a sua publicação, igualmente da autoria do historiador.

Ao longo deste admirável ensaio, que contempla, de forma resumida, uma parcela substancial das ideias-chave do grupo dos “Vencidos da Vida”, é feita uma análise ponderada da instável situação política portuguesa em finais do século XIX. As suas primeiras páginas descrevem a forma como o Partido Republicano Português teve a sua origem na década de 60, através de um clube localizado originariamente na antiga Rua do Príncipe, como a adesão ao sentimento republicano foi aumentando na década de 80, e como esta ideologia se torna, já em 1890, uma séria ameaça ao regime instituído há séculos, devido a duas causas principais: por um lado, aumenta o descontentamento e a desconfiança, sobretudo entre a classe burguesa e o meio intelectual, em torno da política rotativista⁸², “[...] tal como ella se tem manifestado, com o seu cortejo de males, n'estes derradeiros tempos.”⁸³; por outro lado, dá-se a proclamação da República no Brasil, a 15 de Novembro de 1889.

Perante estes *novos factores*, identificados pelo autor do artigo como sendo os principais modificadores da estrutura política portuguesa em finais do século XIX, debrucemo-nos agora sobre a obra de Malheiro Dias, no intuito de detectarmos as relações intertextuais que aproximam o texto jornalístico do texto romanesco. Se, na verdade, não se encontra

(Ernesto Guerra da Cal, *Lengua y estilo de Eça de Queiroz, Apêndice – Bibliografia queirociana sistemática y anotada e Iconografia artística del hombre y de la obra*, Tomo 1º, 1975, 248. Sublinhado nosso.).

⁸² O rotativismo era um sistema político que já ocorria desde a década de 70, cuja alternância se efectuava entre o Partido Progressista e o Partido Regenerador, os dois principais partidos políticos portugueses.

⁸³ Eça de Queiroz, “Novos Factores da Política Portuguesa”, *Revista de Portugal*, II, 1890, 529.

qualquer referência directa à proclamação da República no Brasil, há, contudo, uma breve passagem, no início da Segunda Parte, em que o cônego Arruda, uma personagem secundária, critica violentamente uma medida legislativa do Governo Provisório brasileiro, onde é decretada a separação entre a Igreja e o Estado⁸⁴, e a partir da qual se depreende que tenha exercido uma forte influência, tanto positiva como negativa, no seio da população portuguesa.

Já no que diz respeito ao caminho tomado pelo liberalismo, encontramos, desde muito cedo, fortes críticas produzidas tanto pelo narrador como por João Teles de Albergaria. A partir da agitada década de 40, repleta de revoluções e sublevações, este sistema político começa por se revelar já um motivo de desencanto para aquela primeira e “pura” geração romântica – onde se inclui o protagonista, na altura apenas com dezoito anos – que, embrenhada em sonhos e ideais, se tinha empenhado num combate pelo seu estabelecimento definitivo:

*O liberalismo, tentado pela teoria individualista de Mouzinho, pelo idealismo democrata de Passos e pelo doutrinário tirânico de Costa Cabral, desabava na corrupção e no desprestígio. O direito de voto era uma burla a serviço de déspotas; a base moral de todo o edifício político – um sofisma. Já os puros se recolhiam aos lares, confrangidos e desalentados. Três sistemas tinham falhado, soçobrado. Inutilmente se procurara por três vezes realizar a ideia grande – excessivamente grande – e por três vezes, com a interpretação diversa do princípio sagrado, se deparara com o desastre.*⁸⁵

À entrada da década de 90, coincidente com o início da Terceira Parte, o narrador, enquadrado com o pensamento do protagonista, descreve já o grau de degradação a que o liberalismo tinha chegado, parecendo dar a entender que este sistema político, pela forma como estava a ser administrado, tinha inevitavelmente os seus dias contados, após quase seis décadas de visões românticas de fraternidade e liberdade:

O liberalismo atingira a sua última fase vital no facciosismo arvorado em sistema político. O seu carácter histórico parecera ter

⁸⁴ Com efeito, esta passagem refere-se ao decreto publicado em 7 de Janeiro de 1890 pelo governo provisório do Brasil, pouco tempo após a proclamação da República no Brasil.

⁸⁵ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 41. Sublinhados nossos.

sido a dissolvência. *A generalidade magnânima do estado corrompera-se no particularismo corrupto do partido.* O impudor era de quase todos; a vergonha de quase nenhuns. A mocidade nascia arrogante e céptica, ignorante e cruel. Vivia-se depressa uma vida febril de ambição e de desordem; e cada dia a honra era mais rara, a dignidade mais licenciosa.

Nunca os caprichos dos déspotas tinham representado menos a vontade do país do que os governos liberais que se sucediam. A liberdade era apenas o despotismo variável de um governo posto no lugar do despotismo permanente de um rei. *O liberalismo era todo teórico e metafísico. A prática corrompera a expressão sincera da representação parlamentar. A câmara passara a ser o alicerce em que assentava o edifício do governo. E já não era mais a sua ameaça; ficara apenas sendo a sua garantia.*

Quão diferente o tinham sonhado os apóstolos, os ingénuos pregoeiros da liberdade! ⁸⁶

Regressando de novo ao artigo da *Revista de Portugal*, observamos que também nele se encontra presente a ideia da acentuada degradação do liberalismo, outro factor que ajuda a explicar a proporcional adesão à ideologia republicana por parte do eleitorado, cada vez mais desiludido com a política parlamentar e com o sistema rotativista bipartidário:

Um tal desenvolvimento de republicanismo é obra recente d'estes ultimos annos. E a sua causa tem sido simples e unicamente o descontentamento: isto é, o partido republicano tem-se alastrado, não porque aos espiritos democratisados apparecesse a necessidade de implantar entre nós as instituições republicanas, como as unicas capazes de realizar certos progressos sociaes – mas *porque esses espiritos sentem todos os dias uma aversão maior pela politica parlamentar, tal como ella se tem manifestado, com o seu cortejo de males, n'estes derradeiros tempos.*⁸⁷

Após a nomeação desses novos factores da política portuguesa, o autor do artigo delineia as duas hipóteses mais bem colocadas à partida para se concretizarem como solução num futuro próximo para a saída da crise reinante. A primeira aponta para a possibilidade de implantação do regime republicano:

Por um lado a Republica não póde deixar de inquietar o espirito de todos os patriotas. Ella seria a confusão, a anarchia, a

⁸⁶ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 153. Sublinhados nossos.

⁸⁷ Eça de Queiroz, “Novos Factores da Politica Portuguesa”, *Revista de Portugal*, II, 1890, 529.

bancarrota. Além d'isso (é de urgente patriotismo fallar com franqueza), a Republica entre nós não é uma *questão de politica interna, mas de politica externa*.⁸⁸,

A segunda hipótese insinua o perfilhamento de um cesarismo monárquico, através da figura régia de D. Carlos I:

Por outro lado uma “revolução feita de cima”, uma concentração de força na Corôa (que a muitos espiritos superiores, e que vêem claro, se apresenta como a nossa salvação), concentração, que, apoiada na parte mais intelligente e mais pura das classes conservadoras, procedesse ás grandes reformas que a consciencia publica reclama, não seria comprehendida pela nação irremediavelmente impregnada de liberalismo e que n'essa concentração de força só veria uma restauração do absolutismo e do poder pessoal.⁸⁹

Existiam assim, segundo Eça de Queiroz, duas soluções exequíveis para o desenlace da crise política em Portugal:

- ou uma “revolução de baixo”, protagonizada a partir de uma sedição das forças republicanas, que conduziria irremediavelmente o país ao caos, à degradação social e à guerra civil⁹⁰;
- ou o encaminhamento para uma “revolução de cima”, dirigida por uma “mente brilhante” e com um pulso suficientemente enérgico para não ceder às eventuais pressões de qualquer grupo político ou económico, embora com o claro reconhecimento de que não seria devidamente entendida pelo sector social mais tradicionalista, o qual, estando já acostumado a sete décadas de constitucionalismo liberal, não veria com muito bons olhos uma pressuposta reconfiguração do poder absolutista.

Parece-nos estar aqui apontada, numa primeira impressão, a via do cesarismo monárquico como solução privilegiada; contudo, as sérias reservas que este “espectador” singular coloca em qualquer das opções dão a entender o seu descrédito em torno de ambas as hipóteses, demarcando-se tanto da *sedição* republicanista, vinda “de baixo” e

⁸⁸ Eça de Queiroz, “Novos Factores da Politica Portuguesa”, *Revista de Portugal*, II, 1890, 539. Sublinhado do autor.

⁸⁹ Idem, 540.

⁹⁰ Cf. Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, 2001, 25.

apoiada pela camada social inferior, como da *sedução* cesarista, vinda “de cima” e perfilhada desde muito cedo pelo grupo “vencidista”.

Por tudo o que ficou acima referido, o artigo de Eça de Queiroz parece enquadrar-se no pensamento finissecular: apesar da clareza de discurso nele impresso e do elevado nível intelectual do seu autor, culmina com uma enorme aporia ao nível do regime ideológico, em virtude de não conseguir efectuar a opção por nenhuma das saídas apontadas para ultrapassar tanto a dialéctica política como a depressão económica de que Portugal vinha, naquele momento, a ressentir-se.

3.3 – O sonho cesarista

Durante os vários séculos em que o poder supremo do absolutismo monárquico prevaleceu à frente dos destinos de Portugal, a fórmula política era “O rei reina e governa”. Contudo, com a promulgação do regime constitucionalista, em 1822, que obriga à neutralidade governativa do monarca, a fórmula passa a ser “O rei reina, mas não governa”.

Para o fim do século XIX, e perante a grave crise política, económica e institucional, surge então a fórmula alternativa “O rei reina e *tem de governar*”, que equivale, no fundo, a uma terceira via política; esta opção, na qual alinha o grupo dos “Vencidos da Vida”, reflecte o desejo de engrandecimento do poder régio, ou seja, o anseio de ver um monarca cada vez mais activo e com maior intervenção tanto no campo político como no social, por oposição ao desgastado rotativismo partidário⁹¹.

⁹¹ A opção cesarista concretizar-se-á, de uma certa forma, a partir de 1906, com a política ministerial de João Franco, tendo o seu epílogo em 1908, logo após o assassinato do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro da coroa, D. Luís Filipe.

Em 1883, nas “Explicações” dadas no início da segunda edição de *Portugal Contemporâneo*, Oliveira Martins admite, pela primeira vez e com um certo grau de pessimismo com que começa a conceber os seus textos, a necessidade urgente de implantação de uma ditadura em Portugal na figura do rei D. Luís:

Diz-se nas conversas, não sei se até se escreve nos jornais, que um rei medroso e indiscreto é o obstáculo principal às reformas, o patrocinador decidido do regime de corrupção em que vivemos; e que uma abdicação, uma ditadura são indispensáveis à salvação do país.

Faça-se, pois, essa derradeira experiência. Aconselhe-se ou exija-se essa abdicação, venha essa ditadura que, no regime actual, ou terá de encontrar no novo soberano uma adesão sincera, ou será estéril como foi a de 1868.⁹²

Em 1885, Oliveira Martins publica a *História da República Romana*, “[...] uma das mais notáveis histórias romanas que se produziram na Europa [...]”.⁹³ Logo na introdução, ao fazer incidir o seu pensamento sobre o último dos sete períodos históricos em que o império romano se divide (o mais curto, com a duração de trinta anos), o historiador aborda o modelo político adoptado pelo imperador Júlio César, o verdadeiro herói desta obra, pois é graças à sua ditadura esclarecida que Roma consegue ultrapassar a grave crise económica e social em que se encontrava mergulhada e da qual procede um ciclo de paz entre as classes sociais mais antagónicas:

O cesarismo, producto hybrido da utilidade pratica e da corrupção organica, fructo do conflicto da razão-d'Estado e do Direito, *pondo os destinos de uma sociedade nas mãos de um homem a que uma nação dá procuração ampla e voto de confiança tacito sob condição d'esse homem fazer a felicidade do povo*: o cesarismo é por sua natureza um episodio transitorio na vida agitada das sociedades minadas pelas revoluções sociaes.⁹⁴

⁹² J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 1976, 21.

⁹³ António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental – estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, 1995, 97.

⁹⁴ J. P. de Oliveira Martins, *Historia da Republica Romana*, I, 1885, XXIX. Sublinhado nosso.

Sete anos mais tarde, Oliveira Martins, num artigo simbolicamente intitulado “El-Rei D. Carlos I”⁹⁵, após uma análise da crise crescente em Portugal a partir de 1889, empolada pela revolta republicana de 31 de Janeiro, sugere a possibilidade de reforço do poder régio e exorta o monarca, tal como Luís de Camões tinha feito no final de *Os Lusíadas* em relação ao seu rei, a encontrar as forças necessárias para salvar a pátria:

Em tais circunstâncias, com tais elementos, como se pode ser rei? De um modo só: reinando, isto é, governando.⁹⁶

As razões para semelhante proposta são dadas precisamente através do exemplo cesáreo da Roma antiga, numa comparação entre a crise por que passou aquela República no passado remoto e o presente estado de decadência económica e social em Portugal:

Em sociedades que chegaram à dissolução da nossa, e que em tal estado se vêem a braços com a economia em crise, *as revoluções, para serem fecundas e não serem mortais, têm de partir de cima.*⁹⁷

A influência hegeliana em Oliveira Martins, no momento de redacção deste artigo, faz-se notar nesta passagem, onde, numa alusão ao confronto dialéctico entre uma *tese* monárquica e uma *antítese* republicana, propõe a adopção estratégica de uma *síntese*, através do cesarismo na figura de D. Carlos I. Para se entender melhor esta ideia, leia-se o seguinte excerto, da autoria de Guilherme de Oliveira Martins:

Na República Romana lutam o princípio da autoridade personificada no Senado (tese) e a tendência para a *igualdade* que anima a plebe (antítese) através do processo económico facilmente extrapolável para a formação do grande capitalismo e para o surgimento de uma grande massa proletária; daí resultaria o cesarismo (síntese) como consequência inexorável desse choque. “Dir-se-ia haver aqui – diz-nos António José Saraiva – uma interpretação marxista da história romana. Mas não: o misticismo hegeliano intervém. César define a evolução económico-social romana: é o “herói”, tal como o concebe Hegel, aquele em quem

⁹⁵ Publicado pela primeira vez na *Semana de Lisboa*, em Novembro de 1892.

⁹⁶ J. P. de Oliveira Martins, “El-Rei D. Carlos I”, in *Política e História*, II 1884-1893, 1957, 295.

⁹⁷ Idem, 296. Sublinhado nosso.

*encarna por um processo inacessível à nossa razão individual o pensamento colectivo.*⁹⁸

Oliveira Martins deseja, por assim dizer, a presença de um monarca não só que *reine* mas que *governe* também, ou seja, com maior intervenção política, e cuja concretização por parte de D. Carlos, monarca recém-eleito, era ainda bastante apoiada por um respeitável punhado de intelectuais pertencentes à inconformada Geração de 70. No entanto, a partir da década de 90, apesar de se manter presente na sociedade portuguesa o anseio por uma intervenção cesarista, parecem existir já algumas dúvidas em relação à sua sustentabilidade por parte do rei D. Carlos, como se deduz a partir do excerto de uma carta de Eça de Queiroz dirigida a Oliveira Martins com data de 7 de Outubro de 1890:

Enquanto à Causa Pública, que te direi? Nada compreendo do que se está passando. O conhecimento que aí ganhei, na Primavera, dos factores políticos, não é bastante já para me explicar a anarquia actual. Deve aí haver factores novos, novos elementos de decomposição que me escapam. Em todo o caso, não vejo senão uma solução simplista – uma Tirania. É necessário um *sabre*, tendo ao seu lado um *pensamento*. Tu és capaz de ser o homem que *pensa* – mas onde está o homem que *acutilla*? Em antigas cavaqueiras falámos por vezes do Rei. Mas é ele um *Homem*? Ou é ele simplesmente um *Ceptro*? A situação parece-me medonha. Não creio que haja Ministério capaz de a salvar.”⁹⁹

A 5 de Fevereiro de 1891, Eça de Queiroz escreve a Oliveira Martins, encomendando-lhe um artigo para a *Revista de Portugal*, a propósito da recentíssima revolta republicana de 31 de Janeiro. Este responde-lhe prontamente, escusando-se a redigi-lo, uma vez que as ideias que lhe transmitia por carta, a título pessoal, não as podia revelar publicamente. Uma destas ideias volta a ser a opção cesarista, apontada como solução para a saída da crise; contudo, tendo a clara consciência dessa mesma impossibilidade, acaba por rejeitá-la imediatamente:

Esta crise, meu caro José Maria, veio com effeito *provar que Portugal pede um tyranno, mas a nossa desgraçada patria nem*

⁹⁸ Guilherme d'Oliveira Martins, *Oliveira Martins – uma biografia*, 1986, 1986, 132. Sublinhados do autor.

⁹⁹ Eça de Queiroz, *Correspondência*, 2º vol., 1983, 137-138. Sublinhados do autor.

tyrannos produz. Tudo é papas! Temos a consistencia das alforrecas.¹⁰⁰

Por último, num artigo escrito em Novembro de 1892, denominado “Aperçu sur la situation du Portugal”, comenta Oliveira Martins numa dada passagem do seu texto:

O que falta a Portugal é uma ditadura servida por homens capazes. Se esta hipótese se não realizar, não será difícil prever que o Estado tombará rapidamente na mais perigosa decomposição.¹⁰¹

Estes esclarecimentos, a propósito da solução cesarista proposta por determinadas elites intelectuais a partir da penúltima década do século XIX, alimentada pelo grupo dos “Vencidos da Vida” na última década do século XIX, e prolongada ao longo dos primeiros anos do século XX¹⁰², servem para procurar compreender melhor uma passagem localizada sensivelmente a meio do capítulo IV da Segunda Parte, e incluída apenas na primeira edição do romance de Malheiro Dias, que se prende com este mesmo aspecto – é o momento em que, já em finais da década de 80, Joaquim Teles de Albergaria, o filho mais velho do protagonista, faz uma reflexão a propósito da classe trabalhadora e tem um pensamento, de fundo sebastianista e messiânico, que se enquadra no sonho cesarista:

Boa gente – pensava – tão quieta e tão sobria, tão ingenua e tão paciente, e ao fundo tão grande, *que só esperava talvez pela voz arrebatadora de um chefe* para reproduzir os feitos antigos, revolver a face da terra, cimentar a sangue e suor uma nova historia de maravilhas!¹⁰³

A alusão de Joaquim, nesta passagem da obra, corresponde, por um lado, ao sonho martiniano e “vencidista” da implantação de uma ditadura esclarecida do poder, e, por outro, anuncia profeticamente o

¹⁰⁰ F. A. Oliveira Martins, *Correspondencia de J. P. de Oliveira Martins*, 1926, 140.

¹⁰¹ *Apud* F. A. Oliveira Martins, “Um testamento politico – Oliveira Martins previu a necessidade da ditadura em Portugal”, *Diário de Notícias*, 26 de Agosto de 1940. Sublinhado nosso.

¹⁰² “Não ha hoje em Portugal, um unico cidadão de bom senso e criterio seguro que não concorde que se fossemos governados pelo Rei em vez de o sermos pelos partidos, o paiz gosaria de muitos maiores vantagens e proveitos uteis.” (Alfredo Gallis, *A burla do constitucionalismo*, 1905, 35.).

¹⁰³ Carlos Malheiro Dias, *Os Telles d’Albergaria*, 1901, 277. Sublinhado nosso.

governo de João Franco¹⁰⁴. Contudo, a experiência protagonizada por este ditador, terminada abrupta e tragicamente após o assassinato do rei D. Carlos I e do príncipe herdeiro Luís Filipe, redundou num enorme fracasso político, talvez por se ter tratado desse *cesarismo de ignorantes*, antevisto por Teles de Albergaria ao analisar as consequências do Ultimato inglês. Conforme refere Malheiro Dias a este propósito,

Foram, sem duvida, os erros dos partidos monarchicos que crearam como correctivo e desenvolveram como protesto o partido republicano. *Mas foi o franquismo que o organizou revolucionariamente.*¹⁰⁵

Na segunda edição, revista e publicada em 1910, o discurso de Joaquim encontra-se completamente elidido¹⁰⁶, um importante pormenor que nos conduz a duas conclusões: por um lado, Malheiro Dias mostra já, decorrida uma década sobre o tempo de escrita do romance e em vésperas de implantação da República, um profundo desencanto com a curta experiência franquista, iniciada em 1906 e dissolvida em 1908, logo após o regicídio; por outro lado, estava arredada do seu horizonte político e intelectual a concretização dessa hipótese cesarista tanto através da figura polémica de D. Carlos¹⁰⁷ como do último monarca da História de Portugal,

¹⁰⁴ “O franquismo era, de certo, a contra-revolução, mas na medida em que se pretendia operar a “revolução de cima”, sem recorrer à “rua”, como os republicanos. Opunha-se ao regime existente, aos erros que de longe vinham, de um modo radical e queria destruí-los, afirmava, precisamente pelas mesmas razões que a “revolução de baixo”. (Vasco Pulido Valente, *As duas tácticas da monarquia perante a revolução*, 1974, 15.).

¹⁰⁵ Carlos Malheiro Dias, *Quem é o rei de Portugal*, 1908, 75. Sublinhado nosso.

¹⁰⁶ Para uma confrontação mais pormenorizada das principais diferenças estilísticas e ortográficas existentes entre a primeira e a segunda edição, publicadas com um intervalo de nove anos, leia-se o texto de Maria de Fátima Marinho, que serve de prefácio à edição deste romance, saído a lume em 1999 pela editora Campo das Letras.

¹⁰⁷ A este propósito, leia-se o seguinte excerto, da autoria de António Sérgio, no qual se encontra presente não só a ideia da necessidade de um monarca mais interveniente na sociedade portuguesa, mas também a dúvida em relação a este exercício cesarista da parte de um monarca polémico e pouco prestigiado por determinados sectores sociais, como era o caso de D. Carlos:

Em princípio, a intervenção do rei não repugnava aos melhores espíritos daquela época; admitia-a o escol da inteligência, e, no grupo dos “Vencidos da Vida”, aceitava-a o próprio Guerra Junqueiro; mais tarde, Fushini proclamou-a no Parlamento. *Em princípio*; mas na aplicação faltava saber, antes de tudo, se se encontraria no rei D. Carlos o prestígio necessário para tal empresa; se daria a nação um apoio sólido à obra enérgica de um reformador, ou se ela era, como parece, uma massa amorfa

o apagado D. Manuel II, apanhado de surpresa aos dezanove anos para liderar os destinos políticos da nação, cargo para o qual nunca chegou a ter a preparação necessária, nem a maturidade ou motivação suficientes.

A única referência ao cesarismo mantida por Malheiro Dias na segunda edição deste romance encontra-se no derradeiro capítulo. Em Março de 1890, ainda no rescaldo do Ultimato inglês, lemos as palavras do narrador heterodiegético, referentes à encruzilhada em que Teles de Albergaria se encontra, onde a saída mais viável parece tender para a via cesarista, muito embora com fortes reservas:

Albergaria pretendia impedir a revolução iminente e desviar o curso afluente da república para mais tarde, quando o embaraçoso problema das plutocracias dominantes nas repúblicas estivesse socialmente resolvido pelas fórmulas do trabalho associativo. *Uma democracia de analfabetos antolhava-se mais criminosa do que um cesarismo de ignorantes.*¹⁰⁸

A ideia contida neste parágrafo, bem como na generalidade do último capítulo, não nos deixa qualquer margem para dúvidas: por um lado, as forças republicanas são perspectivadas por Teles de Albergaria, apresentadas pelo narrador e postas em representação pelo autor, como um bando de arruaceiros e de analfabetos sem a mínima possibilidade de virem a ser bem sucedidos na liderança política da nação portuguesa; por outro lado, a opção cesarista também não parece ser a mais perfeita, mas apenas aquela que se apresenta como um mal menor, uma vez que há a consciência plena de o povo não possuir ainda um grau de educação suficiente para compreender a necessidade de uma governação enérgica e intransigente, que dispense determinados direitos e garantias inerentes ao exercício do poder sob o liberalismo monárquico, e conquistados ao longo de várias décadas do constitucionalismo oitocentista.

No início da década de 90, tanto antes como após a revolução de 1891, existe uma profunda e generalizada descrença na possibilidade de

e desnucleada, em que tudo escorrega ao primeiro embate; [...]. (António Sérgio, “Oliveira Martins: a significação política do publicista”, in *Ensaios*, V, 1936, 69. Sublinhados do autor.).

¹⁰⁸ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 154. Sublinhados nossos.

Portugal encontrar um líder, independentemente da sua área política, com competência e talento razoáveis para regenerar a nação. O desencanto político-social de Fialho de Almeida leva-o mesmo a produzir a seguinte confissão em *Os gatos*, a 15 de Janeiro de 1892:

[...] a multidão começa já a resmungar dos elixires [sic] de juventude ensaiados pelos messias platonicos, na carcaça dos povos decahidos. O que em horas d'amargura e febre aqui temos dito sobre a podridão physica e moral da familia portugueza não é nem um dez mil avos do terrivel monturo em que a politica desde 1851 tem feito degenerar toda a nação. *Não ha hoje em Portugal um unico homem* e um unico partido onde pôr a esperança – o republicanismo pior do que nenhum.¹⁰⁹

Transpondo esta ideia para o romance de Malheiro Dias, chegamos à conclusão de que o cesarismo acaba também por sair derrotado, tanto através da morte do protagonista, representante simbólico desta opção, como por via do prenúncio positivista do regime republicano.

3.4 – O republicanismo “clássico”

Oliveira Martins refere, num determinado momento da *História da República Romana*, que a mulher é um sinónimo da “[...] ilusão do mundo [...]”¹¹⁰, obrigando o homem a desviar-se do caminho e da prática do bem. Para este pensador oitocentista, a mulher é, com efeito, uma criatura permanentemente subjugada pelo sentimento e pelas força telúrica da natureza, situando-se, neste sentido, numa escala inferior ao homem, orientado pela via racional para a elevação do espírito. Esta mesma ideia encontra-se repetida num ensaio redigido em Provence, com data de 15 de

¹⁰⁹ Fialho de Almeida, *Os gatos*, 5º vol., 1916, 115. Sublinhado nosso.

¹¹⁰ J. P. de Oliveira Martins, *Historia da Republica Romana*, III, 1885, 287.

Julho de 1886, um ano após a publicação da *Historia da Republica Romana*:

Deus era o médico da mulher: hoje o seu médico e o tutor dessa pupila eterna é o homem: o pai, o marido, o filho. Ai da mulher que se não submeter, dócil e amoravelmente, a cada um destes *médicos* nos períodos sucessivos da sua existência!¹¹¹.

Ainda num artigo do *Jornal do Comércio*, publicado em finais da década de 80 a propósito da edição de *O reino da mulher*, de Cordélia, obra traduzida por Maria Amália Vaz de Carvalho, diz Oliveira Martins: “As regras, a prenhez, o parto fazem-te inválida; és enferma por condição, és histérica...”¹¹²

Esta estrutura de pensamento faz parte de uma das características do republicanismo clássico¹¹³, praticado na Roma Antiga, onde a mulher, considerada socialmente inferior ao homem, não tinha direito a intervir no espaço político. Seguindo o modelo martiniano, adoptado a partir do republicanismo clássico, também Malheiro Dias dá, num modo geral, um tratamento privilegiado à construção romanesca das suas personagens masculinas, em detrimento das femininas, às quais é dado um destaque menor, sobretudo em relação aos seus aspectos positivos.

De entre todas as personagens femininas, a que se encontra no nível hierárquico mais baixo da Cadeia do Ser – a estrutura isabelina das espécies vivas, bastante adequada a este exemplo – é a recoveira Ana Gangrena. Podridão, corrupção, necrose, ou desmoralização, são alguns dos termos possíveis de associar, em termos lexicais, ao estranho apelido desta personagem feminina, e que afastam qualquer dúvida em relação à sua personalidade – esta “[...] alcoviteira e corruptora, sem sombra de

¹¹¹ J. P. de Oliveira Martins, “Educação da mulher”, in *Dispersos*, II, 1924, 148. Sublinhado do autor.

¹¹² J. P. de Oliveira Martins, “O reino da mulher”, in *Dispersos*, II, 1924, 157.

¹¹³ O republicanismo clássico, distinto do republicanismo que conhecemos na sua forma actual, foi praticado nas antigas cidades-estado da Grécia e de Roma, ainda sem as componentes democráticas e igualitárias que caracterizam o modelo em vigor. Esta forma governativa foi recuperada durante o Renascimento italiano, e imposta em Inglaterra por Oliver Cromwell durante a Commonwealth, período de interregno monárquico situado entre 1649 e 1660, data da restauração da dinastia stuartiana.

moral nem escrúpulos”¹¹⁴, é a imagem da mulher dominadora, que toma a iniciativa da sedução, bem distante da submissa e romântica mulher-anjo:

Numa atitude reflexiva, estendendo o braço magro por entre as colunas dos pinheiros, o seu dedo longo traçara todo o quadro de tentação, passeando como uma ameaça terrível sobre as terras, do nascente ao poente, de norte a sul.¹¹⁵

A partir daqui, este parágrafo entra numa forte relação intertextual com o episódio bíblico da tentação de Jesus Cristo, o qual, e segundo o cânone evangélico do Novo Testamento, narra o momento em que o filho de Deus, após o seu baptismo, permanece no deserto para ser tentado pelo Diabo¹¹⁶. Analisemos, então, o momento em que a “demoníaca” Ana Gangrena seduz Luís a cair em tentação:

Até ao longe tudo seria dele, com as bouças de castanheiros, as veigas do rio, as estivas fecundas do vale. Quarenta famílias trabalhariam na sua dependência, arando, estrumando, cultivando as terras, enchendo-lhe as tulhas de milho e as adegas de vinho. Os seus desejos seriam obedecidos como leis. De um só gesto, com uma só ameaça, ou estendendo na palma da mão uma moeda de prata, poderia chamar ao leito todas as mulheres da quinta, desde as solteiras às casadas. Nos anos de seca, as mães vender-lhe-iam as filhas por umas rasas de centeio. Homens e mulheres seriam um feixe de vimes dobradiços na sua mão imperiosa!¹¹⁷

Nesta verdadeira provação, efectuada por Gangrena a Luís, podemos identificar também as três tentações estruturadas originalmente no discurso satânico: a *concupiscência da carne*, para suprimimento das necessidades físicas e do desejo sexual; a *soberba da vida*, por meio do abuso do poder; e a *concupiscência dos olhos*, através da prática da idolatria em troca de honrarias, riqueza, poder e glória. De notar ainda que o número de famílias a permanecer sob a alçada de Luís nos remete para a quarentena, justamente o período de dias e noites em que Cristo se manteve em jejum, antes do seu confronto com o Diabo.

¹¹⁴ Luís Forjaz Trigueiros, “Introdução à leitura do romance”, in Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1987, XXVI.

¹¹⁵ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 161-162.

¹¹⁶ Cf. AA. VV., *A Bíblia Sagrada*, Mateus, 4:1-11.

¹¹⁷ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 162.

Em relação a D. Francisca, mulher de Joaquim Teles Lobo e mãe do protagonista, não existem aspectos negativos a referir. Contudo, ao contrário do seu marido, cujas virtudes e características positivas já aqui foram devidamente assinaladas, esta personagem tem uma imagem bastante apagada, nada restando, por conseguinte, a destacar.

Em 1876, em “carta” dirigida ao Ministro do Reino, Ramalho Ortigão disserta sobre a instrução pública, aproveitando para lançar as suas “farpas” sobre o programa oficial da disciplina de História, delineado sob a influência perniciosa da doutrina católica:

As noções de história ministrada segundo o programa oficial do ensino terminam com a Idade-Média. A Renascença, berço de tôdas as modernas instituições sociais, ficou no tinteiro da comissão legisladora. Para o fim do ensino supõe-se não existirem factos subseqüentes, os mais importantes para o homem actual: a criação da burguesia, o advento do constitucionalismo inglês, a independência dos Estados-Unidos, a Convenção francesa, a queda das antigas monarquias, dos privilégios da nobreza e do clero, a definição dos direitos do homem, etc..¹¹⁸

O pensamento deste elemento dos “Vencidos da Vida” sobre os métodos retrógrados do sistema educativo converge com o do “vencidista” Teles de Albergaria. Atente-se ao pequeno e incisivo comentário produzido pelo protagonista, após escutar as respostas em nítido estilo escolástico que o seu filho Luís tinha dado num exame de História, e a partir do qual se infere ter sido a introdução do Cristianismo um dos factores decisivos para o colapso do império romano:

Assim, a Roma da decadência fica na história da civilização e a Roma dos Césares no período da barbaria – comentou o velho com desgosto, erguendo os braços ao céu, numa indignação muda contra aquela ciência católica, que custava quatrocentos mil réis por ano, fora as propinas dos exames!¹¹⁹

Segundo a tradição judaico-cristã, a mulher está na origem do pecado original, da queda edénica e de todos os consequentes males da humanidade, sendo considerada ainda o meio intermédio de aliciação do

¹¹⁸ Ramalho Ortigão, *As Farpas – Chronica mensal da politica, das letras e dos costumes*, XV – 1876-1882, 1946, 33-34.).

¹¹⁹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 33-34.

Diabo. D. Margarida, esposa do protagonista, é o elemento que transporta consigo as marcas de degenerescência que irão contaminar a família de Teles de Albergaria; para além disso, é a personagem que, por viver o tempo inteiro a rezar, tal como a condessa D. Francisca, simboliza o fanatismo religioso e as consequências advindas da orientação negativa de uma mente fraca. Observe-se o próprio comentário de Joaquim, o filho mais velho, a respeito do seu catolicismo fervoroso e beato:

Minha mãe é uma pobre senhora desorientada pelos padres, enlouquecida por uma mania religiosa, [...].¹²⁰

O anticlericalismo de Malheiro Dias é também visível nos seus textos de imprensa, como se verifica nas *Cartas de Lisboa*, obra publicada em três volumes onde se incluem as suas crônicas mundanas da capital, bem como alguns artigos de crítica política. Citemos um excerto do seu pensamento em torno da educação laica levada a cabo em Inglaterra, sob a influência decisiva do pensador e pedagogo oitocentista John Ruskin:

Indispensavel foi, na Inglaterra, aos collegios catholicos da congregação do *Sacré Coeur*, sobretudo depois da propaganda de Ruskin, seguir as pisadas dos grandes pensionarios protestantes, acceitando a collaboração do hygienista e do medico, alargando o periodo de férias, de fôrma a sequestrar o minimo de tempo a creança da vida de familia, *prodigalizando-lhe, no internato, os divertimentos maximos, compatíveis com a applicação e o estudo, reduzindo as rezas, substituindo pela gymnastica os excessos do cathecismo, descendo, emfim, do céu á terra.*¹²¹

Luisinho é a figura paradigmática da rígida disciplina católica, em consequência da sua catequização num colégio religioso de Lamego, e ainda um reflexo da educação feminina num meio fechado, pois a sua mãe confessa, num dado momento, preferir vê-lo “[...] inútil e bronco do que herético”¹²². Ao contrário do seu irmão Joaquim, cuja educação liberal e de estilo positivista esteve sempre a cargo do pai, esta “[...] personagem

¹²⁰ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 125.

¹²¹ Carlos Malheiro Dias, *Cartas de Lisboa*, 1ª série (1904), 1905, 180. Sublinhado nosso.

¹²² Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 92.

com ressaibos de psicologia complexa e profunda.”¹²³ é o exemplo das consequências de uma educação ministrada por uma mulher fanática.

Fialho de Almeida transmite esta mesma particularidade no conto *Madona do Campo Santo*¹²⁴, cujo conteúdo reflecte, à semelhança da sua obra em geral, um anticlericalismo profundo. A acção deste conto, já imbuído de uma estética decadente¹²⁵, mantendo embora algumas impressões naturalistas, tem como protagonista Artur, um escultor que se apaixona por Judite, uma enigmática adolescente de 16 anos que começa a alimentar-se de rosas e acaba por morrer.

A determinada altura do texto, Flores, um amigo jacobino de Artur, alude à hipótese astuciosa de se servir de uma mulher para conquistar mais simpatizantes para a causa republicana¹²⁶. Nesta perspectiva, o ser feminino acaba por ser representado de uma forma aviltante, ao servir apenas como meio de obtenção de um determinado fim político, nada abonatório para os propósitos republicanos¹²⁷ ou para a ideia comteana da mulher como potencial divulgadora do ideal positivista.

¹²³ João Gaspar Simões, “Carlos Malheiro Dias”, in *Crítica*, I – A prosa e o romance contemporâneos, 1942, 169.

¹²⁴ Este conto é publicado pela primeira vez em 1882, em conjunto com outros dois, na obra *A cidade do Vício*, e publicado separadamente em 1896.

¹²⁵ Cf. Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, 1973, 418.

¹²⁶ Cf. Fialho d’Almeida, *Madona do Campo Santo*, 1896, 58.

¹²⁷ Quanto a este aspecto, Trigueiros de Martel, membro do Directório Republicano, declara, numa obra publicada em 1886, e no início de um capítulo com o título suficientemente esclarecedor de “A mulher não pode ser Chefe de Estado”, a unanimidade dos republicanos em reconhecer a inferioridade da mulher em relação ao homem, tanto ao nível mental como no aspecto físico:

Os republicanos, mesmo os mais avançados, são unânimes em querer para Presidente da Republica, um homem, confessando indirectamente a inferioridade da mulher, que excluem da mais alta magistratura nacional.

[...]

A mulher é menos capaz do que o homem de continuidade e intensidade do trabalho mental, em virtude da menor força intrínseca da sua intelligencia ou da sua mais viva susceptibilidade moral e phisica.

E isto que nos diz a sciencia, a pratica confirma-o. (Trigueiros de Martel, “A mulher não pode ser Chefe de Estado”, in *A Republica em Portugal*, 1886, 27-28. Sublinhado nosso.).

Como complemento e sustentação desta ideia, Martel dá o exemplo negativo da realidade política de Espanha, cuja nação monárquica tem como Chefe de Estado uma rainha com quatro anos de idade, quando, num regime republicano, haveria homens políticos muito mais válidos ao nível intelectual para ocupar o seu lugar.

Como nota final, verificamos então que os ideólogos do republicanismo moderno, ao reivindicarem a igualdade e a existência dos mesmos direitos entre o homem e a mulher, assinalam, em simultâneo e contraditoriamente, algumas diferenças fisionómicas e idiossincrásicas entre ambos, o que equivale, no fundo, a uma manutenção tradicional da subalternização e passividade da mulher.

É ainda o caso de Trindade Coelho, cujas ideias sobre esta matéria podem ser encontradas no *Manual político do cidadão português*, editado em 1906:

E' evidente que a missão social do homem differe da da mulher. A'quelle, pertencem os trabalhos da vida exterior, os cuidados de manter a familia, os perigos e as fadigas da guerra. A' mulher, os trabalhos domesticos, cuidar dos filhos, embellezar interiormente a habitação. *D'esta diversidade de missões entre os dois sexos, resulta não serem os mesmos os direitos e os deveres de cada um.* Mas sempre que a diferença não fôr essencial, deve estabelecer-se uma igualdade completa.

Assim, na familia deve haver um chefe, que é naturalmente o homem. (Trindade Coelho, *Manual político do cidadão português*, 2ª ed., 1908, 52-53. Sublinhado nosso.).

4 – O 31 de Janeiro, segundo Malheiro Dias

4.1 – Os factos históricos

A insurreição militar ocorrida a 31 de Janeiro de 1891, que, de maneira violenta e dramática, vem chamar definitivamente a atenção do país para a grave crise em que Portugal se encontrava, é, na opinião de vários historiadores, uma consequência dupla da forte humilhação sofrida por via do Ultimato emitido pelo governo britânico em Janeiro de 1890 e do desencanto crescente em relação ao desvanecimento do sonho do mapa cor-de-rosa¹²⁸; por sua vez, o facto de se ter registado no Porto¹²⁹ – cidade

¹²⁸ Conforme refere Heliodoro Salgado, o Ultimato inglês é a “[...] origem remota da insurreição de janeiro, [...]” (Heliodoro Salgado, *A insurreição de Janeiro*, 1894, 73.).

Também segundo Joaquim Veríssimo Serrão,

“O *Ultimatum* foi sentido no Porto como desgraça nacional, constituindo objecto de manifestações lutuosas. A existência de uma antiga colónia inglesa era de molde a ferir mais intensamente o brio dos cidadãos. Qualquer projecto, por mais iluminado que fosse, que exprimisse o repúdio pelo vexame e desse aos habitantes a esperança de uma reparação, havia de encontrar na cidade do Porto um grupo de idealistas prontos a assumi-lo e, se necessário, a dar por ele a vida. Nesta perspectiva compreende-se a Revolução de 31 de Janeiro de 1891, que foi a primeira tentativa armada dos republicanos para derrubar a Monarquia. O acontecimento ficou gravado nos anais do Porto e constitui, ainda hoje, uma efeméride que faz pulsar as mais nobres tradições da cidade.” (Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, X: A queda da monarquia (1890-1910), 1990, 34.).

¹²⁹ A cidade do Porto, espaço onde decorre todo o último capítulo do romance, tinha já sido, ao longo do século XIX, o palco de muitos momentos revolucionários e verdadeiramente marcantes da História de Portugal, em especial na conquista e na consolidação do regime liberal:

- em 1808, inicia-se o movimento de revolta contra a ocupação francesa;
- em 1820, dá-se a revolução liberal;
- em 1828, é formado um governo revolucionário – a Junta do Porto – a fim de combater o domínio miguelista, e ocorre a “Belfastada”, onde se dá o desembarque de um grupo de exilados liberais provenientes de Inglaterra;
- durante a década de 30, ocorre a guerra civil;
- em Janeiro de 1840, é a vez da revolta cabralista;
- em Setembro de 1846, surge a revolução da “Patuleia”;
- em 1868, chega também ao Porto a revolta popular da “Janeirinha”;
- em 1878, Rodrigues de Freitas torna-se o primeiro deputado republicano no Parlamento, ao ser eleito pelo círculo do Porto.

A propósito do papel desempenhado pela cidade do Porto como palco principal das diversas manifestações políticas ocorridas ao longo do século XIX, consultar, como complemento histórico, a obra de António Álvaro Dória, *Movimentos Políticos do Porto no século XIX*, publicada em 1957.

com uma grande actividade mercantil e com um predomínio da classe pequeno-burguesa – e não na capital portuguesa, como seria de esperar, prende-se, por um lado, com a existência de uma grande quantidade de cidadãos ingleses a residirem na cidade nortenha, e, por outro, com a fraca capacidade mobilizadora da acomodada burguesia lisboeta em redor de uma acção revolucionária.

O primeiro pronunciamento republicano planeado para derrubar a monarquia portuguesa, cujo acontecimento histórico serve de pano de fundo ao último capítulo do romance de Malheiro Dias, pode resumir-se nos dois curtos parágrafos que se seguem.

Na madrugada nevoenta do dia 31 de Janeiro de 1891, alguns regimentos, constituídos na sua totalidade por cerca de seiscentos sargentos e praças da guarnição do Porto, concentram-se no Campo de Santo Ovídio¹³⁰, com o intuito de derrubarem o regime monárquico e de proclamarem a república em Portugal. Ao som da marcha *A Portuguesa*¹³¹, tocada pela banda do Regimento de Infantaria, os militares revoltosos descem a Rua do Almada em direcção ao edifício dos Paços do Concelho, com muitos populares a aplaudirem-nos das janelas e a juntarem-se-lhes, com gritos de vivas à República.

Ao chegarem à Praça de D. Pedro IV¹³², os militares deliberam encaminhar-se para a Praça da Batalha. A Guarda Municipal, que já os aguardava na escadaria da Igreja de Santo Ildefonso, situada ao cimo da Rua de Santo António¹³³, começa a disparar. Instala-se, então, uma imensa desordem, com os civis e os militares rebeldes a dispersarem em todas as direcções. O confronto, que dura perto de hora e meia, prossegue

¹³⁰ Situado no topo norte da Rua do Almada, tem actualmente a denominação de Praça da República.

¹³¹ Com música do luso-alemão Alfredo Keil e letra de Henrique Lopes de Mendonça, esta marcha virá a ser adoptada como hino nacional português, logo após a implantação da república. A propósito do contexto desta música na acção insurreccional, será dado um maior relevo no ponto 6.4.

¹³² Denominada, actualmente, Praça da Liberdade.

¹³³ Denominada, actualmente, Rua de 31 de Janeiro.

ao longo da Rua dos Clérigos e da Rua das Flores, redundando o seu desfecho em cerca de cinquenta mortos e num grande número de feridos.

4.2 – Sonho e profecia

Segundo o escritor Aquilino Ribeiro, o romance *Os Teles de Albergaria* representa “[...] a marcha do liberalismo monárquico ao encontro da democracia republicana.”¹³⁴ Podemos afirmar que as palavras deste autor português captam na perfeição as premonições contidas nesta obra de Malheiro Dias, as quais não provêm apenas dos indícios evidentes de acentuada decadência de uma família aristocrática ao longo de três gerações que atravessam o período monárquico-constitucional; estes sinais premonitórios encontram-se também nos importantes e sucessivos sonhos nocturnos e devaneios diurnos que o protagonista – pertencente à geração do meio – tem no último capítulo, quando já se encontra instalado na casa de família, no centro da cidade do Porto, pouco tempo antes da convulsão armada ocorrida na madrugada de 31 de Janeiro de 1891.

Com efeito, no dia do seu regresso à velha casa de família, Teles começa por evocar o passado, centrando obsessivamente as suas memórias na visão fantasmagórica dos cadáveres do seu pai e do seu irmão, naquele espaço fechado e opressivo onde se encontra. As suas intensas e traumáticas recordações, correspondentes a um doloroso conjunto de imagens tenebrosas, desencadeiam no protagonista, nessa mesma noite, um sono intranquilo, invadido por estranhos pesadelos:

¹³⁴ Aquilino Ribeiro, “Malheiro Dias”, *Atlântida*, V, 20, 1917, 632.

A noite passou-a em delirantes pesadelos. O seu sobressaltado sono povoou-se de fantasmas; e quando pela manhã o Tomás veio abrir as portadas das janelas, deixando entrar no quarto a luz mortiça de um dia de Janeiro, Albergaria, querendo erguer-se, sentiu-se leso, com dores opressivas no peito.¹³⁵

Ao acordar pela manhã, sente-se bastante deprimido e tenta refugiar-se num “[...] impenetrável silêncio meditativo, [...]”¹³⁶, como se este devaneio fosse uma espécie de prolongamento do seu sono nocturno a impedir o seu retorno à realidade diurna.

O sonho exerce, desde os tempos mais remotos, um extraordinário fascínio sobre o ser humano¹³⁷. Na literatura portuguesa, encontramos diversos exemplos em textos apologéticos e didácticos medievais onde a actividade onírica é indutora de uma experiência visionária; é o caso de *Boosco Deleitoso*, cujo protagonista da que é considerada a mais elevada obra mística da literatura medieval portuguesa efectua um percurso entre o espaço natural e o espaço sobrenatural, ou ainda a *Visão de Túndalo*, também conhecida por *História do Cavaleiro Túngulo*, cuja redacção precede o poema extenso *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e que representa a grande viagem extática feita por uma alma entre o Inferno e o Céu. Citemos ainda o exemplo da obra camoniana *Os Lusíadas*, em cuja epopeia quinhentista se encontram presentes o *sonho-pressentimento* de Vasco da Gama (II, 61-63), o *sonho profético* do rei D. Manuel (IV, 68-75) e o *sonho telepático* de um sacerdote maometano (VIII, 47-50).

Segundo Sigmund Freud, pioneiro da análise da simbologia onírica através da ciência psicanalítica, a função primordial do sonho é a de ajudar o indivíduo a reviver e a resolver os seus traumas de infância. Com efeito, e retomando a análise do romance de Malheiro Dias, Teles de Albergaria vai, durante esse mesmo dia, passando em revista muitos dos

¹³⁵ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 200.

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ O papiro Chester Beatty, datado aproximadamente do século XIX a. C., é um dos mais antigos documentos que provam o interesse ancestral, neste caso do antigo Egipto, pela interpretação dos sonhos. Por seu turno, alguns filósofos da Antiguidade, como Heraclito e Aristóteles, dedicaram-se também a este estudo, bem como o autor latino Macróbio.

principais acontecimentos ocorridos por ordem cronológica durante a sua infância, ao longo da longínqua década de 30, mais rigorosamente os dois anos conturbados de 1833 e de 1836: revive, à data dos seus sete anos, a agitação das festas patrióticas no Porto a comemorarem a entrada das tropas liberais em Lisboa, as sangrentas batalhas de Almoster e de Asseiceira, a Convenção de Évora-Monte, a partida de D. Miguel para o exílio, a morte de D. Pedro em Queluz, bem como a coroação de D. Maria II; rememora, por altura dos seus dez anos, a convulsão da Revolução de Setembro, o regresso à Constituição de 1822 (através da qual tinha sido inaugurada a monarquia constitucional), o Governo de Passos Manuel, a revolta de Torres Novas, e a Patuleia.

Já no decorrer da noite de 30 para 31 de Janeiro, o protagonista volta a adormecer e a cair “[...] num inquieto sonho.”¹³⁸ que, pela sua extrema importância, obriga a que sobre ele nos debrucemos com uma maior acuidade.

Ainda segundo Freud, existem, para além de outros factores, dois elementos importantes que entram na composição do sonho: os *restos diurnos*, formados a partir de toda a realidade vivida ao longo do dia-a-dia, e incorporados ao sonho no intuito de manter o equilíbrio emocional do sujeito; e as *impressões nocturnas*, constituídas pelos mais diversos ruídos externos que se vão fazendo sentir à volta do sujeito durante o seu sono, e instantaneamente introduzidas na história do sonho, como forma de proteger a actividade do sono e o momento de repouso.

Aplicando estes dois conceitos freudianos ao texto narrativo, reparamos, por conseguinte, que afloram algumas visões logo no princípio do sonho de João Teles, cujas características se enquadram na teoria psicanalítica, tanto ao nível do seu poder profético ou visionário, como no aspecto da sua origem nocturna, com o afrouxamento da consciência e a aquisição de independência do inconsciente¹³⁹.

¹³⁸ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 204.

¹³⁹ Não conseguimos obter nenhuma informação sobre se Malheiro Dias, à data da publicação deste romance, se encontrava a par das mais recentes investigações do

A partir de um determinado momento do seu sonho intenso e continuado, o protagonista parece estar a assumir o papel de um neurótico histérico, vivendo o seu pesadelo de forma tumultuosa e comportando-se “[...] como se as imagens que desfilam na sua imaginação fossem uma realidade.”¹⁴⁰ É por este motivo que o seu sonho, de elaboração complexa, se alimenta de duas formas – de uma amálgama composta por restos diurnos, pertencentes a uma experiência vivida tanto no passado distante como no passado próximo; e de uma outra mistura, formada pela intersecção de personagens e acontecimentos históricos com personagens e eventos fictícios desta obra:

No escuro, as suas magras mãos quiseram afastar a medonha visão que se ia levantando, com o Barrocas contorcido no catre, de pescoço aberto, escorrendo no pavimento da loja uma sangria de porco. E eram agora outras sombras que passavam, com lentos passos funerários, pelo turvo enredo do seu cérebro: Joaquim Teles, com a labita cor de alecrim e os cabelos esvoaçantes a um vento de metralha, impedindo, armado de pistolas, o recuo dos Voluntários da Rainha nos redutos de Aguardente; e logo depois o seu cadáver, jogado a monte numa carroça de ambulância, escorrendo sangue, com a lívida cabeça romântica sob o peito de um corneteiro mutilado e as mãos embrulhadas na farda rota de um sargento. Ao comprido de longos corredores de delírio, a procissão das sombras continuava deslizando. Havia reconstituições instantâneas do passado: os incêndios de Gaia ateados pelos soldados miguelistas; os pânicos das ruas do Porto; as assembleias democráticas de Coimbra; os tumultos setembristas de Belém; e nesses cenários, sombras intrusas, desorientadas, baralhavam-se. A baronesa das Presas, gorda e loura, aparecia na boleia de uma traquitana, dando vivas a D. Miguel; a condessa de Vila Torre, com a sua redonda e pálida face de lua cheia, passava de braço com um bispo, sob um pálio de damasco cor de ouro. Eram agora batalhões que marchavam, clarins vibrando, a Gangrena à frente, acenando com um lenço

psicanalista austríaco Sigmund Freud – recordemos que a sua obra *The Interpretation of Dreams* (*Die Traumdeutung*, na versão original) tinha sido publicada efectivamente em Novembro de 1899, mas o editor, numa estratégia comercial, decidiu colocar no seu frontispício a data de 1900 para marcar esta obra com a data do novo século – ou se revelava, independentemente deste facto, o mesmo tipo de interesse pela simbologia onírica no campo literário, mais precisamente nas coincidências que identificamos entre esta obra literária e a teoria freudiana.

¹⁴⁰ Jean Lhermitte, *Os sonhos*, 1974, 12.

ensanguentado; e ao longe, numa cidade de pesadelo, o dobrar de grandes sinos tangendo a rebate, clamorosamente.¹⁴¹

Contudo, e ainda de acordo com a teoria psicanalítica, todas estas visões alucinantes nascem e desenvolvem-se a partir de uma realidade concreta, formada, na maior parte dos casos, por todas essas *impressões nocturnas* escutadas ao longe, sejam elas um ruído, uma sensação ou uma voz¹⁴². É o que sucede exactamente no sonho de Teles, cujas alucinações têm origem no exterior e se tornam cada vez mais nítidas com o desenvolvimento do “trabalho do sono”:

No silêncio da noite passou um longo rumor, ritmado e ecoante, vago a começo, e que foi lentamente crescendo e vibrando, até atingir a cadência distinta de uma multidão em marcha.

[...]

Parecia-lhe agora ouvir distintamente sinos tocando a rebate entre rumores de mar que enchiam a noite. Pouco a pouco, porém, o singular ruído atingia a nitidez de uma realidade. Era como o burburinho compacto de uma turba, a inquietação de uma cidade em alvoroço, acordada alta noite por uma invasão ou um massacre.¹⁴³

Através da mistura dos mais diversos elementos do sonho do protagonista – cenário, diálogos, e personagens, entre outros – obtém-se o enredo desse mesmo sonho, ao qual Freud atribui a designação de *conteúdo manifesto*. Se tentarmos, de seguida, interpretar o sonho do protagonista e identificar os motivos inconscientes que lhe subjazem, temos acesso ao seu *conteúdo latente*; deste modo, a narrativa adquire um papel *preditivo*, ao apresentar-se em simultâneo sob a forma *profética*, qual prenúncio esfíngico da inevitável implantação da república em Portugal, conduzida pelos Fados nas asas da História, e sob a forma *apocalíptica*, pelo peso catastrófico atribuído à acção subversiva das forças republicanas, através das quais o destino de Portugal virá a ser orientado num futuro próximo.

Neste sentido, verificamos que a actividade onírica do protagonista tem uma dupla motivação: por um lado, obriga-o a regressar à sua

¹⁴¹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 205.

¹⁴² Cf. Jean Lhermitte, *Os sonhos*, 1974, 68.

¹⁴³ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 204 e 205.

infância para, de acordo com a teoria freudiana, poder reviver os seus traumas; por outro lado, engloba a interpretação tradicional dada ao sonho, tanto no aspecto do seu valor profético¹⁴⁴, como no do seu valor didáctico¹⁴⁵. Com efeito, João Teles, ao enumerar os diversos crimes de sangue cometidos pelo ser humano ao longo da História na defesa dos seus ideais, ao rever as imagens negativas a que tinha assistido ao longo da sua infância, fortemente marcada pela constante turbulência revolucionária e por uma enorme instabilidade social¹⁴⁶, dá a entender, numa perspectiva pedagógica, que só através de uma revolução pacífica, preparada a partir “de cima” e liderada por uma personalidade forte e consensual entre os membros da comunidade, poderá haver um desenvolvimento sustentado da sociedade portuguesa.

4.3 – Drama e Destino

O facto de esta narrativa culminar no momento exacto da célebre madrugada de 31 de Janeiro de 1891 leva-nos a questionar se Carlos Malheiro Dias não pretendeu assinalar estrategicamente os episódios derradeiros do seu romance, ao servir-se da História, segundo Harry E.

¹⁴⁴ Como se observa, por exemplo, nos sonhos de Vasco da Gama (II, 56-63) e do rei D. Manuel (IV, 67-75), inseridos na epopeia *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

¹⁴⁵ Este tipo de exemplos, onde o sonho é indutor de uma experiência visionária, é recorrente na literatura apologética medieval, cujas obras já tivemos oportunidade de referir.

¹⁴⁶ Eis como Oliveira Martins descreve, em curtas palavras, as quatro primeiras décadas da monarquia constitucional, pertencendo os anos de 33 e 36, revividos por Teles de Albergaria, aos períodos de maior conflito:

Agitação e guerra de 28 a 34, corrupção de 34 a 36. Agitação e guerra de 36 a 38, corrupção de 38 a 42. Agitação e guerra de 42 a 51, corrupção de 51 a 68. (J. P. de Oliveira Martins, “Os 50 anos da monarquia constitucional”, in *Temas e questões – antologia de textos*, 154.).

Shaw, como uma *fonte de drama*¹⁴⁷. Para além disso, esta obra parece estar concebida sob a forma de um *Drama Trágico*, quer na perspectiva de um conjunto de indivíduos que lutam por uma mudança da sociedade, quer na perspectiva dos resistentes a essa mesma transformação social; como refere Hayden White,

The great conflicts between an individual will, adequately endowed for its task, and the received social order, whose devotees seek to sustain its achieved form, constitute the axial events of world history; and it is with the “comprehensive relations” which are figured in such encounters that world history has to do.

For this reason, the spectacle of history, when viewed from *within* the process of its own unfolding, from the vantage point of the individuals who succeeded in actually changing the form of life of a people or of many peoples – or, it might be added, in resisting heroic efforts to effect such transformations – *is conceivable as a specifically Tragic Drama*.¹⁴⁸.

Com efeito, à medida que avançamos, sobretudo, para a parte final desta obra, sentimos o devir da História como um *fatum*, pela forma como o seu protagonista, como que preso ao seu destino inexorável, é reduzido a um mero agente passivo, sem qualquer força anímica para alterar o trágico rumo dos acontecimentos e impedir que os seus grandes ideais se desmoronem à sua volta.

Quando se inicia o último capítulo desta obra, assistimos à fase em que Teles de Albergaria já se encontra a habitar a antiga casa de família, numa artéria da cidade do Porto: a Rua do Almada, justamente uma das principais vias de passagem da sublevação republicana. A razão que motiva o protagonista a abandonar, de forma tão precipitada, o seu solar de Guimarães, prende-se decerto com a última cena do penúltimo capítulo, onde, num local ermo e *por mero acaso*, obtém a certeza de o seu filho Luís ter sido o autor material do crime do Barrocas, uma personagem cujo misterioso assassinato estava a ser investigado por alguns agentes da

¹⁴⁷ Cf. Harry E. Shaw, *The Forms of Historical Fiction. Sir Walter Scott and His Successors*, 1985, 53.

¹⁴⁸ Hayden White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, 1993, 110. Sublinhado nosso.

autoridade: é no momento em que depara com o seu filho e Ana Gangrena a abrir um buraco para fazerem desaparecer a arma do crime.

Recorrendo à teorização aristotélica, podemos identificar nesta cena a *anagnórise*, uma característica recorrente na tragédia clássica que obriga a uma mudança repentina na ordem dos acontecimentos. Na verdade, ao reconhecer o seu filho mais novo como o assassino procurado pela polícia, numa cena nuclear conducente à passagem do estado de ignorância para o do conhecimento, João Teles afasta-se horrorizado para longe, como que pretendendo fugir a uma cruel verdade conferida pelo destino e descoberta por si mesmo; contudo, acaba, ao invés, por desencadear a precipitação fatal dos acontecimentos epilógicos, que o encaminharão até à *catástrofe*.

Será, pois, através de uma deslocação final no espaço que a acção principal desta obra, à semelhança da tragédia clássica, confluirá para o seu *clímax*, atingido com a morte do “herói”. Se pensarmos, de um modo complementar, que o tempo de escrita deste romance se encontra também abrangido pelo período neogarretista, identificamos então aqui uma intertextualidade com o texto dramático *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett: o momento em que, no fim do Acto Primeiro, a família de Manuel de Sousa Coutinho abandona apressadamente o local onde habita, em Lisboa, e se precipita para o palácio de D. João de Portugal, em Almada. Assim, tanto neste drama romântico como no romance finissecular de Malheiro Dias, é a partir de uma *peripécia* relativa a uma mudança de espaço que regressam todas as memórias do passado, fazendo com que a carga dramática aumente de intensidade e caminhe a passos largos para o seu epílogo: tal como a família de Sousa Coutinho, que procura escapar ao invasor castelhano, também João Teles de Albergaria parece procurar fugir do facto insuportável, recentemente revelado, de ter um filho criminoso, não evitando ambos o encontro derradeiro e um ajuste de contas com os fantasmas do passado.

Por conseguinte, todo o último capítulo passa a ser vivido sob um intenso *pathos*, lançado pelo destino sobre o protagonista, sendo já na

antiga casa de família, situada em pleno centro do Porto, que as marcas da fatalidade mais se irão acentuar, através das memórias do passado que o protagonista desfia, contribuindo para acentuar o seu pesadelo real. Após as primeiras recordações da sua infância, João de Albergaria evoca seguidamente a forma como se precipitou o seu casamento desafortunado com D. Margarida e como, já tarde de mais, toma conhecimento da ascendência degenerada da sua mulher:

E em seis meses faz-se o casamento, sem que ele cuidasse de averiguar dos antepassados que ia dar aos seus futuros filhos.

Depois, em pleno delírio das primeiras posses, viera o trágico desvendar desse remoto passado de uma raça corrompida de insânias, infestada de criminosos e de devotas.

A paixão política, que devastara os seus primeiros anos de casado, afugentara ainda para o esquecimento esse pesadelo; e o nascimento de Joaquim, sadio e forte, acalmara os primitivos pavores. Mas é justamente então que a raça contaminada prepara a ressurreição de um dos medonhos fantasmas, dentro do próprio lar.¹⁴⁹

Já durante a revolta republicana que percorre a rua onde habita, e ao som de “vivas” à república, pano de fundo que dá um enquadramento político a este drama¹⁵⁰, o protagonista revela-se definitivamente incapaz de pôr em prática os seus grandes sonhos de redenção do sistema liberal e, na continuação da *ananké* que continua a cair sobre si, vê todos os seus projectos a desmoronarem-se.

Apesar da sua brilhante carreira política e de toda a intervenção social tida ao longo da sua vida, naquele momento João de Albergaria não tem qualquer oportunidade de agir, para além dos inúteis gritos de desespero que lança da sua varanda com os olhos postos no verdadeiro palco onde a acção histórica decorre; como sujeito passivo, limita-se a observar a História a passar-lhe *literalmente* ao lado sem nada poder fazer.

Segundo Harry E. Shaw, o autor de romances recorre à História “como uma fonte de energia dramática que vivifica uma história

¹⁴⁹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 202.

¹⁵⁰ O contexto político é uma das características inerentes a diversas tragédias clássicas, como é o caso de *Os Sete contra Tebas*, de Ésquilo, ou *Medeia*, de Eurípedes, bem como ao drama oitocentista, como se exemplifica através de *Cromwell*, de Victor Hugo, ou *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett.

ficcional”¹⁵¹. Esta mesma ideia é repercutida no final de *Os Teles de Albergaria*: ao culminar na morte trágica do seu herói, perante a ameaça republicana nas ruas portuenses, são inseridos, desta forma violenta, a elevação e o *pathos*, ambos conducentes à *piedade* e ao *terror*.

4.4 – A “revolução de baixo”

Na última década do século XIX, começa a sentir-se, segundo alguns historiadores, uma maior clivagem política ao nível da hierarquia militar, na qual a classe dos oficiais se encontra mais ligada à Monarquia e a dos sargentos e praças mais identificada com o republicanismo¹⁵².

¹⁵¹ Cf. Harry E. Shaw, *The Forms of Historical Fiction. Sir Walter Scott and His Successors*, 1985, 52.

¹⁵² Uma das explicações para a existência de uma fractura ideológica entre os militares de alta patente e os de baixa patente pode encontrar-se nas seguintes palavras de Eça de Queiroz, em carta endereçada à sua mulher com data de 7 de Abril de 1890, num momento em que se encontra de passagem pelo Porto a tratar de negócios da *Revista de Portugal*:

Creio que em breve a Política só terá dois partidos o Conservador, e o Republicano (muitos progressistas estão-se republicanizando) e cada um deles procurará conquistar o exército, que subitamente, nestes últimos meses, tomou uma atitude nova, compreendeu a sua força, e está já impondo a sua preponderância. *O Rei foi hábil – e chamou a si o exército, quero dizer os oficiais superiores, a quem está enchendo de favores, de comissões etc. Mas o soldado é republicano.* Em resumo tudo se complica. (Eça de Queiroz, *Correspondência*, 2º vol., 1983, 58-59. Sublinhado nosso.).

Em meados do séc. XX, F. A. Oliveira Martins irá fazer igual referência a esta profunda e inconciliável fractura existente no seio da sociedade política e militar:

Os republicanos mercê da sua insistente propaganda, a pesar da pouca coesão que lhes ia nas fileiras, tentavam assenhorear-se das classes obreiras, do Exército e da Armada, estes, pela captação dos sargentos e praças, contrapondo-se os republicanos, nesta atitude, ao movimento de aproximação dos oficiais, do Paço, aproximação que a Coroa tentava conseguir. (F. A. Oliveira Martins, *D. Carlos I e os “Vencidos da Vida”*, 1942, 67.).

Por outras palavras, também o seguinte excerto de Vasco Pulido Valente reflecte esta mesma ideia:

Talvez por este facto e por outras razões de ordem conjuntural que não cabe a este trabalho apreciar mais em pormenor, a “sargentada”¹⁵³ de 1891 tem a particularidade de ser um dos raros momentos da História de Portugal em que um determinado conjunto de elementos provenientes da classe popular é elevado quase ao estatuto de herói colectivo, tal como já tinha acontecido, por exemplo, com o forte grau de protagonismo tido pela “arraia-miúda” na remota crise dinástica de 1383-1385, relatada por Fernão Lopes na sua *Crónica de D. João I*.

Ao colocarmos em confronto a história da sublevação republicana de 31 de Janeiro de 1891 com a descrição dos momentos iniciais deste episódio, pertencente ao último capítulo de *Os Teles de Albergaria*, apercebemo-nos, desde muito cedo, que a narrativa de Malheiro Dias imita os dados históricos com bastante rigor, através da forma como a “revolução de baixo” é “apresentada” no decorrer da sua acção¹⁵⁴, como se

Ao passo que a esmagadora maioria dos oficiais apoiava a Monarquia ou, pelo menos, não conspirava contra ela, muitos soldados e sargentos (principalmente nas cidades) eram fêrvidos republicanos e zelosos revolucionários.

Isto, logo em 1891, a insurreição do Porto demonstrou. (Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, 1976, 83.).

¹⁵³ Cf. Rui Ramos, “O fim do século”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 6 – A Segunda Fundação (1890-1926), [1994], 187.

¹⁵⁴ É consensual, entre os mais diversos historiadores, o facto de a revolta republicana de 1891 ter sido preparada e executada por sargentos e praças da guarnição do Porto, tendo ficado à margem desta a classe dos oficiais, à excepção de um ou outro, bem como as hierarquias do Partido Republicano Português.

Na verdade, o acontecimento em questão representou ainda um duro golpe para este partido, que ficou reduzido na sua acção política e propagandística, tal como veio a suceder, daí para a frente, com a iniciativa revolucionária e com a capacidade de mobilização da burguesia oitocentista portuense. Segundo Joel Serrão,

O 31 de Janeiro não assinalou apenas a inflexão do republicanismo no sentido sócio-ideológico que se tentou entremostrear, mas sobretudo ele foi o toque de finados do predomínio portuense no tocante à condução ideológica do processo republicanizante português. O Porto, ao olhar de Basílio Teles, a “única cidade revolucionária do País”, cede a primazia a Lisboa, a qual era encarada pelo mesmo olhar tão-só “como o principal núcleo de resistência da Monarquia”. (Joel Serrão, *Da “Regeneração” à República*, 1990, 194.).

No mesmo sentido, também Fernando Catroga compartilha esta ideia, através das seguintes palavras:

Bem vistas as coisas, o 31 de Janeiro, se foi um momento precursor, constituiu também o fecho do círculo das lutas políticas de inspiração liberal dinamizadas a partir do Porto. (Fernando Catroga, *O*

o autor literário assumisse, igual e simultaneamente, a condição circunstancial de historiador, categoria profissional que lhe era também familiar e muito reconhecida¹⁵⁵:

As primeiras fileiras de *soldados* saem da névoa, adiantam-se em companhias compactas e escuras, *onde apenas avivam as divisas dos sargentos* entre a sombria uniformidade dos capotes.¹⁵⁶

Ainda de acordo com os registos objectivos da História¹⁵⁷, o narrador prossegue a descrição do início da revolta através do olhar de João Teles, referindo-se apenas uma única vez a “[...] um oficial que passa, [...]”¹⁵⁸, o qual, só pela caracterização minimizadora que lhe é feita, ao ser comparado a um adolescente, ou até mesmo a uma “criança”¹⁵⁹, leva-nos a concluir que se trata de um oficial de baixa patente¹⁶⁰, ou seja, com muito pouca experiência. Reforçando esta ideia, a voz interior do protagonista revela, um pouco mais adiante, um elevado índice de preocupação com toda a agitação a que assiste, bem como uma ansiedade

republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910, 2000, 87.).

¹⁵⁵ Como historiador, Malheiro Dias, membro fundador da Academia Portuguesa de História, produziu algumas obras dignas de registo, nomeadamente os *Apontamentos para a História da Real Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência*, em 1895, *Quem é o Rei de Portugal*, em 1908, e, talvez a mais meritória, a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, cuja obra em três volumes teve a sua direcção, coordenação e colaboração.

¹⁵⁶ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 209-210. Sublinhados nossos.

¹⁵⁷ O jornal *Revolução de Setembro*, no seu Editorial de 5 de Fevereiro de 1891, noticia a sublevação revolucionária ocorrida poucos dias antes no Porto, do qual destacamos o seguinte parágrafo:

Bandos de soldados de vários corpos, muitos sargentos, os músicos de um regimento, dois subalternos e um capitão, que nem ao menos se encontram no campo de luta, [...]. (*apud* Raul Rêgo, “O 31 de Janeiro visto pela *Revolução de Setembro* e pela *República*, esta de Rodrigues de Freitas”, in Oliveira Marques (coord.), *A revolução de 31 de Janeiro de 1891*, 24.).

¹⁵⁸ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 211.

¹⁵⁹ *Idem*, 212.

¹⁶⁰ Segundo Bazilio Telles,

Em 31 de janeiro, homens notáveis pela posição social ou pelo talento entram por minoria infinitesimal; officiaes de graduação elevada, nem um apparece a dar sequer uma adhesão platónica; e de patentes modestas, contam-se apenas tres. *Quem prepondera, quem se mostra no primeiro plano, quem se exhibe em relêvo poderoso, são os paizanos desconhecidos que investem com a porta do quartel d'infanteria 18, e os sargentos e soldados anonymos* que, horas depois, na rua de Santo Antonio e na camara replicam ao fogo da Guarda Municipal. (Bazilio Telles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro (esboço d'história politica*, 1905, 437. Sublinhado nosso.).

crescente pelo facto de não conseguir descortinar os líderes desta acção revolucionária acéfala, sensações estas que nos vão sendo transmitidas pelo texto através da utilização concentrada de diversos pontos de interrogação, como é exemplo paradigmático o seguinte excerto:

Os chefes! Onde estavam os chefes? Qual era o pensamento que conseguira desagregar dos quartéis aquele bando homicida de homens em armas? Que ideia vai entre aqueles batalhões, guia por entre a névoa aqueles sublevados? Que vão melhorar com os seus clamores, entre o delírio bestial e torvo da canalha? Qual é o seu amanhã? Que vão eles construir – os soldados e o povo, a calceta e a caserna – sobre os escombros sanguinosos da revolta? E qual foi, qual foi o taciturno cérebro que meditou no silêncio o largo plano regenerador dessa república, que os soldados vão aclamar pela madrugada, à ponta das baionetas, numa cidade ainda adormecida?¹⁶¹

Para além de uma evidente consternação em torno da aparente ausência de liderança no acto rebelde observado por Teles de Albergaria, esta descrição do narrador heterodiegético testemunha também o seu desprezo e desconfiança em relação ao grupo de revoltosos, através de uma dupla adjectivação, utilizada tanto para reforçar a sua qualificação negativa – “bando homicida” e “canalha” – como para descrever essa grande irracionalidade colectiva – “delírio bestial e torvo”.

Perante esta ideia, e retomando a comparação inicial feita entre o romance de Malheiro Dias e a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, verificamos então que uma colossal diferença reside entre estas duas narrativas: no texto cronístico quatrocentista, o povo está representado como “motor” da História e agente colectivo da transformação social, ao ponto de, segundo as categorias actanciais distribuídas binariamente pelo narratologista Greimas, podermos considerá-lo *adjuvante do herói*; em *Os Teles de Albergaria*, a classe popular é tratada de uma forma bastante negativa, podendo mesmo ser-lhe atribuído o estatuto de *oponente* do protagonista, de acordo com a teoria martiniana¹⁶²:

¹⁶¹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 211.

¹⁶² Releia-se a ideia do historiador Rui Ramos, contida na nota 76 deste capítulo, que corrobora a pouca consideração tida pelo protagonista em relação à classe popular.

Era ainda uma vez a ilusão que passava, a crise aguda da esperança no seu paroxismo, com a conturbante noção de pátria apreendida nas *disciplinas bárbaras da caserna*, antecipando no *coração bronco do soldado* o sacrifício por um vago símbolo ao amor das famílias e dos filhos. O soldado árbitro das sociedades! A caserna dirimindo as questões sociais! A ideia governada pela tarimba! A luz ofuscada pelo fogo!¹⁶³

Note-se ainda a forma como este parágrafo em particular se encontra estruturado, concluído por quatro curtas frases exclamativas, a revelar claramente o estado de revolta e a grande animosidade do protagonista para com as patentes mais baixas da classe militar e, por sinédoque, da plebe em geral: para Teles de Albergaria, “[...] a soldadesca inconsciente [...]”¹⁶⁴ e acéfala é o símbolo da rudeza e da barbárie, plenamente afastada das ideias que iluminam a mente do homem letrado.

4.5 – A “revolução de cima”

No momento em que João Teles de Albergaria se apercebe de alguma agitação existente no exterior da sua casa, dirige-se à varanda para tentar descortinar quais os factores conducentes à perturbação anormal daquela madrugada.

Sabendo que esta obra entra, como já tivemos oportunidade de observar em algumas passagens, numa intensa relação dialógica com a História de Portugal, entendemos ser importante recorrer também aqui às

¹⁶³ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 210. Sublinhados nossos.

¹⁶⁴ Idem, 211.

fontes históricas, como forma de poder interpretar este episódio com a maior abrangência possível.

Na *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, da autoria de João Chagas e do ex-Tenente Coelho, encontramos várias referências *de carácter eufórico* a propósito dos acontecimentos ocorridos ao longo da Rua do Almada¹⁶⁵. Contudo, o escasso período de uma década decorrido entre o evento reportado e a publicação desta mesma obra, o envolvimento directo dos seus autores na preparação e na acção revoltosa, bem como a sua ligação à ideologia republicana, podem significar a inexistência de distanciamento temporal ou de rigor objectivo, condições “recomendáveis” para se escrever sobre a História. Por estas razões, devemos abster-nos de transcrever aqui passagens sobre o episódio.

Neste sentido, sirvamo-nos de uma obra do historiador Jorge d'Abreu, editada sensivelmente uma década após a primeira edição do romance de Malheiro Dias, para tomarmos algum contacto com o pano de fundo existente durante a sublevação republicana de 31 de Janeiro, sobre o qual passamos a citar um dos excertos que retratam um momento similar àquele presenciado também pelo protagonista¹⁶⁶:

Uma multidão imensa acompanhava as forças da revolta na marcha rua de Santo Antonio acima e essa arteria do Porto tinha um aspecto *quasi de festa*. A maior animação e alegria *illuminavam-na*. Do povo sahiam *brados entusiasticos* victoriando os sublevados. As senhoras que estavam ás janelas *agitavam freneticamente os lenços, soltavam vivas calorosos, batiam as palmas n'um contentamento indescriptivel*. A satisfação dominava *tudo e todos*. A marcha das forças tinha o caracter insophismavel d'um *passeio triumphal*, em que elles pareciam recolher os applausos pela victoria alcançada rapidamente e sem embate sensivel.¹⁶⁷

¹⁶⁵ Cf. João Chagas e ex-Tenente Coelho, *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cumplices)*, 327-329.

¹⁶⁶ Pese embora o facto de esta informação não nos parecer verdadeiramente relevante, deixamos aqui a devida salvaguarda de se tratar de uma obra editada pouco depois da implantação da República Portuguesa, com as *possíveis* tentativas de manipulação da História que ocorrem, em geral, após uma mudança de regime político ou partidário.

¹⁶⁷ Jorge d'Abreu, *A revolução portuguesa – o 31 de Janeiro*, 1912, 114. Sublinhados nossos.

Apesar de neste parágrafo não se encontrar, com efeito, qualquer espécie de referência ao percurso efectuado pelos revoltosos republicanos e pelos populares que os acompanhavam ao longo da Rua do Almada, onde, à data do acontecimento, o protagonista habita, assumimos como dado adquirido que este ambiente de euforia terá sido vivido não apenas na Rua de Santo António, mas em todas as restantes artérias por onde os participantes passaram. O excerto desta narrativa histórica, condicionada pelo seu necessário rigor objectivo, *apresenta-nos* assim um ambiente festivo a contagiar a multidão que os acompanha, com o ritmo da marcha e das palmas a envolver tudo e todos numa perfeita harmonia.

Tendo ficado assinalada a ambiência exultante da massa colectiva portuense em torno da primeira acção revoltosa levada a efeito contra o regime monárquico, façamos em seguida a leitura de dois excertos de *Os Teles de Albergaria* que efectuam o registo do mesmo acontecimento histórico, mas já num modo bastante distinto do anterior:

Bandos de garotos, desvairados por aquele brinquedo monstruoso, correm à frente. Uma banda de música vem tocando desordenadamente *A Portuguesa*. Tambores rufam atrás – e ainda os ríspidos gritos das cornetas varavam o estrépito amplo e solene dos metais, entre o tropear cadenciado dos regimentos, o escoucinhar barulhento dos cavalos, os tinidos dos sabres e as vozes roucas dos comandos.

E a neblina espessa, descendo dos espaços melancólicos, envolve o cortejo como uma visão de pesadelo.

[...]

A vozearia sobe, ensurdecadora, como se a mesma rua, como uma goela hiante, a estivesse despejando num sopro de tempestade. Os soldados berram, embriagados pelo tumulto, aquecidos pela aguardente criminosa dos amotinadores. [...] Entre o relinchar dos cavalos, o remoer impaciente dos freios e o raspar das ferraduras nas pedras cornetas doidas cantam a aleluia da revolta, e os ternos de tambores rufam sem compasso e sem paragem.¹⁶⁸

No que respeita a estas duas passagens do discurso literário, de índole subjectiva e sujeitas à verosimilhança, deparamos agora com a *representação* de uma espécie de *locus horrendus* urbano, como se de um

¹⁶⁸ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 208-209.

pesadelo real se tratasse, constituído por um determinado número de ruídos, e que nos merece uma análise com maior acuidade. Assim, todo o género de sonoridades sobre os quais os excertos da descrição atrás citada incidem sofre uma manipulação destinada a transmitir a máxima negatividade ao desenvolvimento deste acto revolucionário: através do ambiente geral, comparado a um “brinquedo monstruoso” ou equivalente a “uma visão de pesadelo”; por via da música, tocada “desordenadamente” pelos “ríspidos gritos” das “cornetas doidas”; através do “escoucinar barulhento dos cavalos”; por meio dos seres humanos, quer se trate de uma crescente “vozearia ensurdecedora” da multidão anónima, quer de meros soldados que “berram” ou das “vozes roucas” dos seus chefes.

Há, no entanto, um único e curto parágrafo onde a sublevação republicana testemunhada por Teles de Albergaria se encontra descrita de uma forma eufórica, como se o narrador resolvesse, por fim, pôr de lado o factor subjectivo da sua perspectiva e aderisse, sem qualquer preconceito ideológico, a esta acção revolucionária:

Agora, toda a rua está *em festa*, de janelas abertas. Um *frenesi de aclamações contagia todos os espectadores*. Lenços acenam em cada andar, ao alto dos peitoris e das varandas. Uma criança loura, ainda rosada do sono, *ri contente* ao colo da criada; e um velho de aspecto austero, de pé numa janela, entre as cortinas de renda, *aplaude e aprova* também, meneando a cabeça.¹⁶⁹

Contudo, o início do parágrafo seguinte invalida, desde logo, qualquer veleidade que nos pudesse levar a entender que João Teles estaria disposto, mesmo por breves instantes, a aclamar a acção dos revoltosos e a aderir ao pensamento republicano, ao interpretar, com pavor e amargura, tudo o que os seus olhos testemunham como um “[...] vento impetuoso de loucura, que desorienta os espíritos, [...]”.¹⁷⁰

Neste sentido, e após o confronto entre os dois tipos de excertos acima transcritos, somos levados a concluir que esta manipulação dos dados concretos e objectivos da História, feita deliberadamente pelo narrador, faz parte de uma inteligente estratégia architectada por

¹⁶⁹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 211. Sublinhados nossos.

¹⁷⁰ Idem, *ibidem*.

Malheiro Dias: a perspectiva da realidade, representada invariavelmente através da visão desencantada e decadente do protagonista, tem o propósito definido à partida de condicionar o leitor, levando-o a aderir à ideologia política do autor, apresentada de forma subliminar ao longo das páginas derradeiras do romance.

Em *Filho das ervas*, romance cujo conteúdo se centra em algumas questões de preconceitos de classe, podemos identificar Queirós – médico e amigo do protagonista – como um adepto moderado da ideologia republicana, ou, de acordo com o próprio narrador, “[...] possuído de um desamor a fidalguias que lhe dava brado entre republicanos.”¹⁷¹. Contudo, o tipo de caracterização desta personagem ao longo do romance leva José Carlos Seabra Pereira a produzir o seguinte comentário:

En accord avec la position de l’auteur (à qui, comme vous le savez, la générosité sociale ne fera pas renier sa foi dans les institutions de la monarchie libérale), *la perspective du narrateur ne privilégie pas les velléités républicaines de Queirós*.¹⁷²

De acordo com esta linha de raciocínio, e prosseguindo ainda a análise da cena em que o protagonista se encontra “[...] de pé na *alta* varanda [...]”¹⁷³ da sua casa, observe-se como este se encontra numa posição mais elevada do que a massa popular, que aplaude a revolução republicana na rua. Ao recorrermos à perspectiva simbólica para fazermos uma interpretação mais abrangente desta mesma cena, apercebemo-nos de um nítido confronto dialéctico: de um lado, um indivíduo, introduzido logo desde as primeiras páginas do romance e com o qual o leitor foi sendo gradualmente familiarizando, que permanece no domínio absoluto do espaço interior e “domesticado” do *cosmos*¹⁷⁴, ou seja, da sua casa; do

¹⁷¹ Carlos Malheiro Dias, *Filho das ervas*, 1999, 21.

¹⁷² José Carlos Seabra Pereira, “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la Littérature Portugaise. De l’Ultimatum au Régicide”, in AA. VV., *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, 1982, 23. Sublinhado nosso.

¹⁷³ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 211. Sublinhado nosso.

¹⁷⁴ Recorremos, nesta parte em análise, à terminologia utilizada por Mircea Eliade na sua obra *O sagrado e o profano*, nomeadamente na relação com a passagem que de seguida transcrevemos:

O que caracteriza as sociedades tradicionais, é a oposição que elas subentendem entre o seu território habitado – e o espaço desconhecido e indeterminado que o cerca: o primeiro é o “mundo” (mais precisamente: “o

outro lado, a mole humana, disseminada pelo espaço potencialmente ameaçador da cidade (o caos) e composta apenas por elementos populares que o leitor desconhece por completo. Podemos, inclusive, aprofundar mais a análise deste confronto dicotómico e acrescentar ainda que esta cena nos remete para a imagem recorrente da “Chain of Being” isabelina, ou, ainda numa intertextualidade mais remota, para a bíblica “escada de Jacob”¹⁷⁵: num patamar superior, está o protagonista, premiado pelas boas acções praticadas ao longo da vida; num patamar inferior, está o povo rebelde, punido pela prática contínua de más acções.

Com efeito, a justiça literária de Carlos Malheiro Dias é semelhante à do Deus do Antigo Testamento, o qual, antes de perdoar qualquer falta, exige sempre o seu castigo remissor. Veja-se, como exemplo, o romance histórico *A paixão de Maria do Céu*, publicado em 1902, e cuja acção se reporta ao período da primeira invasão francesa: a obra inicia-se em Outubro de 1807, o momento em que a protagonista, filha de um morgado transmontano, festeja o seu vigésimo aniversário. Já em Lisboa, ocupada naquele momento pelas tropas do general Junot, apaixona-se por um coronel francês, que a leva para Paris, vindo ali a abandoná-la à sua sorte. Qual filha pródiga, regressa arrependida a casa mas acaba por cegar, punida por um deus *ex-machina* pelo facto de se ter apaixonado por um “jacobino”, preterindo o amor sincero de um jovem oficial português.

nosso mundo”), o Cosmos; o resto já não é um Cosmos, mas uma espécie de “outro mundo”, um espaço estrangeiro, caótico, povoado de espectros, de demónios, de “estranhos” (assimilados, aliás, aos demónios e às almas dos mortos). À primeira vista, esta rotura no espaço parece devida à *oposição entre um território habitado e organizado, portanto “cosmizado”, e o espaço desconhecido que se estende para além das suas fronteiras: tem-se de uma parte um “Cosmos” e de outra um “Caos”*. (Mircea Eliade, *O sagrado e o profano. A essência das Religiões*, s. d., 43. Sublinhado nosso.).

¹⁷⁵ Jacob, personagem bíblica do Antigo Testamento, é protagonista de um episódio constante do capítulo 28, versículos 10-17 do primeiro livro do Pentateuco, o *Génesis*, o qual, ao atravessar o deserto de Harã, vê em sonhos uma escada que chegava ao céu e pela qual desciam e subiam anjos. Esta imagem irá inspirar não só uma parte da ideologia sionista, mas também, e sobretudo, a ideia de que existe uma cadeia invisível entre o Céu e a Terra, formada por seres espirituais no seu topo e por seres animais na sua base; o homem, como entidade intermédia, possui o livre-arbítrio de poder elevar-se ou afundar-se na sua verticalidade, consoante o género de acções que for praticando durante a sua vida.

Mantendo em mente o modelo hierárquico da “Cadeia do Ser”, verifica-se ainda uma forte coincidência neste confronto simbólico entre o protagonista e os revoltosos republicanos: ao analisarmos a configuração topográfica da Rua do Almada, observamos que esta artéria “desce” em direcção ao rio Douro, com uma inclinação por vezes mais acentuada, e, com o auxílio de um mapa, reparamos ainda que a mesma atravessa o centro da cidade, dividindo-a de forma latitudinária.

A certa altura do romance, Teles de Albergaria vislumbra, “[...] por entre a baça névoa o inquieto formigueiro que se agita *ao alto da rua*, por toda a extensão de Santo Ovídio”¹⁷⁶, e ouve também um “[...] ruído de passos de uma multidão em movimento [que] invade a Rua do Almada.”¹⁷⁷. O facto de o protagonista conseguir entrever e escutar os militares revoltosos que se concentram no Campo de Santo Ovídio para se dirigirem, em seguida, para a Praça da Batalha, leva-nos a deduzir a seguinte ideia: por um lado, Teles reside na parte *superior* da rua; por outro lado, o movimento executado pelas forças rebeldes nessa rua foi o *descendente*, o que vem confirmar – e reforçar ainda mais – a existência de uma acção *degradativa* narrada neste capítulo.

Note-se como o narrador, cuja perspectiva é coincidente com a do protagonista, sublinha esta deslocação como uma grave ameaça à ordem pública, ao introduzir o elemento histórico do nevoeiro, manifestação simbólica do indeterminado e potenciadora do medo a todo o agente desconhecido que permite encobrir¹⁷⁸:

E a neblina espessa, *descendo* dos espaços melancólicos, envolve o cortejo como uma visão de pesadelo.¹⁷⁹

Ainda no jogo que podemos estabelecer entre a *verosimilhança literária* e a *verdade histórica*, não deixa de ser curioso observarmos com

¹⁷⁶ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 208. Sublinhado nosso.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁸ A imagem do nevoeiro associada à ameaça do desconhecido já tinha sido utilizada na literatura, como observamos no exemplo clássico do episódio camoniano do Adamastor, tendo-o sido também na narrativa filmica, como é, por exemplo, o caso mais recente do filme *The Fog*, realizado em 1980 por John Carpenter.

¹⁷⁹ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 209. Sublinhado nosso.

alguma ironia, nesta mesma cena, que o momento em que Teles de Albergaria (entidade individual) grita da varanda da sua casa (espaço privado) contra a “revolução de baixo” é uma imagem especular da cena histórica em que, relativamente perto da residência do protagonista, os revoltosos republicanos (entidade colectiva) declaram, da varanda dos Paços do Concelho (espaço público), a abolição da monarquia e a consequente instauração do regime republicano em Portugal.

Apesar de este acontecimento histórico se encontrar ausente do texto de Malheiro Dias, ele continua “encaixado” na nossa mente, mantendo assim uma relação de contiguidade com o episódio literário, quer na acção das personagens, quer no conteúdo temático; *dentro deste contexto específico* e admitindo a sua falsa tautologia, na medida em que o texto não se repete exactamente a si mesmo, admitimos tratar-se de uma *mise en abyme*. Neste sentido, assim se confronta o real com a sua verosimilhança, após o trabalho de estudo feito pelo leitor com o intuito de descobrir e esclarecer todas as omissões da narrativa literária.

O pensamento pedagógico de José Félix Henriques Nogueira, produzido em meados do século XIX, enquadra-se perfeitamente na dicotomia que Malheiro Dias nos apresenta neste romance, materializada tanto no confronto da “revolução de cima” com a “revolução de baixo”, como nas características bipolarizadas dos irmãos Joaquim e Luís de Albergaria. Leia-se o seguinte excerto sobre a ideia da educação neste autor, considerado o primeiro ideólogo republicano em Portugal:

[...] Henriques Nogueira, retomando as teses dos nossos primeiros pedagogos, esclarece que a educação tinha por fim principal desviar o homem da sua congénita animalidade, reencontrar, enfim, o perdido sentido da dignidade ofendida por uma política “obscurantista”, promovida por sucessivos governos que se não ocuparam a sério da moralidade da sociedade e da elevação da mente humana ao lugar que lhe compete.¹⁸⁰

Assim, numa derradeira analogia, podemos estabelecer um outro tipo de distinção entre as duas revoluções e os dois irmãos, colocados em

¹⁸⁰ Alberto Ferreira, “Caminhos da educação no oitocentismo português” in *Estudos de cultura portuguesa (Século XIX)*, 1980, 35.

respectivo confronto dialéctico no final deste romance: tanto num exemplo como no outro, é à luz da *educação* que se explica a diferença abissal existente entre a *mens bona* e o *furor*, entre a lucidez do pensamento e a baixeza dos instintos primários, entre a racionalidade humana e a paixão cega e animalesca. Por esta mesma razão, o filósofo grita as seguintes palavras para os militares que passam por baixo da sua varanda:

Saber matar não basta! *Antes soubésseis ler!*¹⁸¹

Uma prova desta dicotomia verifica-se ainda na diferente forma de pensamento entre a figura racional do filósofo, que acredita apenas na evolução gradual da sociedade através de uma materialização consciente das ideias sólidas que defende, e “[...] aquela *procissão* de homens em armas [...]”¹⁸², a aclamar vagamente a república, uma estranha palavra de origem latina, como se de um cortejo de simples acólitos envolvidos na celebração mecanizada de uma liturgia católica se tratasse:

Um colossal clamor, vindo do Campo, sobe nos enevoados ares, *como a aclamação de um povo de crentes a uma divindade prestigiosa: [...]*.¹⁸³

A descrição deste grupo de populares parece corresponder à de um préstito de crentes congregados em torno de uma “deusa” chamada República. Com efeito, o narrador revela, neste pequeno excerto, a forma como a doutrina republicana se encontra impregnada, à entrada da década de 90, de um enorme messianismo e de um profundo sentimento religioso¹⁸⁴, características desenvolvidas a partir de finais da década de 60 com Antero de Quental¹⁸⁵, mas que só obtêm uma força significativa

¹⁸¹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 211. Sublinhado nosso.

¹⁸² Idem, 209. Sublinhado nosso.

¹⁸³ Idem, 208. Sublinhado nosso.

¹⁸⁴ Um dos soldados de baixa patente, implicado na revolta militar de 31 de Janeiro, profere a seguinte declaração durante o seu julgamento: “Eu, meu senhor, explica ao presidente do tribunal, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na igreja senti um calafrio assim. Perdi a cabeça então, como os outros todos. Todos a perdemos. Atirámos então as barretinas ao ar. Gritámos então todos: viva, viva, viva a República!” (*apud* Alexandre Cabral (pref.), *Manifesto dos emigrados da revolução republicana de 31 de Janeiro de 1891*, 1974, 34.).

¹⁸⁵ Em 1868, na sequência da Revolução de Espanha, que destitui Isabel II do trono, Antero de Quental publica o opúsculo “Portugal perante a revolução de Hespanha”, que, segundo Fernando Catroga, “[...] é o melhor testemunho desta euforia ecuménica e antinacionalista, que invadiu uma parte significativa da nossa inteligência.”

em 1880, durante as comemorações do tricentenário da morte de Luís de Camões, poeta “republicanizado” por Teófilo Braga.

Em 1891, perante as elevadas percentagens de inflação e de desemprego, este conjunto de populares apoiantes do pronunciamento de 31 de Janeiro representa, no fundo, uma grande fracção de cidadãos sinceramente convictos de que apenas a instauração desta “religião” revolucionária e imanente possibilitará a desejada recuperação de Portugal, não só ao nível económico, mas também de todo o prestígio perdido ao longo dos séculos passados sob a alçada dos representantes “infieis” da dinastia brigantina. Como refere Fernando Catroga,

Esta concepção redentora – a que, como já sabemos, não escapou, na linha da linguagem revolucionária moderna e da cristologia romântico-social dos meados do século XIX, *a insinuação da analogia da sua missão com o papel histórico desempenhado por Cristo* – limitava-se a reproduzir um universo metafórico que se tinha tornado num dos lugares-comuns da retórica republicana.¹⁸⁶

No início da Terceira Parte deste romance, a voz interior do protagonista, filtrada pela do narrador, parece estar a prever a situação

(Fernando Catroga, “A formação do movimento republicano – 1870-1883”, in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal – Das invasões francesas aos nossos dias*, II – Monarquia constitucional: das origens do liberalismo à queda da realza, 11.). Nas suas considerações tecidas a propósito da política portuguesa, Antero perspectiva o início do sonho da proclamação de uma república federativa entre as nações ibéricas, de acordo com as ideias de Proudhon e de Henriques Nogueira, dando simultaneamente um carácter de profunda religiosidade na defesa da ideologia republicana:

N’este ponto ha uma palavra que sae de todas as boccas: a Republica. No centro dos encruzilhados caminhos do mundo político, levanta-se esta grande figura, como a estatua colossal do deus Termo, conciliação para tantas discordias, luz para tantas trevas, erecta na sua base inabalavel e visivel dos quatro pontos do horisonte. Ella tambem é como o sol “aveugle qui ne la voit pas”. Quem diz *democracia* diz tambem *republica*. Se a democracia é uma ideia, a republica é a sua palavra; se é uma vontade, a republica é a sua acção; se é um sentimento, a republica é o seu poema. Dos longinquos caminhos do desterro é para ella que se levantam os olhos de todos quantos na terra padecem fome e sede de justiça. *Se a conhecerem, prophetisaram-na heroes, philosophos e poetas. E se á rectidão do seu codigo, copiado do direito absoluto, ajuntarmos a fé dos seus crentes e a santidade dos seus martyres, a republica deixa de ser um governo para se tornar uma religião.* (Antero de Quental, “Portugal perante a revolução de Hespanha”, in *Prosas*, II, 1926, 59. Sublinhado nosso.).

¹⁸⁶ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2000, 284. Sublinhado nosso.

que virá a ter lugar no Porto, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891: é no momento em que evoca, por ordem cronológica e degradativa, a ocorrência de um grande rol de acontecimentos negativos a partir de 1889, ano marcado pela morte do rei D. Luís e pela consequente subida ao trono do príncipe herdeiro D. Carlos, os quais poderiam inclusive ser uma forma de justificar por inteiro esta adesão espontânea de cidadãos anónimos à presente rebelião republicana:

Morrera o terceiro monarca liberal e outro rei fora aclamado nas cortes. Por toda a parte o comércio e a agricultura depereciam. A nação era um bem arruinado por três gerações de parasitas. O povo gemia sob os tributos. Fora um ano funesto, o de 89; e já em 90 começava a liquidação dos grandes erros políticos. A 11 de Janeiro, o *ultimatum* inglês, previsto por Albergaria, arremessava a terra o ministério progressista; e os estadistas acordaram patriotas para semear aos ventos a palavra vã de uma lástima estéril.¹⁸⁷

No entanto, quando João Teles grita da sua varanda a expressão “Ideias! Ideias!”, repetindo-a por três vezes, está já a ignorar toda a conjuntura histórica a que tinha aludido anteriormente, limitando-se a condenar os tumultos violentos e a considerá-los contraproducentes para a sociedade; em simultâneo, destaca a sua *Obra*, esse vasto conjunto de volumes manuscritos ao longo de três décadas, com vista à regeneração do país, e cujas ideias nela contidas se encontram em oposição total às aclamações cegas à República, vazias de conteúdo e gritadas mecânica e vagamente pelos “fiéis” anónimos, congregados ao longo da rua numa massa anónima e caótica a perturbar o natural sossego das horas mortas.

Recorrendo uma vez mais ao diálogo intertextual, quase que ousaríamos sugerir que o pensamento do protagonista se encontra eivado da mesma ideologia do Velho do Restelo, a personagem épica que desfere na praia invectivas contra a partida das caravelas para uma aventura perigosa e irreflectida com o apoio da jovem burguesia, quando existia a opção norte-africanista, privilegiada pela velha nobreza¹⁸⁸. Por outro lado, dir-se-ia ainda que Teles adopta o paradigma de comportamento desta

¹⁸⁷ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 151.

¹⁸⁸ Apesar do carácter bélico e naturalmente violento contido nesta opção, ela é justificada através da necessidade de defesa e dilatação da fé cristã.

personagem camonianiana: apesar da consciência sobre o estado da nação e sobre a mudança dos novos tempos, decide-se pela prudência e pelo *otium*.

Apesar da distância de mais de três séculos a mediar o tempo de escrita entre a obra de Malheiro Dias e a de Luís de Camões, continuam a ser estes mesmos valores classicistas, configurados sob os lemas da *aurea mediocritas* e do *odium profanum vulgus*, a constituírem um elo de ligação possível entre as duas personagens atrás aludidas.

Como se não bastasse o maniqueísmo crescente à medida que caminhamos para o desfecho desta narrativa, Malheiro Dias procede ainda a uma inversão dos factos históricos, ao pretender “ignorar” alguns deles de forma *deliberada*, acabando por iludir, por assim dizer, o leitor mais desatento; tome-se, como exemplo, o processo osmótico executado pelo autor durante a narração da revolta republicana, fazendo o plano da História atravessar o plano literário, para alterar, de forma consciente, os factos verídicos: por um lado, Malheiro Dias omite no final o confronto sangrento ocorrido na realidade entre as duas forças antagónicas, bem como o seu desfecho com uma vitória rápida e claríssima dos membros do regime sobre os revoltosos republicanos¹⁸⁹; por outro lado, suprime o *verdadeiro* fim trágico para muitos dos militares que integraram a revolta naquele dia, para representar, numa crescente precipitação fatal dos acontecimentos conducentes à catástrofe, uma única e *verosímil* morte – a do protagonista.

Desta forma, a morte teatralizada de João Teles de Albergaria, essa *dramatis personae* hamletiana que também “deambula” ao longo da sua vida em busca da grande verdade através da qual a nação portuguesa seria regenerada, torna-se, ao cair do pano romanesco, um grande símbolo da derrota do pensamento pela força grotesca e brutal da acção.

¹⁸⁹ Malheiro Dias ter-se-á certamente confrontado, durante a elaboração deste romance, com o problema da representação da realidade, bem como da selecção dos episódios ou da gestão cronológica, cuja dificuldade se torna maior ao pensarmos na sua dupla actividade profissional como autor literário e como historiador.

Em 1908, Carlos Malheiro Dias elabora uma extensa biografia de D. Carlos, onde, para além dos rasgados elogios a este monarca, tenta provar a fraca adesão do povo português ao republicanismo:

[...] a idéa de republica só apparece pela primeira vez em Portugal, *como aspiração deliberada e consciente*, nos ultimos trinta annos do seculo XIX. A mais eloquente prova que d'isso nos dá a história são as revoluções de 1820 e 1836. Qualquer d'ellas podia ter obtido, talvez sem effusão de sangue, o triumpho da republica. Ambas, entretanto, se filiaram na monarchia, limitando-se ás reivindicações liberaes com ella compativeis.”¹⁹⁰

Apesar de Malheiro Dias, na qualidade específica de historiador, ter a plena consciência da presença da ideologia republicana em Portugal “como aspiração deliberada e consciente” a partir de 1870, não há nesta obra, para além das breves referências ao republicanismo de Joaquim Teles Lobo, um único indício positivo deste ideal ou qualquer informação consistente sobre os seus princípios político-sociais. Assim, a noção que fica, após o desfecho da obra, é de que, para o seu autor, os republicanos, além de não possuírem um programa político-partidário, não passam de um bando de arruaceiros dispostos a tudo para conquistar o poder e estabelecer, a partir daí, a anarquia no país¹⁹¹.

Por fim, atentemos numa imagem peculiar, utilizada pelo narrador no momento em que a intentona se aproxima na Rua do Almada:

Ia enfim renovar-se a tradicional sangueira, recomeçar a sinistra e sanguinária tarefa da revolução. Mais uma vez o sonho dos homens ia ser levado pela mão da velha *hidra*.¹⁹²

A associação explícita da matriz mentora da revolução republicana ao animal mítico da Grécia antiga¹⁹³ deixa perceber a intenção autoral: o

¹⁹⁰ Carlos Malheiro Dias, *Quem é o rei de Portugal*, 1908, 76. Sublinhado nosso.

¹⁹¹ Note-se como no último capítulo da obra subjaz, curiosamente, o presságio em relação àquilo que virá também a suceder durante os primeiros tempos da República Portuguesa.

¹⁹² Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 210. Sublinhado nosso.

¹⁹³ O segundo dos doze trabalhos do herói grego Hércules consistiu em aniquilar a Hidra, um animal fabuloso em forma de serpente com sete cabeças, que habitava no pântano de Lerna, na Argólida.

Por sua vez, esta imagem remete-nos também para a fabulosa besta marinha de sete cabeças, descrita no capítulo 13 do livro bíblico do “Apocalipse”. Adorada pelo povo turbulento, movido inconscientemente por paixões, a besta que emerge do mar é a figura representativa do poder secular.

confronto entre um “César” hercúleo, em cujo herói o povo depositaria a sua total confiança, e o animal maligno de múltiplas cabeças, mas sem uma única suficientemente válida para liderar a sua energia, representa, em termos simbólicos, a luta entre o Bem e o Mal, a Luz e as Trevas. Entre a unidade, apoiada num monarca consciente e consensual, e a diversidade, representada de forma caótica pela imagem grotesca de uma hidra¹⁹⁴, a escolha fica desde logo estabelecida.

Entendemos assim, por tudo o que ficou acima referido, que a obra *Os Teles de Albergaria* pode ser considerada um romance de tese, através do qual o seu autor perfilha e veicula, simultaneamente, os valores ideológicos da revolução “de cima”, liderada por uma personalidade forte¹⁹⁵ e prosseguida através de uma educação global e de um conjunto de reformas sociais e económicas.

¹⁹⁴ Já Rafael Bordalo Pinheiro tinha dado a um desenho seu, publicado na revista *António Maria*, de 7 de Abril de 1881, o seguinte título: “O conselheiro Arrobas, novo governador civil de Lisboa e a “hidra da anarquia” (republicana)”.

¹⁹⁵ Carlos Malheiro Dias era um monárquico convicto, de formação liberal e da ala regeneradora. Íntimo do rei D. Carlos I, era recebido por este monarca tanto no Palácio das Necessidades, em Lisboa, como convidado por diversas vezes a integrar comitivas de visitas oficiais ou de caçadas particulares no Alentejo. De referir ainda que, em 1905, foi agraciado pelo rei com a Comenda de Santiago. Logo após o regicídio, tece rasgados elogios à rainha D. Amélia num jornal brasileiro, do qual destacamos o seguinte excerto:

Agora mesmo, entre o abatimento dos governantes e a desorientação dos políticos, uma grande figura feminina está dominando o drama português com a sua energia serena. Essa é a rainha D. Amélia. Da tragédia, que lhe arrebatou o marido valoroso e o filho bem amado, lhe trocou os arminhos reais por um manto de crepes, a bisneta de Luís Filipe ressurgiu maior, como uma guerreira que regressa da batalha, coroada de louros e de martírios... É necessário vê-la, para se poder avaliar a firmeza da sua alma varonil, a inteligência vigilante e clarividente com que esta mãe admirável cuida desbravar o caminho por onde terá de passar, com o cilício da coroa, o seu filho adolescente. A fatalidade revelou-a uma leão. (*Apud* Lopes d'Oliveira, *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*, 1947, 281-282.).

5 – A sombra do “Mestre”

5.1 – Malheiro Dias, epígono de Eça

Ao coincidir com o ano da morte de Eça de Queiroz, a data de publicação de *Filhos das ervas*, o segundo romance de Carlos Malheiro Dias¹⁹⁶, parece simbolizar, para muitos críticos e leitores, a passagem de testemunho literário de um escritor para outro, como Hernâni Cidade, por exemplo, justamente observa no final da década de 60:

Quando, em 1900, saiu à luz o seu romance *Filhos das Ervas* todos festejaram no autor o continuador de Eça de Queirós, morto no mesmo ano, pelo vigor e brilho da forma, tanto como pela verdade da substância e pelo intuito social da tese [...].¹⁹⁷

Na verdade, são diversos os teorizadores e críticos literários que, ao analisarem as primeiras produções romanescas de Carlos Malheiro Dias, o consideram herdeiro ou sucessor em linha directa de Eça de Queiroz, o grande mestre do realismo português¹⁹⁸. Entre estes, João Gaspar Simões, que chega a comparar *Filhos das Ervas* a *O crime do Padre Amaro*¹⁹⁹, será talvez o que mais rasgados elogios lhe tece, como se pode observar no excerto retirado de uma obra sua, publicada no início da década de 40:

¹⁹⁶ O primeiro romance de Malheiro Dias, intitulado *A mulata*, foi publicado no Rio de Janeiro em 1897, num momento em que, como Joaquim Paço d'Arcos observa, “[...] Eça de Queirós dominava, a distância, do seu exílio consular de Paris, a cena literária portuguesa e brasileira.” (Joaquim Paço d'Arcos, *Carlos Malheiro Dias – Escritor luso-brasileiro*, 1961, 9.).

¹⁹⁷ Hernâni Cidade, “Carlos Malheiro Dias”, in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1 A/M, 1969, 263. Sublinhado nosso.

¹⁹⁸ Cf. Joaquim Paço d'Arcos, *op. cit.*, 26; João Gaspar Simões, “Sobrevivência do realismo como discurso retórico – Carlos Malheiro Dias (1875-1941)”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 1987, 652; Vitorino Nemésio, *Jornal do Observador*, 1974, 77; Mário Mesquita, “Introdução: A vocação de jornalista em Carlos Malheiro Dias”, in *Ciclorama crítico de um tempo (antologia)*, Lisboa, 1982, 8 e 10; e Eugénio Lisboa, *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, III, 1994, 165.

¹⁹⁹ Cf. João Gaspar Simões, *op. cit.*, 660.

Carlos Malheiro Dias *deveria ter sido* o nosso maior romancista depois de Eça de Queiroz. É mesmo justo dizer que tinha dêles as virtudes sem dêles ter os defeitos.²⁰⁰

Por seu turno, Óscar Lopes, num brevíssimo comentário produzido especificamente em torno do romance *Os Teles de Albergaria*, assinala também esse mesmo epigonismo em algumas características temáticas e estilísticas da obra queiroziana, embora já num tom deveras depreciativo:

*A grande fraqueza desta obra reside precisamente num epigonismo queirosiano que transparece por todos os lados, desde o tom de crítica à beatice provinciana, à educação do menino-prodígio, à estagnação social e intelectual do constitucionalismo monárquico, até à composição narrativa em cenas descritivas do pretérito perfeito, por vezes iniciadas por um “e já...”, indo até às miudezas estilísticas do discurso semidirecto, da ironia, da hipálage (“na largueza gelada do átrio”) e da adjectivação (cavo, fino). É tão flagrante o talento imitativo, que já por este livro se começa a compreender não tenha ido muito mais longe a carreira de ficcionista do autor.*²⁰¹

Para além da coincidência existente com a publicação de *Filhos das Ervas* no ano da morte de Eça, verifica-se ainda que a redacção de *Os Teles de Albergaria* é iniciada em Setembro de 1900, segundo indicação expressa do próprio autor na última página da primeira edição, ou seja, no mês seguinte à sua morte. Este facto leva-nos a concluir que a memória do escritor realista recém-falecido, reavivada através de uma intensa afinidade dialógica com algumas das suas produções literárias e jornalísticas, terá sido, de alguma maneira, fundamental para a elaboração do romance de Malheiro Dias e de alguns aspectos gerais do seu conteúdo, nomeadamente o da crítica à *estagnação social e intelectual do constitucionalismo monárquico*, a que Óscar Lopes, numa apreciação tão negativa, alude.

²⁰⁰ João Gaspar Simões, “Carlos Malheiro Dias”, in *Crítica*, I – A prosa e o romance contemporâneos, 1942, 169. Sublinhado do autor.

²⁰¹ Óscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, I, 1987, 198-199. Sublinhados nossos.

5.2 – O maneirismo de Malheiro Dias

De entre os historiadores e críticos do maneirismo, encontram-se alguns defensores da ideia de que esta forma literária não se restringe apenas a uma delimitação temporal entre uma grande parte do século XVI e o início do século XVII; pelo contrário, pode estar sempre presente entre o fim de uma determinada corrente literária, em declínio, e o nascimento de uma outra, sua sucessora. Citemos o autor alemão Ernest Robert Curtius, introdutor do conceito de maneirismo nos estudos literários em meados do século XX, que defende a sua existência trans-histórica, dando como exemplo concreto a literatura simbolista, situada precisamente entre os finais do século XIX e o início do século XX:

What else is the life work of a James Joyce *but a gigantic manneristic experiment*? The pun is one of its pillars. How much Mannerism there is in Mallarmé, and how closely connected he is with hermetism of contemporary poetry! ²⁰²

Tendo a redacção de *Os Teles de Albergaria* ocorrido já num período de exaustão da fórmula realista e naturalista, e, por conseguinte, num momento de transformação na literatura portuguesa, também ele coincidente com a mudança de século, podemos então arriscar a dizer que estamos diante de uma obra *maneirista*: por um lado, é possível identificarmos um significativo conjunto de características gerais, como, por exemplo, o importante papel atribuído ao destino como motor agente da História, a grande importância atribuída à Ideia, a passividade do sujeito perante o desenrolar da acção, a atitude de desengano e os sentimentos disfóricos patenteados na parte final pelo protagonista em relação a todas as suas grandes ilusões do passado, o *elitismo* de uma minoria cesarista perante a *massificação* da tendência republicana, a acentuada melancolia existente num tempo de crise finissecular, ou ainda a sua ambiguidade final, reflectida na desconcertante percepção do fim de um regime e o início de outro; por outro lado, se entendermos o “[...]”

²⁰² Ernest Robert Curtius, “Mannerism”, in *European Literature and the Latin Middle Ages*, 1979, 301. Sublinhado nosso.

significado quinhentista de *maneira* como uma noção que, em certa medida, antecipa o conceito, mais moderno, de *estilo*, [...]”²⁰³, estamos então perante aquilo a que podemos denominar de processo de imitação *alla maniera* queiroziana, evidenciado tanto na “[...] clareza eficaz do seu estilo e a ironia que avança pelo cepticismo das personagens, [...]”²⁰⁴, como no possível desejo latente de Malheiro Dias emular e superar o seu “mestre”, por quem nutriu sempre – e desde muito cedo – uma profunda admiração, confessada numa crónica que lhe dedica em exclusivo, publicada na revista *Perfis Contemporaneos* em 1896, quatro anos antes da morte do escritor realista:

Desde o primeiro dia que Eça de Queiroz nos aparece *completo e perfeito*, e remonta á primeira vez que o vi com o Conde de Rezende, subindo os Clerigos, no Porto, – tinha eu quinze annos, – a *impressão elevada* que sempre me ficou d'essa alta e magra figura, correcta e simples, caminhando lentamente, com o vidro do monoculo balouçando no peito.²⁰⁵

Malheiro Dias começa por revelar, neste excerto inserido nos parágrafos iniciais do seu texto cronístico, a “impressão elevada” resultante do encontro inesperado com a “alta figura” de Eça, qual visão singular de um herói discreto, e considera-o ainda detentor de “[...] uma obra impar dentro da litteratura de hoje em Portugal, permanecendo elle como o exímio *mestre* do romance [...]”²⁰⁶.

Contudo, o início de um novo parágrafo através de uma conjunção coordenativa adversativa, bem como a inserção de dois pontos de interrogação no mesmo, será talvez uma forma menos directa de colocar umas certas dúvidas em relação à consensual genialidade literária do seu

²⁰³ P. Montani, “Maneira”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, volume 17 – Literatura-Texto, 1989, 135;

²⁰⁴ AA. VV., “Os epigonos”, in Carlos Reis, *História da Literatura Portuguesa*, 5, 2001, 291.

²⁰⁵ Carlos Malheiro Dias, “Eça de Queiroz”, *Perfis Contemporaneos*, XL, 1896, 159. Sublinhado nosso.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*. Sublinhado nosso.

“mestre”, e de dar a entender que, afinal, toda a obra eciana faz já parte de um cânone literário do passado²⁰⁷:

Mas se a sua obra harmonisa physicamente e moralmente com o espirito da epocha, será certo que a sua hora não tenha passado no momento intellectual? Já não estará ella, essa obra suprema, deslocada na ordem do sentimento e da ideia?²⁰⁸

Como se não bastassem estas duas interrogações, claramente inseridas numa estratégia retórica com a finalidade de pôr em causa o verdadeiro valor de Eça no momento literário de fim-de-século, o cronista lança-lhe uma nova crítica acutilante, ao declarar que a representação das personagens feita pelo romancista Émile Zola, pertencente à última fase do romantismo francês e de cuja escola Eça foi grande admirador, é mais completa e perfeita do que a do autor português:

Zola, com todos os seus excessos, é mais humano, e nas suas obras lampejam por vezes almas quando Eça attinge só os corpos.²⁰⁹

Vemos assim que, apesar de todas as adjectivações encomiásticas de “revolucionário”, “magnífico”, “regenerador” e “consagrado”, colocadas nos parágrafos iniciais do texto como forma de revelar o apreço e extremo respeito sentidos pelo mestre oitocentista português, Malheiro Dias acaba por não conseguir *recalcar* o profundo constrangimento em relação à enorme sombra queiroziana, qual complexo de Édipo sentido em relação ao seu *pai romanescos*.

Com base neste critério, podemos, pois, considerar que a presente crónica tem a especial particularidade de revelar já todas as virtualidades de um escritor em início de carreira, ao nível da estruturação de um texto que assenta numa estrutura maneirista: partindo de uma minimização

²⁰⁷ Esta atitude de Malheiro Dias assemelha-se àquela que Eça tinha tido em 1871 (precisamente há 25 anos, considerado o tempo de duração de uma geração), no decorrer das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, onde, ao proferir a sua palestra a propósito do tema “O realismo como nova expressão de arte”, condena a anterior geração romântica, assente no idealismo e o sentimento piegas na literatura, bem como os valores da arte pela arte com uma função social e moralizadora, e defende a adopção da nova escola realista, adequada ao pensamento científico de Taine e de Zola.

²⁰⁸ Carlos Malheiro Dias, “Eça de Queiroz”, *Perfis Contemporaneos*, XL, 1896, 159.

²⁰⁹ Idem, *ibidem*.

peçoal, em que parece resignar-se à sua inferioridade perante o mito gigantesco de Eça, o sujeito acaba por lançar a sua *hybris*, resultante de um desejo “fáustico” de autonomia em relação ao modelo original.

Se este curto ensaio principia com uma recordação do passado, assente na imagem dourada e quase nostálgica que Malheiro Dias guarda de Eça desde os seus verdes anos, termina então sibilamente a apontar para o futuro, com uma ideia-chave em mente – a sua ânsia de atingir a excelência e de superar o modelo “colossal”:

E que importa que o seu drama amanhã *nos não impressione* se ao fundo da sua ironia refulge a sua fê e se *nos restará* sempre a consciência de *termos ido buscar á sua obra de colosso a sede de sermos melhores e mais perfeitos?*²¹⁰

Ainda neste mesmo parágrafo, é notório que a mudança da estrutura de discurso da primeira pessoa do singular para a primeira pessoa do plural não parece significar tanto um apelo retórico do autor, dirigido a todos os representantes da nova geração, no sentido de dar continuidade ao exemplo queiroziano; tratar-se-á, pelo contrário, de um acto de orgulho desmedido através do emprego artificioso do plural majestático: a percepção de como ele próprio possui, de antemão, a competência intelectual e literária para superar o seu mestre.

No fundo e em resumo, esta crónica, elaborada por Malheiro Dias aos 21 anos de idade, é também uma consequência do clássico confronto de gerações, à semelhança de um outro evocado no texto entre Castilho, o “[...] Homero portuguez [...]”²¹¹, e Eça, “[...] o moço que lhe devia herdar a corôa de louros, [...]”²¹².

²¹⁰ Carlos Malheiro Dias, “Eça de Queiroz”, *Perfis Contemporaneos*, XL, 1896, 160. Sublinhado nosso.

²¹¹ Idem, 157.

²¹² Idem, *ibidem*.

5.3 – Os *Maias* como modelo literário

Tendo em atenção a presença de uma componente maneirista que começámos por detectar e dissecar ao longo da crónica do jovem Malheiro Dias sobre Eça, na altura com 51 anos de idade, a intertextualidade maior que pode ser estabelecida entre *Os Teles de Albergaria* e toda a produção do grande mestre do realismo português encontrar-se-á, por certo, no romance *Os Maias*, publicado em 1888. Contudo, pensamos tratar-se, neste caso específico, de uma *imitação diferencial*, expressão que tomamos de empréstimo a Claude-Gilbert Dubois²¹³, e que nos parece bastante adequada à afinidade existente entre as duas obras: ao imitar Eça, o autor da nova geração pretende identificar-se com o seu modelo original; ao diferenciar-se deste, Malheiro Dias define a linha de mudança a partir de certos pormenores da obra do mestre, a observar em seguida.

Em 1880, por altura das celebrações do tricentenário camoniano, vem a lume a terceira versão de *O crime do Padre Amaro*, romance considerado, particularmente pelo seu último capítulo, “[...] um quadro simbólico da auto-suficiência e mediocridade da vida portuguesa dos anos 70;”²¹⁴, e, acrescentemos, de uma boa parte dos anos 80. Com efeito, este retrato queiroziano parece servir de inspiração a Malheiro Dias para os momentos finais de *Os Teles de Albergaria*, cujos sintomas de decadência são também nele descritos, embora já num período finissecular.

Tomemos, como exemplo concreto, a irónica cena final composta por Eça, com as três personalidades medíocres junto ao pedestal da imponente estátua do poeta Camões: o padre Amaro e o cônego Dias, representantes da Igreja, a ladear simbolicamente o conde de Ribamar, representante da classe aristocrática e do Estado. Este breve instante de pessimismo martiniano poderá ser equiparado ao momento em que Teles de Albergaria, do cimo da varanda, se destaca da mediocridade, também

²¹³ Cf. Claude-Gilbert Dubois, *Le maniérisme*, 1979, 28.

²¹⁴ António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 281.

representada por três elementos sociais: os dirigentes republicanos, os militares revoltosos e a classe popular.

No entanto, já a intertextualidade de *Os Teles de Albergaria* em relação à obra-prima de Eça²¹⁵ é bastante maior, sendo muitas das suas características similares às da obra de Malheiro Dias, e detectáveis, à primeira vista, nos seguintes aspectos estruturais e temáticos:

- a obra tem como título principal um apelido de família aristocrática;
- é classificada como um romance de família, uma vez que o seu tema principal gira em torno de três gerações dos Maias, cujos representantes principais são Afonso, Pedro e Carlos;
- após o seu início, o narrador traça, numa analepse que preenche os três primeiros capítulos, uma breve panorâmica sobre os antecedentes da família Maia²¹⁶;
- o tempo de acção estende-se ao longo do século XIX, tendo como limites temporais os primórdios do liberalismo, na década de 20, e 1887, data do regresso de Carlos da sua segunda viagem;
- o tempo diegético nuclear dura cerca de quinze meses, situando-se entre o Outono de 1875 e Janeiro de 1877;
- o espaço principal é o Ramalhete, um antigo palacete em Lisboa;
- Afonso da Maia encarna os grandes valores aristocráticos, por si mantidos durante o período da monarquia liberalista;
- Afonso tinha sido, na sua juventude, um “pedreiro-livre” e “o mais feroz jacobino de Portugal”, vindo, alguns anos mais tarde, a criticar a monarquia constitucional;

²¹⁵ Na edição de 23 de Setembro de 1893, a revista brasileira *A Semana*, dirigida por Max Fleiuss e Valentim Magalhães, ao mesmo tempo que assinala a estreia literária de Malheiro Dias aos 18 anos, com o capítulo de um romance histórico em preparação intitulado *D. Amor*, publica também uma lista dos seis romances em língua portuguesa preferidos pelos seus leitores, da qual três obras são da autoria de Eça, nomeadamente *Os Maias* em primeiro, *O Primo Basílio* em segundo, e *A Relíquia* em quarto lugar (cf. Joaquim Paço d'Arcos, *Carlos Malheiro Dias – Escritor luso-brasileiro*, 1961, 9.).

²¹⁶ Tanto *Os Maias* como *Os Teles de Albergaria* iniciam a sua narrativa *in medias res*, ou seja, num momento já adiantado da acção principal, recuperando os eventos pretéritos através de analepse. Esta mútua característica formal corresponde, no fundo, à ideia hegeliana da obra romanesca como herdeira da epopeia, ou seja, como uma “moderna epopeia burguesa”.

- o casamento de Pedro da Maia com Maria Monforte, filha de um negreiro, cujos valores assentavam na imoralidade e na corrupção, é equivalente à união matrimonial contraída entre Teles de Albergaria e D. Margarida, descendente de “[...] uma raça corrompida de insânias, infestada de criminosos e de devotas.”²¹⁷;
- Maria Eduarda Runa, mulher de Afonso da Maia, é uma católica extremamente devota, e a sua vida é orientada espiritualmente pela mão repressora da classe eclesiástica;
- Pedro da Maia é educado segundo a austera matriz da doutrina católica, à semelhança do que sucede com Luís de Albergaria;
- existe, ao longo da obra, uma crítica tão contundente quanto irónica à mentalidade clerical, tanto por parte de Afonso da Maia, o protagonista, como através da perspectiva do narrador;
- o acaso, uma característica marcadamente clássica, é de grande importância, como se exemplifica através do encontro fortuito de Maria Eduarda com Carlos Eduardo à porta do Hotel Central, em Lisboa;
- o factor da hereditariedade, outro tema de raiz clássica, tem uma influência preponderante no desenrolar da narrativa;
- a sequência final desenvolve-se com o apoio de algumas características da tragédia clássica, tais como a anagnórise, o *pathos* ou o clímax;
- na parte final, Carlos da Maia regressa ao Ramalhete, e contempla a actual decadência da antiga casa de família, agora desabitada;
- no seu final, um reflexo de algumas linhas de força do pessimismo martiniano²¹⁸, encontra-se representada a decadência de uma família

²¹⁷ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 202.

²¹⁸ Nas palavras de João Medina, alusivas à produção literária das décadas de 70 e de 80 do século XIX, esta obra “[...] não tem rival na literatura da Miséria Portuguesa.” (João Medina, “Eça de Queiroz e a miséria portuguesa. Ensaio sobre o pessimismo nacional n'Os Maias”, *Vértice*, XXXII, 1972, 482.). Contudo, em 1888, num artigo redigido para o periódico *Repórter*, e publicado a 29 de Novembro, Oliveira Martins comenta as seguintes palavras em relação a este mesmo romance queiroziano:

A recente publicação dos *Maias*, que são uma caricatura da sociedade portuguesa, e cujo valor literário me não proponho agora a estudar, *acentuou um sintoma que se denunciara já entre nós com outros livros pessimistas.*

aristocrática com tradição, em particular, e simbolizada a sociedade portuguesa em geral²¹⁹;

- tal como a obra de Malheiro Dias, sobretudo no seu último capítulo, faz a representação da “[...] falência do reformismo da *Vida Nova* martiniana como uma catastrófica incompreensão nacional.”²²⁰, também *Os Maias* descrevem o fracasso da geração liberalista, resumido na desoladora expressão dirigida por João da Ega a Carlos da Maia nos instantes finais: “Falhámos a vida, menino!”²²¹.

Por último, a intertextualidade mais interessante a destacar para o presente trabalho foi trazida a lume, de forma indirecta, pelo jornalista João Chagas. Na sua curta introdução à *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, redigida com a finalidade principal de explicar e legitimar a sedição republicana ocorrida uma década antes, a qual serve como pano de fundo na última parte de *Os Teles de Albergaria*, este autor recorre a um curioso episódio pertencente ao capítulo VI do romance de Eça de Queiroz, e inserido no decorrer de um jantar no Hotel Central, em Lisboa. Num determinado momento da refeição, organizada em honra do banqueiro Jacob Cohen, esta personagem exprime a sua opinião sobre o último empréstimo financeiro contraído por Portugal, dando seguidamente a sua “receita” para a ocorrência *indesejada* de uma bancarrota:

Simplesmente isto: manter uma agitação revolucionária constante; nas vésperas de se lançarem os empréstimos haver duzentos maganões decididos que caíssem à pancada na municipal e quebrassem os candeeiros com vivas à República; telegrafar isto em letras bem gordas para os jornais de Paris, de Londres e do Rio

[...] e quem percorre a literatura de hoje, estudando-lhe a significação moral, é forçado a reconhecer o desgosto profundo, a melancolia invencível que por toda esta Europa invadem os que raciocinam, pensam ou sentem a vida, não se limitando a vivê-la à lei da natureza. (J. P. de Oliveira Martins “Pessimismo”, in *Dispersos*, II, 1924, 73, 75-76.).

²¹⁹ “Uma leitura naturalista do romance poderia ver nas debilidades morais de Carlos a repercussão daquela degenerescência da sua “raça” que já angustiara Afonso quando do suicídio do filho e isso teria como pano de fundo uma degradação mais genérica da “raça” portuguesa de que, desde um folhetim de 1867 dedicado a “Lisboa”, Eça insistentemente faz estendal, em quadros depreciativos da vida colectiva lisboeta.” (António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 1996, 879.).

²²⁰ Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, 1973, 317.

²²¹ Eça de Queiroz, *Os Maias*, 1975, 465.

de Janeiro; assustar o brasileiro, e a bancarrota estalava. Somente, como ele disse, isto não convinha a ninguém.²²²

João da Ega manifesta, contudo, a sua discordância, pois uma falência económica generalizada seria a melhor forma de originar uma revolução bastante *desejada*:

Então Ega protestou com veemência. Como não convinha a ninguém? Ora essa! Era justamente o que convinha a todos! À bancarrota seguia-se uma revolução, evidentemente. Um país que vive da “inscrição”, em não lha pagando, agarra no cacete; e procedendo por princípio, ou procedendo apenas por vingança – o primeiro cuidado que tem é varrer a monarquia que lhe representa o “calote”, e com ela o crasso pessoal do constitucionalismo.

[...]

Sem monarquia, sem essa caterva de políticos, sem esse tortulho da “inscrição”, porque tudo desaparecia, estávamos novos em folha, limpos, escarolados, como se nunca tivéssemos servido. E recomeçava-se uma história nova, um outro Portugal, um Portugal sério e inteligente, forte e decente, estudando, pensando, fazendo civilização como outrora...²²³

O curioso diálogo estabelecido entre o banqueiro Cohen e João da Ega, personagem defensora de uma revolução que leve a monarquia portuguesa à sua liquidação definitiva, é uma antecipação, segundo João Chagas, dos factos conducentes ao pronunciamento republicano de 31 de Janeiro de 1891. Neste episódio em particular, a *mimesis* queiroziana acaba por se antecipar aos factos verídicos, ou seja, a verosimilhança literária prevê a ocorrência da própria realidade histórica antes da sua concretização efectiva, cerca de três anos depois:

A Revolta do Porto está toda n'estas palavras. Á bancarota, que ella provocou, não succedeu uma revolução, mas produziu-se uma tão profunda perturbação social que a revolução ficou desde então pendente, [...].²²⁴

Transpondo esta ideia de João Chagas para o romance de Malheiro Dias, parece ser então a partir de uma cena aparentemente insignificante de *Os Maias*, alusiva ao processo de degradação económica em Portugal e

²²² Eça de Queiroz, *Os Maias*, 1975, 112.

²²³ Idem, 112-113.

²²⁴ João Chagas e ex-Tenente Coelho, *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, 1901, IV.

à hipotética sedição republicana daí decorrente, que Malheiro Dias executa o processo maneirista de apropriação do modelo literário original: ampliando um determinado pormenor e colocando-o, de forma estratégica, numa posição de destaque nos momentos derradeiros da sua obra. E não se encontrará também o *clinamen*²²⁵, ou seja, o desvio do autor em relação ao seu precursor, eventualmente na dura crítica ao pensamento de João da Ega e à ironia queiroziana, uma vez que o recomeço de “um Portugal sério e inteligente” nunca poderia ser levado a cabo sem uma participação estável e consensual do tradicional regime monárquico?

²²⁵ Utilizamos aqui um termo empregue por Harold Bloom em *The anxiety of influence*, obra de 1973, onde este autor analisa as possíveis formas de reacção criativa dos autores românticos perante o peso da tradição literária, e que, pensamos, pode ser adaptado à intertextualidade aqui apresentada.

6 – A ambiguidade final

6.1 – Uma dialéctica político-ideológica

A decadência de Portugal, que abrange, num paradoxo justificável, o sonho de uma regeneração, é um *topos* recorrente nas últimas décadas do século XIX, sendo-lhe atribuída uma maior notoriedade por parte de alguns autores “setentistas”²²⁶. É o caso de Antero de Quental, em cuja palestra, integrada nas Conferências Democráticas do Casino e subordinada ao tema “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”, estabelece o início de uma fase de declínio de toda a Península Ibérica com o termo da dinastia de Avis, o período de maior apogeu da nacionalidade portuguesa.

Ainda em pleno período das Conferências do Casino e da Comuna de Paris, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz aludem a um estado de enfraquecimento moral e ideológico que se faz sentir em toda a sociedade portuguesa, provocado pelo desgaste político de duas décadas de Regeneração. O texto inaugural de *As Farpas*, a série de crónicas mensais publicadas em conjunto por estes dois autores até Outubro de 1872, refere-se da seguinte forma à decadência existente nesta altura:

O paiz perdeu a intelligencia e a consciencia moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciencias em debandada, os caracteres corrompidos. A pratica da vida tem por unica direcção a conveniencia. Não ha principio que não seja desmentido. Não ha instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não ha nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens publicos. Alguns agiotas felizes exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e ne inercia. O povo está na miseria. Os serviços publicos são abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas idéas augmenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima a baixo! Toda a vida espiritual, intellectual, parada. O tedio invadiu todas as almas. A mocidade arrasta-se envelhecida das mesas das secretarias para as mesas dos cafés. A

²²⁶ Para um estudo mais aprofundado sobre o tema da decadência na geração de 70, consultar António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980.

ruína económica cresce, cresce, cresce. As quebras succedem-se. O pequeno commercio definha. A industria enfraquece.

[...]

Nós não quizemos ser cúmplices na indiferença universal. E aqui começamos, serenamente, sem injustiça e sem colera, a apontar dia por dia o que poderíamos chamar – o progresso da decadência.²²⁷

Todavia, quando se trata já de obras publicadas entre o final do século XIX e o início do século XX, torna-se incontornável o confronto entre o *topos* da decadência e algumas características do Decadentismo, dada a considerável adesão de muitos autores a este movimento literário nascido na década de 1880 e prolongado até à segunda década do século XX²²⁸. Como exemplos na literatura portuguesa, citemos Raul Brandão, Abel Botelho, cujos aspectos da sua obra estão analisados no capítulo IV desta dissertação, e, obviamente, Carlos Malheiro Dias, não só pela obra em presente análise, mas também por algumas particularidades de relevo encontradas em *Filho das ervas*, de 1900.

Caracterizado estilisticamente por algumas marcas naturalistas e por algum decadentismo finissecular, este romance está centrado numa relação amorosa protagonizada entre Ana, uma costureira pobre, e Manuel, um estudante universitário proveniente de uma família aristocrática em decadência. Pressionado pelos seus fortes preconceitos sociais e familiares, e amargurado pela ilegitimidade deste amor, do qual tinha nascido uma criança que herda algumas das suas degenerescências,

²²⁷ Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, *As Farpas – Chronica mensal da politica, das letras e dos costumes*, 1871, 4-5 e 7.

²²⁸ Charles Baudelaire (1821-1867) é considerado o pioneiro da escola decadentista. Posteriormente, Rimbaud e Mallarmé em França, e Oscar Wilde em Inglaterra, são alguns dos autores que melhor marcam este movimento finissecular.

Para um estudo mais pormenorizado sobre esta corrente literária, consultem-se as seguintes obras:

- Malcolm Bradbury, David Palmer e Ian Fletcher (eds.), *Decadence and the 1890's*, Londres, Arnold, 1979;
- Richard Gilman, *Decadence: The Strange Life of an Epitaph*, Nova Iorque, Farrar, Straus & Giroux, 1979;
- José Carlos Seabra Pereira, *Decadentismo e Simbolismo na poesia portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1975;
- Daniel Pick, *Faces of Degeneration: European Disorder, c. 1848-1918*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1989;
- George Ross Ridge, *The Hero in French Decadent Literature*, Atenas, University of Georgia Press, 1961.

Manuel abandona Ana; consequentemente, esta vem a morrer, vitimada pela tuberculose, qual personagem camiliana de índole ultra-romântica.

O seguinte excerto de um texto de Isabel Pires de Lima, retirado de uma obra onde a autora analisa, numa perspectiva sociológica, o romance *Os Maias*, ajudar-nos-á eventualmente a entender melhor a forma como alguns autores finiseculares, seduzidos pela temática da decadência, se integram, sob determinados aspectos específicos, na escola decadentista:

[...] o grupo dos Vencidos da Vida representa o único momento em que aquela geração ou parte dela assume, ou talvez mais precisamente corporiza, em termos ainda colectivos, o *pessimismo* e a *decadência* em relação ao idealismo intervencionista da juventude, *fechando-se consequentemente num elitismo que já contém em si algumas características do espírito decadentista do fim do século*.²²⁹

Ao lermos esta passagem, não podemos deixar de associar estas mesmas características do grupo dos “Vencidos da Vida” ao “dilacerado pessimismo” e à “angústia negativista”²³⁰ de Teles de Albergaria, factores que também o conduzem a um refúgio elitista na “torre de marfim” no seu solar das Amoreiras. Outras marcas decadentistas estão ainda presentes neste “vencidista”, tais como a inacção, a melancolia, a nostalgia do passado, o desequilíbrio psicológico, a renúncia à ciência positivista, a adesão à psicanálise para a exploração do sonho e do inconsciente, o avolumar das incertezas ou a grande desconfiança em relação ao futuro.

Com efeito, numa primeira leitura de *Os Teles de Albergaria*, é possível detectarmos na sua parte final a presença significativa de um decadentismo finisecular, por toda uma série de características acima apontadas. Contudo, já numa leitura mais atenta desta obra, sentimo-nos perante uma extrema ambiguidade: por um lado, em paralelo com este pensamento decadentista, representado por João Teles de Albergaria e dilatado pela conjuntura social do período histórico em que o final da obra decorre, encontramos uma presença nítida de características positivistas,

²²⁹ Isabel Pires de Lima, *As máscaras do desengano – para uma abordagem sociológica de “Os Maias” de Eça de Queirós*, 1987, 331. Sublinhados nossos.

²³⁰ Cf. José Carlos Seabra Pereira, “Reacção e compromisso no fim-de-século: O primeiro surto de tendências neo-românticas”, *Máthesis*, 5, 1996, 368.

através da crescente inserção de um conjunto de símbolos e de sinais eufóricos que contrariam a primeira tendência; por outro lado, a par da ideologia cesarista, que se destaca como uma das principais mensagens transmitidas ao leitor, sentimos também os indícios da vitória das forças republicanas, como sinal irremediável da mudança dos tempos e da renovação das gerações e das mentalidades.

Observemos, por exemplo, a revolta militar de 31 de Janeiro de 1891, cuja acção pode ser perspectivada sob duas leituras distintas: uma em que, através do olhar desconfiado do protagonista, surge como um monstro apocalíptico portador da desordem social; outra em que, sob o ponto de vista do narrador e sob uma óptica positivista adoptada exclusivamente nos instantes finais, é vista como um deus *ex-machina* provindo de alguma das tragédias de Eurípedes ou de Sófocles, como se pode comprovar com a leitura do excerto seguinte:

Um colossal clamor, vindo do Campo, sobe nos enevoados ares, *como a aclamação de um povo de crentes a uma divindade prestigiosa: [...]*.²³¹

A forma surpreendente de resolver a crise aparentemente insolúvel de Portugal passa, deste modo, pela intervenção inesperada e valorativa de uma divindade redentora chamada República, a qual é trazida ao cair do pano para o palco dos acontecimentos, a fim de aplicar a sua justiça providencial e punir todos os erros e desmandos do regime monárquico. Destaquemos, por isso, o momento simbólico em que Teles de Albergaria, o velho detentor do *saber* acumulado ao longo de décadas de experiência, transmite o protagonismo e a liderança à nova geração, detentora do *poder*, representada por um oficial adolescente de espada²³² em punho, a caminhar decidido e cheio de esperança de conseguir promover a regeneração da pátria portuguesa ao instaurar, pela força das armas, a ideologia republicana. Neste caso, a inserção valorativa do sentimento

²³¹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 208. Sublinhado nosso.

²³² A espada é, desde os tempos mais remotos, um símbolo da virtude, da bravura e da transcendência. Se, por um lado, esta arma nobre, utilizada pelos *bellatores* cristãos, representa o lado negativo, pelo seu aspecto de destruição, por outro, é um elemento de justiça e de redenção.

eufórico desta “criança” no ambiente de decadentismo em que o final do romance se encontra mergulhado é, metonimicamente falando, uma consequência da evolução da ideologia republicana, a qual tem a particularidade de conseguir trazer para a literatura finissecular a marca positivista, já perdida ou em vias de extinção.

Contudo, o melhor símbolo desta ambivalência encontrar-se-á, por certo, no tempo que se faz sentir na madrugada de 31 de Janeiro de 1891: é por entre o nevoeiro, estado transitório e simbolicamente messiânico que medeia a dissolução de algo pertencente ao passado e a germinação de algo por formar em toda a sua plenitude, que João Teles de Albergaria se apercebe da proximidade do fim do velho regime monárquico para dar lugar ao novo ciclo republicano:

*As suas velhas mãos folheiam a obra inútil em que se consumiu a sua existência. Outra obra se estava iniciando ao álgido luar da madrugada, entre o ressoar das armas e os pregões ensurdecedores dos sinos...*²³³

Tal como o *fiat lux* genesíaco a iluminar o céu e as trevas nos primórdios do mundo, assim desponta, na transição da noite para o novo dia, a sedição republicana na alvorada portuense, qual fonte de vida e de conhecimento, qual símbolo de pureza e de regeneração.

Temos, assim, um resumo das duas interpretações possíveis e simultâneas deste romance, a desenvolver seguidamente.

²³³ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 208. Sublinhados nossos.

6.2 – A morte de Teles e da monarquia

Ao longo de muitos séculos, o criacionismo prevaleceu como explicação “oficial” da origem do mundo e da humanidade; esta teoria, concebida a partir do pensamento aristotélico e difundida mais tarde pela Igreja Católica, assenta na ideia de que todas as espécies existentes na natureza – incluindo o próprio ser humano – mantêm, desde a sua origem divina, uma forma imutável. Contudo, no final do século XVIII, o naturalista francês Jean Lamarck vai alterar todo o conhecimento aprioristicamente estabelecido, ao introduzir o evolucionismo, teoria biológica segundo a qual as espécies vivas derivam umas das outras por transformação natural, e cujo princípio será desenvolvido no século seguinte pelo cientista inglês Charles Darwin²³⁴.

De acordo com a teoria biologista, a vida de um ser orgânico baseia-se numa sequência tripartida de génese, desenvolvimento e morte²³⁵. Ora, ao observarmos o romance em questão, encontramos uma correspondência directa com esta linha de pensamento, exemplificada quer através da forma como o mesmo se estrutura, numa divisão global em três partes, quer através da evolução do seu conteúdo, nomeadamente na identificação do seu protagonista com as fases do nascimento, da evolução e da morte lenta da monarquia constitucional. Veja-se, como modelo concreto, o último capítulo da Terceira Parte, onde João de Albergaria, a poucos instantes da sua morte, discorre sobre a origem e a

²³⁴ O princípio darwiniano, que defende a evolução e a preservação das espécies através de um processo de selecção natural dos seres vivos, no qual apenas os mais aptos sobrevivem e se adaptam ao meio-ambiente, encontra-se explicado em pormenor ao longo dos quinze capítulos que constituem a obra *On the Origin of Species by Means of Natural Selection or The Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*, publicada em 1859.

Apesar dos estudos desenvolvidos por Jean Lamarck e Charles Darwin sobre o evolucionismo, foi Herbert Spencer o primeiro autor a abordar este tema, nomeadamente em obras como *The Developmental Hypothesis*, publicada em 1852, *The Principles of Psychology*, publicada em 1855, ou o artigo “Progress: Its Law and Causes”, publicado em *The Westminster Review*, em 1857.

²³⁵ Por vezes, esta sequência vital pode encontrar-se estruturada em quatro partes: génese, desenvolvimento, envelhecimento e morte. No caso específico desta obra, as duas últimas fases estão interligadas.

marcha instável e violenta do liberalismo oitocentista, presente ao longo de sete décadas, como se da sua própria vida se tratasse: o seu nascimento no ano de outorga da Carta Constitucional e a sua infância difícil; a árdua luta travada pela preservação efectiva do liberalismo durante a sua actividade parlamentar e o combate cerrado contra o clericalismo e a beatice, representados respectivamente pelo padre Abílio e pela sua mulher; e, por fim, a sua morte, associada à crise política do sistema constitucionalista e ao estertor do regime monárquico.

Com efeito, o romance de Malheiro Dias pode ser equiparado a um organismo dotado de uma sequência trifásica atrás referida, ao apresentar uma estrutura biológica com vida própria, cujas partes se podem distinguir, na sua essência, através dos ritmos e dos estados de espírito do seu protagonista:

- na Primeira Parte, enquadrada numa sucessão cronológica entre a década de 40 e o princípio da década de 80, assistimos primordialmente à consolidação do liberalismo em Portugal, ao início do período político da Regeneração, à conclusão da licenciatura em Direito de João Teles de Albergaria, à sua eleição como deputado, ao nascimento dos seus dois filhos, e, já para o fim, à conclusão do bacharelato de Joaquim, o seu filho mais velho;
- na Segunda Parte, situada em meados da década de 80, ocorre a morte de Manuel, irmão do protagonista, um acontecimento negativo colocado sensivelmente a meio da obra, que invade os domínios do quotidiano doméstico e funciona, de certo modo, como prenúncio agoiro de um desenlace disfórico;
- a partir do início da Terceira Parte, localizado temporalmente no princípio da década de 90, a narração deixa de apresentar qualquer tipo de registo eufórico, salvo alguma rara excepção, para se enquadrar por inteiro numa corrente de pessimismo e decadência, como se observa pela grande profusão de lexemas de índole disfórica, condensados no mesmo parágrafo:

O cônego Arruda *morrera* de uma congestão, [...]. A flatulenta e octogenária baronesa das Presas *lá estava no cemitério da Atouguia*, [...] O trovejante catarro do morgado da Arca *emudecera para sempre*: cinquenta padres tinham cantado o cantochão espetaculoso do seu *enterro*. [...] *Morrera* o terceiro monarca liberal e outro rei fora aclamado nas cortes. Por toda a parte o comércio e a agricultura *depereciam* [...]. Fora um ano *funesto*, o de 89; e já em 90 começava a liquidação dos grandes erros políticos.²³⁶

A *Bíblia Sagrada* principia com o livro do “Gênesis”, cuja narração inicial se concentra na origem milagrosa do mundo e do ser humano, e termina com o enigmático e ambíguo livro do “Apocalipse”, também denominado da “Revelação”²³⁷, no qual o apóstolo S. João profetiza o final dos tempos, a chegada do dia do juízo final e o início da vida eterna. Em conformidade com esta obra cristã, o romance de Carlos Malheiro Dias apresenta igualmente uma estrutura cíclica similar: o seu tempo de acção tem início num “[...] claro domingo de Julho, [...]”²³⁸, o que, pela força positiva deste momento diurno²³⁹ e solar, nos remete, em termos simbólicos, para uma situação pacífica e aprazível; de seguida orienta-se para a formação e o desenvolvimento da sua família; contudo, o último capítulo, pelo seu enquadramento num ambiente cosmopolita finissecular, decorre já de noite, um espaço “não-cosmizado”²⁴⁰ e símbolo privilegiado da morte, onde os maiores receios se impõem.

Ao longo deste capítulo, vai surgindo então uma série de indícios visíveis de destruição e morte. Por um lado, em termos de espaço exterior, estamos sempre envolvidos, como foi referido anteriormente, pelo tempo nocturno e nevoento da madrugada de 31 de Janeiro de 1891, o qual, ao fazer dissipar a cor e a forma da realidade objectiva, contribui para

²³⁶ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 151. Sublinhado nosso.

²³⁷ O termo “apocalipse”, proveniente do lexema grego *apokalypsis*, significa “revelação”. O “Apocalipse”, o último livro bíblico, é o único a profetizar o destino da humanidade, envolvida numa eterna guerra entre o Bem e o Mal, e a aludir a um lugar onde, após o triunfo do Bem, nunca haverá qualquer pecado ou sofrimento.

²³⁸ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 21.

²³⁹ Em termos simbólicos, o dia – por oposição à noite, indiciadora da morte – corresponde à fase cíclica do nascimento da vida (cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des symboles*, 1982, 542.).

²⁴⁰ Cf. Mircea Eliade, *O sagrado e o profano. A essência das Religiões*, s. d., 76.

intensificar as sensações de opressão e de instabilidade, conducentes à tragédia que, de forma progressiva, se vai instalando; por outro lado, no que diz respeito ao espaço interior, encontramos uma convergência de lexemas nos primeiros parágrafos, através dos quais a área habitacional é caracterizada, a sugerirem a conclusão de um ciclo vital.

Ainda no que diz respeito à descrição do espaço doméstico nas duas primeiras páginas deste capítulo, este acto está distribuído gradativamente – e numa estrutura dedutiva – por três fases, as quais vão passando de um nível físico para um nível psicológico, a fim de acentuar o clímax que ocorrerá, daí a pouco tempo, nesse mesmo local.

Na primeira, há uma descrição panorâmica do estado de abandono e do princípio de degradação material da velha casa da Rua do Almada, detectados durante o percurso das suas várias divisões pela mão do protagonista: “A credência *envelhecera* mais, com os dourados *gastos* e o espelho embaciado de *ferrugem*.”²⁴¹

Seguidamente, a desolação desse espaço físico, onde “[...] tudo se conservava como numa casa habitada por carinhosas *sombras*, no imóvel arranjo de um *sepulcro*.”²⁴², impele o protagonista para as memórias fantasmagóricas da sua infância, ligadas à mãe, D. Teresa, e ao seu pai:

À luz de uma vela, Albergaria andou correndo a casa com o Tomás na noite da chegada, espreitando todos os cantos, arrancando da sombra aqueles cenários da mocidade, perturbado pela sensação de que ao abrir de uma porta *a imagem de D. Teresa* ia surgir, com o cabelo em bandós, a cinta curva e a antiga saia de folhos; ou ia aparecer-lhe, estirado no canapé, *o cadáver do pai*, com as botas enlameadas, a farda rota e o peito em sangue, estendido sobre o capote militar.²⁴³

Por fim, surge o seu sonho, transmutado num enorme pesadelo onde desfilam à sua frente as impressivas memórias do pai, morto em combate, bem como as diversas batalhas sangrentas ocorridas na década de 30 com vista à defesa e consolidação do liberalismo.

²⁴¹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 199.

²⁴² Idem, *ibidem*. Sublinhados nossos.

²⁴³ Idem, *ibidem*. Sublinhados nossos.

Em 1980, Machado Pires refere-se à forma como as figuras de retórica, a construção do discurso histórico, e a tensão dramática em *Os Teles de Albergaria* concorrem para uma “retórica de decadência”²⁴⁴. Na verdade, com o desenvolvimento da narrativa, vão aparecendo outras marcas de decadência, desta vez na forma de confrontação entre dois espaços distintos, já aqui referenciados: no exterior, pela calada da noite, cresce a desordem popular, trazendo consigo a vitalidade do movimento caótico e dos gritos arrebatados de uma multidão revoltada; no interior, mantém-se a acentuada acédia de um indivíduo na sua “[...] imobilidade de fantasma, [...]”²⁴⁵ envolto no silêncio dos seus pensamentos, assistindo imperturbável à ameaça de queda da monarquia, ou então “[...] adormecido, com as mãos nos joelhos, como preparado para morrer.”²⁴⁶.

O final do romance, como Luís Forjaz Trigueiros observa,

[...] apresenta-nos o *declínio interior da personagem* que da sua varanda assiste *com amarga mas lúcida resignação à derrota das suas ilusões* e que a assume num rasgo patético, inesperado mas de lídima credibilidade: [...].²⁴⁷

Com efeito, nos instantes finais, o protagonista desloca-se até à varanda e, ao debruçar-se no peitoril, fica abismado perante os brados emitidos na rua pela turba popular: através da perspectiva proporcionada pelo narrador heterodiegético, vemos apenas uma velha e patética personagem, prestes a ser derrotada pela História, gritando do alto para aquela massa anónima, constituída por gente mais jovem que, na sua ânsia revolucionária, não consegue entender, ou nem sequer ouvir, as suas palavras sábias.

A sublevação militar a que João Teles assiste da varanda da sua casa é, por assim dizer, o derradeiro golpe aplicado nas sólidas convicções adquiridas ao longo de uma vida. Nessa madrugada nevoenta de 31 de Janeiro, a constatação feita pelo protagonista a propósito da decadência

²⁴⁴ Cf. António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 305.

²⁴⁵ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 203.

²⁴⁶ Idem, 204.

²⁴⁷ Luís Forjaz Trigueiros, “Introdução à leitura do romance”, in Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1987, XXXII. Sublinhado nosso.

da monarquia constitucionalista, qual fim natural e incontornável do ciclo vital de um ser orgânico, coincide em simultâneo com a percepção da sua própria decadência, bem como da completa inutilidade da sua obra social; ao tomar conhecimento da nova realidade social e política²⁴⁸, Teles destrói os seus manuscritos, arremessando-os à rua, como se todas as suas ilusões de intervenção pedagógica na sociedade se desvanecessem no preciso instante em que escuta os gritos revolucionários.

No prefácio do romance *The Picture of Dorian Gray*, publicado em 1891, Oscar Wilde advoga a inutilidade da arte, uma importante característica da geração decadentista, e à qual podemos associar os últimos momentos da vida de Teles de Albergaria; a este mesmo propósito, leia-se o parágrafo seguinte, onde Amadeu Carvalho Homem estabelece uma relação paralela entre a atitude desesperada do protagonista e o fracasso da tese monarquista desta obra literária:

Quase poderemos perguntar-nos se o gesto dramático do herói *literário* de Carlos Malheiro Dias, lançando à rua, avassalada pela “populaça” e pela revolução, a sua grande obra *política*, não funcionará como símbolo da impotência *política* da obra *literária* “strictu sensu”.²⁴⁹

O final apocalíptico deste romance, marcado pela morte dramática de Teles durante a arruaça pública, representa simbolicamente o declínio do regime monárquico e a derrota do pensamento do grupo dos “Vencidos da Vida”, cujos membros tiveram sempre em mente privilegiar a “revolução de cima” – obtida pela via pacífica, através da implementação de um conjunto de reformas sociais e económicas inseridas no programa martiniano da “Vida Nova” –, em detrimento da “revolução de baixo”,

²⁴⁸ “Não é a reflexão o que nos impede de agir: é o verdadeiro conhecimento, a visão da verdade horrível, o que anula todos os impulsos, todos os motivos de agir, tanto em Hamlet como no homem dionisiaco. [...] Na consciência da verdade contemplada pela primeira vez, o homem não vê por toda a parte senão o aspecto horrível e absurdo da existência; [...]” (Nietzsche, *A origem da tragédia*, 1988, 69-70. Sublinhado nosso.).

²⁴⁹ Amadeu Carvalho Homem, Recensão crítica a José Carlos Seabra Pereira, “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la Littérature Portugaise. De l’Ultimatum au Régicide”, *Colóquio-Letras*, 74, Julho de 1983, 92. Sublinhados do autor.

efectivada a nível político pela via da violência, com enormes gastos de tempo e de energia.

Ao pensarmos na teoria da evolução das espécies, mencionada no início deste ponto, não deixamos de notar aqui a presença de uma nova geração que desponta nas ruas – a republicana –, que, por ser mais jovem e mais forte, está mais apta a sobreviver. Todavia, não deixamos também de notar que força e juventude não implicam necessariamente a prática do bem; pelo contrário, a esta geração finissecular, representada pelo grupo de militares jovens e inexperientes à frente da revolta republicana de 31 de Janeiro, estão associados todos os sentimentos negativos que nascem com a violência extremada e a maldade.

A complementar esta ideia, observemos ainda o exemplo do antagonismo geracional existente entre os dois irmãos Teles de Albergaria: Joaquim – nascido em 1856 – é o símbolo apolíneo do cidadão exemplar, bem integrado na sociedade activa como político democrata e deputado parlamentar, e regido racionalmente pelo princípio freudiano da realidade; Luís – nascido já em 1875 – apresenta características dionisiacas, através de um conjunto de instintos reprováveis aos olhos da sociedade, como a preguiça, a falsidade, a crueldade, a busca do prazer, um certo tédio perante a vida, uma tendência para o isolamento, bem como uma acentuada propensão para a violência ao mais elevado grau, concretizada através do duplo assassinio do cão e do Barrocas²⁵⁰.

Vemos assim como a geração mais nova, aqui representada tanto em termos colectivos como individuais, está alheada dos grandes valores sociais e humanos, o que equivale a dizer que uma liderança política sem a presença de indivíduos idóneos e sensatos conduz perigosamente ao declínio da sociedade.

²⁵⁰ Em 1886, Robert Louis Stevenson publica a obra *The strange case of Dr. Jeckyll and Mr. Hyde*, cujo tema é a luta do bem contra o mal, e cuja estrutura dual de personagens podemos associar facilmente a Joaquim e a Luís (embora, no caso do romance inglês, estejam ambas concentradas no protagonista): por um lado, encontramos Henry Jekyll, um homem bem constituído, de rosto afável e com a nobre profissão de médico; por outro lado, temos Edward Hyde, um indivíduo de olhar sinistro, com ar repugnante e sem profissão.

6.3 – A decadência à luz do positivismo

No ponto anterior, tivemos oportunidade de identificar, já nos momentos finais de *Os Teles de Albergaria*, a presença de múltiplos indícios decadentistas, característica comumente associada a um tempo finissecular. Neste sentido, parece-nos também adequado assinalarmos alguns outros sinais de decadência existentes na sociedade portuguesa em geral, decorrentes do regime constitucionalista, desta vez com a particularidade de serem devidamente identificados, dissecados e analisados pelo narrador, à luz da ciência positivista. Assim, este ponto incidirá essencialmente sobre a forma como as marcas de positivismo disseminadas pelo romance imprimem uma forte carga negativa ao constitucionalismo monárquico e a tudo o que a ele pode ser associado, em especial a João Teles de Albergaria, o qual, apesar das fortes críticas tecidas em torno do regime instaurado, e na ausência do tão desejado cesarismo, o defende acima de qualquer outro.

No ano lectivo de 1865-66, Manuel Emídio Garcia introduz em Portugal o ensino do positivismo na disciplina de Direito Administrativo, ministrada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Teófilo Braga seguirá os seus passos, aplicando-o ao ensino da Filosofia em 1874, e consolidando-o em 1877, através da publicação da sua obra *Traços Gerais da Filosofia Portuguesa*. Ainda entre 1878 e 1882, Teófilo Braga e Júlio de Matos dirigem a revista portuense *O Positivismo*, a publicação mais representativa do movimento positivista português.

Com base nas teorias filosóficas e científicas de Auguste Comte, Herbert Spencer e Émile Littré, o positivismo vem a revelar-se como uma das características mais importantes da geração de 70, sendo ainda, segundo Fernando Catroga, a “[...] mais poderosa corrente ideológica do Portugal fim-de-século.”²⁵¹

²⁵¹ Fernando Catroga, “A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, *Biblos*, LIII, 1977, 286.

A corroborar esta última afirmação, está o romance de Malheiro Dias. Com efeito, logo a partir do seu *incipit*, ocorrido numa manhã soalheira de Julho, encontramos inúmeras marcas positivistas, tanto na forma de caracterização física e psicológica das personagens principais como nas várias tentativas de explicar alguns dos seus comportamentos mais estranhos, de acordo com o desenvolvimento das mais diversas teorias científicas no momento: o determinismo, por Hippolyte Taine, a degeneração, por Max Nordau, a hereditariedade, por Gregor Mendel, o atavismo, por Cesare Lombroso, ou a psicopatologia, por Jean Etienne Esquirol e Philippe Pinel.

A ciência positivista, que, a partir da década de 70, adquire o estatuto de base ideológica do movimento político republicano²⁵², irá transmitir uma mensagem de imensa esperança no futuro à classe popular e à pequena-burguesia, sendo através de uma crítica aberta ao regime monárquico que prepara ponderadamente a chegada da república. É também neste sentido que, à luz do positivismo, o narrador de *Os Teles de Albergaria* regista a acção específica de uma determinada personagem, descrevendo com pormenor algumas das suas características, a partir das quais lhe permite identificar, dissecar e analisar os indícios da decadência existentes na sociedade portuguesa, destacando, simbolicamente e por antinomia, as “virtudes” da ideologia republicana.

À medida que o desempenho e os caracteres idiossincrásicos das personagens são analisados sob o prisma da teoria positivista, nas suas diversas vertentes científicas, sentimos acentuar-se a queda do regime constitucionalista, representada no romance, ao nível político-ideológico e religioso, pela família aristocrática Teles de Albergaria.

Iniciemos o nosso estudo por uma ordem hierárquica, em termos de protagonismo diegético, concentrando-nos na intrincada personalidade de João Teles de Albergaria, e tentemos aprofundar o estudo do ser

²⁵² Segundo Fernando Catroga, “[...] foi crucial a acção do positivismo na consolidação da unidade doutrinal e consequentemente organizativa do movimento republicano.” (Fernando Catroga, “A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, *Biblos*, LIII, 1977, 293.).

degenerado com o recurso a uma obra científica bastante em voga nos finais do século XIX: *Dégénérescence*, da autoria do cientista húngaro Max Nordau²⁵³; como exemplo mais concreto, recorramos à leitura de uma interessante passagem desta obra, a comprovar devidamente o facto de algumas das características nela descritas já se encontrarem presentes no protagonista ou estarem prestes a ser adquiridas pelo mesmo, através de determinadas atitudes e comportamentos:

C'est ainsi qu'il se met en devoir d'améliorer le monde et imagine pour la félicité du genre humain des *projects* qui se distinguent, sans exceptions, autant par leur ardent amour du prochain et leur sincérité souvent touchante, que par leur absurdité et leur monstrueuse ignorance de toutes les réalités de la vie.²⁵⁴

Com efeito, chamando a si o grande dever de ajudar a sociedade, em consonância com o seu elevado espírito missionário, João tinha vindo a alimentar, ao longo de três décadas, os seus *sonhos altruístas* de regeneração do sistema liberal e de redenção do país, tendo, para esse mesmo efeito, elaborado um *conjunto de projectos* como a *Reforma do Código Civil*, os *Relatórios sobre o Problema Agrário*, a *Reforma do Ensino*, um estudo sobre o Pauperismo, os relatórios e projectos de lei sobre o regime da Beneficência e da Associação, ou a classificação minuciosa da riqueza do solo. No entanto, esta “[...] gigantesca obra de remodelação social, platónica e quimérica.”²⁵⁵, elaborada ao longo de “[...] longos anos vividos no egoísmo do seu sonho, na intimidade dos seus livros, curvado sobre aquela interminável obra de moralista e de filósofo [...]”²⁵⁶, redundava num absoluto fracasso; uma das razões para justificar este trabalho inglório encontrar-se-á, muito provavelmente, no desterro da “torre de marfim” em que o protagonista se foi mantendo ao longo de décadas,

²⁵³ Para uma compreensão mais abrangente do tema da degenerescência, leia-se a sua extensa obra *Dégénérescence* (publicada originalmente em 1892 e 1893 na língua alemã, sob o título *Entartung*). Neste estudo científico, em dois volumes, Max Nordau desvaloriza as obras literárias de determinados autores, tais como Paul Verlaine, Stéphane Mallarmé, Henrik Ibsen ou Leon Tolstoi, ao considerá-los desequilibrados mentais.

²⁵⁴ Max Nordau, *Dégénérescence*, I, 1896, 41. Sublinhado nosso.

²⁵⁵ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 51.

²⁵⁶ Idem, 57.

provocando um *alheamento de toda a realidade social* durante a elaboração dos seus projectos fantasiosos.

Para além deste espírito missionário de “[...] fazer do Estado o regularizador do bem-estar social, o protector meticoloso do bem público”²⁵⁷ por via da concretização de projectos quiméricos, bem como de um prolongado distanciamento da realidade, outras características particulares existentes em João Teles de Albergaria correspondem igualmente às de um ser degenerado, conforme a análise científica de Max Nordau; registemos, como exemplo, a emotividade, o estado de revolta contra uma determinada situação, a ansiedade²⁵⁸, e, já mais para o fim da obra, o desencanto, a passividade, o tédio, o delírio agónico, ou o sentimento fatalista de condenação:

[...] nem todas as teorias de uma família perfeita tinham conseguido que ele deixasse de ser um grande desgraçado e um triste solitário.”²⁵⁹

Tendo em atenção o facto de a teoria exposta por Max Nordau apresentar uma forte influência do cientista italiano Cesare Lombroso²⁶⁰, podemos identificar ainda a esguieira das mãos e o atavismo como outras

²⁵⁷ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 203.

²⁵⁸ Na interpretação de Feliciano Ramos, o romance *Os Teles de Albergaria* é um [...] esquema vivo da crise político-social dos fins do século XIX. O *João de Albergaria* é a encarnação da ansiedade portuguesa, que então como sempre, não se conformava com o crescente declínio de Portugal. (Feliciano Ramos, “A experiência literária de Malheiro Dias como romancista”, in *Estudos de História Literária do Século XX*, 1958, 82. Sublinhado nosso.).

²⁵⁹ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 201.

²⁶⁰ O professor universitário italiano Cesare Lombroso (1835-1909) tornou-se uma figura de destaque, graças às suas investigações nas áreas da antropologia criminal e da caracterologia, as quais tentam estabelecer as diferenças anatómicas, fisiológicas, psicológicas e sociais existentes no ser humano, sugerindo a tendência inata de certos indivíduos para um comportamento criminoso.

Os seus estudos frenológicos – que impuseram um corte epistemológico na área do saber criminal na última década do século XIX, mas que foram perdendo todo o sentido com o avanço da investigação científica nas primeiras décadas do século seguinte – assentam na ideia de que certos criminosos apresentavam evidências físicas de tipo atávico ou hereditário; estas anomalias, que o cientista italiano designou de *stigmata*, seriam detectáveis através das dimensões anormais do crânio e das mandíbulas, das assimetrias no rosto, bem como de outras partes do corpo.

Em 1890, Fialho de Almeida, ao divagar num texto cronístico a propósito de um bandido da Lombardia, faz igualmente referência à obra *L'Uomo Delinquente*, de Cesare Lombroso, publicada em 1876 e reeditada em 1878, facto que revela a influência considerável que este criminologista italiano veio a ter em algumas obras de autores naturalistas portugueses.

características indiciadoras de degeneração. As personagens que melhor preenchem os requisitos do primeiro caso são João Teles de Albergaria – “[...] os cabelos iam-lhe embranquecendo; as longas mãos afilando.”²⁶¹; “As suas emagrecidas mãos [...]”²⁶² – e a sua mulher, D. Margarida: “Magra, pequenina, com mitenes de lã preta nas mãos descarnadas, [...]”²⁶³; “As suas lindas mãos esguias [...]”²⁶⁴

Já o atavismo, isto é, o ressurgimento de uma determinada característica negativa num indivíduo após a sua ausência em gerações anteriores, é identificado pelo protagonista logo a seguir à visão do corpo do Barrocas, encontrado morto e estendido no chão. Por associação de imagens, afloram-lhe à memória os pensamentos mais negativos em torno da barbárie levada a efeito ao longo dos séculos pelo instinto sanguinário do homem, desde os tempos mais remotos até à idade contemporânea; neste seu devaneio, inclui o seu próprio pai no rol de criminosos, deixando subentender, qual amargo e incómodo presságio, a possibilidade de algum outro membro próximo da sua família vir ainda a fazer parte deste bando apologista da violência:

Também o romântico Joaquim Teles, seu pai, com armas na mão, hediondamente matara. Que importa se por um nobre ideal? Matara. E até longe, remontando na árvore do sangue, outros matadores encontraria, luzindo em pelejas, gloriando-se da obra de extermínio – matando. Pela Pátria ou pelo ventre, que importa? Era sempre o mesmo instinto carniceiro. O homem era ainda ontem um animal devastador e cruel, disputando-se, a cutelo de sílex, o despojo de uma rena. O horror ao sangue só principiaria a desenvolver-se passados milenários, ao entrar nas eras remotas, e cada vez mais longínquas, da concórdia e da paz; e todo o espantinho dramático da justiça, numa sociedade que admitia as carnificinas da guerra, não bastava para impedir esse *retrocesso atávico do bárbaro*, eliminando o crime e reservando apenas à natureza o poder de matar.²⁶⁵

Estando o percurso da família Teles de Albergaria em perfeita consonância com a ascensão e queda do regime constitucionalista,

²⁶¹ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 203.

²⁶² Idem, 204.

²⁶³ Idem, 152.

²⁶⁴ Idem, 202.

²⁶⁵ Idem, 173. Sublinhado nosso.

notamos que, apesar do elevado estado de degeneração associado ao protagonista, é através do seu filho Luís que mais se faz notar o declínio desta família e da sociedade portuguesa.

Ao abordar a decadência na perspectiva da história ocidental, o historiador Le Goff recorre a Platão para explicar a sua génese:

Para Platão, a atracção pelo prazer traz o desprezo pelo bem e conduz à corrupção e à desordem, nas técnicas e ofícios, nos costumes e na cidade. A perversão nascida da procura do prazer e, na sua forma mais perigosa, do proveito, conduz a uma “sucessão de regimes decadentes: [...]”²⁶⁶

Com efeito, as características idiossincráticas do filho mais novo de João Teles e de D. Margarida adequam-se na perfeição a esta teoria platónica; desde muito cedo, este “[...] pequeno monstro de maldade, de sensualidade, de depravação, de vício.”²⁶⁷, revela ser possuidor de um instinto extremamente perverso quando, por mero prazer²⁶⁸, afoga um cão. Num determinado momento, a sua descrição fisionómica é processada em traços naturalistas e científicos, concentrando-se especificamente num pormenor frenológico – a deformação do seu crânio, esse tal *stigmata* a que Cesare Lombroso também alude nos seus estudos:

A cabeça rapada à escovinha, como a de um presidiário, mostrava-lhe o crâneo [sic] *bosselado por um parto difícil*.²⁶⁹

Luís apresenta esta anomalia atávica no seu corpo como se transportasse consigo o estigma do pecado original, ficando à partida condicionado pela teoria determinista, segundo a qual o ser humano depende essencialmente de três factores: a sua herança genética, o meio social em que nasce, e a circunstância histórica do momento em que vive. Esta mesma ideia encontra-se reflectida no excerto seguinte:

²⁶⁶ Jacques Le Goff, “Decadência”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, I Memória-História, 1984, 396.

²⁶⁷ João Gaspar Simões, “Sobrevivência do realismo como discurso retórico – Carlos Malheiro Dias (1875-1941)”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 1987, 665.

²⁶⁸ Recordemos, a propósito deste episódio, uma passagem da tragédia *King Lear*, de William Shakespeare, que passamos a citar: “As flies to wanton boys are we to the gods; / They kill us for their sport.” (William Shakespeare, *King Lear*, IV.1, 36-37.).

²⁶⁹ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 104. Sublinhado nosso.

[...] era já um homem, flácido e lívido, com dois palmos de ombros, a mão socrática e a testa pequenina, *representando a descendência do capitão-mor – rebento dessa seiva deletéria que vinha dando ao século celerados, marafonas e beatas.*²⁷⁰

Enrico Ferri, colega de Cesare Lombroso, edita em 1897 a obra *Les Criminels dans l'Art et la Littérature*, na qual estabelece uma classificação bio-sociológica dos criminosos na arte e na literatura, recorrendo, para este efeito, aos estudos de antropologia criminal. William Shakespeare é a fonte primordial dos seus exemplos literários, de cuja produção trágica destaca os seguintes protagonistas: Hamlet é identificado como um criminoso louco, Othello como um criminoso por paixão, e Macbeth *como um criminoso nato*.

À semelhança de Macbeth, Luís de Albergaria encontra-se dominado pela tópica freudiana do Id e orientado invariavelmente pelo princípio do prazer. Este *criminoso nato* despreza os grandes valores do bem e da ordem social, e, mais importante, não possui uma educação laica, através da qual se interioriza a consciência da cidadania e o sentido da justiça; daí que o crime perpetrado por este “[...] produto monstruoso da nevrose epileptica e criminal.”²⁷¹, com a colaboração da pérfida Ana Gangrena, seja uma consequência ingénita da sua natureza²⁷².

O acto delinquente de Luís torna-se, deste modo, uma espécie de “beijo de Judas” dado ao seu pai, ou seja, o grande momento de traição a todo um conjunto de valores morais acerrimamente defendidos pelo protagonista ao longo da sua vida. Em termos intertextuais, parece existir aqui uma certa similaridade com a acção do romance *The strange case of Dr. Jeckill and Mr. Hyde*, publicado por Robert Louis Stevenson em 1886: um homem dominado pelo Super-ego e influenciado sempre pelo seu lado racional, que concebe um ser maligno e perigoso para a sociedade.

²⁷⁰ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 171. Sublinhado nosso.

²⁷¹ Enrico Ferri, *Os Criminosos na Arte e na Litteratura*, 1916, 67.

²⁷² Segundo Enrico Ferri, os criminosos natos

[...] são as victimas das condições de degenerescencia hereditaria, d'anomalias pathologicas (nevrose-criminal) que não se limitam a uma inferioridade biologica – idiotia, loucura, suicidio, etc., - mas que, *sob a pressão do meio se transformam n'uma força anti-social e aggressiva*. (Enrico Ferri, *op. cit.*, idem. Sublinhado nosso.).

Em consequência da transgressão cometida pelo seu filho, João Teles perde a fé no positivismo, a ciência que o tinha feito acreditar num futuro melhor para a colectividade portuguesa, e os sólidos conhecimentos teóricos, toda a erudição livresca apreendida, todas as leituras de textos científicos de Lombroso e de outros autores positivistas não chegaram a ser suficientes para iludir a realidade da decadência de uma família, de um sistema político corrupto e de uma falida sociedade finissecular:

Toda a grande obra de moral e justiça sociais, sonhada pelo seu espírito, não impedira o seu sangue de *gerar um filho criminoso*; nem todas as teorias de uma família perfeita tinham conseguido que ele deixasse de ser um grande desgraçado e um triste solitário.²⁷³

6.4 – “A Portuguesa” como hino republicano

É já nos derradeiros instantes de *Os Teles de Albergaria*, em plena sublevação republicana ocorrida na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, que surge a primeira referência na nossa prosa literária à marcha “A Portuguesa”. Por sua vez, o seu refrão belicoso nunca tinha feito, até àquela data, tanto sentido, pois é a partir desse grandioso acontecimento histórico que este cântico revolucionário passa a estar definitivamente associado ao republicanismo e que surge a denominada “geração activa” republicana, formada por um punhado de homens dispostos a lutar *literalmente* até à morte pela defesa dos seus ideais políticos.

Apesar de a referência à presença factual desta marcha durante a sublevação republicana ser feita em poucos parágrafos, “A Portuguesa” é mais um indispensável elemento narrativo a contribuir para uma inflexão

²⁷³ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 201. Sublinhado nosso.

no crescente sentimento decadentista do final da obra, ao ser portadora de uma mensagem de esperança contra a tese do cesarismo monárquico e da manutenção do *statu quo* político. Neste sentido, impõe-se uma análise mais atenta à função e ao enquadramento desta composição musical no romance de Malheiro Dias.

Criada, à semelhança de muitas outras obras artísticas, no âmbito do sentimento de profunda revolta resultante do Ultimato imposto pela Inglaterra a Portugal em Janeiro de 1890, “A Portuguesa” encontra-se inserida originalmente no final da peça *As cores da bandeira*, produzida em 1890 por Henrique Lopes de Mendonça²⁷⁴, com letra deste mesmo autor e música do luso-alemão Alfredo Keil. Composta originalmente em três estrofes, dividindo-se cada uma delas em duas quadras, seguidas do respectivo refrão, apenas a primeira estância, a seguir transcrita, foi aproveitada para formar a letra do actual Hino Nacional²⁷⁵:

Heróis do mar, nobre povo
Nação valente, imortal
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós
Que há-de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar.
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões²⁷⁶
Marchar, marchar!

²⁷⁴ Para além da autoria da letra do actual hino nacional português, destacamos ainda o romance *Nó cego*, editado em 1905, onde é feita a defesa do divórcio e do casamento civil, duas das principais reivindicações dos republicanos desta altura. Ao nível da produção lírica, há ainda lugar à referência ao seu poema “Os conquistadores do mundo”, escrito em 1878, cuja quarta estrofe é dedicada à França revolucionária, redentora das tiranias do mundo. Contudo, apesar da coincidência destes breves apontamentos literários com a ideologia republicana, o autor era afecto ao regime monárquico.

²⁷⁵ Adoptado em 1911, após a proclamação da República Portuguesa.

²⁷⁶ “Contra os *bretões*” foi a variante adoptada para o quarto verso desta quintilha, ainda como forma de exprimir o verdadeiro ódio aos ingleses.

De fundo saudosista – sem qualquer conotação derrotista ou decadentista – no apelo ao regresso da distante glória lusíada, mas também, e sobretudo, positivista pelo incitamento à continuidade das acções heróicas levadas a cabo pelos portugueses, na sua generalidade e independentemente de uma elevada condição social²⁷⁷, este pequeno texto lírico deixa transparecer a importância da unidade colectiva, dando a possibilidade a qualquer cidadão de se rever no passado épico nacional e poder imaginar-se a contribuir para a tão ansiada quanto adiada regeneração nacional²⁷⁸ e “levantar de novo o esplendor de Portugal”, a fim de integrar a galeria dos grandes heróis, executantes de actos valorosos para orgulho da nação a que pertencem.

A marcha “A Portuguesa” não apresenta, no seu conteúdo, qualquer elemento ou lexema a identificá-la, de imediato, com a ideologia republicana²⁷⁹. Apesar de tudo, a sua vertente positivista, assente nos valores olímpicos da transcendência (“Heróis do mar”, “Nação valente, imortal”, “Levantai hoje de novo”) e na simbologia da luz (“O esplendor de Portugal”), converte-a facilmente ao republicanismo²⁸⁰; Joel Serrão afirma, a este propósito, o seguinte:

Na verdade, *A Portuguesa* (na evocação já longínqua de *A Marselhesa...*) cristaliza, nos belos acordes de Alfredo Keil, a vivência maior da consciência republicana. *O que ela pretende,*

²⁷⁷ Tal como a pluralidade existente na epopeia camoniana *Os Lusíadas*, cujo título remete tanto para a ideia de herói singular, ao assinalar aparentemente apenas os “barões”, como para a de herói colectivo, ao engrandecer o carácter único do povo português.

²⁷⁸ Para um aprofundamento da ideia da regeneração da pátria portuguesa em consequência do Ultimato inglês, leia-se Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, em especial o sub-capítulo “Levanta hoje de novo o esplendor de Portugal” (138-159), alusivo ao tema aqui abordado.

²⁷⁹ Cf. João Medina, “*Oh! a República!...*”. *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, 1990, 199-200.

²⁸⁰ É de salientar que o Hino da Carta, composto pelo próprio rei D. Pedro IV, era o hino oficial português, presente, desde 1834, em todas as comemorações do poder monárquico. Em Março de 1890, o Governo, ao promulgar a “lei das rolhas”, adopta um certo número de medidas repressivas, proibindo especificamente a entoação de “A Portuguesa” (nesta altura, a começar a estar já identificada com o republicanismo), o hino “[...] com que o público de Lisboa, a plenos pulmões, fechava subversivamente os espectáculos [...]” (F. A. Oliveira Martins, *D. Carlos e os Vencidos da Vida*, 1942, 63.).

sobretudo, é uma nova *Regeneração da Pátria*, enxovalhada por falsas e pretensas regenerações anteriores.²⁸¹

Sirvamo-nos de uma obra histórica onde é feita uma curta referência ao momento de introdução desta marcha e da sua execução, a cargo da banda de Infantaria 10, com o acompanhamento vocal do grupo de revoltosos republicanos e a coadjuvação dos imensos populares que os acompanhavam naquela madrugada. Neste sentido, citemos dois pequenos excertos da *Historia de Portugal*, elaborada por Pinheiro Chagas e Barbosa Colen:

O Porto acordára como que por encanto, e estava na rua, embora fosse noite escura. Os sinos da igreja da Lapa tocavam furiosamente a rebate, agitados por mãos nervosas.

[...]

A' frente da columna a musica tocando a *Portuguesa*, hymno patriotico escripto por Alfredo Keil por occasião do *ultimatum*, mas que foi transformado em marcha republicana, o que alguns dissabores trouxe ao seu mallogrado auctor.

Milhares de pessoas seguiam as tropas, cantando a lettra d'esse hymno realmente emotivo.

Todas as janellas dos predios estavam abertas e apinhadas de pessoas, que agitavam lenços, dando vivas á Patria, á Republica e ao Exercito. Dizem os que o viram, que esse cortejo civico-militar foi imponente e impressionante.²⁸²

Desta descrição peculiar, podemos destacar, em primeiro lugar, o importante papel atribuído à marcha “A Portuguesa”, tocada por uma banda a encabeçar a coluna militar para marcar o compasso dos soldados e para lhes incutir coragem, com vista ao acto insurreccional; em segundo lugar, salientemos a recepção apoteótica aos revoltosos feita por milhares de cidadãos portuenses, ao aderirem com vivas e acenos, e com a entoação da marcha revolucionária.

Após um breve resumo da passagem histórica que descreve, de forma precisa e abrangente, o acontecimento em causa, citemos o momento correspondente no texto romanescos de Malheiro Dias:

²⁸¹ Joel Serrão, *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, 1969, 87-88. Sublinhado nosso.

²⁸² M. Pinheiro Chagas e J. Barbosa Colen, *Historia de Portugal*, Complemento – um reinado tragico, 1908, 306-307.

Entre o relinchar dos cavalos, o remoer impaciente dos freios e o raspar das ferraduras nas pedras cornetas doidas cantam a aleluia da revolta, e os ternos de tambores rufam sem compasso e sem paragem. Nos altos prédios escuros e silenciosos vão-se abrindo janelas; luzes surgem através de todas as vidraças. Vultos estremunhados e atônitos debruçam-se pelas varandas.

E a epidémica loucura propaga-se, vai rolando na manhã baça como um magnético fluido. Em frente, numa trapeira, há duas mulheres morenas e em camisa, que batem palmas, como num espectáculo. [...] A banda do 10 de Infantaria avança em duas linhas, estrugindo os acordes de *A Portuguesa*. Um arrepio melancólico de fado perpassa nos andantes triunfais do monótono hino. Os músicos vão balouçando, na ondulante cadência da marcha, como à cabeça florida de um préstito. E passam atrás os ternos dos tambores, agitando as baquetas num frenesi de festa, os capacetes para a nuca, presos sobre o queixo pela correia; e logo corneteiros adolescentes incham as bochechas, soprando um marche-marche descompassado, numa convicção cândida de inocentes.²⁸³

Encontramos, neste excerto, a manutenção da carga eufórica na componente descritiva do narrador, substancialmente enriquecida por um conjunto de informações de índole factual, como é o caso da proveniência da banda militar, ou do destaque dado à juventude e à alegre inocência de grande parte do grupo de revoltosos.

Um importante apontamento histórico também registado é a forma de interpretação deste hino num compasso de fado, estilo musical que influencia a sua composição. Como refere Teixeira Leite,

Três fontes de inspiração concorreram para a boa fortuna da música: *o fado, a canção nacional mais própria para as lamentações do patriotismo ferido; A Marselhesa*, que é o grito por excelência da revolta contra o despotismo ou qualquer outra forma de tirania, e a *Maria da Fonte*, em que vibra o nosso amor pela liberdade.²⁸⁴

A corroborar esta ideia, João Medina afirma também que esta marcha marcial combina o “[...] ímpeto d’*A Marselhesa* de Rouget de Lisle com a cadência melancólica do fado, a tão desistente canção nacional.”²⁸⁵

²⁸³ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 209.

²⁸⁴ Teixeira Leite, *Como nasceu A Portuguesa*, 1978, 28. Sublinhado nosso.

²⁸⁵ João Medina, “Que fazer do chamado “Hino Nacional”? Estudo crítico sobre a letra de Henrique Lopes de Mendonça para o Hino Nacional português”, 1999, 136. Sublinhado nosso.

Ao analisarmos a forma como a “A Portuguesa” é introduzida no romance, bem como a função exercida ao longo da sua curta presença, é fundamental ter em atenção que a última parte desta obra é dominada pelo sentido da audição, ou seja, pelo destaque dado à sonoridade da mais diversa espécie, seja ela ruidosa ou harmoniosa, estridente ou melodiosa; parecendo, à primeira vista, um conjunto de pormenores insignificantes, esta série de referências sonoras acaba por contribuir não só para um avolumar da tensão final como também para transmitir ao leitor um forte e profético indício de que as forças republicanas acabariam, mais cedo ou mais tarde, por sair vitoriosas desta dialéctica político-partidária.

Relembremos que, nos dias melancólicos anteriores a este episódio revolucionário, o protagonista reconstitui, tanto através de sonhos nocturnos como de devaneios diurnos, muitos dos seus traumas de infância, provocados pela ocorrência de inúmeros acontecimentos violentos que tinham marcado, profunda e indelevelmente, a sua vida, e que este, no preciso momento da ocorrência da sublevação republicana, se encontra mergulhado num sonho intenso, onde os mais diversos e violentos factos históricos se entrecruzam.

Teles de Albergaria começa por escutar “[...] um tropear nítido de cavalos [...]”²⁸⁶ e por “[...] ouvir distintamente sinos tocando a rebate entre rumores de mar que enchiam a noite.”²⁸⁷, os desagradáveis ruídos identificados com o início da revolta; por sua vez, à medida que este sonho vai ganhando consistência e se dissolve lentamente no episódio da revolta republicana, emergem todos os seus medos recalcados, como se ele próprio fosse o principal artífice dessa “hidra”, desse monstro adormecido há muito tempo dentro de si mesmo:

Mas há um instante que uma *vozearia confusa* se elevou no âmbito da noite, de mistura com o *badalar ecoante dos sinos*.

Já outros *toques de clarim vibram, imperiosos, nessa linguagem estrídula dos combates, inventada para abafar os*

²⁸⁶ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 205.

²⁸⁷ Idem, *ibidem*.

gemidos dos feridos e atravessar o rumor estralejante das descargas.

*Um relógio de torre bateu devagar as quatro horas. Pelas fendas das janelas nenhuma luz ainda transpirava. Prosseguiram os toques de clarim. Recrudescia o vozear da multidão. Agora, a cada momento, o tropel de cavalos fere as lajes da rua. Às vezes um relincho sobe, com um rumor de espadas sacudidas sobre selins. Os sinos das torres da Lapa ululam sempre, entoando o alarme de uma revolução ou de imensa catástrofe.*²⁸⁸

A conjunção coordenativa adversativa, introduzida no início deste excerto, provoca uma clara mudança de registo descritivo: à calma nocturna, apenas interrompida pelos sinos a marcarem a passagem do tempo, sucede, de forma gradual, uma estranha catadupa de sons agressivos vindos de instrumentos musicais à mistura com um incómodo turbilhão de vozes saídas da multidão, juntamente com o estrépito dos cavalos e o barulho das armas. O hino começa, então, a destacar-se dos restantes ruídos na Rua do Almada, tornando-se cada vez mais nítido:

*Clarins transmitem ordens de marcha e ouve-se a sonoridade ainda abafada de um hino, que bocas de metal estão cantando a meio do confuso rumor das aclamações.*²⁸⁹

Daqui para a frente, a narrativa irá *alternar*²⁹⁰ entre um registo disfórico e uma toada eufórica, como se estivéssemos perante uma medição contínua de forças entre a verosimilhança literária, representada segundo a perspectiva de um Malheiro Dias romancista, e a verdade factual, apresentada por um Malheiro Dias historiador:

*Bandos de garotos, desvairados por aquele brinquedo monstruoso, correm à frente. Uma banda de música vem tocando desordenadamente A Portuguesa. Tambores rufam atrás – e ainda os ríspidos gritos das cornetas varavam o estrépito amplo e solene dos metais, entre o tropear cadenciado dos regimentos, o escoucinar barulhento dos cavalos, os tinidos dos sabres e as vozes roucas dos comandos.*²⁹¹

Esta passagem reflecte uma perspectiva bastante subjectiva, de acordo com o pensamento verosímil do narrador em acumulação com o do

²⁸⁸ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 206-207. Sublinhado nosso.

²⁸⁹ Idem, 208. Sublinhado nosso.

²⁹⁰ Cf. Claude Bremond, *Logique du récit*, 1973, 132-133.

²⁹¹ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 208-209.

protagonista, e os termos aqui presentes, sobretudo ao nível da adjectivação (“desvairados”, “monstruoso”, “ríspidos”, “barulhento”, “roucas”), têm a função essencial de transmitir uma forte sensação de incómodo e de desagrado em relação ao momento caótico provocado pela mole revolucionária e à introdução do republicanismo em Portugal. Por sua vez, poder-se-á identificar nesta passagem uma relação intertextual com as profecias bíblicas do “Apocalipse”: o “escoucinar barulhento dos cavalos” remete-nos para a descrição dos quatro cavalos²⁹², símbolos da ascensão e queda de diversas nações, e “os ríspidos gritos das cornetas” equiparam-se às sete trombetas tocadas pelos anjos²⁹³, cujo som assinala o início de várias calamidades e guerras sangrentas.

Mais adiante, verifica-se uma subtil mudança de registo narrativo, como se o autor do romance, num rebate de consciência, sentisse agora necessidade de se manter fiel à verdade dos factos, ou seja, de reproduzir literariamente tudo o que sucedeu neste episódio histórico:

[...] parece um préstito de triunfo aquela procissão de homens em armas, escoltados pelo povo que canta, acompanhando o hino num clamor orfeónico de vitória:

Heróis do mar, nobre povo... ²⁹⁴

Este curto excerto contém, como se pode observar, uma série de sinais positivos e eufóricos, tais como a comunhão do povo, o sentimento de religiosidade em torno de uma nova ideologia, ou a certeza da vitória final, envolto numa ordem harmoniosa e contida; com efeito, todos os revoltosos, agrupados em torno desse grande sentimento colectivo, cantam “A Portuguesa” em uníssono, ao contrário de João Teles, isolado e incompreendido no alto da sua “torre de marfim”.

A esta dupla sequência descritiva sucede uma outra, que oscila, uma vez mais, entre a imagem negativa do incómodo causado pelos ruídos escutados pelo protagonista e o sentimento positivo da regeneração de Portugal pela via da mudança política:

²⁹² Cf. AA. VV., *A Bíblia Sagrada*, Apocalipse, 6.

²⁹³ Cf. idem, 8-11.

²⁹⁴ Carlos Malheiro Dias, *op. cit.*, 209.

Os soldados berram, embriagados pelo tumulto, aquecidos pela aguardente criminosa dos amotinadores. Grupos entoam sempre em coro *A Portuguesa*; [...] ²⁹⁵

[...] o ressoante coro sobe entre a névoa, entoando o hino, num clamor orfeónico de vitória:

Levantai hoje de novo

O esplendor de Portugal!... ²⁹⁶

Os últimos momentos desta obra, não deixando de apresentar algumas características decadentistas, por todo um conjunto de razões aqui anteriormente aduzidas, revelam-se também apolíneos²⁹⁷, uma vez que a sublevação republicana, ocorrida de madrugada e ao som de uma música triunfal, tem a equivalência simbólica de uma vitória do homem sobre as trevas e da sua emergência para a luz do novo dia. Com efeito, os dois versos da marcha triunfal do republicanismo, colocados estratégica – e ironicamente? – no final da narrativa, parecem substituir um *requiem* fúnebre adequado à memória de João Teles de Albergaria, símbolo emblemático da monarquia constitucional; por outro lado, ousando ir um pouco mais longe na interpretação do final da obra, o dístico que “remata” esta obra romanesca é o eco inconsciente de um narrador “vencidista”, simultaneamente conformado com a queda anunciada do regime monárquico e ansiando pelo cumprimento, em definitivo, dos desígnios da redenção de Portugal por parte dos jovens portadores da nova ideologia.

²⁹⁵ Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, 1999, 209.

²⁹⁶ Idem, 213.

²⁹⁷ Entenda-se aqui também num sentido literal, tendo em atenção o facto de Apolo ser o deus grego e romano da música e do Sol.

7 – Considerações finais

Através da narração das vicissitudes de uma família aristocrática nortenha ao longo de três gerações, o romance *Os Teles de Albergaria*, de Carlos Malheiro Dias, permite-nos compreender uma parcela importante da história do constitucionalismo português, desde o período da sua implantação até aos primórdios da década de 90 do século XIX.

Centrado no seu complexo e simbólico protagonista, em torno do qual gira toda a trama narrativa, esta obra transmite uma visão dialéctica da sociedade portuguesa oitocentista, repercutida por meio de uma série de dualidades, em especial na sua terceira e última parte, “chave de ouro” deste retrato fidedigno de uma grave crise finissecular de valores morais e político-ideológicos; entre elas, destaquemos as dicotomias existentes entre a “revolução de baixo” e a “revolução de cima”, a tradição do monarquismo e a inovação do republicanismo, o fanatismo religioso e o racionalismo laico, a educação e os instintos primários, o liberalismo e o cesarismo, o pensamento aporético e as medidas assertivas de regeneração nacional, o decadentismo e o positivismo, o ser masculino e o ser feminino, ou a tese proudhoniana e a tese hegeliana.

Em relação aos aspectos político-ideológicos, esta obra reveste-se de uma importância extrema na sua relação temática com o pensamento republicano, na medida em que o desfecho da história da vida de João Teles de Albergaria, ocorrido durante a sublevação republicana de 31 de Janeiro de 1891, coincide com a conclusão de um período de crítica ao constitucionalismo monárquico, por parte de um grupo de republicanos doutrinários, e a inauguração de uma nova fase política, formada, a partir daqui, por um conjunto de militantes promotores de um republicanismo activo e beligerante para o assalto final a um sistema político instituído desde a fundação de Portugal. Com efeito, apesar de o autor omitir, como tivemos oportunidade de assinalar, os violentos confrontos entre os elementos da Guarda Municipal do Porto e os militares insurrectos, acontece nesta mesma data o primeiro derramamento de sangue dos

republicanos, circunstância que constitui um marco decisivo na alteração da estratégia política do Partido Republicano Português: a uma via pedagógica e moderada, sucede uma conduta insurreccional e activa.

Dentro deste mesmo contexto, tivemos ainda oportunidade de acompanhar a comunhão de Teles de Albergaria – semelhante à dos membros socialistas deste período – com as mesmas críticas cerradas que enformam o pensamento dos intelectuais republicanos, direccionadas nomeadamente para os problemas sociais e económicos a que a classe política não conseguia – ou, nem sequer, tentava – dar solução ao longo das décadas de “Regeneração” e de rotativismo bipartidário. A divergência profunda entre este “vencidista”, plenamente imbuído de uma filosofia proudhoniana, e os ideólogos republicanos reside, assim, na forma diferenciada de resolução destes problemas: para o primeiro, passa por um regime social implementado de forma pedagógica, ou seja, traduzido numa revolução architectada “a partir de cima”; para os segundos, reside necessariamente numa alteração extrema do regime político, levada a efeito por uma revolução militar, ou seja, “a partir de baixo”.

Partindo deste único pressuposto, poderíamos considerar este romance uma *obra fechada*, cuja mensagem final aponta de forma transparente e inequívoca para uma síntese hegeliana, obtida através da escolha de um cesarismo monárquico²⁹⁸ ou, na sua impossibilidade, da manutenção da monarquia constitucional, com o consequente repúdio da violenta e anárquica ideologia republicana. Com efeito, o narrador deste romance, ao utilizar o seu estatuto *autoritário* para “mostrar” uma história sem dela guardar a *distância* conveniente, produz diversos comentários valorativos sobre alguma acção ou personagem, ou então para tomar partido por determinada ideologia – chegando mesmo a servir-se de um acontecimento histórico violento, ocorrido num passado próximo, para o

²⁹⁸ Apesar das referências pontuais à solução cesarista, o protagonista não partilha da imagem de César descrita, por exemplo, na epopeia camoniana *Os Lusíadas*: a pena e a lança em cada uma das mãos deste imperador romano (cf. Luís de Camões, *Os Lusíadas*, V, 96.) é uma ideia rejeitada em absoluto por Teles de Albergaria, dada a sua preferência pelo debate das ideias e pela preservação da paz a todo o custo.

transformar num *exemplum* – com o propósito específico de apelar à consciência moral e social do leitor, motivando-o a optar politicamente por uma evolução de forma sustentada, ou seja, pela via pacífica e pedagógica.

No entanto, não esquecendo a densidade simbólica desta obra no plano diegético, podemos também considerá-la como tendo sido concebida “sob o signo” de Jano: tal como o antigo rei do Lácio, dotado da dupla faculdade de contemplar o passado e o futuro em simultâneo, Carlos Malheiro Dias é um historiador quando recupera do passado o evento ocorrido na cidade do Porto, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, mas também um profeta ou visionário quando prognostica o futuro próximo da nação, através do acto final do protagonista, que abdica dos seus ideais e morre ao constatar a ascensão vitoriosa da “revolução de baixo”.

Malheiro Dias faz, por assim dizer, uma espécie de transição ideológica entre uma linha “vencidista”, saudosista e conformista, representativa de uma geração que carrega as consequências do fracasso de todos os ideais sonhados na década de 70, e uma linha republicanista, reformadora e assertiva, ligada a uma geração que espera mais do futuro, embora venere o passado da nação a que pertence. Apesar de o final do romance transmitir a temática decadentista do fim-de-século, tendo o seu protagonista como representante primordial desta linha de pensamento, dá-se simultaneamente a apresentação dos valores emergentes do republicanismo, assentes na ideologia positivista: por um lado, através de um evolucionismo darwiniano, segundo o qual as espécies mais adaptadas são as que melhor sobrevivem na sociedade; por outro lado, através de um evolucionismo comteano, onde se pressente o regime republicano como o mais elevado patamar da evolução social.

A narração dos momentos finais da obra torna-se de tal modo engenhosa, ao nível da alternância do regime de focalização, que o mesmo acontecimento histórico chega a desempenhar uma função diversa segundo a óptica pelo qual é perspectivado: apesar de compartilharmos a angústia dramática de João Teles de Albergaria, não deixamos igualmente de aderir à alegria disseminada na rua pelos agentes da revolta

republicana. Tal como num jogo disputado entre forças antagónicas, encontra-se aqui presente uma relação contrastiva entre a melancolia interiorizada do protagonista, o herói singular, e a folia exteriorizada pelos revoltosos, o herói colectivo.

Nesta obra literária, onde gradualmente impera a indefinição em vez da determinação, a indecisão em vez da audácia, ou a parálise em vez da acção, o protagonista é um reflexo paradigmático da encruzilhada de ideias em que o cidadão deste fim-de-século se encontra: ao não conseguir efectuar a desejada *síntese hegeliana*, este “espectador” acaba por optar politicamente pelo *compromisso proudhoniano*, uma espécie de abstenção ideológica: repudia o republicanismo, em virtude da sua intemperança e violência; não aceita o cesarismo monárquico, por não se encontrar ninguém com o perfil adequado para o desempenho de tal cargo; rejeita a política constitucionalista, pelo sucessivo acumular de erros e de vícios; e não pode aplicar o seu programa de reforma social e económica, por incompreensão do público em geral.

Deste modo, uma conclusão possível de extrapolar desta obra característica do oitocentismo finissecular, cuja estrutura assenta, na sua globalidade, numa mimese naturalista, pontuada com impressões finais de decadentismo, é a de que ninguém poderá considerar-se vitorioso: por um lado, a morte de João de Albergaria simboliza, em termos gerais, o fim do sonho de regeneração do liberalismo e da pátria portuguesa através de uma revolução feita a partir “de cima”; por outro lado, apesar de os revoltosos festejarem antecipadamente nas ruas a queda irreversível da monarquia e a implantação do regime republicano, fica a pairar a ideia de que esta será apenas uma vitória da inexperiência, da irresponsabilidade, e do desregramento político e social.

IV

***Próspero Fortuna*, de Abel Botelho:
um romance de tese republicana**

1 – Proêmio sobre um romance político

1.1 – A abordagem política em Abel Botelho

Abel Acácio de Almeida Botelho, de seu nome completo, nasce em 1854 em Tabuaço, e falece em 1917 na cidade de Buenos Aires, onde se encontra ao serviço da República Portuguesa¹. A sua estreia como autor literário ocorre em 1877, com a publicação do soneto “Nunquam” na *Revista Literária*, do Porto; contudo, a maior parte da sua obra é publicada entre 1891 e 1910, as duas datas que, por fortuita mas oportuna coincidência, balizam as delimitações temporais da presente dissertação: os cinco volumes pertencentes ao ciclo romanesco “Patologia Social” - *O Barão de Lavos* (1891), *O Livro de Alda* (1898), *Amanhã* (1901), *Fatal Dilema* (1907), e *Próspero Fortuna* (1910) -, bem como os romances *Mulheres da Beira* (1898), *Sem Remédio* (1900), e *Os Lázaros* (1904)².

Filiado esteticamente na escola naturalista, Abel Botelho revela uma escrita, de certa maneira, inovadora, devido sobretudo à introdução de determinados *topoi* política e socialmente ousados em alguns dos seus romances. Este facto, fundador de muita polémica literária em torno do autor, parece contribuir para que, por relutância ou mero preconceito académico, a maior parte dos historiadores e críticos da literatura relegue a sua obra para o esquecimento ou opte, então, por uma crítica negativa quando à mesma se referem.

Antes de *Amanhã*, o terceiro volume da série romanesca “Patologia Social”, a produção literária de Abel Botelho é praticamente omissa no que diz respeito à temática político-ideológica, não se encontrando qualquer espécie de alusão a uma alternativa segura para a crise generalizada em que Portugal se encontra sob o regime monárquico. Apenas *O Barão de*

¹ Destaque-se ainda a sua actividade como poeta, dramaturgo, jornalista, cronista, Inspector das Belas-Artes, senador, deputado após a implantação da república, e militar de carreira como Oficial do Estado-Maior do Exército.

² Excluindo desta relação literária as diversas peças de teatro e o livro de poemas *Lira Insubmissa* (1885), resta apenas o romance incompleto *Amor Crioulo*, publicado a título póstumo em 1919.

*Lavos*³, romance inaugural daquela série, surge neste contexto como uma pequena excepção. Nesta obra, publicada no ano da sublevação militar ocorrida no Porto, são feitas duas curtas referências ao republicanismo; destaquemos a passagem que descreve um encontro entre o protagonista, D. Sebastião Pires de Castro e Noronha, e o seu amigo Mendonça, numa cervejaria do Bairro Alto, durante o qual o narrador, sensivelmente a meio do capítulo XIII, revela a peculiaridade de aquele local ser o mesmo onde decorriam as reuniões secretas entre os primeiros apoiantes da nova ideologia política em Portugal:

Tinham-se os dois encontrado, Rua Nova da Trindade, naquela vasta cervejaria, toda em azulejo e abóbada, lembrando um refeitório de frades⁴, na qual davam em reunir-se então, das dez à meia-noite, os nossos primeiros republicanos.⁵

Abel Botelho surge identificado como autor republicano em vários textos de obras ensaísticas, histórias da literatura ou enciclopédias generalistas, a partir dos quais retiramos alguns exemplos comprovativos: em 1910, Abel Botelho é eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Círculo de Chaves; juntamente com Columbano Bordalo Pinheiro e João Chagas, assina o relatório da Comissão oficial que adopta, em 1910, a bandeira nacional da República Portuguesa; e à data da sua morte, ocorrida a 24 de Abril de 1917, encontra-se em Buenos Aires, cidade onde presta serviço como Ministro Plenipotenciário dos Negócios Estrangeiros e onde, no início desta década, as suas manobras de influência diplomática tinham levado a Argentina a ser o primeiro estado a reconhecer a República Portuguesa.

De facto, a sua participação activa na sociedade civil e na política portuguesa, a partir de 1910, é uma prova iniludível da sua forte ligação a esta ideologia. Contudo, a sua produção literária em prosa e, já numa

³ Na edição única da revista coimbrã *Bohemia Nova*, lançada a 1 de Fevereiro de 1889, é publicado, pela primeira vez, um excerto deste romance, que apenas virá a lume dois anos mais tarde. A sua primeira edição esgota-se em apenas duas semanas, devido ao polémico e incómodo tema da pederastia, que terá chocado fortemente os meios culturais e sociais do seu tempo.

⁴ O “refeitório de frades” aqui referenciado é a Cervejaria Trindade. Este histórico espaço gastronómico, fundado em 1836, tinha sido, em tempos remotos, o refeitório dos frades do Convento da Santíssima Trindade, no Bairro Alto.

⁵ Abel Botelho, *O Barão de Lavos*, s. d., 290.

escala menor, a sua colaboração jornalística, aparentam revelar um curioso progresso do seu pensamento político, cuja parte final interessará dissecar de forma mais aprofundada, a fim de nos permitir interpretar com maior nitidez a mensagem veiculada em *Próspero Fortuna*, o romance que nos propomos abordar neste capítulo.

Em 1959, Joel Serrão, reflectindo pela primeira vez a propósito da notória transformação política existente na caracterização do espaço social e no delineamento temático entre *Amanhã* e a obra atrás referenciada, questiona-se do seguinte modo: “[...] o caminho do anarquismo ao ideal republicano não terá sido a própria rota de Abel Botelho?”⁶. Com efeito, parece não restar a mínima dúvida de que estes dois romances reflectem a existência de uma acentuada mudança ideológica na mente deste autor ao longo do seu percurso político-social; no entanto, a obra *Amanhã*, apesar de difundir copiosamente o pensamento anarco-sindicalista e o combate das estruturas da Primeira Internacional pela melhoria das condições dos trabalhadores, não apresenta as características necessárias para se integrar na categoria de romance de tese: para além de não defender por inteiro a proposta anarquista, o seu protagonista, com quem – à partida – nos deveríamos identificar por inteiro, não se mantém até ao final como herói exemplar, nem é através dele que extrapolamos alguma mensagem positiva que o seu autor tivesse por intenção transmitir.

Assim, não deixando de concordar com esta associação feita exclusivamente no domínio literário, ousaríamos ir um pouco mais longe, reformulando a pergunta de retórica transcrita no parágrafo anterior, com a introdução de um terceiro elemento na evolução política de Abel Botelho: o caminho do *monarquismo* ao ideal republicano, *com passagem pelo anarquismo*, não terá sido a sua própria rota?

Sem conseguirmos ter uma ideia muito precisa em relação aos momentos temporais de evolução ou de mudança do seu pensamento político, pensamos que Abel Botelho terá começado por se afirmar como um verdadeiro apologista da causa monárquica, pelo menos até ao final do

⁶ Joel Serrão, “Sobre o romance de Júlio Lourenço Pinto e Abel Botelho”, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga*, antologia do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, 1959, 471.

século XIX, a julgar pelo conteúdo de um artigo sobre o rei D. Carlos I, publicado na revista *Perfis Contemporaneos* em 1899.

Apesar de esquecido – ou até mesmo ignorado – pelos críticos e estudiosos da obra abeliana, o artigo “D. Carlos I” é uma peça jornalística fundamental para melhor se compreender aquela que consideramos ser a fase inicial do pensamento político de Abel Botelho⁷, pois apresenta-se como o primeiro indício inquestionável da sua extrema simpatia nutrida tanto em relação ao regime monárquico como em relação ao seu mais destacado representante, a cumprir, à data de publicação deste artigo, o décimo ano de reinado. Logo no início do artigo, Abel Botelho sublinha o seu envaidecimento e honra por ter sido incumbido dessa nobre tarefa de dissertar acerca das características mais assinaláveis deste ilustre varão lusitano, não deixando de manifestar, em simultâneo, o receio enorme de que a sua missão jornalística venha a ser maliciosamente interpretada por alguns sectores sociais como um acto ignóbil de lisonja ou bajulação; referindo-se ao “Senhor D. Carlos” como um *grande do Mundo* e um *poderoso da Terra*, enumera em seguida um conjunto de imensas qualidades, todas inerentes à sua condição inata de monarca e herdadas de uma antiga casa com largas tradições nobiliárquicas:

*Grande, sympathico, impetuoso e forte, com o seu amplo busto firme n'um aprumo de activa magestade, e os seus claros olhos piedosamente temperados de doçura, elle é ao mesmo tempo um pratico e um sentimental, um positivo e um romantico. A' opulencia globulea do sangue corresponde a largueza effusiva do coração. Formigam-lhe nos nervos as energias salutaes da casa de Saboya, dando-lhe tempera á vontade e decisão ao espirito; ao passo que commovidamente lhe deliquesce a alma uma carinhosa onda de sensibilidade, este molle ensopamento, tão portuguez, de ternura, - em que ha a resonancia amorosa do mar e o quente esmaecer do sol deixando as eiras, - e que é feita de bondade e resignação, de suavidade e de tristeza. Generoso e viril, austero e bom. Não é isto?... Cada um que lêr estas palavras, não estará no mesmo momento recordando toda a triumphante multidão de factos que as confirmam?*⁸

⁷ Note-se que, à data da publicação deste artigo, Abel Botelho tinha 45 anos de idade, encontrando-se portanto já numa fase amadurecida da sua vida e da sua escrita.

⁸ Abel Botelho, “D. Carlos I”, *Perfis Contemporaneos*, XLIX, 1899, 193-194. Sublinhados nossos.

Sensivelmente a meio deste texto de imprensa, surge então o mais rasgado elogio, onde o autor superlativa a vocação inata do principal representante brigantino, colocando-o acima dos melhores monarcas existentes à face da Terra, ao referir que

[...] o Senhor D. Carlos limita-se muito sensatamente ao correctissimo exercicio do seu mistér de Rei constitucional. *E isto fal-o elle melhor que os melhores*, [...].⁹

Ao longo das quatro páginas de um texto bastante vago e recheado de proposições circunstanciais, atribuíveis a qualquer outro representante de uma monarquia constitucional, não se vislumbra uma só mácula ou apreciação negativa a destoar no perfil majestoso de D. Carlos, apesar de não lhe ser assinalado um único feito histórico merecedor de destaque.

Numa perspectiva bastante diferente desta, analisemos a atitude de Guerra Junqueiro em relação ao mesmo monarca. Cinco anos antes, ao prefaciар uma obra de homenagem ao dirigente republicano José Falcão, falecido em 1893, Junqueiro alude à grande desilusão generalizada por se terem gorado, em pouco tempo, as grandes expectativas criadas em torno do hipotético cesarismo para os poderes do novo monarca. Ao referir-se ao filho e sucessor de D. Luís, este autor republicano tece fortes críticas, revestidas de uma certa ironia panfletária, à forma como D. Carlos nunca conseguiu impor a sua liderança e o devido respeito ao povo português, revelando-se antes frouxo e cobarde, como é exemplificado com a sua acção no Ultimato de 1890:

Fôra o rei um homem, que a nacionalidade portuguesa se levantaria por encanto.

[...]

Pobre D. Carlos! Que havia de elle dar, - *mediocridade palurdia*, já aos 25 anos atascado no cebo [sic] *dinastico*, nas *banhas brigantinas!* Alma? Bem alma, não; quasi, pequena diferença: lama. Uma inversão de duas letras. Ligeiro lapso, cuja emenda é esta: Viva a republica!

O rei falhara. Nullo, insignificante. Pedir-lhe genio, heroismo, grandeza, sublimidade, o mesmo que pedir astros a uma couve ou raios a uma abóbora.¹⁰

⁹ Abel Botelho, “D. Carlos I”, *Perfis Contemporaneos*, XLIX, 1899, 195. Sublinhado nosso.

¹⁰ Guerra Junqueiro, “Em vez de prefacio (fragmento d’um estudo)”, in AA. VV., *Memoria a José Falcão*, 1894, XIV e XX-XXI. Sublinhados nossos.

De volta ao texto de Abel Botelho, este autor ainda admite, em ressalva final, ter a consciência do “[...] estado de molle decadentismo, de anarchia mansa que hoje subalternisa e afflige a sociedade portugueza, [...].”¹¹; contudo, e apesar de pressentir essa acentuada crise nacional – à qual o rei, pela responsabilidade decorrente do seu cargo constitucional, deveria estar lógica e necessariamente associado –, a verve encomiástica do jornalista é concluída com a sua inteira anuência ao regime monárquico e ao seu principal representante, afirmando que “[...] se elle não fôsse Rei, merecia sê-lo.”¹²

A partir de finais do século XIX, começará a existir uma notória inflexão no pensamento político de Abel Botelho, a qual já se reflecte literariamente, de algum modo, em *O livro de Alda*, em cujo romance “patológico” Gustavo revela uma característica anarquista: enquanto que os responsáveis republicanos aceitam o casamento, desde que o acto civil vigore ao lado do religioso, esta personagem rejeita-o, mostrando uma inclinação maior para o amor livre.

É, no entanto, em *Amanhã* onde se observa uma acentuada politização ao nível do seu conteúdo e onde o seu autor demonstra não só um profundo interesse pela ideologia anarco-sindicalista, em especial na sua facção kropotkiniana, mas também vastos conhecimentos sobre as condições sócio-profissionais da classe operária e sobre as importantes batalhas travadas pela melhoria das mesmas. O tempo de acção deste romance situa-se entre Novembro de 1894 e Junho de 1895, o momento mais alto das celebrações religiosas decorridas em Lisboa, por altura do sétimo centenário de Santo António, e tem como argumento principal a tentativa de implantação do movimento anarquista no seio da classe operária, por influência da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Se procurarmos alguns pontos de convergência com a ideologia republicana nesta obra inaugural do combate anarco-sindicalista, é possível detectá-los nos depoimentos do protagonista Mateus, em três aspectos gerais: é feita uma dura crítica ao estado de decadência da

¹¹ Abel Botelho, “D. Carlos I”, *Perfis Contemporaneos*, XLIX, 1899, 195.

¹² Idem, 195.

sociedade portuguesa, por culpa manifesta do regime monárquico; há um acentuado anticlericalismo, pelo qual a instituição católica se torna um dos seus alvos preferidos; existe uma tendência para a via revolucionária, como solução para suprimir as desigualdades sociais. Contudo, certos fundamentos do socialismo libertário contrariam estas semelhanças, como exemplifica Mateus, o dirigente “evangelista” do operariado: rejeitam-se os valores patrióticos, apenas sentidos pelo egoísmo burguês; luta-se pela construção de uma sociedade libertária, sem Estado nem leis; define-se a monarquia e a república como emanações políticas da classe burguesa, sendo, por isso, regimes socialmente imperfeitos.

Deste modo, pelas escassas referências ao republicanismo, não se justifica incluir neste trabalho uma análise pormenorizada da obra *Amanhã*. Ressalve-se, no entanto, o interesse de ponderar uma futura abordagem da intertextualidade existente entre este romance e *Próspero Fortuna* para compreendermos, de uma forma mais rigorosa, alguns aspectos ideológicos: os pontos de convergência e de divergência entre o socialismo libertário e o republicanismo; a caracterização distinta do ambiente social e das personagens, especialmente entre Mateus e Aires Pinto; o processo similar de transição política de uma geração pacífica e doutrinária para uma geração violenta e activa; a utilização de diversas estratégias retóricas com a finalidade de persuasão; ou até a simbologia do suicídio anti-heróico e egoísta de Mateus no final de *Amanhã*.

Assim, ao restringirmo-nos a *Próspero Fortuna*, e com base num conjunto de noções específicas sobre o romance de tese, procuraremos fazer a sua análise como obra “comprometida”, na qual o autor, tanto através do acto narrativo como da sua personagem preferida, procura estar sempre presente para refutar com violência o regime monárquico e tomar uma posição inequívoca a favor da tese republicana.

1.2 – A recepção da “Patologia Social”

Como foi referido no início deste capítulo, Abel Botelho nunca foi, de uma maneira geral, um autor muito apreciado ou reconhecido pelos críticos literários que manifestaram algum interesse em abordar a sua obra – ou parte dela – ao longo do século XX. Esta constatação dever-se-á, presumivelmente, ao facto de a sua representação literária entrar em conflito com os valores burgueses do oitocentismo finissecular, ao fazer sobressair, numa abordagem frontal e de forma quase obsessiva e doentia, o lado mais recôndito e negativo da sociedade¹³: a extrema e sórdida pobreza do operariado, a prostituição e a pederastia, a decadência e a depravação da classe aristocrática, o arrivismo político-partidário, a relação perversa entre o regime monárquico e a religião oficial do Estado, ou a degradação generalizada da vida portuguesa, assuntos até então mais ou menos ignorados pelos autores da geração de 70 ou silenciados por uma ética puritana que preferia olhar para o lado, como se todos estes problemas sociais não fizessem parte do seu horizonte. Não será, por acaso, este o procedimento do Conde de Ribamar no epílogo de *O crime do padre Amaro*, perante as notícias do fim das convulsões subversivas da Comuna de Paris, em Maio de 1871, num contraste extremo e irónico com as últimas palavras do narrador deste romance queiroziano?

À partida, não é fácil efectuar uma abordagem rigorosa e objectiva dos cinco volumes que constituem a “Patologia Social”. De uma pequena minoria que o conseguiu de forma *assertiva* e com superior qualidade analítica, destaquemos três bons exemplos: no ensaio *A “Patologia social” de Abel Botelho*, publicado em 1961, Massaud Moisés dissecou as

¹³ O mesmo sucede, por exemplo, na Inglaterra deste mesmo período, cuja sociedade vitoriana atravessa uma profunda crise moral e espiritual. Recordemos o caso de Oscar Wilde, considerado por muitos o autor mais representativo da escola decadentista e da teoria da “arte pela arte” – “All art is quite useless” é a expressão com que o autor inglês termina o seu curto prefácio do romance *The Picture of Dorian Gray*, cuja obra, publicada em 1891, apresenta uma visão bastante sarcástica e decadentista da classe aristocrática.

Outro romance paradigmático deste período finissecular é *Dracula* (1897), de Bram Stoker, o qual, através de uma perspectiva psicanalítica, mostra uma sociedade burguesa bastante desequilibrada, cujos membros, por apresentarem traços de desejo recalcado, não são afinal vítimas de qualquer agressão externa, mas unicamente das suas próprias pulsões sexuais.

aberrações patológicas dos seus protagonistas, associando-as à crise generalizada de valores na vida quotidiana de uma sociedade em progressiva decadência; em 1972, João Gaspar Simões publica a *História do Romance português*¹⁴, na qual inclui o capítulo “Abel Botelho – A Agonia do Realismo Naturalista”, onde aborda determinados aspectos da transição deste autor finissecular entre o realismo naturalista e a escola decadentista; por sua vez, o historiador Vítor Neto, no artigo “Abel Botelho – Quadros de Patologia Social”, editado em 2000, considera o ciclo romanesco da “Patologia” uma importante fonte historiográfica para analisar a sociedade portuguesa de finais do século XIX.

Contudo, quando a necessária análise “desapaixonada” da obra abeliana não é feita, existe uma tendência para a apreciar negativamente, como sucede, por exemplo, com os textos da autoria de Castelo Branco Chaves ou de Carlos de Oliveira; no caso do primeiro, salientemos o artigo “Abel Botelho. Notas sobre o espirito romantico da sua obra”, publicado no jornal *A Monarquia – diario integralista da tarde*, em 1921, quatro anos após a morte do romancista.

Neste texto de imprensa, ainda com alguma extensão, Branco Chaves parte de uma pressuposta análise – segundo a indicação explícita do seu título – das características românticas na obra literária de Abel Botelho para tecer uma crítica francamente negativa a todos os seus romances e personagens. Destaquemos, do mesmo, três parágrafos, nos quais se manifesta uma maledicência demolidora, tanto em relação ao modelo de configuração das suas personagens como em relação ao cenário onde as mesmas estão introduzidas; no primeiro deles, o articulista manifesta uma completa repugnância pelo desenvolvimento da acção do barão de Lavos, criticando ainda o elevado grau de incoerência e de inverosimilhança na construção dos protagonistas masculinos de quase todos os volumes da “Patologia Social”:

Exceptuando o barão de Lavos, que é na sua galeria de heroes o que nos aparece com mais unidade psychologica e mais bem constituido pelos episodios que da sua vida o romance

¹⁴ Esta obra voltará a ser impressa em 1987 com algumas actualizações, sob o novo título de *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*.

historia repugnantemente, *todas as figuras centrais masculinas dos seus romances são criações falsíssimas – incoerentes, cheias de lacunas, sem emidade [unidade?], fragmentadas, algumas quasi sem vislumbres de vida: o Matheus do Amanhã, o Heitor do Fatal Dilema, o Prospero Fortuna, que é a criação mais falsa de todos eles, o Gastão do Sem Remedio..., o Conde de Fiães de Os Lazaros.*¹⁵

Após a crítica negativa às personagens masculinas concebidas por Abel Botelho, este autor prossegue num tom idêntico em relação à galeria das suas personagens femininas, cuja caracterização considera ter sido feita ainda com maior falsidade:

São tôdas elas embonecradinhas á moda do romantismo, umas muito bem postinhas para o Ideal outras em atitudes excessivamente desbragadas para o vicio. As primeiras [s]ão autenticas meninas ultra-romanticas que da sua criação nada ficaram a dever ao romancista – as ultimas são o contraste logico d’aquelas – da mesma maneira falsas. Adriana do *Amanhã*, Susana do *Fatal Dilema*, Leonor de os *Lázaros* são figuras que parecem creadas por Lamartine umas, e por Onhet outras.¹⁶

Já no último parágrafo, Castelo Branco Chaves aproveita a sua pretensa “análise literária” da utilização do espaço no romance abeliano para se concentrar em exclusivo na produção de uma espécie de diatribe política contra o autor em questão:

Sem qualidades de Analepto Abel Botelho não estudou a vida num grupo de sociedade portuguesa como não tendo qualidades de psicologo não estudou qualquer character. Para aquilo que os Goncourt exigiam aos romances – documentos no futuro a vida de hoje [sic], os romances de Abel Botelho não servem. *O meio onde ele coloca os seus personagens não existe – ou existe muito diferentemente. Haja em vista aquele imaginario meio operário do Amanhã, aquela falsa sociedade politica e social em que ele colocou o seu Prospera [sic] Fortuna.*¹⁷

Como podemos observar, Branco Chaves critica precisamente os dois romances abelianos onde a temática política e social é bastante acentuada. Na sua argumentação redutora, onde palpitam umas certas repercussões censórias da normatividade platónica ou verneyana, não é minimamente admissível que, sob a superior protecção de um “edénico” e

¹⁵ Castelo Branco Chaves, “Abel Botelho. Notas sobre o espirito romantico da sua obra”, *A Monarquia – diario integralista da tarde*, V, 1069, 30 de Novembro de 1921. Sublinhados nossos.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem. Sublinhado nosso.

saudoso regime monárquico, em vigor até há pouco mais de uma década atrás, a verosimilhança literária possa conceber tais situações miméticas: no caso de *Amanhã*, é questionada a representação naturalista de um grupo social tão vilmente desprezado pela hierarquia política e tão selvaticamente explorado pela classe capitalista; no caso de *Próspero Fortuna*, existe uma discordância categórica em relação à maneira como este autor denuncia os enredos maquiavélicos da política rotativista e como caracteriza a decadência geral do constitucionalismo monárquico.

Após a leitura deste último parágrafo, ficam a pairar algumas dúvidas na nossa mente: desconheceria este crítico a sucessão de grandes injustiças sociais no final do século XIX, e a existência de um fosso profundo a separar a classe capitalista do operariado? Desconheceria ainda a acentuada crise político-económica, relacionada com a falência do sistema parlamentar e do regime monárquico, bem como a má situação económica que Portugal enfrentava, derivada sobretudo de uma gestão inconsciente da administração pública, assente no rotativismo partidário? Ou, pelo contrário, estaria a par de toda esta situação, desejando apenas impor a interdição das obras de Abel Botelho à reprodução da realidade *como ela é*? E será por mera coincidência que os comentários mais inflamados à produção literária do autor *republicano* Abel Botelho provenham de alguém identificado tão profundamente com a ideologia monárquica, como é o caso deste ensaísta e tradutor, conhecido no meio intelectual e político como um acérrimo defensor da restauração da monarquia em Portugal, e em cuja causa esteve bastante empenhado através da colaboração em publicações periódicas como *Acção Realista*, *A Monarquia e Nação Portuguesa*¹⁸?

Citemos, a propósito da necessidade de um trabalho depurado e rigoroso da crítica literária, um excerto de *The craft of fiction*, uma obra teórica publicada curiosamente também em 1921, onde Percy Lubbock aborda a técnica geral da concepção do romance:

¹⁸ Para além das suas diversas colaborações na imprensa, Castelo Branco Chaves combateu ainda ao lado de um grupo de revoltosos que, em 1919, proclamou malogradamente a monarquia em Lisboa e no Porto. Na década de 20, junta-se ao grupo “seareiro”, liderado por António Sérgio, chegando a ser director dos *Cadernos da Seara Nova*.

The business of criticism in the matter of fiction seems clear, at any rate. *There is nothing more that can usefully be said about a novel until we have fastened upon the question of its making and explored it to some purpose.* In all our talk about novels we are hampered and held up by our unfamiliarity with what is called their technical aspect, and that is consequently the aspect to confront.¹⁹

Com efeito, na abordagem analítica de uma determinada obra, seja ela literária ou de qualquer outra espécie de arte, devemos criar, à partida, uma predisposição suficiente para procurar entender a sua estrutura orgânica, e devemos afastar do nosso horizonte pessoal todo o tipo de preconceito ideológico, religioso ou social. Só então, após uma pesquisa profunda e construtiva, ser-nos-á possível emitir alguma opinião *útil* sobre os aspectos técnico-formais subjacentes à sua concepção, e cujo processo, grande parte das vezes, só muito lentamente nos é desvelado²⁰.

Pensamos que grande parte deste rigoroso trabalho metodológico ficou por fazer, tanto por parte de Castelo Branco Chaves, como por alguns outros críticos de Abel Botelho. Observe-se o exemplo de Carlos de Oliveira, um autor francamente reticente em relação à generalidade da obra abeliana; num pequeno artigo redigido no mesmo ano da edição do seu romance *Pequenos Burgueses*²¹, lemos o seguinte comentário:

¹⁹ Percy Lubbock, *The craft of fiction*, 1954, 272. Sublinhado nosso.

²⁰ Percy Lubbock cita, a seguir, os exemplos literários de Jane Austen como boa observadora, de Charles Dickens pela sua capacidade de humor, e de George Eliot pelo seu conhecimento na caracterização das suas personagens rurais:

It is their books, as well as their talents and attainments, that we aspire to see - their books, which we must recreate for ourselves if we are ever to behold them. And in order to recreate them durably there is the one obvious way - *to study the craft, to follow the process, to read constructively.* The practice of this method appears to me at this time of day, I confess, the only interest of the criticism of fiction. It seems vain to expect that discourse upon novelists will contain anything new for us until we have really and clearly and accurately seen their books. (Percy Lubbock, *op. cit.*, 273. Sublinhado nosso.).

²¹ A evolução da escrita de Carlos de Oliveira não nos permite situá-lo numa única corrente literária, já que a sua obra tanto pode ser integrada no neo-realismo, como exemplificam os romances *Casa na duna*, *Alcateia* e *Pequenos burgueses*, publicados na década de 40, como no pós-modernismo, com o seu último romance *Finisterra – paisagem e povoamento*, publicado em 1978.

A propósito da relação entre este romance de Abel Botelho e alguns aspectos da literatura neo-realista, consulte-se *A representação do povo em Amanhã de Abel Botelho e Os Reineiros de Alves Redol*, dissertação de mestrado em Estudos Portugueses apresentada por Sónia Maria Pinheiro Nunes Caeiro à Universidade de Aveiro em 1988, e em cujas obras a autora analisa a forma como os protagonistas,

O autor do *Próspero Fortuna* foi uma *fraca compleição de escritor*; os seus livros atingiram por vezes um *condenável extremismo literário*. E outras coisas mais: a leitura é geralmente *custosa*; o estilo, *empastado*; desenfreada, a procura da justificação estritamente biológica; *de uma clareza notável, as mais evidentes limitações de escola*. Sabe-se tudo isto. Mas a verdade, também, é que o doloroso inventário deste ciclo ganha, aqui e acolá, um extraordinário tom de lúcida compreensão: os podres do meio (que se encontram ainda, a cada passo, nos nossos dias) ressaltam inegavelmente *do atabalhoamento e do desleixo da prosa, apesar de alguma demagogia e tanta figura falsa, apesar da obsecionante, e até ingénua, demonstração clínica das taras*.²²

Sem pôr em causa a notável qualidade romanesca e lírica do escritor Carlos de Oliveira, entendemos ser esta crítica demasiado severa. Por um lado, desaprova o “extremismo literário” do autor, sem especificar se o mesmo se situa num nível temático ou linguístico; por outro lado, o único aspecto valorizado reside na forma de descrição dos “podres do meio”. Contudo, ficamos sem saber se esta última expressão diz mais respeito à denúncia das diferenças sociais e das aviltantes condições de vida do operariado, aos jogos de bastidores na luta pelo poder dos partidos políticos envolvidos no sistema rotativista, ou à degradação da sociedade portuguesa, especialmente da classe aristocrática.

A rematar o texto, Carlos de Oliveira considera ainda Abel Botelho

[...] um autor dificilmente legível; acrescento agora que lhe faltavam qualidades de efabulador, poder de sugestão, que *a muito custo se poderá considerar um artista*.²³

Apesar de reconhecer a sua preocupação sincera e nobre pelos “[...] problemas mais concretos do homem, o seu interesse verdadeiro pela desgraça e o afundamento de uma pátria.”²⁴, Carlos de Oliveira dá a entender que este autor não tem a qualidade necessária para *efabular*²⁵,

pertencentes à classe popular, lutam por uma sociedade mais justa, através de um regime político diferente.

²² Carlos de Oliveira, “Abel Botelho”, in João Gaspar Simões (dir.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, II, 1948, 361. Sublinhados nossos.

²³ Carlos de Oliveira, *idem*, 363. Sublinhado nosso.

²⁴ *Idem*, *ibidem*.

²⁵ Efabular é, segundo o *Dicionário de narratologia*, reconstituir o “[...] material pré-literário que vai ser elaborado e transformado em intriga, estrutura compositiva já especificamente literária.” (Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., 1990, 151).

sustentando ainda que “[...] a pena *demasiado frágil* de Abel Botelho [...]”²⁶ acaba por se revelar incapaz de conceber uma obra literária de qualidade, a partir deste conjunto negativo de características.

Esta crítica à obra abeliana recorda-nos uma outra produzida sobre a literatura neo-realista, onde, segundo certos críticos, a produção literária inicial de Carlos de Oliveira também está filiada. Ao empenhar-se numa “aguerrida batalha pelo conteúdo em literatura”, a que Alves Redol alude no prefácio à 6ª edição do seu romance *Gaibéus*, o neo-realismo é acusado pelo movimento “presencista” de ter um papel puramente panfletário, em detrimento do aspecto formal e da arte-pela-arte. Contudo, a abordagem ao real feita na obra neo-realista visa a consciencialização e a denúncia das injustiças sociais e da alienação do ser humano como parte da engrenagem capitalista. Querendo afirmar a incompatibilidade da arte em si mesma com o empenhamento do escritor, sustenta ainda Alves Redol, na epígrafe inserida em *Gaibéus*, obra publicada em 1939:

Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso, será o que os outros entenderem.”²⁷

Já em 1959, Joel Serrão assinala uma forte discrepância na qualidade estética do conjunto romanesco abeliano, apesar de confessar ter uma percepção pouco nítida do mesmo e de reconhecer a devida importância de um aprofundamento do seu estudo:

Ao longo da obra do autor de *Amanhã* são mais patentes quer os defeitos quer as qualidades, quer os baixos quer os altos num acervo por vezes inextricável de bom e de medíocre onde não raro se depara, ao lado do mais evidente mau gosto, uma página ou uma cena empolgantes e fundas. Por isso, após a leitura atenta dos cinco grossos tomos da *Patologia Social* e dos romances fora da série, não se percebe com clareza a estatura do escritor e o valor da sua porfiada tentativa romanesca. Um acervo é o que nos fica. Acervo que tão apaixonante seria tentar deslindar...”²⁸

Referimo-nos já anteriormente ao importante trabalho de investigação da obra de Abel Botelho desenvolvido por Massaud Moisés.

²⁶ Carlos de Oliveira, “Abel Botelho”, in João Gaspar Simões (dir.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, II, 1948, 364.

²⁷ Alves Redol, *Gaibéus*, 1989, 31.

²⁸ Joel Serrão, “Sobre o romance de Júlio Lourenço Pinto e Abel Botelho”, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga*, antologia do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, 1959, 469.

Detenhamo-nos, contudo, numa determinada passagem do seu ensaio, onde este docente da Universidade de São Paulo considera que a investigação “patológica” feita pelo autor à sociedade portuguesa trata mais de casos particulares do que de grupos sociais²⁹, adiantando ainda que este estudo “[...] não ultrapassa o campo do diagnóstico, isto é, o romancista não arrisca pôr em relêvo qualquer solução para a crise.”³⁰

Não deixando de aceitar estes dois diferenciados e controversos postulados, entendemos todavia que a “patologia” literária de Abel Botelho não deve ser interpretada de uma maneira tão generalizada, uma vez que os factores aqui mencionados podem variar em cada obra ou consoante o nível de focalização atribuído quer a uma determinada personagem pertencente a um grupo social específico, quer a uma outra personagem que não necessita necessariamente de nele se inserir. Com efeito, é o próprio autor que confirma, no prólogo da segunda edição de *O Barão de Lavos*, a sua maior atenção dada a indivíduos cujas faculdades de sentimento, de pensamento e de acção se encontram em desequilíbrio:

Quando o valor de todas três é igual, ou pelo menos equivalente, no modalismo orgânico *de um indivíduo*, este realiza o tipo fisiológico banal, sem interesse para o meu ponto de vista. O predomínio, porém, de qualquer dessas faculdades, no doseamento de um carácter, origina desequilíbrios, aberrações e anormalismos patológicos, os quais fazem *o objecto dos estudos desta minha série de romances*.³¹

Vejamos ainda como a dicotomia vivencial das personagens entre o factor individual e o colectivo funciona nos seus dois romances políticos: em *Amanhã*, Mateus pode ser considerado um modelo específico, tanto pela dificuldade de o integrar num agrupamento social como pelo seu estatuto patológico de “degenerado superior”³²; Próspero Fortuna, apesar de ostentar esse mesmo estatuto, pode ser considerado um arrivista comum, ou seja, o paradigma perfeito da maquinação político-partidária, da subserviência e do oportunismo primário de um conjunto de indivíduos infiltrados no meio político como forma de ascensão fácil na sociedade.

²⁹ Cf. Massaud Moisés, *A “Patologia social” de Abel Botelho*, 1961, 22.

³⁰ Idem, 76.

³¹ Abel Botelho, *O Barão de Lavos*, s. d., 7. Sublinhados nossos.

³² Cf. Massaud Moisés, *op. cit.*, 24.

O mesmo sucede quando se trata da apresentação de soluções viáveis para a saída da crise. No primeiro romance, o final é omissivo em relação ao caminho a seguir no futuro, acabando mesmo por contrariar o nosso horizonte de expectativa, criado a partir do próprio título; no segundo, não resta a mínima dúvida de que a sua intriga e o seu desfecho deixam uma indicação clara da opção política a seguir: a solvência da crise social portuguesa – sugerida pelo autor através da sua personagem preferida (a qual também Massaud Moisés descreve erroneamente como apologista do socialismo utópico³³) passa pela implantação necessária e urgente do regime republicano.

Outro exemplo de tresleitura da obra abeliana parte de Maria Emília Vaz Pacheco, quando afirma, por sua vez, que o regime monárquico

[...] é posto em causa, quer quando é feita a apologia da vida rural, no confronto cidade/campo, quer quando é a ideologia política republicana que aparece codificada na actuação pretensamente íntegra de personagens/símbolos, confessadamente partidários do novo regime – como é o caso *dos romances* de Abel Botelho.³⁴

Sem nos alongarmos em grandes e complexas exegeses em torno deste excerto, consideramos apenas que, no caso dos dois romances “políticos” do autor em que o regime instituído é posto em causa, não há qualquer espécie de defesa da vida bucólica em detrimento do espaço urbano; por outro lado, apenas *Próspero Fortuna* contém uma personagem “confessadamente partidária” da nova ideologia republicana.

Por último, Óscar Lopes, quando se refere ao protagonismo dado por Abel Botelho aos temas da depravação e da decadência, patenteados tanto em *O livro de Alda*, o segundo volume da série “Patologia Social”, como nalgumas outras obras suas, tece o seguinte comentário:

[...] todo o encarecimento da “supernal ventura”, dos êxtases viciosos insertos em *O livro de Alda* como noutros

³³ Cf. Massaud Moisés, *A “Patologia social” de Abel Botelho*, 1961, 38.

³⁴ Maria Emília Vaz Pacheco, “Para uma teoria ideológica do naturalismo: significado da literatura naturalista na elaboração da expressão oitocentista em Portugal”, in AA. VV., *Romantismo – figuras e factos da época de D. Fernando II*, 1988, 356-357. Sublinhado nosso.

romances – é, em Abel Botelho, todo ele feito de má literatura, por isso pornográfica, [...].³⁵

Quanto a esta passagem, também reveladora de uma leitura pouco reflectida da obra abeliana, ao invés de fazermos equivaler a literatura “pornográfica” a um conceito negativo, optaríamos antes por procurar entendê-la no sentido baudrillardiano, ou seja, como uma literatura que, à semelhança da estética do olhar ocidental, tem o propósito de afastar todas as ambiguidades e aparências do mundo, e de tornar claramente visíveis todos os sujeitos e objectos por si representados. Pensamos ser esta a perspectiva da representação literária em Abel Botelho, em colisão ideológica com a normatividade da moral burguesa: transmitir uma perspectiva despudorada da realidade social, numa perscrutação contínua do espaço privado.

Assim, a análise em profundidade ao romance político *Próspero Fortuna*, proposta nesta dissertação, adequa-se também à tentativa de contribuir um pouco para a sua merecida reabilitação, esclarecendo alguns equívocos criados indevidamente, por preconceito ou tresleitura, em torno da obra de Abel Botelho.

1.3 – A recepção de *Próspero Fortuna*

O quinto e último volume da série romanesca “Patologia social”, publicado no ano da implantação da República em Portugal, tem um tempo de acção de aproximadamente três anos e encontra-se demarcado por uma sequência cronológica de importantes acontecimentos históricos ocorridos entre o Outono de 1889 e Fevereiro de 1893, um período de crescente e profunda crise nacional. Ao longo de uma narrativa onde os

³⁵ Óscar Lopes, *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, I, Lisboa, 1987, 170.

factos da História se articulam com os da ficção, é-nos proporcionado assistir às seguintes representações: os derradeiros momentos de vida do rei D. Luís, a subida ao trono de D. Carlos, a proclamação da República no Brasil, o Ultimato apresentado pela Inglaterra ao Governo português, a sedição republicana de 1891, e, como acme desta sequência histórica, o regresso ao poder do Partido Regenerador em 1893, a assinalar o reinício do sistema partidário rotativista.

O começo desta obra está concentrado na acção de Próspero Fortuna, um simples bacharel em Direito que exerce a sua actividade profissional na Régua, a sua terra natal, e que, por sua vez, é casado com Maria Luísa, rapariga oriunda de uma família pequeno-burguesa, com escassos recursos financeiros. Durante a inauguração oficial da linha férrea do Douro, é feito um rasgado elogio aos seus dotes oratórios; a partir daí, o protagonista transmuntano desenvolve um desmesurado grau de ambição e, movido pelo seu ingénito excesso de vontade e por uma sede de poder, lança a si mesmo o desafio de se mudar para a capital a fim de procurar ascender na sociedade através da arregimentação partidária, e obter, a qualquer preço, uma nomeação para deputado parlamentar ou, de preferência, para um cargo ministeriável.

Em curtas linhas, é este o ponto de partida de *Próspero Fortuna*. De estrutura simples e com escassas personagens, este romance pode ser visto como uma “sátira política”³⁶ concebida com o específico intento de representar e denunciar o “[...] manso abandalhamento habitual da atmosfera política [...]”³⁷, provocado por uma corrupção grassante entre membros parlamentares e da Corte, estadistas e governantes portugueses, apanhados em inúmeros escândalos políticos e financeiros, o motivo da decadência de Portugal em finais do século XIX.

Em termos ideológicos, o romance parece reflectir o percurso final do pensamento político de Abel Botelho e confirmar a sua preferência pela “questão política”: por um lado, localiza a acção da obra entre o fim da segunda fase do republicanismo, de feição doutrinária e eleitoralista, e os

³⁶ Cf. Justino Mendes de Almeida, “Abel Botelho – esboço biobibliográfico e estudo linguístico”, in Abel Botelho, *Obras*, I, 1979, XXXVIII.

³⁷ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 251.

primórdios da sua terceira fase, de tendência insurreccional e activa; por outro lado, pretende transmitir a ideia de que a queda da monarquia e a implantação da república são dois episódios históricos indispensáveis para inverter a situação negativa da nação portuguesa.

Conforme já tivemos oportunidade de assinalar no ponto anterior, referente à recepção geral do ciclo romanesco da “Patologia Social”, Massaud Moisés foi um dos ensaístas literários que maior notoriedade deu aos cinco volumes que o constituem. No prefácio ao seu trabalho pioneiro sobre o conteúdo desse conjunto de obras finiseculares, este autor brasileiro atribui-lhe a particular designação de literatura comprometida para com a sociedade do seu tempo³⁸, sendo ainda merecedora de registo a circunstância de ser o primeiro a classificar *Próspero Fortuna* na categoria específica de romance de tese³⁹. Contudo, esta ideia não é devidamente desenvolvida, ficando circunscrita apenas a uma curta e ambígua identificação do romance com a ideologia republicana:

Abel Botelho introduz em *Próspero Fortuna* o problema do republicanismo, que não se desligava do ambiente político examinado no romance, no conjunto a refletir o panorama mental da época.”⁴⁰

Por sua vez, no final do ensaio parece não só ficar esquecida a anterior referência ao *engagement* do autor, como é inclusive ignorada essa mesma opção política, defendida inúmeras vezes ao longo deste romance, quer através das intervenções orais e escritas da personagem Aires Pinto, quer através do regime de focalização adoptado pelo sujeito de enunciação em relação à diegese narrada. Deste modo, Massaud Moisés encerra o seu texto com a afirmação algo injusta e pouco feliz de que a análise patológica feita à sociedade nas obras de Abel Botelho “[...] não ultrapassa o campo do diagnóstico, isto é, o romancista não arrisca pôr em relêvo qualquer solução para a crise.”⁴¹

³⁸ Cf. Massaud Moisés, *A “Patologia social” de Abel Botelho*, 1961, 9.

³⁹ Cf. *idem*, 35.

⁴⁰ *Idem*, 40.

⁴¹ *Idem*, 76.

Uma década mais tarde, na *História do Romance português*⁴², João Gaspar Simões considera *Próspero Fortuna* o romance mais representativo das teses defendidas por Abel Botelho⁴³; contudo, as justificações aduzidas perante tal afirmação lacónica parecem revelar-se não só desenquadradas como insuficientes:

Romance de costumes, sátira quase grotesca às maquinações dos políticos do final da Monarquia, eis um quadro de costumes cujo fulcro é a ambição de um homem que não move um dedo nem pronuncia uma palavra que não seja *pensadamente*.⁴⁴

Em 1978, Joel Serrão nomeia quatro romances publicados durante as últimas décadas do regime monárquico que, no seu entender, se encontram em sintonia com a “[...] actuação doutrinária que, sem dúvida alguma, é a do Partido Republicano.”⁴⁵: *Os ministros do Senhor Moura*, de Artur Lobo de Ávila, *O Sallustio Nogueira*, de Teixeira de Queiroz, *Um homem indispensável*, de Júlio Lourenço Pinto, todos editados no princípio da década de 80, e *Próspero Fortuna*, de Abel Botelho, publicado em 1910. Segundo este autor, o denominador comum destas quatro obras é serem transmissoras evidentes de propaganda republicana e terem o propósito exclusivo de fazer “[...] desacreditar e demolir a estrutura política monárquico-liberal.”⁴⁶

Duas décadas atrás, este mesmo autor tinha já apresentado uma concepção bastante negativa de *O Sallustio Nogueira*, de Teixeira de Queiroz, bem como de *Amanhã*, de Abel Botelho, dois exemplos, segundo o ensaísta, de obras de autores naturalistas confessamente republicanos onde o tema da classe popular é abordado em profundidade:

Nessas e noutras tentativas romanescas, aliás *de discutível interesse literário*, as figuras e os temas populares são tratados mais com simpatia de escola, não isenta de demagogia, do que com autêntica perscrutação das vivências dos camponeses ou dos

⁴² Esta obra, publicada em 1972, voltará a ser impressa em 1987 com algumas actualizações e pequenas alterações, sob o novo título de *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*.

⁴³ Cf. João Gaspar Simões, “Abel Botelho – A Agonia do Realismo Naturalista”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., 1987, 641.

⁴⁴ Idem, 641. Sublinhado do autor.

⁴⁵ Joel Serrão, “Sobre o apogeu e o declínio do romance naturalista”, in *Temas oitocentistas*, II, 1978, 80.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

operários, elevados a personagens. Dir-se-ia que *por aí é possível apreender algumas das características dos objectivos da propaganda republicana, dirigida ao povo, sem dúvida alguma*, mas tendo em vista “outra coisa” de contornos difusos.⁴⁷

Apesar de *O Sallustio Nogueira*, publicado em 1883, não ser considerado como objecto de estudo na nossa dissertação, dado, ao contrário da ideia de Joel Serrão, não lhe encontrarmos grande “sintonia” com as linhas de actuação dos ideólogos republicanos, não podemos deixar de lhe fazer algumas referências pela relação de contiguidade mantida, *nalguns aspectos narrativos*, não com *Amanhã*, mas com *Próspero Fortuna*: ao começarmos pela análise do título, um elemento paratextual do romance, surge a identificação do seu protagonista, através do nome próprio e apelido, respectivamente distribuídos por dois lexemas simétricos; quanto ao seu enredo, ambos narram a história de um bacharel transmuntano que deseja ascender na sociedade a todo o custo, ambicionando ter um cargo ministerial, facto que vem a concretizar-se após a sua mudança para Lisboa e a consequente renúncia a todos os seus princípios morais.

Próspero Fortuna aborda, ainda num íntimo paralelo intertextual com o enredo de *O Sallustio Nogueira*, a hipocrisia, a demagogia e, sobretudo, o arrivismo político, “[...] tema predilecto dos nossos naturalistas republicanos [...]”⁴⁸, e condensa todas estas características negativas num protagonista “maquiavélico” sem o mínimo de escrúpulos em servir-se de todos os meios possíveis para atingir os seus fins. Apesar do republicanismo assumido por Teixeira de Queiroz durante as mais diversas actividades político-partidárias desenvolvidas antes da revolução de 5 de Outubro⁴⁹, consideramos que *O Sallustio Nogueira* se restringe a

⁴⁷ Joel Serrão, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, III, 1959, 467-468. Sublinhados nossos.

⁴⁸ Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, 1973, 408.

⁴⁹ Francisco Teixeira de Queiroz (1848-1919), apesar de ter sido pastor entre os dez e os dezasseis anos, teve a sorte de poder estudar em Coimbra e de se formar no curso de Medicina. Na década de 70, colabora no jornal *Democracia*, fundado por Elias Garcia, onde adquire uma forte consciência política. Em meados da década de 80, é já um membro activo do Partido Republicano Português, sendo deputado por este partido nas eleições legislativas de 1893.

Após o 5 de Outubro de 1910, Teixeira de Queiroz prossegue a sua carreira política como deputado parlamentar e como ministro.

uma crítica corrosiva ao desempenho governativo dos representantes da monarquia constitucional durante o período histórico da “Regeneração” (à semelhança, por exemplo, de *O Conde d’Abranhos*⁵⁰ ou, num período mais tardio, de *A ilustre casa de Ramires*⁵¹, ambos de Eça de Queiroz); assim sendo, este “romance político”⁵² não reflecte ou difunde de uma forma tão nítida as linhas de força da ideologia republicana, ao contrário do que virá a suceder com o romance de Abel Botelho.

Deste modo, em face de um certo grau de “opacidade” e de alguma subtilidade colocada na mensagem transmitida, *O Sallustio Nogueira* não será, em nosso entender, uma obra “dirigida ao povo”, mas antes a uma camada intelectual ou, na melhor das hipóteses, à pequena-burguesia; segundo António José Saraiva, o povo em Teixeira de Queiroz é associado a esta classe, a partir de cuja asserção se baseia para nomear duas características republicanas radicadas na obra:

Este cerne humano é para Teixeira de Queirós o Povo, que ele, republicano de 1880, identificava superficialmente com a pequena burguesia provinciana. *A raiz republicana do livro é patente nisto e na crítica certa que ali é feita à instituição real*, que torna possível a existência de uma corte em que o autor vê a expressão mais elevada da oligarquia governativa.⁵³

Não deixamos, pois, de rejeitar a injusta classificação de “tentativa romanesca” com “discutível interesse literário” aquela que é a obra de Teixeira de Queiroz mais apreciada.

Quanto ao romance *Amanhã*, apesar de toda a aparente simpatia do autor em relação ao anarquismo e ao socialismo utópico, evidenciada pelos seus profundos conhecimentos teóricos, podemos constatar em certos aspectos uma crítica, mais ou menos velada, à componente mais

Joel Serrão considera que a sua obra literária, para além de ser o exemplo mais completo e paradigmático do realismo naturalista português, é a mais republicana de todas. (Cf. Joel Serrão, “Sobre o apogeu e o declínio do romance naturalista”, in *Temas oitocentistas*, II, 1978, 81.).

⁵⁰ Apesar de ter sido publicado apenas em 1925, Eça redigiu este romance em 1879.

⁵¹ Ao mudar do Partido Regenerador para o Partido Progressista, a fim de se tornar deputado da nação, Gonçalo Ramires demonstra que os seus interesses pessoais são bem mais importantes do que os factores ideológicos.

⁵² Cf. António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 217.

⁵³ António José Saraiva, “O “Sallustio Nogueira” de Teixeira de Queirós”, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga*, antologia do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, 1959, 460. Sublinhado nosso.

radical e violenta desta ideologia, principalmente através da forma de caracterização dos dois membros da Primeira Internacional e do final inesperado, com o suicídio do seu protagonista. Tal como referem António José Saraiva e Óscar Lopes, a propósito do pensamento político possível de extrapolar desta obra abeliana,

[...] o romancista não adere de modo nenhum a este “lixo social”, em que também procura descobrir os estigmas de uma degenerescência. *Toda a sua simpatia está com aqueles que tentam uma solução de compromisso, em coincidência com o positivismo republicano que professa.*⁵⁴

Para estes dois historiadores da literatura, a via do anarquismo não é, com efeito, a verdadeira “síntese” resultante de uma dialéctica instaurada pelo pensamento político-social de Abel Botelho, embora seja também nossa convicção de que, à data da publicação de *Amanhã*, este autor naturalista ainda não “professa” a ideologia republicana.

Deste modo, não havendo lugar para o caminho político proposto em vão pelo anti-herói Mateus e pelos representantes da Internacional, o terceiro termo escolhido por Abel Botelho vem a ser o republicanismo. No caso de esta “solução de compromisso” não puder ser alcançada pela via pacífica e doutrinária, deverá sê-lo através da revolução armada, como solução derradeira para debelar a crise económica de Portugal e como forma de resgatar a imagem do passado áureo desta nação.

⁵⁴ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 6ª ed., [1970], 894. Sublinhado nosso.

1.4 – A tese republicana de *Próspero Fortuna*

As a starting point, I propose the following definition: *a roman à thèse is a novel written in the realistic mode (that is, based on an aesthetic of verisimilitude and representation), which signals itself to the reader as primarily didactic in intent, seeking to demonstrate the validity of a political, philosophical, or religious doctrine.*

Susan Rubin Suleiman⁵⁵

Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre trata, como Susan Rubin Suleiman menciona no capítulo introdutório do seu notável trabalho ensaístico, de obras literárias cujos autores, através de uma manifesta mensagem ideológica, procuram persuadir os seus leitores a adoptarem a forma “correcta” de interpretar o mundo.

Apesar das dificuldades iniciais encontradas por esta investigadora para obter uma designação que melhor classifique esta categoria literária, agrupada no género romanesco e dotada de um estatuto simultâneo de natureza ficcional e ideológica, acaba por decidir-se pela expressão “romance de tese”, aprovada de uma forma unânime pelas disciplinas de teoria e crítica da literatura. Não obstante a sua conotação deveras negativa com obras literárias de intensa propaganda temática e sem valor artístico⁵⁶, esta terminologia tem, de acordo com a autora americana, a particular vantagem de ser muito mais consensual, ao contrário de algumas outras designações sinonímicas ou intermutáveis que não a satisfazem na totalidade: é o caso de “romance ideológico”, uma fórmula mais “neutra”, mas bastante ambígua pela sua sujeição a interpretações contraditórias⁵⁷; é o caso de “literatura comprometida”, uma denominação não só demasiado imprecisa para qualificar um género literário, mas

⁵⁵ *Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre*, 1983, 7. Sublinhado do autor.

⁵⁶ Cf. *idem*, 3.

⁵⁷ Não podemos deixar de assinalar aqui o facto curioso de que, apesar da relutância e das dificuldades iniciais demonstradas pela autora, acaba mesmo por ser esta a expressão adoptada para figurar no subtítulo do seu ensaio, editado na língua francesa com o título *Le roman à thèse ou l'autorité fictive*. Algumas das possíveis explicações para esta “incongruência” poderão residir, eventualmente, ou na dificuldade de tradução do termo “roman à thèse” para a língua inglesa, ou numa mera estratégia editorial.

também marcada pela sua acentuada ligação a Jean-Paul Sartre, a partir de cujo autor muita divulgação lhe foi dada; ou até mesmo o caso de “narrativa exemplar”, a qual parece configurar uma experiência de modelo estruturalista e agrupada numa designação “puramente” formal de textos, cujo desenvolvimento diegético é utilizado como *exemplo* para corroborar um postulado inicial⁵⁸.

O facto de a análise efectuada por Susan Rubin Suleiman se restringir exclusivamente a romances de autores franceses, como Louis Aragon, Maurice Barrés, Paul Bourget, André Malraux, ou Paul Nizan, poderia condicionar, à partida, a escolha deste ensaio como uma fonte privilegiada de recurso teórico à nossa tentativa de determinação e agrupamento das características de tese presentes em *Próspero Fortuna*; no entanto, verifica-se que uma parte substancial das obras literárias dissecada por esta investigadora americana se encontra também publicada durante o período em evidência na nossa dissertação⁵⁹.

Com base nos factores acima apontados, enumeremos, de seguida e de uma forma mais sucinta, as características comuns do romance de tese, intercalando-lhes a correspondente contextualização da narrativa abeliana, antes de efectuarmos um desenvolvimento mais detalhado ao longo deste capítulo:

- existe uma tentativa constante de persuadir o leitor a adoptar a forma mais “correcta” de interpretar o mundo⁶⁰; Abel Botelho dá também uma notoriedade particular à componente didáctica do seu romance, através do qual procura demonstrar a legitimidade da ideologia republicana, seja ao nível da acção modelar da sua personagem preferida, da opção pela perspectiva ideal de representação, ou das técnicas argumentativas utilizadas ao longo do discurso narrativo;

⁵⁸ Ao texto narrativo de tipo exemplar será dado o devido destaque no ponto 3.4, quando for analisada a carta enviada do Brasil por Aires Pinto a Próspero Fortuna, já no final do romance.

⁵⁹ Como sucede com o romance *L'étape*, de Paul Bourget, editado em 1902, e com a trilogia *Le Roman de l'énergie nationale*, de Maurice Barrés: *Les Déracinés*, *L'Appel au Soldat*, e *Leurs Figures*, editados respectivamente em 1897, 1900 e 1902.

⁶⁰ Cf. Susan Rubin Suleiman, *Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre*, 1983, 1.

- como uma das formas narratológicas privilegiadas pelo autor para a conversão do seu leitor⁶¹, utiliza uma série de instrumentos técnicos do domínio retórico com o propósito de obter o efeito pretendido numa determinada situação⁶² e de provocar a adesão à sua causa justa⁶³; na obra de Abel Botelho, o ideólogo Aires Pinto recorre aos vários géneros de discurso retórico para aconselhar o seu amigo Próspero, acusar o regime monárquico e a Igreja, ou enaltecer o sistema republicano;
- a acção narrada é, na sua essência, do domínio teleológico⁶⁴; o *téleios*, ou seja, o fim específico de *Próspero Fortuna*, assenta, de início, numa tentativa de demonstração verosímil da falência do sistema monárquico e, mais tarde, na apresentação do regime republicano como a verdadeira alternativa política para o futuro da nação portuguesa;
- integra-se na categoria do género autoritário, ao afirmar verdades axiomáticas e valores absolutos⁶⁵, quer por meio da narração, quer pelo conjunto de depoimentos formulados por uma personagem destacada⁶⁶; em *Próspero Fortuna*, o narrador recorre a uma relação heterodiegética com a história quando intervém com intuito didáctico, e ao regime descritivo de focalização interna quando apresenta o campo de visão de Aires Pinto, a personagem escolhida para incutir no protagonista o carácter sagrado e justo da ideologia republicana;
- devido à sua função doutrinária, a diegese transforma-se muitas vezes numa espécie de *dissertação*⁶⁷, onde o acto narrativo ou um discurso se

⁶¹ “Le roman à thèse, par exemple, essaie souvent de convertir des récepteurs qui, avant leur lecture du texte, sont violemment hostiles à l’idée préconisée, et il emploie, par conséquent, une rhétorique adaptée à sa tâche.” (Albert W. Halsall, *L’art de convaincre. Le récit pragmatique – Rhétorique, idéologie, propagande*, 1988, 26.).

⁶² Cf. Heinrich Lausberg, *Elementos de retórica literária*, 3ª ed., 1982, 82.

⁶³ Cf. Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov, *Dicionário das ciências da linguagem*, 1973, 99.

⁶⁴ Cf. Susan Rubin Suleiman, *Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre*, 1983, 54.

⁶⁵ Cf. idem, 10.

⁶⁶ “L’auteur fait appel au témoignage d’un expert qualifié ou plus vaguement réclame l’adhésion universel [...] à qui il fait endosser une proposition dont “l’évidence” ne lui paraît pas à faire matière à démonstration. C’est à droite surtout qu’on éprouve le confortable sentiment d’avoir le bon sens de son côté, face à l’imposture et à la décadence nationale: [...]” (Marc Angenot, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, 1982, 289. Sublinhado nosso.).

⁶⁷ A dissertação é um discurso – escrito ou oral – de carácter argumentativo, onde é desenvolvido um determinado assunto e é feita a defesa de uma tese sobre o mesmo, com a finalidade de persuadir o seu destinatário.

- situam num nível ensaístico; em *Próspero Fortuna* encontramos um conjunto considerável de material de propaganda ao republicanismo, exposto nos editoriais panfletários de Aires Pinto, nas suas intervenções orais, ou ainda no erudito “ensaio de dissertação”⁶⁸ em forma epistolar;
- como obra de carácter monossémico⁶⁹, procura a manutenção de uma objectividade discursiva e de uma clareza nas ideias apresentadas, as quais reflectem uma perspectiva unitária da realidade com o intuito de privilegiar a ideologia “correcta”; em *Próspero Fortuna*, tanto o narrador como a personagem preferida do autor apresentam um sistema de valores ideológicos transparentes, de forma a que não resida qualquer espécie de ambiguidade no leitor no momento de fazer a distinção necessária entre a república e a monarquia;
 - para o dualismo ideológico ser discernido pelo leitor de forma inequívoca, há uma dialéctica maniqueísta ao longo do romance, assente na caracterização das personagens e no desenvolvimento da acção; em *Próspero Fortuna*, essa estrutura binária é estabelecida sempre por um confronto entre o regime monárquico, representado pelo protagonista e relacionado com a decadência do tempo presente, e o republicanismo, representado por Aires Pinto e conotado com o progresso no futuro;
 - o *paradoxo*, figura retórica muito utilizada no romance de tese⁷⁰, cria uma espécie de confrontação a “preto-e-branco” entre personagens de características opostas⁷¹; *Próspero Fortuna* e o seu amigo Aires Pinto

⁶⁸ Cf. Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 482.

⁶⁹ “Le discours réaliste se caractérisera aussi, vraisemblablement, par un effort (utopique) vers la *monosémie* des termes et des unités manipulées par le récit. Cela à plusieurs niveaux, et dans le but de réduire l’ambiguïté du texte.” (Philippe Hamon, “Un discours contraint”, in Roland Barthes et al., *Littérature et réalité*, 1982, 155. Sublinhado do autor.)

⁷⁰ Cf. Albert W Halsall, *L’art de convaincre. Le récit pragmatique – Rhétorique, idéologie, propagande*, 1988, 121.

⁷¹ O período vitoriano, caracterizado no final do século XIX pela sua obsessiva dependência da moralidade religiosa, é um exemplo da produção fértil de obras de carácter maniqueísta, cujo tratamento narrativo a “preto-e-branco” pode ser encontrado, por exemplo, em *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*, de Robert Louis Stevenson. Esta obra, de 1886, vive essencialmente de uma estrutura dicotómica, a começar desde logo pela clivagem do protagonista, a partir da qual se formam duas personalidades inconciliáveis ao nível da construção das personagens (Henry Jekyll, como médico vs. Edward Hyde, como “monstro”), da acção (virtude vs. pecado) ou do espaço temporal de representação (dia vs. noite). Porém, *Dracula*, de Bram Stoker, apresenta-se como a obra paradigmática deste período finissecular. Publicado em 1897, o romance, composto por um conjunto de

são um paradigma perfeito dessa antinomia insolúvel, quer ao nível da caracterização, da estrutura de pensamento, das linhas de acção individual, ou do ambiente em que cada um deles se insere;

- o herói da história é representado sempre como um modelo positivo de virtudes e de comportamento para a sociedade; neste âmbito, Aires Pinto, apesar de não ser o protagonista do romance, possui os grandes traços característicos dos heróis românticos, ao distinguir-se pela sua acção determinada e pelos seus predicados, como a inteligência e o altruísmo, factores suficientes para levarem o leitor a agir em conformidade com este modelo;
- o herói adopta e mantém, com uma coerência uniforme ao longo da obra, um determinado conjunto de valores, com os quais se identifica totalmente e por cuja vitória nunca desiste de lutar; Aires Pinto é a personagem identificável com este quadro particular, cujo carácter íntegro motiva o leitor para a compreensão dos seus valores ideológicos;
- o anti-herói perfilha, muitas vezes, uma ideologia incorrecta ao longo da narrativa, e mesmo após um longo e complexo caminho “iniciático” de aprendizagem, percorrido sob a orientação do herói, acaba por rejeitar a verdade, sem nunca chegar a retractar-se ou a reconhecer a sua contumácia; Próspero Fortuna enquadra-se neste paradigma, utilizando todos os meios ilícitos ao seu alcance para alcançar qualquer fim de onde possa sair a lucrar, e nem mesmo a intensa doutrinação política e ideológica feita pelo seu amigo Aires o faz corrigir a sua atitude em relação ao regime constitucional, ao qual vem a pertencer;
- o texto é apresentado com um elevado grau de redundância, resultante da disseminação de isotopias ou da iteração de unidades temáticas, possibilitando a formação de um fio condutor no texto romanesco e uma repetição exaustiva da sua mensagem, a fim de ser entendida com um

fragmentos diarísticos e epistolares, reflecte um claro maniqueísmo, quer ao nível da composição das suas personagens (Jonathan Harker vs. Dracula, e Mina Harker vs. Lucy Westenra), quer na abordagem psicanalítica (Superego vs. Id, princípio do prazer vs. princípio da realidade, viscosidade vs. plasticidade, libido vs. amor, e realidade vs. sonho), quer da moralidade religiosa (virtude vs. pecado, virgindade vs. sexualidade, sagrado vs. profano, amor conjugal vs. amor livre, cristianismo vs. paganismo), quer ao nível da idiosincrasia feminina (mulher-anjo vs. mulher-demónio, e medo vs. desejo).

grau mínimo de ambiguidade⁷²; na narrativa de Abel Botelho, a temática da crise político-social e da impossibilidade da sua resolução através do regime monárquico é abordada por diversas vezes, tanto pelo narrador como por Aires Pinto, cuja perspectiva agónica e crepuscular da sociedade vê em toda a dinastia de Bragança a principal responsável pela decadência de Portugal;

- como subgénero do romance realista⁷³, é concebido segundo uma estética de verosimilhança, tendo em vista uma maior identificação do leitor com o enredo e uma maior eficácia na persuasão dos argumentos propostos⁷⁴; procurando corresponder a este “efeito de real”⁷⁵, são incorporados dentro do universo diegético de *Próspero Fortuna* diversos eventos históricos, através dos quais se garantem uma maior autentificação da narrativa e um envolvimento mais directo do leitor: tomemos os exemplos da cerimónia do beija-mão ao rei D. Luís, da implantação da república no Brasil, ou da sublevação militar de 1891;
- na sua qualidade específica de narrativa “exemplar”, destinada a apresentar uma tese de forma coerente e com a qual o leitor se identifique, pode ser-lhe aplicado um *exemplum* com base na criação inventiva do autor ou a partir de “factos anteriores”⁷⁶; no texto abeliano, este elemento pedagógico está presente nessas duas vertentes: a um nível macro-narrativo, quando acompanhamos a viagem de Próspero Fortuna pelo espaço degradado de Lisboa, qual percurso simbólico de onde não resulta uma aquisição de conhecimentos ideológicos nem a esperada conversão à doutrina correcta; a um nível micro-narrativo,

⁷² Cf. Susan Rubin Suleiman, *Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre*, 1983, 55.

⁷³ Cf. idem, 11.

⁷⁴ “Je suggère que le trait pertinent du genre pragmatique (dont les sous-genres comprendraient toutes les formes de narrativité didactique, “exemplaire”, ou persuasive, y compris la fable, la parabole, le conte moral, et *a fortiori* le roman ou la nouvelle réaliste, idéologique, à thèse, etc.) serait de mobiliser le vraisemblable pour motiver le persuasif.” (Albert W. Halsall, *L'art de convaincre. Le récit pragmatique – Rhétorique, idéologie, propagande*, 1988, 24. Sublinhados nossos.).

⁷⁵ Esta expressão é retirada do título do artigo de Roland Barthes “L’effet de réel”, publicado no número 11 da revista *Communications*, em 1968.

⁷⁶ Utilizamos aqui a expressão aristotélica que define uma das ocorrências previstas na concepção da narrativa exemplar: o recurso a factos retirados da História (cf. Aristóteles, *Retórica*, 2ª ed., 2005, 206.).

quando Aires Pinto relata os acontecimentos decorrentes da proclamação da República Brasileira;

- o romance de tese naturalista é um gênero narrativo que privilegia “[...] normalmente *desenlaces bem marcados*, em concordância com a sua propensão para configurarem intrigas tensamente articuladas.”⁷⁷; o desenlace de *Próspero Fortuna*, ocorrido a dois tempos com a fuga de Aires Pinto para o Brasil e com a nomeação imerecida do protagonista como ministro, permite ao leitor entender uma simples e convincente mensagem ideológica: sob o regime monárquico, a prática do bem é punida e a prática do mal é recompensada.

Antônio Machado Pires interpreta *Próspero Fortuna* como “[...] um romance de decadência *conduzindo a uma tese republicana*.”⁷⁸. Neste sentido, como romance de tese especificamente republicana, a obra de Abel Botelho congrega as características principais desta ideologia política, expostas num conjunto de indícios localizáveis tanto na forma subjectiva de narração, como, sobretudo, no panfletarismo extremado dos discursos escritos e orais de Aires Pinto, porta-voz das ideias do próprio autor⁷⁹:

- a sua temática encontra-se mais associada à média burguesia do que ao povo ou ao operariado⁸⁰, sendo esta mesma ideia visível em três níveis diferenciados: na linguagem específica da propaganda republicana, que encontra neste agrupamento social a sua principal base ideológica; no enredo, sustentado basicamente por uma burguesia lisboeta, em torno da qual toda a acção decorre; e na caracterização socioprofissional do advogado Próspero Fortuna e do jornalista Aires Pinto, representantes legítimos da sociedade burguesa;
- procura demonstrar o desgaste ideológico da instituição monárquica e reafirma a constante decadência a que a nação foi sendo conduzida, ao

⁷⁷ Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., 1990, 93. Sublinhado nosso.

⁷⁸ Antônio Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 222. Sublinhado nosso.

⁷⁹ Cf. Vítor Neto, “Abel Botelho – Quadros de Patologia Social”, *Revista de História das Ideias*, 21 – História e Literatura, 2000, 284.

⁸⁰ Como sucede, por exemplo, em *Amanhã*, onde a grande maioria das personagens envolvidas está integrada no operariado têxtil.

longo de toda a dinastia brigantina, mais em particular das últimas décadas do regime constitucional⁸¹;

- repete continuamente a ideia maniqueísta de que a crise social e económica em Portugal decorre apenas da vigência de um sistema monárquico e que, para a debelar, o único desfecho viável reside numa mudança radical de regime político;
- ao procurar corresponder a um proselitismo político-ideológico, o texto narrativo apresenta uma estratégia retórica e exemplar com vista à doutrinação e à formação cívica dos cidadãos, um dos grandes pilares da linha programática republicana;
- é sugerido, de forma explícita, o regime republicano como uma condição essencial para a regeneração política e económica de Portugal;
- através dos textos jornalísticos de Aires Pinto, orientados para uma crítica à política constitucional, à Igreja Católica e à dinastia de Bragança, é dado um destaque muito especial ao panfletarismo, um dos métodos radicais mais eficazes para difundir a ideologia republicana e um importante agente de instigação ao pronunciamento militar de 1891;
- num dos seus textos panfletários, Aires Pinto denuncia a aliança ancestral entre o Trono e o Altar, responsabiliza-a pela decadência nacional, e defende a laicização do Estado, uma prioridade fundamental para os republicanos;
- Aires Pinto é um grande defensor da liberdade, igualdade e fraternidade, valores integrados no lema positivista da ideologia republicana;
- não se limitando apenas a denunciar a situação negativa das instituições nacionais ou a criticar a falta de escrúpulos dos membros do Governo, o ideólogo republicano propõe uma alternativa consistente e exequível à situação presente, e envolve-se no combate ao poder instituído;

⁸¹ Segundo Maria Emília Vaz Pacheco, o romance *Próspero Fortuna*

[...] *tem toda a particularidade de denunciar bem claramente a decadência dos últimos anos do regime monárquico*, o qual se desenrola num pano de fundo social onde as personagens actuam com insistência ao sabor dos meandros da política e do meio que os fabrica. (Maria Emília Vaz Pacheco, “Para uma teoria ideológica do naturalismo: significado da literatura naturalista na elaboração da expressão oitocentista em Portugal”, in AA. VV., *Romantismo – figuras e factos da época de D. Fernando II*, 1988, 348-349. Sublinhado nosso.).

- o tempo de acção regista a mudança radical operada na estratégia republicana, resultante da perda de influência da *geração doutrinária e eleitoralista*, e do desenvolvimento da *geração activa e insurreccional*.

Para fundamentar estas linhas de força postas ao serviço de uma tese republicana, procuraremos, nos pontos seguintes, desenvolver as principais características atrás evidenciadas.

2 –O gênero panfletário

2.1 – A força crítica do panfleto

Em 1982, Marc Angenot⁸² publica *La parole pamphlétaire*, uma obra teórica consagrada à caracterização da “literatura de combate” e elaborada com base na observação de um extenso *corpus* constituído por panfletos, sátiras e textos polêmicos, editados em língua francesa entre 1868, o ano de lançamento do primeiro número de *La Lanterne*, em cuja revista vários autores se insurgem contra o II Império Francês, e 1968, data do célebre “Maio de 68” francês, onde manifestações estudantis contra o autoritarismo e o anacronismo universitário dão lugar a uma generalizada e violenta contestação ao Governo do general de Gaulle.

De uma forma resumida, este professor de Literatura Comparada caracteriza o panfleto como um pequeno texto, normalmente de índole satírica, que ataca de uma forma violenta o poder estabelecido. Como forma histórica do discurso agônico e como mensagem profética do fim dos tempos, o panfleto pode ainda ser enquadrado numa perspectiva crepuscular do mundo. Segundo o mesmo autor,

Le genre tout entier est perméable à un certain pessimisme catastrophique qui s'accorde avec ses traits génériques: exotopie de l'énonciateur sans mandat, assertion du scandale, perversion des valeurs, nostalgie d'une unité perdue, prophétisme, oscillations entre l'évidence et le paradoxe.⁸³

⁸² Marc Angenot, através das suas investigações como teórico da literatura e analista do discurso, redescobre a disciplina da retórica através dos trabalhos publicados por Chaïm Perelman. Nos seus trabalhos, questiona a obra literária na sua dimensão social, sendo um dos primeiros ensaístas a fazer uma abordagem sócio-crítica e dialógica por influência de Pierre Bourdieu e de Mikhaïl Bakhtine.

Na qualidade de historiador da ideologia política, Angenot alude por sua vez às “grandes narrativas militantes”, obras literárias ligadas à democratização e à liberalização da Europa oitocentista, bem como às ideologias provenientes de revoluções e de combates políticos e sociais, e que giram em torno de grandes mentores como Proudhon, Comte, Fourier, e Saint-Simon, entre outros.

⁸³ Marc Angenot, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, 1982, 345.

Em termos de génese literária, o poeta latino Juvenal é considerado um dos pioneiros do panfleto satírico, tendo escrito dezasseis textos ao todo, alguns deles incompletos, onde aborda, através de uma perspectiva catastrófica do mundo, temas tão diversificados como a homossexualidade, a corrupção, a depravação, a ganância, a tirania, a imoralidade, a luxúria, bem como a grande parte dos excessos de Roma.

Quanto ao aspecto etimológico, o lexema “panfleto” continua com uma origem difícil de estabelecer, dada a ausência de um consenso entre filólogos e gramáticos. Até ao momento, têm sido várias as hipóteses avançadas, das quais destacaremos as mais importantes: do latim Pamphila, nome de uma historiadora do século I; do latim Pamphilus, nome do suposto autor do poema dialogado *De Amore*, composto no início do século XIII; do termo inglês “pamphlet”, que, por sua vez, é formado a partir das palavras francesas “par un filet”, ou seja, um livro preso por um pequeno fio; uma corrupção da palavra composta “palme-feuillet”, que designaria uma espécie de “pequena folha na palma da mão”; e do lexema castelhano “papelete”⁸⁴.

2.2 – O panfletarismo de Aires Pinto

Em Portugal, até ao aparecimento da grande imprensa quotidiana, ocorrido na primeira metade do século XIX, circulava uma série de folhetos ou brochuras onde os publicistas⁸⁵ debatiam as principais

⁸⁴ Para uma leitura mais aprofundada sobre a evolução deste termo, consultar o Anexo 2 da obra de Marc Angenot, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, 1982, 372-377.

⁸⁵ Num sentido lato, publicista é, actualmente, a designação atribuída a um autor que escreve sobre direito público. Já num sentido restrito, este termo refere-se a um escritor ou jornalista da área política; veja-se, por exemplo, a obra de Sampaio Bruno, justamente intitulada *Os modernos publicistas portugueses*, publicada em 1906. Neste ensaio, mais ligado ao domínio da sociologia e à história das ideias políticas, o autor

questões sociais e políticas do momento, nos limites da injúria e da invectiva directa. A partir de 1865, data que marca o início da Questão Coimbrã, passa a existir um novo modelo de imprensa que engloba as agências de notícias, fornecedoras da informação, e o sector do comércio, financiador do custeamento da edição através da publicidade. Pelo seu decréscimo no preço final, tanto o número como a tiragem de jornais aumentam de forma significativa nas últimas décadas do século XIX, em proporção com a consciencialização política na opinião pública, a nutrir uma simpatia e respeito cada vez maior pelo ideário republicano.

A imprensa, instrumento de extrema utilidade na propagação da nova ideologia política, da qual vai fazendo eco nas suas páginas, prospera a partir de 1873, ano da proclamação da república em Espanha. Por sua vez, possibilita aos membros da geração de 70 – cuja grande parte é, pela sua independência e rebeldia, contestatária do regime monárquico – o desenvolvimento de um jornalismo agressivo para com o poder instituído, donde se destacam os textos satíricos e mordazes de Ramalho Ortigão⁸⁶.

O primeiro número de *As Farpas*, produzido em colaboração com Eça de Queiroz, surge em 1871, ano das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Contudo, é só na segunda fase desta publicação mensal⁸⁷, já sem a presença de Eça, que o autor setentista evidencia a sua preferência ideológica por um republicanismo marcado, segundo Álvaro Manuel Machado, por características pequeno-burguesas, por uma função didáctica e por um ataque ao clero e à monarquia⁸⁸.

Com a passagem dos anos e sem a inspiração primordial do seu companheiro de escrita, “O ímpeto reformador das *Farpas* amortece num

aborda a expressão ideológica em Portugal sob influência dos acontecimentos da Comuna parisiense, e analisa o trabalho jornalístico de diversos escritores, como Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, José Falcão, Pinheiro Chagas, José Félix Henriques Nogueira, Custódio José Vieira, e Oliveira Martins, entre outros.

⁸⁶ Sobre a evolução do panfleto na literatura portuguesa, cf. Jacinto do Prado Coelho, “Panfleto”, in *Dicionário de Literatura*, 3º vol. N/R, 3ª ed., 1982, 786-787.

⁸⁷ *As Farpas* foram editadas ao longo de três séries: a primeira, com a colaboração de Eça de Queiroz, entre Maio de 1871 e 1872; a segunda, entre 1872 e 1883; e as *Últimas Farpas*, reunidas postumamente a partir de textos já elaborados após a implantação da República Portuguesa, designadamente entre 1911 e 1914.

⁸⁸ Cf. Álvaro Manuel Machado, *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*, 2ª. ed., 1981, 45 e 47.

jornalismo turístico, [...]”⁸⁹, e já para o final da sua vida, provavelmente por influência acentuada da sua participação no grupo “jantante” dos “Vencidos da Vida”, acaba mesmo por se converter à ideologia monárquica e à religião católica. A exemplificar esta sua nova perspectiva política e moral, encontramos o opúsculo *Rei D. Carlos, o Martyrisado*, de 1908⁹⁰, e a série das *Últimas Farpas*, em cujas páginas o recém-implementado regime republicano chega a ser severamente criticado.

Apesar de *Próspero Fortuna* não possuir, na sua globalidade ficcional, todas as características próprias de um romance panfletário, alguns dos seus excertos, provenientes do discurso radical e inflamado de Aires Pinto, podem ser classificados de índole panfletária; referimo-nos, mais especificamente, a uma sequência de três artigos de imprensa redigidos para o jornal *Noticiário*, a dois extensos diálogos travados com Próspero Fortuna ao longo do romance, e, já no final, a excertos pontuais da carta que lhe escreve do Brasil, local onde se exila por perseguição política após a sua participação na revolução republicana de 1891.

Abel Botelho terá recorrido, muito certamente, à sua profunda e diversificada experiência na área do jornalismo⁹¹, não só como contributo para a forma de elaboração dos editoriais saídos da pena da sua personagem preferida, com a qual está em plena sintonia, mas também para a introdução de pormenores objectivos na representação de alguns eventos retirados da História⁹², identificados por Óscar Lopes:

[...] os seus melhores quadros colectivos são quase reportagens: a cerimónia lutuosa da quebra dos escudos nacionais, em Trás-os-Montes, por morte de D. Pedro V; a inauguração da Linha do Douro até à Régua; o impressionante beija-mão de D.

⁸⁹ António José Saraiva, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, in *Para a história da cultura em Portugal*, I, 5ª ed., 1980, 202.

⁹⁰ Este texto resume-se a um pequeno estudo biográfico do rei D. Carlos e da política portuguesa durante o seu reinado, onde o autor “vencidista” justifica o seu assassinato “[...] por ter cumprido o arriscado mas patriótico dever de não demitir João Franco.” (Ramalho Ortigão, *Rei D. Carlos, o Martyrisado*, 1908, 12.).

⁹¹ Abel Botelho publica, ao longo das duas últimas décadas do século XIX, uma série de artigos de carácter diverso em inúmeras publicações periódicas, tais como *Bohemia nova*, *A Capital*, *A Chronica*, *Correio portuguez*, *O Dia*, *Diario da manhã*, *A Illustração*, *Mala da Europa*, *Novidades*, *O Occidente*, *Perfis Contemporaneos*, *Portugal*, *O Reporter*, *O Seculo*, e *Serões*, entre outras.

⁹² O romancista Émile Zola considerava o jornalismo uma escola de vida e um dos meios mais adequados à formação de um escritor.

Luís, já muito doente, imposta [sic] por necessidade do partido no poder; o enterro de um chefe de partido.⁹³

A esta sequência de passagens históricas com tratamento jornalístico, acrescentaríamos a carta de Aires Pinto, proveniente do Rio de Janeiro, cujo texto, para além de desempenhar a sua natural função de transmitir um conjunto de informações ao seu destinatário, cumpre também uma estratégia autoral: surge como uma espécie de crónica de imprensa, onde o seu autor procura fazer, “[...] *com austera imparcialidade* [...]”⁹⁴, a síntese cronológica dos factos mais recentes e marcantes da História do Brasil, alguns dos quais por si mesmo acompanhados.

Para além dos elementos diegéticos associados à imprensa já referidos, poderíamos acrescentar ainda a utilização de outros factores estratégicos que incrementam a autentificação da narrativa e contribuem para uma maior adesão do leitor à mesma; referimo-nos, concretamente, à convergência de uma terminologia específica desta profissão, como “tipógrafo”, “impressor”, “redactor”, o neologismo em itálico “*reporter*”, ou até mesmo uma descrição minuciosa e verosímil do ambiente peculiar vivido na redacção do *Noticiário*, situado no Bairro Alto:

A meio da casa há uma longa e pesada mesa, de oleado negro e a negro envernizada, sobre a qual, ao acaso, pejorativamente poisam dicionários, brochuras, tinteiros, linguados, jornais, uma tesoura, e a cuja testa alguém, absorto e arquejante, rapidamente escrevinha.⁹⁵

Aires Pinto, na sua qualidade de jornalista ideológico ou publicista, merece ser integrado nesse grupo profissional que Roland Barthes designa de *escreventes*⁹⁶, isto é, “[...] des hommes qui s'approprient la langue des écrivains à des fins politiques.”⁹⁷. Com efeito, na continuidade de um

⁹³ Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, 1973, 412. Sublinhado nosso.

⁹⁴ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 482. Sublinhado nosso.

⁹⁵ Idem, 117.

⁹⁶ Barthes, no artigo “Écrivains et écrivains”, publicado em 1964, estabelece um jogo semântico com os termos “écrivain” (escritor) e “écrivain” (escrevente):

L'écrivain accomplit une fonction, l'écrivain une activité, voilà ce que la grammaire nous apprend déjà, elle qui oppose justement le substantif de l'un au verbe (transitif) de l'autre. (Roland Barthes, “Écrivains et écrivains”, in *Essais critiques*, 1964, 148.).

⁹⁷ Idem, 147-148.

estilo muito próprio de Rocha Loureiro⁹⁸, Aires vai fazer a acusação a um conjunto de entidades corruptas e ineficazes, bem como a denúncia de diversos acontecimentos negativos na sociedade portuguesa: no seu primeiro editorial para o *Noticiário*, critica a política constitucionalista, o estado decadente da administração pública, e a perda irreversível das colónias do Brasil e da Índia; no segundo editorial, é a Igreja Católica a principal instituição visada, tanto no que respeita à forma como esta se aproveita da ignorância do povo, como pela sua relação promíscua com o Estado; no terceiro editorial, redige uma crítica demolidora ao falecido monarca D. Luís e à esperança diminuta na regeneração de Portugal com o seu filho e sucessor, D. Carlos, representante da dinastia de Bragança.

A confirmar a importância já referida da imprensa na divulgação do ideário republicano, verificamos que Próspero, após ter encomendado ao seu amigo a elaboração do primeiro editorial para o jornal, e convicto da grande capacidade de intervenção e, acima de tudo, de ascensão na sociedade através da persuasão retórica, emite um comentário íntimo a propósito das potencialidades doutrinárias deste veículo de comunicação:

A fulgurante agitadora de ideias, a grande e onipotente alavanca do século!⁹⁹

Aires Pinto, no seu primeiro diálogo travado com Próspero Fortuna, onde disserta copiosamente a propósito da acentuada crise nacional, tem uma noção idêntica sobre o papel desempenhado pela imprensa, sobretudo como fonte divulgadora de conhecimentos gerais e como via privilegiada de propaganda ideológica. Contudo, os seus interesses não se coadunam com os do seu amigo Próspero, cujo egoísmo deixa ver apenas que o seu cargo redactorial no *Noticiário* é um meio fácil para obter uma ascensão mais vertiginosa na sua recente carreira política; Aires, dotado

⁹⁸ João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853), cujo trabalho como jornalista de *O Portuguez* foi produzido no primeiro quartel do século XIX, é apontado como sendo um dos primeiros republicanos em Portugal e um pioneiro da imprensa panfletária. Na década de 20, sob a influência da revolução americana de 1775-76,

[...] vai escrever violentos artigos contra o rei, contra a casa de Bragança, contra a rainha, contra Pedro ou Miguel, contra a monarquia, o trono e a Igreja. (Maria Helena Carvalho dos Santos, “As ideias republicanas em Portugal e o jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIX, 1983, 173.).

⁹⁹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 122.

de uma profunda intelectualidade e imbuído de um altruísmo bastante generoso, defende uma doutrinação massiva do povo português, para que se torne possível a aquisição de uma consciência social e ocorra a necessária e urgente regeneração nacional¹⁰⁰:

Já não há que esperar remédio fecundo senão dum *processo incessante e tenaz de propaganda...* [...].

– A revolução, querem ver?... – pigarrou Próspero, escarninho.

– Ainda não... – disse friamente Aires Pinto; [...].

[...]

A revolução não a podemos nós fazer por enquanto, porque há aí quatro milhões de analfabetos, que os governos movem como bem querem. *Torna-se por isso indispensável, primeiro doutrinar...* e que cada doesto nosso traga de reforço um argumento.¹⁰¹

Antes da publicação do seu primeiro editorial, Aires lê-o a Próspero Fortuna para que este se inteire do seu conteúdo, uma vez que estava incumbido da “árdua” tarefa de o assinar. Após escutar, com a devida atenção, as referências do jornalista à necessidade de aplicação de uma “propaganda sistemática” associada à doutrinação e à formação cívica, a fim de que o povo português se aperceba das irregularidades do regime constitucionalista, da má gestão na administração pública, da corrupção grassante que começa pelo próprio monarca, ou dos erros continuados dos políticos dirigentes e dos partidos aos quais pertencem, Próspero pressente alguma ousadia excessiva neste discurso catastrófico¹⁰², e comenta-o, em forma resumida, da seguinte maneira:

¹⁰⁰ No início do romance, o tipo de discurso de Aires Pinto encontra-se ainda integrado nas características da geração republicana doutrinária, cujos elementos são partidários de uma mudança de regime político somente pela via pacífica e eleitoralista, tal como refere Fernando Catroga:

[...] é relevante a esmagadora presença de “intelectuais” propriamente ditos (professores, escritores, jornalistas), o que prova o carácter predominantemente ideológico do movimento *e revela as necessidades de propaganda tendo em vista a sua inserção social*. (Fernando Catroga, “A formação do movimento republicano – 1870-1883”, in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal – Das invasões francesas aos nossos dias*, II – Monarquia constitucional: das origens do liberalismo à queda da realeza, 27. Sublinhado nosso.).

¹⁰¹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 104 e 105. Sublinhados nossos.

¹⁰² Na primeira página da edição de 19 de Julho de 1891 do semanário portuense *31 de Janeiro*, o jornalista Gonçalves da Cruz faz uma crítica extremamente dura ao regime monárquico. Para esse efeito, faz uso de uma metáfora apocalíptica recorrente na lírica maneirista de índole disfórica, na qual Portugal é um navio tripulado pelo “nauta” D. Carlos e a caminho do naufrágio:

Um terrível naufrágio, tenta fazer submergir um navio...

- *Apenas um pouco forte... Parece artigo para um jornal republicano.*

- Doutro modo não sei fazer! – sacudiu com altivez o amigo. E largou de arremesso as tiras de papel sobre a mesa.

Mas logo Próspero a colhê-las num gesto de ávida impaciência, e muito conciliador e afável, alegremente:

- Deixa, deixa... Em todo o caso, está ótimo! Serve! *É um artigo de sensação.*¹⁰³

Já no final do romance, Matias Picão e Vicente Landal, dois representantes destacados do regime monárquico, encontram-se numa reunião, decorrida após a revolta republicana de 1891, num período de grande tensão política e de perseguição cerrada a todos os suspeitos de conspirarem contra o regime. Ao fazerem severas acusações à actividade jornalística de Aires Pinto, Próspero intervém de imediato para tentar defender o seu amigo e antigo colaborador:

- Que diabo de mal faz o rapaz?...

- Que mal faz? – estentorou, com os olhos em brasa, o Landal. *É um propagandista temível!*

- *Tem aí derramado pelos jornais as mais subversivas doutrinas! É duma audácia revoltante!*¹⁰⁴

Com efeito, este romance destaca, em pequenos excertos, sob a forma dialogada ou narrativa, o desenvolvimento da imprensa periódica como meio privilegiado para a propagação do republicanismo, e o modo como, ao adquirir uma importância notória, esta doutrina começa a ser mais procurada a partir do início da década de 90:

E a sua linguagem, dia a dia ganhando em prestígio, em força, assumia um ar de apostolado convicto, de dogmático desassombro, de clara e ameaçadora franqueza que os poderes

O nauta com a mão no leme assiste com um sorriso nos lábios, e sem fazer esforços para a salvação, às misérias que acarretam a perca do navio!...

Os tripulantes escarnecem e zombam das aflições dos passageiros; na *magna* hora do perigo sorri-lhes a idéia, própria dos covardes, do abandono da embarcação!...

Que lhes importam os passageiros?!

Que lhes importam a perca do navio?!

Portuguezes:

Vós, sois os desgraçados passageiros d'esse navio que se chama Portugal, e a cujo leme está um D. Carlos; *um irresponsável!* (Gonçalves da Cruz, “Portuguezes: quereis saber o que é um rei? Um ‘irresponsável!’”, 31 de Janeiro – *Semanario Academico Republicano*, 5, 19 de Julho de 1891. Sublinhado do autor.).

¹⁰³ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 130. Sublinhados nossos.

¹⁰⁴ Idem, 414 e 415. Sublinhados nossos.

públicos não ousavam refrear, no conhecimento íntimo da própria impotência.¹⁰⁵

De uma forma geral, os artigos de Aires Pinto para o jornal *Noticiário* enquadram-se na estratégia republicana em torno da imprensa: são elaborados por meio de mecanismos retóricos de persuasão com a finalidade de alertar, num momento inicial, os seus leitores para o logro do regime monárquico, e, numa fase posterior, de os converter à nova ideologia. O seu primeiro editorial, composto já para o final do reinado de D. Luís, é uma crítica feroz a toda a política constitucional, praticada sem sucesso com o beneplácito do monarca:

O constitucionalismo, entre nós, como enfermou logo dum vício de origem - ser dadivado como um favor do Rei o que era um legítimo direito do povo - também logo desde o começo falhou tristemente a sua missão.¹⁰⁶

Mais à frente, nesse mesmo artigo, Aires refere-se ao círculo vicioso do rotativismo, praticado pelos dois principais partidos políticos¹⁰⁷:

Em resumo, desde que os partidos históricos, para seu exclusivo uso e proveito, se asseguraram o usufruto perpétuo do País, revezando-se no poder pela mais impudente das alternâncias, fatalmente se tem repetido este fenómeno, aliás lógico na essência: e é que, por cada novo Ministério, se vai contando uma enxadada mais na cova da Monarquia!¹⁰⁸

Além da repetição, outra característica presente nas elocuções de Aires Pinto é a ênfase, marca de discursividade oral também identificada no género panfletário por Marc Angenot¹⁰⁹. Logo no seu primeiro editorial, a narrativa transmite a ilusão de ser o próprio jornalista a interpelar os seus leitores de uma forma empolada, quando alude ao tema da corrupção generalizada na sociedade portuguesa:

¹⁰⁵ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 242. Sublinhados nossos.

¹⁰⁶ Idem, 127.

¹⁰⁷ Os “partidos históricos” aqui referenciados são o Partido Progressista e o Partido Regenerador, os dois principais partidos políticos portugueses a alternarem sucessivamente no poder durante este período em Portugal.

¹⁰⁸ Abel Botelho, *op. cit.*, 127.

¹⁰⁹ “Ajoutons que le pamphlet semble chercher à icôniser dans sa rhétorique un simulacre de la parole publique, du discours oral, de la harangue au coin des rues: derrière le texte du pamphlet, il faut voir l’homme qui se démène et tape du poing; il faut au moins que le pamphlétaire donne l’illusion qu’il est là à interpeller directement son lecteur. Il y a donc, dans nombre de pamphlets, une forte connotation du *style oral*, à la fois dans la répétition et dans l’emphase.” (Marc Angenot, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, 1982, 239. Sublinhado do autor.).

Vejam isto! Estamos em frente dum fenómeno de devorismo irradiante que muito convém estudar.¹¹⁰

Ainda neste seu primeiro artigo para o *Noticiário*, após denunciar o a relação escandalosa¹¹¹ entre o rei, o Governo e os partidos políticos, Aires tem um desabafo por meio de uma expressão mais apropriada para uso coloquial do que para uma linguagem com tratamento jornalístico: “Ora isto custa-nos os olhos da cara.”¹¹²

É também por volta deste momento finissecular que começam a despontar algumas marcas mais enérgicas do apelo republicano à rebelião. Verificamos isso quando, no início do seu editorial, Aires afirma a necessidade de “[...] sacudir a sociedade portuguesa do seu torpor de escrava complacente [...]”¹¹³, e, na sua conclusão, solta um audacioso apelo à colectividade popular

[...] “*para que se resolvesse a entrar de vez no gozo inauferível dos seus direitos*, impondo enfim a sua soberana vontade, inteligentemente esclarecida, no sentido de alcançar a libertação, pela próspera e livre organização do futuro”.¹¹⁴

Já num dos últimos capítulos de *Próspero Fortuna*, é o próprio narrador a confirmar a existência de uma actividade crescente da imprensa republicana no início de 1891, cujo alento para uma revolta, prestes a eclodir, ia sendo feito cada vez com mais vigor:

Os jornais adversos ao Régimen proclamavam francamente a revolução, exprimiam-se e manobravam em absoluta liberdade; [...].¹¹⁵

É nas páginas iniciais da *Historia da Revolta do Porto* que o jornalista João Chagas¹¹⁶ alude, pela primeira vez, ao importante papel da

¹¹⁰ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 128. Sublinhado nosso.

¹¹¹ As seguintes palavras de Marc Angenot, que considera a erosão ideológica um dos sintomas do discurso panfletário, podem ser perfeitamente adaptadas ao tipo de jornalismo praticado por Aires Pinto:

Le pamphlétaire identifie l'idéologie adverse à un *scandale*, avec les connotations éthiques que cela comporte. L'adversaire n'a pas seulement tort: son erreur est malfaisance et illégitimité. (Marc Angenot, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, 1982, 339. Sublinhado do autor.).

¹¹² Abel Botelho, *op. cit.*, 129.

¹¹³ Idem, 126.

¹¹⁴ Idem, 129. Sublinhado nosso.

¹¹⁵ Idem, 401.

imprensa com vista à organização da revolta portuense de 1891, através da publicação sucessiva de artigos elaborados por autores republicanos no início da década de 90¹¹⁷. Um século mais tarde, José Augusto Seabra volta a prestar a merecida homenagem ao trabalho desempenhado pela imprensa panfletária durante todo o processo deste episódio:

*Ao evocar-se a história do 31 de Janeiro, não se tem dado o devido relevo ao papel preponderante da Imprensa republicana do Porto na génese, preparação e eclosão desse levantamento heróico e trágico. Ela foi, no entanto, sem dúvida, o principal meio não só de propaganda do republicanismo, mas também de aliciamento e organização dos revoltosos, tanto civis como militares. Pela pena talentosa de mentores e conspiradores audazes, como João Chagas, José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Emídio Garcia, entre outros intelectuais, jornalistas e simples cidadãos, foi-se criando o ambiente que, em protesto contra a humilhação do Ultimatum e a submissão a ele da monarquia, levou à convicção de que só a República poderia defender a dignidade nacional ultrajada e restituir ao povo português a sua soberania, isto é, a sua independência e a sua liberdade.*¹¹⁸

Aires Pinto enquadra-se nesta mesma estrutura de pensamento, tanto pela frontalidade heróica posta nos seus actos, como pela utilização de uma linguagem agressiva nos seus textos de imprensa, seja contra os mais altos dignitários da dinastia de Bragança ou contra toda a espécie de corrupção no sistema constitucional. Se este jornalista não fosse apenas uma personagem *verosímil* deste romance político de Abel Botelho, não teríamos a menor dúvida de que estaria incluído nessa galeria destacada

¹¹⁶ Nascido no Rio de Janeiro em 1863, João Pinheiro Chagas entra aos 20 anos para a redacção do jornal *Primeiro de Janeiro*, onde começa desde logo, como repórter, a destacar-se pelas suas imensas qualidades literárias.

¹¹⁷ João Chagas foca, no excerto seguinte, o aparecimento de uma nova imprensa a partir do Ultimato inglês. Pelo seu recurso a uma linguagem violenta e bélica, este autor considera esta imprensa a principal instigadora da sublevação militar de 1891, cujo evento assinala o princípio da fase revolucionária do republicanismo em Portugal:

É o momento em que uma nova imprensa surge, reflectindo não já os interesses especiaes do partido republicano, mas as coleras e os entusiasmos do patriotismo, identificado com a Republica para a missão commum da desaffronta.

Essa imprensa manterá toda a intensa crise moral do anno de 1890, e, pelo seu ardor e pela sua audacia, ateiará a revolta do Porto, que n'ella encontrará a sua mais activa e eloquente instigadora. A sua historia é inseparavel da historia d'esse movimento revolucionario. (João Chagas e ex-Tenente Coelho, *Historia da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cumplices)*, 1901, 29-30. Sublinhado nosso.).

¹¹⁸ José Augusto Seabra, *O Porto e o Republicanismo (A Geração do 31 de Janeiro)*, 2004, 45. Sublinhado nosso.

de autores panfletários do final do século XIX, como Sampaio Bruno, Basílio Teles ou até mesmo o próprio João Chagas¹¹⁹.

2.3 – O maniqueísmo anticlericalista

Em abono da verdade, não existe, até ao início do século XIX, uma verdadeira tradição anticlerical em Portugal. Com efeito, desde 1547, data em que a Inquisição se instala neste território a pedido de D. João III, o braço secular da Igreja irá inspeccionar todas as iniciativas culturais da sociedade portuguesa, filtrando a arte e o pensamento com o seu apertado crivo censório¹²⁰. Após a expulsão da Companhia de Jesus, decretada pelo Marquês de Pombal em 1759, assistir-se-á a uma maior liberdade de expressão dos autores portugueses, reflectida na publicação de algumas obras de teor anticlerical; é o caso, por exemplo, do poema heróico-cómico *O Hissope*, de António Diniz da Cruz e Silva (obra divulgada em cópias manuscritas a partir de 1771, e editada apenas no início do século XIX) ou de alguma lírica pré-romântica de Bocage.

Em meados do século XIX, Alexandre Herculano inaugura um período de maior anticlericalismo¹²¹; no seu opúsculo “A batalha de

¹¹⁹ Citemos, como exemplo, a enorme preponderância do jornal *A Republica Portuguesa*, fundado em 1 de Setembro de 1890 por João Chagas, que redigiu, ao longo dos seus cinco meses de duração, uma sucessão de textos violentos contra o rei e a dinastia de Bragança, acabando por ser condenado a seis anos de degredo nas vésperas da revolta portuense.

Por sua vez, Sampaio Bruno (1857-1915) ganha aqui um destaque importante pela grande quantidade de artigos que escreve, criticando o regime monárquico e a corrupção dos seus membros e dirigentes. Implicado no 31 de Janeiro, Sampaio Bruno foi obrigado a exilar-se no Brasil, onde vem a escrever a obra *O Brasil mental*, publicada em 1898.

¹²⁰ Do *Index librorum prohibitorum*, publicado pela primeira vez em Portugal em 1547, e com actualizações regulares nos séculos seguintes, fizeram parte Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Francisco de Sá de Miranda, António Ferreira, Damião de Góis, Garcia de Orta, e Luís de Camões, entre muitos outros autores.

¹²¹ Para Joel Serrão, algumas obras de Alexandre Herculano, como, por exemplo, a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, são uma das

Ourique”, este autor contesta a intervenção divina na História de Portugal¹²², desencadeando os protestos da Igreja Católica e a publicação de novos textos respeitantes a esta mesma matéria¹²³.

Impulsionado pela realização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense e pela introdução do positivismo em Portugal¹²⁴, o anticlericalismo cresce de tom a partir da década de 70, tendo a sua presença em obras literárias como *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz, publicado pela primeira vez em 1875. Este romance tece, através do seu enredo sobre o amor proibido e trágico entre Amaro e Amélia, uma forte crítica à influência clerical na sociedade e lança, à imagem de *Eurico, o Presbítero*, um controverso e aceso debate sobre o celibato eclesiástico.

Sem ter em mente qualquer acusação injusta de plágio à obra de Eça, tal como o escritor a sofreu em relação ao romance *La Faute de l'Abbé Mouret*, de Émile Zola, seria interessante fazer um estudo intertextual entre *O Crime do Padre Amaro* e *The Monk*, de Matthew Gregory Lewis, publicado em 1796, no auge do romance gótico inglês. Deixemos aqui registadas algumas propostas de análise para o confronto destas duas obras: a relação entre os pares Padre Amaro/Amélia e Monge Ambrosio/Matilda, a repressão do desejo e a ambivalência feminina, a

principais fontes inspiradoras do anticlericalismo republicano (cf. Joel Serrão, “Introdução ao estudo do pensamento político português na época contemporânea (1820-1920)” e “O anticlericalismo na literatura portuguesa”, in *Portugueses somos*, 1975, 200-201 e 141.).

¹²² Segundo Hernâni Cidade, Alexandre Herculano, ao excluir da narrativa histórica o episódio da aparição de Jesus Cristo a D. Afonso Henriques antes de travar a batalha de Ourique, toma a

[...] iniciativa de converter a gesta heróica e milagrosa, que era a história de Portugal, no estudo científico da marcha secular de um povo, feita por seu próprio pé, *sem auxílio de anjos em suas batalhas, sem diálogos de seus chefes com um Deus empenhado nos triunfos do seu novo povo eleito*. (Hernâni Cidade, *Portugal histórico-cultural*, 1974, 270-271. Sublinhado nosso.).

¹²³ Citemos os textos “Eu e o Clero”, “Considerações pacíficas” e “Solemnia Verba”, editados em 1850. Nesta década, Herculano publica ainda o opúsculo “A reacção ultramontana em Portugal ou a concordata de 21 de Fevereiro de 1857”, onde reage contra a assinatura deste documento oficial entre Portugal e o Vaticano. Apesar do confronto tido com a Igreja Católica a propósito da tese defendida na sua *História de Portugal*, Herculano virá a criticar Antero de Quental pelas suas graves afirmações anticlericais proferidas em 1871, uma vez que o historiador defendia a necessidade da existência de um clero com valores puros e cristãos, como exemplo parenético do povo.

¹²⁴ Cf. Jorge Borges de Macedo, “O anti-clericalismo em Portugal no século XIX. Ensaio de uma perspectiva sociológica”, *Communio*, II, 5, Setembro-Outubro 1985, 448.

cedência dos dois clérigos à tentação e à *concupiscentia carnis*, o paralelo entre a santidade inicial e a escalada de violência final, e, por último, a diferença entre a recompensa de Amaro e a punição de Ambrosio.

Amor divino, de Teixeira de Queiroz, romance publicado em 1877 com o subtítulo de *Estudo patológico de uma santa*, é baseado num caso místico ocorrido com uma cidadã belga, e o seu enredo reveste-se de uma crítica feroz à influência negativa do clero no meio rural: a camponesa minhota Rosária, movida pelo seu forte apego religioso, deixa-se fanatizar por um padre; em consequência deste facto, sofre ataques histéricos que lhe retiram a energia e a levam à morte, e, mais tarde, à sua santificação.

Quanto à produção teatral, assinalemos *Os Lazaristas*, de António Enes, uma peça panfletária em três actos, de 1875. Considerada por Luís Francisco Rebello “[...] o protótipo do drama de tese anticlerical.”¹²⁵, esta obra revolucionária provocou uma forte reacção da Igreja Católica, cujos representantes tentaram impedir a sua representação¹²⁶.

Ainda dentro do género dramático, destaque-se *Os Homens de Roma*, de Silva Pinto; o elemento anticlericalista desta peça, representada pela primeira vez em 1875, começa desde logo pelo título, que nos remete para a abordagem da influência negativa do Vaticano, e prossegue com a caracterização de determinadas personagens, como o padre Domingos, que, no início do Acto I, critica a filosofia positivista.

Ao nível da produção poética, os dois textos anticlericais *Os Falsos Apóstolos* e *O Bispo: nova heresia em verso*, publicados respectivamente em 1871 e 1874 pelo poeta portuense Guilherme Braga, são considerados, segundo António José Saraiva e Óscar Lopes, os precursores imediatos dos poemas panfletários de Gomes Leal e de Guerra Junqueiro¹²⁷.

¹²⁵ Luís Francisco Rebello, *O teatro naturalista e neo-romântico (1870-1910)*, 1978, 36. Sublinhado nosso.

¹²⁶ O padre Sena Freitas, um dos clérigos que mais violentamente se insurgiu contra esta peça, chega a definir o teatro como “uma das armas mais traiçoeiras com que os homens do mal buscam actualmente ilaquear e extinguir, entre nós, as crenças e o sentimento católico.” (apud Luís Francisco Rebello, *idem*, 37.).

¹²⁷ Cf. António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., 1996, 764.

Destaque-se ainda, nesta década, um conjunto de artigos da autoria de Oliveira Martins, publicados no jornal *A Republica* em 1870¹²⁸, e a *História de Portugal*, de 1879, onde se pressente, por influência de Jules Michelet, o ódio ao fanatismo religioso. Por último, embora não menos importantes, refiram-se *As Farpas*, de Ramalho Ortigão, onde o autor, em diversas crónicas, culpa a Igreja pela estagnação do país e acusa-a de amordaçar o livre pensamento:

A religião - mais clerical que divina -, penetrando-nos completamente, dando-nos uma lei infalível para a consciência, proibindo-nos de pensar, assegurando-nos a bem-aventurança com o fácil remédio do arrependimento, lavando-nos de todos os crimes por meio de simples confissão deles, lançou-nos na inércia passiva a respeito do problema dos nossos destinos mais elevados.

[...]

Quando um povo assim delega inteiramente nos seus padres o cuidado de salvarem por ele a eternidade da sua alma, como querem que esse povo tenha, para dirigir o que é temporal e contingente, o valor, a dignidade, o sentimento de responsabilidade e de iniciativa que não teve para guardar por si mesmo o que era divino e eterno?¹²⁹

Na década seguinte, mantém-se a mesma onda anticlericalista, com a publicação dos romances queirozianos *A Relíquia*, de 1887, e *Os Maias*¹³⁰, de 1888. Em termos de poesia, Gomes Leal publica em 1884 *O*

¹²⁸ Estes artigos do jornal *A Republica*, fundado por Oliveira Martins e Antero de Quental, podem ser considerados um ensaio para a obra que o filósofo editaria na década seguinte, intitulada *Portugal Contemporâneo*. Citemos o excerto de um deles, onde o autor atribui a culpa da decadência da nação portuguesa à aliança entre a monarquia e a Igreja Romana:

Os Iberos eram, até ao século XIV, uma das raças mais fortes da Europa e um dos povos mais cultos.

Eram crentes, eram bravos, eram trabalhadores.

A monarquia tornou a crença em fanatismo, a bravura em ferocidade, o trabalho em preguiça.

Matou-os.

De bons e úteis, fez-nos maus e preguiçosos.

Quando o grito de emancipação soou pela Europa que éramos nós? O povo da navalha, da taberna, do caldo das portarias e das procissões espectaculosas.

Éramos um povo? Não. (J. P. de Oliveira Martins, “Os 50 anos da monarquia constitucional”, in *Temas e questões – antologia de textos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, 137.).

¹²⁹ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, IV – O parlamentarismo, 1962, 125-126. Sublinhado nosso.

¹³⁰ Esta obra, de 1888, reflecte a posição anticlericalista de Eça através de Afonso da Maia, onde a crítica desta personagem à excessiva religiosidade existente no Ramalhete é exemplificada em algumas passagens, sobretudo num curto diálogo travado com o Abade Custódio, no capítulo III.

Anti-Cristo, obra caracterizada pela sua índole positivista e por um anticlericalismo radical, cujos poemas cantam a vitória da ciência sobre os valores da fé e da superstição¹³¹; em 1886, Guerra Junqueiro publica *A velhice do Padre Eterno*, em cuja obra, apesar da sua militância num partido monárquico, denuncia o facciosismo cego da Igreja e combate a exteriorização excessiva da fé cristã.

À medida que nos aproximamos do período finissecular, o discurso republicano torna-se mais radical, centrando-se na crítica à clerezia, às instituições católicas, e no apelo à secularização da sociedade¹³². No romance de Abel Botelho, um reflexo verosímil das diversas mudanças político-sociais ocorridas entre a década de 80 e a de 90, verificamos um endurecimento cada vez maior dos artigos de fundo de Aires Pinto.

Segundo Marc Angenot, o panfleto reflecte ou representa uma imagem fortemente polarizada, maniqueísta e bastante sintomática do espaço ideológico onde pretende afirmar-se¹³³. Com efeito, o maniqueísmo panfletário de Aires Pinto é revelado em alguns aspectos mais violentos ou coléricos da sua verbalidade, quando direcciona os seus ataques frontais e impiedosos ao constitucionalismo e aos seus principais representantes, à grassante corrupção da Corte régia, à Igreja Católica, ou à dinastia de Bragança, muito em especial ao rei D. Luís.

A escrita deste jornalista enquadra-se na tradição generalizada da imprensa republicana, já antes registada em *O Sallustio Nogueira*, de Teixeira de Queiroz, publicado em 1883. Citemos um excerto deste mesmo romance, mais precisamente um diálogo entre dois ex-ministros e o

¹³¹ A sua segunda edição, de 1907, ao apresentar-se simbolicamente como um “acto de contrição” pelos seus pecados líricos, revela uma mudança radical no seu pensamento, convertido à monarquia e voltado já para Deus.

¹³² Como refere Fernando Catroga,

[...] la pensée républicaine de la fin du XIXe siècle ne pouvait pas confiner la question religieuse à l'antijésuitisme et à l'anticongréganisme traditionnels. Il suffit de consulter l'abondante littérature anticléricale qui fut produite à partir de la décennie de soixante-dix – conjoncture d'où naquit le *Crime do Padre Amaro* – pour contester le célibat ecclésiastique, la confession auriculaire, le serment religieux, le dimanche, le calendrier, des attitudes critiques visant une même finalité se réactualisaient: séculariser les idées et les comportements. (Fernando Catroga, “La religiosité civique du républicanisme durant la période de propagande”, in AA. VV., *La Révolution Française vue par les portugais*, 1990, 79-80).

¹³³ Cf. Marc Angenot, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, 1982, 68.

protagonista, o qual tece os seguintes comentários sobre o género de linguagem utilizada pelos jornais republicanos:

- É por isso que eu não sou republicano na pratica, ainda que o seja, um bocado, em theoria. Não gosto de violencias. *A linguagem dos jornaes d'esse partido extremo não me agrada e não é justa.*¹³⁴

O segundo editorial de Aires Pinto para o *Noticiário*, elaborado ainda no final do reinado de D. Luís, é uma espécie de libelo, através do qual são lançadas severas acusações à maneira como a Igreja Católica soube sempre tirar o melhor partido da ignorância da classe popular, com a cumplicidade do Estado monárquico e dos seus dirigentes políticos. Para caracterizar negativamente esta instituição religiosa, o articulista reproduz uma expressão simbólica de Victor Hugo, referência importante para os ideólogos republicanos, pelo seu apoio inequívoco à República Francesa e pela oposição ao golpe de Estado de Napoleão III¹³⁵:

Depois – continuava desassombrado o artigo – como corolário natural *aí vinha a Igreja, essa imagem contumaz da civilização, tirar partido do obscurantismo preponderante, da cegueira oportunista dos dirigentes e da envilecida sujeição das classes.* Impunemente e à vontade lurando o seu trabalho de sapa na treva, *essa sinistra toupeira espiritual* consegue, açambarcadora e odienta, impor-se, e que os Estados se lhe lancem supersticiosamente nos braços, porque ela tem como passivos cúmplices a miopia interesseira dos chefes políticos e os mesquinhos egoísmos dos partidos. E assim nós vemos que *por toda a parte impera, em vez da Razão e do Direito, a superstição e o embrutecimento... mercê dessa agoireira mortalha, ou, segundo a expressão de Vítor Hugo, “dessa formidável sombra projectada a estrangular o génio do homem sobre a terra”.*¹³⁶

¹³⁴ Teixeira de Queiroz, *O Sallustio Nogueira*, 2ª ed., 1909, 30-31. Sublinhado nosso.

¹³⁵ Na segunda parte da sua obra teórica *A revolta*, o ideólogo republicano Sebastião de Magalhães Lima coloca em epígrafe o seguinte texto de Victor Hugo:

As monarchias, como as tutelas, teem a sua razão de ser em quanto o povo é pequeno.

Chegando a um certo tamanho, o povo sente-se com força para andar. Uma republica é uma nação que se declarou maior. A revolução franceza é a civilização emancipada. Estas verdades são simples.

[...]

Acceitemos a virilidade. A virilidade é a republica. Acceitemol-a para nós; desejemol-a para os outros. Desejemos aos outros povos a plena posse de si mesmos. Offereçamos-lhe esta inabalavel base de paz, a federação. (Magalhães Lima, *A revolta. Processo da monarchia*, 2ª parte, 1886, 7.)

¹³⁶ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 163. Sublinhados nossos.

Com efeito, desde o início do período liberal, são inúmeras as críticas existentes às relações oficiais mantidas entre o Estado e a Igreja Católica¹³⁷, cuja exclusividade religiosa se encontra sustentada legalmente quer pela Constituição de 1822¹³⁸, quer pela Carta Constitucional de 1826¹³⁹. Fernando Pessoa, após a implantação da República Portuguesa, elabora uma série de textos fragmentados de cariz político que viriam a fazer parte da sua obra *Da Ditadura à República*; nesta obra póstuma, que abrange o período da ditadura franquista, o autor refere que uma das três razões para a queda da Monarquia Portuguesa se deve ao facto de a mesma “[...] estar consubstanciada com o catolicismo, não só institucional como também espiritualmente; [...]”.¹⁴⁰

Para além dos artigos constitucionais, em vigor desde o início do regime liberal, outro exemplo concreto desta consubstanciação oficial entre a Igreja e o Estado pode ser encontrado no texto da Portaria do Governo, de 26 de Junho de 1871, onde é proibida a realização das Conferências Democráticas do Casino Lisbonense – a palestra seguinte seria proferida por Salomão Saragga, sob o título de “Os historiadores críticos de Jesus” – por exporem “doutrinas e proposições que atacam a religião e as Instituições políticas do Estado”, numa violação directa do artigo 6º da Carta Constitucional. No domínio literário, um outro exemplo do poder temporal da Igreja e da forte relação existente entre o Trono e o Altar encontra-se na tríade simbólica das personagens presentes na cena final do romance *O crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz.

O anticlericalismo está longe de ser um distintivo exclusivamente republicano, como já tivemos oportunidade de observar. Contudo, é desta

¹³⁷ Em 1830, Almeida Garrett tece o seguinte comentário à aliança entre a monarquia e a Igreja:

Então se formou essa funesta liga sacrilegamente chamada do *trono e do altar*, como se o trono alevantado para padrão e tribunal de justiça, o altar erguido à magestade de Deus, pudessem jamais prostituir-se para tais fins, sem perder sua augusta natureza. (Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, s. d., 41. Sublinhado do autor.).

¹³⁸ O artigo 25º da Constituição de 1822 refere que a religião da nação portuguesa é a católica apostólica romana.

¹³⁹ No artigo 1º da Carta Constitucional de 1826, está estabelecido ser Deus a fonte do poder régio, no artigo 6º é feita a reafirmação do catolicismo como religião oficial do reino, e no artigo 76º encontra-se a indicação de que o rei deve jurar pelo cumprimento da sua manutenção.

¹⁴⁰ Fernando Pessoa, *Páginas de pensamento político*, I – 1910-1919, [1986], 36.

ideologia que nasce a ideia de se estabelecer uma associação directa entre o laicismo e o anticlericalismo. Conforme refere Fernando Catroga,

[...] o homem republicano, sendo racionalista, *teria de ser laico e concomitantemente anticlerical*, pois o jesuitismo e o congregacionismo, e, para os mais radicais, as próprias representações religiosas, eram os factores que obscureciam as inteligências e impediam a verdadeira redenção humana.¹⁴¹

Deste modo, a luta anticlerical acentua-se a partir da década de 80, quando os republicanos começam a pôr em causa a tradicional associação entre o Estado e a Igreja, tentando, por um lado, reivindicar a laicização da sociedade civil e do poder político, e, por outro, retirar o peso do clero na sociedade portuguesa, a fim de que a sua ideologia pudesse singrar com maior facilidade entre a população.

É neste sentido que o editorial de Aires Pinto se dirige, através de uma linguagem virulenta e adequada à política anticongregacionista dos republicanos, contra o próprio Vaticano, ao considerar este núcleo central da Igreja Católica o principal entrave à felicidade do ser humano:

Assim as nações civilizadas da Europa, não só as carimbadas oficialmente de católicas, como a nossa, mas outras como essa grande pensadora que é a Alemanha, sofrem todas mais ou menos duramente o jugo do papismo romano, que é em última análise o mais absurdo e irrisório travão posto pela bestialidade humana à felicidade comum, à expansão natural de nossos destinos e à santa e libérrima glorificação da vida!...¹⁴²

O jornalista, após fazer uma crítica cerrada e feroz à Igreja, devido às suas ligações “perigosas” com o Governo e à sua ascendência tentacular na mente do povo português, reafirma a necessidade de emancipação do poder temporal da autoridade clerical e da sua posição neutral em assuntos do foro religioso; para esse efeito, Aires reivindica uma educação laica do Estado num discurso inflamado, cuja ênfase é dada tanto pela inserção de exclamações como pela iteração da sua mensagem, ampliada pela utilização do gerúndio na forma adverbial e da flexão verbal no modo infinitivo:

O indispensável é *educar, despertar, dignificar* a mocidade, *formar* cidadãos livres! E radicalmente *incutir* nas massas o culto

¹⁴¹ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., 2000, 287. Sublinhado nosso.

¹⁴² Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 163-164.

da razão, *limpando* do pesadelo da superstição as consciências, *repudiando* a tutela nefasta da Igreja e *santificando* o clarão emancipador da Escola!¹⁴³

Este artigo, de forte conteúdo anticlericalista, remete-nos, pela proximidade das datas de publicação, para o *Manual Político do Cidadão Português*, de Trindade Coelho, concebido em 1906 a partir da adaptação do manual *Instruction Civique*, de Numa Droz¹⁴⁴. Nesta obra “[...] de vanguarda na nossa literatura política de todos os tempos.”¹⁴⁵, o autor defende uma república democrática e federativa como a melhor forma de governo para um povo instruído e patriótico, valoriza os ideais da liberdade, igualdade e fraternidade, e sugere ainda que

[...] só a instrução primaria leiga, secularizada, progressista, liberal, poderá, lentamente, destruir a cobardia ancestral da nossa raça e, revigorando-a, adestrar uma raça nova, início de uma nacionalidade nova, forte, vigorosa, autônoma, e não, como tem sido, – quase teocrática.”¹⁴⁶

Se recuarmos cerca de três décadas, verificamos que esta linha de força da ideologia republicana já se encontra presente no pensamento de Teófilo Braga. Em *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, obra editada em 1879, é feita a crítica ao regime monárquico, sustentado pela Carta Constitucional de 1826; segundo este estratega republicano, a Carta é um documento já bastante desajustado da realidade, uma vez que impõe o catolicismo como religião oficial do Estado português, autoriza o rei a intervir por via directa nos poderes legislativo e executivo, e assenta ainda na teoria anacrónica do direito divino¹⁴⁷, ao fazer o poder régio derivar de

¹⁴³ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 164. Sublinhados nossos.

¹⁴⁴ Numa Droz é um doutrinário que virá a ser mais tarde Presidente da República Suíça.

¹⁴⁵ Augusto da Costa Dias, “Trindade Coelho e a idealização da comunidade rural”, in *A crise da consciência pequeno-burguesa – o nacionalismo literário da geração de 90*, 3^a ed., 1964, 361.

¹⁴⁶ Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, 2^a. ed., 1908, 153.

¹⁴⁷ Segundo Jean Bodin (1530-1596), considerado por muitos autores o pai da ciência política, o direito divino garante o poder absoluto do monarca sobre o seu Estado, provindo esse poder directamente de Deus e fazendo do rei o seu representante na Terra. A teoria deste jurista francês encontra-se desenvolvida na obra *Les six livres de la Republique*, publicada em 1576, onde aborda o conceito da soberania e sustenta o direito divino do monarca como forma de preservar a ordem social.

Em 1709, é publicada, a título póstumo, a obra *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*, de Jacques-Bénigne Bossuet. O conteúdo deste texto permite fortalecer a teoria do direito divino, uma vez que, segundo este bispo e teólogo francês, todo o governo, apesar de injusto, é de origem sagrada, sendo qualquer revolta contra o mesmo considerada um sacrilégio.

Deus e não da vontade dos cidadãos¹⁴⁸. Além desta crítica, Teófilo manifesta ainda o desejo de ver a política ser executada de uma forma racional e científica, banindo, em definitivo, o exercício arbitrário da monarquia através do processo hereditário:

Não mais o arbítrio da pessoa de um monarca, mas a submissão dos fenómenos sociais aos métodos e soluções científicas.¹⁴⁹

Fazendo eco das ideias de Teófilo Braga, também o romance de Abel Botelho regista estas mesmas críticas e reivindicações. No capítulo VIII, após a morte do rei D. Luís e o agravamento da crise, surge um conjunto de jornais a contestar a política monárquica, a levantar algumas dúvidas sobre a essência do regime liberal, e a pôr em causa a teoria do direito divino, sustentada por via constitucional:

[...] mas essa tão absurdamente exaltada Carta Constitucional não passava, em rigor, duma burla, porque ela fora um mero acto de poder pessoal, por meio do qual um Rei *por direito divino* se dera a teatral fantasia de nos decretar e impor um régimen de emancipação hipócrita, um verdadeiro arremedo de libertação... à força.¹⁵⁰

Na segunda conversa tida com Próspero Fortuna, Aires entende que a situação não melhorará, apesar da existência de um novo monarca, uma vez que os métodos políticos se mantêm idênticos e que a teoria do direito divino não se coaduna com os mais nobres ideais de justiça:

Por muito boa vontade que tenha o moço imperante, por muito judiciosamente que a sua educação tenha sido encaminhada, a verdade é que ele antecipadamente sabe que é, acima de tudo e antes de tudo, um rei. *Quer dizer, há-de julgar-se originalmente investido dum poder divino, outorgado, não pela lógica, não pela verdade, mas pela graça de Deus.* O que – pensará ele – o dispensa de ser justo.¹⁵¹

Por último, Aires defende, no seu texto jornalístico, a ideia nuclear de Teófilo Braga e de Trindade Coelho, ao propor a substituição da prática religiosa pela formação cívica dos cidadãos e por um “ecumenismo”

Com o início do período iluminista, a situação irá alterar-se gradualmente. Na obra *Two Treatises of Government*, publicada em 1690, o pensador inglês John Locke é dos primeiros autores a refutar a teoria do direito divino e o absolutismo régio.

¹⁴⁸ Cf. Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, I, 1879, 154-155.

¹⁴⁹ Idem, 72.

¹⁵⁰ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 243. Sublinhado nosso.

¹⁵¹ Idem, 314. Sublinhado nosso.

científico, considerando-os os métodos mais eficazes para afastar o ser humano dos caminhos da credence religiosa e encaminhá-lo em definitivo na senda do racionalismo científico:

[...] a organização social não melhorará senão quando tenhamos sacudido as algemas da Igreja e conseguido *eleva*r, *por meio duma cultura científica universalmente espalhada e racionalmente distribuída*, os conhecimentos dos cidadãos no que se refere ao mundo e ao homem, na engrenagem natural de suas mútuas relações e na lógica estrutural da sua essência.¹⁵²

2.4 – O maniqueísmo antibrigantino

Tivemos já oportunidade de analisar alguns aspectos sobre a forma como Aires Pinto se serve de um determinado conjunto de técnicas oratórias, tendo em mente os seus propósitos ideológicos: acrescentar uma componente doutrinária por via das suas mensagens valorativas. Neste sentido, o jornalista panfletário pode ser integrado, segundo Roland Barthes, na categoria dos *escreventes*, na medida em que, como autor “transitivo”¹⁵³, Aires recorre à palavra como um meio privilegiado para explicar, de uma forma crítica, a situação social e política do momento.

Por vezes, esta estratégia ganha uma eficácia maior quando é articulada, dentro da narrativa, com o discurso do sujeito de enunciação, que vai desfiando a linha condutora de uma determinada unidade temática e preparando o caminho para os textos de imprensa de Aires Pinto: é o caso dos seus dois primeiros artigos, contextualizados nos diálogos mantidos com Próspero Fortuna, onde este jornalista republicano expõe, em traços largos, a situação de grave crise vivida em Portugal com

¹⁵² Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 164. Sublinhado nosso.

¹⁵³ Segundo Roland Barthes, os autores transitivos

[...] posent une fin (témoigner, expliquer, enseigner) dont la parole n'est qu'un moyen; pour eux, la parole supporte un faire, elle ne le constitue pas. (Roland Barthes, “Écrivains et écrivants”, in *Essais critiques*, 1964, 151.).

“[...] este reinado estéril que agoniza, [...]”¹⁵⁴. Os momentos antecedentes à publicação do terceiro editorial são também de extrema relevância, devido ao estado de crescente tensão transmitido nas descrições da cerimónia oficial do beija-mão a D. Luís no Palácio da Ajuda e, numa fase posterior, dos sentimentos demonstrados em torno da morte do monarca.

Em Outubro de 1889, após a morte do rei D. Luís, é publicado o terceiro editorial de Aires. “Morreu a tempo...” é o título audacioso deste curto artigo, onde é feita uma severa crítica ao monarca e ao seu reinado:

Sibarita por seu pai, poltrão pelos avós, por sua mãe burguês e interesseiro, esperto conhecedor dos homens, manhoso, frialão, tíbio por índole e por sistema; ele erigiu o egoísmo em dogma e o prazer em culto, apropriou-se uma atmosfera glacial de cepticismo e indiferença, fez da existência um banho emoliente e perfumado, corrompeu sem escrúpulos, alienou sem hesitações, esbanjou sem piedade, e teve a sorte de morrer tranquilo no momento exacto em que ia vingadoramente anunciar-se a liquidação dos erros e defecções a que nos tem arrastado esta sujeição, duas vezes secular, ao ceptro dos Braganças.¹⁵⁵

O motivo principal para a radicalização deste discurso prende-se com o facto de a crise moral e económica, associada à decadência da nação, começar a ser atribuída pelos ideólogos republicanos à dinastia de Bragança¹⁵⁶. De acordo com esta ideia, é sintomática a utilização, por parte de Aires Pinto, de uma linguagem radical para desqualificar o seu principal adversário: numa espécie de epitáfio a assinalar o falecimento de D. Luís, Aires Pinto classifica o monarca de “sibarita”, “poltrão”, “esperto”, “interesseiro”, “manhoso”, “frialão” e “tíbio”, acusando-o ainda de egoísmo, de corrupção e de esbanjamento dos dinheiros públicos.

Detenhamo-nos um pouco na análise de algumas fontes jornalísticas deste período, relacionadas com esta transição monárquica,

¹⁵⁴ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 103.

¹⁵⁵ Idem, 239.

¹⁵⁶ “A ideologia republicana, cuja origem se pode remontar a meados do século XIX, e que se encontra em plena expansão a partir de cerca de 1880, preocupada também com uma “regeneração” de fundamento filosófico positivista e assente, socialmente, na pequena burguesia citadina e, provavelmente, na média burguesia rural, *tende a atribuir a decadência nacional a causas predominantemente políticas – à incapacidade governativa da dinastia dos Braganças (sintonizado, neste ponto, com Oliveira Martins) e às vicissitudes da história política no decurso do século XIX (oscilações para a esquerda e para a direita, entre experiências liberais ortodoxas e anseios democráticos).*” (Joel Serrão, “Esta palavra decadência...”, in *Temas de cultura portuguesa*, 1983, 19. Sublinhado nosso.).

para constataremos como o pensamento dos articulistas está dividido em relação ao exercício do poder por parte do falecido monarca, consoante a linha político-ideológica em que se enquadram. Deste modo, analisemos as posições contrastantes de Eça de Queiroz e de Fialho de Almeida, no sentido de confirmarmos a ideia avançada e de verificarmos o tratamento verosímil do texto abeliano em relação à realidade da imprensa.

Numa “Nota do mês”, publicada em Novembro de 1889 na *Revista de Portugal*, da qual era seu director, Eça de Queiroz – sob o pseudónimo de João Gomes – faz um rasgado elogio fúnebre a D. Luís e um grande encómio às cerca de três décadas que constituíram o seu reinado:

Aos cinquenta e dois annos de idade, depois de vinte e oito annos de reinado, morreu na manhã de 19 de outubro, na cidadella de Cascaes, o vigesimo oitavo rei de Portugal, o Senhor D. Luiz I. [...] E toda a Nação o chorou n’uma infinita piedade.

*Com El-rei D. Luiz, finda um periodo interessante da nossa Historia. Durante elle, Portugal, emergindo da anarchia doutrinaria que o desmantelava desde 1820, consumma o seu desquite com o Passado, quebra o seu pacto com os ideologos, – e entra resolutamente, para ventura sua ou para maiores e ineditos males, no caminho do Utilitarismo, do Fomento e do Progreso Material.*¹⁵⁷

Por sua vez, numa das suas crónicas “felinas”, o autor republicano Fialho d’Almeida¹⁵⁸ comenta – com uma ironia penetrante – o reinado do falecido monarca, inferindo-se pelas suas parcimoniosas palavras que o motivo principal da decadência de Portugal se encontra na dinastia de Bragança, cuja inércia se acentua com maior intensidade durante a vigência do reinado de D. Luís:

Perguntar-me-hão agora se o senhor D. Luiz foi bom ou mau, como soberano. Bom, dada a especie de gente que o cercava. Pessimo, quanto á ruina do paiz, que o seu reinado adeantou mais que nenhum.¹⁵⁹

Identificado com este texto, parece estar ainda o curto mas incisivo “Epitaphio para um monarca”, escrito por J. J. d’Araujo em 1893:

¹⁵⁷ Eça de Queiroz, “El-Rei D. Luiz”, in *Cartas ineditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, 1929, 231-232. Sublinhados nossos.

¹⁵⁸ Fialho d’Almeida, considerado o principal autor do naturalismo em Portugal, publica, entre 1889 e 1894, a série *Os gatos*, inspirada em *As Farpas*, de Ramalho Ortigão, onde apresenta algumas ideias políticas semelhantes às do Partido Republicano Português.

¹⁵⁹ Fialho d’Almeida, *Os gatos*, 1º vol., 2ª. ed., 1911, 155.

De mil louvores ao som
Cahiu na campa este senhor.
- Da bondade teve o dom?
Não sei... chamaram-lhe bom¹⁶⁰
Porque não foi o pior.¹⁶¹

Num contínuo ataque cerrado à dinastia brigantina, o texto abeliano passa a estar centrado nas críticas ao rei D. Carlos I, o seu novo representante. Para este efeito, o narrador recorre novamente às notícias divulgadas nos órgãos de imprensa; se, na perspectiva monárquica, os “registadores naturais da opinião” demonstram uma euforia bastante moderada pela subida ao trono deste monarca, já o panfletarismo republicano introduz uma linguagem mais agressiva e contundente, como é salientado no início do capítulo VIII:

Por isso, registadores naturais da opinião, os jornais *monárquicos celebraram o advento do novo Rei sem entusiasmo*, numa prosa pálida, tremida de vagas apreensões, gemendo um pressago vento de tristeza; ao passo que *as folhas republicanas caíam a fundo agora com destemida arrogância sobre os erros seculares da monarquia, escarpando-os na mais vigorosa e justiceira arremetida*, e à custa da impiedosa análise do presente, arriscando o subversivo horóscopo do futuro.¹⁶²

Regressemos à “Nota” de Eça de Queiroz, elaborada num período em que este autor se encontra comprometido com o regime político, a ocupar o cargo diplomático de cônsul em Paris¹⁶³, e se junta ao célebre grupo “jantante” dos “Vencidos da Vida”. Após o elogio fúnebre à memória do falecido rei, verificamos que Eça tece um rasgado elogio ao seu filho e sucessor, revitalizando conscientemente a ideia do cesarismo monárquico:

Um príncipe moderno, brilhante, cultivado, requintado, de aptidões complexas e fortes, de intelligencia largamente absorvente, de vida excellentemente pura, sobe por seu turno ao throno sete vezes secular.

¹⁶⁰ O cognome oficial de D. Luís é “O Popular”. Contudo, Eça de Queiroz chamou-lhe “O Bom”.

¹⁶¹ J. J. d’Araujo, “Epitaphio para um monarca”, A Victoria da Republica – Almanach Burocratico Illustrado e de Propaganda Democratica para 1894, 1893, 69.

¹⁶² Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 237. Sublinhados nossos.

¹⁶³ A nomeação de Eça de Queiroz é um bom exemplo do sistema de corrupção e de compadrio da administração pública. Ao saber do afastamento do Visconde de Faria deste lugar, Eça escreve ao seu amigo Oliveira Martins, em carta de 15 de Agosto de 1888, solicitando-lhe o patrocínio da sua nomeação para o cargo ambicionado. Treze dias depois, é publicado o Decreto a oficializar a nova função política de Eça em Paris, cidade onde residirá até ao fim dos seus dias.

Começa este Reinado no momento em que, pela dispersa hesitação da intelligencias, pelo incuravel enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos Partidos, pela inercia das Classes, – *o Rei surge como a unica força que no Paiz ainda vive e opéra*. E por isso mesmo que a auctoridade vital, que desde 1820 se escoára do throno e se espalhára pelas instituições democraticas e pelos corpos que as encarnam, parece refluir ao Throno para n'ele se condensar de novo [...].¹⁶⁴

Mais uma vez, a servir de contraponto ao *statu quo* queiroziano, encontramos no texto já mencionado de Fialho de Almeida um outro comentário, produzido no mesmo modo irónico, sobre a recente aclamação de D. Carlos, cujas indicações iniciais não parecem augurar nada de positivo para o futuro próximo:

O rei que vem, tergiversa do pae, ou continua-o? Saltando para a tipoia do throno, eil-o entra na Ajuda governado pelo snr. José Luciano, o mesmo sereno que acaba de levar a S. Vicente o rei finado. É mau começo!

Emquanto simples janota, o snr. D. Carlos tinha uma certa graça ao interpretar a corôa como uma especie de chapéu de côco, em oiro, que se passeia em trens de praça, e se põe á catita nos beijamãos de que reza o kalendario.

Mas depois d'acclamado, o caso muda: a corôa pesa, e o janota, ou a põe como deve, ou vae-se embora. Vida nova nunca se fez com gente velha.¹⁶⁵

Apesar da marca irónica estar ausente dos editoriais de Aires Pinto, a sua linha ideológica é, sem sombra de dúvida, idêntica à de Fialho de Almeida e à de outros publicistas de tendência republicana.

¹⁶⁴ Eça de Queiroz, “El-Rei D. Luiz”, in *Cartas ineditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, 1929, 235-236. Sublinhados nossos.

¹⁶⁵ Fialho d'Almeida, *Os gatos*, 1º vol., 2ª. ed., 1911, 156-157.

2 – As estratégias retóricas do discurso

2.1 – A sofística e a dialéctica

[...] o “sofista, esse, não joga; finge jogar e o seu desprezo pelas regras destrói o jogo; porque só raciocina aparentemente, permite-se todas as artimanhas para vencer e autoriza, por isso mesmo, o seu adversário a utilizá-las. O filósofo também não joga, observa as regras, mas com uma finalidade exterior, a procura da verdade”.

Olivier Reboul *apud* Manuel Maria Carrilho¹⁶⁶

Para entendermos a forma como a retórica da ficção é utilizada em *Próspero Fortuna*, mais do que a orientação teórica de Wayne Booth, que desvaloriza todo o tipo de literatura produzida como meio pedagógico ou de propaganda, interessa-nos sobretudo a perspectiva de autores como Susan Rubin Suleiman ou de Albert W. Halsall, que encaram esta disciplina clássica¹⁶⁷ segundo o ponto de vista aristotélico: um meio de persuasão ao serviço do orador ou do autor, usado como forma de melhor transmitir uma determinada tese e de fazer o receptor aderir às suas ideias, através de argumentos convincentes.

Platão é considerado o primeiro grande teorizador da retórica. Segundo este filósofo, o orador procura obter, através desta arte, uma vitória sobre o adversário sem o recurso à defesa de uma tese verdadeira ou verosímil. Na sua obra *Górgias*, título homónimo do fundador da técnica retórica – o siciliano Górgias Leontinos –, o autor considera a oratória mais útil para persuadir com eficácia o auditório do que

¹⁶⁶ Manuel Maria Carrilho, “As raízes da retórica: a antiguidade grega e romana”, in Michel Meyer, Manuel Maria Carrilho e Benoît Timmermans, *História da Retórica*, 2002, 49;

¹⁶⁷ Na estrutura de ensino medieval, a Retórica constitui uma das sete artes liberais, ou, dito de outro modo, um dos sete pilares da Sabedoria, tal como se encontra citado no “Livro dos Provérbios”, IX, 1: “A Sabedoria já edificou a sua casa, já lavrou as suas sete colunas.”. Pertencente ao grupo das três primeiras disciplinas que compreendem o Trívio, esta arte é um fundamento do sistema propedêutico da Filosofia.

propriamente para encontrar a verdade objectiva¹⁶⁸. Mais tarde, Aristóteles procura relativizar o carácter pejorativo atribuído à retórica por Platão; na sua obra *Retórica*, este filósofo afirma ser possível demonstrar uma tese e distinguir os conceitos envolvidos num debate através da argumentação dialéctica.

Resumindo a posição díspar destes dois filósofos clássicos, constatamos que a persuasão pode ser feita mediante dois procedimentos retóricos distintos: através da sofística, cuja perspectiva platónica vê na arte retórica um mero jogo de argumentos falaciosos; e através da dialéctica, cujo sentido aristotélico a entende como uma pesquisa honesta da verdade com o recurso a argumentos sensatos e autênticos.

Ao transpormos para *Próspero Fortuna* esta dualidade oratória, verificamos que a estratégia de Abel Botelho passa precisamente pela aplicação diferenciada de cada um destes processos: a sofística está conotada com o protagonista e com as restantes personagens pertencentes ao regime monárquico; a dialéctica é associada a Aires Pinto e à ideologia republicana. Vejamos o modo de processamento desta dicotomia.

No início do romance, o protagonista, acabado de chegar a Lisboa, encontra o seu amigo Matias Picão, um indivíduo que se move à vontade nos meios do jornalismo e das finanças, sendo, conseqüentemente, um profundo conhecedor da política nacional. Esta figura, caracterizada desde o início pela sua desonestidade e por apresentar um padrão moral bastante duvidoso, apresenta-se como uma grande personagem-tipo, ao encarnar, através da sua acção, um forte símbolo do regime monárquico e a inércia tipificada de um alto representante do sistema rotativista¹⁶⁹.

¹⁶⁸ Num excerto do diálogo recriado por Platão entre Sócrates e Górgias, o seu interlocutor, diz o primeiro:

“Não precisa a retórica de conhecer a natureza das coisas, mas tão-somente de encontrar um meio qualquer de persuadir que a faça aparecer aos olhos dos ignorantes como mais entendida do que os entendidos.” (Platão, *Górgias*, 1992, 47.).

¹⁶⁹ O rotativismo era um sistema político mediado pelo monarca, que consistia essencialmente na alternância de poder entre dois partidos. Este sistema, que prevaleceu ao longo da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século XX, divide-se em duas fases: entre 1852 e 1876, o Partido Regenerador – considerado o primeiro partido político existente de forma organizada em Portugal – governou alternadamente com o Partido Histórico; entre 1876 e 1906, a alternância foi sendo

Quando, no capítulo II, Próspero Fortuna procura conhecer o grau de importância do Parlamento na actividade da nação, Matias Picão desvaloriza desde logo o seu papel, que em princípio deveria ser independente dos restantes órgãos de soberania, e revela a obediência desta instituição política ao poder executivo:

Pois se essa tão encarecida e tão... falsa onipotência do poder legislativo não passa duma delegação, dum prolongamento do poder executivo, pois se tu vês que é deste que depende inteiramente o primeiro, por que demónio havemos de nós teimar na asneira de lhe atribuir uma importância que ele não tem? Porque havemos de arredar duma vez para sempre esse preconceito incómodo, esse absurdo e supérfluo pleonismo constitucional?¹⁷⁰

Através do seu pragmatismo malévolo, esta personagem explica, numa forma irónica e resumida, a hierarquização política em Portugal, segundo a qual o constitucionalismo parlamentar e o poder legislativo existem apenas no domínio teórico. Ainda no mesmo capítulo, Matias Picão apresenta uma galeria de figuras ligadas ao regime monárquico e ao sistema rotativista, onde todas têm invariavelmente mais defeitos do que virtudes. É o caso de Torcato Almeida, retratado como

feita entre o Partido Regenerador e o Partido Progressista. Vasco Pulido Valente explica resumidamente este sistema político da seguinte forma:

O sistema assentava na corrupção eleitoral. O Rei era o árbitro da *rotação*. Quando um ministério se metia em sarilhos, provocava a fúria dormiente do país ou, mais modestamente, se “gastava”, a Coroa chamava a oposição ao governo. Mas, como esta não podia ficar perante um Parlamento hostil, dissolvia também o Parlamento. O novo ministério passava, então, à dolorosa tarefa de se legitimar, ou melhor, de “fazer” eleições, ou melhor ainda, de “fazer” a “sua” maioria. Começava geralmente por substituir os representantes da administração central na administração local: governadores civis, administradores de concelho e regedores. Seguiam-se os funcionários públicos eventuais dependentes de Lisboa. Muitos municípios tinham um carteiro regenerador e outro progressista, um professor primário regenerador e outro progressista: todos rodavam nos empregos com os padrinhos da capital. (Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, 1976, 26-27).

Também o embaixador britânico Villiers explica, no *Annual Report* de 1907, o esquema de funcionamento do rotativismo no sistema político português:

Depois de um partido ter ocupado o poder durante um certo tempo e ter adquirido uma certa impopularidade, chega a vez do outro. Os pormenores de transferência são decididos entre os chefes, que combinam mesmo quantos lugares se vão dar à oposição. Há pouco ou nenhum esforço para se esconder a forma como são feitas as eleições, contando-se histórias incríveis sobre os métodos usados para influenciar os eleitores e os meios utilizados para manipular os resultados. (*apud* Maria Filomena Mónica, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, 1985, 90).

¹⁷⁰ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 53.

[...] o verdadeiro tipo humano do parasita. [...] o documento mais completo e o mais invejável exemplo de rafeirismo interesseiro, de servilismo imbecil, de formal abdicação das nobres impaciências do cérebro a benefício da baixa química do ventre.¹⁷¹

A descrição do conselheiro Pata-Roxa, presidente da Câmara dos Pares e deputado do partido governamental, pode ser também enquadrada no conceito pejorativo da arte sofisticada, pela forma como este político consegue retardar, de uma forma tão dissimulada, todos os processos de desenvolvimento na nação:

Manhoso, frialão, tão obtuso nos raciocínios como tardo nos movimentos, ele é assim o consagrado, o clássico e fiel travão posto pela estafada geringonça constitucional às sacudidelas valentes do Progresso. Com o seu olhar de porco e a sua crassa enormidade, é a mais genuína encarnação da rotina, é o “empata” por excelência, é como o verdete, o ranço, a ferrugem. Vale por um artigo adicional da Carta.¹⁷²

Por último, Júlio Cepedo é mais um símbolo da decadência do sistema parlamentar português. Matias Picão retrata esta personagem como uma espécie de ilusionista da arte “circense” da política, dada a sua capacidade inventiva na área financeira:

[...] trampolineiro emérito, o mais insigne dentista da finança, o inventor da orçamentologia e o travão oficial da bancarrota. É um portentoso charlatão, comendo cifras como se engolisse espadas. Fez do calote uma instituição, é o oráculo da Rua dos Capelistas. Invariavelmente falso e desleal, a começar por ele mesmo...¹⁷³

Com efeito, Júlio Cepedo tem uma visão bastante distorcida da actividade parlamentar. Segundo a sua opinião, tal como a ilusão criada pelo prestidigitador junto do seu público, assim deve ser o procedimento de um político para com o seu eleitorado: utilizar o discurso como uma arte falaciosa. Como político mais experiente, para além do conselho que dá a Próspero de estudar menos e intrujar mais, Cepedo dá o exemplo singular do *whist*, um jogo de cartas em voga na altura, para servir de comparação com a imagem maquiavélica que tem da política e do parlamentarismo em Portugal:

Primeiro agrupamos as cartas por cores, vê?... e depois, dentro de cada cor, segundo o seu valor relativo. [...] A descrição, o

¹⁷¹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 54.

¹⁷² Idem, 68.

¹⁷³ Idem, 70.

segredo é tudo. As manobras com êxito hão-de girar na sombra... E o público, que não gosta das mutações à vista, ilude-se assim e traz-se entretido com os episódios imprevistos, com as crises que inverosimilmente nós fazemos surgir, com os ministérios saindo dum alçapão, com os empréstimos redentores, com as sinecuras que saltam de surpresa. A galeria, um momento estonteada, perde então a faculdade crítica, é incapaz de ver claro. E entretanto, nós, com a maior facilidade - e, sobretudo neste abençoado regímen representativo, sem responsabilidade de espécie alguma, fazemos também como o *whist*... baralhamos e tornamos a dar... absolutamente à nossa vontade, engodando impunemente com sucessivas artimanhas o País, que, mal torna a si da hipnose da última escamoteação e já nós o temos outra vez suspenso, iludido com uma visualidade nova.¹⁷⁴

Note-se que o sistema parlamentar continuará a ser um forte alvo de críticas, pela sua inércia e ineficácia; no início do século XX, o romancista e jornalista Alfredo Gallis, desafecto à ideologia republicana, denuncia a perversão deste sistema, fazendo menção directa ao sofisma astucioso a que os partidos do Governo recorrem para iludir os cidadãos:

Portugal não precisa de eleições nem de deputados, diga-se aqui em publico e raso, com uma brutalidade sincera.

No espirito de todos os homens honestos e reflexivos perdura esta mesma opinião. *O parlamento é uma burla e um sophisma immoralissimo que já não engana nem convence ninguém.*

Todos sabem como se faz um deputado e a importancia que se lhes dá.

Quando muito, servem de joguetes nas mãos das conveniencias partidarias, e nada mais.¹⁷⁵

Com as intervenções de Aires Pinto no romance, é introduzida uma nova categoria discursiva, muito diferente daquela que designámos de sofisticada e associámos aos representantes da monarquia constitucional. Este ideólogo já não tem o propósito de iludir o receptor, tal como o fazem as restantes personagens através da “[...] mera manipulação astuta das palavras, [...]”¹⁷⁶; pelo contrário, o seu discurso procura persuadir sempre através da utilização sensata da argumentação dialéctica. Para esse efeito, Aires recorre sucessivamente aos três géneros de discurso retórico: o judicial, o deliberativo e o epidíctico.

¹⁷⁴ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 72.

¹⁷⁵ Alfredo Gallis, *A burla do constitucionalismo*, 1905, 143. Sublinhado nosso.

¹⁷⁶ Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria e metodologia literárias*, 1990, 22.

Através do *discurso judicial*, Aires dirige os seus ataques contra a monarquia e a Igreja Católica, tomando o passado como referência temporal primária. Servindo-se do discurso forense como modelo, coloca sob acusação grave estas duas entidades pela prática continuada de inúmeros actos criminosos e lesivos para os interesses colectivos da nação; neste sentido, o romance pode ser perspectivado como se de uma espécie de julgamento da Monarquia se tratasse: Aires Pinto é o advogado de acusação, Próspero Fortuna é o advogado de defesa, e o leitor é o juiz.

Segundo Heinrich Lausberg, a amplificação é um procedimento argumentativo que

[...] consiste em que o acusador procure apresentar o delito do acusado, como um enorme e abominável crime, ao passo que o defensor qualifica o mesmo delito, como um erro inofensivo. *A amplificação tem, por conseguinte, duas direcções partidárias: a do aumento e a da diminuição.*¹⁷⁷

Sendo a *amplificatio* o procedimento argumentativo privilegiado do discurso forense, verifica-se que, em alguns momentos de diálogo, o “acusador” Aires utiliza a amplificação *por aumento partidário*, ou seja, apresenta uma série de argumentos contra as arbitrariedades do regime monárquico e a impunidade dos seus representantes, consideradas um verdadeiro crime de lesa-pátria; pelo contrário, Próspero, nas suas respostas pouco fundamentadas, emprega a amplificação *por diminuição partidária*, isto é, procura desvalorizar a gravidade dos factos enumerados por Aires Pinto, considerando este modelo governativo apenas uma excelente oportunidade para um indivíduo poder ascender na sociedade. Veja-se o exemplo de um diálogo entre ambos, no capítulo XI, no momento em que Aires decide abandonar a sua colaboração para o jornal:

Desfruta e gasta sem medida o rei; e à sua sombra, e sob a sua protecção inviolável, gasta e desfruta, sem freio, a seita daninha dos gusanos dos poder. Este reduzido grupo domina e escraviza positivamente a grande massa da população. São algumas centenas de homens cavalcando impiamente milhões.

[...]

- Ora! E bem tolo é quem não entra prà confraria.

¹⁷⁷ Heinrich Lausberg, *Elementos de retórica literária*, 3ª ed., 1982, 106. Sublinhado nosso.

- Ainda hoje – inflamadamente prosseguiu Aires Pinto – por quase toda essa Europa, autoritária e retrógrada, a odiosa engrenagem do edifício social é esta! Ainda o povo, como supremo mandatário, não conseguiu substituir a supremacia do Estado, que é um despótico absurdo, pela vontade da Nação, que é lógica emanção da consciência humana. Por isso o exercício da política não é o que devia ser! e os egoísmos dinásticos e as gananciosas garras da vossa... confraria esforçam-se por a conservar assim, a tudo para isso recorrendo – té ao argumento da bala. As vossas armas predilectas são: violência, corrupção, hipocrisia. Por toda a parte a mesma coisa! Onde quer que arrogante refulja uma coroa, lá teremos de roda, a seus pés, a mesma canalha subserviente a ampará-la. Oprimem, carregam enquanto podem... e por cada sinal mais violento de resistência, encolhem então sonsamente as garras.

- No teu furor declamatório – repito – esqueces-te de que estamos em face dum reinado novo...

- Que há-de ser como os anteriores. Se não for pior!

- És tolo!...¹⁷⁸

Através do *discurso deliberativo*, o ideólogo republicano procura induzir o seu amigo Próspero a praticar uma melhor conduta política, tomando o futuro da nação como referência temporal primária. Para isso, recorre à estrutura característica do discurso político e da prédica, e privilegia o *exemplum* como procedimento específico na argumentação indutiva, por meio da carta enviada do Brasil.

Por último, através do *discurso epidíctico*, Aires visa a censura a uma determinada pessoa ou entidade. Tendo como modelo o violento texto panfletário, o jornalista elabora os seus editoriais contra as formas de actuação do rei D. Luís, da Igreja Católica e dos membros monárquicos.

¹⁷⁸ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 313.

3.2 – A argumentação e a maiêutica

A argumentação é uma técnica utilizada sobretudo com o intuito de persuadir, ou seja, de provocar a máxima adesão às teses defendidas, tendo em mente uma modificação positiva no comportamento do interlocutor. A grande ductilidade da técnica argumentativa possibilita, por sua vez, a sua aplicação ao discurso através de duas escolhas fundamentais: num sentido lato, implica sustentar uma determinada evidência, mediante a apresentação de provas incontestáveis; no sentido filosófico, equivale a chegar a uma conclusão como consequência lógica da concatenação das proposições iniciais, podendo ser estabelecida por modo silogístico, partindo dos conceitos gerais para os particulares, ou por modo indutivo, no caso inverso.

Reservemos a argumentação filosófica para os dois próximos pontos e analisemos para já a acepção lata da técnica argumentativa, que, em *Próspero Fortuna*, se encontra disseminada pelas intervenções de Aires Pinto, tanto nos dois grandes diálogos mantidos com o protagonista como nos seus textos panfletários, publicados na imprensa.

No início do romance, Próspero Fortuna é nomeado, de forma imerecida, redactor do *Noticiário*. Perante a sua inexperiência do cargo e falta de empatia para elaborar um simples artigo, tem a brilhante ideia de, a troco de algum dinheiro, entregar esta última tarefa a Aires Pinto, o seu antigo colega dos tempos de Coimbra. Quando o visita pela primeira vez no espaço onde habita, fica surpreendido diante do cenário desconfortável de umas águas-furtadas no Bairro Alto, facto que se reflecte na descrição de um ambiente saturado de sordidez, tão característico da deleitosa minudência naturalista:

Afazendo a retina àquela suja e parcimoniosa penumbra, vinha a reconhecer-se como, irredutivelmente, o desconforto, o desmazelo, a tristeza, a penúria e a fome de há muito ali haviam assentado arraiais definitivos. A favor da incúria e da humidade, daquela solidão do protector remanso, medravam ali à solta as várias criptogâmicas da podridão, pululavam colónias abundantes de parasitas. Testemunho, a salitrosa baba, os verdes conglomerados, as fungosas eflorescências que, um pouco ao acaso, por toda a parte, tortulhavam da carunchosa ossatura do

telhado, no fermento das suas juntas mais profundas; testemunho, esses mosqueados desenhos, de negro e unidos pontilhados, que profusamente seguiam debruando de salpicadas rendas todas as falhas, todos os orifícios, todas as incisões, todas as sinuosas sarjas das paredes.

No mais escuso recanto da quadra refugiava-se um mesquinho catre.¹⁷⁹

A extrema repulsa sentida durante a caracterização deste espaço degradado recorda-nos, de algum modo, a descrição de Sócrates e do ambiente em seu redor: em *O Banquete*, de Platão, Alcibiades compara a figura deste filósofo grego às estátuas de silenos, que, para admiração geral, no momento da sua abertura, mostravam no seu interior belas representações de divindades.

A referência ao sileno¹⁸⁰ é um dos exemplos reveladores da teoria socrática das Ideias, retomada e valorizada pelo seu discípulo Platão. Segundo este filósofo, a Ideia, pertencente ao mundo inteligível e à verdade arquetípica, é o aspecto mais determinante do conhecimento e da moral, pois representa a razão; pelo contrário, o mundo sensível, espaço das sensações corpóreas e dos fenómenos da natureza, é apenas um reflexo pálido da realidade. A imagem do sileno serve, por um lado, para testemunhar a importância suprema da beleza interior e, por outro, para desvalorizar o aspecto exterior, de aparência andrajosa e repulsiva.

Quando, no episódio do reencontro das duas personagens de *Próspero Fortuna*, a narrativa se concentra em Aires Pinto, ocorre uma alteração no registo descritivo: ao iniciar-se a caracterização física desta personagem, traçada numa espécie de reorganização neoplatónica, essa repugnância primordial desvanece-se por inteiro e de forma instantânea, para se instaurarem os nossos primeiros sinais de simpatia para com a mesma. Com efeito, antes de exprimir qualquer tipo de pensamento ou até mesmo uma simples palavra, esta personagem masculina adquire, por meio de um processo de focalização externa, uma magnificência proporcionada apenas pela condição superior da sua beleza física, uma

¹⁷⁹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 92-93.

¹⁸⁰ O sileno era um velho sátiro, um deus menor da embriaguez, que, em estado ébrio, adquiria uma sabedoria especial e o dom da profecia. Em termos latos, o sileno é considerado uma criatura feia e desagradável à vista, mas de uma imensa riqueza espiritual e intelectual.

característica importante tanto no Classicismo greco-romano como na mundividência renascentista, reconvertida à estesia pagã:

E, afincadamente dobrado sobre a sua aresta, havia um *homem doce e franzino*, moço ainda, de bigode loiro e acamado cabelo castanho, numa *atitude de mansa obstinação*, reflexivo o lábio, *o ar tranquilo, as harmoniosas órbitas dos seus grandes olhos castanhos bondosamente apartadas na ampla afirmação da testa, e na fina modelação do rosto mulheril a pele muito lisa e clara*.¹⁸¹

Numa fase subsequente, surgem então as intervenções orais de Aires Pinto a acrescentarem uma mais-valia à sua caracterização. Através das mesmas, o leitor passa a conhecer melhor esta personagem e, por conseguinte, a ter uma maior percepção de todos os problemas com que Portugal se debate: no primeiro diálogo mantido com Próspero Fortuna, Aires Pinto introduz o tema da crise e da decadência da nação portuguesa; no segundo diálogo, reprovava toda as formas de regime monárquico, critica o despotismo dos reis e os seus gastos exorbitantes, tece um grande elogio à obra épica *Os Lusíadas*, e, por fim, sublinha a importância da questão política em detrimento da questão social.

Nesta introdução sequencial do carácter de Aires Pinto, encontramos, em termos retóricos, os meios técnicos de persuasão criados pelo narrador para incorporar a argumentação desta personagem. O início da descrição do ideólogo republicano, bem como as suas primeiras intervenções, corresponde ao *ethos*, definido por Heinrich Lausberg como o *grau mais suave de afectos*¹⁸²; tal como refere Américo de Sousa,

Só num homem insigne, a um tempo racional, excelente e bondoso, se pode confiar. Logo, o orador deve dar a impressão de que possui um tal carácter, se pretende persuadir, pois *o seu êxito não depende só do que disser mas também da imagem que de si próprio projectar no auditório*.¹⁸³

Ao nível do *ethos* é assim demonstrado o carácter íntegro do orador, formado a partir da credibilidade e da competência do seu discurso, que permite adquirir, com maior eficácia e de uma forma mais

¹⁸¹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 93. Sublinhado nosso.

¹⁸² Cf. Heinrich Lausberg, *Elementos de retórica literária*, 3ª ed., 1982, 105.

¹⁸³ Américo de Sousa, *A Persuasão – Estratégias para uma comunicação influente*, Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação apresentada à Universidade da Beira Interior, 2000, consultado em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.html>, em 30 de Março de 2005. Sublinhado nosso.

directa, uma base de confiança por parte do seu interlocutor, no qual se inclui o próprio leitor. Por sua vez, a maneira como é descrito, através de uma tipologia neopetrarquista, corresponde ao acto de *delectare*, ou seja, é exercida toda a influência afectiva sobre o arguente, com o intuito de nele despertar afectos aprazíveis.

Numa segunda fase, é introduzido o *pathos*, definido por Lausberg como o *grau mais violento de afectos*¹⁸⁴, através do qual o orador investe nas emoções passíveis de manobrar o pensamento do auditório, a fim de ganhar adeptos para a sua causa. É aqui que Aires Pinto procura utilizar uma linguagem mais exuberante, de forma a melhor transmitir o sentimento jubiloso da ideologia republicana; com o acto de *movere*, motivador de afectos fortes e extremados, a sua mensagem adquire uma maior influência sobre Próspero.

Na última fase, encontramos o *logos*, considerado o meio mais importante da argumentação retórica. Surge aqui o momento de Aires tentar persuadir o seu amigo para a necessidade de implantação da república, com vista a solucionar a presente crise; para isso, serve-se de um importante recurso argumentativo destinado a persuadir: o *exemplo*, equivalente a uma espécie de indução retórica. Porém, antes da análise deste caso particular, ao qual será dado o devido relevo no ponto 3.4, regressemos aos momentos de diálogo entre Aires Pinto e o protagonista.

A maiêutica designa, num sentido etimológico, a arte de fazer nascer, pertencente à profissão da parteira; adaptada por Sócrates ao domínio filosófico, passa a significar também a arte que ajuda o homem a descobrir a verdade e a despertar conceitos, como a prática do bem e da virtude. À semelhança deste método pedagógico, baseado no processo dialéctico da conversação e da interrogação, podemos considerar que Aires procura, de uma forma idêntica, conduzir o seu interlocutor a aceitar como válidos os argumentos apresentados. No início do segundo diálogo, no capítulo XI, podemos encontrar um bom exemplo desta ideia:

- [...] Pode haver agora, bem vês, por parte do Governo e dos seus amigos, o bom empenho de acertar. Quem te diz que não vamos entrar numa fase nova?

¹⁸⁴ Cf. Heinrich Lausberg, *Elementos de retórica literária*, 3ª ed., 1982, 105.

Veio agora ao Aires a sua vez de rir:

- Com este Regímen?

- E porque não?...

- Desengana-te... A grande, a iniludível verdade é esta: nem qualquer monarquia, por mais alindada que seja de vernizes liberais, poderá libertar-se do seu obrigado cortejo de ignorantismo e opressão, nem a verdadeira e sã democracia, no seu lógico e sagrado exercício, pode compadecer-se com o absurdo convencional do princípio dinástico. O destino dos povos não pode estar à mercê dos acasos dum ventre. É ilógico e é caro!¹⁸⁵

Através do excerto apresentado, verificamos ainda que a técnica argumentativa empregue nestes diálogos não é executada por via de um processo maiêutico linear, uma vez que o “filósofo”¹⁸⁶ faz uma pergunta retórica e simultaneamente condiciona a consequente resposta, emitindo logo de seguida o seu próprio parecer; todavia, apesar desta diferença processual em relação à maiêutica tradicional, o objectivo da sua argumentação é-lhe equivalente: ajudar Próspero Fortuna a descobrir a verdade, fazendo-o aderir à ideologia política proposta.

Com efeito, a maiêutica contribui para a descoberta da verdade, um conceito que, segundo Sócrates, está sempre presente na mente do indivíduo num estado latente, aflorando à superfície mediante a colocação de determinadas questões; daí o facto de este processo pedagógico não ajudar a conhecer, mas a *reconhecer*. Como refere este filósofo, conhecer é reconhecer, pensamento que nos remete para a teoria da reminiscência, a base fundamental do pensamento platónico, e segundo a qual a alma humana viveu na esfera inteligível e contemplou as Ideias no seu estado arquetípico, antes de ter encarnado na matéria corpórea. Pelo esforço da reminiscência, o seu humano consegue, por vezes, captar a realidade inteligível, para além do seu mundo de sombras sensíveis.

No romance de Abel Botelho, está presente esta mesma ideia quando, mais tarde, num rebate de consciência, Próspero Fortuna reconhece duas espécies de verdade produzidas em consequência dos dois diálogos com Aires Pinto: uma em relação aos outros, e a outra em relação a si mesmo. No seu primeiro reconhecimento, ocorrido quando se

¹⁸⁵ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 310-311.

¹⁸⁶ Cf. idem, 306.

encontra já no Parlamento após a sua eleição, faz um elogio aos dois deputados republicanos e admite a existência de um conjunto de ilegalidades cometidas pelos restantes membros parlamentares:

Mas ainda Próspero notou como, por via de regra, aquela astuta manobra das discussões parlamentares, longe de ser o corolário espontâneo do momento, não passava da mais impudente e desvergonhada [sic] ilusão; era uma coisa as mais das vezes planeada a frio, burlona, artificial, movida com interesseiro desplante nos bastidores, sem convicção, nem sinceridade, nem civismo, nem grandeza.¹⁸⁷

Mesmo ao cair do pano romanesco, após o anúncio da sua nomeação como ministro do novo Governo, Próspero acaba também por reconhecer uma grande verdade sobre si próprio, ao confirmar a sua identificação próxima com esse grupo inqualificável de dirigentes políticos e de governantes, e ao relembrar, com um certo embaraço, a série de malfetorias cometidas em pouco mais de três anos com o propósito singular de ascender na sociedade:

Agora *reconhecia* que toda essa ilusória torre de glórias e grandezas ele a edificara à custa da própria felicidade. [...] Trepara seguro e breve, era certo: porém vendo implacavelmente cavar-se-lhe de roda, por cada novo triunfo, uma decepção, uma vergonha, uma vilania, uma torpeza...¹⁸⁸

Não obstante este processo gradual de aprendizagem, indutor do importante reconhecimento dos seus erros, verificamos que Próspero Fortuna não consegue arrepender-se o suficiente para se tornar um verdadeiro herói, através de uma mudança radical dos seus valores ideológicos e do seu comportamento social, optando antes por seguir o caminho mais fácil do regime político instituído.

Em termos intertextuais, o tipo de diálogo existente entre o protagonista e Aires Pinto, em cuja linha maiêutica predomina uma intensa componente pedagógica, remete-nos para duas obras de autores republicanos, também assentes numa estrutura dialógica de pergunta e resposta, e cujos títulos indiciam, desde logo, uma orientação proposta pela geração doutrinária republicana: são elas o *Catecismo Republicano*

¹⁸⁷ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 331.

¹⁸⁸ Idem, 491-492. Sublinhado nosso.

para Uso do Povo (1880), de Teixeira Bastos e Carrilho Videira, uma edição sem grande sucesso, e a *Cartilha do Povo* (1884).

Esta última obra, da autoria de José Falcão¹⁸⁹, vem a ter uma grande divulgação junto da classe popular, devido à sua estrutura simplificada e à forma de redacção numa linguagem bastante acessível. Em 1886, o jornalista republicano Sebastião de Magalhães Lima tece-lhe já grandes elogios, sublinhando o seu elevado efeito pedagógico e a sua grande difusão, sobretudo junto da classe popular e do meio rural:

A grande obra de José Falcão está, porém, na *Cartilha do Povo*. Esse livrinho, o mais util e o mais popular livro de propaganda, que tem apparecido no nosso paiz, representa um alto serviço prestado á democracia. Saiu de mão amiga e generosa e nós applaudimol-o com o mesmo enthusiasmo e com o mesmo fervor patriotico com que temos applaudido a *Cartilha Maternal* de João de Deus. Nas provincias a *Cartilha do Povo* tem sido espalhada aos milhares de exemplares e não se imagina o effeito verdadeiramente prodigioso, produzido no homem do campo pela sua leitura. Dir-se-hia que uma luz estranha lhe alumia inesperadamente o cerebro em trevas, acordando-o de subito para a vida e para o mundo. Milagroso verdadeiramente!¹⁹⁰

Alguns anos mais tarde, Alberto d'Oliveira confirma o sucesso da obra e reconhece José Falcão como um grande intelectual republicano:

José Falcão escreveu em tempos uma encantadora cartilha, especie de livro de missa *para o povo aprender a pensar*. Esse livro teve um exito enorme, e encontrou publico em todas as provincias de Portugal: [...].¹⁹¹

Esta *Cartilha* apresenta uma série de encontros entre João Portugal, representante da ideologia republicana, e José Povinho, nome retirado da figura popular criada por Rafael Bordalo Pinheiro¹⁹², dos quais destacamos aqui o início do segundo:

José Povinho. – Ainda bem que te encontro antes de partir.
João Portugal. – Queres então mais alguma explicação?

¹⁸⁹ José Joaquim Pereira Falcão (1841-1893), professor de Matemática, foi uma figura emblemática para a geração doutrinária republicana. Para além da *Cartilha do Povo*, que no primeiro ano da sua edição vende trinta mil exemplares, tendo sido reeditada em 1896, destaca-se-lhe ainda a fundação do jornal republicano *A Justiça*, em 1878.

¹⁹⁰ Sebastião de Magalhães Lima, *A revolta*. 2ª. parte. Processo da monarchia, 1886, 46.

¹⁹¹ Alberto d'Oliveira, "Duas almas", in *Palavras loucas*, 1894, 180. Sublinhado nosso.

¹⁹² O Zé Povinho, que surge pela primeira vez no jornal *A lanterna magica*, em Junho de 1875, "[...] tinha-se tornado, desde cerca de 1880, um porta-voz dos sentimentos republicanos." (José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal – Estudos de factos socioculturais*, 2ª ed., 1993, 562.).

José Povinho. – Quero. Dize-me: o nosso rei é bom ou mau? Se houvesse um rei bom, não seria o povo tão miseravel.

João Portugal. – Como te enganas! O rei é um homem como os outros. Todos os reis são maus para o Povo, porque são reis. Sabes porventura quanto o Povo paga para ter um rei?

José Povinho. – Era esse um dos pontos que eu queria bem explicado.

João Portugal. – Então escuta:

O rei ganha um conto de réis por dia.

A rainha cento e sessenta e tres mil novecentos e trinta e cinco réis por dia.

O irmão do rei quarenta e tres mil setecentos e quinze réis por dia.

O pae do rei duzentos e setenta e tres mil duzentos e vinte e cinco réis por dia.

O filho mais velho do rei cincoenta e quatro mil seiscentos e quarenta e cinco réis por dia.

Cada uma das irmãs do rei levou de dote noventa contos de réis.

O pae do rei teve de dote noventa contos.

A rainha teve de dote sessenta contos.

O filho mais velho do rei vae casar, e a mulher d'elle há [-de]ter dote, e cada um dos seus filhos ha de ganhar o mesmo que hoje ganham os tios. Já vês que só a familia real custa quinhentos e setenta e dois mil oitocentos e quarenta réis por dia! Isto é fóra os dotes.¹⁹³

Neste excerto, João Portugal explica, a pedido de José Povinho, o modo como a maldade reside em todas as monarquias e enumera, de forma exaustiva e com um pormenor realista, os enormes gastos e extravagâncias da família real. Como podemos observar, o primeiro editorial de Aires Pinto, lido intercaladamente durante um diálogo com Próspero, aborda de forma idêntica o prejuízo causado pelo Rei e pela sua Corte, que se alastra seguidamente a toda a máquina constitucionalista:

O Rei apoia-se na Corte, a qual por seu turno baixa a alastrar a sua corruptora influência pelo industrialismo oportunista dos partidos. A dinastia perdulária que deixou perder o Brasil, depois de ter dado a Índia aos Ingleses, ampara-se ao servilismo doirado dos seus fâmulos brasonados, e todos estes descem a comungar, com a dinastia, no mesmo evangelho interesseiro e egoísta que é o modo de vida dos partidos. Ora isto custa-nos os olhos da cara.¹⁹⁴

¹⁹³ José Falcão, *Cartilha do Povo*, 1906, 20-21.

¹⁹⁴ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 129.

No segundo diálogo, Aires Pinto volta a criticar todos os regimes monárquicos e, em especial, a figura do rei, pelo seu despotismo e pela sua tendência perdulária:

Desfruta e gasta sem medida o rei; e à sua sombra, e sob a sua protecção inviolável, gasta e desfruta, sem freio, a seita daninha dos gusanos dos poder. Este reduzido grupo domina e escraviza positivamente a grande massa da população. São algumas centenas de homens cavalgando impiamente milhões.¹⁹⁵

No final desse mesmo diálogo, e após algumas dúvidas manifestadas pelo seu amigo Próspero, o filósofo volta a atribuir a responsabilidade pela decadência da nação portuguesa à família real:

- Pra ti então, não há possível salvação, dentro do Regímen?
- Não há redentora solução possível, não! E por este singelíssimo motivo: que toda a crise actual da sociedade portuguesa se resume neste facto único – *tem uma família a mais*.¹⁹⁶

3.3 – Dois silogismos sobre Camões

Segundo Aristóteles, o silogismo é o modelo de raciocínio por excelência, sendo através deste processo dedutivo que, admitida a legitimidade universal das duas premissas iniciais, se conclui necessária e consequentemente uma nova proposição, nelas incluída e implicada; tal acontece num exemplo paradigmático da lógica aristotélica, onde as premissas “Todos os homens são mortais” e “Sócrates é homem” antecedem a respectiva conclusão natural: “Sócrates é mortal”.

Definida a lógica aristotélica, façamos a sua transposição para desenvolver dois interessantes raciocínios, identificáveis em *Próspero Fortuna* numa relação intertextual com o poeta Luís de Camões e com a

¹⁹⁵ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 313.

¹⁹⁶ Idem, 320. Sublinhado nosso.

sua obra: no primeiro, associa-se o conceito de patriotismo ao poema épico *Os Lusíadas*, e a ideologia republicana ao seu autor; no segundo, é possível estabelecer um paralelo entre o destino das duas principais personagens e a acção da “Esparsa ao desconcerto do mundo”.

Usemos, então, a sequência trifásica do pensamento silogístico como ponto de partida para a primeira associação feita no romance a Camões, e estabeleçamos a premissa inicial de Aires Pinto a propósito do poeta quinhentista: “A épica de Camões é patriótica”. Com efeito, podemos aceitar o carácter lógico e universal desta proposição¹⁹⁷; para este ideólogo republicano, o poeta quinhentista é uma espécie de entidade divina, e a sua obra épica um exemplo supremo de referência nacional.

Ao historiarmos, de uma forma superficial, a génese deste poema, verificamos que em 1516, no Prólogo do *Cancioneiro Geral*, Garcia de Resende tece o merecido encómio ao proselitismo do povo português, cujos descobrimentos marítimos possibilitaram a conversão de diversas civilizações pagãs à fé cristã, salientando ainda que estes enormes feitos são inteiramente dignos de consagração eterna em forma poética, pois, tratando-se de “verdades puras”, ultrapassam as acções “fingidas” dos heróis épicos da Antiguidade clássica.

Cumpridas mais de seis décadas, os dez cantos de *Os Lusíadas* vêm corresponder a esse antigo desejo de eternizar, da forma mais condigna, os actos heróicos do passado; ao recuperar o género mais nobre da Antiguidade clássica, sob a influência incontornável do poema *Eneida*¹⁹⁸, também a epopeia nacional portuguesa se apresenta imbuída

¹⁹⁷ Antes da consagração definitiva de Camões ao estatuto mais elevado da literatura portuguesa, momentos houve de crítica acérrima na recepção literária a *Os Lusíadas*. Contudo, estas apreciações negativas nunca foram justificadas com base na falta de patriotismo, mas sobretudo pelo seu recurso à mitologia pagã, uma inverosimilhança inadmissível para os teólogos e dirigentes católicos: citemos o caso de Manuel Pires de Almeida, com o seu intransigente *Juízo Crítico sobre a Visão do Indo e do Ganges*, publicado no século XVII, ou, no século seguinte, do padre Luís António Verney, apesar da grande erudição enciclopédica e da forte influência da cultura iluminista demonstradas ao longo das dezasseis cartas que preenchem os dois volumes do *Verdadeiro método de estudar*, obra publicada originalmente em Nápoles no ano de 1746, sob a autoria de Frade Barbadinho.

¹⁹⁸ Por sugestão directa do imperador Augusto, o poeta latino Virgílio compõe a *Eneida*, cujo enredo gira em torno das aventuras de Eneias, personagem heróica com um papel fundamental na fundação do Estado de Roma e um símbolo arquetípico do povo romano, através do qual se revê.

de uma forte exaltação nacionalista, transmitindo uma importante mensagem de valor moral e de virtude patriótica.

A partir do poema garrettiano *Camões*, fronteira cronológica da introdução oficial do Romantismo em Portugal¹⁹⁹, irá desenvolver-se, de uma forma mais abrangente, uma admiração profunda pelo poeta quinhentista, que já vinha sendo demonstrada por meio de outras formas artísticas²⁰⁰; neste poema extenso, também decomposto em dez cantos, Almeida Garrett inspira-se no atribulado percurso de vida de Luís de Camões e na elaboração do seu texto épico para sustentar a imagem de um sujeito lírico amaldiçoado pela má Fortuna, nostálgico pelo desterro forçado da sua ditosa pátria, e incompreendido pelo seu semelhante.

Passemos de seguida à segunda premissa deste silogismo: “O patriotismo é um sentimento republicano”. Na verdade, a *cultura do patriotismo*²⁰¹, após a sua enorme relevância estabelecida ao longo da primeira geração romântica²⁰², ganha um valor acrescentado a partir do momento em que lhe é associada a ideologia republicana²⁰³: em 1880,

¹⁹⁹ Publicado em 1825, o poema *Camões*, composto durante o exílio de Almeida Garrett devido às suas opções político-ideológicas em favor da causa liberal.

Em 1880, esta obra é englobada no conjunto de edições comemorativas do centenário da morte do poeta, indo o destaque especial desta sexta edição para o seu prefácio, assinado pelo romancista Camilo Castelo Branco.

²⁰⁰ Em 1817, o Morgado de Mateus lança a edição parisiense de *Os Lusíadas*, e Domingos Bontempo compõe a *Missa de Requiem* em memória de Camões; em 1824, Domingos António de Sequeira pinta o quadro *A morte de Camões*.

²⁰¹ Esta expressão é um dos subtítulos pertencentes ao artigo de Rui Ramos “O fim do século”, inserido no sexto volume da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso.

²⁰² Note-se como os protagonistas das grandes obras de Almeida Garrett, nomeadamente *Camões*, *Frei Luís de Sousa* e *Viagens na Minha Terra*, são dotados de um profundo sentimento patriótico.

A propósito do drama *Frei Luís de Sousa*, levado à cena pela primeira vez em 1843, tece Eduardo Lourenço as seguintes considerações:

Interpretou-se (à superfície) o *Frei Luís de Sousa* em termos de puro melodrama *psicológico*, de pura contextura romântica – o que também é, naturalmente – mas o *autêntico trágico que nele existe é de natureza histórico-política, ou se se prefere, simbólico-patriótica*. (Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 1978, 92. Sublinhado nosso.)

²⁰³ Em 1873, Francisco Pi y Margall, Presidente da primeira República de Espanha, de curta duração, estabelece a associação entre a religiosidade cívica e o sentimento patriótico:

Hoy día se quiere hacer de las naciones poco menos que ídolos; se las supone eternas, santas, inviolables; se las presenta como una cosa superior a la voluntad de nuestra ascendencia, como estas formaciones naturales, obras de siglos. Hay que confesar que el hombre es esencialmente idólatra: *arrancamos a Dios de los altares, echamos a los reyes de sus tronos*,

como forma de sublinhar os feitos gloriosos dos heróis do passado e de incentivar o culto da pátria, “[...] a propaganda republicana opta pela decisiva inflexão nacionalista, amiúde baseada na evocação exaltante d’Os *Lusíadas* e seu autor; [...]”²⁰⁴, cujas homenagens cívicas do tricentenário da sua morte “[...] foram, sem dúvida, o evento fundador do moderno nacionalismo político em Portugal.”²⁰⁵

Guerra Junqueiro é um dos primeiros autores portugueses a estabelecer uma relação sinonímica entre o sentimento patriótico e a ideologia republicana. Em 1894, no prefácio a uma obra colectiva que recolhe um conjunto de artigos em homenagem ao recém-falecido José Falcão, e cujo texto seria, dois anos mais tarde, adaptado para as anotações finais ao poema *Pátria*, diz este autor o seguinte:

*Republicano e patriota tornaram-se sinonimos. Hoje quem diz patria, diz republica. Não de uma republica doutrinaria, estupidamente jacobina, mas de uma republica larga, franca, nacional, onde caibam todos. Não d’um partido, da nação.*²⁰⁶

Eduardo Lourenço confirma esta mesma ideia, salientando a presença do sentimento patriótico ao longo do pensamento republicano:

Poucos períodos da nossa História foram tão “patrióticos” como aquele que a República inaugurou. O “*patriotismo*” fora a sua arma ideológica antes do triunfo, seria a sua justificação permanente após 1910, como se pela segunda vez (a primeira fora em 1820) os portugueses tivessem uma *Pátria*, aquela mesma que em música e palavras se definia na *Portuguesa*, como “heróis do mar, nobre povo, nação valente”. O famoso “*idealismo*” da República foi sobretudo “*patriotismo*”, [...].²⁰⁷

Em finais do século XIX, vemos exactamente como Aires Pinto estabelece Portugal como fundamento principal do seu ideário político e do seu combate doutrinário pela moralização do Governo e do Parlamento.

y vamos a poner ahora sobre los altares las imágenes de las naciones ... [...]. (Francisco Pi y Margall. Consultado pela Internet em 20 de Dezembro de 2005 na <http://cvc.cervantes.es/obref/aih/pdf/07/aih_07_1_006.pdf>. Sublinhado nosso.).

²⁰⁴ José Carlos Seabra Pereira, *Do fim-de-século ao tempo de Orfeu*, 1979, 125-nota.

²⁰⁵ Manuel Villaverde Cabral, “A estética do nacionalismo: modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século XX”, in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coord.), *A Primeira República Portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, 1999, 184.

²⁰⁶ Guerra Junqueiro, “Em vez de prefacio (fragmento d’um estudo)”, in AA. VV., *Memória a José Falcão*, 1894, XII. Sublinhado nosso.

²⁰⁷ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 1978, 28. Sublinhados nossos.

Com efeito, a maior parte das suas intervenções, tanto nos diálogos mantidos com o seu amigo Próspero como nos editoriais redigidos para o jornal *Noticiário*, concentra-se no estado negativo da nação e sugere as soluções políticas mais eficazes com vista à sua urgente regeneração.

Tal como foi observado no início, recordemos que o silogismo aristotélico se caracteriza, em termos técnicos e teóricos, por um rigor dedutivo e pela necessidade da consequência, devendo a conclusão resultante deste raciocínio articulado ser *apodíctica*, ou seja, natural e necessariamente verdadeira. Deste modo, perante as duas premissas já apresentadas – “A épica de Camões é patriótica” e “O patriotismo é um sentimento republicano” –, resta-nos a conclusão lógica deste raciocínio silogístico: “Camões é republicano”²⁰⁸.

Em 1880, é inaugurada uma nova etapa do republicanismo em Portugal, marcada pelo incentivo à comemoração de centenários dos heróis pátrios com maior simbolismo, sobretudo o de Camões, a partir do qual se readquire o amor ao passado histórico²⁰⁹. O grande impulsionador destas celebrações é Teófilo Braga, cujo papel relevante na organização do Partido Republicano Português²¹⁰ lhe permite assumir o cargo de Chefe do Governo Provisório da Primeira República, em 1910, e de substituir, cinco anos mais tarde, Manuel de Arriaga no lugar de Presidente da República. Segundo Sebastião de Magalhães Lima:

Durante três anos sucessivos fez Teófilo Braga a propaganda do centenario, prevendo o que realmente sucedeu: o levantamento do espirito publico. *Foi este sabio mestre quem tornou amado pelas classes populares o nosso grande epico*. Até esse momento pouco se falava dos nossos navegadores, e dos nossos descobrimentos. *Foi depois da celebração de Camões que se principiou a invocar o nosso passado historico*. Pode até dizer-se que a famosa apoteóse produziu entre nós a organização do partido

²⁰⁸ No século XXI, Luís de Camões é uma figura que se mantém ainda como uma importante referência no pensamento político republicano. Em 20 de Novembro de 2005, o político republicano e laico Mário Soares, sublinha, a meio de um discurso proferido durante a sua pré-campanha de candidatura às eleições para a Presidência da República de 2006, a conveniência de ter na chefia do Estado “alguém que conheça a História e a cultura do seu país, alguém que conheça *Os Lusíadas*, o nosso poema máximo.” (Citado de memória, a partir de jornais televisivos.).

²⁰⁹ Cf. Magalhães Lima, *Episodios da minha vida*, s. d., 137.

²¹⁰ Segundo Bazilio Telles, o início efectivo da existência política do Partido Republicano Português ocorre precisamente a 10 de Junho de 1880 (cf. Bazilio Telles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro (esboço d'história politica)*, 1905, 76.).

republicano português. Havia com efeito muitos republicanos dispersos no país. Faltava-lhes porém, a unidade de pensamento e de acção. Essa unidade deveu-a principalmente o partido republicano à celebração do centenario e á fundação do *Seculo*.²¹¹

Como nota negativa da nossa parte, salientemos o facto de este autor, não obstante todo o seu trabalho apoiado na ciência positivista, se ter pautado pela ausência de rigor filológico e se ter deixado conduzir pela “razão poética”, condicionada apenas por arroubos, “guinadas”, paixões exaltadas ou emoções patrióticas, ao fazer introduzir na edição lírica das *Obras Completas*, publicada entre 1873 e 1874 – fase ainda marcada por um movimento diastólico do cânone camoniano –, mais uma quantidade de textos apócrifos, meramente pela motivação cega de aumentar o *corpus* do *Parnaso* e engrandecer, a qualquer custo, o seu autor. Neste particular aspecto, não nos parece muito injusto utilizarmos aqui as mesmas palavras de Eduardo Lourenço quando refere que o autor republicano “[...] celebrava menos Camões que um certo combate político em busca de cobertura enobrecedora.”²¹²

De qualquer modo, as comemorações do terceiro centenário da morte de Luís de Camões vêm a ter um enorme aproveitamento político por parte dos responsáveis republicanos, designadamente através da organização de *procissões*²¹³ cívicas ao local do monumento do poeta, de edições literárias²¹⁴, e de diversos eventos culturais. Este modelo de festejos patrióticos – à semelhança das comemorações francesas dos centenários da morte de Rousseau e de Voltaire, em 1878 – tem o patrocínio dos ideólogos republicanos, como forma de celebrar os

²¹¹ Magalhães Lima, *Episódios da minha vida*, s. d., 137. Sublinhados nossos.

²¹² Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 1978, 165.

²¹³ “Na verdade, os republicanos procuravam algo que não ousavam confessar: uma espécie de vivência cívica formalizada em termos de movimentação religiosa. Assim, a estruturação das comemorações e respectiva simbologia mais não foram do que uma secularização das festividades católicas.” (Fernando Catroga, “Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social”, Separata da *Revista da História das Ideias*, I, 1977, 361. Sublinhado nosso.)

²¹⁴ Durante o ano de 1880, a revista portuense *O Positivismo*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos, edita um número especial dedicado ao poeta; Teixeira Bastos publica as obras *Lyra camoneana* e *Luís de Camões e a nacionalidade portuguesa*, e é reeditada a edição teofiliana do *Parnaso*.

momentos marcantes da História de Portugal e de consagrar as figuras históricas associadas ao heroísmo e à cultura portuguesa²¹⁵.

A assinalar as comemorações camonianas, encontramos ainda algumas manifestações artísticas isoladas, como o célebre desenho de Rafael Bordalo Pinheiro²¹⁶, onde o poeta épico é “baptizado” na ideologia republicana através da colocação simbólica de um barrete frígio na sua cabeça. Neste desenho, publicado no jornal satírico *António Maria* de 17 de Junho de 1880, encontra-se Camões já com o barrete frígio na cabeça, ou seja, já republicanizado, tendo inscrita a seguinte legenda: “Camões agradece aos altos poderes do Estado não terem ido à sua procissão e terem-no feito republicano, com o qual muito ganhou a ideia”. A este propósito, tece João Medina o seguinte comentário:

Nasceu de facto o nosso republicanismo com o tricentenário da morte do Poeta e as verdadeiras festas populares promovidas pelos republicanos, festejos que logo tiveram um cunho anti-brigantino, como o resumiu num “cartoon” o cronista gráfico da época, Rafael Bordalo Pinheiro, [...].²¹⁷

A partir deste momento, assinalado de forma tão original e “caricata”, o poeta fica definitivamente associado ao republicanismo e transforma-se, segundo a excelente metáfora bélica de Eduardo Lourenço, numa “[...] máquina de guerra ideológica contra a Monarquia [...]”.²¹⁸

Uma das armas principais desta incursão republicana é, sem dúvida, a obra *Os Lusíadas*, cuja mensagem passa a ser utilizada como propaganda antimonárquica. Camões estabelece na sua epopeia uma

²¹⁵ Outras efemérides prosseguirão ao longo das duas últimas décadas do século XIX, de entre as quais destacamos a do centenário da morte do marquês de Pombal, em 1882, a do nascimento do Infante D. Henrique, em 1894, e a da viagem de Vasco da Gama, em 1898.

²¹⁶ Rafael Bordalo Pinheiro é considerado o mestre pioneiro da banda desenhada e da caricatura política e social, pela forma como imprime aos seus desenhos um retrato satírico do mundo da política ministerial, parlamentar e partidária, e um traço de ironia aos costumes do final do século XIX.

Cartoonista republicano e anticlerical, Bordalo Pinheiro colaborou em revistas como *Lanterna Mágica* (1875), *Álbum de Glórias* (1880-1902), *Pontos nos ii* (1895-1902), *A Paródia* (1900-1905), tendo sido ainda o fundador da revista *O António Maria* (1879-1884), cujo título foi estabelecido em homenagem jocosa a António Maria Fontes Pereira de Melo, chefe do Partido Regenerador e mentor do chamado período político da “Regeneração”.

²¹⁷ João Medina, “*Oh! a República!...*”. *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, 1990, 21. Sublinhados nossos.

²¹⁸ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 1978, 163.

comparação entre o tempo passado, de grandeza eufórica e nostálgica, e o tempo presente, de registo disfórico com um leve traço de esperança. No romance de Abel Botelho, ocorre o mesmo esquema contrastivo: Aires Pinto evoca, no seu primeiro diálogo com Próspero Fortuna, o passado nacional como exemplo da boa prática administrativa até ao período áureo dos Descobrimentos marítimos; em simultâneo, critica os sucessivos Governos pelo desleixo conducente à contínua degradação de Portugal, desde a perda da sua independência, por culpa de um “rei fanático e demente”²¹⁹, até à experiência infrutífera da nova monarquia constitucional, criada na fase final da dinastia de Bragança.

A epopeia camoniana figura ainda como um dos instrumentos retóricos utilizados pelos ideólogos republicanos para dessacralizar o poder instituído e instaurar uma nova religião, alicerçada no mais profundo patriotismo. Esta mesma ideia pode ser extraída a partir de um interessante diálogo entre Aires e Próspero, ocorrido a propósito de um antigo altar em madeira, adquirido num restaurador de móveis; intrigado com um livro grosso e encadernado, colocado em cima dessa velha peça de mobiliário religioso, Próspero inquire o seu amigo:

- E que calhamaço é este que lhe puseste em cima? – com forçado desdém Próspero indagou, mal reposto da surpresa. – Deste agora em carola?

- Carola resta saber de quê...

- É algum missal, alguma bíblia?

- *É uma bíblia, sim!* – acudiu o Aires com doçura e uma fulgurante convicção nos olhos. – *Os Lusíadas! a sagrada bíblia dum povo... como nenhum outro a tem maior!* Eu trazia esta linda edição pra aí ao abandono e doía-me a alma... andava vexado. Ah, mas agora, sim! *Agora finalmente arranjei-lhe o altar condigno!*²²⁰

A carga irónica presente na descrição dessa edição de *Os Lusíadas* colocada sobre um altar cristão equivale, no fundo, a uma representação simbólica e ousada do verdadeiro intuito republicano, atrás referida: por um lado, retirar o peso da instituição católica na sociedade; por outro, instituir uma nova religião laica através dos valores patrióticos defendidos

²¹⁹ Cf. Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 317.

²²⁰ Idem, 308. Sublinhados nossos.

por Camões²²¹. Para Aires Pinto, a admirável obra camoniana condensa em si os grandes valores da cultura nacional, impulsionadores – através de uma civilidade escolar – da desejada redenção de Portugal:

*Quando este livro admirável, este livro santo, este livro único, for o catecismo das escolas, quando da sua épica lição se haja feito a osmose espiritual na alma do povo, romperá então por si mesmo o grande movimento redentor. É fatal! O esclarecimento da razão é a dinâmica da consciência.*²²²

Observe-se que esta perspectiva humanística de Aires Pinto é semelhante à de Guerra Junqueiro, quando este autor, no prefácio a uma obra de homenagem ao dirigente republicano José Falcão, publicada em 1894, sobrepõe os valores culturais ao espírito economicista, colocando *Os Lusíadas* num patamar incomparavelmente superior:

O prejuízo maior foi o nosso. O nosso, o da patria. Porque é mister que t'ó diga, bom burguez: sem o banco de Portugal ficaríamos pobres 30 anos. Mas sem os *Lusíadas* ficaríamos pobres para sempre. As libras voltam. O genio não se repete.²²³

Ao iniciar a composição do seu poema, Camões tem já a perfeita consciência da grave crise social e moral que alastra pelo país. Desta forma, o poeta vai corresponder, por um lado, à necessidade de celebrar em decassílabos heróicos a grandeza exemplar dos heróis nacionais, alcançada durante os tempos mais remotos da fundação de Portugal, e, já num passado próximo, a expansão marítima; por outro lado, vai criticar os seus contemporâneos por se guiarem pelos valores negativos, como a cobiça ou a ganância do ouro, colocando assim as glórias e os grandes feitos do passado em contraste dialéctico com os sinais de decadência que minavam o país. Ao eufórico descobrimento do caminho marítimo para a Índia, contrapõe-se a visão mais intimista e reflexiva de um narrador que, no presente, emite um lamento maneirista por todas as consequências

²²¹ Segundo João Medina,

A uma monarquia e um liberalismo que engendraram a descrença e a sensação generalizada dum imenso logro, opunham assim os republicanos uma espécie de S. Camões, santo laico, *patrono tutelar da verdadeira regeneração nacional, mito mobilizador de virtualidades e energias nacionais que a monarquia de “liberdade outorgada” aviltara*. (João Medina, “Oh! a República!...”. *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, 1990, 22. Sublinhado nosso.).

²²² Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 318. Sublinhados nossos.

²²³ Guerra Junqueiro, “Em vez de prefacio (fragmento d’um estudo)”, in *Memoria a José Falcão*, 1894, XX.

negativas dessa expansão marítima; contudo, não deixa de mostrar esperança que o poder régio, nas mãos daquele a quem dedica o poema, saiba orientar os Portugueses com vista a um futuro mais jubiloso.

Segundo Fernando Catroga,

[...] os republicanos assenhoreiam-se da figura do Épico, símbolo de um período áureo da nossa história, para que, em contraponto e de um modo pragmático, pudessem mostrar o estado de decadência económica (as crises do capitalismo nacional e internacional faziam-se sentir entre nós com bastante agudeza), política e intelectual, provocado pela política monárquica das últimas centúrias.²²⁴

Tendo em mente a mensagem deste “santo laico da República”²²⁵, também Aires Pinto, crítico severo dos desmandos e desvarios dos governantes e representantes monárquicos, anseia recuperar os valores nobres de um passado glorioso, banindo toda a degradação em que a pátria se encontra, tal como nos excursos camonianos: o seu discurso louva as glórias transactas do povo português, critica todos os valores conducentes à decadência moral, social e política da nação, mas mantém acesa a esperança no futuro a cada evocação de *Os Lusíadas*, autêntico manancial de energia para a alma do povo lusitano²²⁶. À dúvida suscitada por Próspero Fortuna em relação à reversibilidade do estado decadente da nação portuguesa, Aires responde de forma determinada, com o seu pensamento posto na inspiradora “bíblia” quinhentista²²⁷:

- Ah, não! – rompeu súbito o Aires, como despertando, com inabalável firmeza. – Tenho fé que não!... A alma nacional dispõe ainda, para a sua vingadora emancipação, duma rútila e abundante reserva de energias. No momento azado viremos bebê-las aqui!... Assentou com bravura a longa e translúcida mão sobre *Os Lusíadas*; e confiadamente, com extáticos relâmpagos de iluminado

²²⁴ Fernando Catroga, “Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social”, Separata da *Revista da História das Ideias*, I, Coimbra, 1977, 357.

²²⁵ Cf. João Medina, “Zé Povinho e Camões: dois pólos da prototipia nacional”, *Colóquio – Letras*, 92, Julho 1986, 18.

²²⁶ “Parcialmente tingido de sebastianismo, o Camões-1880, apesar dos seus ouropéis da cleresia [sic] comteana, aparecia aos portugueses da altura como o mito ao mesmo tempo familiar e renovado duma teimosa esperança de redenção: [...]” (João Medina, op. cit., 17.).

²²⁷ De notar a semelhança evidente entre a resposta dada por Aires Pinto e uma citação do político republicano Sebastião de Magalhães Lima:

Só pode ser derrotista quem desconhece a grandeza da nossa história ou quem nunca leu os *Luziadas*. (Magalhães Lima, *Episódios da minha vida*, s. d., 220.).

nas grandes órbitas harmoniosas: - Aqui palpita eternamente o nosso coração, para sempre fixado, vivo, ardente, imortal, pela inconsciência sublime do génio!²²⁸

Passemos agora ao segundo silogismo detectável no romance de Abel Botelho, relacionado, como foi referido no início deste ponto, com o decurso da acção das duas personagens principais e com os seus respectivos destinos opostos. Nos derradeiros momentos do romance, Próspero Fortuna acaba finalmente por ascender ao ambicionado cargo ministeriável, após ter contornado as regras do jogo político para ser eleito deputado parlamentar e ter conspirado inúmeras vezes para aumentar o seu poder pessoal; Aires Pinto, por seu turno, acaba perseguido pela polícia e exilado no Brasil, após ter tentado – primeiro por via da doutrinação ideológica nos seus artigos de imprensa, e depois através da participação activa na insurreição militar de 31 de Janeiro – dar o seu contributo “subversivo” para a mudança de regime político e para a desejada inversão da decadência social e económica de Portugal.

Perante um desenlace tão injusto, não podemos deixar de expressar o nosso enorme desapontamento; no entanto, ele parece ser bastante adequado do ponto de vista do autor empírico²²⁹, ao remeter-nos para o desconcerto do mundo, um *topos* clássico recorrente na poesia camoniana e cujo tratamento se encontra, por exemplo, brilhantemente representado na esparsa a seguir transcrita:

Os bons vi sempre passar
no mundo graves tormentos;
e, para mais m’espantar,
os maus vi sempre nadar
em mar de contentamentos.
Cuidando alcançar assim
o bem tão mal ordenado,
fui mau; mas fui castigado.
Assim que só para mim
anda o mundo concertado.

²²⁸ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 318.

²²⁹ Optamos aqui pelo termo usado por Aguiar e Silva, alternativa equivalente ao “autor real”, proposta por Wayne Booth, que confere à figura do autor a sua “[...] existência como ser biológico e jurídico-social [...]” (Vitor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, I, 227.).

Nesta composição em medida velha, o autor quinhentista baseia-se na lógica dedutiva para conceber uma estrutura “anti-silogística”: depois de ter observado a ocorrência continuada de enormes arbitrariedades sociais em seu redor e de ter admitido a verdade objectiva e universal das duas premissas enunciadas na primeira quintilha, o sujeito lírico procura seguir o melhor caminho para atingir esse “bem” tão desejado; contudo, como se verifica na segunda quintilha, já de ordem subjectiva ou particular, a consequência deste seu acto revela-se tão ilógica quanto inesperada, por não ser alcançada a devida recompensa.

Tal como nesta redondilha camonianiana, onde se denunciavam os erros e as incongruências do mundo, e em cuja conclusão a estrutura social é equiparada a um enorme sistema fatalista de equívocos e de contradições, também podemos estabelecer um paralelo idêntico com a acção de Aires Pinto e de Próspero Fortuna no romance em apreço, onde igualmente predomina o desconcerto do mundo nas mais diversas situações e onde tudo termina “ao avesso”. Senão vejamos.

Próspero Fortuna tem o objectivo inicial de “alcançar o bem” a nível singular, ou seja, de ascender por si próprio na sociedade e conquistar o poder político; “sendo mau”, isto é, conspirando, enganando e fazendo jogo “sujo”, acaba por não ser punido, mas devidamente recompensado com a sua eleição para deputado da nação, e na sua nomeação para ministro.

Por seu turno, Aires Pinto procura “alcançar o bem” em termos colectivos, ou seja, implantar o regime republicano como forma de repor a justiça social e de ajudar Portugal a superar a sua crise económica. No início, podemos considerá-lo um observador, por se limitar a fazer apenas uma crítica “passiva” do estado da nação; na parte final, participa já na acção, intervindo com o firme propósito de “concertar” o *mundus inversus* em seu redor, agindo no sentido de reverter a distribuição arbitrária da justiça e das recompensas. No entanto, apesar de ser “mau”, por lançar a sua *hybris* contra o poder instituído e perturbar a ordem estabelecida, ao participar na revolta de 1891, é punido com o desterro da pátria.

O epílogo deste “romance ao desconcerto do mundo”, envolvido numa profunda subtileza irónica, espelha assim a justiça monárquica, onde o “bom herói” tem sempre o castigo e o “mau herói” a recompensa.

O desfecho controverso deste romance obriga-nos ainda a reflectir um pouco sobre o seu título, que adopta o nome eufórico do protagonista: este paratexto alimenta, à partida, um horizonte de expectativa que dá ao leitor a convicção de um final feliz para Próspero Fortuna, pressentido no início quando o narrador a este se refere como um “predestinado herói”²³⁰, e comprovado com o desenvolvimento da acção. Ao longo da obra, nunca chegamos a encontrar qualquer tipo de alusão aos revezes da sorte ou à influência arbitrária do destino, temas tão caros à poética camoniana; contudo, esta entidade supra-humana mantém-se sempre ao lado do protagonista, protegendo-o pelo simples facto de estar “escondida” no significado simbólico do seu próprio nome – o binómio criado por Abel Botelho para identificar o seu protagonista, fórmula equivalente a uma ditosa e irónica conjugação da bem-aventurança com a felicidade, não só lhe dá uma entidade própria como também o investe de uma espécie de protecção divina. Neste sentido, o mundo desconcertado da dinastia brigantina, cujo prémio à incúria e à ausência de valores morais é condenado com tamanha veemência por Aires Pinto, tem uma afinidade ética com o derradeiro período da dinastia de Avis, também criticado por um Camões épico durante os seus excursos maneiristas e disfóricos.

Relacionado com a intertextualidade em torno do mito camoniano, podemos encontrar ainda uma caracterização peculiar do momento da revolta republicana de 1891, perspectivado pelo narrador: “Depois *daquele trágico e fulgurante* 31 de Janeiro, [...]”²³¹. Cabe-nos deixar aqui as três seguintes “dúvidas”: a dupla anteposição dos adjectivos, antiteticamente unidos e qualificativos da madrugada que acolheu o pronunciamento republicano no Porto, não evocará, de forma indirecta, o conhecido soneto “Aquele triste e leda madrugada”? Não esteve o protagonista da acção revolucionária, tal como o sujeito do poema camoniano, também na

²³⁰ Cf. Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 37.

²³¹ Idem, 411. Sublinhado nosso.

presença efêmera do seu *objecto* amado, e paradoxalmente a despedir-se dele, coexistindo em simultâneo o “fulgor” pela possibilidade de realização do sonho de uma república e a “tragédia” pelo seu súbito desvanecimento? E, numa derradeira analogia, não passou este momento a ser também, por amarga ironia do destino, *sempre celebrado*?

3.4 – A indução num *exemplum* epistolar

Aires Pinto surge pela última vez no final do penúltimo capítulo deste romance. No entanto, a sua presença já não é física, como tinha sucedido até aqui, mas a um nível quase espiritual: através de duas cartas provenientes do Rio de Janeiro, local do seu exílio forçado, e destinadas a Próspero Fortuna, com quem continua a manter uma estreita relação de amizade, apesar da enorme distância a que se encontram e das grandes divergências políticas que os separam.

A utilização da epistolografia na narrativa romanesca como forma de auxílio à explicação do comportamento de uma personagem, ou até mesmo como forma de esta poder transmitir o seu estado de espírito numa vertente acentuadamente mais intimista, é uma estratégia recorrente na “Patologia Social” abeliana. O primeiro volume desta série inclui, por exemplo, a descrição de algumas cartas redigidas pelo Barão de Lavos ao seu amado Eugénio, cujo conteúdo contribui para destacar todos os seus recônditos e viciosos pensamentos, e colocar em maior evidência a sua própria personalidade, moldada por “[...] um corrimento acre de vilezas, traindo a desintegração de um carácter, a podridéz de uma razão, o esfacelar de uma vontade.”²³²

²³² Abel Botelho, *O Barão de Lavos*, s. d., 213.

Por sua vez, *O livro de Alda* é merecedor de um destaque ainda maior pela enorme importância atribuída ao romance epistolar²³³; com efeito, é de sublinhar o carácter original da sua construção narrativa na nossa literatura, uma vez que, em relação às criações similares do passado, não se incluem neste género as cartas quinhentistas de António Ferreira ou de Pedro de Andrade Caminha, bem como as *Cartas Familiares*, de D. Francisco Manuel de Melo. O capítulo VIII do romance *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano, constituído na sua totalidade pela correspondência trocada entre o protagonista e Teodemiro, duque de Córdova, será eventualmente o mais próximo deste género.

Toda a estrutura diegética de *O livro de Alda*, publicado em 1895, é constituída por vinte cartas, correspondentes a um número idêntico de capítulos. Esta “autodissecação epistolar²³⁴ é o engenhoso artifício narrativo engendrado por Abel Botelho para pôr em evidência a índole confessional do seu protagonista, através do qual este revela a um amigo o desenvolvimento tumultuoso do seu estado emocional, à medida que vai contando, num nível autodiegético, a sua história.

Em *Próspero Fortuna*, há a registar a presença de três cartas, com uma diferença acentuada no seu grau de importância, quer para a economia da narrativa, quer para a sua interpretação. A primeira, localizada no final do capítulo VIII, é entregue pelo conselheiro Furtado Dantas directamente a Próspero Fortuna²³⁵, o qual se tinha oferecido para

²³³ O romance epistolar é um género literário muito em voga na Europa setecentista. Como exemplo, destaquemos, na literatura inglesa, os romances *Pamela, or Virtue Rewarded* (1740), de Samuel Richardson, e *Memoirs of a Woman of Pleasure – Fanny Hill* (publicado originalmente em dois volumes entre 1748 e 1749, e dividido respectivamente em duas extensas cartas), de John Cleland; na literatura francesa, os romances *La nouvelle Héloïse* (1761), de Jean-Jacques Rousseau, e *Les Liaisons Dangereuses* (1782), de Choderlos de Laclos; e, na literatura alemã, o romance *Werther* (1774), de Goethe.

Em relação à produção do romance epistolar na literatura portuguesa, refira-se que ainda se mantém a controvérsia sobre a autoria do conjunto de cartas que constitui o romance *Lettres Portugaises*, publicado anonimamente em França em 1669. Contudo, alguns críticos que mais atenção têm prestado a esta questão pensam, de uma forma mais ou menos consensual, que a autoria destas *Cartas Portuguesas* deve ser atribuída ao seu “tradutor” francês Guilleragues e não a Soror Mariana Alcoforado.

²³⁴ Cf. Abel Botelho, *O livro de Alda*, 1982, 9.

²³⁵ Como curiosidade, é de referir que foi precisamente este mesmo episódio fulcral que a casa editora Lello & Irmão seleccionou para ilustrar graficamente a capa da edição deste romance: tendo o Terreiro do Paço como pano de fundo, encontram-se o

a colocar no correio com destino ao Brasil; apesar do seu carácter confidencial, Próspero acaba no entanto por ficar com ela e ler o seu conteúdo, vindo a utilizar de forma ilícita toda a informação privada a que tem acesso para sustentar o seu arrivismo político. O episódio segmentado desta primeira carta serve para exemplificar, uma vez mais, o carácter desqualificado do protagonista, cujo procedimento vemos ser sempre motivado em função do seu lucro pessoal e das suas ambições desmedidas. Por sua vez, a segunda carta – a primeira a ser remetida do Brasil por Aires Pinto a Próspero Fortuna, logo após a sublevação malograda de 31 de Janeiro de 1891 – encontra-se referida no final do penúltimo capítulo, mas tem uma importância mínima, uma vez que nos é vedado o acesso ao seu conteúdo.

A terceira e última carta – a segunda enviada por Aires Pinto a Próspero – acaba por vir a desempenhar um papel extremamente relevante na estratégia didáctica do romance, apesar da sua curta extensão: em forma de *sumário* narrativo²³⁶, o seu autor recorre aos acontecimentos mais recentes da História do Brasil para que o seu destinatário possa formar uma opinião acerca de duas situações políticas distintas, como teremos oportunidade de constatar.

Contudo, Próspero Fortuna não é o único destinatário desta carta, inserida no penúltimo capítulo da obra: ao “permitir” que o leitor empírico da narrativa acumule a função de receptor de uma carta destinada apenas a Próspero, Abel Botelho parece ter em mente a ideia de que o seu conteúdo revolucionário deve ser acedido pelo maior número possível de receptores, e aproveitado para o benefício de todos os cidadãos. Ao subverter as características mais tipificadas de uma carta comum, a missiva de Aires Pinto torna-se assim uma perfeita *carta aberta*: desvanece-se a relação íntima entre os dois correspondentes, o seu

conselheiro Furtado Dantas, com a carta na mão, e o solícito Próspero Fortuna, de cabeça descoberta e inclinada, a oferecer-se para a depositar no correio.

²³⁶ “Por força da sua específica configuração e funções técnico-narrativas, o sumário redonda numa notória desproporção durativa que pode ser verificada pelas diferentes dimensões temporais da história contada e do discurso que a relata.” (Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., 1990, 379.).

conteúdo perde toda a confidencialidade, e o seu destinatário alarga-se a um público bastante mais vasto.

À semelhança de outras descrições anteriores de Aires Pinto, o narrador apresenta a sua carta de uma forma eufórica, como se este conjunto de folhas de papel fosse a imagem *especular* ou *reminiscente* da sua própria personalidade. Podemos confirmar tal constatação através do excerto que se segue, por cujo conteúdo perpassa uma idealização ao nível do mais estilizado lirismo platónico:

Era uma missiva colorida e sincera, viva, interessante,
*espelhando nas suas estrofes de oiro a cristalina alma do autor.*²³⁷

A epístola veicula, desde a sua génese na Grécia antiga, um vasto conjunto de valores morais e faz a apologia dos bons exemplos cívicos. Por sua vez, a *Bíblia Sagrada* é outro exemplo onde podemos encontrar uma larga série de textos epistolares, cuja generalidade propõe uma dedicação exclusiva a Cristo e à sua Igreja: ao longo de vinte livros do Novo Testamento, estão presentes treze epístolas da autoria do apóstolo Paulo (o denominado *corpus paulino*), sendo as restantes repartidas pelas sete cartas canónicas dos apóstolos João (3), Pedro (2), Tiago e Judas.

Neste sentido, a referência explícita à forma como esta missiva se encontra composta por “estrofes de oiro” – uma equivalência metonímica às linhas em “prosa poética”, dispostas nos respectivos parágrafos – remete-nos para duas características clássicas da epístola: o seu aspecto formal, trabalhado em verso²³⁸, e o seu conteúdo filosófico e doutrinário, na linha da tradição grega e cristã.

Na carta, Aires Pinto começa por aludir à actual conjuntura de maior estabilidade em que se encontra e à sua felicidade genuína num país distante, cujos cidadãos celebram ainda com intensidade a recente implantação do novo regime político. No entanto, apesar da alegria indescritível pela sua participação neste momento único, as saudades dos seus amigos mais próximos e da sua pátria amada obrigam-no a

²³⁷ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 481-482. Sublinhado nosso.

²³⁸ A tradição da epístola em verso é retomada, na literatura portuguesa renascentista, pela mão de Francisco de Sá de Miranda, António Ferreira, Pero de Andrade Caminha e Diogo Bernardes, entre outros autores.

confessar, por breves instantes, toda a “[...] doce e comovida lamentação da sua nostalgia irredutível, [...].”²³⁹

Este episódio, associado a outros aspectos e momentos da vida de Aires Pinto, leva-nos a identificá-lo com o percurso de vida de alguns dos mais legítimos representantes da geração de 70: é oriundo da pequena burguesia, faz os seus estudos em Coimbra, participa na sublevação de Janeiro de 1891, e é obrigado a partir para o exílio para não ser julgado e preso pelo Governo. Neste sentido, alguns elementos do seu *curriculum vitae* parecem enquadrar-se no seguinte pensamento de Alberto Ferreira:

Provavelmente, da *geração coimbrã*, só Teófilo Braga, e os que com ele aderiram ao estatuto republicano da *pequena burguesia radical*, denotam um apetite sôfrego pela acção política continuada – e, mesmo assim, resvalando, algumas vezes, no derrotismo ou no desespero provocado pelas dificuldades sofridas. *Foi o que sucedeu, por exemplo, nos anos que imediatamente se sucederam à revolta do 31 de Janeiro de 1891, quando o caminho do exílio os encheu de amarguradas experiências e desilusões.*²⁴⁰

Se tivermos em mente as regras clássicas do texto epistolar, dividido, na sua forma canónica, em *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *petitio* e *peroratio*, verificamos a presença nesta *epistola familiaris* das três componentes mais importantes, posteriores ao exórdio²⁴¹: na *narratio*, Aires Pinto descreve alguns dos mais importantes combates travados pelo povo brasileiro contra o poder monárquico até à sua destituição por via militar, com a consequente transição para o regime republicano; na *petitio*, esta personagem argumenta a favor da necessidade imperiosa de os adeptos em Portugal do republicanismo passarem ao combate activo, através do exemplo concreto do povo brasileiro; na *peroratio* – relacionada, no fundo, com a restante redacção –, reafirma a sua alegação inicial em torno do sistema político e religioso, sublinha o caminho a seguir no futuro, e faz o seu derradeiro apelo à acção com vista à mudança de regime político.

De acordo com Aristóteles, são duas as qualidades de *exemplo* utilizadas na arte retórica com o fim de despertar os sentimentos do

²³⁹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 482.

²⁴⁰ Alberto Ferreira, “O impacto ideológico de 1850 e a geração de 1865”, in *Perspectivas do romantismo português (1833-1865)*, 2ª ed., 1979, 121-122. Sublinhados nossos.

²⁴¹ O exórdio é constituído pelas duas primeiras partes da epístola.

interlocutor e de provocar a sua adesão à tese apresentada: uma delas consiste na sua invenção pelo próprio orador, apresentada sob a forma de parábola ou de fábula; a outra pode ocorrer por referência a factos anteriores²⁴², ou seja, a acontecimentos extraídos da História.

Com efeito, o *exemplum* é um procedimento argumentativo por indução, cuja forma de raciocínio se aplica geralmente a uma curta narração de um caso particular. Este modo de argumentação é recorrente na literatura apologética medieval, cujo género alegórico descreve geralmente uma viagem que simboliza, no fundo, o percurso espiritual de uma determinada personagem, tendo como finalidade a doutrinação, o aperfeiçoamento e a conversão à fé cristã: temos o caso do *Boosco Deleitoso*²⁴³, uma espécie de peregrinação interior de um “mezquinho pecador”, cuja alma, conduzida pelo seu anjo da guarda, vai-se elevando ao longo da arquitectura “dantesca” do mundo extraterreno e dialogando com santos e filósofos até à sua conversão final ao catolicismo e à desejada contemplação de Deus²⁴⁴; temos ainda o caso de *A Visão de Túndalo*²⁴⁵, um relato da morte do seu protagonista, cuja alma, após uma viagem sequencial de três dias pelo Inferno, Purgatório e Paraíso, readquire a sua consciência, relembra a sua provação peculiar, abandona a vida mundana e abraça a fé cristã.

O *exemplum* tem como primeiro objectivo persuadir o leitor a converter-se ao cristianismo ou auxiliar o crente a aperfeiçoar-se em termos éticos e religiosos. Contudo, o texto epistolar de Aires Pinto, condensado pelo narrador e intermediado pelo seu destinatário, acaba por se demarcar dos textos medievais atrás citados por via de um aspecto importante: o enredo destas obras apologéticas é formado a partir da livre

²⁴² Cf. Aristóteles, *Retórica*, 2ª ed., 2005, 206.

²⁴³ Redigida em português arcaico na transição do século XIV para o século XV, esta obra alegórica, de autoria desconhecida, é considerada a mais elevada narrativa mística da literatura medieval portuguesa.

²⁴⁴ A inspiração de *Boosco Deleitoso* provém em parte de Dante Alighieri, ao nível da imitação da estrutura do longo poema *Divina Commedia*, em cujo espaço o sujeito lírico é guiado pela mão do poeta latino Virgílio, e em parte de Francesco Petrarca, dado grande parte do seu texto ser uma tradução literal do tratado *De vita solitaria*.

²⁴⁵ Escrito originalmente por um monge medieval de origem irlandesa, este texto apologético, também conhecido por *História do Cavaleiro Túngulo*, é considerado uma das mais completas viagens extáticas produzidas na Idade Média, cuja estrutura topográfica antecede a da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri.

e espontânea imaginação autoral; a missiva dirigida a Próspero Fortuna é um pequeno texto encaixado na narrativa principal, cujo narrador de nível intradieético se refere a *factos anteriores*, ou seja, reutiliza a realidade histórica como uma grande fonte pedagógica de moral e de vida.

Muito perto do desfecho do romance, surge então o momento fulcral; em forma epistolar, é feita a fundamentação do republicanismo, com base na história de um grupo de cidadãos que, após o combate abnegado pela sua autodeterminação, melhora as suas condições de vida ao enveredar por este regime político, obtido por via revolucionária:

Em 1870, apresenta-se oficialmente organizado o partido republicano. E, em 1889, a soberana vontade colectiva impõe-se, por fim, sancionada em decorativa parada pelo exército, que não foi neste caso, segundo a expressão feliz dum escritor contemporâneo – mais que a ordenança passiva duma nação em marcha.²⁴⁶

Como foi já referido, a força persuasiva do *exemplum* é exercida por indução. Neste sentido, a proclamação da República Brasileira torna-se um caso particular, ou, dito de um modo diferente, uma proposição argumentativa a partir da qual o leitor extrai, através da lógica, as suas próprias conclusões gerais a fim de se aperfeiçoar e de perfilhar os verdadeiros princípios político-ideológicos, neste caso, republicanos.

Depois de termos estado a acompanhar, desde o começo do romance e por repetidas vezes, as mais variadas críticas à situação melindrosa da economia nacional, as denúncias dos vícios crónicos do regime monárquico-constitucional ou da incúria chocante dos seus mais directos representantes, temos necessariamente de confrontar as diferentes situações políticas vividas nas duas nações: por um lado, o reino de Portugal, perante a sua triste realidade económica e social, continua a apresentar uma imagem coincidente com o medíocre papel de governação desempenhado tradicionalmente pela dinastia de Bragança; pelo contrário, o novo Governo brasileiro dá ao mundo o melhor *exemplo*, ao ter-se decidido, num primeiro passo, pela sua autodeterminação e por ter enveredado, de seguida, por um caminho político diferente, tirando o máximo partido de todos os aspectos positivos do sistema republicano.

²⁴⁶ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 484.

Para além dos exemplos apologéticos e didácticos já apontados, existe um documento histórico com o qual consideramos ser possível estabelecer ainda algumas relações intertextuais com a missiva “colorida e sincera” de Aires Pinto, tanto ao nível das suas características comuns como, ainda mais importante, dos seus aspectos distintivos: referimo-nos à *Carta sobre o achamento do Brasil*, redigida por Pêro Vaz de Caminha com destino ao rei D. Manuel²⁴⁷. Esta carta, estruturada sob a forma de um diário de bordo, descreve, com objectividade e minúcia naturalista, os pormenores relativos ao desenvolvimento da viagem marítima de Pedro Álvares Cabral, tais como a partida da sua armada, o desembarque na terra “achada”, os primeiros contactos estabelecidos com o povo indígena, o aspecto etnográfico, ou a fauna e a flora daquela região exótica.

Tal como na geralmente denominada “certidão de nascimento do Brasil”, onde se destaca o carácter rigoroso e autêntico na observação pormenorizada do seu autor e se procura excluir todo e qualquer indício de subjectividade literária, também neste “[...] ensaio de dissertação em certo modo erudita, [...]”²⁴⁸ Aires Pinto descreve “[...] com austera imparcialidade [...]”²⁴⁹ um “admirável mundo novo”, como se do desejado reencontro com o Paraíso perdido na Terra se tratasse²⁵⁰:

Era um país colossalmente fecundo, admirável, imenso! que instante a instante se via palpavelmente espertar, afirmar-se, melhorar, crescer, no amor pela liberdade e pelo trabalho, sobre aquela terra apoplética, ao estímulo daquele céu de fogo. E tudo

²⁴⁷ A carta deste escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, datada de 1500 e descoberta apenas em finais do século XVIII, está englobada na literatura de viagens, na sua vertente eufórica.

²⁴⁸ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 482.

²⁴⁹ Idem, 482.

²⁵⁰ Na Idade Média, mais precisamente no início do século XIV, existia um espaço geográfico imaginário representado pelos cartógrafos em vários mapas e cartas de navegação, que se encontrava localizado algures no Oceano Atlântico. Este local mítico, com cidades cobertas de ouro, era denominado a *Hy Brazil*, ou seja, a Ilha do Brasil, que, segundo a lenda, só surgia à vista humana de sete em sete anos e cada vez que um barco se aproximava, logo se afastava no horizonte.

Como nota de curiosidade, o termo “Brasil” deriva do lexema celta “bress”, que, por sua vez, dá origem a “bless”, ou seja, *Hy Brazil* significaria “Ilha Abençoada”.

Para uma leitura mais aprofundada e esclarecimentos complementares, cf. Donald S. Johnson, *Phantom Islands of the Atlantic: The Legend of Seven Islands That Never Were*, Nova Iorque, Walker and Company, 1994.

devido ao predomínio final das correntes democráticas – visse ele bem!²⁵¹

As viagens marítimas englobadas nos Descobrimentos portugueses estão, desde o seu primórdios, associadas ao espírito franciscano, sendo perspectivadas, acima de tudo, como uma missão piedosa ao serviço de Deus para doutrinação dos povos não cristãos, permitindo assim o seu resgate de uma vida pecaminosa e da condenação ao “fogo eterno”. Decorridos cerca de cinco séculos, a carta de Aires Pinto pode ser considerada ironicamente o reverso “especular” da carta quinhentista: onde esta fala da necessidade prosélita de conversão dos indígenas à religião dos portugueses e das restantes nações europeias, a “Carta sobre o achamento *de um novo Brasil*” tece severas críticas a essa mesma fê, ao descrever a maneira como a instituição católica, num íntimo conluio com o governo monárquico, foi regredindo, sem ter capacidade para reverter a sua decadência ou até mesmo para acompanhar as mais legítimas expectativas e as grandes prioridades do povo brasileiro:

Agora a subserviência doutrinária do catolicismo, piorada pela infiltração do artritismo monárquico, volvia-se em intoleráveis ondas de retrocesso, impossíveis de adaptar-se a povos que como que nasciam virgens para a consciência, para a vida, libertos de jugos tradicionais, num formidável ímpeto genésico de alforria social.²⁵²

Num paralelo consequente, enquanto que Pêro Vaz de Caminha sugere ao rei “venturoso” a necessidade urgente de incutir nos indígenas das terras de Vera Cruz os hábitos culturais e religiosos praticados pela sociedade ocidental, vemos agora suceder precisamente o contrário: Aires Pinto relata a Próspero, um representante “afortunado” da monarquia portuguesa, o exemplo extraordinário do povo brasileiro, ao ter conseguido libertar-se tanto da tirania monárquica como da opressiva dependência católica e evoluído logicamente para uma sociedade mais avançada, sob a orientação racional e positivista do novo regime republicano.

No final do seu discurso epistolar, o autor quinhentista enumera ainda todas as vastas riquezas existentes nas terras do Brasil, deixando

²⁵¹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 482.

²⁵² Idem, 483.

para último lugar aquilo que, como foi observado no parágrafo anterior, considera ser o aspecto fundamental e mais proveitoso:

*Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.*²⁵³

Ao encontrarmos neste lugar estratégico do texto uma conclusão de carácter moral e com uma nítida intenção pedagógica, sublinhando a ideia de que a mente do indígena brasileiro corresponde à imagem simbólica de uma “terra inculta” ou, numa perspectiva filosófica, de uma *tabula rasa* facilmente conversível ao cristianismo, a parte final do discurso do narrador adquire um valor semelhante ao epimíteo²⁵⁴, uma característica retórica pertencente a grande parte dos *exempla* medievais e que reflecte o intuito moralizador e prosélito do seu autor.

Tal como nessa derradeira pretensão expressa na missiva de Pêro Vaz de Caminha, também Aires Pinto coloca no final da sua carta o acento tónico no desejo prosélito mais ambicionado – a substituição do forte apego religioso dos portugueses ao catolicismo pela conversão política à ideologia republicana, a nova “doutrina redentora” recentemente abraçada e idolatrada pelo povo brasileiro. Nunca descurando a sua firme missão doutrinária, Aires Pinto vai então, como forma de consolidar a sua mensagem de uma forma clara e inequívoca, “rematar” o seu discurso epistolar com uma frase provocatória:

Se nós aí soubéssemos assim marchar!...²⁵⁵

Este epimíteo, que, no fundo, se torna também uma mensagem independente e destacável do texto ao qual pertence, assinala o conflito dialéctico existente entre a fase doutrinária e a fase activa do pensamento republicano, sendo o próprio Aires Pinto o paradigma do partidário desta

²⁵³ Pêro Vaz de Caminha, *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, 2000, 117. Sublinhado nosso.

²⁵⁴ A Idade Média é um período literário paradigmático na produção de textos, em cuja parte final é inserido o *epimitio*. Observe-se o caso da obra medieval *Le roman de Renart*, de proveniência monástica; este poema em verso octossilábico, posteriormente adaptado por Aquilino Ribeiro para *O Romance da Raposa*, é concebido a partir da personificação efabulada de um animal irracional para transmitir no final do texto os valores morais e os bons costumes à sociedade e à classe popular.

Outro exemplo são os pequenos contos medievais incluídos no *Fabulário ou Livro de Esopo* (*Fabulae Aesopi in lingua lusitana*, no título original).

²⁵⁵ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 484.

ideologia que se coloca numa encruzilhada política: esta personagem representa, no início da última década do século XIX, o ponto de viragem de uma geração empenhada em transmitir a sua doutrina política de forma pedagógica e por via eleitoralista, para uma nova geração preparada para o “assalto ao castelo” monárquico, por via insurreccional e pelo uso das armas, se para isso for necessário.

Esta declaração exclamativa, introduzida por uma conjunção condicional e enunciada no tempo imperfeito do conjuntivo, poderia, num certo sentido, equivaler a uma forma de desistência ou de incredulidade no cumprimento da acção revolucionária; com efeito, o modo verbal conjuntivo expressa uma forte dúvida ou incerteza na efectivação desse mesmo acto. Contudo, através do valor de futuro que lhe é atribuído, essa acção torna-se não só desejável mas também possível.

Deste modo, a expressão proferida em último lugar por Aires Pinto reveste-se ainda de uma abrangência maior e mais complexa, ao adquirir uma tripla dimensão interpretativa: se entendermos o termo pronominal “nós” como respeitante a uma entidade colectiva, onde o próprio sujeito emissor se inclui para enfrentar o desafio à mobilização e à coragem combativa do povo português, perspectivado como uma categoria actancial da História; se pensarmos na ambiguidade específica do advérbio de lugar “aí”, que tanto pode referir-se a Portugal na sua globalidade, como apenas a Lisboa, cidade para onde a carta é remetida²⁵⁶; ou até mesmo se fizermos

²⁵⁶ Teófilo Braga, numa carta de 15 de Novembro de 1890, dirigida a Santos Cardoso, redactor do jornal *Justiça Portuguesa* (publicada apenas em 1893, na II série deste periódico), prenunciava avizinhar-se uma revolução republicana, justificando a escolha estratégica da cidade do Porto e lamentando a incapacidade de mobilização dos acomodados habitantes de Lisboa:

Se estivermos á espera do levantamento de Lisboa, nunca elle virá, porque esta gente aqui é timorata e cheia de conveniencias, tem mêdo da policia, da guarda municipal, etc. Além d'isso os dirigentes são elementos velhos que tudo empatam. A revolução do Porto é que pôde acordar esta gente; então, vêr-se-há forçada a adherir. E no caso de ahi rebentar a revolução ahi estarei, prompto para o trabalho. (apud Rocha Martins, D. Carlos – História do seu reinado, 1927, 221. Sublinhados nossos).

Quatro anos mais tarde, Guerra Junqueiro, no prefácio a uma obra de homenagem ao dirigente republicano José Falcão – texto esse que se denominará “Balanço patriótico – anotações à Pátria” –, tecerá precisamente o mesmo tipo de críticas à pequena burguesia lisboeta:

Um partido republicano, quasi circumscripito a Lisboa, avolumando ou diminuindo segundo os erros da monarchia, [...] agoa de poça, agoa inerte, [...]; um partido composto sobretudo de pequenos burguezes da

uma associação directa entre a forma verbal “marchar” e o andamento compassado dos militares, o que nos conduz a uma linha de pensamento belicista e nos sugere a maneira como a nova geração republicana deseja passar das palavras ao acto revolucionário²⁵⁷.

Este episódio da carta enviada por Aires Pinto do seu exílio em terras do “Novo Mundo” remete-nos, uma vez mais, para a tentativa diegética de “aproximação ao real”, a fim de tornar a narração mais coincidente com os factos históricos e, por sua vez, mais credível ao entendimento do leitor. Atente-se, por exemplo, no pormenor realista do *post scriptum*, inserido no final da carta, onde Aires participa a Próspero ter visto a sua antiga amante a frequentar o Teatro Apolo.

Este passo da narrativa parece evocar ainda, de um certo modo, a história atribulada de Basílio Teles, cujo desempenho foi muito importante na génese e organização desta insurreição militar; após o seu fracasso, este político e ensaísta republicano refugia-se em Espanha, e em Outubro embarca para o Brasil, onde irá permanecer durante cinco anos, e em cujo período continuará a corresponder-se por carta²⁵⁸ com os seus amigos mais próximos, sobretudo Luís de Magalhães e Júlio de Matos.

Pela função de *exemplum* patente na missiva de Aires Pinto, onde se sugere a conversão de uma prática religiosa para um alinhamento político-ideológico, foi-nos permitido fazer uma comparação intertextual com a literatura apologética medieval e com a *Carta sobre o achamento do*

capital, adstrictos ao sedentarismo chronico do metro e da balança, gente de balcão, não de barricada, [...]. (Guerra Junqueiro, “Em vez de prefacio (fragmento d’um estudo)”, in *Memoria a José Falcão*, 1894, IX. Sublinhado nosso.).

²⁵⁷ É a partir do Ultimato que a ideia de derrube do regime monárquico por via militar vai ganhando cada vez maior consistência. No entanto, é graças às notícias chegadas a Portugal Continental sobre a proclamação da República no Brasil, em Novembro de 1889, que os adversários da Monarquia ganham o primeiro alento para os futuros combates.

²⁵⁸ É, contudo, neste conjunto de cartas que se estabelece a grande diferença entre a personagem romanesca e a figura histórica: ao contrário da carta de Aires Pinto, o conteúdo das cartas de Basílio Teles reflecte um sujeito abatido e descontente, sentindo-se não só a sua amargura em relação ao futuro próximo mas também a sua apreciação negativa ao ambiente social vivido no Brasil,

[...] um mundo duro e egoísta, onde se desenrola uma luta sem tréguas”, de concorrência, sem piedade ou escolha, uma arena onde não há amigos, mas adversários a vencer e esmagar. (Fernando de Sousa, “Cartas de Basílio Teles no exílio (1891-1893)”, *Nova Renascença*, 40, 1991, 205.).

Brasil. Acrescentemos-lhe, como nota final, a obra *O Brazil mental*, de Sampaio Bruno²⁵⁹, em cujas conclusões este pensador alude à extrema necessidade de implantação da república em Portugal, a única solução possível para combater a sua actual decadência:

A Republica é hoje a aspiração final, a expressão da angustia commum, o esforço ultimo do moribundo que appella para o remédio extreme, cuja, unica, synergia o poderá, só, soerguer do miserando catre.²⁶⁰

As derradeiras palavras desta obra de Sampaio Bruno, redigida no Brasil, são de esperança que a renovação visível desta ex-colónia portuguesa, após a entrada em vigor do novo sistema político, constitua um ensinamento para os portugueses e, ao mesmo tempo, um alento para a prossecução do combate pelo ideal republicano:

Discorrendo do Brazil, d'um paiz novo falamos; e, discreteando a proposito de gerações tocadas da aspiração (parcellarmente realisada), com a effectividade da fê, no acto se consummando, incorremos.

*Que este livro terminasse, pois, já não com uma palavra de esperança, mas sim com um grito de combate – era mais que um direito, era um dever.*²⁶¹

²⁵⁹ Implicado no movimento revolucionário de 1891, o ideólogo José Pereira de Sampaio Bruno é obrigado a exilar-se inicialmente em Paris, onde apresenta, nesse mesmo ano, em conjunto com Alves da Veiga, o organizador civil da revolta, o *Manifesto dos emigrados da revolução republicana de 31 Janeiro de 1891*. Mais tarde, exila-se no Brasil, onde escreve a obra *O Brazil mental*, publicada em 1898, aproximadamente uma década após a implantação da República naquele país.

²⁶⁰ Sampaio Bruno, *O Brazil mental*, 1898, 466.

²⁶¹ Idem, 470. Sublinhados nossos.

4 – A monossemia das personagens

4.1 - Próspero Fortuna, o anti-herói

Le monde romanesque dominé par le thème anti-héroïque, c'est le monde d'un héros non-héroïque, inférieur à nous, qui vit dans un monde chaotique, pire que le nôtre, et dans lequel il est éternellement en route. L'héroïque satisfait le besoin humain d'harmonie divine, d'intégration, de beauté, d'ordre et de bonté. L'anti-héroïque satisfait la recherche de disharmonie démoniaque, de désintégration, de laideur, de désordre et de méchanceté.

Kathrine Sorensen Ravn Jorgensen ²⁶²

Pelas características gerais, bem como pelo seu modo de actuação, Próspero Fortuna preenche facilmente todos os requisitos necessários para desempenhar o papel de protagonista: o título do romance tem o seu nome, o seu discurso assinala o início da narrativa, é apresentado e descrito no *incipit*²⁶³, todas as sequências da acção principal giram em seu torno, relaciona-se directamente com todas as personagens da narrativa, o narrador extradiegético dá uma extrema importância ao seu pensamento interior, e o derradeiro plano narrativo incide sobre si.

Em 1902, numa “Nota elucidativa”, colocada no final do romance *Amanhã*, encontra-se a primeira referência explícita a *Próspero Fortuna*²⁶⁴, onde o autor faz saber que o protagonista deste seu futuro romance será um *hiperémico da vontade*²⁶⁵. A confirmar essa degeneração específica, concebida a partir de uma terminologia patológica, observamos que os seus primeiros traços, descritos logo nas primeiras páginas, revelam precisamente o “estigma” de uma ambição desmesurada:

Nele o domínio hiperémico da vontade – essa pedra angular do carácter – era igualmente a qualidade substancial que lhe

²⁶² Kathrine Sorensen Ravn Jorgensen, *La Théorie du Roman*, 1987, 155.

²⁶³ Sendo o *incipit* um espaço fulcral do texto onde são introduzidos os principais elementos da história, é aqui onde, naturalmente, é feita a apresentação de Próspero Fortuna e é dado o início da sua progressão ao longo da narrativa.

²⁶⁴ A Livraria Chardron, editora oficial das obras de Abel Botelho, enumera nesta edição os títulos já publicados e anuncia, pela primeira vez, a preparação de *Próspero Fortuna*, que, por motivos desconhecidos, irá ao prelo somente oito anos mais tarde.

²⁶⁵ Cf. Abel Botelho, *Amanhã*, 1902, 619.

fecundava o cérebro e lhe enviperava o desejo. Pela sua inconsistência moral, as suas insalubres aspirações, a sua destemida arrogância, a sua audácia insolente, ele constituía um dos exemplares mais típicos e mais completos deste feroz “ipseísmo” que é o produto lógico, espontâneo, da nossa civilização vertiginosa e egoísta. Além disso, opiniático e orgulhoso tanto mais, quanto lhe inflamava o encéfalo uma desmedida confiança em si próprio. Era uma ilimitada querença, lardeada de vaidades.²⁶⁶

Perante este quadro psicológico traçado pelo narrador, são muitas as provas evidentes da sua falta de consequência e de integridade moral, as quais procuraremos enumerar de forma cronológica.

Pouco tempo depois de se ter mudado para Lisboa, o seu amigo Vicente Landal oferece-lhe o cargo bem remunerado de redactor político no jornal diário *O Noticiário*, publicação afecta à ideologia monárquica. Apesar de não ter conhecimentos jornalísticos suficientes, acaba, no entanto, por aceitar o lugar, aproveitando-se de Aires Pinto para lhe redigir os editoriais. Para acentuar o seu carácter desqualificado, chega mesmo ao cúmulo de se encher de vaidade diante da sua mulher e dos seus amigos quando abre o jornal e depara, pela primeira vez, com a sua assinatura num artigo de fundo, apesar de ter o perfeito conhecimento de ter sido escrito na íntegra pelo seu amigo.

Para além desta desonestidade, ainda acaba por vir a lucrar com este esquema fraudulento, uma vez que, dos cinquenta mil reis recebidos do jornal, paga apenas doze mil ao seu amigo, ficando com cerca de três quartos da importância recebida. Para quem nada entende de jornalismo, é, sem dúvida, um excelente negócio!

No capítulo VIII, aproximadamente a meio do romance, Próspero Fortuna, um pouco motivado pelo honesto empenho de Aires Pinto no combate pela mudança de regime, coloca a hipótese de aderir à nova ideologia e de se filiar no Partido Republicano Português, sabendo embora que não está a ser movido por uma pura convicção político-ideológica, mas a fazer apenas uma jogada de estratégia, precavendo assim a sua manutenção no poder, perante a hipótese de implantação da república em Portugal. Na verdade, Próspero Fortuna actua sempre motivado pelo seu

²⁶⁶ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 16. Sublinhado nosso.

interesse pessoal, escolhendo, por exemplo, fazer parte do partido mais bem posicionado para vencer as eleições ou daquele outro que lhe oferecer melhores condições. Independentemente da ideologia política subjacente, é-lhe indiferente frequentar o centro da Praça Luís de Camões, a sede do Partido Regenerador, ou o centro da Rua de S. Roque, a sede do Partido Progressista. Contudo, acaba por se filiar no Partido Regenerador, acto que, mais adiante, virá a revelar-se bastante oportuno:

Em boa altura se tinha ele filiado no centro da Praça Luís de Camões! Aí estavam eles²⁶⁷ agora no poder!...²⁶⁸

Ainda no capítulo VIII, Próspero apodera-se de uma carta que o Conselheiro Furtado Dantas lhe tinha confiado para colocar nos Correios, com destino ao Brasil, e utiliza-a com o fim de obter informações para o seu próprio benefício. Não sendo suficiente esta mafeitoria, o protagonista, já para o final da obra, acaba por contar ao Conselheiro uma história inventada em torno do desaparecimento da mesma, aproveitando assim para lhe extorquir uma elevada soma de dinheiro.

No final do capítulo XII, encontramos Próspero envolvido na corrupção e no compadrio próprios do regime monárquico, quando o ministro Sampaio lhe sugere o expediente ilícito da “cunha” para conseguir um bom emprego: concorrer ao lugar de primeiro-oficial da Caixa Geral de Depósitos, que ele mesmo envidaria todos os esforços para que lho fosse atribuído.

No que diz respeito ao aspecto familiar, Próspero não respeita os “sagrados” laços do matrimónio, pois tem uma amante, que lhe tinha sido apresentada num prostíbulo em Lisboa, local de reunião dos políticos do regime, e a sua mulher, por seu turno, irá mais tarde praticar adultério com um amigo seu.

²⁶⁷ O romance refere aqui um facto histórico, relacionado com a mudança de poder como consequência do Ultimato inglês, e integrado no processo conhecido por rotativismo, ou seja, a alternância governativa entre o Partido Regenerador e o Partido Progressista, os dois grandes partidos históricos: a 14 de Janeiro de 1890, três dias após o Ultimato, toma posse o novo governo, chefiado por Serpa Pimentel, líder do Partido Regenerador, e que substituiu o governo progressista de José Luciano de Castro.

²⁶⁸ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 289.

Neste sentido, pode dizer-se que a única acção louvável, praticada pelo protagonista no início do capítulo XVII, é avisar o seu amigo Aires Pinto do perigo que corre por ser suspeito de ajudar a planear a revolta republicana de 31 de Janeiro, aconselhando-o a fugir para o Brasil. Contudo, esta relação de amizade, apesar das suas divergências políticas, nunca é recíproca, pois a lealdade de Próspero para com Aires Pinto não se deve a uma virtude inata, mas apenas aos seus interesses pessoais²⁶⁹.

Se as descrições da acção de Próspero nos dão uma perfeita imagem negativa da sua personalidade, então a sua caracterização psicológica não lhes fica atrás. Um exemplo concreto desta ideia é dado logo no início do romance, quando, ainda como um simples bacharel em Direito na Régua, vive já em função da sua ambição e interesse desenfreados, e ambiciona ter bastante poder e dinheiro à custa de todos os meios ao seu alcance:

A ideia de engrandecer, não importava à custa de que processos, a corrosiva febre de alcançar, pela violência ou pela astúcia, pela força ou pela fraude, esse acume de evidência, do mando, da fortuna e do gozo que a sua desmesurada ambição visionava, e que a sua odienta invidía admirava nos outros, tornara-se-lhe uma obsessão dominante, empolgara-o, seduzira-o fácil, instalara-se, imperiosa e alucinante, nas mais fundas radículas do seu ser.²⁷⁰

Já em Lisboa, após ter sido instruído por Matias Picão e por Júlio Cepedo acerca das actividades menos lícitas dos membros parlamentares e do Governo, Próspero Fortuna vai para casa e, nessa mesma noite, não consegue dormir de impaciente. Ao pensar em todos os políticos a que foi apresentado e em cujos meandros foi introduzido, identifica-se com este grupo no mesmo grau de ambição, mesquinhez, imoralidade, e egoísmo; consequentemente, ao rever-se um pouco em cada um deles, não se revela como um herói, mas quase como uma mera personagem-tipo, que, apesar da sua grande densidade psicológica, ilustra, numa primeira leitura, o sistema parlamentar e constitucionalista:

E Próspero, naquela alucinativa visão do meio-sono, revia-os a todos muito bem... abrangia, com eloquente exagero, *a baixeza*

²⁶⁹ Cf. Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 402.

²⁷⁰ Idem, 15-16.

moral de todos esses tipos, profundava-os na sua psicologia tortuosa e gafa, media a ganância sem termo dos seus mesquinhos conflitos, das suas vesgas maquinações, da sua ciganagem sórdida. Media-os, interiormente comparava-se com eles, e deles se reconhecia naturalmente igual, solidário, irmão, parceiro... Cada um que de novo vinha era como que a palpitante repetição dele próprio... mas uma repetição pálida, destingida. Ainda as vantagens em matéria de abandalhamento moral eram todas dele – oh! sentia-o bem... E então, radiante pela evidência desta sua auto-inquirição canalha, entre o fresco remanso dos lençóis Próspero estremecia de impaciência, abrasado de torpes ambições, sôfrego por atascar-se também na pingue montureira, em cuja choruda vasa ele preadivinava o regalado arreganhar dos seus instintos.²⁷¹

A viagem é um *topos* recorrente na literatura, servindo muitas vezes ou para pôr à prova as qualidades e o heroísmo do protagonista, ou como meio de aquisição do conhecimento de si mesmo e do mundo que o rodeia: durante o seu percurso, este tem de enfrentar um conjunto de dificuldades, fazer as melhores opções, combater contra diversos inimigos, e chegar ao fim com mais experiência e na qualidade de vencedor. Como exemplos literários de estrutura similar, encontramos as seguintes obras: os poemas épicos *Odisseia*, de Homero, *Eneida*, de Virgílio, *Divina Comédia*, de Dante, e *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões; os textos da literatura apologética medieval *A Visão de Túndalo*, *Barlaão e Josafate* e *Boosco Deleitoso*; ou ainda os romances *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, *Pantagrue*, de Rabelais, e *Gulliver's Travels*, de Jonathan Swift.

Se interpretarmos *Próspero Fortuna* como um percurso iniciático, verificamos existir, com efeito, um constante propósito didáctico, onde o protagonista é confrontado com dois mundos político-ideológicos opostos e, ao longo de um processo dialéctico e maniqueísta, tem de optar entre o “caminho do bem” e o “caminho do mal”.

No início, Próspero Fortuna deixa a sua terra natal e desloca-se mais para sul para se aventurar no espaço urbano de Lisboa, o que corresponde simbolicamente a uma catábase, uma vez que, em termos geográficos, é efectuada uma trajectória descendente. Na capital, a passagem de um estado de ignorância para um estado de conhecimento

²⁷¹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 84. Sublinhados nossos.

da verdade é feita através de um duplo processo de aprendizagem²⁷², tendo, para o efeito, dois instrutores: Matias Picão e Aires Pinto.

Com o primeiro instrutor, o protagonista efectua uma nova catábase, como se de uma viagem ao sub-mundo se tratasse, pois é num prostíbulo lisboeta da Rua de São Roque que é iniciado no “inferno” promíscuo da política e apresentado às figuras mais influentes do regime constitucionalista; com Aires Pinto, o protagonista efectua uma anábase, ao ascender tanto num sentido físico, por cada vez que se desloca às águas-furtadas onde o seu amigo reside, como num sentido intelectual, ao tomar conhecimento por inteiro da verdade e da ideologia republicana.

Durante esta estrutura evolutiva de aprendizagem, Próspero tem todas as possibilidades de rejeitar a ideologia monárquica e de adoptar – como um herói, na verdadeira acepção da palavra – “a forma correcta de interpretar o mundo”²⁷³. Perto do fim, acaba ainda por reconhecer a sua conduta pouco honesta, mas não chega a fazer o mínimo esforço para rectificar a sua posição, optando antes por enveredar pelo caminho mais fácil, mantendo o seu arrivismo político-social e aceitando, a culminar, fazer parte do regime monárquico ao mais alto nível governamental.

Em face da caracterização psicológica do protagonista, da descrição da sua acção ao longo do romance, da mesquinhez das suas ideias, bem como da ausência de aprendizagem após todo o processo didáctico com o ideólogo Aires Pinto, somos levados à conclusão de que nos encontramos perante o retrato de um indivíduo sem escrúpulos.

Ao analisarmos algumas das especificidades do anti-herói, verificamos que esta figura possui, por oposição directa ao herói²⁷⁴, um

²⁷² Le héros *démoniaque* du roman est un fou ou un criminel, en tout cas, comme nous l'avons dit, un personnage *problématique* dont la recherche dégradée, et par là même inauthentique, de valeurs authentiques dans un monde de conformisme et de convention, constitue le contenu de ce nouveau genre littéraire que les écrivains ont créé dans la société individualiste et qu'on a appelé “roman”. (Lucien Goldmann, “Introduction aux problèmes d'une sociologie du roman”, in *Pour une sociologie du roman*, 1964, 24-25. Sublinhados do autor.

²⁷³ Cf. Susan Rubin Suleiman, *Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre*, 1983, 1.

²⁷⁴ Em termos de semelhança com o herói, “[...] o anti-herói cumpre o papel de protagonista e polariza em torno das suas acções as restantes personagens, os espaços em que se move e o tempo em que vive.” (Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., 1990, 31.).

carácter desqualificado nos aspectos éticos e sociais, encontra-se esvaziado de virtudes físicas e sentimentais, e acompanha em geral a dissolução económica e moral da sociedade à qual pertence. Se transportarmos este quadro particular para Próspero Fortuna, somos forçados a admitir, tanto pela descrição de todos os seus actos praticados – ou, melhor dizendo, *cometidos* – ao longo do romance como pela sua complexa caracterização psicológica, de que estamos perante um protagonista sem escrúpulos, ou seja, um anti-herói.

Este romance abre com a ambição de dinheiro e de poder do protagonista, confessada durante uma conversa em casa com a sua mulher, e termina com um diálogo entre ambos, após a sua eleição para deputado parlamentar. Neste sentido, o texto ganha, por um lado, um valor estético de circularidade e, por outro, uma riqueza de conteúdo como romance fechado, dada a concretização do sonho inicial de Próspero.

Ao comentarem a sua ascensão vertiginosa entre finais de 1889 e Fevereiro de 1893, ou seja, em pouco mais de três anos, apercebemo-nos do contraste existente entre o interesse particular e o colectivo: perante a situação presente de marasmo e de degradação do país, o único combate travado pelo protagonista ao longo da sua vida não é pelo bem da comunidade, mas apenas por um lugar no poder, no que, de facto, é bem sucedido: de início, um cargo de redactor político no *Noticiário*; para o final, um lugar de deputado pelo Porto; e, ao cair do pano romanesco, um convite do chefe do novo Governo para ocupar um lugar de ministro.

Maria Luísa, considerada por António José Saraiva e Óscar Lopes “[...] uma das mais curiosas e vivazes personagens femininas do naturalismo.”²⁷⁵, é também um exemplo perfeito da leviandade e do vazio ideológico de que o protagonista se rodeia: ao tomar conhecimento do convite oficial para o Governo endereçado ao marido, a sua única preocupação é ostentar com vaidade o poder recém-adquirido, sugerir ao marido que, apesar da curta distância, vá de trem para o encontro com o

²⁷⁵ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., 1996, 894.

Presidente do Conselho, e pedir-lhe ainda que a apresente no Paço, para poder ultrapassar o prestígio social de uma amiga sua.

De referir ainda que não chegamos a tomar conhecimento de qual a pasta ministerial proposta a Próspero; contudo, isso parece ser um pormenor quase irrelevante para si, dada a sua característica já conhecida de ocupar cargos de responsabilidade, cujas funções desconhece e para os quais não possui qualquer vocação.

O último parágrafo do romance é de um contraste absoluto com o entusiasmo do momento vivido pela mulher do protagonista. No fundo, a promoção vertiginosa de Próspero, desde um simples bacharel, na Régua, até ministro, em Lisboa, não consegue esconder toda a decadência e a crise aludidas ao longo do romance, como se depreende das palavras com que o narrador descreve os últimos gestos do protagonista:

Enquanto ele seguia direito à porta, vagaroso, o cílio grave, quebrada a expressão num moroso véu de tristeza...²⁷⁶

A conjunção subordinada temporal, colocada no início da frase, marca uma dualidade emotiva e um estado de espírito contrastante entre este casal: enquanto Maria Luísa se concentra em questões pessoais insignificantes, o protagonista parece estar a adivinhar o torpor político em que Portugal continuará mergulhado, ou à deriva no marasmo de ideias do regime monárquico-constitucional.

4.2 - Aires Pinto, o herói encoberto

À partida, pode parecer difícil considerar o jornalista e ideólogo republicano Aires Pinto como o grande herói desta narrativa política; a justificá-lo, bastará, porventura, enumerarmos alguns pontos a seu

²⁷⁶ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 494.

desfavor: o seu nome não consta no título da obra; é referido e participa na acção pela primeira vez apenas no capítulo III, com cerca de um quinto do romance decorrido; a sua acção é diminuta, restringindo-se à sua casa e à redacção do *Noticiário*; relaciona-se apenas com o protagonista; as suas intervenções, mesmo incluindo as de carácter jornalístico, ocupam uma ínfima parte do texto²⁷⁷; e os próprios editoriais que redige não são assinados por si, um factor que lhe retira ainda mais o protagonismo actancial. Ainda assim, não obstante toda esta enumeração de factores desfavoráveis, a condicionarem a sua relevância na estratégia global da narrativa, arriscamo-nos a considerar Aires Pinto o verdadeiro herói do romance, o nosso “herói encoberto”. Fundamentemos tal afirmação.

Aires Pinto, um antigo colega de Próspero Fortuna dos tempos universitários de Coimbra, vive em Lisboa em condições difíceis e exerce, sem grande regularidade, a profissão de jornalista e, fortuitamente, de tradutor. Necessitando de recorrer a alguém com o perfil necessário para escrever os seus editoriais para o periódico *Noticiário*, do qual tinha sido nomeado redactor político, Próspero recorda-se de imediato do seu amigo e visita-o num quarto alugado, situado numas águas-furtadas exíguas, imundas e nauseantes, descritas numa profusão naturalista²⁷⁸. Quando a descrição muda de perspectiva, para se concentrar na figura de Aires Pinto, é utilizada, num regime contrastivo, uma panóplia de adjectivos eufóricos para caracterizar o seu admirável aspecto físico:

E, afincadamente dobrado sobre a sua aresta, havia um *homem doce e franzino*, moço ainda, de bigode loiro e acamado cabelo castanho, numa *atitude de mansa obstinação*, reflexivo o lábio, *o ar tranquilo, as harmoniosas órbitas dos seus grandes olhos castanhos bondosamente apartadas na ampla afirmação da testa, e na fina modelação do rosto mulheril a pele muito lisa e clara*.²⁷⁹

²⁷⁷ Numa análise quantitativa, diríamos que as seis intervenções de Aires Pinto, repartidas pelos capítulos III, IV, V, XI, e XX, representam cerca de 12% da totalidade da obra; se considerarmos apenas a sua presença física, que ocorre apenas por três vezes (capítulos III, IV e XI), os números reduzem-se para 10%, aproximadamente.

²⁷⁸ Podemos atribuir a este episódio um carácter autobiográfico, uma vez que o jovem Abel Botelho, entre 1872 e 1876, foi estudante da Escola Politécnica, residindo numas sórdidas águas-furtadas da Rua da Glória, na freguesia da Graça.

²⁷⁹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 93. Sublinhado nosso.

A descrição física deste “republicano de trapeira”²⁸⁰, peculiarmente caracterizado pelos traços suaves do seu “rosto mulheril”, corresponde, na sua grande parte, a uma reconversão do retrato idealizado da beleza feminina, cantada pelos remotos poetas provençais e canonizada pelos poetas do *dolce stil nuovo*. Neste parágrafo, encontramos a imagem neoplatónica de uma perfeição corpórea, reflectida na sua componente psicológica: os seus olhos têm um destaque privilegiado, devido a uma luminosidade e serenidade deles emanados; por outro lado, também é assinalada a presença de outras características, como a pele lisa e clara, o bigode e o cabelo claros, ou o “gesto” brando e sossegado.

Assim se instaura, desde o primeiro contacto com Aires Pinto, uma identificação inequivocamente positiva do leitor, obtida através de uma representação feita a partir da estética neopetrarquista. O esquema de introdução desta personagem enquadra-se numa *intentio auctoris* de ir aumentando, de forma progressiva, a simpatia que esta vai adquirindo por parte do leitor com o desenrolar da narrativa.

Uns tempos mais tarde, quando Próspero Fortuna volta a visitar o seu amigo Aires, com o propósito de tentar demovê-lo da sua resolução de abandonar o jornal, volta a manifestar-se um estilo eufórico na sua caracterização, fazendo sobressair todas as suas componentes positivas, providas de um enquadramento lexical de grande carga simbólica, e num contraste paradoxal com a descrição do espaço envolvente, tal como já tinha ocorrido no primeiro encontro:

Respondeu-lhe a *doce voz* do Aires, mas dum quarto ao lado; e no mesmo instante essa carunchosa porta a abrir-se, dando passagem ao *fino rosto* do filósofo, aberto no *arcangélico sorriso habitual, convidativo e manso, muito claro*.²⁸¹

A forma de caracterização idealizada desta personagem transmite, assim, uma profunda sensação de pureza e de paz interior através do seu conjunto estereotipado e harmonioso, constituído por formosura, perfeição

²⁸⁰ Cf. Joel Serrão, “Sobre o romance de Júlio Lourenço Pinto e Abel Botelho”, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga*, antologia do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, 1959, 471.

²⁸¹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 306. Sublinhado nosso.

e tranquilidade, parâmetros que lhe conferem inequivocamente uma espécie de estatuto semi-divino.

Ao longo do romance, toda a actividade de Próspero Fortuna e da galeria de políticos em seu torno está centrada no *negotium*, um acto negativo relacionado com a azáfama dos homens em busca de bens materiais e de cargos rentáveis; pelo contrário, Aires Pinto pratica uma vida moderada e enquadra-se na *aurea mediocritas*, um lema horaciano recuperado ciclicamente em diversas épocas literárias. Mediante um despojamento de toda a espécie de ambições desmesuradas e de interesses materiais da sociedade, esta “[...] personagem “exemplar” e pura moralmente, [...]”²⁸² consagra-se exclusivamente ao *otium*, uma actividade composta pelos ideais espirituais, culturais e filosóficos; por esta razão, ele é também o grande detentor do saber, ao evidenciar possuir sempre qualidades mais nobres e um conhecimento mais vasto e diversificado, superior em larga escala ao do seu amigo Próspero, o qual é, contudo, detentor do poder nesse mundo monárquico “às avessas”.

Embora não se verifique a existência concreta de uma vida quotidiana fora da cidade, em pleno contacto harmonioso com a natureza bucólica, vemos, no entanto, como Aires Pinto é apologista de uma vida regrada e do uso moderado dos bens materiais. Este ideólogo republicano apresenta-se assim aos olhos do leitor como a imagem viva de um humanista esclarecido e contemplativo, que, apesar de refugiado na sua alta “torre de marfim”, mantém-se sempre activo na crítica severa a tudo aquilo que considera estar errado na sociedade portuguesa.

Algumas das principais qualidades do herói tradicional, como a consequência ou a integridade, fazem igualmente parte intrínseca de Aires Pinto; com efeito, o seu espírito abnegado é movido por ideais nobres, estando sempre disposto a bater-se pela justiça social e a defender a liberdade e a igualdade para os seus compatriotas, como se comprova no início do seu primeiro diálogo com Próspero:

A organização da sociedade actual está minada de vícios estruturais, cheia de crueldades de ordem legal e ordem moral, e sobretudo é revoltante pelas suas injustiças económicas. É uma

²⁸² António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 224.

sociedade ainda sem liberdade, sem igualdade, e portanto iníqua.²⁸³

Contudo, Aires vai ainda mais longe, ao aperceber-se, num dado momento, da transmissão inócua dos valores republicanos apenas pela via pacífica. Tendo a plena certeza da manutenção do *statu quo* social sem a ocorrência de uma mudança profunda de regime político, o ideólogo resolve passar, então, da fase doutrinária para o combate activo, tal como tinha ameaçado quando comunica a Próspero a sua decisão de abandonar o jornal, no final do capítulo XI. O seu heroísmo revela-se, então, ao participar no pronunciamento militar de 31 de Janeiro de 1891²⁸⁴, o episódio fundador do radicalismo republicano em Portugal:

Melhor do que ninguém conhecia Próspero as condições de combatividade do “meio”, e estava informado dos sérios perigos do momento. Sabia-o pelo Aires Pinto, que andava radiante, *de toda a alma e vida entregue ao movimento*; e que, por vezes, na sinceridade virginal da sua alma, falava e adiantava mais do que convinha.²⁸⁵

Posteriormente, apesar de ser perseguido e obrigado a um exílio longe da pátria, em virtude do fracasso do movimento e da condenação dos seus líderes, Aires não vacila, mantendo por inteiro uma dedicação perseverante à sua ideologia e ao seu sonho da regeneração de Portugal através de um regime político mais justo.

Outras provas da consequência do nosso herói são dadas tanto através da sua actividade jornalística como da sua participação cívica. Em todas estas oportunidades, Aires Pinto condena o regime monárquico, onde considera encontrar-se o principal motivo da situação actual; por sua vez, este “propagandista temível”²⁸⁶, imbuído de um espírito quixotesco²⁸⁷ critica ainda o egoísmo dos partidos políticos, a hipocrisia

²⁸³ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 107. Sublinhado nosso.

²⁸⁴ Apesar de a sublevação do Porto ter sido de carácter militar, houve alguns civis que também a prepararam e na qual se envolveram, como é o caso do jornalista João Chagas.

²⁸⁵ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 402. Sublinhado nosso.

²⁸⁶ Cf. *idem*, 414.

²⁸⁷ “G. Lukács faisait de *Don Quichotte* le paradigme originel du roman comme forme historique spécifique; le pamphlétaire, chevalier errant, nostalgique d’un âge d’or perdu au milieu d’une société dégradée et grand pourfendeur de moulins à vent, a fréquemment été comparé, par dérision ou par éloge, à “un *Don Quichotte*” prêt à mettre sa plume désintéressée au service de nobles causes.” (Marc Angenot, *La parole*

dos conselheiros, as falsas promessas dos políticos, a corrupção da Corte, as intrigas palacianas, o servilismo crescente do Governo para com a Coroa, os empréstimos ilegais, os escândalos financeiros, a cega devoção religiosa, o rotativismo de Governos infrutuosos, ou os jogos de poder nos bastidores da política.

Assim que Aires Pinto, norteado sempre por uma profunda integridade moral e uma grande coerência política, toma conhecimento da eleição do seu amigo Próspero como deputado parlamentar, escreve uma carta de demissão para a redacção do *Noticiário*, uma vez que o jornal passaria a estar comprometido com o regime e a ser um instrumento ideológico dos membros do novo Governo, uma mudança que implicaria um maior comedimento na sua linguagem e uma maior complacência nos seus artigos de fundo para com o partido governamental. Apesar da tentativa de Próspero de demover o seu amigo, Aires Pinto não se deixa convencer a escrever artigos com um conteúdo menos radical para o jornal. Próspero acaba então por desistir da sua colaboração, e, em poucas palavras, define a abissal distância idiossincrásica entre ambos:

Não te convences de que neste mundo não se avança voando... mas calcando, envenenando, esmagando. Não tens a noção prática da vida!²⁸⁸

Com esta curta declaração se estabelecem as grandes linhas dicotómicas do confronto entre a componente espiritual do filósofo Aires Pinto, transmitida simbolicamente pela imagem romântica e onírica de um movimento ascensional, e o carácter maquiavélico do protagonista, sublinhado pela espessa materialidade da tripla sequência verbal em orientação descendente. Este conjunto de traços distintivos adquire uma importância ainda maior, se analisarmos toda a componente simbólica relacionada com a personagem Aires: o seu nome remete para o ar, o mais etéreo dos quatro elementos; todos os seus afazeres profissionais estão situados numa dimensão filosófica, intelectual e poética; reside numas

pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes, 1982, 347. Sublinhado nosso.).

²⁸⁸ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 321. Sublinhados nossos.

águas-furtadas, o lugar mais elevado de um espaço habitacional; e mora no Bairro Alto, localizado numa das colinas mais altas de Lisboa.

Deste modo, é Aires Pinto quem, em nosso entender, deve assumir o merecido estatuto de herói deste romance, sendo quatro os graus de heroísmo nele reconhecidos: *épico*, ao estar de acordo com sua acção consequente e com as qualidades que dele são descritas, ao distinguir-se das restantes personagens pela sua inteligência e coragem, e também pela execução de actos valorosos para orgulho dos seus compatriotas; *romântico*²⁸⁹, por o seu combate ser movido pelos valores do patriotismo e do republicanismo, pelo seu envolvimento directo num episódio da História contra o poder instituído, e por viver isolado da comunidade, em termos físicos e sociais; *colectivo*, por representar os valores políticos mais desejáveis para os seus concidadãos²⁹⁰, e por rejeitar os valores liberais da monarquia constitucionalista, simbolizados pelo individualismo de Próspero²⁹¹; e *republicano*, em virtude da sua participação directa na malograda sublevação militar de Janeiro de 1891, por motivo da qual é submetido a um exílio forçado, longe da pátria.

²⁸⁹ Em 1948, o escritor Carlos de Oliveira considera Aires Pinto uma personagem romântica e, por estar isenta de qualquer crítica, a mais perfeita desta obra:

Aquela que me parece a mais perfeita das figuras que o encarnam, o Aires Pinto, do *Próspero Fortuna*, na sua visão política, na concepção do amor, no vestuário, na conduta, na mansarda - sua romantismo por todos os poros. E este caso nada tem de comum, por exemplo, com o Alencar, d'Os *Maías*: aí, houve o firme propósito da *charge* e da crítica, ainda que carinhosa; no incorrupto e incorruptível Aires, adivinha-se, pelo contrário, o guardião intransigente até ao sacrifício de todo o ideário construtivo do próprio Abel Botelho. É uma criação em que se pôs plena simpatia e que se poupou ao mais ligeiro remoço, a que se deu total adesão e confiança. Se o seu exílio pode parecer, de relance, uma frustração, no fundo, é apenas uma contingência da luta. (Carlos de Oliveira, "Abel Botelho", in João Gaspar Simões (dir.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, II, 1948, 363.).

²⁹⁰ O lexema "república" deriva, etimologicamente, da expressão grega *res publica*, que significa, em termos genéricos, "a coisa que é de todos".

²⁹¹ O lexema "monarquia" deriva, etimologicamente, do termo grego *monarkhia*, que significa "governo de um só".

5 – O género autoritário

Em *Próspero Fortuna*, a estratégia narrativa utilizada pelo autor para transmitir a sua perspectiva da sociedade portuguesa em finais do século XIX e na transição do reinado de D. Luís para o de D. Carlos apresenta-se sob os mais variados aspectos: a caracterização dicotómica das duas personagens principais; o estatuto heterodiegético do narrador e as suas digressões reflexivas; a utilização de uma personagem de destaque para formular uma série de princípios axiomáticos; a descrição de determinados episódios com um fundo didáctico; ou o grau de focalização de um conjunto homogéneo de personagens-tipo, representativas do liberalismo constitucionalista. Com maior ou menor linearidade, estes artificios contribuem para o mesmo objectivo: convidar o leitor a fazer uma interpretação inequívoca e monossémica do romance e, em consequência das ilações dele extraídas, a aderir à tese defendida ao longo do mesmo.

Acreditando na ciência como uma autoridade suprema e portadora dos valores correctos, Abel Botelho recorre ao positivismo, tal como Júlio Lourenço Pinto ou Teixeira de Queiroz já o tinham feito, para fazer a análise patológica da sociedade e de algumas das suas principais figuras emblemáticas. Ao contrário do narrador realista, que tem o cuidado de “mostrar” apenas, o narrador naturalista aprofunda o debate dos temas propostos, com a suficiente “[...] crueza de escarpellar as enfermidades do organismo social, [...]”²⁹². Qual catábase literária, o autor desce ao inferno da ficção, onde os maiores pecados do ser humano são dissecados e onde as chagas sociais mais de perto se observam; como refere Machado Pires, o romance naturalista apodera-se

[...] da Igreja, da Realeza, da Burocracia, da Finança, de todas as coisas santas, dissecando-as brutalmente e mostrando-lhes a lesão, como a cadáveres num anfiteatro.²⁹³

²⁹² Julio Lourenço Pinto, “Prologo”, in *Margarida – Scenas da vida contemporanea*, 2ª ed., 1880, VI.

²⁹³ António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980, 92.

Por sua vez, Yves Chevrel destaca também a função revolucionária do escritor naturalista na sociedade burguesa, em finais do século XIX:

[...] l'écrivain naturaliste ne respecte rien a priori, ne respecte aucun dogme, moral ou politique. Voulant analyser scientifiquement la société humaine qui l'entoure, il est inéluctablement amené à montrer des dysfonctionnements.²⁹⁴

Enquadrado nesta técnica naturalista, *Próspero Fortuna* descreve, com base no conhecimento científico do momento, os vícios e as patologias pertencentes a todos os representantes do regime monárquico. Veja-se como, no início do romance, o narrador utiliza uma rigorosa terminologia clínica, extraída dos manuais de medicina, para caracterizar a complexa e neurótica personalidade do protagonista:

Nele o domínio hiperémico da vontade – essa pedra angular do carácter – era igualmente a qualidade substancial que lhe fecundava o cérebro e lhe enviperava o desejo. Pela sua inconsistência moral, as suas insalubres aspirações, [...], ele constituía um dos exemplares mais típicos e mais completos deste feroz “ipseísmo” que é o produto lógico, espontâneo, da nossa civilização vertiginosa e egoísta. Além disso, opiniático e orgulhoso tanto mais, quanto lhe inflamava o encéfalo uma desmedida confiança em si próprio. Era uma ilimitada querença, lardeada de vaidades.²⁹⁵

Ao assumir uma função didáctica, num contínuo empenho na difusão da ideologia republicana, o narrador deste romance excede o seu “mero” estatuto de contador da história de Próspero. Apesar de estar ausente da narrativa, de acordo com a sua sujeição heterodiegética, não lhe fica indiferente; pelo contrário, marca o seu desempenho de uma forma subjectiva, intervindo com comentários a propósito da evolução da acção, identificando-se com algumas das personagens, ou funcionando ainda como porta-voz do autor.

Sendo as intrusões do narrador “[...] quase sempre denunciadas no enunciado por registos do discurso dotados de diverso grau de incidência apreciativa e judicativa.”²⁹⁶, são vários os exemplos possíveis de localizar ao longo do texto. É o caso da primeira descrição do rei D. Luís, filtrada

²⁹⁴ Yves Chevrel, *Le naturalisme*, 1982, 197.

²⁹⁵ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 16. Sublinhados nossos.

²⁹⁶ Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., 1990, 201.

curiosamente pela perspectiva de Próspero Fortuna, durante uma recepção de gala no Palácio da Ajuda:

Mas pungiu-lhe primaz a atenção, moveu-o de piedoso espanto a figura tábida do Rei, amarfanhado, sumido, em obediente holocausto pra ali trazido a uma extenuante exibição com que já não podia... e por isso duramente amparado ali assim, sem majestade, sem garbo, torcido num atormentado esforço, numa firmeza titubeante... e a triste, e emaciada maceração da face cortada por um arrepanho doloroso. Sobre a desmantelada carcoma do esqueleto – como sobre uma velha roca de engonços – a sua farda esplendente de generalíssimo, talhada para os bons tempos de arrogante expressão fisiológica, do vigor e da saúde, repregava agora e dobrava-se, irrisoriamente engelhada, pendia em vazios inúteis, em dessangradas folgas, cavava sulcos denunciadores duma pavorosa e irremediável ruína, era como o balofo cingel duma múmia.²⁹⁷

A descrição pormenorizada da decadência física de D. Luís é muito pouco condizente com a imagem canónica dos mais altos dignitários da nação, e a forma satírica como termina, comparando o monarca fardado a uma múmia mal cuidada, parece ter a intenção de desacreditar a teoria do direito divino, como se este representante de Deus na Terra não passasse de um mero farrapo humano.

Contudo, para além do carácter peculiar desta descrição, que aparenta envolver apenas o representante brigantino, a mesma adquire ainda uma qualidade metonímica, sobretudo durante a cerimónia do beija-mão real, por se tratar de um espelho nítido da completa degradação da monarquia portuguesa. Observe-se como, através de uma contiguidade mental, se instala um processo de contaminação, onde o narrador faz corresponder a imagem do monarca aos restantes convidados, e, daí, ao estado presente do regime monárquico²⁹⁸:

[...] e iam vexados, repesos, tristes... como se cada um levasse de rastos consigo algum traço do prestígio secular da Monarquia!²⁹⁹

No início do capítulo VIII, é descrita a morte vaticinada do rei D. Luís em Outubro de 1889, e o início do reinado de D. Carlos I, que irá

²⁹⁷ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 176.

²⁹⁸ Num texto redigido à memória de José Falcão, Guerra Junqueiro, ao aludir ao período inicial da década de 90, refere que “A nação, como o rei, ia cahir de podre.” (Guerra Junqueiro, “Em vez de prefacio (fragmento d’um estudo)”, in *Memoria a José Falcão*, 1894, XI. Sublinhado nosso.

²⁹⁹ Abel Botelho, *op. cit.*, 180.

permanecer no trono ao longo de quase duas décadas. Contudo, esta mudança no poder régio não traz nada de positivo para Portugal; pelo contrário, continuam a surgir sinais preocupantes da deterioração social, como se a nação moribunda estivesse a ser atacada por uma enfermidade incurável. Na descrição deste momento da História, encontramos, aliás, essa mesma “patologia social”, em que a identificação científica dos vícios e das anormalidades da sociedade portuguesa é uma forma naturalista de demonstrar a validade de determinadas proposições autorais:

Como as imprevistas irradiações mórbidas, reflexas, que por vezes, e em órgãos aparentemente sãos, determina o *dinamismo patológico duma doença, também o abalo trazido à nação portuguesa pela morte do monarca, chamou súbito, à supuração, e arrancou ao seu descrasear latente, vícios e males que há muito lhe minavam insidiosamente o interior*. Nesse instante de lutuosa suspensão, cada um relanceou em volta um olhar de receio... Desfez-se o véu de optimismo hipócrita com que todos andávamos patuscamente empenhados em iludir os parceiros. *Pressentia-se o lúgubre alvorecer de dias difíceis. E a formidável crise económica que vinha de longe encastelando-se, começou a deflagrar então*, convulsionando a actividade nacional nos seus elementos de riqueza e ameaçando perturbar gravemente a mesma vida social.³⁰⁰

De assinalar, ainda a meio deste parágrafo, a forma como o sujeito de enunciação muda o seu estatuto de uma instância de heterodiegese, própria de uma tentativa de distanciamento da história narrada e de uma ausência de co-referencialidade com as restantes personagens, para um nível homodiegético, em cuja história participa, mesmo na qualidade de personagem secundária: “Desfez-se o véu de optimismo hipócrita com que *todos andávamos* patuscamente empenhados em iludir os parceiros.”³⁰¹

No momento de sucessão monárquica, descrito no início do capítulo VIII, o narrador faz uma nova intrusão judicativa, transmitindo a ideia de que o regime constitucionalista é mais favorável aos interesses particulares do que aos da comunidade, sem deixar ao leitor grande margem de manobra para deduzir, por associação, de que lado se encontram as personagens cujo perfil se enquadra em cada um desses interesses ou com qual dessas personagens mais se identifica:

³⁰⁰ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 236-237. Sublinhados nossos.

³⁰¹ Idem, 237. Sublinhado nosso.

Os interesses sociais são por via de regra largos, generosos; inspiram-se num alto e isento ideal comum, porque são os sagrados interesses da colectividade. Os interesses políticos são egoístas, são mesquinhos, sórdidos, porque não representam mais do que a daninha gula insaciável das seitas e dos partidos.³⁰²

Mais à frente, é igualmente esclarecedor o ponto de vista do narrador, pela forma como é descrita a sublevação republicana ocorrida na cidade do Porto a 31 de Janeiro de 1891:

E foi como, nessa trágica e nevoenta madrugada de 31 de Janeiro, as ruas do Porto foram súbito despertadas ao estrupido vingador da revolta. Do cavo mistério da noite, da capa cinzenta da neblina, os *bravos escalões marciais surdiam, decididos e arrogantes*, como vingadores fantasmas, a caminho dum outro mistério... *A tropeada cadência, picada de metais, da sua marcha na sombra, engrandece-os*, abala num estarrecido pasmo a cidade meio adormecida. *Depois crescem, crescem mais e avançam, tomam posições...* vem a luta e o esfuzeio seco das balas, no seu clarão sinistro varrendo o matutino orvalho de sobre as calçadas, para as deixarem rociadas de sangue... *Mas foi o convulsionado sonho dum instante!*³⁰³

O excerto acima transcrito não apresenta qualquer dúvida em relação à perspectiva em que o narrador se coloca; num registo subjectivo, é assinalado o início da sublevação militar, a forma como os revoltosos avançam ao longo das ruas do Porto, desejosos de vingar as mais recentes humilhações sofridas, entusiasmados e cheios de esperança no sucesso da sua missão heróica, e como acabam por morrer ingloriamente diante dos tiros certos das forças militares pertencentes ao regime.

O ponto de vista narrativo está, com efeito, do lado dos derrotados quando vemos também, por um lado, que a madrugada em que se desenrolou este acontecimento ímpar na História é adjectivada de “trágica”, devido à larga quantidade de baixas dos revoltosos, causada pelo clarão “sinistro” dos disparos proveniente dos elementos afectos à Guarda Municipal; por outro lado, o começo da última frase através de uma conjunção coordenativa adversativa permite entender um profundo desgosto pelo insucesso daquela missão prematura. O tipo de linguagem

³⁰² Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 238.

³⁰³ Idem, 402-403. Sublinhados nossos.

utilizada para descrever a perseguição aos organizadores da revolta, bem como da sua prisão subsequente, confirma esta mesma ideia:

*O Estado, na sua vingadora defesa, e passado o primeiro calafrio de pânico, deu-se a uma epilepsia bárbara de violências, devassas, homizios, perseguições, pirraças mesquinhas. Presos e encarcerados alguns dos cabeças da revolta, não se parou aí. Organizou-se à pressa o tribunal marcial para julgá-los, e entretanto procedia-se, em Lisboa e Porto, à caça mais descaroável e feroz contra todos os indivíduos convictos ou sequer suspeitos de republicanos.*³⁰⁴

Nesta passagem, notamos ainda como a crítica acérrima aos actos violentos e vingativos do Governo marca uma posição de empenho do narrador, cuja estratégia de focalização lhe permite apresentar um campo de visão orientado para um ataque permanente ao regime monárquico e para o melhor posicionamento face à ideologia republicana.

Este tipo de digressão, utilizado por Abel Botelho quando interrompe a sua narrativa, possibilita uma intervenção contínua do narrador, que, por sua vez, não enjeita a oportunidade para produzir uma série de comentários judicativos, quer a propósito de uma personagem, de uma acção, ou até mesmo da situação vivida no momento, a fim de favorecer sempre a tese proposta³⁰⁵. Tomemos o exemplo do momento em que D. Carlos sucede no trono a D. Luís, e recordemo-nos do imediato ressurgimento de um forte espírito messiânico, provindo da mente de alguns intelectuais “vencidistas”, que começam a antever o aumento do poder régio como a melhor possibilidade de salvar a economia portuguesa da bancarrota e, sobretudo, o regime tradicional da sua queda vaticinada. No excerto seguinte, essa conjectura salvífica não chega a ser tratada; pelo contrário, o narrador traça um panorama de pessimismo a perpassar por toda a sociedade portuguesa, fazendo com que as novas ideologias reforcem o alento contra a monarquia:

Mas o ambiente social é que se ia tornando marcadamente favorável à avassaladora expansão das doutrinas demolidoras. Por uma perniciosa complexidade de causas, o mal-estar geral agravava-se dia a dia, os negócios não andavam, ninguém se

³⁰⁴ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 410-411. Sublinhados nossos.

³⁰⁵ “[...] a digressão reflexiva traduz o mais directo e explícito processo de afirmação de princípios axiológicos e afirmações de recorte ideológico: [...]” (Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., 1990, 102.).

julgava seguro, nem os ricos nos seus haveres, nem os pobres nos seus salários; em todas as camadas se sentia um reprimido fermentar de angústias; todas as classes em vão reclamavam medidas de fomento que melhorassem o zero precário da sua condição ou estimulassem o irrisório quinhão dos seus interesses. Assim, pela corrosiva perversão deste ambiente pessimista, de admirar não era que um coro alto e desbordante se erguesse de ansiadas súplicas por uma grande solução redentora; e que, *à falta de melhor, o maior número buscasse confiado amparo nos adversários das instituições, na generosa impulsão do seu desejo já dignificando aquela faina de mera propaganda política como sendo uma benemerente obra patriótica.*³⁰⁶

Posteriormente, nas vésperas da sublevação de 31 de Janeiro, o narrador volta a reflectir acerca do panorama político-social em Portugal, aproveitando agora para transmitir a dimensão crescente da ideologia republicana e a sua mudança estratégica de uma fase doutrinária para uma fase activa e revolucionária. O carácter intrusivo do narrador, reflectido numa manutenção contínua de comentários favoráveis à tese defendida pelo autor, tem assim o claro propósito de induzir o leitor a seguir os exemplos apresentados e a aderir à sua ideologia:

Porque nunca ainda, como àquele tempo, em Portugal se fizera tão vivo, tão claro e público alarde do ideal republicano. A plausibilidade, a urgente necessidade, mesmo, dum movimento social neste sentido, ganhara mais ou menos todas as classes, inflamava os mais antitéticos espíritos de lés a lés, acendia pelo País os mais ardidos e puros entusiasmos por essa solução redentora e fecunda. *Não era agora como nos inofensivos tempos de Sousa Brandão e José Elias Garcia, não era um mero ensaio teórico de doutrinação, de ponderada educação cívica;* antes se sentia avassaladoramente rugir uma actividade febril de propaganda. Na iluminada impulsão do seu idealismo, jornalistas, industriais, jurisconsultos houve que, renegando o credo monárquico, dos grandes centros espontaneamente desertaram para fazer por esse País fora irradiar o clarão redentor da Boa Nova.³⁰⁷

No capítulo XX, existe já uma referência explícita à força crescente do Partido Republicano Português, e à forma como alguns políticos tentam fazer acordos eleitorais com este partido, circunstância comprovativa da sua importância a partir desta altura:

Ora o partido republicano, nas magnificas condições de expansão que lhe oferecia o arrasto dissolvente do Regimen,

³⁰⁶ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 241. Sublinhados nossos.

³⁰⁷ Idem, 400. Sublinhados nossos.

assumia palpáveis, ameaçadores incrementos, dia por dia. Era um coeficiente de força para temer.³⁰⁸

Outra estratégia usada por Abel Botelho para tornar pouco credível o regime constitucionalista é colocar o narrador a desempenhar a sua função através da perspectiva directa de Próspero, um dos principais representantes deste sistema político. Para além da descrição da recepção de gala do rei D. Luís, já referida, outro exemplo desta forma de “visão com” ocorre no capítulo XII, quando Próspero se encontra sentado, já como deputado, na sala das sessões das Cortes, e, ao examinar os restantes colegas, não vislumbra qualquer capacidade de intervenção política ou a inteligência suficiente para alterar o estado degradado da nação. O facto de este pensamento derivar de alguém sem nenhuma consciência política, acrescenta-lhe ainda uma forte carga irónica:

Porém, se Próspero percorria, figura a figura, aquele banal cenáculo a soldo dos deputados, também debalde aí procurava, e isto em qualquer das facções da Câmara, as individualidades de destaque e de prestígio, as consagradas reputações, os nomes feitos, capazes de esmagarem o Governo sob o peso retumbante da sua fama, ou de o aguentarem com a táctica brilhante da sua defesa.

[...]

No mais, o Júlio Cepedo malo Picão tinham sido feitos pares do Reino. E como acontecesse também serem já pares, de nomeação recente, os mais bravos e fogosos oradores oposicionistas, sucedia que *desta vez a representação da esquerda da Câmara popular vinha confiada a um reduzido grupo de farfantes, matreirãos e sabidos, mas incapazes de um rasgo de audácia ou duma centelha de génio; assim como da direita a grossa onda eram na sua grande maioria folgados e inexpertos garraiotos, tão prontos e aguerridos para um disciplinado chinfrim colectivo, como individualmente impotentes para qualquer ousado gesto de iniciativa.*

[...]

Mas ainda Próspero notou como, por via de regra, *aquela astuta manobra das discussões parlamentares, longe de ser o corolário espontâneo do momento, não passava da mais impudente e desavergonhada ilusão; era uma coisa as mais das vezes planeada a frio, burlona, artificial, movida com interesseiro desplante nos bastidores, sem convicção, nem sinceridade, nem civismo, nem grandeza.*³⁰⁹

³⁰⁸ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 479.

³⁰⁹ Idem, 330-331. Sublinhados nossos.

Através do olhar de Próspero Fortuna, o narrador faz ainda referência a dois deputados republicanos, os quais, para além de lhes atribuir um mérito incontestável, considera idealistas e inocentes em relação a todo o maquiavelismo político existente nos bastidores:

Havia dois deputados republicanos, de incontestável valor: mas eram dois idealistas, dois “puros”, generosamente alheados sempre em transcendentais aspirações, os quais, volta e meia, amuavam, e portanto inofensivos no ponto de vista do habilidoso rastejar do Governo.³¹⁰

Como ficção autoritária, *Próspero Fortuna* assenta ainda na ideia de que todos os valores morais e ideológicos transmitidos, tanto por parte das intrusões e do regime de focalização do narrador, como através das intervenções panfletárias de Aires, são autênticas verdades axiomáticas. No segundo diálogo existente entre Próspero e Aires, este refere, num dado momento, que “A sinceridade é a forma subjectiva da Verdade.”³¹¹. Esta declaração resume, com efeito, a forma como a ideologia republicana foi adquirindo, em muito pouco tempo, um factor místico que contribui decisivamente para um novo tipo de discurso, presente nos jornais republicanos como uma verdade irrefutável:

E a sua linguagem, dia a dia ganhando em prestígio, em força, *assumia um ar de apostolado convicto*, de dogmático desassombro, de clara e ameaçadora franqueza que os poderes públicos não ousavam refrear, no conhecimento íntimo da própria impotência.³¹²

Como alternativa à religião católica, de índole conservadora e transcendente, o republicanismo surge, assim, como uma nova *religião* revolucionária e imanente,

[...] se por religião se entender aqui, não a crença num Deus transcendente, mas a perfilhação de um ideal terreno que visava *religar* os indivíduos aos destinos da natureza e da humanidade através da razão e do sentimento.³¹³

³¹⁰ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 330.

³¹¹ Idem, 309.

³¹² Idem, 242. Sublinhado nosso.

³¹³ Fernando Catroga, “A formação do movimento republicano - 1870-1883”, in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal – Das invasões francesas aos nossos dias*, II – Monarquia constitucional: das origens do liberalismo à queda da realza, s. d., 39. Sublinhado do autor.

Parece, contudo, existir aqui uma contradição aparente no republicanismo: por um lado, procura retirar o protagonismo da Igreja Católica como religião institucionalizada, e pretende laicizar a sociedade portuguesa; por outro lado, tenta assimilar os valores cristãos e assumir a condição de uma nova religião imanente, cuja mensagem é absolutamente sagrada. Contudo, como observa ainda Fernando Catroga,

[...] se a mundividência republicana pretendeu suceder ao cristianismo, apresentou-se também como um seu sucedâneo, pois não deixou de fomentar um sentimento de cariz religioso.

Esta dimensão “religiosa” é aparentemente paradoxal num movimento cuja filosofia se baseava em postulados de fundo racionalista e agnóstico. Mas, se se lembrar que o republicanismo se situou na intersecção da linha iluminista com a herança do romantismo revolucionário, esta faceta torna-se muito mais inteligível.³¹⁴

Em meados do século XIX, José Félix Henriques Nogueira associa a doutrinação republicana à missão dos primeiros cristãos, também evangelistas da “boa nova”, com vista à conversão dos povos:

Evangelizar nestes nossos tempos, doutrinas novas, que vão de encontro às opiniões aceitas, aos interesses dos que podem e mandam, e aos hábitos das massas, que ainda obcecadas as trevas da ignorância, não é menos árdua, nem menos repugnante, nem talvez menos perigosa tarefa, do que foi propagar há dezanove séculos, entre pagãos e bárbaros, a *boa nova* da igualdade e da fraternidade.³¹⁵

Para além desta associação de cariz religiosa, o autor vê ainda o símbolo republicano como a “expressão prática do cristianismo”³¹⁶.

Imbuído das ideias revolucionárias de José Félix Henriques Nogueira, bem como do espírito da Constituição francesa de 1848³¹⁷, o

³¹⁴ Fernando Catroga, “A formação do movimento republicano - 1870-1883”, in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal – Das invasões francesas aos nossos dias*, II – Monarquia constitucional: das origens do liberalismo à queda da realza, s. d., 39.

³¹⁵ José Félix Henriques Nogueira, “Estudos sobre a Reforma em Portugal”, in *Obra Completa*, I, 1976, Obras completas, 23. Sublinhado do autor.

³¹⁶ Cf. idem, 30.

³¹⁷ Segundo Maria Manuela Tavares Ribeiro,

A doutrina cristã, portadora dos ideais de filantropia e solidariedade, conceitos tão caros aos espíritos democratas, torna-se o modelo de todo um ideário que fundamenta a ideologia republicana de 1848. (Maria Manuela Tavares Ribeiro, “O Cristianismo Social de 1848”, *Revista de História das Ideias*, 9, 1987, O cristianismo social, 487.).

De acordo com a mesma autora, refira-se ainda que no projecto de Constituição democrática e social francesa, elaborado por Pierre Leroux em 1848, decreta-se o

romance de Abel Botelho difunde também esse “[...] clarão redentor da Boa Nova.”³¹⁸, na convicção absoluta de que o advento do novo regime político, qual reino de Deus na Terra, banirá o “desconcerto do mundo” constitucional e trará justiça a toda a sociedade.

O portador desta “Boa Nova” é Aires Pinto, que, pela sua intensa actividade panfletária, pode ser considerado um evangelizador da nova mensagem política. Ao observarmos as particularidades específicas enunciadas por Marc Angenot sobre o autor panfletário, verificamos serem condizentes com a renúncia desta personagem ao seu bem-estar social, à sua batalha aguerrida pela verdade na política, e à sua vida de herói solitário e perseguido:

La liberté du pamphlétaire est sacrificielle: pour le prix d’une pensée *autonome* il dit avoir tout donné, son confort, son prestige, son statut: preuve *a contrario* de la vérité de son message. Le lien pathétique établi entre vérité, solitude et persécution semble correspondre à un archétype “cristique”, réadapté à l’individualisme bourgeois.³¹⁹.

Para o republicano Aires Pinto, a verdade e a justiça são valores absolutos, e, em seu nome, sacrifica por completo o seu estatuto social, isolando-se, qual herói romântico, do mundo e dos homens.

estabelecimento do republicanismo como uma religião, através da seguinte passagem: “La République est une religion ou plutôt *elle est la religion*.” (apud Maria Manuela Tavares Ribeiro, *idem*, *ibidem*. Sublinhado nosso.).

³¹⁸ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 400.

³¹⁹ Marc Angenot, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, 1982, 339. Sublinhado do autor.

6 – A redundância temática

[...] the *roman à thèse* is a narrative genre in which action and events are continually doubled by interpretive commentary. It is a “talkative” genre. Whether the “talk” be by the narrator or by privileged characters or by the two in alternation, there is a great deal of it, reminding us of Barthes’ definition of redundancy as a “semantic babble”. In this instance, however, the “babble” has precise ends in view: to analyse, to judge, to persuade, to impose a conviction and a line of action on the interlocutor, both inside the fiction and outside it.

Susan Rubin Suleiman ³²⁰

Segundo Eduardo Lourenço, existe uma

[...] *obsessão temática capital* do século XIX: a de *repor* Portugal na sua grandeza *ideal* tão negada pelas circunstâncias concretas da sua medíocre realidade política, económica, social e cultural.³²¹

Com efeito, Portugal, durante o século XIX, ressentia-se bastante da sua debilidade económica, derivada tanto das invasões francesas, como da grande agitação política e social, sentida ao longo das décadas posteriores à revolução liberal de 1820; em consequência, a sua regeneração torna-se uma ideia fulcral, numa presença que atravessa diacronicamente o nosso pensamento oitocentista. Perante um distanciamento cada vez maior entre Portugal e as restantes nações europeias, no que diz respeito a questões económicas e sociais, a devida reflexão sobre o *topos* da crise, associado natural e simultaneamente à temática da decadência³²², começa a ser feita numa dimensão mais aprofundada a partir da segunda geração romântica, através do discurso de autores setentistas como Antero de Quental ou Oliveira Martins.

³²⁰ Susan Rubin Suleiman, *Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre*, 1983, 185.

³²¹ Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 1978, 93. Sublinhados do autor.

³²² Para uma leitura e estudo mais aprofundado acerca do *topos* da decadência, consultar:

- Jacinto do Prado Coelho, “Decadência como tema literário”, in *Dicionário de Literatura*, 1º vol. A/K, 3ª ed., 1982, 248;
- Jacques Le Goff, “Decadência”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, I – Memória-História, 1984, 393-424;
- António Machado Pires, *A ideia de decadência na Geração de 70*, 1980;
- Joel Serrão, “Esta palavra decadência...”, in *Temas de cultura portuguesa*, 1983, 11-21.

A 27 de Maio de 1871, Antero de Quental profere a palestra inaugural das Conferências Democráticas do Casino, subordinada ao tema “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”. Segundo este autor, a dinastia de Avis é o período em que ocorre a concretização máxima da nacionalidade portuguesa; a partir daqui, inicia-se uma extensa fase de decadência em toda a Península Ibérica, causada por três factores localizáveis no século XVI³²³: o factor religioso, em consequência das grandes reformas internas da Igreja Católica após a realização do Concílio Tridentino; o factor político, com o estabelecimento do regime absolutista, a travar as liberdades locais e a ascensão da classe média; e o factor económico, decorrente do alargamento das conquistas a Oriente, que paralisa o fomento industrial e favorece o parasitismo. Para inverter as consequências negativas daqui advindas, Antero propõe a respectiva solução para cada uma dessas causas de declínio ibérico: a liberdade de consciência, a *federação republicana*, e o espírito de iniciativa do trabalho agrícola e industrial.

Na década de 90, o tema da crise adquire uma dimensão política diferente, e surge como motivo principal na propaganda republicana; o aumento da sua importância reflecte-se em diversos estudos económicos e sociológicos, tais como, por exemplo, *A crise*, de Teixeira Bastos³²⁴, editado em 1894, *A crise em seus aspectos moraes*, de Silva Cordeiro, em 1896, *Crise economica. Alguns meios de a atenuar*, de José Bento Gomes, e *A*

³²³ Fernando Pessoa, numa das muitas obras deixadas por concluir e que se intitularia *Da Ditadura à República*, dissecou, num determinado passo, o período conturbado entre os anos de 1906 e 1910; ao contextualizar esta grave situação económica, o autor da primeira geração modernista recua um pouco mais no tempo em relação à tese anterior, ao estabelecer o reinado de D. Manuel como a fase inicial do ciclo de crise nacional, atribuindo-lhe assim uma extensão de quatro séculos:

A decadência portuguesa atravessou três fases: a primeira vai do tempo de D. Manuel, em que começa, ao da anexação à Espanha; a segunda dura desde 1580 até ao aparecimento, em 1820, do constitucionalismo; a terceira é coextensa com a monarquia constitucional. (Fernando Pessoa, *Páginas de pensamento político*, I – 1910-1919, [1986], 33).

³²⁴ Francisco José Teixeira Bastos foi um filósofo positivista, discípulo de Teófilo Braga e militante republicano activo. Esta sua obra é um estudo técnico dividido em três capítulos, nos quais se analisa, respectivamente, a crise política, a crise financeira e a crise económica, e cuja conclusão incide sobre a crise moral da nação portuguesa.

crise portuguesa e os partidos revolucionarios, de Henrique Cardoso³²⁵, ambos publicados em 1899.

Como “patologista” literário da sociedade portuguesa finissecular, Abel Botelho faz também um tratamento profundo do tema da decadência: ao longo da sua obra, ocupa-se a identificar as suas principais causas de declínio, exemplificadas em personagens modelares que acompanham a degradação do ambiente social e do núcleo familiar, sobretudo ao nível da classe aristocrática, tradicionalmente identificada com o poder político e com a instituição monárquica.

Talvez, por este motivo, não seja uma simples coincidência o facto de *O Barão de Lavos*, o primeiro volume da série “Patologia Social”, estar concentrado num aristocrata devasso e indolente. À data da publicação deste romance, não encontramos qualquer registo de manifestação ideológica de Abel Botelho contra o regime monárquico; por seu turno, Óscar Lopes sustenta a degeneração desta personagem com o fundamento específico e único da estética decadentista do autor:

[...] o Barão de Lavos é um degenerado, mas por vezes parece aquilo que um preconceito naturalista-decadentista formulado por Lombroso, mas não aceite explicitamente por Abel Botelho, designa como um degenerado superior, vem a ser, no seu caso, um artista hiper-sensível, *a que se atribuem os requintes precisamente inerentes a certa estilística decadente do autor*, [...].³²⁶

Contudo, parece-nos bastante plausível que a degeneração física e moral deste descendente de ilustres famílias, oriundas da época dos Descobrimentos, é, em termos narrativos, um exemplo característico do anti-herói, por protagonizar a dissolução económica e moral da sociedade

³²⁵ Elaborado por um republicano assumido, o opúsculo lança um alerta para a ruína do sistema monárquico constitucional. As suas alusões à coincidência de muitas reivindicações dos socialistas com o programa do Partido Republicano, designadamente a liberdade de imprensa e de associação, a universalização da instrução primária e profissional, a separação da Igreja e do Estado, e a substituição das festas religiosas por festas cívicas, servem para o autor justificar a questão política, realçando que só através do regime republicano será possível cumprir todas estas alíneas.

³²⁶ Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, 1973, 412. Sublinhado nosso.

portuguesa³²⁷, e representar ainda, por sinédoque, a imagem emblemática do quadro de decadência das famílias nobiliárquicas³²⁸.

Perante esta ideia, a extrapolação de uma tese em *O Barão de Lavos* não pode ser associada a alguma motivação político-ideológica do autor, mas apenas a um determinismo genético do protagonista: a sua inclinação para a pederastia e homossexualidade, causas primeiras da sua degradação física e moral, é compreensível à luz da consanguinidade oriunda de famílias aristocráticas da remota época dos Descobrimentos, das quais D. Sebastião de Castro e Noronha se considera descendente.

Nos volumes seguintes da “Patologia Social”, a degenerescência física verifica-se ainda em personagens pertencentes ao meio aristocrático: tal sucede, por exemplo, em *Amanhã*, através da descrição pormenorizada das marcas de envelhecimento no corpo e no rosto do marquês do Vale de Medeiros; e acontece ainda em *Os Lázaros*, em cujo romance o conde de Fiães é atraído tanto pela mulher como pela amante, é roubado pelo filho e pelo genro, e uma das suas filhas comete suicídio após ter sido violada pelo director espiritual da Liga de clérigos e beatas.

Jacques Le Goff, num ensaio sobre o conceito de decadência, onde analisa a evolução deste vocábulo desde os tempos mais remotos, bem como o conjunto de critérios utilizados para a sua identificação, refere que, em determinadas matérias específicas de estudo, tais como a *história política* ou a *história catastrófica*, “[...] onde seria legítimo empregar a palavra decadência, surge outro termo muito adaptado às realidades históricas – ‘crise’.”³²⁹. É precisamente o caso de *Próspero Fortuna*, em

³²⁷ Cf. Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., 1990, 32.

³²⁸ Ao longo da segunda metade do século XIX, vai aumentando a crítica positivista ao comportamento devasso da aristocracia, cujos membros são responsabilizados pela crescente decadência física da raça portuguesa (cf. Irene Maria Vaquinhas, “O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX)”, *Revista de História das Ideias*, 14 – Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional, 1992, 368-369).

Por esta razão, talvez não seja por mera coincidência que o protagonista de *O Barão de Lavos* é um barão: este título foi, no leque da hierarquia nobiliárquica existente em Portugal, o que mais aumentou ao longo do século XIX e o que mais predominou sobre todos os restantes. Este crescimento ocorreu sobretudo no reinado de D. Maria II, situado entre 1834 e 1853, e a cujo alcance analéptico esta obra remonta.

³²⁹ Jacques Le Goff, “Decadência”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, I Memória-História, 1984, 420.

cujo romance também estes dois conceitos se misturam, perante a *catástrofe* geral a que a nação é conduzida neste período finissecular.

Como já foi mencionado, Aires Pinto tem dois importantes diálogos com o seu amigo e antagonista político, durante os quais desenvolve o seu pensamento, cujas características são similares, em alguns aspectos, às do discurso republicano; na primeira das suas intervenções, situada em 1889, ainda na vigência do reinado de D. Luís, esta personagem reflecte muito lucidamente acerca da situação social de Portugal, sendo a decadência nacional a primeira questão a ser abordada:

*Portugal atravessa, sem dúvida, no actual momento, a sua mais escabrosa e intensa crise social depois de Alcácer Quibir. Não nutramos ilusões a este respeito: é a duríssima verdade... E senão, vê tu se, entre este reinado estéril que agoniza, e a gélida alvorada do que vai seguir-se-lhe, és capaz de enxergar o indício mais ténue de melhoria ou de esperança... Vê se descortinas qualquer tímido vislumbre de afinamento na condição dos homens, ou de elevação no culto imaterial das coisas. Antevê-se já tudo, sim, mas pra pior! Debatemo-nos logicamente na liquidação de três séculos de decadência. De hoje pra amanhã, ou a emancipação ou a morte definitiva.*³³⁰

Este pequeno excerto, retirado da primeira intervenção oral do ideólogo republicano, delineia um panorama da crescente situação de crise em Portugal, através do uso sequencial de expressões disfóricas, como “a sua mais escabrosa e intensa crise social”, “este reinado estéril que agoniza”, “a gélida alvorada do que vai seguir-se-lhe”, ou “liquidação de três séculos de decadência”. Por outro lado, esta perspectiva agónica e crepuscular da sociedade portuguesa congrega ainda os termos “crise” e “decadência”, numa visão enquadrada, como observámos acima em Le Goff, na história *catastrófica* ou *política*³³¹.

A crise aguda no panorama político-social é, assim, o ponto de partida deste romance para a abordagem e dissecação do presente estado da nação portuguesa. Aires Pinto, a personagem usada como instrumento ideológico ao serviço do autor, cumpre a sua incumbência ao longo da narrativa, através do discurso transparente dos seus artigos de imprensa

³³⁰ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 103. Sublinhados nossos.

³³¹ Cf. Jacques Le Goff, “Decadência”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, I – Memória-História, 420.

e dos diálogos travados com Próspero; recuperando as teses de Antero de Quental e de Oliveira Martins, o jornalista faz um conjunto de referências à História de Portugal, designadamente ao período de três séculos de decadência vividos sob o regime monárquico absolutista e liberal³³².

Em 1959, Joel Serrão estabelece pela primeira vez uma associação entre o modelo de linguagem existente na narrativa de Abel Botelho – na qual também se incluem as unidades discursivas do ideólogo Aires Pinto – e o pensamento analítico de Joaquim António da Silva Cordeiro, constante da obra *A crise em seus aspectos moraes*, publicada no fim do século XIX, nos seguintes termos:

A crise portuguesa de 1890, que Silva Cordeiro analisou nas suas raízes económicas e ideológicas, literariamente ninguém a plasmou melhor do que o romancista de *Próspero Fortuna*.³³³

Com efeito, este psicólogo e professor de filosofia reflecte no seu longo ensaio, cuja perspectiva é tendencialmente escatológica, sobre os males da sociedade portuguesa e os “[...] desvarios da administração pública [...]”³³⁴ ao longo das últimas décadas do século XIX, como podemos observar através de um excerto retirado da sua introdução³³⁵:

Quanto mais avançamos para o seculo XX, tanto mais carregado e mais tremendo se nos apresenta este fim do seculo. As nuvens sombrias que se amontoam sobre nós e que ameaçam desfazer-se em formidando temporal trazem a uns o susto, a inquietação, o terror, e a outro uma esperança. É porque da crise, que lavra e se alastra por todos os paizes, derruindo os fundamentos do regimen contemporaneo, tem necessariamente de sahir uma sociedade nova.³³⁶

³³² Na obra *Portugal Contemporâneo*, publicada em 1881, Oliveira Martins sintetiza o liberalismo da seguinte forma:

Anarquia na economia, anarquia na política, eis, portanto, a definição positiva do liberalismo. (J. P. de Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, I, 8ª ed., 1976, 374.).

³³³ Joel Serrão, “Sobre o romance de Júlio Lourenço Pinto e Abel Botelho”, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga*, antologia do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, 1959, 471.

³³⁴ J. A. da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos moraes*, 1896, 67.

³³⁵ Desta obra, refere Sérgio Campos Matos que

[...] o Autor procede a um diversificado inventário crítico dos sintomas e factores da crise moral em que, a seu ver, se encontrava mergulhada a sociedade portuguesa. (Sérgio Campos Matos, “Silva Cordeiro no seu tempo”, in Joaquim António da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos morais*, 2ª ed., 1999, XL).

³³⁶ J. A. da Silva Cordeiro, *op. cit.*, VII.

Regressando a *Próspero Fortuna*, verificamos que Aires Pinto, no seu primeiro artigo para o *Noticiário*, para além da larga crítica ao sistema constitucionalista, denuncia a gestão ruínosa da administração pública:

A história da administração pública sob este Regímen é uma ininterrupta bancarrota moral. Em todos os ramos. Politicamente, desde os mais revoltantes atropelos à mesma Constituição, té [sic] à sistemática obra da sua ruína pela promulgação incessante de leis coonestando uma burla ou significando um retrocesso. *Financeiramente*, recorrendo com desaforo ao crédito e comprometendo a fortuna da Nação em carrapatas como esses vários enfeudamentos a monopólios em mão de estrangeiros, e os desbaratos escandalosos da administração ultramarina. *Moralmente*, reagindo por igual contra tudo quanto significasse progresso, e por meio da escassez da instrução entregando as consciências ao fanatismo e sepultando os espíritos na ignorância.³³⁷

À semelhança do severo discurso deste jornalista, Silva Cordeiro estabelece uma associação íntima entre a vertente financeira e os aspectos morais, argumenta que a crise declarada em Portugal no princípio da década de 90 é uma consequência imediata da desagregação dos valores morais, e nomeia ainda a questão económica como a causa principal das manifestações crescentes de pessimismo. Eis um resumo destas ideias, inserido na conclusão da sua obra:

Peor do que as crises politica, financeira e económica que nos opprimem, é sem duvida a crise moral e intelectual, que as acompanha e que em grande parte lhes deu origem. Esta crise, mais profunda e mais grave do que as outras, manifesta-se na dissolução dos caracteres, na corrupção das consciencias, na falta de energia e de deliberação, no desprezo pelos principios e pelos ideaes, na completa ausencia de convicções, no utilitarismo interesseiro e egoista que dirige todos os actos, e em mil pequenas coisas, emfim, que todos os dias se observam no seio da nossa sociedade decadente e desmoralizada.³³⁸

Retomando o texto abeliano, constata-se que Aires Pinto alude continuamente ao estado de crise, quer através dos seus editoriais, cujo exemplo foi já citado, quer através dos seus diálogos com Próspero. A ilustrar este último caso, está uma passagem do capítulo XI, em que o ideólogo republicano se recusa a moderar a linguagem para o jornal, agora

³³⁷ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 127. Sublinhados nossos.

³³⁸ J. A. da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos moraes*, 1896, 449. Sublinhado nosso.

que o seu amigo, como deputado, estava mais dependente do regime instituído. Contudo, Aires vai mais longe do que Silva Cordeiro, ao culpar a família real pela crise, a qual nunca poderá ser superada com o regime monárquico; o seu ataque directo visa esse mesmo alvo:

- Não há redentora solução possível, não! E por este singelíssimo motivo: que *toda a crise actual da sociedade portuguesa se resume neste facto único – tem uma família a mais*. Não é uma crise social ou económica que nos consome, não é uma luta de classes... simplesmente a acção deletéria, o envenenamento pelos estragos feitos, dentro do organismo social, por esse corpo estranho com as respondentes incrustações parasitárias.³³⁹

Recordemos agora o excerto colocado na epígrafe deste ponto, onde Susan Rubin Suleiman alude a uma característica específica do romance de tese: a duplicação frequente de análises interpretativas de diversos episódios ou acções da diegese, produzidas pelo narrador, por alguma personagem da sua preferência, ou até mesmo por ambos, de forma alternada. Segundo a autora, esta redundância coloquial, classificada por Roland Barthes como uma “tagarelice semântica”, tem ainda a finalidade específica de analisar, julgar e induzir uma dada premissa no interlocutor, esteja ele no interior ou no exterior da ficção.

Regressando a *Próspero Fortuna*, podemos verificar uma situação semelhante à descrita no parágrafo anterior, na medida em que a temática da crise é distribuída alternadamente entre o narrador e Aires Pinto, a sua personagem preferida. Debrucemo-nos sobre alguns exemplos.

A partir do último diálogo com Próspero, Aires não volta a intervir no romance, à excepção da carta enviada do Brasil para o seu amigo. Poder-se-ia pensar então que, na ausência de outra personagem para o substituir, a missão doutrinária desta obra seria suspendida. Contudo, as denúncias da crise em Portugal e da erosão do regime monárquico são mantidas pelo narrador, cuja entidade fidedigna dá credibilidade a todas as ideias manifestadas anteriormente pelo ideólogo republicano.

Na sequência da proclamação da República Brasileira, em 1889, a economia portuguesa debate-se com uma importante crise financeira, ao ver reduzirem-se, por um lado, as remessas financeiras dos emigrantes e,

³³⁹ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 320. Sublinhado nosso.

por outro, os dividendos das aplicações de capitais portugueses efectuados no Brasil. O narrador refere-se precisamente a esse grave momento, nos seguintes termos:

A proclamação da República no Brasil, dificuldades financeiras imprevistas, haviam determinado uma súbita vibração de alarme na situação e agravado para a estabilidade do “meio” social as já precárias condições de incerteza.³⁴⁰

No início do capítulo XV, localizado no período subsequente ao Ultimato inglês, o narrador descreve o débil estado da nação, mantendo estrategicamente o mesmo tipo de discurso apocalíptico de Aires Pinto, onde a crise e a crescente decadência se mantêm como temática principal:

Contra todos os cálculos e previsões, não foi duradoira a vida do novo Ministério³⁴¹. Com este advento dos “tratandistas” ao poder *em nada se atenuara a formidável crise social que afligia o País*. Pelo contrário, *eles pareciam apostados em continuar a deixar resvalar as coisas para o mesmo triste e fatal descalabro: pelo lado financeiro e económico, um crescente avolumar de dificuldades, que não eram de fácil remédio*, e cuja redentora solução o novo Governo se não mostrava apto, nem sequer sinceramente disposto, a procurar obter; [...].³⁴²

Já no ano seguinte, em Maio de 1891, o narrador volta a abordar, no derradeiro capítulo, a contínua crise vivida em Portugal, utilizando esta redundância temática para sublinhar a irreversibilidade desta situação gravosa enquanto perdurar um Governo ligado ao regime monárquico:

A crise financeira era formidável. Não havia oiro – o que apertava em angustiosas dificuldades as relações monetárias com o estrangeiro. E fatalmente esta obrigada redução dos negócios reflectia-se por *um paralelo definhamento em todas as manifestações internas da vitalidade e do progresso nacional*. Tudo estagnava, tudo cautamente se paralisava e retraía, na incerta previsão do dia seguinte. Não havia estímulos para a produção, faltavam os elementos geradores de riqueza. Urgia a imediata promulgação de medidas coercivas, dum radicalismo feroz, atacando de frente o problema, e que prevenissem a bancarrota iminente defendendo corajosamente o Tesouro, por uma forma,

³⁴⁰ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 251.

³⁴¹ O narrador alude aqui aos dois Governos existentes em 1890, ambos do Partido Regenerador: o primeiro, chefiado por Serpa Pimentel, é constituído em Janeiro e dissolvido em Outubro, desgastado pelas imensas dificuldades sentidas em gerir os problemas diplomáticos com Inglaterra, decorrentes do Ultimato; o segundo, chefiado por João Crisóstomo, demite-se em Maio de 1891, no meio de uma grave crise financeira.

³⁴² Abel Botelho, *op. cit.*, 388. Sublinhados nossos.

embora arbitrária e violenta, aliviando-o nos seus encargos. E certo que para um empreendimento desta ordem não dispunha de autoridade nem alentos o Governo da ocasião, tão funda e inveteradamente comprometido na criminoso série de desvarios que a esta mísera situação tinha arrastado o País.³⁴³

A comprovar a fidelidade de Abel Botelho ao peso da História, confrontemos dois textos, assinados por autores situados em campos políticos opostos. O primeiro é o artigo “El-Rei D. Carlos I”, publicado em Novembro de 1892 no periódico *Semana de Lisboa*, onde o “vencidista” monárquico Oliveira Martins retrata a crise em Portugal a partir do fim da década de 80, acentuada por uma sucessão de acontecimentos, entre os quais o Ultimato inglês e a independência do Brasil:

Estala um dia o conflito inglês, epílogo da história recente da partilha de África, episódio da história antiquíssima da influência britânica na Península. No dia seguinte, desmorona-se o Império do Brasil, e a República lança a sociedade num delírio de agiotagem, e a nação num desvairamento de fantasia constitucional, que será milagre o resistir unida. Dos dois lados do Atlântico, a fatalidade açoitava as duas nações lusitanas. Outro dia, rebenta deste lado a crise, patenteando cruelmente a mendicância do Tesouro saqueado, e a ficção de uma riqueza de ouro.³⁴⁴

O outro texto, pertencente a Guerra Junqueiro, apresenta uma opinião idêntica à de Oliveira Martins; segundo este autor republicano, a perda do Brasil e o Ultimato inglês são os factores históricos mais determinantes para o agravamento do estado de crise nacional. Num excerto do seu artigo, composto em memória do dirigente republicano José Falcão, o autor, querendo dar a verdadeira dimensão catastrófica da nação, utiliza uma terminologia decadentista, num parágrafo composto por algumas imagens apocalípticas:

O conflicto inglez e a revolução brasileira, dois causticos, puzeram a nu, de improviso, toda a nossa debilidade organica, - miseria de corpo e miseria d'alma.

Falecimento e falencia. Ruínas. Montões de vergonhas, trapos de leis, cisco de gente, lama de impudor, carcassas de bancos, famintos emigrando, porcos digerindo, ladroagem, latrinagem, um salve-se quem puder de egoismos e de barrigas, derrocada d'um povo n'uma estrumeira de inscrições, - 700 mil

³⁴³ Abel Botelho, *Próspero Fortuna*, 1983, 478. Sublinhados nossos.

³⁴⁴ J. P. de Oliveira Martins, “El-Rei D. Carlos I”, in *Política e História*, II 1884-1893, 1957, 293. Sublinhados nossos.

contos de calote publico, a bella colheita do torrão portuguez, regado a oiro, a libras, desde 52 até 90.

A crise não era simplesmente economica, politica ou financeira. Muito mais: nacional. Não havia apenas em jogo o trono do rei ou a fortuna da nação. Perigava a existencia, a autonomia da patria.³⁴⁵

Pelo consenso reunido em torno desta crise, e repetida por muitos autores, não podemos deixar passar em claro um comentário feito por Vítor Neto a este propósito. No início do artigo “Abel Botelho – Quadros de Patologia Social”, este historiador refere que

[...] a “patologia social” apenas existia na mente dos pensadores finisseculares. Na verdade, entre meados do século XIX e 1890, a economia portuguesa atravessara um período de crescimento sem paralelo na nossa história e, após a crise do *Ultimatum* e da revolta do 31 de Janeiro de 1891, continuou a desenvolver-se.³⁴⁶

Sem pôr em causa a capacidade analítica deste texto, ao qual já tinha sido feito o devido e necessário elogio, devemos, contudo, questionar esta afirmação, nele contida: com efeito, há “pensadores finisseculares” que, pela sua íntima ligação ao movimento republicano, elevam a situação negativa do país ao seu expoente máximo, procurando, através deste estratagema, retirar os maiores dividendos políticos junto da opinião pública; contudo, há outros autores consagrados deste período que, apesar da sua filiação monárquica, têm opinião unânime sobre a segunda metade do século XIX, particularmente a sua última década.

Citemos, por exemplo, o caso de Oliveira Martins, cujo pensamento em termos histórico-culturais é considerado pessimista, mas ao nível económico-financeiro demonstra uma objectividade científica. A comprová-lo, temos o seu artigo “A crise portuguesa”, publicado na página frontal de *O Reporter*, em 21 de Abril de 1893³⁴⁷, onde a grave situação do Estado português é dissecada com a fleuma contabilística dos números.

³⁴⁵ Guerra Junqueiro, “Em vez de prefacio (fragmento d’um estudo)”, in AA. VV., *Memoria a José Falcão*, 1894, XII. Sublinhados nossos.

³⁴⁶ Vítor Neto, “Abel Botelho – Quadros de Patologia Social”, *Revista de História das Ideias*, 21 – História e Literatura, 2000, 263. Sublinhado nosso.

³⁴⁷ Este artigo é composto sensivelmente um ano após a breve passagem de Oliveira Martins pelo governo de José Dias Ferreira, como Ministro da Fazenda.

Refira-se, em último lugar, a obra *O presente e o futuro de Portugal*, publicada em 1899 por Augusto Fuschini³⁴⁸; apesar de o título não o reflectir de forma tão directa, este trabalho analisa a situação nacional através de um conjunto de temas associados à crise finissecular, como a imoralidade da classe política, a inexistência de grandes pensadores e homens de Estado, ou a presença negativa da inveja e do egoísmo.

Uma explicação plausível para este forte desequilíbrio na sociedade portuguesa, mais acentuado a partir da segunda metade do século XIX – e que pode servir de resposta a Vítor Neto – encontra-se eventualmente nas palavras de Isabel Pires de Lima, quando a autora procura fundamentá-lo com base na falência do movimento da Regeneração e na total perda de confiança no sistema liberal:

Se a Regeneração foi o “nome português do capitalismo”, na célebre expressão de Oliveira Martins, tendo conseguido um substancial aumento da riqueza colectiva, a verdade é que *a riqueza criada aproveitava apenas a estrangeiros ou, então, a uma estreita camada de privilegiados e não à Nação no seu conjunto, [...]*.³⁴⁹

³⁴⁸ Augusto Maria Fuschini, um dos conferencistas do Casino Lisbonense que viu a sua palestra “Dedução positiva da ideia democrática” ser proibida, sucede a Oliveira Martins como ministro da Fazenda do governo de Hintze Ribeiro, em 1893.

³⁴⁹ Isabel Pires de Lima, *As máscaras do desengano - para uma abordagem sociológica de “Os Maias” de Eça de Queirós*, 1987, 287. Sublinhado nosso.

7 – Epílogo

Ao longo deste capítulo, observámos como Abel Botelho representa em *Próspero Fortuna* o percurso ascensional do seu protagonista pelos meandros ardilosos da política nacional até à sua chegada a ministro, e como, através de uma intriga bem engendrada, desenvolve um quadro sombrio da sociedade, devido à ineficácia da instituição monárquica e à falta de escrúpulos dos seus principais responsáveis.

Ao começar por situar o tempo de acção deste romance no centro de uma conjuntura crítica da História de Portugal, Abel Botelho dá o primeiro passo no sentido de procurar persuadir o leitor a aceitar as ideias desenvolvidas ao longo da narrativa, uma vez que a sua localização temporal na transição para a última década do século XIX é uma excelente estratégia para condensar, num curto espaço de tempo, os graves erros acumulados pelo regime monárquico.

A forma harmoniosa como a retórica da ficção abeliana se articula com o discurso histórico torna *Próspero Fortuna* um reflexo verosímil da crise instalada em Portugal a partir do reinado de D. Luís, e onde o desenrolar da acção é uniformemente proporcional ao crescendo dos factos históricos, narrados numa sequência cronológica: a proclamação da República Brasileira, o Ultimato inglês, a crise financeira, a sublevação republicana de 31 de Janeiro de 1891, e, a culminar, o regresso do rotativismo partidário, assinalado com a formação do novo Governo pelo Partido Regenerador, do qual o protagonista acaba por fazer parte.

Neste seu romance, Abel Botelho procura expor uma argumentação a dois tempos, de acordo com o programa de acção republicana: num primeiro nível, denuncia o descalabro social e económico em que Portugal se encontra, sob a dependência frouxa e corrupta dos representantes da dinastia de Bragança; num segundo nível, defende a necessidade de implantação da república como a melhor forma política de solucionar os graves problemas do falido sistema liberal.

Para fazer, dentro deste alinhamento sequencial, a refutação do regime monárquico e a apologia da tese republicana, a componente

retórica do discurso romanesco apresenta um tratamento dicotómico, através da caracterização maniqueísta das personagens: as personagens afectas ao regime monárquico utilizam o método sofisticado para iludir os seus eleitores com argumentos falaciosos, e servem-se do sistema constitucionalista com o intuito de ascender na sociedade para seu próprio benefício; o representante exemplar da ideologia republicana recorre à argumentação dialéctica com o exclusivo propósito de exaltar os sentimentos patrióticos e de transmitir os seus valores irrefutáveis, sendo toda a sua actividade pautada em exclusivo para o bem da comunidade.

Por sua vez, a acção de Aires Pinto ao longo do romance ajuda ainda a compreender o processo de transição geracional e de crescimento do Partido Republicano Português, estimulado pelo *exemplum* positivo dos recentes acontecimentos no Brasil e beneficiado pelas consequências negativas do Ultimato inglês.

De início, este ideólogo, de acordo com a sua coerência de acção e uniformidade de pensamento, defende a linha doutrinária, por acreditar na implantação do regime republicano pela via pacífica e legal, através do esclarecimento dos cidadãos, da formação cívica do povo, e sem o recurso à violência e às armas. Considerando a educação como um dos pilares sólidos da estratégia republicana, Aires tenta persuadir os leitores com os seus editoriais panfletários, onde, através de uma linguagem injuriosa e sensacionalista, critica o regime monárquico e a Igreja Católica pela sua associação, lesiva para os interesses da pátria.

Contudo, com a deterioração do regime e da situação financeira do país, Aires passa a privilegiar a tendência mais radical do republicanismo, vendo a via insurreccional como a única solução efectiva para a tomada do poder. A sua colaboração na revolta militar de 31 de Janeiro de 1891 torna-se, assim, o momento-chave em que ocorre a transição da “geração doutrinária” para a “geração activa”, sendo através deste acto subversivo e violento que a ineficácia da palavra dá lugar à força concreta das armas, ao primeiro derramamento de sangue, e às consequentes perseguições policiais aos promotores da iniciativa gorada.

Ao longo de *Próspero Fortuna*, fomos assistindo a uma dialéctica ideológica permanente, que se radicaliza no seu epílogo: por oposição à vitória dos valores individuais do arrivismo, característica dos membros do sistema constitucionalista, encontramos um profundo sentimento de derrota dos valores colectivos e de dissolução dos sonhos da glória nacional, alimentado pelo messianismo republicano. O duplo desfecho da acção, representado pelo destino antagónico das duas personagens principais, tem, contudo, o condão de induzir o leitor a reflectir sobre o pleno “desconcerto do mundo” monárquico, provocando-lhe uma mistura paradoxal dos dois sentimentos catárticos: de *terror*, por continuar a ver o poder concentrado nas mãos da irresponsabilidade e da incúria; de *piedade*, por assistir ao castigo injusto de um herói da Pátria, cujo único crime foi ter desejado a sua regeneração sob um regime republicano.

A um século de distância da sua publicação, *Próspero Fortuna* ajuda-nos ainda a entender a definição inicial da república como uma entidade salvífica e redentora das celebradas glórias de outrora, face ao desencanto crescente de uma burguesia finissecular perante a incúria monárquica na condução dos destinos de Portugal.

Graças a todo este processo de “desmonarquização” nacional, este romance comprometido de Abel Botelho afigura-se-nos o exemplo mais perfeito da literatura portuguesa de tese republicana.

Conclusões gerais

Nas duas décadas de transição do século XIX para o século XX, ocorre uma significativa série de acontecimentos políticos na sociedade portuguesa, de entre os quais este trabalho deu destaque ao registo literário da presença da ideologia republicana nos actos conducentes à queda da monarquia. Balizados por este transcurso histórico, procurámos ainda identificar e analisar a complexa temática político-ideológica no *corpus* seleccionado, motivo pelo qual foi necessário o uso sistemático de uma bibliografia oriunda de outras áreas disciplinares, a fim de permitir uma melhor compreensão do contexto onde as diversas obras se inserem e de evitar, por conseguinte, uma interpretação errónea do seu conteúdo.

Num balanço final sobre as características principais da produção literária mencionada ao longo dos quatro capítulos anteriores, é possível observarmos nesse conjunto de textos uma articulação muito coesa do *facto histórico* com o *acto verosímil*, através da qual a sua estrutura adquire uma maior densidade dramática: para além das situações recorrentes de conflito amoroso, social ou moral, estas obras apresentam também um confronto dialéctico entre a monarquia e a república. No entanto, o *corpus* central deste trabalho não é apenas um simples testemunho epocal de uma confrontação ideológica; ele pretende ser também um instrumento dinâmico ao serviço da mudança política e social, onde o autor, através do uso exemplar da História, se compromete na demonstração da sua tese e na conversão do seu leitor.

Consequentemente, estes textos tornam-se uma aliciante matéria de investigação do pensamento social e político nos instantes derradeiros do regime monárquico, a partir dos quais sobressaem duas orientações distintas: uma, de índole conservadora e monárquica, que despreza a ideologia republicana e ridiculariza os seus representantes; a outra, de natureza revolucionária e positivista, que reprovava o sistema instituído e propõe a república como solução mais válida para a crise nacional.

Se, ao longo do período oitocentista, as críticas à monarquia constitucional vinham sendo dirigidas em abstracto ao arrivismo político, às eleições viciadas, ou aos mesquinhos interesses partidários, a partir da década de 90 passa a existir um inimigo comum aos opositores do regime

monárquico: o rei D. Carlos, o principal alvo a abater, tanto por parte de republicanos como de anarquistas. Neste sentido, a nossa análise incidirá ainda sobre algumas obras literárias produzidas durante o reinado deste polémico monarca, considerado pelos respectivos autores o responsável principal pela decadência económica da nação.

De um modo geral, as obras de propaganda republicana sublinham o poder taumatúrgico da república, apresentando-a como uma espécie de religião laica. A sua mensagem doutrinária, transmitida num elevado tom profético e, por vezes, numa linguagem violenta e acintosa, pretende ser bastante assertiva e monossémica: a regeneração urgente da pátria, não concretizada por incapacidade ou incúria da política constitucional, só pode dar-se agora com a implantação – pela força das armas – do regime republicano, o mais perfeito estado social.

Tivemos ainda oportunidade de verificar, sobretudo no capítulo II, como a sedição republicana de 1891 provoca uma maior fractura no combate entre as duas ideologias políticas. Como reflexo desta mesma situação, o conteúdo maniqueísta dos textos relacionados com este episódio assinala o crescimento da violência verbal na nossa literatura, exposta no confronto directo entre vários pares dicotómicos: burguesia e aristocracia, laicismo e catolicismo, empenhamento colectivo e passividade individual, ciência e obscurantismo, ou positivismo e decadentismo.

Ao contrário da produção lírica, cuja temática predominante se relaciona com a curta e malograda insurreição republicana de 1891, nos textos em prosa, analisados nos dois últimos capítulos deste trabalho, a História manifesta-se já de uma forma bastante mais dilatada: em *Os Teles de Albergaria*, é representada a sinuosa evolução do liberalismo português ao longo do século XIX, culminando no acto genesíaco do republicanismo activo; em *Próspero Fortuna*, são dissecados os meandros ardilosos da política constitucional nos primeiros instantes crepusculares do regime monárquico.

Intervalados na respectiva edição por menos de uma década, estes dois romances são ainda o espelho da divisão política da sociedade portuguesa no período em questão, ao reflectirem duas diferentes opções

tomadas no seu desfecho pelos respectivos heróis: na obra de Malheiro Dias, o desencanto submisso perante a degenerescência finissecular do poder monárquico e a vitalidade imparável da revolução republicana; na obra de Abel Botelho, a manutenção enérgica da luta inconformada pela implantação do regime republicano. Pelas razões apresentadas, pudemos, enfim, considerar *Próspero Fortuna* um texto paradigmático na categoria genológica do romance político e, por certo, o mais legítimo representante da literatura de tese republicana.

Na esperança de ter dado um valor acrescentado ao tema proposto no trabalho agora findo, e de que o seu conteúdo se tenha revelado suficientemente apelativo, deixamos ficar duas propostas com vista ao desenvolvimento de futuras investigações neste domínio interdisciplinar. A primeira delas está relacionada com *Amanhã*, de Abel Botelho; neste romance inaugural do anarco-sindicalismo internacional, pensamos ser de todo o interesse fazer um estudo mais aprofundado ao nível da orientação dos representantes anarquistas face ao regime monárquico e ao crescente poder republicano. A segunda sugestão, não menos importante, compreende a identificação e análise do confronto político-ideológico durante o período da I República, através de obras de autores como Ramalho Ortigão, Fernando Pessoa, Carlos Malheiro Dias, Manuel Telles, ou ainda dos membros do Integralismo Lusitano, entre outros.

Breve cronologia
entre a Revolução Francesa e 1910

- 1789 Revolução Francesa.
- 1791 É instituída a monarquia constitucional em França, limitando o poder do rei.
- 1792 O rei francês Luís XVI toma o partido das classes privilegiadas e, em consequência, é suspenso de todas as suas funções.
A 22 de Setembro, é proclamada a I República Francesa.
Manifesta-se o estado de insanidade mental da rainha D. Maria I, e o seu filho D. João assume o governo efectivo.
- 1793 A 21 de Janeiro, Luís XVI é guilhotinado.
Tratado anglo-português contra a França.
- 1794 Portugal participa na guerra do Rossilhão contra a França.
- 1799 Início oficial da regência de D. João VI.
- 1807 Primeira invasão francesa, comandada por Junot, na sequência de Portugal ter quebrado o bloqueio continental à Inglaterra, decretado por Napoleão em 21 de Novembro de 1806.
Uma semana depois, a Corte retira-se para o Rio de Janeiro.
- 1808 A 1 de Fevereiro, Junot proclama oficialmente a destituição da Casa Real de Bragança e forma governo, composto por portugueses e franceses.
A 6 de Junho, inicia-se no Porto o movimento restauracionista, propagando-se ao norte do país.
- 1809 Segunda invasão francesa, comandada por Soult.
- 1810 Terceira invasão francesa, comandada por Massena.
- 1816 Morte da rainha D. Maria I, e proclamação de D. João VI, que permanece no Brasil.
- 1820 Revolução liberal de 24 de Agosto, desencadeada no Porto por militares.
- 1821 Extinção da Inquisição, a 7 de Abril.
D. João VI regressa com a Corte a Portugal, após 14 anos no Brasil.
- 1822 Promulgação da primeira Constituição portuguesa, com base no modelo da Constituição de Cádiz de 1812 (inspirada, por sua vez, na Constituição Francesa de 1792), e a partir da qual se inicia o período de monarquia constitucional.
A 7 de Setembro, o príncipe D. Pedro, filho de D. João VI, proclama a independência do Brasil e é aclamado imperador.
- 1823 A 27 de Maio, a Vila-Francada, revolta absolutista encabeçada pelo infante D. Miguel, põe termo à primeira fase do liberalismo ao suspender a Constituição.
- 1824 Na sequência do golpe da Abrilada, ocorrido a 30 de Abril, D. Miguel é forçado a partir para Viena, onde fica exilado.
- 1826 Morte de D. João VI a 10 de Março, e início da regência da infanta D. Isabel Maria.

D. Pedro IV (já soberano do Brasil) outorga a Carta Constitucional a 29 de Abril, menos radical do que a Constituição de 1822.

D. Pedro IV abdica do seu direito à coroa a favor de sua filha, D. Maria da Glória (futura D. Maria II), na condição de que a infanta se case com o seu tio, o infante D. Miguel.

- 1828 D. Miguel regressa a Portugal a 22 de Fevereiro, na qualidade de regente em nome de D. Maria da Glória, ainda menor.

Após jurar fidelidade à Carta Constitucional e a D. Pedro, D. Miguel restaura o poder absolutista e dissolve, a 14 de Março, a Câmara dos Deputados.

A 11 de Julho, D. Miguel é aclamado como rei absoluto.

- 1832 D. Pedro, depois de no ano anterior ter abdicado da coroa brasileira a favor do seu filho, o infante D. Pedro, assume, a 3 de Março, a regência de Portugal.

A 8 de Julho, o exército liberal, chefiado por D. Pedro, desembarca no Mindelo e cerca o Porto, dando-se início a uma guerra civil.

- 1833 A 28 de Julho, D. Pedro desembarca em Lisboa, aclamando a rainha e a Carta Constitucional.

- 1834 A 26 de Maio, é assinada a Convenção de Évora Monte, que põe fim à guerra civil e ao absolutismo monárquico, e instaura-se de novo o regime liberal.

A 1 de Junho, D. Miguel parte definitivamente para o exílio.

Realização de eleições para reunir as Cortes.

Decreto de 30 de Maio, assinado por D. Pedro IV e pelo ministro Joaquim António de Aguiar, que extingue todas as ordens religiosas masculinas e expropria os seus bens.

Na sequência deste acto, aliado igualmente à expulsão dos jesuítas, o Papa Gregório XVI excomunga D. Pedro.

D. Pedro IV morre a 24 de Setembro, sucedendo-lhe D. Maria II.

As forças liberais dividem-se agora em dois partidos: de um lado, os Cartistas (de tendência mais conservadora, apoiantes da Carta Constitucional); do outro, os herdeiros do Vintismo (de linha mais radical, defensores da Constituição de 1822).

- 1836 “Revolução de Setembro”, movimento popular ocorrido em Lisboa e do qual resulta a adopção da Constituição de 1822.

Entre 1836 e 1837, o ministro Passos Manuel toma medidas respeitantes ao plano cultural e ao plano pedagógico, renovando os programas de ensino, criando os liceus, as escolas politécnicas e o Conservatório.

- 1838 A 4 de Abril, entra em vigor a nova Constituição, cujo texto é um compromisso entre o radicalismo vintista e a ortodoxia cartista.

- 1838 Costa Cabral, após ter sido inicialmente um Setembrista radical, torna-se membro do novo governo de linha cartista.

- 1842 Movimento popular liderado por Costa Cabral, a 27 de Janeiro, a partir do qual é restaurada a Carta Constitucional.

Os Setembristas agrupam-se no Partido Progressista.

- 1846 Sublevação popular da “Maria da Fonte”, a 14 de Abril, liderada espontaneamente por membros do clero e camponeses, sobretudo do Minho (propagando-se seguidamente ao Sul), em luta contra as novas medidas cabralistas sobre a saúde e sobre o sistema fiscal.

A 19 de Maio, a rainha D. Maria II demite o governo de Costa Cabral e nomeia o Duque de Palmela para formar novo Governo.

Golpe de Estado a 6 de Outubro, chefiado pelo duque de Saldanha, que depõe o duque de Palmela da Presidência do Ministério.

A 25 de Outubro, inicia-se a revolução da “Patuleia”, desencadeada espontaneamente pela população minhota, em protesto contra o forte aumento dos impostos e contra a nova legislação sobre a saúde pública, que proíbe os enterros nas igrejas.

- 1847 Convenção de Gramido, firmada a 29 de Junho, que põe termo à Patuleia.

- 1848 A 28 de Fevereiro, dá-se nova Revolução em França, que destitui o rei Luís Filipe do trono e origina a proclamação da II República Francesa.

A 17 de Maio, forma-se o “Triunvirato Republicano de Lisboa” (A. Oliveira Marreca, António Rodrigues de Sampaio, e José Fontana) para estudar as formas de mudança para o regime republicano.

Acordo com a Santa Sé para a reintrodução das ordens religiosas que tinham sido extintas em Portugal.

“Conspiração das Hidras”, intentona inconsequente liderada por vários políticos e intelectuais com vista à mudança política em Portugal.

- 1849 Regresso de Costa Cabral ao poder, após a vitória do Partido Cartista.

- 1850 A “Lei das Rolhas” (legislação contra a liberdade de imprensa) é aprovada no Parlamento a 3 de Agosto, sucedendo-se protestos de muitos intelectuais pela sua promulgação.

Questão entre Alexandre Herculano e a Igreja sobre o “milagre de Ourique”, com a publicação de “Eu e o Clero”.

Queda definitiva do Governo de Costa Cabral.

- 1851 A 7 de Abril, inicia-se a Regeneração, movimento originado pelo golpe político-militar do duque de Saldanha. A rainha D. Maria II nomeia o duque de Saldanha Presidente do Conselho e Ministro do Reino.

Ao longo de cerca de quatro décadas, assistir-se-á a um período parlamentar de estabilidade política, que, com o valioso contributo de Fontes Pereira de Melo, proporciona o desenvolvimento económico e a consolidação do poder burguês.

O “Triunvirato Republicano de Lisboa” dissolve-se, por adesão de Oliveira Marreca e de Rodrigues Sampaio à Regeneração. José Fontana manter-se-á republicano.

- 1852 O Partido Progressista divide-se em dois grupos: o Partido Progressista Dissidente (que defende um modelo mais liberal e democrático) e o Partido Progressista Regenerador (ala mais conservadora).

- 1853 D. Maria II morre a 15 de Novembro, e D. Fernando assume a regência durante a menoridade do príncipe herdeiro D. Pedro, filho de D. João VI.

- 1855 Aclamação de D. Pedro V, a 16 de Setembro. O seu reinado é marcado por diversas questões com a Igreja.
- 1861 Morte D. Pedro V, a 11 de Novembro, e aclamação de D. Luís I.
- 1863 Abolição definitiva dos morgados, com excepção para a Casa de Bragança.
- 1865 Início da Questão Coimbrã, desencadeada pelo prefácio que António Feliciano de Castilho escreveu para a obra *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas, e no qual critica os jovens escritores pela falta de “bom senso e bom gosto”.
- 1868 Revolta popular da Janeirinha (iniciada a 4 de Janeiro, no Porto), contra a política fiscal fontista que criava um imposto de consumo.
- Revolução espanhola, em Setembro, da qual resulta o fim do reinado de Isabel II.
- 1870 *Proclamação da III República Francesa a 4 de Setembro, a partir da qual a ideia republicana ganha novo alento em Portugal.*
- Criação do Centro Democrático de Lisboa, organização republicana de teor federalista.*
- Em Lisboa, o “Cenáculo” é um espaço de encontro de intelectuais (Antero de Quental, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis, José Fontana, entre outros) onde se discutem temas sociais e culturais, sob o lema político do republicanismo e do socialismo utópico.
- 1871 Entre 18 de Março e 28 de Maio, ocorre a insurreição popular da Comuna de Paris, constituída por jacobinos, marxistas, republicanos e socialistas proudhonianos.
- A 22 de Maio, iniciam-se as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Foram proibidas a 26 de Junho, dia de realização da 6ª sessão, por ofenderem “o código fundamental da monarquia”.
- 1872 Antero de Quental, entre outros, funda a Associação Fraternidade Operária, organização de influência socialista.
- 1873 Proclamação da I República em Espanha, a 12 de Fevereiro (que dura apenas até 1874).
- Em Dezembro, é fundado o Centro Republicano Federal de Lisboa.
- 1875 A 10 de Janeiro, é fundado o Partido Socialista Operário Português (futuro PS), por Azedo Gneco, José Fontana e Antero de Quental, entre outros.
- 1876 A 25 de Março, é fundado em Lisboa o Centro Eleitoral Republicano Democrático (antecessor do Partido Republicano Português).
- 1878 A 13 de Outubro, é eleito o primeiro deputado republicano para o Parlamento (Rodrigues de Freitas, pelo círculo do Porto).
- Em Outubro, realiza-se um comício republicano presidido por Ramalho Ortigão, que reúne mais de mil pessoas, e onde a monarquia foi considerada uma instituição decadente.
- 1880 A 10 de Junho, comemora-se o tricentenário da morte de Camões, em cujas actividades participam muitos republicanos (tanto da facção unitária, como da federalista), de entre os quais se destaca Teófilo Braga.
- 1881 Os republicanos elegem três deputados (Alves da Veiga e Emídio Guerra, pelo círculo do Porto, e Elias Garcia, pelo de Lisboa).

- 1882 Comemorações do centenário da morte do Marquês de Pombal, organizado por republicanos e anticlericais.
- 1883 *Fundação do Partido Republicano Português (P. R. P.).*
- 1886 Concepção do “Mapa cor-de-rosa”, que representava o ressurgimento de um sonho imperial de domínio português dos territórios africanos “de Angola à contra-costa”.
- 1888 Constitui-se o grupo dos “Vencidos da Vida”, do qual fazem parte, entre outros, Eça de Queirós, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro e Ramalho Ortigão.
- 1889 O rei D. Luís morre a 19 de Outubro, e a 28 do mesmo mês é aclamado o príncipe herdeiro, D. Carlos I.
- A proclamação da República no Brasil, a 15 de Novembro, leva o P. R. P. a enveredar por uma acção mais directa para a mudança de regime político.*
- 1890 Ultimato da Inglaterra ao Governo português, apresentado a 11 de Janeiro sob a forma de memorando, onde se exige a retirada das forças militares portuguesas presentes no território do actual Zimbabwe, situado entre Moçambique e Angola.
- Como reacção ao Ultimato, Henrique Lopes de Mendonça escreve a letra do hino “A Portuguesa”, composto por Alfredo Keil. Levado à cena como remate da peça As cores da bandeira, constitui desde logo um instrumento de difusão dos ideais republicanos, sendo, a partir de 1911, adoptado como Hino Nacional da República Portuguesa.*
- 1891 *Revolta republicana de 31 de Janeiro no Porto, em que se proclama a República do edifício dos Paços do Concelho por um grupo de cidadãos (da qual fazem parte, entre outros, Basílio Teles, Sampaio Bruno e Amorim Viana), e prontamente abortada pela Guarda Municipal.*
- Publicação do Manifesto e do Programa do P. R. P., elaborados por Teófilo Braga.*
- 1893 O Partido Regenerador vence as eleições parlamentares de 29 de Abril, e o PRP elege 3 deputados (José Jacinto Nunes, por Lisboa; Rodrigues de Freitas, pelo Porto; Francisco Teixeira de Queiroz, por Santiago do Cacém).
- 1896 A 13 de Fevereiro, é promulgada uma lei de excepção à liberdade de imprensa, visando o movimento anarquista e os atentados bombistas, a que a oposição chama de “Lei Celerada”. Nos anos seguintes, os republicanos irão lutar pela sua abolição, acusando o Governo de criar confusão na opinião pública entre o anarquismo e o republicanismo.
- 1897 *Criação da Carbonária Portuguesa, sociedade secreta que fará parte da tentativa de implantação da República em 1908 e do evento de 1910.*
- 1899 O PRP obtém uma vitória eleitoral no Porto, ao eleger, a 26 de Novembro, três deputados (Afonso Costa, Paulo Falcão e Francisco Xavier Esteves).
- 1901 Por decreto ministerial de Hintze Ribeiro, as ordens religiosas são readmitidas em Portugal para prestarem serviço em escolas e hospitais.
- 1903 João Franco abandona o Partido Regenerador e funda, a 16 de Maio, o Centro Regenerador-Liberal (também conhecido por Partido Franquista), cujo programa defende o reforço do poder executivo.

- 1905 Criação do Partido Progressista, igualmente partidário do poder real no âmbito do constitucionalismo.

O Presidente da República Francesa, Émile Loubet, visita Lisboa em Outubro, evento inserido na política diplomática do rei D. Carlos, mas aproveitado pelos republicanos para fazer propaganda.

- 1906 A 19 de Maio, D. Carlos encarrega João Franco de constituir novo Ministério, com o intuito de extinguir o rotativismo na governação do Estado entre Regeneradores (Hintze Ribeiro) e Progressistas (J. Luciano de Castro).

Eleições parlamentares de Agosto, onde o PRP elege 4 deputados por Lisboa (Afonso Costa, António José de Almeida, Alexandre Braga e João de Menezes).

Na sessão parlamentar de 20 de Novembro, os deputados discutem a questão dos adiantamentos (empréstimos à Casa Real nos anos em que as suas despesas de representação ultrapassavam as dotações previstas). O deputado republicano Afonso Costa declara: “Por menos do que fez o Sr. D. Carlos, rolou no cadafalso a cabeça de Luís XVI!”, sendo de imediato expulso e suspenso durante um mês. Na mesma sessão, António José de Almeida incentiva os militares a proclamarem ali e naquele momento a República, tendo sido igualmente expulso e suspenso.

- 1907 *A 8 de Maio, por decreto de João Franco, as Cortes são encerradas, e dissolvidas em seguida. A ditadura é instaurada, o que leva à intensificação do movimento republicano.*

A 27 de Maio em Lisboa, e a 9 de Junho no Porto, o P.R.P. realiza grandes comícios contra a ditadura franquista.

Decreto franquista de 20 de Junho, sobre a liberdade de imprensa.

Na sequência de várias medidas de repressão tomadas pelo Governo franquista, os republicanos provocam alguns motins em Lisboa, a 18 de Junho, com disparos de tiros e rebentamento de bombas, resultando 2 mortos dos confrontos com a Guarda Municipal.

- 1908 *A 28 de Janeiro, o P.R.P. e a Carbonária Portuguesa executam em Lisboa o “Golpe do elevador da Biblioteca” (elevador entre o Largo do Município e o Largo da Biblioteca), uma conspiração civil que visava ocupar a Câmara Municipal para proclamar a República (à semelhança do que tinha sucedido no Porto, em 1891); contudo, o Governo franquista toma conhecimento e manda prender cerca de 120 suspeitos, de entre os quais alguns dos principais líderes republicanos, como os ex-deputados António José de Almeida e Afonso Costa.*

A 31 de Janeiro, D. Carlos assina em Vila Viçosa o decreto que concedia plenos poderes a João Franco.

A 1 de Fevereiro, o rei D. Carlos e a sua família, regressados a Lisboa, são alvo de atentado no Terreiro do Paço, perpetrado por Manuel Buíça e Alfredo Costa, militantes republicanos, e do qual resulta a morte do monarca e do príncipe herdeiro da coroa, D. Luís Filipe.

Na sequência do regicídio, cai o governo de João Franco.

A 2 de Fevereiro, sobe ao trono D. Manuel II, cujo reinado de 20 meses marcará o fim da dinastia de Bragança e da monarquia portuguesa.

Nas eleições legislativas de 5 de Abril, o PRP conquista 7 deputados, 4 dos quais são por Lisboa, 2 por Setúbal e 1 por Beja.

Nas eleições para a Câmara Municipal de Lisboa, a 1 de Novembro, o PRP obtém a vitória, elegendo todos os seus 11 deputados. Apesar de os monárquicos não terem participado, não se deve retirar o mérito da vitória republicana, uma vez que o PRP conquistou a maioria em mais sete autarquias.

Cresce a propaganda da Maçonaria e da Carbonária.

- 1909 *A 25 de Abril, realiza-se em Setúbal um Congresso do PRP, de onde sai vencedora a tese revolucionária, sendo o novo Directório incumbido de preparar a queda da Monarquia.*

A 2 de Agosto, cerca de 100 000 pessoas manifestam-se em Lisboa contra as Ordens religiosas, com a participação do PRP e da Carbonária.

- 1910 *A 28 de Agosto, o PRP, apesar de se manter um partido minoritário, aumenta para 14 o número de deputados (10 por Lisboa, 3 por Setúbal e 1 por Beja), contra 7 do Governo, nestes mesmos Círculos eleitorais.*

A 5 de Outubro, dá-se a revolução e é proclamada a República.

O rei D. Manuel e a rainha D. Amélia embarcam para o exílio, em Inglaterra.

Forma-se o 1º. Governo Provisório Republicano, presidido por Teófilo Braga.

Bibliografia

1 – Textos do corpus analisado

1.1 – Textos literários

- ALBUQUERQUE, António de, *A execução do Rei Carlos – monarchicos e republicanos*, Bruxelas, Ed. António Albuquerque, 1909.
- *Marquez da Bacalhôa*, Bruxelas, Ed. António Albuquerque [impresso realmente em Lisboa, Ed. Gomes de Carvalho], 1908.
 - *O solar das Fontainhas – scenas do Porto*, Lisboa, Cernadas & C^a., 1910.
- ALLEN, Nun', "A Calhandra", in AA. VV., *O monumento dos vencidos (commemorando a data gloriosa de 31 de Janeiro)*, Porto, Centro Litterario, 1897, 12-13.
- ALMEIDA, Fialho d', *Madona do Campo Santo*, Coimbra, Livraria Moderna, 1896.
- ARAUJO, J. J. d', "Epitaphio para um monarca", *A Victoria da Republica – Almanach Burocratico Illustrado e de Propaganda Democratica para 1894*, Lisboa, Typographia de Augusto Vieira, 1893, 69.
- "Pela Republica", *A Victoria da Republica – Almanach de Propaganda Democratica para 1893*, Lisboa, 1892, 80.
- BASTOS, Teixeira, *Rumores Vulcanicos*, Lisboa, Typ. da Bibliotheca Universal de Lucas & Filho, 1878.
- BOTELHO, Abel, *Amanhã*, Porto, Livraria Chardron, 1902.
- *Amanhã*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1982.
 - *O Barão de Lavos*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d..
 - *O livro de Alda*, Lello & Irmão – Editores, 1982.
 - *Próspero Fortuna*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1983.
- BRANCO, Camilo Castelo, "O cego de Landim", in *Novellas do Minho*, 4^a ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1921, 123-178.
- CHAGAS, Manuel Pinheiro, *O drama do Povo*, Porto, Livraria Moré, 1876.
- CHAVES, Astrigildo, *O fusilado do Porto: verberações d'um revoltado*, Lisboa, s. n., 1907.
- CONCEIÇÃO, Alexandre da, "Hymno do Club Henriques Nogueira", in *Outomnaes*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1891, 73-76.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Filho das ervas*, Campo das Letras, Porto, 1999.
- *Paixão de Maria do Céu*, 4^a ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1982.
 - *Os Telles d' Albergaria*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901.
 - *Os Teles de Albergaria*, Campo das Letras, Porto, 1999.
- FALCÃO, José, *Cartilha do Povo*, Gouveia, Comissão Municipal Republicana de Gouveia, 1906.
- FERREIRA, M. Marques, "Chamando á vida", in *Grito de revolta – Propaganda republicana*, Porto, Typographia Almeida & Sá, 1909, 5.
- "À tyrannia", in *Grito de revolta – Propaganda republicana*, Porto, Typographia Almeida & Sá, 1909, 15.
- FERREIRA, Raphael, *Creada politica*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1907.
- GALLIS, Alfredo, *Os políticos*, Tuberculose social – VI, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1902.
- JUNQUEIRO, Guerra, *Pátria*, 3^a ed., Porto, Livraria Chardron, 1915.
- *Pátria*, ed. especial, Porto, Livraria Chardron, 1925.
- LARANJEIRA, Manuel, *Amanhan. (Prologo dramatico)*, Porto, Typ. da Empreza Litteraria e Typographica, 1902.

- LATOURRETTE, Oscar, “Visão”, in AA. VV., *Á Monarchia – Commemoração dos mortos 31-1-91*, Porto, Centro Republicano do Porto, 31 de Janeiro de 1898.
- MENEZES, João de, “Oração pelos vencidos”, in AA. VV., *Um ano depois (aos vencidos)*, Porto, Empresa Litteraria e Typographica, 1892, 15.
- MOURA, José Joaquim Ferreira de, *O bota fora do catavento ou A Cabeça de Bacalhau Fresco*, Lisboa, Officina Typographica do Arco do Cego, 1827.
- NOBRE, António, “Bebia, a rir num ‘cabaret’”, in Guilherme de Castilho, “Poesias inéditas de António Nobre”, *Presença – Revista de arte e crítica*, nº 1, Série II, Ano III, Novembro de 1939, 5-6.
- “Em certo Reino, à esquina do Planeta,”, in Só, ed. corrigida e aumentada, Paris, Guillard, Aillaud & C^a, 1898.
 - “Não repararam nunca? Pela aldeia,”, in Só, ed. corrigida e aumentada, Paris, Guillard, Aillaud & C^a, 1898, 128.
- PINTO, Julio Lourenço, *Vida atribulada – Scenas da vida contemporanea*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz - Editores, 1880.
- QUEIROZ, Eça de, *A Capital*, Lisboa, Livros do Brasil, 1999.
- *O Crime do Padre Amaro*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1975.
 - *A ilustre casa de Ramires*, Lisboa, Livros do Brasil, 2000.
 - *Os Maias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1975.
- QUEIROZ, Teixeira de, *O Sallustio Nogueira*, 2^a ed., Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1909.
- QUENTAL, Antero de, *Odes modernas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865.
- SALGADO, Heliodoro, “A agonia d’um monarchophobo”, in AA. VV., *Pátria e exílio*, Porto, Typographia da Empresa Litteraria e Typographica, 1893, 3.
- SOARES, Aníbal, *O Ambrósio das Mercês*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- TARANTA, Correia, “Revolução Portuense I – O desfilar das tropas”, in *Caridade e perdão – Epístola poética a Sua Magestade a Rainha Senhora D. Maria Pia em prol dos revoltosos de 31 de Janeiro*, Coimbra, Imprensa Académica, 1891, 11.
- VIDAL, Angelina, *Justiça aos Vencidos*, Lisboa, Imprensa Minerva, 1891.

1.2 – Textos de imprensa, epistolares e teóricos

- ALMEIDA, Fialho d’, *Os gatos*, 1, Agosto de 1889.
- *Os gatos*, 3, Novembro de 1889 a Fevereiro de 1890.
 - *Os gatos*, 26, 18 de Abril de 1891.
 - *Os gatos*, 50, 16 de Dezembro de 1892.
 - *Os gatos*, 1^o vol., 2^a. ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911.
 - *Os gatos*, 5^o vol., 3^a. ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1916.
- BOTELHO, Abel, “D. Carlos I”, *Perfis Contemporaneos*, XLIX, 1899, 193-196.
- BRAGA, Teófilo, *As modernas ideias na literatura portuguesa*, I, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1892.
- CASTILHO, António Feliciano de, “Proemio do traductor”, in Lamennais, *Palavras de um crente*, Lisboa, Typographia de A. I. S. de Bulhões, 1836, 7-38.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, 1^a série (1904), Lisboa, Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira, 1905.
- “Eça de Queiroz”, *Perfis Contemporaneos*, XL, 1896, 157-160.

- JUNQUEIRO, Guerra, “Anotações”, in *Pátria*, ed. especial, 1915, 127-173.
- *Horas de combate*, Porto, Livraria Chardron, 1924.
 - “Em vez de prefácio (fragmento d’um estudo)”, in AA. VV., *Memoria a José Falcão*, Coimbra, Typographia Auxiliar d’Escriptorio, 1894, VII-XXIV.
- NOBRE, António, *Correspondência*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1963.
- *As Farpas*, IV – O parlamentarismo, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1962.
 - *As Farpas – Chronica mensal da politica, das letras e dos costumes*, XV – 1876-1882, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946.
 - *Farpas Esquecidas*, I, Lisboa, Clássica Editora, s. d..
 - *Rei D. Carlos, o Martyrisado*, Lisboa, Typographia “A Editora”, 1908.
- ORTIGÃO, Ramalho; Queiroz, Eça de, *As Farpas – Chronica mensal da politica, das letras e dos costumes*, Lisboa, Typographia Universal, 1871.
- PINTO, Julio Lourenço, “Prologo”, in *Margarida - Scenas da vida contemporanea*, 2ª edição, Porto, Typografia do Commercio do Porto, 1880, III-VIII.
- QUEIROZ, Eça de, “Antigas visitas”, in *Notas contemporâneas*, 2ª ed., Porto, Livraria Chardron, 1913 (1ª ed. – 1909), 453-468.
- *Cartas de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Aviz, 1945.
 - *Correspondência. Páginas da vida íntima e literária*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d..
 - *Correspondência*, 2º vol., Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.
 - “El-Rei D. Luiz”, in *Cartas ineditas de Fradique Mendes e mais paginas esquecidas*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1929, 231-236.
 - “Esclarecimento”, in *Últimas páginas dispersas*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., 63-66.
 - “Novos Factores da Politica Portuguesa”, *Revista de Portugal*, II, 1890, 526-541.
 - “Ramalho Ortigão”, in *Notas Contemporâneas*, 2ª ed., Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, editores, 1913, 27-55.
- QUENTAL, Antero de, *Cartas I [1852] – 1881*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1989.

2 – Estudos teóricos e críticos da literatura

2.1 – Textos de carácter geral

- ANGENOT, Marc, *La parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes*, Paris, Payot, 1982.
- ARISTÓTELES, *Retórica* (tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena), 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- BARTHES, Roland, “Écrivains et écrivains”, in *Essais critiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1964, 147-154.
- “L’effet de réel”, *Communications*, 11, 1968, 84-89.

- S/Z, Paris, Éditions du Seuil, 1970.
- BREMOND, Claude, *Logique du récit*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.
- CARRILHO, Manuel Maria, “As raízes da retórica: a antiguidade grega e romana”, in Michel Meyer, Manuel Maria Carrilho e Benoît Timmermans, *História da Retórica* (tradução de Maria Manuel Berjano a partir do título original *Histoire de la Rhétorique – des Grecs à nos jours*, 1999), Lisboa, Temas e Debates, 2002, 23-79.
- CHEVREL, Yves, *Le naturalisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
- COELHO, Jacinto do Prado, “Decadência como tema literário”, in *Dicionário de Literatura*, 1º vol. A/K, 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1982, 248.
- “Panfleto”, in *Dicionário de Literatura*, 3º vol. N/R, 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1982, 786-787.
- CURTIUS, Ernst Robert, “Mannerism”, in *European Literature and the Latin Middle Ages* (tradução do original alemão *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, 1948), 2ª ed., Londres, Routledge & Kegan Paul, 1979 (1ª ed.: 1953), 273-301.
- DUBOIS, Claude-Gilbert, *Le maniérisme*, Paris, Presses Universitaires de France, 1979.
- FIGUEIREDO, Fidelino de, *História Literária de Portugal (Sécs XII-XX)*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960.
- GENETTE, Gérard, *Discurso da narrativa* (tradução de Fernando Cabral Martins), Lisboa, Arcádia, 1979.
- GOLDMANN, Lucien, “Introduction aux problèmes d’une sociologie du roman”, in *Pour une sociologie du roman*, Paris, Gallimard, 1964, 19-57.
- GUSMÃO, Manuel, “Da literatura enquanto construção histórica”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão (org.), *Floresta encantada: novos caminhos da literatura comparada*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001, 181-224.
- HALSALL, Albert W., *L’art de convaincre. Le récit pragmatique – Rhétorique, idéologie, propagande*, Toronto, Paratexte, 1988.
- HAMON, Philippe, “Un discours contraint”, in Roland Barthes et al., *Littérature et réalité*, Paris, Éditions du Seuil, 1982, 119-181.
- “Para um estatuto semiológico da personagem”, in AA. VV., *Categorias da narrativa*, Lisboa, Arcádia, 1976, 85-112.
- HOWE, Irving, “A Conceção do Romance Político”, in *A política e o romance* (tradução de Margarida Goldszajn a partir do título original *Politics and the Novel*), S. Paulo, Editora Perspectiva, 1998, 3-10.
- JORGENSEN, Kathrine Sorensen Ravn, *La Théorie du Roman*, Copenhaga, Nyt Nordisk Forlag Arnold Busck, 1987.
- LAUSBERG, Heinrich, *Elementos de retórica literária* (tradução de R. M. Rosado Fernandes a partir do título original *Elemente der Literarischen Rhetorik*, 1967), 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- LISBOA, Eugénio (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, II - III, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990 - 1994.
- LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1973.
- *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*, I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- LOTMAN, Ju. M., “Retórica”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, 17 – Literatura-Texto, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, 239-259.
- LUBBOCK, Percy, *The craft of fiction*, Londres, Jonathan Cape, 1954 (1ª ed.: 1921).

- MARINHO, Maria de Fátima, *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999.
- MONTANI, P., “Maneira”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, 17 – Literatura-Texto, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, 134-151.
- NIETZSCHE, *A origem da tragédia* (trad. de Álvaro Ribeiro a partir do título original *Die Geburt der Tragödie aus dem Geiste der Musik*, 1892) , 5ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1988.
- PERELMAN, Chaïm, *O império retórico – retórica e argumentação* (tradução de Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio a partir do título original *L'empire rhétorique*), Porto, Edições Asa, 1993.
- PLATÃO, *Górgias* (tradução de Manuel de Oliveira Pulquério a partir do original grego), Lisboa, Edições 70, 1992.
- PLETT, Heinrich F., “Retórica e estilística”, in, A. Kibédi Varga et al., *Teoria da literatura* (tradução de Tereza Coelho a partir do título original *Théorie de la littérature*), Lisboa, Editorial Presença, s. d., 97-133.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M., *Dicionário de narratologia*, 2ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1990.
- RICOEUR, Paul, “L'entrecoisement de l'histoire et de la fiction” in *Temps et récit*, III – Le temps raconté, Paris, Éditions du Seuil, 1985, 264-279.
- ROSSUM-GUYON, Francoise Van, “Ponto de vista ou perspectiva narrativa”, in AA. VV., *Categorias da narrativa* (trad. de Fernando Cabral Martins), Lisboa, Arcádia, 1976, 21-59.
- SARAIVA, António José; LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 6ª ed., Porto, Porto Editora, [1970].
- *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto, Porto Editora, 1996.
- SERRÃO, Joel, “O anticlericalismo na literatura portuguesa”, in *Portugueses somos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, 167-210.
- “Esta palavra decadência...”, in *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, 11-21.
- SHAW, Harry E., *The Forms of Historical Fiction. Sir Walter Scott and His Successors*, 2ª. ed., Ithaca, Cornell University Press, 1985.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, I, 8ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2000.
- *Teoria e metodologia literárias*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990.
- SIMÕES, João Gaspar, *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de, *O “horror” na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- SULEIMAN, Susan Rubin, *Authoritarian Fictions. The Ideological Novel As a Literary Genre*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1983.
- TODOROV, Tzvetan, “Spendeur et misère de la rhétorique”, in *Théories du symbole*, Paris, Éditions du Seuil, 1997, 59-83.

2.2 – Textos de carácter específico

- AA. VV., “Os epígonos”, in Carlos Reis (dir.), *História da Literatura Portuguesa*, 5 – O Realismo e o Naturalismo, Lisboa, Publicações Alfa, 2001, 253-292.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes, “A literatura e a cultura portuguesa na viragem do séc. XIX para o séc. XX”, *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filologia, I, Porto, 1973, 11-30.

- “A literatura portuguesa expressão de uma cultura nacional? Tradicionalismo e renovação na viragem do século XIX para o século XX – 1890-1915”, in *Os homens e os livros*, II – Séculos XIX e XX, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, 101-125.
- BERRINI, Beatriz, *Portugal de Eça de Queiroz*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.
- BRANDÃO, Raúl, “Pó da estrada”, in *Memórias*, I, 6ª ed., Paris – Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925, 93-275.
- “Morre em Sintra o autor do Marquês da Bacalhoa”, in *Memórias*, III – Vale de Josafat, Lisboa, Seara Nova, 1933, 225-226.
- CABRAL, Alexandre, “As iniciativas de “forte significação moral” do tricentenário de Camões”, *Vértice*, XXXII, 341-42, Junho – Julho 1972, 430-443.
- CABRAL, António, “O político”, in *O talento e os desvarios de Guerra Junqueiro*, Lisboa, Livraria Portugália, 1942, 157-181.
- CAL, Ernesto Guerra da, *Lengua y estilo de Eça de Queiroz, Apêndice – Bibliografia queirociana sistemática y anotada e Iconografia artística del hombre y de la obra*, Tomo 1º, Coimbra, s. e., 1975.
- CARREIRO, José Bruno, *Antero de Quental – subsídios para a sua biografia*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1948.
- CARVALHO, Amorim de, *Guerra Junqueiro e a sua obra poética (análise crítica)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1945.
- CEIA, Carlos, “A (des)construção da tese messiânica de Guerra Junqueiro em *Pátria*”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 9, 1996, 335-343.
- “A oratória da angústia no *Só* de António Nobre”, in *De punho cerrado – Ensaios de hermenêutica dialéctica da literatura portuguesa contemporânea*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, 29-40.
- CLÁUDIO, Mário, “António Nobre, a Aldeia e o Mundo”, in *Páginas Nobrianas*, Porto, Edições Caixotim, 2004, 53-63.
- COELHO, Jacinto do Prado, “Decadentismo”, in *Dicionário de Literatura*, 1º vol. A/K, 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1982, 249-250.
- COELHO, Maria Teresa Pinto, *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- “Do panfletário ao místico: a *Pátria* e o messianismo político de Guerra Junqueiro”, in *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, 161-192.
- “A República ‘romântica’ de Junqueiro: uma breve (re)leitura da *Pátria*”, *Revista da Biblioteca Nacional*, S. 2, vol. 6 (1), Janeiro – Junho de 1991, 33-46.
- COELHO, Teresa Pinto (ver COELHO, Maria Teresa Pinto).
- DIAS, Augusto da Costa, “Panorama geral das ideologias. 1890-1910”, in Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, II – Época Contemporânea, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1973, 299-310.
- “Trindade Coelho e a idealização da comunidade rural”, in *A crise da consciência pequeno-burguesa – o nacionalismo literário da geração de 90*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1964, 327-361.
- DUARTE, Luiz Fagundes, “Os republicanos da Rua do Príncipe”. Consultado pela Internet em 20 de Agosto de 2003 em <http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/1Sem_08.html>.
- FERRO, Túlio Ramires, “Breves notas sobre as tendências da literatura portuguesa no final do século XIX”, *Vértice*, XI, 87, Novembro 1950, 277-295.

- “Fim-do-Século” in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, 1º vol. A/K, 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1982, 341-343.
- FRANÇA, José-Augusto, “Introdução à leitura”, in António de Albuquerque, *Marquês da Bacalhoa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002, 7-17.
- GARÇÃO, Mayer, “Junqueiro republicano”, in Guerra Junqueiro, *Horas de combate*, Porto, Livraria Chardron, 1924, V-LXXVIII.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, Recensão crítica ao artigo de José Carlos Seabra Pereira, “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la littérature portugaise. De l’ultimatum au regicide”, *Colóquio-Letras*, 74, Julho de 1983, 91-92.
- JESUS, Maria Saraiva de, *A representação da mulher na narrativa realista-naturalista*, Dissertação de doutoramento, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1997.
- LEAL, Gomes, “A minha resposta”, in António de Albuquerque, *O Marquez da Bacalhôa*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Brasileira, 1912, 23-32.
- LIMA, Isabel Pires de, *As máscaras do desengano – para uma abordagem sociológica de “Os Maias” de Eça de Queirós*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987.
- MACHADO, Álvaro Manuel, *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*, 2ª. ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981 (1ª ed. 1977).
- MARTOCQ, Bernard, “Le pessimisme au Portugal (1830-1910)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, V, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 420-458.
- MATOS, A. Campos (org. e coord.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho, 1988.
- MEDINA, João, *Eça político (Ensaio sobre aspectos político-ideológicos da obra de Eça de Queiroz)*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Moraes, 1980.
- “Eça de Queiroz e a miséria portuguesa. Ensaio sobre o pessimismo nacional n’Os Maias”, *Vértice*, XXXII, Junho – Julho 1972, 472-487.
- “Eça e os republicanos”, in *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, 297-302.
- “Zé Povinho e Camões: dois pólos da prototopia nacional”, *Colóquio – Letras*, 92, Julho 1986, 11-21.
- NEMÉSIO, Vitorino, *Jornal do Observador*, Lisboa/S. Paulo, Editorial Verbo, 1974.
- NUNES, Maria Luisa, *As técnicas e a função do desenho de personagem nas três versões de O crime do Padre Amaro*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976.
- OLIVEIRA, Alberto d’, “Duas almas”, in *Palavras loucas*, Coimbra, F. França Amado, 1894, 173-182.
- OLIVEIRA, Lopes d’, *Guerra Junqueiro – A sua vida e a sua obra*, II (1880-1923), Lisboa, Edições Excelsior, s. d..
- PACHECO, Maria Emília Vaz, “Para uma teoria ideológica do naturalismo: significado da literatura naturalista na elaboração da expressão oitocentista em Portugal”, in AA. VV., *Romantismo – figuras e factos da época de D. Fernando II*, Sintra, Instituto de Sintra, 1988, 339-362.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, “Autour de la thématique politique et de l’engagement dans la Littérature Portugaise. De l’Ultimatum au Régicide”, in AA. VV., *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1982, 1-89.

- “A dúplice exemplaridade do “Só””, *Colóquio-Letras*, 127/128, Janeiro – Junho de 1993, 27-44.
 - *Do fim-de-século ao tempo de Orfeu*, Coimbra, Livraria Almedina, 1979.
 - “Reacção e compromisso no fim-de-século: O primeiro surto de tendências neo-românticas”, *Máthesis*, 5, 1996, 365-394.
- PIRES, António M. Bettencourt Machado (ver PIRES, António Machado).
- PIRES, António Machado, “Teoria e prática do romance naturalista português”, *Colóquio - Letras*, 31, Maio 1976, 59-70.
- *A ideia de decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980.
- REBELLO, Luiz Francisco, *O teatro naturalista e neo-romântico (1870-1910)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- REIS, Carlos (dir.), *História da Literatura Portuguesa*, 5 – O Realismo e o Naturalismo, Lisboa, Publicações Alfa, 2001.
- SARAIVA, António José, *As ideias de Eça de Queiroz*, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1946.
- “O ‘Salústio Nogueira’ de Teixeira de Queirós”, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga*, antologia do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, Porto, Porto Editora, 1959, 456-460.
 - *A Tertúlia Ocidental – estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1995.
- SEIXO, Maria Alzira, “O olhar do autor”, in Mário Cláudio, *Páginas Nobrianas*, Porto, Edições Caixotim, 2004, 7-18.
- SÉRGIO, António, “O caprichismo romântico na obra do Sr. Junqueiro”, in *Ensaio*, I, 2ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editores, 1976.
- SERRÃO, Joel, “Sobre o apogeu e o declínio do romance naturalista”, in *Temas oitocentistas*, II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, 61-135.
- SIMÕES, João Gaspar, “Aníbal Soares: ‘Ambrósio das Mercês’, um Romance Fantasista?”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, 682-686.
- *Eça de Queirós: a obra e o homem*, 4ª. ed, Lisboa, Arcádia, 1981 (1ª ed.: 1961).

2.3 – Textos sobre Carlos Malheiro Dias

- ARCOS, Joaquim Paço d’, *Carlos Malheiro Dias – Escritor luso-brasileiro*, separata da Revista *Ocidente*, Lisboa, 1961.
- CHORÃO, João Bigotte, “Da História à Ficção” in *Carlos Malheiro Dias na ficção e na história*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, 21-46.
- CIDADE, Hernâni, “Carlos Malheiro Dias”, in Jacinto do Prado Coelho (dir.), *Dicionário de Literatura*, vol. 1 A/M, Porto, Livraria Figueirinhas, 1969, 262-263.
- MARINHO, Maria de Fátima, “Prefácio”, in Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, Lisboa, Campo das Letras, 1999, 9-17.
- MATOS, Ana Alexandra Gonçalves de Veloso e, *Eros e Thanatos em Os Telles d’Albergaria de Carlos Malheiro Dias*, Dissertação de mestrado

- apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- MESQUITA, Mário, “Introdução: A vocação de jornalista em Carlos Malheiro Dias”, in *Cíclorama crítico de um tempo (antologia)*, Lisboa, Vega, 1982, 7-25.
- RAMOS, Feliciano, “A experiência literária de Malheiro Dias como romancista”, in *Estudos de História Literária do Século XX*, Lisboa, Edições da Revista Ocidente, 1958, 67-91.
- RIBEIRO, Aquilino, “Malheiro Dias”, *Atlântida*, V, 20, 15 de Junho de 1917, 630-640.
- SIMÕES, João Gaspar, “Carlos Malheiro Dias”, in *Crítica*, I – A prosa e o romance contemporâneos, Porto, Livraria Latina Editora, 1942, 166-173.
- “Sobrevivência do realismo como discurso retórico – Carlos Malheiro Dias (1875-1941)”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, 649-670.
- TRIGUEIROS, Luís Forjaz, “Introdução à leitura do romance”, in Carlos Malheiro Dias, *Os Teles de Albergaria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, V-XLI.

2.4 – Textos sobre Abel Botelho

- ALMEIDA, Justino Mendes de, “Abel Botelho – esboço biobibliográfico e estudo linguístico”, in Abel Botelho, *Obras*, I, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1979, V-LIX.
- BENOIT-DUPUIS, Monique, “Contribution a la Bibliographie d’Abel Acácio de Almeida Botelho”, *Separata de Sillages*, 5, 1977, 49-78.
- CAEIRO, Sónia Maria Pinheiro Nunes, *A representação do povo em Amanhã de Abel Botelho e Os Reineiros de Alves Redol*, Dissertação de mestrado em Estudos Portugueses apresentada à Universidade de Aveiro, 1988.
- CHAVES, Castelo Branco, “Abel Botelho. Notas sobre o espírito romântico da sua obra”, *A Monarquia – diário integralista da tarde*, Lisboa, V, 1069, 30 de Novembro de 1921.
- JESUS, Maria Saraiva de, “Abel Botelho”, in AA. VV., *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 1, Lisboa, Editorial Verbo, 1995, 721-724.
- “Erotismo decadentista e moralismo romântico n’O livro de Alda de Abel Botelho”, *Diacrítica – Revista do Centro de Estudos Portugueses*, Universidade do Minho, 6, 1991, 141-162.
- MOISÉS, Massaud, *A “Patologia social” de Abel Botelho*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1961.
- NETO, Vítor, “Abel Botelho – Quadros de Patologia Social”, *Revista de História das Ideias*, 21 – História e Literatura, 2000, 261-306.
- OLIVEIRA, Carlos de, “Abel Botelho”, in João Gaspar Simões (dir.), *Perspectiva da literatura portuguesa do século XIX*, II, Lisboa, Edições Ática, 1948, 357-364.
- SANTOS, Etelvina, “Abel Acácio de Almeida Botelho”, in Álvaro Manuel Machado (org. e dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, 67-69.
- SERRÃO, Joel, “Sobre o romance de Júlio Lourenço Pinto e Abel Botelho”, in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga*, antologia do Suplemento “Cultura e Arte” de “O Comércio do Porto”, Porto, Porto Editora, 1959, 468-472.

SIMÕES, João Gaspar, “Abel Botelho – A Agonia do Realismo Naturalista”, in *Perspectiva histórica da ficção portuguesa (das origens ao Século XX)*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, 627-643.

3 – Estudos históricos, políticos e sócio-culturais

- AA. VV., “Portugal de 1900 a 1914”, in *A idade dos impérios*, I, Publicações Alfa, 1995, 154-169.
- AZEVEDO, Joaquim, “Esboço de Cronologia da História da Igreja em Portugal (1820-1910)”, *Studium Generale*, nº 0, 1979, 157-209.
- BAPTISTA, Jacinto, *O Cinco de Outubro*, 2ª ed., Lisboa, Editora Arcádia, 1965 (1ª ed.: 1964).
- BARROSA, João, *Breve resumo da história da revolta de 31 de Janeiro de 1891*, Sep. do Boletim Cultural “Amigos do Porto”, Porto, s. d..
- BASTOS, Teixeira, *A crise*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O Século XIX Português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.
- BOURDON, Albert-Alain, “La crise du Libéralisme au Portugal à la fin du XIXe siècle”, in AA. VV., *Le XIXe siècle au Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1988, 11-23.
- BRAGA, Teófilo, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, I, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879.
- BRANDÃO, José, *Carbonária – O Exército Secreto da República*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- BRANDÃO, Raul, “O anarquismo (conclusão)”, *Revista d’Hoje*, Porto, 2, 7 de Janeiro de 1895, 78-82.
- BRUNO, Sampaio, *O Brasil mental*, Porto, Livraria Chardron, 1898.
- CABRAL, Alexandre (pref.), *Manifesto dos emigrados da revolução republicana de 31 Janeiro de 1891*, Lisboa, Seara Nova, 1974.
- CABRAL, Manuel Villaverde, “A estética do nacionalismo: modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século XX”, in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coord.), *A Primeira República Portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, 181-221.
- *Portugal na alvorada do séc. XX. Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- CALIXTO, Carlos, “A Republica e a Revolução”, *A Victoria da Republica – Almanach de Propaganda Democratica para 1893*, Lisboa, 1892.
- CARDOSO, Henrique, *A crise portuguesa e os partidos revolucionarios*, Porto, Typografia A Vapor da Agencia de Publicidade, 1899.
- CARVALHO, António Carlos; João Carlos Alvim, “Introdução” in João Chagas; Ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1978, VII-LXIV.
- CARVALHO, Joaquim de, “Formação da ideologia republicana (1820-1880)”, in Luís de Montalvor (dir.), *História do Regímen Republicano em Portugal*, I, Lisboa, Empresa Editorial Atica, 1930, 163-256.

- CASCÃO, Rui, “A crise económica e social dos finais do século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, XXVII, Coimbra, 1992, 165-187.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, “O Ultimatum e o Partido Republicano Português”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, V, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, 714-722.
- CATROGA, Fernando, “A formação do movimento republicano - 1870-1883”, in João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal – Das invasões francesas aos nossos dias*, II – Monarquia constitucional: das origens do liberalismo à queda da realeza, [Lisboa], Multilar, s. d., 9-42.
- “A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal”, *Biblos*, LIII, Coimbra, 1977, 285-327.
 - “Os inícios do positivismo em Portugal. O seu significado político-social”, Separata da *Revista da História das Ideias*, I, Coimbra, 1977, 287-394.
 - “A memória de 1848 na fundamentação do republicanismo português”, in AA. VV., *Estudos de história contemporânea portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, 269-288.
 - “La religiosité civique du républicanisme durant la période de propagande”, in AA. VV., *La Révolution Française vue par les portugais*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1990, 79-86.
 - *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1ª ed.: 1991).
- CHAGAS, João; ex-Tenente Coelho, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 (depoimento de dois cúmplices)*, Lisboa, Empresa Democrática de Portugal, 1901.
- COELHO, Manuel Maria, “A revolta de 31 de Janeiro de 1891”, in Luís de Montalvor (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, I, Lisboa, Empresa Editorial Atica, 1930, 339-375.
- COELHO, Maria Teresa Pinto, “Oliveira Martins. A estrutura apocalíptica da História de Portugal”, *História*, terceira série, 1, Abril 1998, 10-18.
- COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, 2ª. ed., Porto, Typographia A Vap. da Empresa Litteraria e Typographica, 1908.
- CORDEIRO, J. A. da Silva, *A crise em seus aspectos moraes*, Coimbra, F. França Amado – Editor, 1896.
- COSTA, Afonso, *A Igreja e a questão social*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895.
- COSTA, Júlio de Sousa e, *O Rei D. Carlos I (1863-1908): factos inéditos do seu tempo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1943.
- COSTA, Rui Afonso da, “A Escola e a Igreja – uma perspectiva republicana radical (1900-1910)”, sep. da *Revista do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa*, 7, 1993, 261-277.
- CRUZ, Gonçalves da, “Portuguezes: quereis saber o que é um rei? Um ‘irresponsavel!’”, *31 de Janeiro – Semanario Academico Republicano*, Porto, 5, 19 de Julho de 1891.
- CRUZ, Manuel Braga da, “Os católicos e a política nos finais do século XIX”, in AA. VV., *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença/GIS, 1979, 289-300.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Quem é o rei de Portugal*, Lisboa, José Bastos & Cª. Livraria Editora, 1908.
- DOMINGUES, Joaquim, “A Visão Messiânica do Advento da República”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, XLVI, 4, Outubro – Dezembro 1990, 479-512.

- FERREIRA, Alberto, “Caminhos da educação no oitocentismo português”, in *Estudos de cultura portuguesa (Século XIX)*, Lisboa, Moraes editores, 1980, 13-39.
- “O impacto ideológico de 1850 e a geração de 1865”, in *Perspectivas do romantismo português (1833-1865)*, 2ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1979, 111-134.
- FERREIRA, David, “O Partido Republicano em Portugal”, *Vida Mundial*, 1634, 2 de Outubro de 1970, 10-18.
- “Partido Republicano Português”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, 294-303.
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa 1898. Estudos de Factos Socioculturais*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2002.
- *O Romantismo em Portugal – Estudo de factos socioculturais* (tradução de Francisco Bronze a partir do título original *Le romantisme au Portugal: étude de faits socio-culturels*, Paris, 1962), 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1993 (1ª ed.: 1974).
- FREITAS, Rodrigues de, “Carta a um monarchico”, in AA. VV., *A alvorada de 31 de Janeiro*, Porto, Empresa Litteraria e Typographica, 1891, VII-X.
- GAIO, Manuel da Silva, *Os vencidos da Vida*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- GALLIS, Alfredo, *A burla do constitucionalismo*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1905.
- GARRETT, Almeida, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, Livros Horizonte, s. d..
- GOMES, Pinharanda, “Positivismo”, in *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, 181-186.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, “O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 5 - O liberalismo (1807-1890), Lisboa, Editorial Estampa, 1993, 131-145.
- “Conciliação e confronto no discurso republicano (1870-1890)”, *Revista de História das Ideias*, 7, 1985, 281-312.
 - *A ideia republicana em Portugal – O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989.- “João Franco ou a tentação ditatorial”, in *Da Monarquia à República*, 2ª ed., Lisboa, Palimage Editores, 2002 (1ª ed.: 2001), 125-134.
 - *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990;
 - “A propaganda republicana durante a monarquia constitucional”, in João Medina (dir.), *História de Portugal*, XII – A monarquia constitucional, Amadora, Edita Ediclube, 2004, 133-160.
 - “Republicanismo e demo-liberalismo”, in *Teófilo Braga. Filosofia e pensamento político-social*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988, 233-266.
 - “O “Ultimatum” Inglês de 1890 e a opinião pública”, *Revista de História das Ideias*, 14, 1992, 281-296.
- LE GOFF, Jacques, “Decadência”, in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, I – Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, 393-424.
- LEITE, Teixeira, *Como nasceu A Portuguesa*, Lisboa, Terra Livre, 1978.
- LIMA, Magalhães, *Episódios da minha vida*, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares, s. d..
- *A revolta. Processo da monarchia*, 2ª parte, Lisboa, Typographia Nacional, 1886.
- LINS, Álvaro, “Posição política de Eça de Queiroz”, in Lúcia Miguel Pereira e Câmara Reis (org.), *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*, Lisboa - Rio, Edições Dois Mundos, 1945, 49-58.

- LOPES, Óscar, *Oliveira Martins e as contradições da geração de 70*, Porto, Biblioteca Fenianos, 1946.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.
- MACEDO, Helder, “A Mensagem e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro”, *Colóquio - Letras*, 103, Maio - Junho 1988, 28-39.
- MACEDO, Jorge Borges de, “O anti-clericalismo em Portugal no século XIX. Ensaio de uma perspectiva sociológica”, *Communio*, II, 5, Setembro-Outubro 1985, 440-450.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, II, Lisboa, Palas Editores, 1973.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), *Nova História de Portugal*, XI – Portugal da Monarquia para a República, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, (dir.) *História da 1ª. República Portuguesa. As estruturas de base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978.
- MARTEL, Trigueiros de, “A mulher não pode ser chefe de Estado”, in *A Republica em Portugal*, Lisboa, Typographia Nacional, 1886, 27-31.
- MARTINS, F. A. Oliveira, *Correspondência de J. P. de Oliveira Martins*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926, 139-142.
- *D. Carlos I e os “Vencidos da Vida”*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942.
 - “Um testamento politico – Oliveira Martins previu a necessidade da ditadura em Portugal”, *Diário de Notícias*, 26 de Agosto de 1940.
- MARTINS, Guilherme d’Oliveira, *O essencial sobre Oliveira Martins*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.
- *Oliveira Martins – uma biografia*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.
 - *Oliveira Martins – Um Combate de Ideias*, Gradiva, 1999.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, “Os 50 anos da monarquia constitucional”, in *Temas e questões – antologia de textos*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1981, 137-156.
- *Correspondência*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1926.
 - “A crise portuguesa”, *O Reporter*, Lisboa, 21 de Abril de 1893.
 - “Educação da mulher”, in *Dispersos*, II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, 147-148.
 - “El-Rei D. Carlos I”, in *Política e História*, II 1884-1893, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1957, 293-299.
 - *História de Portugal*, II, edição revista, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1951.
 - *Historia da Republica Romana*, 3 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, 1885.
 - “O mal do seculo”, in AA. VV., *Antero de Quental – in Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan, 1896, 59-67.
 - “Pessimismo”, in *Dispersos*, II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, 73-88.
 - *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., 8ª ed., Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1976 (1ª ed.: 1881).
 - “O reino da mulher”, in *Dispersos*, II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, 149-159.
- MARTINS, Rocha, *D. Carlos – Historia do seu reinado*, Estoril, Edição do autor, 1927.
- MATOS, Sérgio Campos, “Decadência”, in A. Campos Matos (coord.), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1993 (1ª ed.: 1988), 254-261.

- “Silva Cordeiro no seu tempo”, in Joaquim António da Silva Cordeiro, *A crise em seus aspectos morais*, 2ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1999, X-LXXIII.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 5 – O liberalismo (1807-1890), Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- *História de Portugal*, 6 – A Segunda Fundação (1890-1926), Lisboa, Editorial Estampa, [1994].
- MEDINA, João, “A Carbonária Portuguesa e o derrube da Monarquia”, in *História Contemporânea de Portugal*, I – Primeira República: Da conspiração republicana ao fim do regime parlamentar, s. l., Multilar, 1990, 9-19.
- *A geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais – Instituto de Cultura e Estudos Sociais, 1999.- “*Oh! a República!...*”. *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- “Que fazer do chamado ‘Hino Nacional’? Estudo crítico sobre a letra de Henrique Lopes de Mendonça para o Hino Nacional português”, *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 4, 1999, 117-141.
- “O republicanismo português da propaganda à revolução ou o ódio santo”, in *História de Portugal*, XII – A monarquia constitucional, Amadora, Edita Ediclube, 2004, 161-246.
- MELLO, Antão de, *A imbecilidade e a degenerescencia nas famílias reais*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1908.
- MÓNICA, Maria Filomena, “Introdução”, in *A Queda da Monarquia. Portugal na Viragem do Século*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, 7-28.
- *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- “O ultimato na *Revista de Portugal*”, in *Eça de Queirós*, Lisboa, Quetzal Editores, 2001, 268-288.
- NETO, Vítor Manuel Parreira, “Clericalismo e anticlericalismo”, in *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996, 295-360.
- NOGUEIRA, José Félix Henriques, “Estudos sobre a Reforma em Portugal”, in *Obra Completa*, I, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1976, 19-180.
- NUNES, Jacinto, “O anarquismo”, *A Victoria da Republica – Almanach Burocratico Illustrado e de Propaganda Democratica para 1895*, Lisboa, 1894, 133-134.
- OLIVEIRA, Lopes d’, *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947.
- PABÓN, Jesus, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, Aster, 1951.
- PAGEAUX, Daniel-Henry, “Lamennais en Péninsule Ibérique: notes sur la diffusion des idées mennaisiennes en Espagne et au Portugal (1834-1849)”, in AA. VV., *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1982, 121-152.
- PAILLER, Jean, *D. Carlos I, Rei de Portugal. Destino maldito de um rei sacrificado* (tradução de Júlio Conrado), 3ª. ed., Lisboa, Bertrand Editora, 2002 (1ª ed.: 2001).

- PEREIRA, Miriam Halpern, "'Decadência" ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português", *Análise Social*, XIV (53), 1978, 7-20.
- PESSOA, Fernando, *Páginas de pensamento político*, I – 1910-1919, Lisboa, Publicações Europa-América, [1986].
- PIMENTA, Alfrêdo, *O Fim da Monarquia*, Coimbra, Typographia Democratica, 1906.
- PIMENTEL, António Filipe, "O cortejo cívico das comemorações camonianas de 1880", in AA. VV., *Romantismo – figuras e factos da época de D. Fernando II*, Sintra, Instituto de Sintra, 1988, 277-316.
- PIRES, António Machado, *O Século XIX em Portugal. Cronologia e Quadro de Gerações*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.
- PONTE, Carmo Salazar, *Oliveira Martins – a História como Tragédia*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida; MANIQUE, António Pedro, "Da reconciliação à queda da monarquia", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, II, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, 13-100.
- QUEIROZ, Eça de, "Um genio que era um santo", in AA. VV., *Anthero de Quental – in Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan, 1896, 481-522.
- QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1970.
- "Portugal perante a revolução de Hespanha", in *Prosas*, II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, 47-82.
 - *Prosas sócio-políticas*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.
- RAMOS, Rui, "D. Amélia, a grande", *Análise Social*, XXXVI (160), 2001, 915-924.
- "O fim do século", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 6 – A Segunda Fundação (1890-1926), Lisboa, Editorial Estampa, [1994], 43-297.
 - *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.
 - "Oliveira Martins e a ética republicana", *Penélope*, 18, 1998, 167-187.
- RÊGO, Raul, *História da República*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.
- "O 31 de Janeiro visto pela Revolução de Setembro e pela República, esta de Rodrigues de Freitas", in Oliveira Marques (coord.), *A revolução de 31 de Janeiro de 1891*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1991, 19-27.
- RIBEIRO, Álvaro, *Os positivistas – Subsídios para a história da filosofia em Portugal*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1961.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "O Cristianismo Social de 1848", *Revista de História das Ideias*, 9, 1987, 481-494.
- RODRIGUES, Vítor, Luís Gaspar, "A decadência da monarquia constitucional portuguesa: factores de afirmação do ideário republicano", *Arquipélago (História)*, VIII, 1986, 83-114.
- SACRAMENTO, Mário, *31 de Janeiro (1891-1969)*, Aveiro, 1969.
- SALGADO, Heliodoro, *A insurreição de Janeiro*, Porto, Typ. da Empresa Litteraria e Typographica, 1894.
- SANTOS, Francisco Reis, "O Movimento Republicano e a Consciência Nacional", in Luís de Montalvor (dir.), *História do Regímen Republicano em Portugal*, I, Lisboa, Empresa Editorial Atica, 1930, 261-336.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, "As ideias republicanas em Portugal e o jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIX, Lisboa – Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, 169-206.

- SARAIWA, António José, “Três ensaios sobre Oliveira Martins”, in *Para a história da cultura em Portugal*, I, 5ª ed., Amadora, Livraria Bertrand, 1980, 163-239.
- SARAIWA, José Hermano, “As questões ultramarinas e o fim da monarquia”, in *História de Portugal*, 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, 85-115.
- SARAIWA, José Hermano; GUERRA, Maria Luísa, *Diário da História de Portugal*, 3 – Monarquia liberal e República, Lisboa, Difusão Cultural, 1998.
- SARDINHA, António, “Oliveira Martins”, in *Ao princípio era o verbo*, Lisboa, Portugália Editora, 1924, 159-173.
- SEABRA, José Augusto, *O Porto e o Republicanismo (A Geração do 31 de Janeiro)*, Porto, Associação Cívica e Cultural “31 de Janeiro” – Centro de Estudos Republicanos “Sampaio Bruno”, 2004.
- SÉRGIO, António, “Oliveira Martins: A significação política do publicista”, in *Ensaio*, V, Lisboa, Seara Nova, 1936, 49-97.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, IX: O terceiro liberalismo (1851-1890), Lisboa, Editorial Verbo, 1986.
- *História de Portugal*, X: A queda da monarquia (1890-1910), 2ª. ed. rev., Lisboa, Editorial Verbo, 1990 (1ª ed.: 1988).
- SERRÃO, Joel, “Compreender Oliveira Martins”, in *Portugueses somos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, 37-56.
- “Decadência”, in *Dicionário de História de Portugal*, II Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, 270-274.
 - “Dois momentos da “aspiração republicana””, in *Temas oitocentistas*, II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, 259-267.
 - “Esta palavra *decadência*...”, in *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, 11-21.
 - “Introdução ao estudo do pensamento político português na época contemporânea (1820-1920)”, in *Portugueses somos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, 127-165.
 - “Oliveira Martins”, in AA. VV., *Dicionário de Economia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1967, 1002-1009.
 - “Para um inquérito à burguesia portuguesa oitocentista”, in *Temas oitocentistas*, II, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, 227-238.
 - “Pró uma história cultural do século XIX português”, in *Temas oitocentistas*, Lisboa, Edições Ática, 1959, 11-77.
 - *Da “Regeneração” à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
 - “Republicanismo”, in *Dicionário de História de Portugal*, V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, 285-294.
 - “Revolta de 31 de Janeiro de 1891”, in *Dicionário de História de Portugal*, III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, 351-354.
 - *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.
 - “Du Socialisme libertaire à l’Anarchisme”, in AA. VV., *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, 1982, 331-368.
- SILBERT, Albert, “Oliveira Martins et l’histoire”, in AA. VV., *Regards sur la Génération portugaise de 1870*, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português, Paris, 1971.
- SILVA, Augusto Santos, *Oliveira Martins e o Socialismo (Ensaio de Leitura Crítica)*, [Porto], Afrontamento, 1979.
- SOARES, Mário, *As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga*, Lisboa, Centro Bibliográfico, 1950.

- “Oliveira Martins e a questão do regime”, *O Tempo e o Modo*, 1, Janeiro de 1963, 25-34.
- SOUSA, Fernando de, “Cartas de Basílio Teles no exílio (1891-1893)”, *Nova Renascença*, 40, 1991, 197-236.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês – Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- TELLES, Bazilio, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro (esboço d’historia politica)*, Porto, Bazilio Telles, 1905.
- TENGARRINHA, José, *História da imprensa periódica portuguesa*, 2ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 1989 (1ª ed.: 1965).
- VALENTE, Vasco Pulido, *As duas tácticas da monarquia perante a revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1974.
- *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976.
- VAQUINHAS, Irene Maria, “O conceito de “decadência fisiológica da raça” e o desenvolvimento do desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX)”, *Revista de História das Ideias*, 14 – Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional, 1992, 365-387.
- VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal – as convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- VICENTE, António Pedro, “República. Propaganda e Iconografia”, in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coord.), *A Primeira República Portuguesa – entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, 213-238.
- WHITE, Hayden, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, 8ª ed., Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1993 (1ª ed.: 1973).

4 – Outros textos

- AA. VV., *A Bíblia Sagrada* (tradução de João Ferreira de Almeida), 14ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Bíblica Brasileira, 1961.
- CAMINHA, Pêro Vaz de, *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 1974.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain, *Dictionnaire des symboles*, 2ª ed., Paris, Éditions Robert Laffont e Éditions Jupiter, 1982 (1ª ed.: 1969).
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan, *Dicionário das ciências da linguagem* (tradução de António José Massano a partir do título original *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*, Éditions du Seuil, 1972), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1973.
- ELIADE, Mircea, *O sagrado e o profano. A essência das Religiões* (tradução de Rogério Fernandes a partir do título original *Das Heilige und das Profane*), Lisboa, Livros do Brasil, s. d..
- FERRATER MORA, José, “Sofistas”, in *Diccionario de Filosofia*, 4 – Q/Z, Madrid, Alianza Editorial, 1979, 3092-3096.
- FERRI, Enrico, *Os Criminosos na Arte e na Litteratura* (tradução de João Moreira d’Almeida), 2ª ed., Lisboa, Livraria Classica Editora, 1916.

- JOHNSON, Donald S., *Phantom Islands of the Atlantic: The Legend of Seven Islands That Never Were*, Nova Iorque, Walker and Company, 1994.
- LHERMITTE, Jean, *Os sonhos*, 2ª ed., Publicações Europa-América, 1974 (1ª ed.: 1949).
- LOMBROSO, César, *L'homme criminel*, Paris, Félix Alcan, 1887.
- NORDAU, Max, "Fin de siècle", in *Dégénérescence*, I, 4ª. ed., Paris, Félix Alcan, 1896, 1-80.
- REDOL, Alves, *Gaibéus*, 18ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989.
- RENNEVILLE, Marc, "Lumière sur un crâne? Une lecture spéculaire de la découverte de l'atavisme criminel", in Jacqueline Carroy e Nathalie Richard (eds.), *La découverte et ses récits en sciences humaines – Champollion, Freud et les autres*, Paris, L'Harmattan, 1998, 15-36.
- RUSKIN, John, *Sesame and lilies*, Londres, J. M. Dent & Sons, 1938 (1ª ed.: 1907).
- SHAKESPEARE, William, *Hamlet*, Cambridge, University Press, 1968.
- *King Lear*, Cambridge, University Press, 1962.
- SHELLEY, Percy Byshe, *Defense of poetry*. Consultado pela Internet em 20 de Dezembro de 2005, em <http://www.fordham.edu/halsall/mod/shelley-poetry.html>.
- SOUSA, Américo de, *A Persuasão – Estratégias para uma comunicação influente*, Dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação apresentada à Universidade da Beira Interior, 2000, consultado em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.html>, em 30 de Março de 2005.